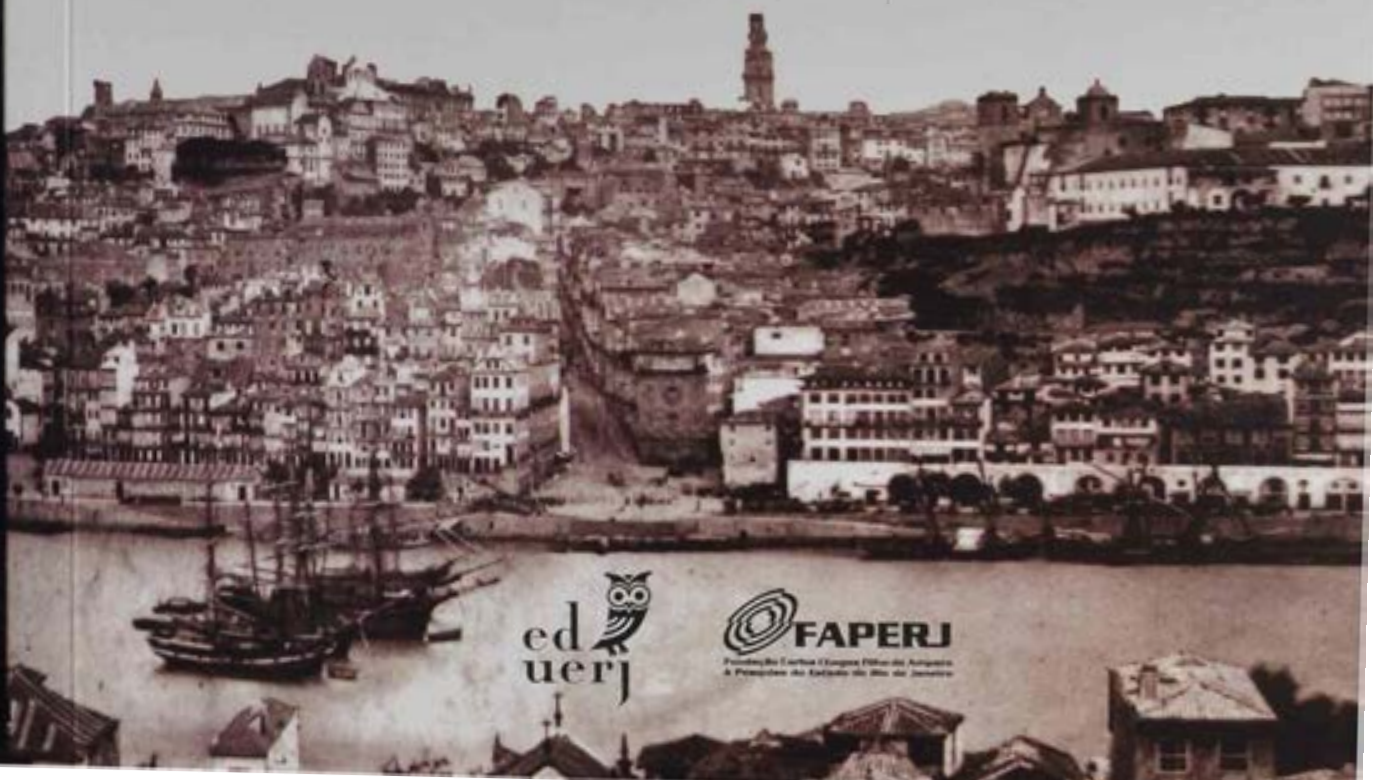


organização
Lená Medeiros de Menezes
Fernando de Sousa

BRASIL-PORTUGAL

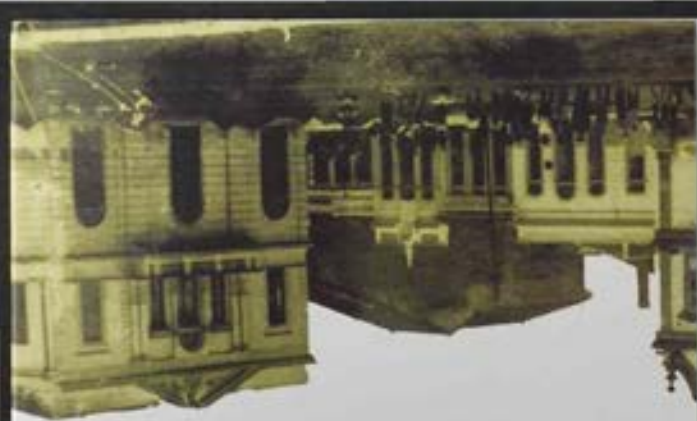
Pontes Sobre o Atlântico

MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A E/IMIGRAÇÃO



ed
uerj

FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



Os movimentos migratórios do tempo presente ganharam centralidade na agenda internacional e, conseqüentemente, espaço de relevo no mundo acadêmico. A formação de redes internacionais de pesquisadores, voltadas para o estudo de um fenômeno que envolve um número extraordinário de indivíduos – segundo a ONU, 230 milhões em 2013 –, vem enriquecendo, sobremaneira, um conhecimento que implica reflexões tanto com relação aos países de partida quanto aos de recepção de imigrantes. Nesse estudo multifacetado, cabe à História um papel de relevo ao possibilitar o diálogo com o passado.

Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a emigração, voltado para a emigração portuguesa, inclui trabalhos escritos por renomados pesquisadores que abordam aspectos diferenciados de um processo extremamente rico e complexo. Das motivações que explicam os deslocamentos à contribuição dos imigrantes na vida econômica dos países de acolhimento, passando pela análise de políticas



Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico
Múltiplos olhares sobre a e/imigração



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Maria Georgina Muniz Washington



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Bernardo Esteves

Erick Felinto

Glaucio Marafon (presidente)

Jane Russo

Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro

Italo Moriconi (membro honorário)

Ivo Barbieri (membro honorário)

Lucia Bastos (membro honorário)

Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico

Múltiplos olhares sobre a e/imigração

Organização

Lená Medeiros de Menezes e Fernando de Sousa



Rio de Janeiro
2017

Copyright © 2017, dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, em quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.



EdUERJ

Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã

CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel./Fax.: 55 (21) 2334-0720 / 2334-0721

www.eduerj.uerj.br

eduerj@uerj.br

Editor Executivo

Coordenadora Administrativa

Coordenadora Editorial

Assistente Editorial

Coordenador de Produção

Supervisor de revisão

Revisão

Capa

Diagramação

Glaucio Marafon

Elisete Cantuária

Sílvia Nóbrega

Thiago Braz

Mauro Siqueira

Elmar Aquino

Clarissa Penna

Elmar Aquino

Érika Neuschwang

Júlio Nogueira

Emilio Biscardi

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

B823 Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico : múltiplos olhares sobre a e/imigração / organização Lená Medeiros de Menezes e Fernando Sousa. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. 448 p.

ISBN 978-85-7511-447-6

1. Migração. 2. Brasil - Migração. 3. Portugal - Migração. I. Menezes, Lená Medeiros de. II. Sousa, Fernando de. III. Múltiplos olhares sobre a e/imigração.

CDU 378(81)

Sumário

Apresentação	9
Parte 1 – Deslocamentos transoceânicos: novas abordagens	
A capital federal e os imigrantes em registros literários. Rio de Janeiro 1890-1920	13
<i>Ismênia de Lima Martins</i>	
“Podes vir que aqui estou a tua espera”: a viagem e a mala do e/imigrante na literatura epistolar de portugueses em São Paulo (1890 e 1930)	27
<i>Maria Izilda Santos de Matos</i>	
Receptividade e/imigracional comparada Brasil-América: os portugueses	43
<i>José Jobson de Andrade Arruda</i>	
Remessas – construção de uma rede digital de investigação sobre emigração entre a Europa do Sul e a América do Sul.....	57
<i>Fernando de Sousa</i>	

Parte II – Perspectivas regionais e de gênero

- A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX 73
Maria de Nazaré dos Santos Sarges
- Cadeias migratórias, indústria e comércio: a Tijuca como estudo de caso 81
Lená Medeiros de Menezes
- Os caixeiros e a imprensa lusa em Belém do Pará 95
Marcos Antônio de Carvalho
- Pioneiros para o café: a experiência de colonos portugueses em Nova Lousã, no interior de São Paulo 109
Oswaldo Mario Serra Truzzi
Ana Silvia Volpi Scott
- Portugueses na região portuária do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência e os conflitos de 1908 123
Maria Cecília Velasco e Cruz
- Mulheres portuguesas na Belle Époque manauara, 1880-1920 137
Maria Luiza Ugarte Pinheiro
- Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar 147
Érica Sarmiento

Parte III – Processos e representações nos dois lados do Atlântico

- Emigração açoriana e o Brasil em finais do século XIX e inícios do século XX – o caso do distrito de Ponta Delgada (1895-1902) 165
Susana Serpa Silva
- Emigração, Brasil e emigração para o Brasil no discurso parlamentar português no dealbar da Primeira República (1911-1912) 185
Ricardo Rocha
- Avencas na caatinga e alecrins nos canaviais: a presença portuguesa na música de Chico Buarque 201
Leila Medeiros de Menezes

Os dissimulados – a emigração clandestina madeirense recuperada através das listas de embarque.....	211
<i>Nelly de Freitas</i>	
Frutos da violência: o olhar estrangeiro e a Cabanagem como vingança de índios contra os portugueses.....	223
<i>Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro</i>	
Imigrantes espanhóis no período pós-Guerra Civil: exílio ou imigração.....	235
<i>Dolores Martin Rodriguez Corner</i>	
Parte IV – Vida no Brasil: acolhimento e associativismo	
A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo: um novo espaço para o recrutamento de braços europeus pela economia cafeeira.....	251
<i>Paulo Cesar Gonçalves</i>	
A colônia portuguesa em Santos (SP) ao final da Primeira República brasileira (1929)	265
<i>Maria Aparecida Franco Pereira</i>	
Associativismo e cultura – as práticas de sociabilidade dos imigrantes europeus em Tucumán, Argentina, ao longo dos séculos XIX e XX.....	279
<i>Marcela Vignoli</i>	
<i>Daniel Campi</i>	
Comunidade portuguesa em São Paulo: associativismo e identidade.....	295
<i>Alice Beatriz da Silva Gordo Lang</i>	
<i>Maria Christina Siqueira de Souza Campos</i>	
Trajetórias identitárias da Casa de Portugal de São Paulo expressas nos eventos culturais (1990-2010)	317
<i>Leandro Rodrigues Gonzalez Fernandez</i>	
Polifonias da cidade: imigração e medicina na Real e Benemerita Beneficência Portuguesa – São Paulo (1859-1944)	333
<i>Yvone Dias Avelino</i>	

Parte V – Cultura e trajetórias em terra estrangeira

A experiência libertária de um português na Primeira República: uma análise da trajetória política e intelectual de Mota Assunção (1899-1910).....	349
<i>Angela Maria Roberti Martins</i>	
As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res)significação da cultura	363
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
Um imigrante português no Brasil: Francisco Manoel Rebelo.....	379
<i>Francisco Manoel Rebelo</i> <i>Sênia Regina Bastos</i>	
Comparando trajetórias de famílias portuguesas em suas múltiplas travessias.....	395
<i>Zeila de Brito Fabri Demartini</i>	
Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal	405
<i>Alfredo Moreno Leitão</i>	
Relações luso-brasileiras: a circularidade cultural, o pensamento político de Plínio Salgado e o conservadorismo português.....	421
<i>Leandro Pereira Gonçalves</i>	
Sobre os autores.....	437

Apresentação

O livro *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a emigração* parte da premissa de que a emigração é um processo complexo, que ultrapassa o episódio pontual do deslocamento, marcando profundamente a vida de seus protagonistas. Desde a decisão de emigrar – e os preparativos que envolvem a partida – até a chegada, a adaptação na sociedade receptora e a reconstrução da identidade, aspectos econômicos, sociais, culturais, afetivos e mentais jogam uma dialética permanente, em um processo de encontros e desencontros que afetam aquele que se tornou *estrangeiro*, passando a experimentar o que Todorov denomina “dupla exterioridade”.

Esta coletânea coloca em foco o emigrante, principalmente o emigrante português. Ela reúne trabalhos vinculados aos projetos “Emigração portuguesa para o Brasil” e “Remessas – Rede de Estudos de Emigração da Europa do Sul para a América do Sul”, coordenados pelo Centro de População, Economia e Sociedade (Cepese), sediado na Universidade do Porto, que reúne pesquisadores portugueses e brasileiros vinculados a diferentes universidades. Em sua nona edição, o seminário contemplou também intervenções relativas ao projeto, em desenvolvimento, denominado Remessas – Rede de Estudos de Emigração da Europa do Sul para a América do Sul.

Como vem ocorrendo desde 2006, a rede de pesquisadores instituída a partir do projeto acima mencionado vem produzindo pesquisas relevantes, vocacionadas para se transformarem em obras referenciais para pesquisadores dos dois lados do Atlântico que se dedicam ao estudo da emigração portuguesa e dos deslocamentos efetuados da Europa para o Brasil, com ampliação para outros países latino-americanos.

Num momento em que as migrações do tempo presente tornam-se pauta política, acadêmica e midiática de destacada importância, refletir acerca das migrações históricas configura-se uma necessidade imperiosa, o que explica o interesse e a demanda por estudos sobre o tema. Acrescente-se que, no caso do Brasil, os processos hoje vivenciados demonstram a revitalização de “cadeias adormecidas”, termo utilizado por pesquisadores europeus – entre os quais Pilar Cagiao – para designar cadeias migra-

tórias que, latentes durante décadas, voltam a ganhar visibilidade; como é o caso, no tempo presente, dos deslocamentos de portugueses, italianos e espanhóis para o Brasil.

Os artigos, escritos por pesquisadores de diferentes estados do Brasil, de Portugal e da Colômbia, estão distribuídos por cinco capítulos que enfeixam importantes aspectos da matéria. O primeiro capítulo – “Deslocamentos transoceânicos: novas abordagens” – contempla trabalhos dedicados à reflexão sobre as migrações Europa-Brasil em sua dimensão mais ampla.

O segundo capítulo – “Perspectivas regionais e de gênero” – reúne artigos sobre agricultura, indústria e comércio, além de trabalhos que priorizam o recorte de gênero, com análises sobre o interior de São Paulo e as cidades do Rio de Janeiro, de Belém e de Manaus.

O terceiro capítulo – “Processos e representações nos dois lados do Atlântico” – congrega artigos que analisam os processos vividos não só por portugueses deslocados do continente, mas também por deslocados dos Açores e da Madeira e por espanhóis, com ênfase, em alguns trabalhos, para a questão das representações.

O quarto capítulo – “Vida no Brasil: acolhimento e associativismo” – é dedicado principalmente ao tema das hospedarias e aos processos associativos, com destaque para associações criadas em São Paulo. Esse capítulo contempla, em acréscimo, a discussão sobre as práticas de sociabilidade desenvolvidas pelos imigrantes europeus em Tucumán, Argentina.

Por fim, o quinto capítulo – “Cultura e trajetórias em terra estrangeira” – põe em foco trajetórias descritas por portugueses no Brasil, com destaque para literatos e artistas em geral, além de determinadas expressões culturais, como a Festa do Divino.

Fica a certeza de que os múltiplos olhares e as múltiplas abordagens reunidos neste livro representam um passo a mais na compreensão de um tema multifacetado, mas permanente ao longo da história contemporânea: os deslocamentos de massa que, na dialética entre o individual e o coletivo, se fizeram expressões da necessidade e/ou do desejo de construção de outra e melhor vida longe da terra natal.

Parte 1

Deslocamentos transoceânicos: novas abordagens

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

Deflection of of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

A capital federal e os imigrantes em registros literários. Rio de Janeiro, 1890-1920

Ismênia de Lima Martins

Rio de Janeiro – capital federal

A região guanabarina foi ocupada pelos portugueses desde os remotos tempos coloniais por razões estratégicas de defesa, que, na conjuntura da luta contra os franceses, culminariam com a fundação, em 20 de janeiro de 1565, de uma vila fortificada entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar que levaria o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Dois anos depois, em 10 de março de 1557, o governador-geral transferiria a vila e fundaria a cidade, com o mesmo nome, no Morro do Castelo. Sua ocupação e desenvolvimento foram incentivados pela metrópole, primeiramente por razões defensivas, uma vez que os planos de invasão da região por franceses, e também por holandeses, perduraram ao longo do século XVII. Tal situação estendeu-se até o século XVIII, quando os franceses, comandados por Duclerc e Duguay-Trouin, invadiram o Rio de Janeiro, respectivamente em 1710 e 1711.

Para além desse aspecto, tão relevante nos primórdios da colonização, é importante destacar que a localização privilegiada da cidade serviria de múltiplas formas aos planos expansionistas lusitanos no continente. Particularmente, após a extensão dos domínios portugueses na região sulina, com a fundação da Colônia de Sacramento, e a expansão para o interior após a descoberta das minas, o Rio de Janeiro se revestiria de grande importância, não apenas estratégica, mas também econômica e política.

Assim, em 1763, ocorreu a transferência da capital do Estado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, fato que pode ser compreendido como reflexo das atividades mineradoras e dos conflitos na região do rio da Prata.

Desde então, a região fluminense vivenciou a ocupação efetiva de muitos de seus territórios ao longo do caminho das minas, mas foi na cidade do Rio de Janeiro que os principais efeitos da produção aurífera se inscreveram. Atendendo às exigências da Coroa, zelosa no controle do contrabando de metais e pedras preciosas, a capital tornou-se o único porto de exportação desses produtos no Sudeste e ali se desenvolveu um diversificado comércio importador, que abastecia a região mineira de utensílios e alimentos.

O embelezamento do Rio de Janeiro ocorrido durante a administração de D. Luís de Vasconcelos e Souza (1779-1790), com a colaboração do Mestre Valentim, cujas obras sobrevivem em nossos dias, reflete a prosperidade daquela conjuntura.

Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, a cidade conheceu um período de grande incremento populacional e desenvolvimento urbano para atender às demandas por equipamentos sociais e serviços inerentes à condição de sede da Corte e do Império português.

Tal situação seria mantida pelo Rio de Janeiro no pós-Independência e inúmeros registros sobre as potencialidades do país e a beleza esplendorosa da Guanabara – produzidos por comerciantes, naturalistas, exploradores e artistas, sobretudo franceses, ingleses, austríacos e alemães – se estenderiam, a partir do período joanino, ao longo de todo o século XIX. Não lhes escapavam, no entanto, as dificuldades relativas ao progresso do país e, conseqüentemente, de sua capital, devido aos limites impostos pela economia vigente – exportadora, monocultora e escravista.

O último quartel do século XIX colocaria em pauta a longa transição para o fim da escravidão e a imperiosa necessidade de introduzir trabalhadores livres no Brasil, revelando-se claramente a opção por mão de obra europeia, conforme o ideal de branqueamento das elites brasileiras inspirado pelas teses científicas em voga na época.

A partir de 1889, os tempos republicanos trariam novos ares à cidade, ansiosa por vestir-se à europeia, e a adoção do trabalho livre seria facilitada pela entrada maciça de imigrantes europeus no período conhecido como Grande Imigração.

Os novos tempos republicanos coincidiram com a primeira fase dos chamados esforços industrializantes no Brasil, processo típico de substituição das importações.

motivados pelas dificuldades do comércio exterior e das manipulações cambiais, que oneravam os produtos estrangeiros.

O Rio de Janeiro, nessa época, era um mercado consumidor de primeira grandeza no país, devido, em boa parte, à presença da máquina administrativa, o que, por si só, promoveria o desenvolvimento comercial, industrial e de serviços, sustentados por setores urbanos médios em expansão.

No Brasil, o porto do Rio de Janeiro destacava-se por ser o mais moderno e aparelhado para o comércio transatlântico ou de cabotagem e garantia o acesso às matérias-primas e às maquinarias necessárias à produção. Tais transações eram facilitadas pela condição de que desfrutava a cidade, que era então o maior centro financeiro do país, sediando o Banco do Brasil, os principais bancos estrangeiros e a Bolsa de Valores (Lobo, 1978, p. 463, nota 169).

Além disso, o projeto modernizador da capital federal, que envolveu a cidade do Rio de Janeiro num ritmo febril de desmontes e obras, ampliou consideravelmente o mercado de trabalho da construção civil. Da mesma forma, o setor de serviços, como o de transportes e iluminação, sob o impulso do capital estrangeiro, alargou-se de modo expressivo.

Tal conjuntura criou um quadro favorável à absorção da mão de obra estrangeira. Além disso, os imigrantes, em sua maioria provenientes da área rural, sentiram-se atraídos pela cidade grande, onde as oportunidades de trabalho e de salário eram maiores.

Importante ressaltar que as migrações internas intra- e inter-regionais também engrossaram os contingentes populacionais da cidade. Pesquisas sobre relações de portugueses com espanhóis e italianos em fontes eclesiásticas, como registros de casamento, evidenciam, nas freguesias centrais, a convivência de migrantes fluminenses e de vários estados do país com imigrantes de várias procedências e o estabelecimento de laços de matrimônio entre eles (Martins, 2013).

Assim, a cidade do Rio de Janeiro absorveu um contingente expressivo de mão de obra que chegava a seu porto. Além dos estabelecimentos industriais – sobretudo os têxteis, que possuíam várias unidades de produção com mais de mil operários –, a construção civil, em franca expansão no período, também criou oportunidade para trabalhadores especializados, como carpinteiros, ferreiros, soldadores, canteiros, estuqueiros etc. Os não qualificados se empregavam nos transportes e no comércio como caixeiros, vendedores ambulantes, carroceiros etc.

Os imigrantes

No Brasil da virada do século XIX para o século XX houve considerável aumento da população estrangeira, conforme assinalam os censos de 1872 e 1920. O primeiro registrou que, numa população de 9.930.478 indivíduos, os estrangeiros eram 382.041.

Pouco mais de quatro décadas depois, esse número elevou-se a 17.318.556, enquanto o de estrangeiros subiu para 1.279.063 (Brasil, 1923, p. 83). Quanto aos estrangeiros, uma análise imediata dos números revela o considerável aumento, absoluto e proporcional, desse contingente no conjunto da população, circunstâncias que se explica pelo fato de o período compreender a fase áurea da Grande Imigração.

No caso brasileiro, o aumento expressivo do número de imigrantes não decorreu dos esforços da política imigratória desenvolvida pelo governo imperial, que, desde seu início, esteve subordinada aos interesses escravistas. É nas condições conjunturais que se encontram as melhores explicações para tal fato: de um lado, as profundas modificações econômicas ocorridas na Europa em função do desenvolvimento do capitalismo no campo, liberando grandes contingentes de mão de obra e criando um verdadeiro exército de despossuídos; de outro, a expansão imperialista e o desenvolvimento tecnológico, que resultaram na revolução dos transportes, diminuindo a distância entre os continentes com a navegação a vapor.

Nesse ambiente de transformações, a emigração tornou-se um grande negócio, sustentado por um conjunto amplo de protagonistas, como companhias de contratação e navegação, armadores, capitães de navios e agentes locais, além de uma rede de apoio que envolvia quadros políticos de diferentes instâncias (Gonçalves, 2012).

No Brasil, a imigração, majoritariamente subsidiada pelo governo e por particulares, resultou na entrada de diferentes grupos europeus, destacando-se italianos, portugueses e espanhóis. Apesar da entrada de milhares de imigrantes das mais diversas origens, a capital federal tinha sua feição multiétnica subjugada pelo caráter predominante e majoritário da população lusitana. Assim, os novos imigrantes teriam de se relacionar forçosamente com os portugueses, que, em diferentes níveis socioeconômicos, secundando os brasileiros, controlavam a maior parte das posições vantajosas.

As tabelas que se seguem permitem evidenciar o amplo leque de nacionalidades que integravam a população imigrante no Rio de Janeiro e perceber as alterações mais significativas do período que compreende a Grande Imigração.

Tabela 1 – Imigrantes por nacionalidade – 1872

Nacionalidade	Nº	%
Portugueses	55.933	66,37%
Africanos escravos	10.973	13,02%
Africanos livres	7.092	8,41%
Franceses	2.884	3,42%
Italianos	1.738	2,06%

Alemães	1.459	1,73%
Espanhóis	1.451	1,72%
Ingleses	966	1,15%
Paraguaios	310	0,37%
Suíços	275	0,33%
Orientais	238	0,28%
Chineses	225	0,27%
Norte-americanos	211	0,25%
Belgas	145	0,17%
Argentinos	104	0,21%
Austríacos	71	0,08%
Dinamarqueses	54	0,06%
Suecos	33	0,04%
Holandeses	29	0,03%
Bolivianos	26	0,03%
Russos	14	0,01%
Gregos	11	0,01%
Peruanos	10	0,01%
Japoneses	09	0,01%
Persas	08	- 0,01%
Húngaros	05	- 0,01%
Turcos	03	- 0,01%
Mexicanos	02	- 0,01%
Total	82.279	100%

Fonte: Recenseamento de 1872 (Brasil, 1923)

Tabela 2 – Imigrantes por nacionalidade – 1920

Nacionalidade	Nº	%
Portugueses	172.338	72,07%
Italianos	21.929	9,17%
Espanhóis	18.221	7,62%
Turcos-árabes	6.121	2,56%
Franceses	3.538	1,48%

Alemães	2.885	1,21%
Ingleses	2.057	0,60%
Russos	1.989	0,83%
Austríacos	838	0,35%
Suíços	612	0,26%
Belgas	459	0,19%
Outros Europeus	2.446	1,02%
Argentinos	1.551	0,65%
Norte-americanos	1.066	0,45%
Uruguaios	584	0,25%
Outros americanos	891	0,37%
Chineses	464	0,19%
Japoneses	244	0,10%
Outros asiáticos	447	0,17%
Africanos	352	0,15%
Oceania e não identificados	99	0,04%
Total	239.131	100%

Fonte: Recenseamento de 1920 (Brasil, 1923).

A primeira evidência diz respeito ao número de portugueses, que cresce no período de 55.933 para 172.338. O crescimento superior a três vezes em termos absolutos não equivale ao crescimento percentual, pois, como se pode perceber, vários outros grupos, particularmente os italianos e os espanhóis, tiveram, no período, um aumento considerável, constituindo-se, respectivamente, como segundos e terceiros em participação.

No primeiro quadro, observam-se, ainda, logo após os portugueses, africanos – escravos e livres –, que, em 1920, apresentam um registro insignificante, revelando a inexistência de correntes migratórias africanas no pós-Abolição. Apesar disso, por meio dos afrodescendentes, a população negra, em geral despossuída, integrando a classe trabalhadora, participou de vários capítulos da história local ao lado dos imigrantes.

De uma maneira geral, todos os outros grupos incrementaram sua participação em termos absolutos, mas o aumento proporcional não foi significativo. Em alguns casos, ainda que o número absoluto se eleve, a proporção diminui. Tal é o caso, por exemplo, dos ingleses. Com relação aos britânicos, todavia, é necessário observar que,

nas primeiras décadas do século XX, sua visibilidade social independia dos números, pois eles controlavam o setor de serviços urbanos (transporte, eletricidade etc.), além de ocuparem posições de destaque na vida comercial e financeira.

Ademais, chama atenção a presença dos turcos-árabes, que se apresentam como o quarto grupo, ainda em 1920, com 6.121 indivíduos, enquanto somente três indivíduos eram registrados em 1872. Esses imigrantes, preferencialmente dedicados ao comércio, dariam origem a uma colônia de fortes laços identitários.

Finalmente, a análise quantitativa permite concluir que os portugueses representavam a maioria esmagadora no conjunto da população estrangeira, em torno de 72%, revelando, ainda, que eles eram secundados pelos italianos e espanhóis, com estes constituindo mais de 88% do total de imigrantes. Tal evidência numérica mostra a expressão dos fluxos migratórios das populações mediterrâneas, e a análise de outros corpos documentais, como registros do comércio ambulante e assentamentos eclesiásticos – livros de registro de casamento e batismo, entre outros –, revelou que esses povos mantiveram formas variadas de sociabilidade em torno de interesses comuns.

Importante atentar para o fato de que portugueses, italianos e espanhóis teriam na identidade mediterrânea um fator de aproximação cultural. Ainda que estrangeiros não se considerassem estranhos entre si, a convivência nas aludidas freguesias facilitava a socialização dos grupos, promovendo parcerias de trabalho e tecendo novas redes de parentela.

Em diferentes artigos, tenho enfrentado a problemática de mapear, pelas já referidas fontes, a presença de portugueses, italianos e espanhóis nas diferentes freguesias da capital federal, principalmente as da região central da cidade, assim como as relações socioeconômicas estabelecidas por eles no mundo do trabalho (Martins, 2013; Martins et al., 2007). Neste artigo, porém, tentarei apreender as formas de sociabilidade estabelecidas por esses grupos de imigrantes mediterrâneos, privilegiando os registros literários.

A cidade e os imigrantes em registros literários

Crônicas e romances são fontes inesgotáveis para o historiador, mesmo considerando-se as armadilhas de sua narrativa. Essas fontes respondem a várias questões, instigam os pesquisadores e delas se inferem sinais, sombras, vestígios do cotidiano ficcionalizado, indícios de novos caminhos para a produção de novos conhecimentos.

Nos primeiros anos da República, a literatura foi indiscutivelmente uma instância privilegiada para a discussão da cidade, principal *personagem* de autores como Olavo Bilac, Coelho Neto, Lima Barreto, João do Rio, Luís Edmundo, entre outros. Nos textos desses escritores, muito mais do que um cenário, ela emerge plena de contradições: os diversos grupos sociais afirmam territorialidades particulares, os conflitos entre

classes se evidenciam, assim como a multietnicidade colore as ruas. É importante frisar mais uma vez que, mesmo se tratando de ficção, esses autores expõem a fundo em seus romances e crônicas a micropolítica do cotidiano.

A presença de imigrantes no Rio de Janeiro na conjuntura da Grande Imigração inscreveu-se fartamente na produção literária e jornalística carioca. Lima Barreto (1881-1922) e João do Rio (1881-1921), por exemplo, dois dos principais cronistas da cidade, a destacam no burburinho das ruas. Contemporâneos, mas portadores de origens sociais e trajetórias de vida bastante diferenciadas, testemunham o cotidiano da capital federal e revestem sua produção de profunda crítica social, que, independentemente de seus alinhamentos políticos, serve hoje de fonte privilegiada para os historiadores.

Em *A pintura das ruas*, por exemplo, João do Rio descreve seu passeio dominical em busca “dos pintores anônimos, os pintores da rua, os heróis da tabuleta, os artistas da arte prática” (p. 82), que decoravam diferentes estabelecimentos comerciais. Com estilo fluente, e sobretudo elegante, descreve o instigante encontro com a arte popular, cujo conhecimento lhe parecia inédito, pois nunca tinha merecido sua atenção. Assim era o caso dos “macacos trepados em pipas de Paraty” (p. 82) decorando os botequins ou “mulheres com molhos de trigo na mão apainelando os interiores de padarias” (p. 82).

Após discorrer sobre as composições de marinhas, nas quais artistas populares afirmavam sua individualidade pintando a Guanabara, e sobre as grandes telas que ilustravam estabelecimentos mais importantes, o autor chega à “arte patriótica”, que se apressa em definir: “A arte patriótica, ou antes regional, dos pintores da calçada é o desejo, aliás louvável, de reproduzir nas paredes trechos de aldeia, trechos do estado, trechos da terra em que o proprietário da casa, ou o pintor, viu a luz” (1997, p. 83). Nesse mesmo texto, o autor destaca o exemplo do botequim de um espanhol:

Entremos neste botequim, aqui à esquina da Rua da Conceição. Vais conhecer o Colon, pintor espanhol. Colon tem estilo: este painel é um exemplo. Que vês? Uma paisagem campestre, arvoredo muito verde, e lá ao fundo um castelo com a bandeira da nacionalidade do dono da casa. É sempre assim (Rio, 1997, p. 83).

A citação que serve para demonstrar a prática generalizada da decoração de estabelecimentos, independentemente de seu gênero ou importância, indica a participação de um espanhol nos ofícios da arte popular e como proprietário de botequim em Sacramento, zona bem movimentada da cidade. Além disso, evidencia uma afirmação identitária do grupo no recurso às imagens da terra de origem e ao pavilhão nacional como elementos de decoração. Considerando tratar-se de uma região de forte

influência portuguesa, pode-se concluir pela construção de uma sociabilidade própria entre esses grupos.

Da mesma forma, na crônica “Músicos ambulantes”, confirma-se a presença de portugueses e espanhóis como proprietários de botequins e assinala-se que a música também desempenhava importante papel no estreitamento de laços de origem:

Oh! Eu conheci nessas baiucas rumorejantes, onde a população vive atraída pela música, até um *globe-trotter*! Era um veneziano de 23 anos, Rafael Angelo, tenor. Nos botequins em que os proprietários eram portugueses, cantava o rebola a bola, nos estabelecimentos espanhóis, o *caballero di gracia me llaman* e, lindo, conquistador, com olhares mortos das mulheres, era uma delícia ouvi-lo, derreando os braços para os lados, como cansado de abraçar, a cantar: *Fra le donme tu sei la piú...* (Rio, 1997, p. 93).

O tom alegre e descontraído sobre as músicas e as pinturas populares não é comum a todas as crônicas de João do Rio, nas quais, muitas vezes, a voz do autor ecoa em denúncias e clama por justiça, mesmo quando o faz através de um personagem. Tal é o caso da narrativa sobre a situação dos trabalhadores na Ilha da Conceição, em Niterói, no texto denominado “A fome negra”, no qual João do Rio contrasta a riqueza mineral existente – pois ali havia um grande depósito de manganês e um depósito de carvão – com as condições desumanas vivenciadas pelos trabalhadores dessa atividade extrativa: trabalhavam dez horas por dia com pequenos intervalos para as refeições e, sobre o pequeno salário que ganhavam, incidia cerca de 30% de desconto referente à comida e ao barracão onde dormiam.

Quanto à origem dos trabalhadores, afirmava:

São quase todos portugueses e espanhóis que chegam da aldeia, ingênuos. Alguns saltam da proa do navio para o saveiro do trabalho tremendo, outros aparecem pela Marítima sem saber o que fazer e são arrebanhados pelos agentes. Só têm um instinto: juntar dinheiro, a ambição voraz que os arrebeta de encontro às pedras inutilmente (1997, p. 169).

O autor relata minuciosamente suas observações, sobretudo em relação ao rigor da fiscalização do trabalho com que o superintendente se comportava, como um feitor. Ele reproduz vários diálogos que manteve com muitos desses trabalhadores, que davam ênfase à pobreza da dieta e se queixavam dos gastos que tinham para satisfazer a fome ou saciar a sede do vinho, que suavizava as saudades da terra natal.

Ainda na mesma crônica, o escritor indaga a nacionalidade dos trabalhadores, os quais lhe respondem prontamente: “Portugueses. [...] Na ilha há poucos espanhóis e homens de cor. Somos os fortes” (1997, p. 163).

É impossível não captar nessa resposta o grau de superioridade que os lusitanos se autoatribuíam, que demonstra a existência de vieses hierárquicos nas relações interétnicas. A convivência entre esses trabalhadores imigrantes era simultaneamente evitada de solidariedade e conflito, afinal disputavam os mesmos empregos e a simpatia dos nacionais, o que devia estimular tanto relações de solidariedade quanto adesões ao movimento operário local, em franco desenvolvimento no Rio de Janeiro de então, bem como rivalidades entre grupos.

Lima Barreto, no seu romance *Numa e a ninfa*, em que narra a atabalhoada trajetória do deputado Numa Pompílio, elabora uma aguda crítica às relações políticas na Primeira República. Ainda que deputados, senadores e governadores desfilem entre a Câmara e as mansões do bairro de Botafogo, a cidade destaca-se no enredo, irrompendo no texto e revelando no romancista o olhar profundo do cronista, a quem não escapam as mazelas da metrópole.

Assim, por exemplo, no trecho abaixo, extraído do referido romance, a *Cidade Nova*, passagem obrigatória entre a Tijuca e São Cristóvão, era descrita pelo autor da seguinte forma:

A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era; não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária de sedimentos; mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente, das raças que nos vão povoando e foram trazidas por estas plagas pelos negreiros, pelos navios de imigrantes, à força e à vontade. A miséria uniu-as ou acalmou-as ali; e elas afloram com evidência. Ela desfez muito sonho que partiu da Itália e de Portugal em busca de riqueza; apesar do contrapeso, muita fortuna se fez ali, para continuar a alimentar e excitar esses sonhos (2001, pp. 450-1).

Nesse trecho, o cronista atesta a multietnicidade do Rio de Janeiro de maneira muito particular, estabelecendo um nexos entre os navios negreiros e os dos imigrantes, numa conjuntura em que o ideal de branqueamento se impunha e muitos intelectuais saudavam veementemente a limpeza étnica da capital federal. Ademais, evidencia que mesmo um ambiente de pobreza poderia ensejar a constituição de fortuna, como no caso das habitações coletivas, fontes de enriquecimento de seus proprietários, não raras vezes portugueses que exploravam outros imigrantes e trabalhadores nacionais, tal como o João Romão, cuja saga foi registrada em *O cortiço*, obra-prima do Naturalismo brasileiro de autoria de Aluísio Azevedo (2009).

Lima Barreto, ainda, oferece em seu romance elementos que servem às análises deste estudo:

Em geral, era e ainda é a população de cor, composta de gente de fracos meios econômicos, que vive de pequenos empregos; portanto, que procura habitação barata nas proximidades do lugar onde trabalha [...], desde, porém, que a ela se vieram juntar os imigrantes italianos e outros de demais procedências, vivendo de pequenos ofícios, pelas mesmas razões eles a procuram. Já se vê, pois, que ao lado da população de cor, naturalmente numerosa, há uma grande e forte população branca, especialmente de italianos e descendentes. Não é raro ver ali naquelas ruas valentes napolitanos a sopesar na cabeça fardos de costura que levam a manufaturar em casa; e a marcha esforçada faz os seus grandes argolões de ouro balançarem nas orelhas [...] e de manhã, muito antes que o sol se levante, daquelas medíocres casas, daquelas tristes estalagens, saem vendedores de jornais com suas correias e a bolsa a tiracolo, que são seu distintivo, saindo também peixeiros e vendedores de hortaliças com os cestos vazios (2001, p. 451).

O texto ressalta que no cotidiano movimentado da capital federal, particularmente no pós-Abolição e nas primeiras décadas do século XX, os afrodescendentes conviviam com os imigrantes também no espaço do habitar, ora unidos pela miséria, ora divididos pelos conflitos do mundo do trabalho, pelo atraso do aluguel dos casebres miseráveis, pela dívida na quitanda ou pelo pesado fardo do preconceito racial.

Importante, ainda, assinalar o destaque atribuído pelo autor aos italianos. A historiografia, inclusive aquela produzida por brasilianistas italianos, tem minimizado o papel desses imigrantes no Rio de Janeiro, tendo em conta os números acachapantes do fluxo imigratório daquele país para São Paulo. Várias obras gerais sobre imigração no Brasil limitam-se a estudar o caso de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, omitindo o Rio de Janeiro ou simplesmente mencionando-o (Fausto, 1999).¹ No entanto, estudos específicos sobre o Rio de Janeiro vêm demonstrando a importância desse grupo no conjunto geral da população imigrante da cidade, cujo número representou o segundo contingente estrangeiro em todos os municípios fluminenses (Martins, 2010). Além disso, tem-se evidenciado por meio de várias fontes a visibilidade social desse grupo, tal como atesta o trecho citado.

Já na crônica “Manel Capineiro”, publicada na revista *Era Nova* em 28 de agosto de 1915, Lima Barreto registra a labuta diária de carvoeiros e lenhadores de diversas nacionalidades, mas, sobretudo, portugueses e negros, como o Tutu, cujo apelido fazia jus a seu modo de ganhar a vida, pois, além de capineiro das bandas de Irajá, “aceitava e endossava letras sem nem saber ler e escrever”.

¹ Nessa obra, o capítulo dedicado à imigração italiana não trata do Rio de Janeiro. Por outro lado, em Roio (1990), registra-se uma simples menção à “reduzida colônia” de italianos do Rio de Janeiro.

Ao fim do dia de trabalho, Tutu ia ter ao armazém do senhor Antônio do Açogue, “um ilhéu falador, bondoso, cuja maior parte da vida se ocupou em ser carnicheiro”. Lá encontrava-se também com Parafuso, “um preto domador de cavalos e alveitar estimado” e Manel Capineiro, que trabalhava, entre outras coisas, como vigia de um capinzal. Capineiro possuía Estrela e Moreno, bois que amava como se fossem sua família, que ficou perdida em Portugal: “Manel Capineiro é português e não esconde as saudades que tem do seu Portugal, do seu caldo de unto, das suas festanças aldeãs, das suas lutas a varapau: mas se conforma com a vida atual e mesmo não se queixa das cobras que abundam no capinzal” (1956, p. 189).

Nessa crônica, como também no trecho do romance citado acima, destaca-se ainda a luta pela sobrevivência dos envolvidos, a convivência forçada a que o mundo do trabalho obriga: a proximidade no habitar, no lazer. As rivalidades e os preconceitos não os separam; ao contrário, integram-nos no cotidiano.

Interessante observar como, nos diferentes textos, Lima Barreto preocupa-se com os laços identitários dos personagens. Assim, não são apresentados da forma generalizante que lhes é atribuída pela sociedade de acolhimento, como *italianos* e *portugueses*, mas sim, conforme nos escritos acima, *napolitanos* e *ilhéus*.

Paradoxalmente, embora as fronteiras identitárias se afirmem, elas também se diluem no compartilhamento do dia a dia, das tragédias, como no caso de Manel Capineiro, cujos bois acabaram trucidados por um comboio. Capineiro, diante “da quase ruína de sua vida, chorou como se perdesse um filho, uma mãe, e exclamou: Ai mô gado! Antes fora eu!...”. Nesse caso, considerando que a morte dos animais significava a impossibilidade de trabalhar, compreende-se a dimensão atribuída ao acontecimento, bem como o desespero e a solidariedade gerados.

Na crônica “O caso do mendigo” (1956), Lima Barreto narra as vicissitudes de um mendigo espanhol, que chegou às folhas policiais denunciado como possuidor da respeitável quantia de seis conto de reis. Sem nomeá-lo, para poupá-lo de maiores exposições, narrou de maneira simpática sua história. Tratava-se de um trabalhador pobre que, sentindo a cegueira avançar, pôs-se a esmolar. Vestia e comia o que lhe davam, não fumava nem bebia – pois “quem dá esmola a um pobre cheirando a cachaça?” – e, assim, vivia intensamente o seu ofício, que foi aperfeiçoando: “aprendeu a pedir mais dramaticamente, a aflautar melhor a voz, arranjou um cachorrinho, e o seu sucesso na profissão veio”. Seu problema residia apenas na dificuldade em guardar seus recursos. Optou por trancafiar o dinheiro no banco... “Cego de juízo e um mendigo rico!”.

Em sua defesa contra os que se indignaram diante da fraude do cego próspero, Lima Barreto resgatou o ideário do imigrante: ele era espanhol, estrangeiro e tinha por dever voltar rico. Um acidente qualquer lhe tirou a vista, mas lhe ficou a obrigação de

enriquecer. O autor termina expressando seus votos para que o mendigo volte a sua gloriosa Espanha e compre uma casa de campo que tenha um pomar com oliveiras e a vinha generosa.

Lima Barreto captara o que seria para muitos o ideário do imigrante: trabalho, privação e poupança. Ao que parece, muitos imigrantes compartilharam esse drama pessoal/geracional de “ter que voltar rico”. A historiografia, todavia, vem pouco a pouco desvendando esses mitos que o avanço dos estudos vem permitindo rever, recuperando evidências de que a história da imigração, inclusive no Brasil, comportou muitos capítulos de doença, miséria e fracasso.

À guisa de conclusão

Embora tenham sido examinados apenas alguns excertos, tendo em conta os limites deste artigo, eles evidenciam a cidade como personagem, o pulsar da vida urbana materializado na experiência dos trabalhadores pobres, imigrantes e brasileiros natos, apresentando-os com dignidade, mesmo que com possíveis caricaturizações.

Mais do que imigrantes e brasileiros, eram trabalhadores, e foi como tal que enfrentaram uma conjuntura em que o capitalismo avançava velozmente sobre a sociedade brasileira pós-Abolição. Nesse sentido, construíram uma experiência comum, conceito compreendido aqui na perspectiva thompsoniana de que a forma histórica de entendimento se processa num tempo posterior à própria experiência.

Como pudemos perceber, a literatura capta simultaneamente algumas formas de sociabilidade tecidas por esses trabalhadores e partes do processo de construção de uma cultura em comum, inclusive os vieses hierárquicos que, por vezes, atravessavam as relações interétnicas.

Essa cultura comum, fruto da experiência encarnada em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais, foi importante para o desenvolvimento e a constituição do movimento operário no Rio de Janeiro, no qual identidades nacionais pouco ou nada importavam. Era como trabalhadores que italianos, espanhóis, portugueses e brasileiros natos, brancos ou afrodescendentes, se organizariam.

Finalmente, os textos ressaltam que, apesar da predominância portuguesa, a multiétnica, espalhada no todo social, assumia visibilidade destacada nos registros literários.

Referências

- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 3 ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil (1920)*. V. 1. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1923.
- CARMO, Maria Izabel Mazini. *Nelle vie della citta. Os italianos no Rio de Janeiro, 1870-1920* (dissertação). Niterói: ICHF-UFF, 2012.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- GONÇALVES, Paulo. *Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012.
- LIMA BARRETO, Jorge de. *Numa e a ninfa*. In LIMA, Jorge de. *Lima Barreto. Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.
- . *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- LOBO, Maria Eulália Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- MARTINS, Ismênia de Lima. “Os portugueses e os ‘outros’ no Rio de Janeiro: relações socioeconômicas dos lusos e demais imigrantes (1890-1920)”. Texto apresentado no Encontro Brasil-Portugal, IHGB, 2-4 abr. 2013.
- . “Espanhóis no Rio de Janeiro na conjuntura da grande imigração (1870-1920)”. In MENEZES, Lená Medeiros et al. (org.). *Migraciones iberoamericanas. Las migraciones España-Brasil (fines del siglo XIX – actualidad)*. Huelva: Centro de Investigación en Migraciones; Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos de Imigração, 2013.
- . *A presença italiana no Rio de Janeiro*. In MARTINS, I. L. e HECKER, A. (orgs.). *Emigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte, 2010.
- . “Relações e registro sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro”. In SOUSA, Fernando et al. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Cepese, 2007.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ROIO, José Luiz del (org.). *Trabalhadores do Brasil: imigração e industrialização*. São Paulo: EDUSP, 1990.

“Podes vir que aqui estou a tua espera”:
a viagem e a mala do e/imigrante na literatura
epistolar de portugueses em São Paulo
(1890 e 1930)

Maria Izilda Santos de Matos

Incorporando uma perspectiva da história cultural, estes escritos discutem a presença dos e/imigrantes portugueses em São Paulo (1890 e 1930) pela análise das cartas de chamada e demais correspondências localizadas no Memorial do Imigrante de São Paulo e em arquivos europeus. A análise particulariza, nas referências aos preparativos da saída, a travessia e a mala da viagem, bem como a constituição de redes na sociedade de acolhimento.

Essas reflexões incorporam o diálogo da investigadora, por meio de redes internacionais, com polos de pesquisa portugueses (Remessas – Rede de Estudos de Emigração da Europa do Sul para a América do Sul), espanhóis (Grupo de Pesquisa de Escritas das Mobilidades do Seminário Interdisciplinar de Estudos sobre a Cultura Escrita – Siece, da Universidade de Alcalá/Espanha e Centro de Estudos da Emigração Galega, da Universidade de Santiago de Compostela), italianos (Archivio Ligure della Scrittura Popolare, da Universidade de Gênova) e brasileiros.

Epistolário: escritura popular e deslocamentos

Os escritos privados, que contemplam os denominados “escritos ordinários”, abarcam uma variedade de textos, inclusive a escritura dos populares, à qual pouca atenção tem sido dada na historiografia, possivelmente por preconceito, segundo o qual os populares, devido à baixa alfabetização, não teriam condições de produzir registros expressivos. Inicialmente, esses documentos aparecem nas investigações como alternativos e/ou complementares, difundindo-se seu uso com a abertura possibilitada pela emergência das *outras histórias*, que ampliou os interesses sobre variadas experiências do passado. Essas recentes perspectivas, alinhadas à valorização dos *escritos ordinários*, geraram a necessidade de novas fontes, que permitiram descobertas frutíferas sobre a história dos populares, incluindo sua cultura escrita.

Os populares produziram seus próprios documentos, mas eles se encontram pouco preservados em arquivos públicos, tendo sido conservados através dos tempos, secretamente, em sótãos e baús, por razões afetivas e visando preservar a memória familiar ou de um grupo. Essas fontes explicitam experiências múltiplas, excepcionais, aventuras pessoais, referências à vida cotidiana e privada e questões de ordem subjetiva.

Desde meados da época moderna, os populares exercitaram a escritura diante da necessidade de enfrentar as exigências burocráticas do Estado moderno, o que coincidiu com certa difusão dos processos de alfabetização e escolarização. Apesar de se reconhecerem as relações entre a aceleração dos processos de alfabetização/escolarização e o aumento dos textos populares, o maior fator para tal expansão, indiscutivelmente, foi a necessidade de comunicação gerada pelas guerras (especialmente a Primeira Grande Guerra) e pelos deslocamentos.

Os processos de deslocamento exigiram dos e/imigrantes o exercício da leitura. Circulavam então toda uma sorte de manuais, guias, opúsculos, folhetos e periódicos com indicações de viagem e das condições nos países de destino, orientações sobre trâmites burocráticos (passaporte e autorizações), entre outras coisas, que configuram um amplo espectro textual que passou a fazer parte desse universo.

Da mesma forma, atribui-se papel de destaque aos deslocamentos como elementos de estímulo à difusão e consolidação da leitura/escritura entre massas de e/imigrantes pouco letrados, que foram desafiados a produzir documentos representativos e invocadores desse processo. Os distanciamentos familiares foram o mote central que levou os populares a enfrentar o texto. Eles foram movidos pelo desejo de preservar as ligações domésticas e familiares, numa necessidade de manter e/ou construir *cadeias de tinta e elos de papel* que se tornaram uma prática, necessidade e obrigação moral. Por meio dessas missivas, buscava-se combater silêncios, superar distâncias, perpetuar

afetos, reforçar laços de família, parentesco e amizade, se fazer presente na ausência, assumir responsabilidades e combater a saudade.

As cartas não só retratam os processos de afastamento como também são produtos dele. O gesto epistolar é considerado privilegiado, livre, secreto, íntimo, relato de experiências individuais que também foram (e são) experiências coletivas, textos privados e domésticos que se tornaram públicos ao serem lidos. Ele permite observar a e/imigração pelo ponto de vista de seus protagonistas e, simultaneamente, possibilita compreender as transformações sociais, culturais e identitárias, além dos vínculos e das sociabilidades constituídas no processo.

Epistolário: patrimônio documental

Enquanto um verdadeiro *tesouro documental* da escritura e memória popular (por seu volume e sua frequência), as correspondências dos e/imigrantes adquiriram interesse para os estudiosos. Esses escritos não são apenas peças essenciais de experiências individuais, eles trazem à luz histórias da e/imigração, aspectos difíceis ou quase impossíveis de se perceberem em outros *corpus* documentais, ressaltando as táticas de sobrevivência, a ascensão social, as dificuldades do cotidiano no campo e na cidade, as relações afetivas, as sensibilidades e subjetividades (Caffarena, 2012, p. 19).

O estudo das escrituras migrantes nos permite compreender a variedade dos usos e as funções do escrito nesse momento histórico, dependendo dos lugares nos quais se escrevem e dos motivos pelos quais se realizam; em última instância, das diferenças materiais que apresentam os distintos documentos. Voltar os olhos para os protagonistas desse fenômeno e usar como fontes as que por eles são produzidas leva o historiador a contemplar a emigração desde uma perspectiva nova e fundamental, compreendendo, em suma, que esses documentos não apenas nos falam da experiência de homens e mulheres comuns, senão também que são o produto e a consequência direta deles (Blass, 2004, pp. 93-119).¹

Podem-se rastrear os estudos que se centraram no epistolário e/imigrante desde o fim do século XIX. Em 1892, o comissário de emigração da Itália, Luigi Bodio, utilizou 700 missivas provenientes do Brasil para analisar as condições dos e/imigrantes (1894,

¹ No original: “El estudio de las escrituras migrantes nos permite comprender la variedad de los usos y las funciones de lo escrito en este momento histórico, dependiendo de los lugares en los que se escribe y de los motivos por los que se hace; y en función de todo ello, de las diferencias materiales que presentan los distintos documentos. Volver la mirada hacia los protagonistas de este fenómeno y emplear como fuentes las producidas por ellos mismos lleva al historiador a contemplar la emigración desde una perspectiva nueva y fundamental. A comprender, en suma, que estos documentos no sólo nos hablan de la experiencia de los hombres y mujeres corrientes, sino que son el producto y la consecuencia directa de ella”.

pp. 109-48). Da mesma forma, em 1913, o médico e literato Filippo Lussana destacou aspectos da epistolografia da imigração analisando esse material (1913).

Considerada um clássico sobre as correspondências e/imigrantes, a obra de William Isaac Thomas e Florian Znaniecki (1918-20), que recompilaram cinco volumes de cartas, traz em sua introdução uma abordagem metodológica do uso das fontes ainda hoje constantemente referenciada.

A despeito da potencialidade das cartas de e/imigrantes enquanto documentação para análise do passado, seu reconhecimento no Brasil ainda é restrito, especialmente se comparado às pesquisas realizadas na Itália, Grã-Bretanha, França, Espanha e em países receptores, como Estados Unidos e Argentina.

Contemporaneamente, destacam-se os estudos desenvolvidos na Universidade de Alcalá (Espanha), no Seminário Interdisciplinar de Estudos sobre a Cultura Escrita (Siece), entre os quais merecem menção os trabalhos de Veronica Blass (2004, pp. 93-119) e Laura Martinez e Martin, que priorizam as cartas de e/imigrantes espanhóis para a América Latina, e também os do Centro de Estudos da Emigração Galega, da Universidade de Santiago de Compostela, especialmente as pesquisas de Xosé M. Nuñez Seixas e de Raúl Soutelo Vázquez (2001; 2003, pp. 123-76).

Na Itália, no Archivio Ligure della Scritura Popolare, da Universidade de Gênova, destacam-se as pesquisas capitaneadas por Antonio Gibelli (1989, 1997, 2002 e 2001) e Fabio Caffarena e, para os e/imigrantes italianos no Brasil, os estudos de Federico Croci (2008), entre outras.²

A tentativa de ilustrar a vida de e/imigrantes de origem francófona suscitou a organização da coleção *Envoyer et Recevoir. Lettres et Correspondances dans les Diasporas Francophones*, publicada em 2006 por Frenette et al.

Já em Portugal, merecem menção as investigações de Henrique Rodrigues, que se concentram nas cartas dos emigrados de Viana do Castelo (2013).

Epistolário: tipologia e características

A e/imigração se instaurava como um movimento pendular entre a sociedade de saída e de acolhimento marcado por variáveis complexas, desde situações conjunturais até estratégias familiares, perceptíveis pelas missivas. Trata-se de histórias particulares, mas que, quando sobrepostas, constituem um panorama diferenciado dos processos de deslocamento, desconstruindo interpretações centradas exclusivamente nos mecanismos do *pull and push* e em elementos da miserabilidade (Caffarena, 2012, p. 20). As cartas

² Em 1979, Emilio Franzina publicou uma coleção de cartas de camponeses vênnetos que emigraram à América Latina, enquanto Franco Ramella e Samuel Baily (1988) analisaram as correspondências trocadas entre membros da família Sola entre o Piemonte e Buenos Aires.

permitem observar os vínculos constantemente construídos e reconstruídos entre as sociedades de saída e de acolhida, a constituição de identidades bilocalizadas, e até plurilocalizadas, bem como os esforços e as dificuldades de integração e manutenção das tradições no país de acolhimento.

Distinguem-se diferentes tipos de correspondência trocada entre os i/emigrantes: cartas rituais (nas quais comunicam-se nascimentos, mortes, casamentos etc.), cartas informativas (nas quais transmitem-se notícias não rituais), cartas sentimentais (de amor, rompimento, aspectos mais íntimos), cartas literárias (leitura pública, com interesses estéticos) e cartas de negócio e trabalho (Thomas e Znaniecki, 1918-1920).

As cartas de chamada são específicas do processo migratório: são missivas enviadas a parentes e amigos com o objetivo de convidá-los para emigrar e facilitar os trâmites burocráticos de entrada e saída nas fronteiras, como comprovação da existência de conhecidos que os poderiam acolher, possibilitando ajuda, hospedagem e emprego. Essas missivas eram muitas vezes documentos privados, cartas pessoais, com referências a relações familiares, conjugais e íntimas, que explicitavam sentimentos diversos. Sua observação detalhada permite perceber que, nas entrelinhas, as cartas foram escritas e usadas com finalidade pública, visando conseguir autorização de embarque e/ou cumprir exigências nos portos de chegada.

Nos primeiros meses após a viagem, responde-se com rapidez e escrevem-se textos longos, cheios de detalhes e explicações, explicitando o impacto frente ao novo. A temática é a partida, a viagem, a chegada e as primeiras impressões. Depois, escreve-se sobre o trabalho, os negócios e as novas relações. Com o passar do tempo e a distância, a regularidade e a extensão decrescem, a escritura se torna eventual, com redução do texto e de informações.

As correspondências revelam os diferentes níveis de escolarização.³ Em alguns poucos casos, observa-se a caligrafia esmerada, bem contornada e firme. Em contraposição, na maioria delas, encontra-se uma letra rústica e irregular. Quanto ao estilo, algumas cartas apresentam conhecimento das normas e o respeito às regras, mas a maioria está marcada por erros de ortografia, dificuldades ou inexistência de pontuação, uso aleatório de maiúsculas e minúsculas, denotando conhecimentos escassos da cultura letrada e o esforço mental e físico da escritura. Outros aspectos de forma também denotam baixa escolarização, como emprego desordenado do papel, dificuldade de manter a letra alinhada, texto ora comprimido ora alargado, folhas sem sequência.

³ Desde meados do século XIX que, em Portugal, a escolarização foi uma necessidade sentida e reclamada pelos populares, sendo mesmo apoiada por mecenas, que contribuíram para a construção de casas de ensino, destacando-se entre eles os “brasileiros”.

Nesse epistolário, na maioria das vezes, o discurso era espontâneo, improvisado, com ausência e/ou dificuldades de organização de uma estrutura lógica. Esses são traços reveladores de sujeitos históricos nas franjas da alfabetização. A oralidade pode ser percebida nos escritos pela presença de um português fonético, pela ausência de separação e/ou articulação indevida de palavras, pela troca de consoantes (por exemplo, o “v” pelo “b”), por expressões coloquiais e em desuso, frases feitas e, algumas vezes, expressões vulgares.

Cabe destacar que os modelos textuais (abertura, invocação, saudação) e as características gráficas podem ser atribuídos à aprendizagem por imitação e cópia, à transmissão de modelos pelos manuais de correspondência, guias e periódicos, também aprendidos nos bancos escolares.

Para a produção e leitura dos textos, supõem-se competências no âmbito da instrução. Na ausência de tais aptidões, apelava-se para um escrevente/leitor (escrita a rogo), que poderia ser um familiar, amigo, conhecido, mestre-escola, cura da aldeia ou mesmo profissionais da escritura, que alimentavam as correntes de comunicação entre os que partiam e os que permaneciam. As dificuldades eram maiores para as mulheres, devido ao elevado índice de analfabetismo feminino – mais frequentemente elas recorriam aos préstimos de intermediários para a escritura/leitura.

Alimentando *cadeias de tinta e elos de papel*, estabeleceram-se limites pouco definidos entre letrados e analfabetos, com uma ampla margem de semianalfabetos. Apesar dessa escassa competência, os e/imigrantes enfrentaram a necessidade de recorrer à tinta e ao papel para dar notícias aos seus e os deslocamentos tornaram-se um dos mais potentes produtores de escritura ao longo da história.

Cartas eram antídotos para a saudade, assim como forma de manter o controle. Assim se justificam pedidos de notícias, conselhos e orientações aos familiares, particularmente às esposas, que se convertem numa representação da autoridade ausente, reproduzindo relações e hierarquias familiares e sociais.

Por intermédio das missivas, buscava-se manter os vínculos com a aldeia de origem e possibilitava-se observar as dinâmicas da vida dos que partiam e dos que ficavam. Essas cartas funcionaram como boletim informativo que contribuiu para alimentar as cadeias e/imigratórias.⁴ Não obstante vários outros meios de comunicação, as informações sobre as condições nos países de acolhimento contidas nas cartas funcionaram como instrumentos propagandísticos, influenciando a decisão de emigrar e a eleição do destino e estabelecendo mecanismos de solidariedade.

⁴ A categoria rede de e/imigração incorpora tanto as ações familiares e comunitárias como as estruturas pessoais de informação, difusão e apoio, articulando-se a noção de cadeia proposta por MacDonald (1964, pp. 82-97) e Devoto (1988, pp. 103-23).

A literatura epistolar dos e/imigrantes possibilita reconstituir elos entre o passado e o presente, a circularidade cultural entre a sociedade de partida e de acolhimento (solidariedade, ajuda frente ao novo, desconhecido e possivelmente hostil), facilidades e dificuldades de integração, mudanças e permanências de *habitus* (sabores, gostos, religiosidade), a transmissão e reconstrução das tradições, entre várias outras questões.

Travessia: ações, cuidados e recomendações

As correspondências permitem recuperar diversas questões que envolvem os deslocamentos dos portugueses, cabendo destacar um sentido maior observado na documentação – o desejo de reunificação familiar por meio das chamadas a esposas, filhos, parentes e conterrâneos. Em grande parte das epístolas, observam-se maridos desejosos pela reunificação familiar. Esposas receberam, leram e usaram missivas para fazer prova da ausência do companheiro, expondo as intimidades do casal, dificuldades econômicas e financeiras, dívidas contraídas, bem como preocupações e orientações de viagem.

O conhecimento contraído pelos e/imigrantes durante a travessia transatlântica, somado às experiências adquiridas no Brasil, os levaram a orientar seus parentes sobre procedimentos nos preparativos da partida, como compra das passagens, providências em relação a documentação e embarque, cuidados e postura durante a viagem e também o que trazer e deixar.

Algumas vezes, as passagens eram remetidas do Brasil, para evitar oportunistas e falsos agentes, que ludibriavam os poucos experientes. Em outros casos, era cuidadosamente explicitado onde e como comprar os bilhetes e, para tanto, eram enviados os valores necessários.⁵

Quando comprarem os bilhetes de mar não fiem em lerias dos outros bão em coimbra no antonio fernandez e no avilio lagoas e onde derem maiz varato mais noço amigo é; não tragam objetos para ninguem porque save o que sucedeu comigo, com esse moço de soure entreguei os objetos e depois fiquei em má reputação a qualquer um dos primoz para andar junto no que fôr preciso que ele depois lhe a gradeço a pesar de lhe pagar...⁶

⁵ A frequência dessas ações e as denúncias levaram ao estabelecimento do Regulamento de 3 de julho de 1896, que especificava a constituição e fiscalização de agências de emigração oficializadas.

⁶ Carta n. 398, de 11 de março de 1916. Brasil. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

Eu lhe remeto o dinheiro para as duas passage, e mais dispezas, é preciso tirar os passaporte ahi e apresentar-se e Lisboa no governo civil que é para poder tirar as passagens e vir para aqui, é necessario ter muito cuidado com as compras das passagens com os correctos costumam roubar de que não conhecesse E necessario deixar uma pessoa conhecida para tomar conta das ou vender ou arrendar ou deixar um procurador de confiança ahi as passagens é para tirar ate Santos que eu vou lhe esperar lá peço mandar dizer mais ou menos quanto precisa para as dispezas todas e passagens.⁷

Incluía-se também a indicação da companhia de navegação, avaliada pela credibilidade e segurança, ou pelo conforto. Conjuntamente, detalhavam-se os trâmites para a solicitação e obtenção do passaporte:

Vais nu padre tiras as assertidões i bens a Guimaraes na ademenistração correes folha i dipoes bens para Braga nu governo sivil tiras u pasaporte. Cando sahir vapor du porto tu vens i la nu mesmo dia compras a paçagem não te e preçizo encommudar peço alguma. Eu quero que tu venhas na mala Real Egleza que e de muito respeito não temas de vir que nu Vapor tomas muito conhecimento com familias.⁸

Orientava-se sobre vários outros preparativos, como o percurso até o porto de embarque e cuidados antes de tomar o vapor. Mulheres, crianças e velhos deveriam vir acompanhados, com apoio de conhecidos, familiares, vizinhos, pessoas de confiança, honestas e respeitadoras; de preferência experientes e que soubessem ler – nesse caso, eram feitas indicações.

Não venhas como a ovelha sem pastor. Fala com o filho do Meco das Porreiras, que eu já lhe escrevi, pedindo-lhe para tu vires na companhia dele e da senhora dele, porque ele parece que deve vir logo e eu faço gosto que tu venhas com ele.⁹

Eram frequentes as preocupações em regrar os comportamentos durante a viagem segundo normas de conduta e regras de sociabilidade, especialmente para com as mulheres. As orientações eram expressas para se cuidar do comportamento, sendo conveniente evitar exposições, assédios e promiscuidades: “No vapor, porta-te bem, sempre séria com toda a gente. Quando eu vim, vim com a cabeça perdida com umas mulheres...”.¹⁰

⁷ Carta n. 896, de 10 de agosto de 1921. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

⁸ Carta de Jerónimo Fernandes à esposa Maria das Dores Fernandes, de março de 1904 (Cunha, 1997, p. 35).

⁹ Carta do Processo do Passaporte n. 715, emitido em 31 de outubro de 1896 (Rodrigues, 2010).

¹⁰ Carta do Processo do Passaporte n. 516, emitido em 22 de maio de 1893 (Rodrigues, 2010).

Acautelava-se sobre possíveis acidentes a bordo, apontando os cuidados a tomar com as crianças e os mais idosos.

Emquanto a viagem peço te que tenhas todo cuidado principalmente no vapor principalmente com a mãe que não de algum tombo nas escadas do vapor so depois de estares dentro examina bem o cuidado que debes ter cuidado au pinchar da lancha para o vapor.¹¹

Nas cidades e aldeias circulavam relatos de viagem que alimentavam os medos de enfrentar a expedição transatlântica. Mesmo com o estabelecimento de linhas regulares de vapores, que garantiam percursos mais seguros e rápidos, ainda persistiam as histórias de trajetórias difíceis e naufrágios. Nas missivas, as palavras de alento e estímulo visavam tranquilizar o/a viajante para enfrentar a longa travessia, lembrava-se de ações de solidariedade e cooperação no percurso, com a possibilidade de se estabelecerem vínculos de amizade: “Tenha muita coragem para atravessar o mar: lembre-se que vem abraçar todos os seus filhos para ganhar mais ânimo”.¹²

Desde meados do século XIX que, devido a constantes denúncias sobre as condições de viagem, implementaram-se ações regulamentadoras de controle de excesso de passageiros e bagagens e medidas de proteção e assistência aos viajantes em situação de adoecimento a bordo (as naus deviam ter uma botica e apoio médico). O regulamento de 7 de março de 1863 determinava que os vapores deviam garantir alojamentos salubres e higiênicos, alimentação de boa qualidade e em quantidade, além de água bem acondicionada.

Apesar desses procedimentos legais, contudo, prosseguiram os problemas, que eram constantemente denunciados pela imprensa, os quais apontavam que os e/imigrantes, em sua maioria marcados pela ignorância, pela pobreza e pelo analfabetismo, encontravam-se numa situação de subalternidade e desamparo durante a travessia.

As irregularidades persistiam, tornando a viagem precária frente à falta de higiene, às más acomodações, à alimentação mal preparada e em pouca quantidade. Nas cartas aparecem várias recomendações que visavam evitar privações e amenizar desconfortos, como levar alimentos para consumir durante a travessia. Indicavam-se ainda meios de diminuir o mal-estar e os enjoos (como levar consigo limões e açúcar).

Trás também um pouco de bacalhau, ia sim como também meia dúzia de chouriços para vosses comer em viaje ia sim como também comora um pouco de queijo que a sim te é perciso e o que mais te a petesser.¹³

¹¹ Carta n. 205, de 3 de junho de 1913. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

¹² Carta n. 438, de 10 de maio de 1919. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

¹³ Carta n. 255, de 1º de agosto de 1912. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

Entretanto, deviam-se evitar produtos que estragassem ao longo da viagem:

Maria diz ao Sr^o Alfredo que eu hoje mesmo falei com o irmão e filho, e dis-lhe também que as masões que ele mandou aprodreção em antes de cá chigar, eu apresentava las mesmo assim, mas vinhão me a estragar outras coisas, e por isso mandeias aos peixes, se eu soubesse que ellas apodreção, tinhas eu comido.¹⁴

Precavendo-se roubos, alertava-se para os cuidados com dinheiro e objetos de valor, aconselhava-se que os bens deveriam ser guardados disfarçadamente escondidos, tendo-se como alternativa:

O dinheiro poiz um halço na saia branca i cozio o cardão trazio o pescoso.¹⁵

Méte no bolso que te fáz fáta na viagem o seu cordão e as argólas guarda elas com sigo de módo que lhe não sêja tirado.¹⁶

Para prevenir a perda ou o extravio de malas, sugeriam-se marcas de identificação na bagagem (“faça três cruces negras no baú”). Indicava-se colocar numa mala de mão acessórios e roupas para usar a bordo ou no momento do desembarque.

Compra uma mala de mão para trazeses alguma roupa melhor para saltar em terra para não parsseres uma Patricia i não tragas lensso na cabessa que nesta terra não se uza i paresse Mal.¹⁷

Compra votas para ti e para as filhas para não parceres uma Maria chegada da terra no desembarque aqui.¹⁸

A chegada era uma ocasião especial de reencontro. Para tanto, devia-se apresentar bem, com o que se tivesse de melhor, roupa nova ou traje domingueiro. Nas correspondências, aparecem recomendações de vestir-se “à brasileira” e não aparentar “costumes da aldeia”, buscando demonstrar conhecimento sobre a cultura do país de acolhimento (Rodrigues, 2011, p. 302). Algumas missivas apresentavam maiores preocupações

¹⁴ Processo n. 987, 8 de janeiro de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

¹⁵ Processo n. 691, 13 de abril de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

¹⁶ Processo n. 389, 10 de agosto de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

¹⁷ Processo n. 599, 9 de abril de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

¹⁸ Processo n. 255, 1^o de agosto de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

frente ao desconhecimento dos hábitos, arrolando detalhadamente todo o vestuário a ser comprado e trazido.

Envie esse catalogo para veres mais ou menos como deves te vestir assim como a menina visto os costumes d'aqui serem outros tomarais nota de tudo que gastaste Lucelia procura vestir mais ou menos costume de cidade e não de aldeia.¹⁹

Compra uma malla e roupas Brasileira, lenços da cabeça e do pescoço é só para a viagem.²⁰

Sobre as vestimentas masculinas, pedia-se nas mensagens que se trouxessem pletós, ternos, casacos, camisas, ceroulas, meias, chinelos, sapatos, chapéus e guarda-chuvas; alguns recomendavam que as roupas fossem de qualidade nos tecidos e na modelagem:

Ahi ades resever 90.000 mil reis queio que deve a chigar para o que presizo. Agora quando tu vieres trazme o terno da roupa Quero um terno queláro fino e uma calsa por fora tambem quelara Esso é feito em caza do oliveira.²¹

Outros faziam encomendas por considerarem os produtos mais caros no Brasil, como assinalado na carta de Manoel Marques dos Santos: “Se me podeses traser um chapéu preto para a cabessa de nr 5 e duque tenho mais nesidade i aqui são munto caras”.²²

Alguns e/imigrantes que conheciam os trâmites alfandegários aconselhavam cuidados com o porte de armas e com as próprias mercadorias, especificando para que se trouxessem os tecidos cortados e as solas dos sapatos sujas, evitando assim que fossem confiscados na entrada: “Previnote se trouxeres alguma arma seja ella como for au entrar para o vapor entrega para a mãe que meta no ceio”.²³

Também eram frequentes nas epístolas o pedido de confirmação da data de chegada e o nome do vapor, garantindo a presença no desembarque, mesmo que significasse enfrentar um longo deslocamento do interior até o porto de Santos. Porém, quando isso era inviável, cuidava-se para que, no porto ou na estação ferroviária, houvesse alguém para recepcionar o recém-chegado, ajudá-lo com as bagagens, os trâmites alfandegários e a Inspetoria de Imigração.

¹⁹ Processo n. 951, 6 de julho de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

²⁰ Processo n. 60, de 13 de julho de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

²¹ Processo n. 299, de 5 de agosto de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

²² Processo n. 339, de 9 de agosto de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

²³ Carta n. 205, de 3 de julho de 1913. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

Se eu não estiver em Santos e a Snra. não puder tirar as caixas ou bagagem que trazer a Snra. bai na estação do caminho de terra e compra bilhete para Pirituba ali eu tenho dado providências leve o conhecimento de bagagem que no dia seguinte eu benho buscar as ditas.²⁴

A despedida: o que trazer e deixar

Nas missivas analisadas, em sua maioria cartas de chamada, as referências ao regresso são praticamente inexistentes. Os remetentes eram imigrantes que encontraram possibilidades e se fixaram na sociedade receptora. Possivelmente, essas experiências contribuíram para o fim do projeto de retorno, o que aparece explicitado.

Observa-se também nas correspondências uma preocupação com o cotidiano em Portugal, tanto nas lidas rurais como nos negócios, evidenciadas pelas orientações trocadas entre familiares e cônjuges. Ressaltam-se as diversas estratégias femininas desenvolvidas diante da ausência dos homens que migraram primeiro. As mulheres enfrentavam um cotidiano árduo e envolto em muito trabalho, que incluía o trato da lavoura e dos animais, a responsabilidade dos negócios, a administração das remessas, somados aos cuidados com a casa e os filhos.

Nas epístolas, juntamente com os planos para a reunificação familiar, notam-se as especificações da partida, com todas as orientações do que deveria ser deixado ou trazido, doado ou vendido, de que objetos, utensílios, animais e propriedades se desfazer e como:

E porisso dou-lhe ordem para as vender, e esses sibos que tem ahi venda-os ou faça delles o que quizer, porque logo que vem para o pé de mim não precisa lá delles, pode vendel-os e repartil-os com a outra e venha sem receio nenhum e recomendo para vir já depressa, que aqui não lhe falta que fazer mas nem de comer.²⁵

Minha querida mãe, venda tudo oque puder i o que não puder vender deia dismola aus pobres nada disso lhe ade fazer falta aqui se ganha para comer i para bestir i sempre se tem 50 ou sem milreis nalzibeira purisso querendo bir ista na sua bontade...²⁶

Minha mae se a Snr^a vier o que me pertende assim deiche tudo para o meu sogro entregue aminha sogra a caisinha ... minha mae veja bem não mefaça perder este dinheiro venha sen falta que aqui a senhora passa e mito bem...²⁷

²⁴ Carta n. 126, de 22 de julho de 1912. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

²⁵ Carta n. 572, de 29 de julho de 1912. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

²⁶ Carta n. 763, de 26 de agosto de 1915. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

²⁷ Carta n. 1.126, de 10 de dezembro de 1923. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

Traz e a roupa que estiver bôa e a que não estiver da aos pobres por alma dos nossos pais e o resto da mobília faz della o que quizeres...²⁸

Os objetos que apresentavam possibilidade de uso no Brasil eram transportados, como ferramentas de ofício (lápiz de carpintaria, esquadro, martelo, serrote, prima, lima, cinzel), utensílios para a prática agrícola (foice, pá, enxada, machado), incluindo instrumentos musicais (violão, violino, guitarra, pandeiro, adufe, castanholas, concertina, flauta e gaita).

Enquanto a roupas tanto grossas como finas tudo é preciso tanto de cama como de corpo, ferramenta traz um prisma ½ kilo e traz uma colher grande d' aço que seja boa para rebocar traz um ou dois metros de molas traz trez timas das mais compridas feitas em sinzel que chamamos talha deixa o martelo compras cá não precisas de mais ferramentas.²⁹

Eram vários os utensílios e o maquinário considerados de serventia. Por carta, Antonio Fernandes pedia à esposa que trouxesse sua máquina de costura “bem encaixotada”; dessa forma, ela poderia trabalhar como costureira, contribuindo com a renda familiar. Igualmente, aparecem referências à utilidade de fusos, teares, materiais de costura, bordado, tricô e crochê (peças de renda, de linho e outros tecidos, jogos de agulha, novelos, retroses, linhas etc.).

Entre os objetos trazidos na mala do imigrante, encontravam-se vários apetrechos de uso doméstico, como louças, talheres, roupas de cama e mesa, travesseiros, cobertores, mantas, colchões e móveis. O apego a esses componentes sugere a manutenção de hábitos da terra.

Anna tráz com tigo os lenções que tiveres, e tráz 2 cobertores, e a tua roupa toda, e tráz a fáca que era minha, e toalhas um trabeceiro ou 2; os colxões, tudo isto que venha lavado, tráz isto tudo dentro da minha caixa, e 2 mantas das milhores, e o resto que tiveres, vende tudo a quem tepágue logo.³⁰

A cama se pudes manda-a encaixotar, meza não tragas alguma louça mettea dentro das málas e trala junto contigo.³¹

²⁸ Carta n. 612, de 7 de setembro de 1912. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

²⁹ Carta n. 205, de 3 de junho de 1913. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

³⁰ Processo n. 482, de 10 de agosto de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

³¹ Processo n. 198, de 1º de agosto de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

Em várias mensagens, aparecem pedidos para que se trouxessem objetos de valor, como joias, cordões, medalhas, brincos, broches e anéis de ouro, além de relógios; todavia, alertava-se para que se os guardasse com cuidado durante a viagem. Esses objetos eram uma forma de se transportar um capital ou o simples desejo de possuir o bem, ou presentear alguém:

Também lhe dirás que se ella vier que traga uns brincos para a D. Maria (a espanhola) bem sabes quem tem o valor de 2\$500 reis mais ou menos porque será a primeira mulher amiga que ella aqui terá.³²

Eram constantes os pedidos de produtos alimentícios da terra, como presunto, embutidos, amêndoas, nozes, azeites, vinhos, salpicões, pinhões, entre outros, sendo essa uma oportunidade de matar a saudade dos sabores de além-mar, já que na experiência de deslocamento, a alimentação é considerada o último costume abandonado, podendo ser considerado como um fator de resistência.

Eu espero que a senhora venha antes do Natal para poder passal-o comnosco, se a senhora me poder trazer um Presunto, não precisa que seja muito grande mas isto é conversa minha.³³

Peço-te que tragas uma pouca de amêndoa e noz para a D. Chiquinha, que ella disseme que lha troucesses, amedoa e melhor vir em grão para não fazer tanto volume.³⁴

A necessidade de se comunicar e manter vínculos foi impulsionada pelos deslocamentos, que fomentaram a troca de cartas pelo Atlântico, possibilitando o estabelecimento de redes. Essas redes propagaram informações e permitiram chamadas. As cartas constituem registro e mote desse processo, funcionando como veículos de divulgação da migração, ao favorecem as saídas, criando circuitos que envolviam parentes, amigos, conterrâneos, estabelecendo bases de apoio que ajudavam a enfrentar as dificuldades e agruras do cotidiano na sociedade de acolhimento.

Essas fontes – que parecem desprovidas de relevo para o estudo das novas imagens da mobilidade, por representarem episódios momentâneos e casuísticos e por só haver um emissor, uma carta e um receptor do qual desconhecemos as reações e respostas – são repositórios de valor inestimável sobre o universo migratório e as dinâmicas familiares, pois

³² Processo n. 983, de 8 de julho de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

³³ Carta n. 439, de 20 de agosto de 1919. Brasil. APESP. Fundo Hospedaria dos Imigrantes, de São Paulo.

³⁴ Processo n. 612, de 7 de setembro de 1912. Portugal. Arquivo Distrital do Porto.

nelas reside uma imagem mais autêntica, sem impressionismos ou ficções (Rodrigues, 2011, p. 279).

Para o pesquisador, as correspondências provocam muitas inquietações sobre os desdobramentos das trajetórias, como, por exemplo, se a reunificação familiar foi possível ou não. Infelizmente, é impossível responder a essas inquietações. Se a missão do historiador é questionar o passado contando suas histórias, cabe encerrar esta narrativa com uma adaptação de um dito popular: “Entre uma carta e outra, quem quiser que conte outra”.

Referências

- BAILY, Samuel L. e FRANCO RAMELLA. *One family: two worlds: an Italian family's correspondence across the Atlantic, 1901-1922*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.
- BLASS, Veronica. “Puentes de papel”: apuntes sobre las escrituras de la emigración”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, jul.-dez. 2004, pp. 93-119.
- BODIO, Luigi. *Sulla emigrazione italiana e sul patronato degli emigrante*. Atti Del primo Congresso Geográfico Italiano tenuto in Genova dal 18 al 25 settembre 1892, v. 2. Gênova: Tipografia Del Regio Istituto Sordo-Muti, 1894, pp. 109-48.
- CAFFARENA, Fabio. “Introducción”. In — e MARTÍN, Laura M. *Escrituras migrantes: una mirada italo-española*. Gênova: Franco Angeli, 2012.
- CROCI, Federico. “O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil”. *Revista Locus*, v. 14, n. 2, jul.-dez. 2008.
- CUNHA, Carmen Sarmento. *Emigração familiar para o Brasil-Concelho de Guimarães 1890-1914 – uma perspectiva microanalítica* (dissertação). Universidade do Minho, 1997.
- DEVOTO, Fernando J. “Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, CEMLA/Buenos Aires, n. 8, 1988, pp. 103-23.
- FRANZINA, Emilio. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini Veneti in America Latina 1876-1902*. Milão: Feltrinelli, 1979.
- FRENETTE, Yves et al. (orgs.). *Envoyer et recevoir. Lettres et correspondances dans les diasporas francophones*. Québec: Presses de l'Université Laval, 2006.
- GIBELLI, Antonio. “Emigrantes y soldados: la escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX”. In CASTILLO GÓMEZ, Antonio (org.). *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. Gijón: Trea, 2002.
- . “Les témoignages des émigrants entre oralité et écriture”. In ROUCHE, Monique e MALTONE, Carmela (orgs.). *Sur le pas des italiens en Aquitaine au vingtième siècle: actes du Colloque International Talence-Bordeaux*. Bordéus: Maison de les Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1997.
- . “‘Fatemi unpo sapere...’: scrittura e fotografia nella corrispondenza degli emigrante liguri”. *La via delle Americhe: l'emigrazione ligure tra evento e racconto* (catalogo della mostra). Gênova: Sagep Editrice, 1989.
- e CAFFARENA, F. “Le lettere degli emigrante”. In BEVILACQUA, Piero et al. *Storia dell'emigrazione italiana*. Roma: Donzelli, 2001, pp. 563-74.
- LUSSANA, Filippo. *Lettere di illetterati. Note di psicologia sociale*. Bolonha: Zanichelli, 1913.

- MACDONALD, J. e MACDONALD, L. "Chain migration ethnic neighborhood formation and social networks". *The Milbank Memorial Fund Quartely*, v. 42, n. 1, 1964, pp. 82-97.
- RODRIGUES, Henrique. Escrita de emigrantes: abordagem à correspondência oitocentista. In ——. *Escritas das mobilidades*. Funchal: CEHA, 2011.
- . "Imagens da emigração oitocentista na correspondência enviada ao Brasil". *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, 2010. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2213>.
- e PORTUGUÊS, E. *Escritas privadas, da mobilidade e da guerra*. Centro de Estudos Regionais/ Caixa Agrícola do Nordeste, 2013. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2213>.
- SOUTELO VÁZQUEZ, Raúl. "La correspondencia familiar de los emigrantes gallegos durante el franquismo". In CASTILLO GÓMEZ, A. e MONTERO GARCÍA, F. (orgs.). *Franquismo y memoria popular: escrituras, voces y representaciones*. Madri: Siete Mares, 2003, pp. 123-76.
- . *De América para a casa: correspondencia familiar de emigrantes galegos no Brasil, Venezuela e Uruguai (1916-1969)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2001.
- THOMAS, William Isaac e ZNANIECKI, Florian. *The polish peasant in Europa and America*. Chicago: Universidade de Chicago, 1918-1920.

Receptividade e/imigracional comparada Brasil-América: os portugueses

José Jobson de Andrade Arruda

Problematização

O foco deste ensaio é a dimensão política da receptividade imigracional, com ênfase na especial configuração dos Estados receptores, tendo por referência os contextos históricos que moldaram sua formação, privilegiando o itinerário das nações emergentes no amplo quadro da primeira grande descolonização da modernidade, envolvendo as ex-colônias dos tradicionais impérios ibéricos, português e espanhol, na era das revoluções.

Essa temática foi esboçada em artigo que problematizou a receptividade imigracional em sua feição política, a partir da experiência vivenciada pelos portugueses deslocados para o Brasil após a ruptura dos laços com Portugal, em 1822 (cf. Arruda, 2009, pp. 51-68), inscrito na sequência de dois outros textos elaborados para compor o sétimo e o oitavo volumes da série *Imigração Portuguesa para o Brasil*,¹ cujo eixo

¹ Refiro-me a “Os portugueses no Brasil, de colonos a emigrantes: reflexões teóricas”; e “Os portugueses no Brasil: imigração espontânea, imigração compulsória e colonização

analítico enfatiza as linhas de continuidade prevaletentes nesse processo. Valemo-nos, nesse passo, das contribuições de pesquisadores brasileiros e portugueses incluídas nos volumes já publicados ao abrigo do projeto “Os portugueses no Brasil”, sobretudo os textos que escandem a temática jurídico-constitucional-institucional e, muito particularmente, os aportes historiográficos valiosos de José Sacchetta Ramos Mendes, Gladys Sabina Ribeiro e Lená Medeiros de Menezes.

A análise comparada das trajetórias coetâneas dos jovens Estados americanos, seja do Império brasileiro ou das repúblicas latinas, é uma ferramenta inexcelável nesse tipo de abordagem, partindo-se do pressuposto de que é “indispensável inserir a grande imigração para a América Latina em um quadro amplo, que permita dar conta de semelhanças e diversidades” (Fausto, 1999, p. 12). De fato, analisada isoladamente, a continuidade da imigração portuguesa – e até mesmo seu crescimento – *vis a vis* às formas assumidas pelos regimes políticos vigentes, Colônia ou Império, caracteriza-se por sua continuidade. Se, porém, for referida aos processos coevos nos Estados vizinhos, sua diferença específica se explicita e ganha densidade histórica por relativizar a ênfase na ruptura colonial. Nesse empreendimento, a comparação é absolutamente justificável, por ter na trajetória histórica das ex-colônias ibéricas seu contraponto lógico, por sua espacialidade e temporalidade, considerando-se que sua historicidade é produto da colonização moderna e que ambas integraram o sistema colonial moderno, o que configura, portanto, elevado grau de similaridade em suas estruturas fundamentais – que têm, na dinâmica histórica, na diacronia de longa duração, que se inicia com os descobrimentos marítimos, o encontro, a conquista e a colonização do Novo Mundo, seu traço de continuidade; e, nos eventos turbilhonantes que pontuam a crise dos impérios ibéricos na curta duração da passagem do século XVIII para o século XIX, seu momento sincrônico, de quebra de continuidade, de ruptura, de mudança de rumo, de bifurcação de suas trajetórias políticas, que as diferenciarão visceralmente no transcurso do longo século XIX, distinção simbolizada na oposição entre repúblicas instáveis e um império consolidado.

Mudanças severas repercutiram sobre os movimentos migracionais, alterando substancialmente as condições de recepção dos imigrantes oriundos das antigas metrópoles, reduzindo as possibilidades de integração e assimilação, ampliando a resistência aos recém-chegados, alimentando a xenofobia, rompendo o sentimento de pertencer a uma cultura e, no limite, ensejando a assunção de uma nova identidade, que transforma os outrora súditos do Império espanhol em cidadãos das repúblicas latino-americanas.

O que tudo isso tem a ver com a e/imigração portuguesa para o Brasil, e com a espanhola para a América Latina?

Imigrantes portugueses no pós-Independência

A relação entre os imigrantes portugueses e a natureza das instituições políticas brasileiras que os recepcionam não pode ser naturalizada. É necessário firmar a proposição segundo a qual a forma assumida pela transição política, pelo regime político instaurado e pelas personagens incumbidas de liderá-los foi condição importante no desenrolar do movimento migratório. Nessa perspectiva, a continuidade política é inquestionável. A transição foi pacífica, com sequelas pontuais e insuficientes para ameaçar sua consumação. O regime monárquico prevalecia no reino de Portugal e no Império do Brasil. O imperador do Brasil era herdeiro do trono português e presuntivo rei de Portugal. A dinastia dos Bragança era a mesma lá e cá.² Em suma, como já dissemos, havia condições extremamente favoráveis ao assentamento dos imigrantes portugueses, pois aqui não se sentiam em terras estranhas, instalavam-se num país jovem e promissor, que inspirava confiança, por terem na máxima autoridade política local um protetor em última instância, com poder para amortecer as resistências internas aos adventícios, domar as insurreições, acelerar a integração, pois o Império brasileiro preservava o “ideal português de grandeza imperial, imbricado à visão paradisíaca das terras da América” (Lyra, 2010, p. 152), que o Império brasileiro de raiz portuguesa prometia herdar.

É nesse sentido que se pode apreciar todo o arcabouço jurídico produzido no Império e, posteriormente, na república atinente aos imigrantes portugueses, com minúsculos exemplos que caracterizam exceção a essa regra geral. A constante do relacionamento é a reduzida intolerância e a disposição para conceder privilégios, nos termos apontados pela notável contribuição do historiador e jurista José Sacchetta Mendes, cuja obra lastreia grande parte das discussões que se seguem (2011, p. 24). Constante essa que, como muito bem observou a prefaciadora do livro, “a legislação e as diretrizes políticas ao longo do período imperial, republicano e estado-novista favoreceram sempre os portugueses em relação aos demais imigrantes” (Silva apud Mendes, 2011, p. 24), relativizando as interpretações que exponencializam os ataques aos portugueses que, de certa forma, reproduzem os argumentos dos setores contrários à emigração para o Brasil, fossem eles de políticos, diplomatas, burocratas ou jornalistas, encampados por historiadores – principalmente portugueses que exaltam os aspectos negativos da emigração –, fossem eles demográficos, econômicos ou mesmo militares, uma reminiscência da noção de decadência tão em voga no Portugal dos Oitocentos, argumentos que “não correspondem à perspectiva dos emigrantes”, pois esse discurso foi produzido por outros que não os próprios emigrantes, “com interesses próprios a defender” (Leite,

² D. João sentia-se orgulhoso de seu herdeiro, “revendo nos seus cabelos loiros encaracolados e nos seus olhos grandes e azuis um Bragança da gema” (Santos apud Couto, 2010, p. 198).

2000, p. 181), responsáveis pela imagem de gente rústica, sem instrução, presa fácil dos engajadores, matéria-prima ideal para alimentar a pecha da *escravidão branca* aplicada ao Brasil (Rodrigues apud Garrido, 2011, p. 300). Acusações que, pelo extraordinário desempenho da imigração portuguesa para o Brasil no século XIX, caíram no vazio, obviamente porque não faltavam discursos no sentido contrário, sobretudo dos promotores da imigração clandestina, que apelavam para pontos extremamente sensíveis para quem emigra: “a mesma língua, uma mesma religião, um imenso número de patrícios, até amigos e vizinhos”.

Generalização equivocada, uma vez que os rústicos, a gente humilde, eram apenas o último escalão dos que partiam – pessoas desesperadas pela quebra das safras agrícolas, pelo desemprego, que, sem condições de viabilizar a própria viagem, entregavam-se nas mãos dos comandantes dos navios, cujas passagens tinham seu valor resgatado no porto de chegada em troca de um contrato, garantia indispensável de trabalho por um período determinado –, contingente ao qual se somavam aqueles que se engajavam na tripulação do navio para pagar o custo da viagem – clandestinos que fugiam ao ônus da aquisição de passaporte, ou do cumprimento das obrigações militares, passageiros de sentido único, ida sem volta.

Num patamar acima, encontravam-se os que partiam em grupos familiares pressionados por dívidas, pelas crises agrícolas, pela prole numerosa, que esperavam o momento azado para partir, não sem antes empenhar ou vender seus bens, terrenos ou casas de moradia, o que lhes facultava comprar uma passagem nos barcos a vapor, com preços até 50% mais elevados do que os veleiros, mas que eram muito mais rápidos. Num terceiro patamar, numa escala social ascendente, instala-se a categoria dos artesãos casados que deixavam suas famílias e partiam em busca de melhores salários nos centros urbanos, especialmente no Rio de Janeiro, onde permaneciam em média pelo período de dois anos, retornando em seguida para Portugal, experiência que poderiam repetir mais de uma vez em suas vidas.

No topo da escala social, estão aqueles para os quais “emigrar é uma decisão de carreira”, jovens preparados, ambiciosos, atraídos pelos salários mais altos e, sobretudo, pela possibilidade de se “estabelecerem por conta própria” – o clássico caixeiro, ou guarda-livros, que acabaria por tomar o lugar do patrão quando este se decidia por regressar a Portugal. Todos eles, em todos os estratos, estavam “longe de ser pobres”, evidenciando que os “emigrantes do continente português não eram uma massa de indigentes” (Leite, 1991, p. 751),³ pois veleiros e vapores “enquadravam-se num mo-

³ Formulação semelhante àquela de 1987, quando afirmava: “A emigração transatlântica era sem dúvida um empreendimento caro; e, como a maior parte da emigração portuguesa – sobretudo a do continente – era livre de contrato e, portanto, não subsidiada, pode dizer-se que a generalidade dos emigrantes dispunha de algum capital ou crédito: os emigrantes não eram a camada mais miserável e desprotegida da população”.

vimento mais geral de circulação de mercadorias, mão de obra e capital” (Leite, 1991, pp. 195, 196, 185);⁴ e custavam,⁵ ou seja, a parcela da população realmente pobre, indigente, remanesce em Portugal, não lhes restando senão o assistencialismo público, a caridade religiosa ou o ingresso no mundo da transgressão.

O propalado antilusitanismo que teria se generalizado no Brasil pós-Independência e que poderia ser entendido como uma quebra de continuidade migracional não poderia, portanto, atingir de modo igual segmentos socialmente tão diferenciados da massa de imigrantes portugueses. Suas manifestações são circunstanciais, atreladas a momentos de tensão política, de crises econômicas e sociais. Não é estrutural, é conjuntural. Mas, como os momentos de crise reverberam mais intensamente nos registros documentais e nas expressões culturais, ele ganha visibilidade histórica em relação aos momentos apaziguados e pode se apresentar como um fenômeno secular em estado de latência permanente, fenômeno esse que, se “interpretado num conjunto mais amplo, adquire um sentido distinto daquele que se observa em manifestações pontuais, quando ganham ênfase as circunstâncias de momento”, pois, se confrontados com os privilégios políticos e jurídicos consignados aos imigrantes portugueses no Brasil, “favorecimento e intolerância singularizaram paradoxalmente a história dos lusos no país” (Mendes, 2011, p. 30).

Mas o peso dos termos dessa equação não é igual. A intolerância, já se disse, é pontual, circunstante. Pois seria possível demonstrar que, apesar da irritação com os portugueses em determinados momentos, acusados de açambarcar o comércio, monopolizar os cortiços, elevar os aluguéis, trair a pátria em formação, havia também tolerância, pois os momentos de convivência pacífica, de estabilidade nas relações, superam em muito aqueles marcados pela tensão, pelo conflito. Além do mais, como já destacamos, os imigrantes não eram todos iguais, diferenciavam-se entre si por suas condições econômicas e sociais – diferenciavam-se dos brasileiros pelo tempo de estada na terra, uma vez que os recém-chegados não eram iguais àqueles que há mais de uma geração aqui estavam e que pouco se distinguiam em relação aos luso-brasílicos, primeiro, e aos brasileiros, depois. Pelo contrário, o favorecimento é uma constante e se expressa de forma mais contundente pela via legal, por meio dos dispositivos constitucionais. Des-

⁴ Exatamente o que cabalmente demonstra Paulo César Gonçalves em sua tese, centrada nas companhias transportadoras de braços para o Novo Mundo, mercadoria valiosa que fez a fortuna “dos armadores e das companhias de navegação”, impulsionando, em decorrência, uma complexa rede de intermediários, “agentes e subagentes de emigração e agências de recrutamento, instituições públicas, companhias ferroviárias, companhias de colonização, propagandistas, bancos e pequenos banqueiros, casas de câmbio e hospedarias” (2012, p. 447).

⁵ Costa Leite reitera: “A emigração estabelece, assim, uma complexa e importante ligação a diversos setores da economia, criando ou estimulando oportunidades de negócios que começam ainda antes da saída do emigrante, com as operações exigidas pelo financiamento da deslocação, e frequentemente se prolongam após a viagem, nomeadamente pelo envio de remessas em dinheiro” (1996, p. 381).

de a Independência, diz José Sacchetta, “um conjunto de leis, portarias administrativas, instruções diplomáticas, atos e procedimentos singularizou a presença do imigrante português”, distinguindo-o, privilegiando-o de várias maneiras, “de regras imigratórias a leis trabalhistas, de povoamento e naturalização”, nos dispositivos consulares que buscavam facilitar a “concessão de vistos e promover sua imigração para o país”. Nada menos do que “seis das sete constituições brasileiras favoreceram o português, inclusive a Constituição Federal de 1988, ainda em vigor, que atribui ao cidadão de Portugal e de países de língua oficial portuguesa condições exclusivas para obter a naturalidade brasileira e exercer direitos políticos” (Mendes, 2011, p. 33), conjunto de concessão sem paralelo na lei maior de todos os países do continente.

Até mesmo no contexto de turbulência política que se seguiu à Independência, portanto, incluindo-se as ações sangrentas contra portugueses que eclodiram em várias regiões do país, os constituintes, majoritariamente, votaram a favor da concessão de cidadania aos portugueses residentes no Brasil, tendo como única condição a de que apoiassem a separação política e reconhecessem o novo soberano na figura do príncipe D. Pedro. Esse princípio foi incorporado ao diploma constitucional outorgado em 1824, que lhes conferia a condição de nacionais, desde que residentes no Brasil na data da Independência, procedimento que significava, de fato, transformar súditos portugueses em cidadãos brasileiros de modo compulsório. Essa atitude, a despeito da resistência dos setores nativistas, reafirmava a indistinção entre brasileiros e portugueses, demonstração cabal do sentimento de continuidade predominante e, sobretudo, do sentimento de que a presença dos portugueses entre nós era natural, única maneira pela qual se pode compreender essa efetiva *grande naturalização*. Tal sentimento teve seu papel na acomodação política entre as duas nações consolidada no Tratado de Paz e Aliança assinado em 1825, que contribuiu para arrefecer as hostilidades circunstanciais contra os portugueses e estabelecer o mote ideológico do primado da convivência fraternal entre a velha Monarquia e o jovem Império, agora separados politicamente, mas preservados pelos laços de sangue – pai e filho que se tornaram irmãos, uma presumida “comunidade de afetos”.⁶ A forte presença da cultura portuguesa, em seus variados meios de expressão, se incumbiu de propalar esse ideário, sobretudo por sua intensa participação nos meios de comunicação, fosse pela atuação de jornalistas – como Gaspar da Silva, colaborador de veículos importantes, formadores de opinião, tais como *A Província de São Paulo*, o *Diário Mercantil* e o *Jornal do Commercio*, além de fundador do jornal *A República das Letras*, em 1876 –, fosse pela pena de grandes nomes da literatura portuguesa do século XIX, como Cândido de Figueiredo, Ramalho Ortigão, António Nobre e até mesmo Eça de Queirós (Vargues apud Szesz, 2003, p. 284).

⁶ Cf. Magalhães (1997) e, especialmente, o prefácio de Álvaro de Vasconcelos.

Mas esse momento particularmente não era de paz absoluta. O temor à recolonização turvava o ambiente. D. Pedro continuava a ser herdeiro do trono português⁷ e, na falta de D. João, poderia refazer a união política das duas Coroas – a hipótese da *monarchia luso-brasilica* (*Documentos para a história das Cortes Gerais da nação portuguesa*, 1883, p. 285) aventada em 1822, antes da consumação da Independência, espectro reavivado com a abdicação em 1831, mas definitivamente sepultado com sua morte em 1834. Tal contexto político incandescente não impediu a promulgação da primeira lei de naturalização em 1832, destinada a atrair imigrantes de uma forma geral, mas que beneficiou sobretudo aos portugueses, pois foram exatamente eles que, majoritariamente, solicitaram o benefício, “como demonstra quase uma centena de decretos de naturalização individual, ou em pequenos grupos, sancionados entre os anos de 1865 e 1889”, especialmente o Decreto de 1838, que “equiparou o imigrante português ao brasileiro nato, para fins de garantia étnica na colonização e povoamento do território nacional” (Mendes, 2011, pp. 39, 45), concessões essas que estimularam a continuidade da imigração espontânea para o Brasil durante todo o período imperial.

A benevolência para com a imigração portuguesa não fora somente uma questão de etnicidade para o jovem imperador D. Pedro I. A segurança e a estabilidade das fronteiras ao sul do Império apontavam no sentido da continuidade da política de colonização que marcara a política de D. João VI, caracterizada pela instalação de colônias avançadas em áreas estratégicas nas divisas com as novas repúblicas latino-americanas. Era uma questão de geopolítica, de defesa militar, mas também de necessidade de instalação de núcleos populacionais que poderiam transformar econômica e culturalmente o jovem país, por reduzir o impacto das grandes plantações e a influência de seus proprietários, a possibilidade de “*recreate itself as an European-like country*” (Lesser, 2013, p. 22). Essa meta somente seria alcançada pelo branqueamento da população, que, a essa altura, contava um terço de africanos em 4 milhões de habitantes, dos quais os brancos não eram mais de 900 mil indivíduos – política de Estado não totalmente assumida pelos grandes proprietários, temerosos de que a pequena produção enxugasse a oferta de trabalho para as fazendas e os engenhos.

Nesse contexto, D. Pedro poderia ser visto como um modernizador, um líder que almejava uma economia de exportação inovadora em relação ao período colonial, objetivo compartilhado entre o Estado e a elite colonial, mas divergente quanto ao modo de alcançá-lo: se em torno da continuidade da escravidão africana ou da intensificação da imigração; se pela prevalência das pequenas ou das grandes unidades de pro-

⁷ “Ressaltava ainda o fato de o autoproclamado imperador do Brasil ser o legítimo herdeiro da Coroa portuguesa, o que não fazia supor que a separação, se ocorresse, fosse duradoura”. Cf. Tammone (2012, p. 111), que reproduz os argumentos do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Marquês de Palmella para o agente consular Joaquim Barroso Pereira (Secretaria dos Negócios Estrangeiros, 3 de fevereiro de 1824).

dução. Em 1823, no jornal *O Espelho*, D. Pedro expressou com nitidez seu pensamento, afirmando que a modernização do país passava pela erradicação da escravidão e pelo povoamento das zonas rurais. Ele descrevia a escravidão como um *câncer* causador de enormes *danos* e motivo da *improdutividade* do país, regime perverso, que ensinava aos proprietários a “agir como desejavam, sem respeito às leis”, considerando-se “superiores a todos os homens”, habituados a “vinganças e satisfações pessoais” (Lesser, 2013, p. 27), cultura arcaica que somente poderia ser transformada pela força da imigração europeia e, em especial, a portuguesa.

A ruptura da continuidade política dos Bragança no trono do Império brasileiro rompe-se com o afastamento de D. Pedro II do poder, evento que, incortornavelmente, teria que produzir uma quebra na receptividade política dos imigrantes lusos. Com o colapso do Império, cresce a intolerância e escasseiam os favorecimentos em relação aos portugueses num contexto de imigrações maciças. As clivagens políticas tendem a acentuar as radicalizações, intensificando-se o antilusitanismo no plano interno e, no externo, o distanciamento entre o regime republicano brasileiro e o monárquico português, culminando na ruptura das relações diplomáticas entre 1894 e 1895.⁸ O fluxo migratório, entretanto, se mantém, sustentado pela rede de interesses e solidariedade firmemente estabelecida por séculos (Martins, 2006, p. 19) e por medidas excepcionais baixadas pela República brasileira, a exemplo da Grande Naturalização dos Residentes Estrangeiros, baixada por decreto e confirmada pela Constituição de 1891, ano em que a entrada de portugueses atingiu o ápice.

Dá-se por certo que “o grande objetivo dos imigrantes que se deslocaram para o Brasil entre 1880 e 1930 era o de ascender socialmente, ficando mais distante o campo da política e da administração do Estado” (Fausto, 1999, p. 9), mas não se poderiam manter infensos ao agravamento das tensões resultantes do conflito capital/trabalho, sobretudo porque não lhes faltavam os recursos da língua, nem mesmo os recursos legais, para atuar decididamente no mundo da política, contemplados que foram, sucessivamente, nos diplomas legais. Os portugueses ingressaram no movimento operário, destacando-se nas lutas sindicais como militantes anarquistas ou comunistas, tornando-se, por isso mesmo, alvo do aparelho repressor do Estado —⁹ temática que Lená Menezes se incumbiu de explicitar por meio de uma expressiva amostra dos

⁸ “Portugal foi acusado de apoiar a Revolta da Armada de 1893-1894 contra o presidente Floriano Peixoto. Por isso, as animosidades contra os portugueses agudizaram-se, sendo em algumas zonas motivos de chacota e perseguição. É dessa época o aforismo ‘mata-galego’, que era utilizado para descarregar os ódios contra os lusitanos” (Cosme, 2007, p. 251).

⁹ Em São Paulo, os portugueses foram alvo de perseguição policial, como se constata a partir da análise dos prontuários do Deops. “Entre os anos de 1924 e 1983 a polícia política abriu aproximadamente um total de 160 mil prontuários, entre os quais 5.400 eram de portugueses e 12.600, de italianos residentes no Estado” (Hecker apud Sousa et al., 2009, p. 127). Perseguição em que os intelectuais, acadêmicos e professores eram

processos criminais por eles sofridos no Rio de Janeiro, dada a presença maciça de imigrantes portugueses na cidade. Ao analisar os conflitos interétnicos entre 1890 e 1930, Gladys Ribeiro concluiu que as críticas aos portugueses passavam pelos conflitos sociais e pelas manipulações políticas, pelas acusações de se oporem à República e defenderem a monarquia; de serem responsáveis pela carestia, por elevarem os preços dos aluguéis e dos juros, itens que atingiam diretamente a grande maioria da população (cf. Menezes, 1996; Ribeiro, 1987). Desses reclamos se apropriavam os jacobinos brasileiros, que agregavam de pequenos comerciantes a proprietários e profissionais liberais, passando por funcionários públicos e militares, e que não hesitavam em acoimar os portugueses de terem financiado a Revolta da Armada contra o regime republicano, recentemente instaurado (Lobo, 2011, p. 27). Não é de se estranhar, portanto, que a relação dos delitos cometidos pelos portugueses refira-se, sobretudo, “àqueles relacionados à contestação operária” e, secundariamente, aos “relacionados à pobreza e à falta de oportunidades no mercado de trabalho” (Menezes apud Martins e Souza, 2006, p. 96).

Recortado na longa duração da e/imigração portuguesa direcionada ao Brasil, o período que se abre com a proclamação da República e se encerra com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930 representa um interregno, um período raro de embaçamento da imagem de naturalidade da presença lusa entre nós. O governo varguista favorece explicitamente o ingresso dos portugueses no país, favorecimento consignado nas Constituições de 1934 e 1937, que, paradoxalmente, estabeleciam diretrizes rígidas, inscritas num projeto maior de controle político da sociedade pelo regime: adoção do sistema de cotas, que favoreceria as correntes mais numerosas, isto é, a portuguesa; exclusão por decreto dos portugueses desse mesmo regime, ou seja, as cotas valiam para todos, menos para eles; e a incorporação na Constituição do Decreto de 1838, que equiparava trabalhadores lusitanos e brasileiros para fins de povoamento e colonização, então assumido como dispositivo constitucional.

Não perfilamos, portanto, com a afirmação segundo a qual “a legislação brasileira, a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas – marcadamente nacionalista –, constituía um obstáculo à imigração de portugueses” (Ferreira et al., 2012, p. 98), primeiro porque tal assertiva confronta os dispositivos constitucionais acima referidos e, segundo, porque se ancora na afirmação de Getúlio Vargas de que os imigrantes europeus não se integravam na sociedade brasileira e formavam quistos monitorados por seus países de origem, que, embora verdadeira, se dirigia explicitamente aos alemães, em primeira instância, e aos japoneses e italianos, em segundo lugar. Ela diverge, além do mais, da política de aproximação entre os regimes portadores de

alvos preferenciais, a exemplo da listagem produzida pelo Dops que arrolava professores da USP de origem portuguesa, entre os quais Joaquim Barradas de Carvalho (Arruda apud Matos et al., 2008, p. 376).

afinidades indiscutíveis, emblematizadas na questão fundamental do nacionalismo de interesse recíproco, que, de um lado, provia o Estado Novo brasileiro com um discurso étnico e histórico contra as nacionalidades que, na Europa, se apresentavam como inimigas e, de outro, facultava, por meio de acordos culturais, a “execução de uma política de doutrinação da colônia portuguesa residente no Brasil” (Ferreira et al., 2012, p. 85). Se óbices existiram, foram interpostos pelo lado português, pois reconhece-se que “a política portuguesa para a emigração durante o Estado Novo, apesar de uma primeira fase de quase continuidade, representava uma ruptura com o passado”, uma vez que, se até 1933 os direitos liberais de movimento da população eram formalmente respeitados, “a partir da Constituição de 1933, esses direitos ficaram legalmente submetidos aos interesses econômicos do Estado português, interessado em valorizar as colônias portuguesas e procurando orientar o fluxo migratório para a África” (Ferreira et al., 2012, p. 90). Do lado de cá, aplicou-se uma verdadeira política de *portas abertas* aos irmãos portugueses.

Essas diretrizes, firmadas no Estado Novo, não foram interrompidas com o fim do regime de corte autoritário; pelo contrário, tiveram continuidade e foram institucionalizadas pelo regime democrático configurado na Constituição de 1946, demonstrando que elas não eram fruto de circunstância, de conjunturas particulares, mas sim de práticas lastreadas historicamente. O discurso de Getúlio Vargas proferido em outubro de 1940 apontava para o futuro dessas relações, afirmando que “a imigração portuguesa, [...] além de ser útil, é necessária, pois representa um elemento integrador das tradições da raça na expansão da nossa vida social” (Santos apud Matos, 2008, p. 391), argumento que levara políticos e intelectuais, num momento anterior, a defender a binacionalidade, que fundamentaria a reunião dos dois Estados numa espécie de confederação. Confederação e raça – palavras fortes que não imantam os debates constitucionais de 1946, mas apontam no sentido da reificação das afinidades culturais e étnicas entre brasileiros e portugueses. Afinidades que seriam capazes de justificar um enlace privilegiado e consagrador da realidade histórico-sociológica na forma de um bloco transnacional, fundamentado na cultura e na história comum, capaz de enlaçar as nações já unificadas pelo idioma português, língua que Gilberto Freyre proclamara não ser “nem nacionalmente portuguesa, nem nacionalmente brasileira, mas sobrenacionalmente portuguesa” (Mendes, 2011, p. 187).

O empenho de Getúlio Vargas em prol do privilegiamento das relações com Portugal, no qual jogou todo o peso de sua autoridade intelectual e imagem internacional, teve consequências de curto e longo prazo. De imediato, a Carta Constitucional de 1946 autoriza a naturalização de imigrantes portugueses tão logo se fixassem no território nacional, ao passo que, para todas as demais nacionalidades, exigiam-se 15

anos para que o processo de naturalização tivesse início. Em longo prazo, demarcou-se um horizonte de expectativa no trato das questões portuguesas, atestada pelo dispositivo incluso em nossa última Constituição, a de 1988, que requeria dos “cidadãos de Portugal, e dos demais países de língua portuguesa, um ano de residência para aquisição da nacionalidade brasileira” (Mendes, 2011, p. 188), isto é, os privilégios que vinham sendo secularmente concedidos aos portugueses estendiam-se agora ao mundo da lusofonia, diretrizes entranhadas e cultivadas pelos sucessivos governos brasileiros, trajetória absolutamente singular se comparada a todas as nações de fala hispânica em todo o território americano.

A imigração portuguesa tem caráter *sui generis* no âmbito do movimento migratório destinado ao Brasil. Se as expressões interação social, assimilação e, particularmente, etnicidade têm um significado especial para todos os contingentes destinados ao Brasil, o mesmo não se aplica aos portugueses. Toda a problemática implícita nesses conceitos é relativizada a ponto de praticamente deixar de contar no plano das relações entre os portugueses que chegavam e os brasileiros que aqui estavam, em sua grande maioria de origem lusitana, transformados pela aclimação secular em luso-brasílicos. Foi essa proximidade étnica e cultural que facultou o processo de acomodação dos imigrantes portugueses, traduzido em diplomas legais totalmente favoráveis aos recém-chegados, em comparação com as demais nacionalidades.

Experiência única nas Américas, isso é inegável. Enquanto no pós-Independência os demais países latino-americanos foram quebrando os vínculos morais e afetivos com sua metrópole, no Brasil, a Independência “apagou ressentimentos que provinham da colonização e trouxe como consequência maior aproximação espiritual e melhor entendimento”. A presença dos Bragança possibilitou um divórcio político, mas não cultural, contribuindo decisivamente para a “permanência da legitimidade institucional”, a tal ponto que se poderia afirmar, na senda de João Camilo de Oliveira Torres, que o Brasil foi a “única república da América e das poucas do mundo” a expressar-se numa “constituição eminentemente plástica, para não se distanciar da realidade histórica, sempre mutável” (Torres, 1957, pp. 551-9). Essa opinião é compartilhada por Sérgio Buarque de Holanda, para quem as peças componentes do mecanismo de Estado no Império realizaram em parte esse ideal, pois suas instituições funcionaram “com certa harmonia e garbo, [...] auréola que ainda hoje [1935] o cinge” (2006, p. 194).

Referências

- ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas”. In — et al. (orgs.). *De colonos a imigrantes. I(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, pp. 13-20.
- . “Os portugueses no Brasil: imigração espontânea, imigração compulsória e colonização”. In SOUSA, Fernando et al. (orgs.). *Portugal e as migrações da Europa para a América do Sul*. Porto: Fronteira do Caos, 2011, pp. 16-26.
- COSME, João. *Nótulas sobre a emigração das ilhas periféricas (1886-1895)*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2007.
- COUTO, Jorge (org.). *Rio de Janeiro capital do Império português (1808-1821)*. Lisboa / Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian; Tribuna, 2010.
- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS CORTES GERAIS DA NAÇÃO PORTUGUESA. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- et al. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1995.
- FERREIRA, Diogo et al. *A emigração do distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)*. Porto: Fronteira do Caos, 2012.
- GARRIDO, Álvaro et al. (orgs.). *Economia, instituições e império. Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Coimbra: Almedina, 2011.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1935].
- LEITE, Joaquim da Costa. “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*, v. 31, n. 136-137, Lisboa, 1996, p. 381.
- . “O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914”. *Análise Social*, v. 26, n. 112-113, Lisboa, 1991.
- . “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*, v. 28, n. 97, 1987.
- LESSER, Jeffrey. *Immigration, ethnicity, and national identity in Brazil, 1808 to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- LOBO, Eulália Maria Lhameyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal, 1997.
- MARTINS, Ismênia de Lima e SOUSA, Fernando (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói: Muiraquitã, 2006.
- MATOS, Maria Izilda et al. (orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.
- MENDES, José Sacchetta Ramos Mendes (org.). *Laços de sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da Modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- O ANGRENSE, n. 721, 2 de outubro de 1851 apud SILVA, Susana Serpa. *Emigração clandestina nas Ilhas do Grupo Central em meados do século XIX*. Atas do III Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Horta, 2004.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “A guerra aos portugueses no Brasil independente”. *Oceanos*, Lisboa, 2000, pp. 68-84.

- . *Cabras e “pés de chumbo”: os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)* (dissertação). Rio de Janeiro: ICHF-UFF, 1987, 2 v.
- SILVA, Susana Serpa. *Emigração clandestina nas Ilhas do Grupo Central em meados do século XIX*. Atas do III Colóquio O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Horta, 2004.
- SOUSA, Fernando de et al. (orgs.). *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 2011.
- (orgs.). *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- SZESZ, Christiane Marques et al. *Portugal-Brasil no século XX*. Bauru: Edusc, 2003.
- TAMMONE, Natalia. *Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de transição: continuidade e inovação (1783-1824)* (dissertação). São Paulo: FFCLH-USP, 2012.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

Remessas – construção de uma rede digital de investigação sobre emigração entre a Europa do Sul e a América do Sul

Fernando de Sousa

Completa-se, em 2014, uma década de pesquisas desenvolvidas por investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos em torno da emigração portuguesa para o Brasil, numa fase inicial, mas que cedo alargariam seu âmbito geográfico para a Europa do Sul e América do Sul. Nesse período, enformadas oficialmente por dois projetos de investigação apoiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – “A emigração do norte de Portugal para o Brasil (2005-2008)” e “A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas demográficas e discurso político (2009-2014)” –, desenvolveram-se diversas atividades científicas.

De fato, no âmbito de nossa atividade enquanto grupo de pesquisa, tiveram lugar, até o presente, nove seminários internacionais, organizados em parceria pelo Centro de População, Economia e Sociedade (Cepese) e por diversas instituições portuguesas e brasileiras – como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fa-

pesp), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade dos Açores.

No âmbito desse projeto, foram publicadas as seguintes obras coletivas: *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos* (Martins e Souza, 2006); *A emigração portuguesa para o Brasil* (Souza et al., 2007); *Deslocamentos e histórias: os portugueses* (Matos et al., 2008); *Os novos descobridores* (Souza e Pereira, 2008); *Nas duas margens: os portugueses no Brasil* (Souza et al., 2009); *Entre mares. O Brasil dos portugueses* (Sarges et al., 2010); *Um passaporte para a Terra Prometida* (Souza et al., 2011); *De colonos a imigrantes. I(e) migração portuguesa para o Brasil* (Arruda et al., 2013).

Esse projeto deu ainda origem a uma coleção, *Os Portugueses no Mundo*, na qual se publicaram já: *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)* (Souza, 2009); *Laços de sangue, privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil* (Mendes, 2010); *As relações Portugal-Brasil no século XX* (Souza et al., 2010); *O investimento das empresas portuguesas no Brasil: uma experiência de diplomacia econômica* (Leal, 2012); *A emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)* (Ferreira et al., 2012).

No contexto desse projeto, o Cepese, com a colaboração da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, promoveu a exposição *Novos descobridores*, que retrata o percurso dos emigrantes desde o momento da saída de Portugal à sua vivência por terras brasileiras e que esteve em cartaz em São Paulo (2006 e 2007), no Porto (2008 e 2009) e noutros municípios do norte de Portugal.

Constituiu-se uma base de dados com mais de 400 mil registos individuais de emigrantes que rumaram de Portugal para o Brasil, dos quais constam os elementos de identificação dos requerentes dos passaportes, tais como o nome, a naturalidade, o estado civil, a profissão, a idade, o sexo e o destino no Brasil. Essa base, disponível *online* e que tem originado um vasto interesse por parte de numerosos cidadãos, especialmente brasileiros interessados em conhecer suas origens familiares, apresenta igualmente os dados relativos aos acompanhantes dos titulares de passaporte, incluindo nome, sexo, idade e grau de parentesco com o titular.

Foram apresentadas e aprovadas perto de uma dezena de teses de mestrado e doutorado sobre essa temática, isso só em Portugal, sendo que no Brasil o sucesso nessa área foi também imenso, e muitos outros trabalhos de investigação de pós-graduação se encontram ainda em curso, num e noutro lado do Atlântico.

Finalmente, no âmbito desse projeto, desenvolvemos uma profícua colaboração com o Consiglio Nazionale delle Ricerche, da Itália, pelo Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali, o que permitiu estabelecer uma análise comparativa

dos contingentes migratórios e da legislação relativa a esse tema produzida em Portugal e na Itália entre 1876 e 1974 e que está na base do protocolo assinado entre o Cepese e esse instituto em 2010.

Relativamente à cooperação entre Portugal e Brasil nessa matéria, entre 2001 e 2010 foram estabelecidos protocolos com a Faperj – o primeiro protocolo que essa instituição celebrou com um organismo não estatal, parceria que está na origem do projeto luso-brasileiro sobre a emigração portuguesa para o Brasil –; a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; a Universidade Federal do Rio de Janeiro; a Universidade Federal Fluminense; a Universidade Federal da Bahia; a Cátedra Jaime Cortesão; a Universidade Presbiteriana Mackenzie; a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; a Universidade do Estado do Rio de Janeiro; a Universidade Federal de São Paulo; o Real Gabinete Português de Leitura; o Liceu Literário Português; e, mais recentemente, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense.

No âmbito do projeto que se encontra em curso, pretende-se completar o levantamento da emigração do norte de Portugal para o Brasil entre 1835 e 1947, alargar essa investigação a outros distritos de Portugal, de forma a construir um portal com 500 mil a 600 mil emigrantes, utilizando como ponto de partida a base de dados já existente, bem como criar outras bases de dados, concernentes ao levantamento das legislações portuguesa e brasileira relativas à emigração/imigração entre 1835 e 1947, à referenciação dos arquivos e dos fundos documentais existentes nos dois países quanto à emigração portuguesa para o Brasil, aos estudos que forem desenvolvidos no âmbito desse tema, ao inventário exaustivo da bibliografia relativa ao estudo desse fenômeno e aos projetos de investigação em curso sobre essa matéria.

Ora, esses resultados, tão positivos quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos, estiveram na origem de um animado debate entre os principais dinamizadores desses projetos e atividades, portugueses e brasileiros que julgaram ser tempo de se passar a um outro nível de cooperação, tendo como instrumento fundamental uma rede digital de investigação que integrasse e articulasse centros de investigação, instituições e investigadores das duas regiões em causa – América do Sul e Europa do Sul – preocupados com o estado das grandes migrações internacionais que ocorreram entre as duas regiões.

Essa rede de investigação procuraria assim criar um novo espaço de cooperação estreita, de reflexão e de intercâmbio de ideias, saberes e experiências, por meio de novas tecnologias, de forma a aprofundar, problematizar, inovar e divulgar a investigação científica numa área temática que se revela fundamental para a compreensão da herança cultural comum às duas regiões, matriz incontornável da

sociedade, economia, cultura e mentalidade dos países da Europa do Sul e América do Sul no presente.

Para a constituição dessa rede, convidamos numa primeira fase as universidades, os institutos e os centros com os quais o Cepese tinha já protocolos de colaboração, mas também outras entidades que se preocupam com tal objetivo e manifestaram intenção de adesão, e, ainda, com os investigadores que conosco têm colaborado ou pretendem colaborar.

Assim, o documento fundador dessa rede de investigação, a que se decidiu chamar *Remessas – Rede de Estudos de Emigração da Europa do Sul para a América do Sul*, assinado na cidade do Porto em setembro de 2012 e que marcou o início formal desse projeto, reuniu representantes do Cepese, da Faperj, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Universidade Federal do Pará, da Universidade Católica de Santos, do Arquivo da Emigración Galega, da UNED Zamora, do Istituto di Ricerche sulla Popolazione e Politiche Sociali e da Universidade dos Açores.

De uma forma geral, os objetivos dessa rede digital, assente num portal *online* desenvolvido pelo Cepese, passam por:

- Permitir a transmissão, circulação e disseminação da informação dos projetos e trabalhos de investigação em curso ou já concluídos, assim como a partilha de recursos e experiências, documentos e outros conteúdos no âmbito das migrações transcontinentais entre as duas regiões, de forma a facilitar o diálogo entre todos os parceiros e criar uma plataforma tecnológica comum;
- Constituir bases de dados comuns, de acordo com as melhores práticas digitais, que se tornem instrumentos indispensáveis de consulta para os investigadores e o público em geral interessados nesse tema, tanto no que concerne a um conhecimento aprofundado e multidisciplinar desse fenómeno, quanto no processo de recuperação de identidade e memória que se tem desenvolvido nas últimas décadas no mundo ocidental;
- Contribuir para uma intensificação das relações culturais e científicas entre os países da Europa do Sul e América do Sul no domínio das ciências sociais em geral e das migrações em particular;
- Coordenar os projetos de investigação e outras atividades a serem desenvolvidos entre as instituições parceiras e os investigadores associados, nomeadamente por meio de uma conferência internacional anual promovida por uma das instituições que integram a Remessas, com tema e agenda prévios, definidos em cada conferência;

- Contribuir para a renovação da problemática das migrações entre as duas regiões e seu impacto econômico, social e cultural na história contemporânea (séculos XIX e XX) dos Estados que as constituem;
- Reforçar a formação, a qualificação e a mobilidade dos investigadores, quer por meio dos projetos de investigação em curso ou a se desenvolverem, quer por meio de mestrados e doutorados sobre esse tema que contribuam para a formação de recursos humanos qualificados no campo das ciências sociais e humanas, quer, finalmente, por força dos programas de acolhimento que vierem a ser constituídos pelas instituições científicas sul-americanas e europeias;
- Difundir as melhores práticas de tecnologia digital entre os investigadores das duas regiões, de forma que utilizem uma linguagem interativa comum e uma gramática computacional uniforme;
- Cooperar com outras redes internacionais ligadas às migrações intercontinentais;
- Reforçar a internacionalização do norte de Portugal e de outras regiões dos países envolvidos na rede;
- Introduzir novas temáticas associadas ao estudo da emigração, como as associações portuguesas fundadas no Brasil nos séculos XIX e XX, ou o discurso político do Estado português sobre a emigração para o Brasil, por meio da análise da legislação e de outra documentação oficial, como textos e discursos de responsáveis políticos.

Paralelamente, será desenvolvido um conjunto de ações, congregando e articulando a cooperação entre investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos, por meio de seminários anuais, de forma a dinamizar a investigação sobre esse tema e valorizar a herança cultural comum aos dois países, traduzida pela presença portuguesa no Brasil e pela importância do *brasileiro* no mundo empresarial do Portugal contemporâneo.

Julgamos que a implementação dessa rede produzirá amplos benefícios, que agrupamos da seguinte forma: *benefícios societais* – melhor compreensão do mundo de expressão ou inspiração latina (Europa do Sul e América do Sul) enquanto união de culturas e heranças diversas, mas complementares, e contribuição para o estabelecimento de padrões comuns de acessibilidade informática; *benefícios científicos* – criação de um recurso-chave fundamental para a investigação, a formação de uma ampla comunidade virtual de investigação, a formação e o treino de uma nova geração de académicos e jovens investigadores, contributos para outras áreas científicas, nomeadamente a história contemporânea, a sociologia, a economia e as relações internacionais; *benefícios tecnológicos* – uso e difusão de tecnologia de ponta e padrões tecnológicos para

a construção de bases de dados acadêmicas, incluindo plataformas de gestão, motores de busca e recursos de interoperabilidade, com várias ferramentas para garantir que os dados sejam facilmente atualizados e compatíveis entre si.

Por que uma rede digital?

A opção por uma rede de âmbito digital assentou, por um lado, na necessidade de constituir uma plataforma que servisse para estabelecer uma comunicação fácil e imediata entre investigadores geograficamente dispersos e, por outro lado, permitir uma abordagem inovadora e diferenciada, apostando em recursos multimídia, sem que isso implicasse necessariamente o abandono da abordagem tradicional, além de promover uma disseminação muito maior dos resultados alcançados. O desenvolvimento dessa plataforma permitirá, em traços gerais, manter uma grande quantidade de informação sob as mais diversas formas (texto, imagem, som e vídeo); disponibilizar, de forma controlada, acesso fácil e imediato a qualquer informação que se encontre diretamente sob o controle da plataforma ou a bases de dados que, por meio dela, possam ser acedidas pela internet; e facilitar a comunicação entre elementos/investigadores de grupos de trabalho, independentemente do local em que se encontram em cada momento.

Antes de iniciarmos esse projeto, analisamos o estado da arte de iniciativas semelhantes, com o intuito de avaliar suas soluções, que constatamos serem, em regra, de acesso restrito e limitado, não sendo convenientemente exploradas, muitas vezes por ignorarem técnicas de exploração e de análise atualmente disponíveis para a gestão de dados/informação. De fato, existem múltiplas soluções desse tipo, mas nenhuma delas é satisfatória, isto é, não abrangem as áreas que queremos implementar, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista tecnológico. Por conseguinte, constatou-se a inexistência de uma plataforma que correspondesse a nossas necessidades reais, isto é, que tirasse partido das mais recentes tecnologias de informação e comunicação e que tivesse sido concebida como ferramenta de apoio a pesquisadores e equipes de investigação, muito menos posta a serviço do tema em apreço.

Um dos problemas que atualmente existe é que o conhecimento produzido pelos investigadores acaba por ficar muito disperso e pouco acessível aos possíveis interessados, ao mesmo tempo em que se desperdiçam potenciais sinergias resultantes da partilha de informação e da interação entre diferentes investigadores. Desse modo, a aposta da rede digital Remessas recai na concentração e na partilha de informação, servindo, numa única plataforma profissional, intuitiva e de fácil acesso, quer aos investigadores quer ao público em geral, como instrumento de divulgação, discussão e acreditação do conhecimento.

Simultaneamente, pelas múltiplas valências que oferece a seus utilizadores, a rede é proposta como ferramenta de auxílio à produção e promoção de saber. Pretende-se assim dinamizar a produção científica e a partilha de *know-how*, atraindo e maximizando sinergias que até agora se mantêm dispersas. No contexto da gestão do conhecimento, essa plataforma apresenta um grande potencial, que pode ser utilizado na gestão da ciência e da tecnologia. As diversas possibilidades de exploração dos dados armazenados podem trazer valiosas informações sobre o *modus operandi* da produção científica e tecnológica que se vai desenvolvendo.

Pretende-se que a plataforma a ser disponibilizada na internet ofereça, entre outras, as seguintes funcionalidades:

Divulgação de conhecimento – a plataforma funcionará como repositório da produção científica dispersa noutros meios (*on-line* ou em papel), tais como documentos históricos, artigos em revistas científicas, livros, teses de mestrado e doutorado, *posters* e vídeos; e como ambiente de apresentação de trabalhos originais e inéditos (pequenos artigos, *working papers*, textos apresentados em conferências etc.). De modo a acautelar todos às normas legais em vigor, nomeadamente no que se refere a direitos autorais e afins, sempre que se trate de produção já publicada, só se procederá a sua divulgação após a devida autorização pelo editor original.

Acreditação científica da produção – no caso de artigos que não tenham sido objeto de avaliação prévia, mediante sistema de *double blind peer review* (pré-publicação) e *open peer commentary* (pós-publicação).

Partilha de interesses – página pessoal, de tipo *rede social*, que possibilite a constituição de equipas de investigação pluridisciplinares, o acolhimento de contributos de outros utilizadores com interesses similares e a construção de redes de investigadores em torno de temas/projetos associados ao tema geral da rede.

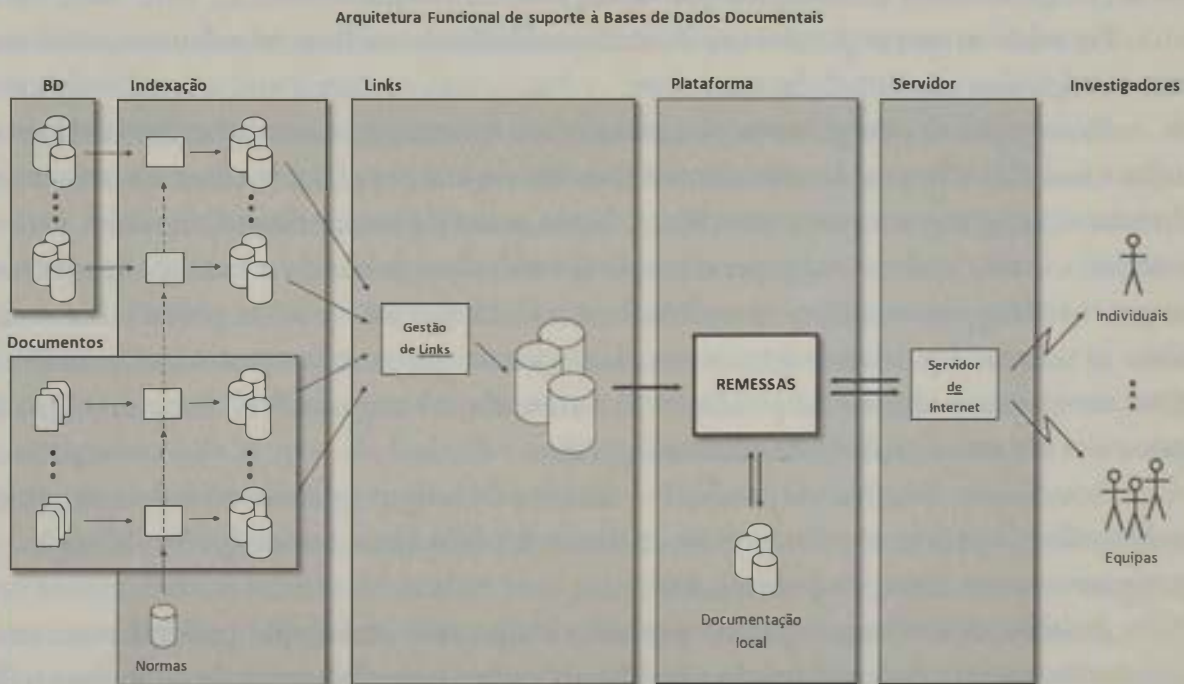
Plataforma de gestão de projetos – comunicação em tempo real (serviço de mensagens instantâneas, videoconferência), *webmail*, troca e gestão de arquivos em espaço virtual (servidor FTP, *file sharing*), ferramenta de gestão de equipas.

Fórum de discussão – espaço de diálogo sobre os mais diversos assuntos relacionados com a emigração da Europa do Sul para a América do Sul, distribuídos por seções temáticas e com moderação própria.

Outras valências a implementar – calendário de eventos (seminários, conferências), filtrados por tema e/ou data, com inscrição pela plataforma; disponibilização de bases de dados resultantes de projetos de investigação; possibilidade da construção ou agregação de *wikis* e *blogs*.

No que diz respeito à arquitetura funcional da plataforma, estão previstos os seguintes componentes:

Arquitetura funcional de suporte às bases de dados e à rede digital



Base de dados

Em regra, cada base de dados está organizada de forma própria e contempla campos diferentes, consoante a suas necessidades específicas. Como já referimos, esses repositórios serão isolados e de acesso limitado/restrito. Essas bases de dados serão disponibilizadas no próprio Cepese, como em qualquer outra unidade de investigação ou biblioteca, nacional ou estrangeira. O objetivo é proporcionar uma ferramenta de pesquisa de informação avançada, tipo Google.

Indexação

O sistema de indexação deverá obedecer a uma norma comum, contemplando campos universalmente aceitos. Prevê-se a possibilidade de fornecer a cada unidade de investigação, biblioteca ou investigador uma ferramenta adequada a cada situação, para

que a informação permaneça sob o domínio e a responsabilidade da respectiva entidade. Nesse sentido, o Cepese está já equipado com a tecnologia necessária para efetuar a conversão de documentos em formato digital e sua preparação para posterior indexação pelo sistema. Entenda-se por documentos não apenas livros e artigos, mas também imagens, sons, vídeos e todos os recursos que tenham cabimento numa plataforma desse gênero.

Links

A criação de *links* será efetuada de modo que, posteriormente, a plataforma Remessas os disponibilize a seus utilizadores, permitindo-lhes assim a seleção da informação pretendida e o acesso direto a ela por meio dos respectivos *links*. Note-se que, embora a responsabilidade da manutenção da informação a disponibilizar se mantenha sempre do lado do autor ou entidade que detém a BD/repositório, a disponibilidade do acesso a qualquer informação pela plataforma Remessas deverá ser validada por um investigador devidamente aprovado pela coordenação científica do projeto.

Plataforma (acesso)

Para além de disponibilizar as funcionalidades já referidas, a plataforma Remessas proporcionará aos investigadores a possibilidade de acessar a informação que se encontra dispersa por diversas bases de dados/repositórios, independentemente do local onde se encontrem. O acesso é concedido mediante registro e atribuição de nome de utilizador e palavra-chave, pessoal e intransmissível, devendo obedecer a um conjunto de regras e termos de utilização que responsabilizem diretamente os utilizadores pela informação introduzida.

Servidores

O Cepese possui, nas suas instalações, dois servidores interligados entre si, garantindo assim não só o alojamento da informação em máquinas próprias, como sua redundância, uma vez que, em caso de avaria de uma das máquinas, a segunda assegura o funcionamento ininterrupto da plataforma digital. Os servidores encontram-se virtualizados em máquinas VMware, o que torna seu processo de *backup/restore* bastante rápido. A plataforma encontra-se instalada em máquinas baseadas em Linux, usando a plataforma Moodle como base do sistema, que, por sua vez, se encontra ligado a uma base de dados que permite armazenar todo tipo de informação pretendida pelos utilizadores.

Investigadores externos

Quaisquer investigadores ou grupos de trabalho externos, desde que devidamente registrados e credenciados, poderão acessar a plataforma Remessas e usufruir das funcionalidades previstas. Obviamente, o nível de restrições aplicadas a esses utilizadores será determinado pela coordenação científica da rede, de forma a não comprometer sua integridade nem o trabalho desenvolvido por investigadores e instituições que compõem a rede desde sua criação.

Ponto da situação até o presente

No momento em que escrevemos este artigo, encontra-se já *online* uma versão beta do portal digital que servirá como base da rede Remessas. Disponível em <http://www.remessas.cepese.pt/>, apresentava, em dezembro de 2013:

- Mais de uma centena e meia de estudos sobre emigração portuguesa para o Brasil, de autoria de investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos que têm colaborado conosco nessa matéria. Esses trabalhos estão ordenados alfabeticamente, podendo essa ordenação ser feita por título ou autor, havendo ainda uma caixa para a introdução de termos específicos, o que visa agilizar o processo de pesquisa. Os artigos são disponibilizados em formato PDF, podendo ser descarregados localmente e/ou impressos, e seus conteúdos são integralmente pesquisáveis, uma vez que se trata de texto, e não de imagens de texto (como acontece noutras plataformas);

Portal Remessas – Seção Estudos

Estudos

Procurar Pesquisar texto completo

Ordenar por ordem alfabética

Escolha | A | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M | N | O | P | Q | R | S | T | U | V | W | X | Y | Z | Todos

Página: 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 (Página 1 de 11) Todos

"PODES VIR QUE AQUI ESTOU A TUA ESPERA": A VIAGEM E A MALA DO E/IMIGRANTE NA LITERATURA EPISTOLAR. PORTUGUESES EM SÃO PAULO (1890 E 1930)
Maria Izilda Santos de Matos

AÇORES (OS) E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS NA DÉCADA DE 1950: IDENTIDADES, EXPERIÊNCIAS E TESTEMUNHOS DA E/IMIGRAÇÃO
Elis Regina Barbosa Angelo

AÇORES: CONDIÇÕES, POSSIBILIDADES E DIVERGÊNCIAS QUE LEVARAM AO PROCESSO DE EMIGRAÇÃO
Elis Regina Barbosa Angelo

AÇORIANOS (OS) NA ESTRUTURAÇÃO DO BRASIL DO SUL: AS LEVAS DE MEADOS DO SÉCULO XVIII
Avelino de Freitas de Meneses

AGENTI, SUBAGENTI, ENGAJADORES E GANCHOS. O RECRUTAMENTO DE EMIGRANTES NA EUROPA MEDITERRÂNEA
Paulo César Gonçalves

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

13 Jan, 14:55
 Edição do *Tempos e Espaços* da *Revista de História da Emigração Portuguesa: "Brasil/Portugal: Pontes entre a Atlântica"*

28 Jul, 16:56
 Acesso à Rede **REMESSAS**

- Uma base de dados sobre emigrantes portugueses no Brasil, apresentando nome, naturalidade, filiação, data de emissão de passaporte, profissão, idade, destino no Brasil de mais de 400 mil titulares de passaporte e respetivos acompanhantes;
- Uma base de dados com várias centenas de referências para o estudo da emigração, com indicação de título, revista em que o estudo foi publicado (quando aplicável), autor, editor e ano de publicação. Em breve prazo, esperamos estar em condições de apresentar uma sinopse de cada obra referenciada, para uma melhor percepção de seu conteúdo temático e sua localização (por exemplo, Biblioteca do Cepese e respectiva cota).
- Uma base de dados com as referências de quase 400 diplomas legais sobre emigração entre 1820 e 1974, boa parte dos quais incluem, em anexo, o texto integral do diploma. Cada entrada referencia o tipo de diploma (portaria, resolução, decreto), seu número, sua data de publicação, a entidade produtora, o objeto da lei, a fonte em que foi originalmente publicada e um sumário que sintetiza o conteúdo da lei.

- Uma seção para gestão e divulgação de projetos de investigação. Ainda numa fase incipiente, pretende-se que se constitua, em médio prazo, como ferramenta de gestão de projetos em *back office* (comunicação entre investigadores, agendamento de reuniões e tarefas, *upload* de dados, atribuição e verificação de tarefas etc.); e em *front office*, como plataforma para disseminação de objetivos e resultados junto do público.
- Uma seção para a apresentação dos investigadores ligados à rede em que eles poderão disponibilizar ao público e a outros investigadores uma pequena biografia profissional (incluindo fotografia), seus contatos e suas produções e publicações relativas a essa temática, promovendo assim a interação entre investigadores e o estabelecimento de novos contatos e parcerias.
- Uma seção de notícias, em que poderão ser apresentadas as atividades (individuais ou coletivas) levadas a cabo pelos diversos parceiros da rede, incluindo seminários, palestras, apresentação de livros, concursos para projetos de investigação etc.
- Divulgação, por meio de *links*, de todos os parceiros institucionais da rede Remessas (nessa fase, apenas as entidades fundadoras).

Homepage do portal Remessas

REMESSAS
REDE EMIGRAÇÃO
AMÉRICA DO SUL

ESTUDOS BASES DE DADOS PROJETOS INVESTIGADORES NOTÍCIAS CONTACTOS

Após uma década de pesquisas desenvolvidas por portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos, decidimos criar uma rede digital que integre e articule os centros de investigação, instituições e das duas regiões em causa – América do Sul e Europa do Sul – preocupados com o estudo das grandes migrações internacionais que ocorreram entre as duas regiões. A construção desta rede procura, assim, criar um novo espaço de cooperação estreita, de reflexão e de intercâmbio de ideias, saberes e experiências, assente na utilização das novas tecnologias, de forma a melhor se aprofundar, problematizar, inovar e divulgar a investigação científica numa área temática que se revela fundamental para a compreensão de uma herança cultural comum às duas regiões, matriz incontornável da sociedade, economia, cultura e mentalidade dos países da Europa do Sul e América do Sul ao presente.

Com esse objetivo, disponibilizamos diversos recursos, tais como científicos, divulgação de informações sobre os envolvidos e sobre eventos em torno desta problemática. Em breve, serão adicionados novos recursos audiovisuais, incluindo iconografia, cartografia, vídeos e gráficos dinâmicos, que permitam uma visão simultaneamente mais abrangente e aprofundada sobre esta questão.

Esperamos, desta forma, estabelecer neste portal o ponto de encontro fundamental de todos aqueles que se interessam pelo estudo da emigração entre a Europa do Sul e a América do Sul – professores ou simples curiosos em saber mais sobre as suas raízes.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

13 Jan, 14:55
A edição do *Journal of International Migration and Ethnic Studies* - "Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico"

28 Jul, 16:56
Anúncio à Rede REMESSAS

PARCEIROS INSTITUCIONAIS

FAPERJ

CENSE
Centro de Estudos da População
Economic Research Institute

FCT

ORPCT

© 2013 CEPESE
Todos os direitos reservados

Os próximos passos serão a constituição de uma base de dados que apresente os principais fundos documentais existentes em bibliotecas, arquivos, universidades e centros de investigação relativos à emigração portuguesa para o Brasil; a implementação de ferramentas de *back office* para a gestão de projetos e de perfis individuais; e a correção técnica de alguns conteúdos.

O sucesso do Portal, como da própria rede Remessas, dependerá em boa parte da capacidade dos vários parceiros de criar e providenciar conteúdos de qualidade, quer do tipo dos que já constam na plataforma (publicações digitais, bases de dados), quer por meio de novos recursos, incluindo recursos audiovisuais e multimídia interativos, como vídeos, gráficos ou cartografia digital, uma vez que dispomos dos recursos necessários para sua inclusão no Portal.

Num mundo científico cada vez mais global e competitivo, urge intensificar a cooperação internacional e apresentar novas soluções que conciliem a excelência acadêmica com uma abordagem inovadora e diferenciadora, que chegue à sociedade civil e tenha por parte dela uma procura ativa. No que se refere ao estudo da emigração, julgamos que a rede Remessas será um passo decisivo na direção certa. Contamos com todos.

Parte 2

Perspectivas regionais e de gênero

Part 2

Proposition 1.1.1

The following proposition is a direct consequence of the definition of a group. It states that the identity element is unique and that every element has a unique inverse.

Proposition 1.1.1 Let (G, \cdot) be a group. Then:

- The identity element e is unique.
- For each $a \in G$, the inverse element a^{-1} is unique.

Proof. Suppose e and e' are both identity elements. Then $e = e \cdot e' = e'$. Similarly, suppose a^{-1} and b^{-1} are both inverses of a . Then $a^{-1} = a^{-1} \cdot a \cdot b^{-1} = (a^{-1} \cdot a) \cdot b^{-1} = e \cdot b^{-1} = b^{-1}$.

A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX

Maria de Nazaré dos Santos Sarges

“A árvore das patacas secou!”¹ É emblemática essa frase, colhida da revista *Ilustração Portuguesa* do ano de 1913, em matéria que focaliza as principais indústrias do Pará no sentido de lembrar que a borracha não era mais o Eldorado amazônico. O parque fabril de propriedade de portugueses era então o que se apresentava como o mais importante e promissor empreendimento do Pará, ou melhor, de Belém.

A década de 1910 representou para a Amazônia o início de um período de crise na economia da borracha. Autores como Roberto Santos e Bárbara Weinstein têm registrado em suas obras o quanto as cidades de Belém e Manaus sofreram com a decadência do comércio de exportação dessa matéria-prima, “ninguém estava preparado para o violento mergulho que deu o mercado da borracha bruta nos meses restantes de 1910” (Weinstein, 1993, p. 241).

¹ Pataca era uma moeda que valia 320 réis.

Observando esse cenário de decadência da exportação do produto, como entender essa crise numa cidade em que o viajante francês Jean de Bonefous, ao passar por Belém no final do século XIX, teria observado a dinamização do local, chegando a comparar Belém a Bordéus, com “um movimento de veículos de toda sorte, um vai-e-vem contínuo, que parecia mais um grande centro europeu do que uma cidade tropical” (Souza, 1977, p. 101). Tratava-se de uma capital com inúmeras casas comerciais e de diversão, como o Café Chic, o Café da Paz – preferido pelos políticos –, o Moulin Rouge, o Chat Noir, o Café Madri e o Café Riche – considerado um dos favoritos da sociedade paraense. Aliás, havia determinados locais da área central da cidade que eram comumente frequentados por intelectuais e por isso eram espaços marcados no cenário paraense.²

Tais locais são registros de um fausto que tem levado os historiadores a repensar esse período pós-1910, por ter-se criado um discurso de que a crise foi devastadora para as cidades, como se nada tivesse sobrado daquela fase de crescimento econômico de Belém. Os literatos também registraram esse panorama de debacle gomífero, como Dalcídio Jurandir, que pintou o seguinte cenário devastador:

A cidade exibia os sinais daquele desabamento de preços e fortunas. Fossem ver a Quinze de Novembro com os seus sobrados vazios, as ruínas d’*A Província*, os jardins defuntos, a ausência da cal e do brilho nos edifícios públicos e nos atos cívicos (2004, p. 63).

Roberto Santos (1980, p. 238) lembra que alguns autores, como Le Cointe, registraram que “nesse calamitoso ano [1913] desapareceram quase todas as mais antigas firmas da praça de Belém” (1922). A situação financeira podia ser medida pela redução de financiamentos às casas aviadoras, tanto que alguns desses estabelecimentos fecharam em decorrência da insolvência financeira. O governo do estado, no período de 1913 a 1916, concentrou sua preocupação no pagamento da dívida externa, mesmo que isso representasse o sacrifício do funcionalismo público e de fornecedores do estado. O governo de Enéas Martins considerava importante reduzir a dívida externa para adquirir credibilidade em futuras negociações de empréstimo.

Mesmo assim, o comércio continuava com pontos que refletiam prosperidade, como as casas de propriedade de portugueses, e isso os colocava numa situação privilegiada na cidade. Em sua passagem pela cidade de Belém, no ano de 1912, o espanhol Leopoldo D’Ozouville observou a hostilidade que os portugueses, que dominavam o comércio na cidade, tinham para com os espanhóis. Ele registrou que um espanhol, ao bater à porta de um português solicitando trabalho, foi escorraçado com

² Sobre esse período, ver Sarges (2010).

um depreciativo “*vete fuera, galego*” (“vá-se embora, galego”) (1916, p. 97), numa clara alusão a que seu povo não era bem-vindo na terra que os lusitanos consideravam talvez como sua.

Antes de apresentarmos esses estabelecimentos comerciais, é importante falar um pouco de onde se localizava a maioria dessas edificações, o bairro do Reduto.

O bairro do Reduto: o bairro das fábricas

Chamado inicialmente de Reduto São José,³ localizava-se em área próxima ao porto da cidade. De acordo com a Lei n. 7.245, de janeiro de 1984, o bairro ficou configurado com as seguintes delimitações: tem como ponto inicial o encontro da Avenida Visconde de Souza Franco, lado par; Rua Boaventura da Silva, lado ímpar; Avenida Assis de Vasconcelos, lado ímpar; linha seca do encontro da Avenida Assis de Vasconcelos com a Avenida Marechal Hermes; baía de Guajará, margem oriental; linha seca da margem oriental da Avenida Visconde de Souza Franco com a Avenida Marechal Hermes.

A atual Rua 28 de Setembro é considerada a primeira rua aberta nessa área, atravessada pelo igarapé do Reduto, sendo construída mais tarde uma doca, que passou a ser conhecida como a Doca do Reduto. A finalidade dessa doca era receber as águas pluviais que vinham do largo da Pólvora (atual praça da República), região central da cidade, que receberia embelezamento na administração de Antonio Lemos.

Embora a cidade não tivesse uma área de fábricas bem definida, a região do Reduto, talvez pela proximidade do porto, era a que mais abrigava os edifícios fabris e comerciais. Segundo Trindade Junior, o igarapé do Reduto foi aterrado pelos ingleses para a construção do porto de Belém, entre outras intervenções que eles fizeram na área por volta do ano de 1910 (1997, p. 42). Em razão da localização, o bairro era habitado por pessoas de várias nacionalidades, como lembra Osvaldo Orico em suas memórias: “Almocei no Restaurante Rui Barbosa, onde ‘seu’ Tavares, um português pálido, de cabelo e grossos bigodes loiros, nos oferecia um bife com batatas mais saboroso para o meu paladar daquele tempo” (1956, p. 79).

O escritor retoma suas memórias de infância ao voltar como “professor laureado”⁴ e lembrar do “moleque do Reduto”,⁵ que “comia filhós nos tabuleiros que ficavam ali

³ Existia uma muralha nas proximidades do Convento de Santo Antônio para servir de reduto à defesa da cidade, sendo chamado de Reduto de São José (séc. XVIII).

⁴ Ao regressar a Belém, em 1928, Osvaldo Orico portava a primeira láurea concedida pela Academia Brasileira de Letras, o prêmio Francisco Alves.

⁵ O autor conta que, por morar no Reduto e estudar num colégio de meninos ricos e moradores de áreas nobres de Belém, o diretor e os professores o apelidaram de “moleque do Reduto”, mesmo que se destacasse na arte da oratória.

toda as tardes, ou seguia os japoneses que chegavam do Oriente, carregados de brinquedos exóticos e engenhosos como eles” (Orico, 1956, p. 81).

A necessidade de um melhor aparelhamento da cidade para o escoamento da produção da borracha levou o poder público a promover melhorias no local, que adquiriu uma característica bem peculiar em relação às outras áreas da cidade.

É importante destacar, portanto, que, embora hoje o Reduto seja considerado um bairro decadente em comparação com o que representou no início do século XX, é importante observá-lo em sua configuração atual, com a famosa Doca de Souza Franco, lugar de elegante *shopping*, espaço de caminhadas e corridas dos moradores da área. Da Doca do Reduto só nos resta contemplar alguns vestígios das fábricas que mais se destacaram no cenário fabril da época.

Fábrica de Cordas & Aniagem

Reinaugurada em 1906, a Fábrica de Cordas & Aniagem, pertencente a Antonio Gonçalves Martins e Jorge Correia, localizava-se na Travessa Rui Barbosa, ocupando uma área de 5.280 metros quadrados. Inaugurada no ano de 1895, a fábrica foi fechada em 1902 por problemas financeiros. Quatro anos depois, foi comprada pela firma Martins, Jorge & Cia., passando a chamar-se Fábrica Perseverança.

O maquinário foi montado por engenheiros vindos da Europa. Os proprietários consideravam que era preciso implementar o desenvolvimento industrial, tanto que importaram dos principais centros os materiais necessários à produção, como sisal para confecção de cordas, juta e cânhamo para confecção da aniagem, fio de vela e barbante para consumo interno e para exportação. Os proprietários exaltavam a segurança das máquinas, indo ao exagero de dizer que não ofereciam perigo nem para as crianças. Também demonstravam que as cordas fabricadas eram de uma perfeição que rivalizava com os similares estrangeiros.

A Fábrica de Cordas alcançou uma prosperidade tão grande que na década de 1950 chegou a utilizar uma área superior a 45 mil metros quadrados, ocupando quarteirões que atingiam cinco ruas do bairro do Reduto (figura 1), além de ser agraciada com um diploma em Exposição Nacional.

O articulista da revista *Ilustração Portuguesa* encerrava a descrição da fábrica registrando que a “árvore das patacas secou, agora só a inteligência impera”, numa alusão à fragilidade econômica que representava o extrativismo da borracha. Os grupos econômicos assentados no aviamento da borracha e na exploração da seringueira foram varridos do cenário de opulência, transferindo seu capital e prestígio político para outros setores, como o do comércio da castanha e o da exploração da madeira. Esse cenário faz-nos lembrar uma passagem de *Belém do Grão-Pará*, em que uma personagem dalci-

diana comenta: “É o que dá quando se vai atrás das tetas de uma árvore. Mamasse nas vacas e não nas seringueiras. Pensava que a borracha esticava sem rebentar um dia?” (Jurandir, 2004, p. 99).

Socialmente, o cenário é bem difícil, com a expulsão de um grande número de trabalhadores do mercado de trabalho vinculado à borracha, o que deve ter contribuído, em parte, para o acirramento das lutas políticas no Pará, que culminaram com a expulsão de um dos maiores líderes desse período de riqueza e *glamour* da capital paraense, o intendente Antonio José de Lemos, que administrou a cidade por 14 anos.

Fábrica de Cerveja Paraense

Em 1905, quatro empresários – Domingos Pires Barreira, Brasil Montenegro, Otto Fuerth e João Moreira Costa – se reuniram e fundaram a Fábrica de Cerveja Paraense (figura 3), localizada na avenida Independência (atual Governador Magalhães Barata), com 3.375 metros quadrados de edificações. Empregava 140 homens, em sua maioria portugueses, sendo gerenciada pelo Visconde de Monte Redondo. Anualmente, colocava 3,6 milhões de litros de cerveja no mercado. O maquinário foi fornecido pela firma alemã Germania Fabrik, de Chemnitz. A matéria-prima era importada da Boêmia (Alemanha) e da América do Norte. Produzia cinco tipos de cerveja: Pilsen, Vienna, Leão, Rio Branco e Portel, além de vários tipos de refrigerante.

Os proprietários afirmavam que o produto rivalizava com o que de melhor existia na Alemanha. O sucesso da fábrica foi tão grande que eles sofreram alguns dissabores em razão da campanha de difamação de seu produto. Em carta dirigida aos jornais paraenses, reclamavam de representantes do sul do Brasil que faziam uma campanha desleal em relação à cerveja produzida no norte do Brasil.

Nessa ocasião, em julho de 1913, estava ocorrendo a Exposição Universal de Turim e o delegado do estado do Pará na exposição, Jaime Gama e Abreu, tomou conhecimento da nota e escreveu uma carta aos proprietários, solidarizando-se com os protestos e comprometendo-se a levar tal fato a júri. A revista *Ilustração Portuguesa* registra que Gama e Abreu solicitou ao júri da exposição que fizesse análise mais acurada do produto paraense, considerando que, sempre, nesse quesito, eram as fábricas estrangeiras ou do sul do Brasil que levavam vantagem. A solicitação foi atendida, resultando na concessão do Grande Prêmio ao produto da Cervejaria Paraense.

Fábrica Palmeira

Ocupando uma área em torno de 15 mil metros quadrados, a Fábrica Palmeira (figura 5) localizava-se na Rua Paes de Carvalho (atual Rua Manoel Barata com Rua Padre Prudêncio). Fundada em 1892, foi reconstruída após um incêndio ocorrido em 1924, tendo empregado mais de quatrocentos operários de ambos os sexos. Era inicialmente propriedade de Manoel Francisco Jorge, Ignácio Marques da Cunha, João Marques da Cunha e Francisco José da Silva, três anos depois entrou para a sociedade Antônio José Correa e, após algumas composições e reagrupações, a fábrica constituiu-se com a razão social Jorge Correa & Cia.

Premiada na Exposição de Turim de 1911 com a Medalha de Ouro, foi também premiada nas exposições de San Diego, na Califórnia, e na de Milão, sendo considerada a melhor confeitaria de Belém até meados da década de 1970. Orgulhava-se em propagandear que fabricava macarrão em pacotes, sendo a única que rivalizava com a Alemanha.

Fábrica de Chapéus

Ao chegar a Belém, o menino vindo do Marajó não entendia por que “a mãe não tirava o olhar de cima duma senhora enchapelada, fofa de rendas. [...] Era possível que só olhasse para si mesma” (Jurandir, 2004, p. 93). Para o menino Alfredo, “as tantas rendas e o difícil chapéu davam-lhe um ar tão divertido que fez o menino esquecer por algum instante o coco assando no sol” (Jurandir, 2004, p. 93). Assim, Dalcídio Jurandir retrata uma das cenas da chegada do menino do interior à cidade que ainda respirava o *glamour* do fausto da borracha. O que chamava atenção era o uso do chapéu pelas damas da cidade, encontrados em lojas localizadas na Rua João Alfredo, como a Maison Française, a casa de Madame Russo, entre outras. Esse hábito europeizado inspirou a cidade a instalar algumas fábricas de chapéu para homens e mulheres (figura 5), afinal, fazia parte do consumo da população endinheirada, que precisava exibir seu requinte e poder.

Casas construtoras

Ainda nessa primeira década do século XX, vamos encontrar empresas portuguesas dedicadas à construção. Ressalte-se que nesse período encontramos na cidade duas casas construtoras que demonstravam vigor em seus negócios. Uma delas era a firma Manuel Pedro & Cia., localizada na Rua de Bragança e na Travessa São Francisco (em torno do centro histórico) (figura 8), que oferecia serviços de carpintaria, ferraria, serralheria

e marcenaria. Construiu vários prédios na cidade, entre eles a Camisaria Paraense, chegando a receber reconhecimento não somente nacional como também internacional. Foi premiada nas Exposições de Chicago, Turim – nesta ganhou o Grande Prêmio –, São Luís, Pará, Rio de Janeiro, Bruxelas – nessas três últimas, ganhou Medalhas de Ouro.

Casa Construtora de Salvador Mesquita & Cia.

Outra casa construtora, a Salvador Mesquita & Cia., localizada na Travessa São Francisco n. 8 a 14, possuía oficinas de carpintaria, marcenaria a vapor, funilaria, serralheria, encanações e também era do ramo de ferragens. Construiu inúmeros prédios na cidade, como o Banco do Pará, o Grande Hotel, a famosa casa de tecidos e miudezas Paris N'América, considerada símbolo do luxo das elites paraenses, e o Cinema Olímpia (figura 6), que, inaugurado em 1912, resiste ao tempo, haja vista seu funcionamento até os dias atuais (Sarges, 2010).

Além das fábricas e das casas construtoras, os portugueses possuíam inúmeras casas chamadas *de ferragens e miudezas* e também controlavam um setor muito disputado não somente com nacionais, mas também com outros estrangeiros: o de casas bancárias, como a Casa Bancária Moreira, Gomes & Cia, que fazia transação de moedas, além de se dedicar ao ramo das ferragens.

Concluindo

Considerando que esta pesquisa se baseou sobretudo na revista *Ilustração Portuguesa*, é importante registrar que se tratava de uma revista semanal, com informes variados da atualidade da sociedade portuguesa e do mundo, que iam de notícias internacionais a propostas de lazer e assuntos do cotidiano, com ampla circulação em Portugal, na Espanha, nas colônias portuguesas e comunidades de imigrantes portugueses residentes em outros países. Em Belém, possuía um grupo considerável de leitores, entre os quais muitos comerciantes e intelectuais.

Da consulta realizada entre os anos de 1910 e 1915 na revista *Ilustração Portuguesa*, observamos que a ênfase dada às fábricas e indústrias de proprietários portugueses estabelecidas em Belém manifestou-se principalmente nas edições do segundo semestre de 1913, omitindo-se quaisquer informações antes disso e fazendo-se apenas alusões imagéticas a comerciantes dessa colônia residentes na cidade posteriormente.

Em um clima de prosperidade, havia um considerável público consumidor de obras estrangeiras e nacionais. Os endinheirados e homens cultos da cidade embelezada pela economia da borracha eram ávidos consumidores dos produtos expostos numa

das mais importantes livrarias, de propriedade do português Eduardo A. Fernandes – a Livraria Alfacinha, onde se encontravam inúmeras publicações, entre as quais a revista *Ilustração Portuguesa*.

Vale considerar que os portugueses sempre estiveram presentes na economia da borracha. Tinham uma grande importância no setor comercial da cidade e, com a expansão da economia da borracha, foram consolidando seus negócios e suas fortunas. Eram donos de casas aviadoras, graças a seu pioneirismo na atividade mercantil. Essa experiência comercial levou-os a fazer inversões de capital nos setores de atividades urbanas, de negócios imobiliários, de construção naval de pequeno porte, de construção civil e de outros ramos da indústria. Lembrando o que Hobsbawm registra acerca das empresas da primeira metade do século XIX, que eram financiadas esmagadoramente de forma privada, com recursos familiares, em Belém, essas empresas portuguesas do período em foco eram também, basicamente, financiadas pelo capital privado. Desse modo, a crise da borracha não os surpreendeu, ao contrário, os beneficiou na expansão de suas fábricas.

Referências

- D'OZOUVILLE, Leopoldo. *Un viaje al Brasil*. Conselho Superior de Emigração da Espanha, 1916.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA. Edição semanal do jornal *O Século*. Lisboa, n. 359-410, jan.-dez. 1913.
- JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA / Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.
- LE COINTE, Paul. *L'Amazonie brésilienne*. Paris: A. Challamel, 1922.
- MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense*. Belém: FIEPA, 1989.
- ORICO, Osvaldo. *Da forja à academia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3 ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.
- SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)* (dissertação). Belém: UFPA/PPHIST, 2009.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: NAEA / UFPA, 1997.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

Cadeias migratórias, indústria e comércio: a Tijuca como estudo de caso¹

Lená Medeiros de Menezes

*Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia.*
Alberto Caeiro

À guisa de introdução

Um dos maiores avanços dos estudos migratórios na passagem dos séculos XX para o XXI vem sendo a reflexão sobre processos que contemplam seus atores, em uma riquíssima dialética entre o individual e o coletivo. Nessa abordagem, trajetórias individuais transformam-se em janelas para a compreensão de impulsos, desejos, projetos e práticas cotidianas que, para além do exemplo singular, remetem a impulsos e tendências

¹ Este artigo é desdobramento de pesquisas sobre o comércio português no Rio de Janeiro apoiadas pelo CNPq, por meio de bolsa de produtividade em pesquisa (2007-2010 e 2010-2013), pela Faperj, por meio de taxas de bancada do programa Cientista do Nosso Estado (2009 e 2012), e pelo Prociência UERJ.

escritos no plural. Daí a contribuição da história oral e o desvelamento da existência de *cadeias migratórias* a unir o *lá* e o *cá* dos processos de deslocamento.

Segundo Devoto, os estudos sobre cadeias migratórias, surgidos nos anos 1950, “adquiriram novo vigor quando do eclipse, ao menos temporal, dos enfoques macro, que enfatizavam exclusivamente o papel dos fatores estruturais nas causas das migrações” (1999, p. 300). Analisando como tem sido empregado o conceito, o autor aponta dois *usos* principais. Um é o que ele chama de *metafórico*, que significa “o emprego da noção de cadeia para descrever genericamente um mecanismo ou para acompanhar o emprego de fontes qualitativas mais tradicionais”, amplamente utilizado pelos estudiosos do caso espanhol. O outro uso implica a valorização de fontes nominativas, ainda que se deva ter em conta que é “necessário utilizar distintas fontes para obter uma imagem mais precisa seja da dinâmica dos movimentos migratórios seja dos mecanismos de funcionamento das relações interpessoais” (Devoto, 1999, p. 304).

Apesar de suas possibilidades operacionais, como ocorre com qualquer conceito no campo das ciências humanas, o de cadeias migratórias implica cuidados e limites, principalmente com relação à necessidade de serem contempladas as dimensões múltiplas que envolvem os deslocamentos. Entre essas dimensões, por exemplo, consideramos que a questão da empregabilidade tem uma importância que ainda não foi devidamente analisada, devido a um olhar que prioriza os laços familiares ou a questão da informação, ao que se acrescenta a tendência da história escrita no presente secundarizar a dimensão econômica, dando maior ênfase às questões culturais.

Tomando como estudo de caso o bairro da Tijuca e a Grande Tijuca,² este trabalho volta-se para reflexões acerca da presença de cadeias migratórias que ligam determinadas vilas e aldeias de Portugal a bairros cariocas, colocando ênfase nas excelentes condições de empregabilidade que a região oferecia na passagem do século XIX para o século XX. Os indícios da existência dessas *cadeias* ganharam visibilidade quando entrevistamos portugueses fixados na região por ocasião do desenvolvimento de projeto que se voltava para sua participação no pequeno comércio da cidade. Colocados à margem em um primeiro momento,³ esses indícios vieram a inspirar novas possibilidades de investigação, ensejando, como desdobramento, a construção de novo projeto, que privilegia essas *cadeias* ou redes.

² O nome Tijuca era usado para o que hoje é o Alto da Boa Vista, onde havia plantações de café. Daí o nome do atual bairro da Barra da Tijuca, localizado na descida do Maciço da Tijuca em direção ao mar. No atual bairro da Tijuca localizavam-se os antigos distritos do Engenho Velho e do Andaraí. Com relação à Grande Tijuca, ela é constituída pelos atuais bairros da Tijuca, do Andaraí, de Vila Isabel, do Grajaú e do Maracanã.

³ Nesse processo de postergar a pesquisa, lembramos das *observações* de Ginzburg com relação ao moleiro do Friuli, cujo processo ficou adormecido durante alguns anos (Ginzburg, 1987).

Os resultados aqui apresentados são iniciais e representam as primeiras sistematizações dos dados recolhidos. No estágio em que se encontra a pesquisa, alguns caminhos já estão pensados: o retorno da pesquisadora a antigos depoentes e, a partir deles, a determinação de novos imigrantes a serem entrevistados; o estabelecimento de uma amostra dos lugares de origem de maior incidência no conjunto dos entrevistados; o mapeamento das relações estabelecidas entre local de moradia e de trabalho; a documentação relativa às fábricas da região, grande parte delas de propriedade de imigrantes portugueses enriquecidos no comércio; cartas de chamada e a busca de fontes nominativas nos dois lados do Atlântico, com destaque para registros de passaportes e fichas de registro de estrangeiros (a serem pesquisados a partir dos nomes levantados, devido à extensão desses fundos documentais). Observe-se que, nas fichas de registro de estrangeiros, entre os dados de registro, incluem-se o local de nascimento e o de residência, vitais para os objetivos do projeto.

Rios para além do “rio da minha aldeia”

Em sua aventura transoceânica, para além do Tejo e do rio de suas aldeias, muitos portugueses descobriram aqueles que cruzam a Tijuca e a microrregião da Grande Tijuca. Esse espaço, marcado pelo domínio da água,⁴ tornou-se local privilegiado da lusitanidade, onde história e memória travaram e travam um diálogo permanente, com raízes que mergulham nos processos de deslocamento que marcaram o século XIX e boa parte do século XX, responsáveis por fluxos maciços de indivíduos nascidos no norte de Portugal.

Caminhar pelos bairros da região, com um olhar direcionado para suas influências culturais, significa encontrar registros de uma presença portuguesa que se expressa tanto na figura de portugueses e portuguesas – principalmente viúvas – que se tornaram proprietários de bares e botequins da região quanto em lugares monumentais de memória, entre eles altas chaminés que sobem aos céus, cujo funcionamento, em última instância, garantiu a sobrevivência a homens e mulheres que um dia se lançaram ao Atlântico para uma difícil travessia, embalados pelo sonho da construção de um futuro melhor.

A presença portuguesa na região pode ser percebida por meio de marcas que caracterizam o espaço, um *lugar* repleto de muitos simbolismos. Nas relações entre

⁴ Observe-se que, no tempo presente, a água continua marcando a região, pois, embora os rios tenham sido em parte canalizados, sempre que há chuva forte eles enchem e transbordam em uma velocidade surpreendente – da mesma forma que no passado. Esse tem sido um desafio ao longo do tempo para as autoridades municipais, explicando por que, em tempos de Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil, e considerando que o estádio do Maracanã fica na região, foram construídas grandes piscinas subterrâneas a fim de evitar as enchentes.

presente e passado, conteúdos de base emocional permeiam relações familiares e de vizinhança, enquanto as casas étnicas que se distribuem pela área expressam um simbolismo comunitário marcado por um sentimento de pertencimento a uma comunidade “reimaginada”⁵ em um espaço marcado por raízes lusitanas.

Deve-se ter em mente que a conjuntura de início da Grande Imigração foi a mesma do surto fabril possibilitado pelo Encilhamento,⁶ responsável pelo primeiro impulso de substituição de importações, expresso na fundação de várias fábricas na cidade do Rio de Janeiro, com destaque para a indústria têxtil. O antigo bairro do Andaraí (posteriormente Tijuca) ofereceu, naquela conjuntura, ambiente propício para o estabelecimento de várias dessas fábricas, localizadas às margens dos rios, que, descendo do maciço, deságuam na baía de Guanabara.

Algumas dessas fábricas desapareceram praticamente sem deixar rastros, lembradas por memorialistas ou estampadas em imagens esmaecidas do passado – caso da fábrica de chitas que funcionava na principal praça do bairro. Outras, entretanto, tiveram longa existência, desaparecendo ao tempo da ditadura militar ou pouco depois, como foi o caso da América Fabril, da Confiança e da Brahma, que deixaram preciosas marcas arquiteturais de sua importância e pujança, como altíssimas chaminés que, solitárias, parecem perdidas no tempo ou paredes de pedra que, preservadas, se mostram de grande beleza.

Com relação aos rios situados para além “do rio de suas aldeias”, eles davam à região importante diferencial num momento em que a indústria necessitava da água para sua existência.⁷ Situado nos contrafortes do maciço que deu nome ao bairro, o atual bairro da Tijuca, entre finais do século XIX e início do século do século XX, beneficiava-se dos rios⁸ que desciam da montanha para o vale a caminho do mar: Maracanã, Trapicheiros e Joana. Nas margens desses três rios, localizaram-se as fábricas que projetaram o Rio de Janeiro como o primeiro centro fabril do país. Esse surto coincidiu com a fase de imigração maciça que direcionou para o Brasil milhares de portugueses,

⁵ Termo cunhado por Benedict Anderson (2008).

⁶ Política monetária focada na livre emissão de créditos monetários, com o objetivo de estimular a industrialização e o desenvolvimento de negócios. Os bancos passaram a liberar empréstimos livremente às pessoas, sem mesmo saber de suas reais condições de pagamento, o que terminou por causar grave crise financeira na recém-proclamada República.

⁷ Fora da Tijuca, existiram fábricas situadas nos contrafortes sul do mesmo maciço, com destaque para regiões onde se situam hoje os bairros de Laranjeiras e da Lagoa. Às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, por exemplo, estabeleceu-se a fábrica Corcovado, quando a área era tão somente um terreno pantanoso.

⁸ Nos dias de hoje, esses rios estão em parte canalizados e várias ruas da região tiveram seu asfalto sobreposto às galerias fluviais. As constantes enchentes na região marcaram o passado e continuam desafiando a municipalidade. O mais recente projeto para resolver o problema das enchentes é a construção de grandes piscinas subterrâneas para evitar o transbordamento dos rios, que sofrem cheias em uma velocidade impressionante quando há chuvas fortes.

provenientes das províncias do norte de Portugal, desde que, em Portugal, o apito do trem e a fumaça das caldeiras rasgaram o ar, serpenteando nas margens do Douro e arancando populações de distâncias seculares, possibilitando-lhes, assim, chegarem com rapidez aos portos, descortinando, para além do Douro e do Tejo, novos horizontes.

A exemplo do sucedido na Inglaterra setecentista, as águas dos rios tijucanos foram vitais para as primeiras indústrias brasileiras, cumprindo a função de movimentar caldeiras e máquinas (antes da introdução da energia elétrica) e, como resultado, baratear os custos e tornar a produção competitiva.

No caso da indústria de tecidos, a água era também essencial nos processos de tingimento e lavagem. Não era puro acaso, portanto, que as fábricas bordejassem os rios que cortam a região, aproveitando suas águas e ampliando sua utilização pela construção de canais e açudes.

O “apito da fábrica de tecidos”

Muito já foi dito sobre a preferência do imigrante português pela vida urbana, em especial pela cidade do Rio de Janeiro, apesar dessa constatação não representar, até muito recentemente, um número expressivo de trabalhos acadêmicos dedicados ao tema. A justificativa para esse silêncio é o fato dos portugueses enquanto *estrangeiros conhecidos*,⁹ que facilmente tendem a ser inseridos no conjunto da população, sem marcas mais incisivas acerca de sua *diferença*,¹⁰ dirigida para grupos vistos como mais *exógenos*.

Com relação à participação lusitana no comércio, especialmente no pequeno comércio, podemos considerar que já existe uma historiografia razoável, inclusive alguns trabalhos pioneiros da autora deste artigo (cf. Menezes, 2012a; 2012b) e de pesquisadores de São Paulo¹¹ e de Belém do Pará¹² que há muito vêm se dedicando ao tema geral da e/imigração portuguesa. Há, entretanto, silêncios consideráveis com relação ao trabalho de operários lusos nas fábricas, principalmente o exercido por mulheres.¹³ Silêncios maiores, por outro lado, afetam a relação estabelecida entre indústria e comércio e a migração ocupacional que, da fábrica, se orientou para o pequeno comércio,

⁹ O conceito pertence a Duroselle (2000, p. 51), que, no capítulo “Estrangeiros”, distingue entre “estrangeiros conhecidos” e “estrangeiros desconhecidos”, trazendo aportes interessantíssimos para a história das migrações do ponto de vista das relações internacionais.

¹⁰ Observe-se que essa “naturalização” tendia a ser apagada em momentos de embates, com o antilusitanismo despertando de seu adormecimento, como já analisou Gladys Ribeiro (1990) e como pode ser observado também em autores francamente francófilos e lusófonos, como Luís Edmundo (1967).

¹¹ Contando-se entre eles Maria Izilda de Matos e Yvonne Avelino.

¹² Devem ser citados, entre outros, os nomes de Maria de Nazaré Sarges e de Marcos Carvalho.

¹³ Destaque-se, para o caso de São Paulo, o trabalho pioneiro de Matos (1996) sobre a indústria da sacaria para o café e as obras de Eulália Lobo (2001), pioneira nos estudos sobre imigração portuguesa.

muitas vezes estabelecido nos arredores do próprio estabelecimento fabril. Essa relação, em especial, resta por ser analisada pelos historiadores, possivelmente em decorrência do papel pouco expressivo que hoje ocupa a história econômica no contexto dos estudos históricos.

De acordo com os versos de Noel Rosa “quando o apito / da fábrica de tecidos / vem ferir os meus ouvidos / eu me lembro de você”,¹⁴ é possível dizer que, quando “o apito da fábrica de tecidos”, ao anunciar o início de mais um dia de trabalho ou o término da jornada diária, “feria” os ouvidos do poeta-compositor, como “feria” também os ouvidos de outros moradores da “Vila”,¹⁵ trazendo-lhes a lembrança das jovens que lhes arrancavam suspiros apaixonados.

Entre essas jovens, havia muitas portuguesas que, cotidianamente, esperavam a hora dos portões da fábrica se abrirem para entrar ou sair, portuguesas que garantiam sua sobrevivência e de sua família em terras brasileiras.

A fábrica Confiança de Vila Isabel até hoje domina o espaço no qual foi originalmente construída, às margens do rio Joana – um dos rios que descem do maciço da Tijuca em direção ao mar. Construída em pedra, a fábrica lembra ainda os tempos áureos de uma república recém-implantada que buscava sua industrialização, quando essa fábrica produzia tecidos variados e de boa qualidade.¹⁶

Diferentemente de outras empresas, das quais só restaram ruínas ou uma chaminé perdida no meio de prédios construídos em outros tempos, a construção foi preservada e ocupada por um supermercado nos idos de 1980, permanecendo como espaço ressignificado da vida econômica da região. Se “o apito da fábrica de tecidos” tornou-se coisa do passado,¹⁷ mitificado, ele foi eternizado nos versos da música de Noel, transcrita nas calçadas do bairro.

Resistência à especulação imobiliária,¹⁸ a fábrica de Vila Isabel dividiu, durante décadas, espaço com outros estabelecimentos fabris também situados na descida norte das terras altas da Tijuca, e voltados para produtos variados, entre os quais destacavam-se as fábricas de tecidos Bom Pastor, Maracanã, Corcovado (posteriormente deslocada para as margens da lagoa Rodrigo de Freitas), América Fabril, Covilhã e Lanifício Alto

¹⁴ Os versos pertencem à música “Três apitos”, composta em 1933.

¹⁵ Referência ao bairro de Vila Isabel. Noel Rosa, nascido no bairro, é conhecido como o “Poeta da Vila”.

¹⁶ A fábrica foi fundada em 1885. Em suas imediações foram erguidas vilas operárias e alguns casarões. Em 1929, com o *crack* da Bolsa de Nova York, teve problemas e demitiu operários, mas voltou a crescer em 1942, por produzir e fornecer uniformes para o exército brasileiro. Esteve em atividade durante 85 anos e sua chaminé data de 1894.

¹⁷ Esse passado, porém, é recente. O apito soou mesmo após o término das atividades da fábrica. Só muito recentemente o silêncio substituiu o ruído que, tal qual sinos de campanário, marcava o início e o fim dos dias.

¹⁸ O prédio da América Fabril, por exemplo, foi derrubado na década dos 1960 e em seu lugar surgiu um grande conjunto residencial, enquanto o Lanifício Alto da Boa Vista resta em ruínas.

da Boa Vista (esta mais tardia); as fábricas de rapé e de cigarros, setor no qual a Souza Cruz tornou-se uma gigante; fábricas de bebidas (Helvética, depois Brahma), situadas às margens do rio Maracanã; a fábrica de chapéus Mangueira; fábricas de vidros, barcos, uniformes, móveis, material sanitário, borracha, olarias etc.

Todas essas empresas colaboraram para definir a região como área fabril e lugar possível de concretização do sonho imigrante de construção de outro futuro em terras brasileiras, apesar dos baixos salários e do trabalho estafante que elas ofereciam. O nome de algumas dessas empresas era a expressão objetiva dessa participação, ao remeterem diretamente a estabelecimentos existentes em Portugal, como no caso da já citada Confiança, cujo nome era uma homenagem e reverência a outra fábrica situada do outro lado do Atlântico, na cidade de Braga; e também da fábrica Covilhã, que, seguindo as tradições da Covilhã de Portugal, produzia excelentes tecidos de lã.¹⁹

Como proprietários de muitas dessas fábricas, destacaram-se empreendedores portugueses, muitos deles enriquecidos no comércio. Os exemplos são vários: Conde de Avelar,²⁰ proprietário da Fábrica de Tecidos Bom Pastor; família Souto Maior, proprietária da Fábrica de Tecidos Corcovado, que, em 1920, comprou a massa falida da Fábrica de Tecidos de Lã Andaraí;²¹ Albino Souza Cruz,²² fundador da Fábrica de Cigarros Souza Cruz, e José Antonio Coxito,²³ idealizador e proprietário da Farmácia e Indústria Granado, cuja filial na Tijuca marcou várias gerações. Como outros, eles deixaram seu nome impresso na história da imigração, na história da indústria do Rio

¹⁹ A fábrica foi uma das últimas a encerrar suas atividades, permanecendo em funcionamento até os anos 1980.

²⁰ Antonio Gomes de Avelar era português de Alcobaça. Nasceu em 24 de maio 1855 e emigrou para o Brasil quando tinha 11 anos, para trabalhar no comércio, como vários jovens da mesma idade. Tornou-se um grande nome no Brasil, onde exerceu os cargos de presidente da Real Sociedade de Beneficência e do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

²¹ A Fábrica Corcovado foi uma das fornecedoras de tecidos para os uniformes das Forças Armadas durante a Segunda Guerra Mundial. Estendeu suas atividades até o ano de 1964, quando fechou as portas.

²² Albino Souza Cruz nasceu em Santa Eulália da Palmeira, Santo Tirso, em 1869. Emigrou para o Brasil no ano de 1885, quando tinha 16 anos, fixando-se no Rio de Janeiro, onde trabalhou em uma fábrica de fumo, de propriedade de outro imigrante português: José Francisco Correia, o Conde de Agrolongo. Quando tinha 33 anos começou a produzir cigarros em um pequeno estabelecimento no centro da cidade. Passou, posteriormente, da produção artesanal para a industrial, tornando-se um gigante no ramo, dirigindo a maior indústria de fumos da América Latina. Em 1962 retirou-se da presidência da companhia e em 1966, com idade avançada, veio a falecer, vitimado pelo câncer.

²³ Antônio Coxito Granado chegou ao Brasil com 14 anos, quando empregou-se em uma botica situada na atual Rua Buenos Aires, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Seu trabalho era o de lavador de frascos, recebendo em troca casa, comida, roupa lavada e um pequeno salário. Sua sorte começou a mudar quando foi convidado a dirigir a renomada botica de Barros Franco, situada na atual Rua Primeiro de Março, onde se concentravam importantes empresas. No ano de 1869, fez proposta para a compra da botica, nascendo, no ano seguinte, a Casa Granado, que se tornaria famosa pela produção de polvilhos antissépticos e sabonetes de glicerina, até hoje existentes no mercado. A filial inaugurada na Tijuca foi, até muito recentemente, referência na principal praça do bairro.

de Janeiro e na história da Tijuca, tornando-se também exemplos emblemáticos do português enriquecido em terras brasileiras que se transformou em verdadeiro mito migratório, a incentivar a permanência dos fluxos.

Os rios, as fábricas, os morros... e os portugueses

Os indícios da presença portuguesa em uma região tão demarcada pela água podiam ser encontrados a cada esquina, à frente de armazéns (embora raros nos dias de hoje, eles ainda existem na região), açougues, padarias, botequins (ainda numerosos) e quitandas. Acrescente-se o fato de alguns portugueses terem legado seu nome a determinadas localidades. Veja-se o caso do morro do Salgueiro, que deve seu nome a Domingos Alves Salgueiro, imigrante português proprietário de uma fábrica de conservas à rua dos Araújo, caminho que liga uma das descidas do morro à rua Haddock Lobo, uma das principais do bairro. O morro do Salgueiro, embora exemplo emblemático, é apenas um dentre os morros da Tijuca que entrelaçam a história de sua ocupação com o processo de imigração.

Com relação à ocupação dos morros, muito ainda há por ser dito. Essa é uma história vivida que resta por ser escrita, de forma que possam ser revistas algumas ideias, consagradas como verdade final, que, ao enfatizarem a participação da população brasileira pobre no processo, com destaque para antigos escravos, aprofundaram o silêncio sobre a participação dos imigrantes, como se não houvesse imigrantes pobres na cidade do Rio de Janeiro.

Especificamente com relação à participação portuguesa nesse processo, esse é ainda terreno virgem de pesquisa, sobre o qual só muito recentemente alguns historiadores – incluindo a autora – passaram a lançar seu olhar. Os indícios existentes vêm demonstrando que não foi pequena essa participação, ainda que as referências escritas sejam esporádicas e anedóticas. Lado a lado com a população brasileira pobre (na maioria negros e mulatos), o imigrante em geral e o português em particular habitavam espaços comuns, como demonstra, para as áreas centrais da cidade, o romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo.²⁴

Muitos estudaram o processo pelo qual as reformas urbanas promovidas por Pereira Passos (1902-1906) empurraram a população pobre – expulsa do centro da cidade pelas demolições que caracterizaram a intervenção modernizadora – para os morros cariocas, grande parte deles situada na Tijuca. No caso particular desses morros,

²⁴ *O cortiço* foi publicado em 1890 e teve boa recepção da crítica, devido ao fato de seu autor apresentar-se antenado com o Naturalismo, que gozava então de grande prestígio na Europa. O romance tem por ambiência uma habitação coletiva do centro do Rio de Janeiro, onde pessoas pobres – brasileiros e estrangeiros – convivem.

entretanto, faltam estudos aprofundados que possam levar a uma melhor compreensão dos primórdios de um povoamento que, em parte significativa, foi explicado pela necessidade de acesso a terras desocupadas que pudessem servir de moradia aos operários das fábricas que pontilhavam a região no fim do Oitocentos e início do Novecentos, entre os quais imigrantes portugueses.

O morro da Mangueira, por exemplo, hoje próximo ao estádio do Maracanã, tem seu nome relacionado à Fábrica de Chapéus Mangueira, como vem demonstrando, a partir de outros objetivos e outras abordagens, pesquisa desenvolvida por Lyndon de Araújo Santos como tese de doutorado. Inaugurada em meados do século XIX, a fábrica tinha por proprietário um português de Braga, José Antônio Fernandes Lopes, que chegou ao Brasil em 1858, aos 16 anos, para auxiliar o irmão, José Antônio Fernandes Braga, na produção de chapéus.

Antes de 1868, como muitas outras atividades fabris no Rio de Janeiro de então, a produção de chapéus limitou-se a uma manufatura quase totalmente artesanal, com tecnologia trazida da cidade de Braga, Portugal. Com José Luiz, a pequena fábrica tomou impulso e expressão, aumentando os negócios, favorecido pela conjuntura que permitiu tal crescimento. [...] Entre 1868 e 1896 ocorreu a expansão dos negócios tanto no mercado interno como no externo, a importação de tecnologia e a consolidação da produção. O incêndio em 1896 marcou um ciclo de crescimento e a necessidade de deslocamento da fábrica para local menos insalubre, mais apropriado para a escala maior de produção. [...] Em dois anos as novas dependências da fábrica foram construídas à altura da primeira parada dos trens, quando partiam da Estação Pedro II. No local havia uma grande mangueira, que servia de referência, tornando-se a “Estação Primeira da Mangueira”. Ali, em torno da grande mangueira, a fábrica foi construída com novos maquinários e estrutura para aumento da produção, juntamente com casas para os operários (Santos, 2009, p. 4).

Acompanhando a moda que tinha no chapéu parte importante da indumentária de homens e mulheres que viviam a Belle Époque tropical, a pequena empresa transformou-se em uma das principais fábricas de chapéus do país, empregando muitos operários, brasileiros e imigrantes pobres. No caso dos imigrantes, eles se tornaram referência para muitos outros que, a partir de informações direta ou indiretamente recebidas, escolheram a região como seu destino no Brasil, graças, principalmente, às possibilidades de emprego que ela oferecia.

Mais conhecida é a história do morro do Borel, onde se localiza a sede do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca, terceira escola mais antiga da cidade.²⁵

²⁵ A Escola de Samba Unidos da Tijuca foi fundada em 31 de dezembro de 1931.

As origens do povoamento e da escola de samba nascida nesse espaço remontam à ocupação do morro por operários das fábricas Maracanã, Covilhã e Souza Cruz, situadas nas terras baixas das proximidades (hoje ruas Conde de Bonfim e Garibaldi).

A influência portuguesa na história da Escola Unidos da Tijuca pode ser observada não só no fato de seu diretor ser português de nascimento, mas também na tradição do desfile da agremiação incluir a presença de ranchos folclóricos das casas portuguesas da região, pelos quais portugueses e seus descendentes reafirmam seus vínculos com a região de origem, oferecendo um exemplo objetivo de identidades ressignificadas em terras brasileiras.

Entre as dimensões da forte presença portuguesa na região estudada, como já dito em outros trabalhos (Menezes, 2012b), devem ser mencionadas as inúmeras casas étnicas que pontilham o espaço tijucano. Nunca é demais lembrar que o bairro, em pouco mais de um quilômetro quadrado, concentra metade das casas portuguesas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, indicando a procedência daqueles que acabaram por ressignificar a lusitanidade fora da terra natal. Ao todo, são seis casas que remetem diretamente ao lugar de origem dos imigrantes: Casa do Porto, Casa do Alto Douro e Trás os Montes, Casa do Minho, Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, Casa dos Poveiros e Casa dos Açores. Outras, por outro lado, reforçam a dimensão nacional da e/imigração: o Orpheão Português e a Casa de Portugal, além do hospital da Beneficência Portuguesa.

Para além de lugares monumentais de memória, cada uma dessas casas apresenta-se como locus privilegiado de manifestações culturais e de recriação de identidades fora da terra natal, possibilitando a existência de uma “história que fermenta a partir do estudo dos ‘lugares’ da memória coletiva” (Le Goff, 2003). Cada uma delas funciona como referência e local de convívio, minimizando as agruras do sentimento de sentir-se fora do lugar. Fundadas na década de 1950 por imigrantes chegados por ocasião do renascimento dos fluxos deslocados de Portugal para o Brasil, essas instituições são exemplos vivos de como *cadeias adormecidas*²⁶ renascem quando uma conjuntura propícia se apresenta. No caso, “cadeias” que, estabelecidas na passagem dos 1800 para os 1900, ganharam nova vida na e/imigração do pós-1945.

Na origem dessas casas, há o registro da ascensão social de portugueses que reinventaram suas vidas em terras brasileiras, de grandes comerciantes a operários fabris e pequenos comerciantes espalhados pela região, que têm, nesses espaços, oportunidade de lembrar o passado, reafirmar suas identidades, reverenciar o país do qual

²⁶ O termo foi tomado de empréstimo a Pilar Cagiao, da Universidade de Santiago de Compostela, em conferência ministrada no Laboratório de Estudos de Imigração (Labimi) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em abril de 2014.

um dia partiram, encontrar patrícios, legar sua cultura aos descendentes e dedicar-se a atividades culturais e de lazer.

A forte presença portuguesa na região e as oportunidades de emprego na indústria e no comércio, traduzidas nesses imponentes *lugares de memória*, possibilitaram que a Tijuca se tornasse importante espaço de atração para imigrantes, graças às informações que chegavam a Portugal por relatos orais, exemplos dados por *brasileiros*, notícias impressas ou cartas de chamada. Entre essas informações, havia notícias sobre a oferta de postos de trabalho. Dessa forma, algumas *cadeias migratórias* ganharam visibilidade, unindo o bairro da Tijuca e os bairros adjacentes a determinadas aldeias do norte de Portugal. Foi o caso, por exemplo, da ligação entre a Muda da Tijuca (local situado próximo à subida da serra) e a vila de Manteigas, localizada na Serra da Estrela, de onde se deslocou Maria do Rosário Cardoso dos Santos,²⁷ que, em entrevista a mim concedida, forneceu os primeiros indícios dessa ligação transoceânica.²⁸

Nascida em 10 de junho de 1920, em uma vila localizada na Serra da Estrela, Maria do Rosário começou a trabalhar, quando tinha 15 anos, na mesma fábrica em que trabalhava aquele que viria a ser seu marido. Desembarcou no Rio de Janeiro no ano de 1953, carregando junto a si seus dois filhos, com o objetivo de encontrar-se com o esposo e promover a reunificação familiar, fugindo ao destino comum de tornar-se *esposa de marido vivo* em Portugal. Logo que chegou ao Rio de Janeiro tomou o rumo da Tijuca, visto a possibilidade de empregar-se na Fábrica de Tecidos Covilhã, onde já trabalhavam conterrâneas suas, empregadas por uma supervisora da aldeia, pois, segundo Maria do Rosário, todo aquele que chegava de Manteigas ela “metia lá”, fazendo lembrar a análise de Moya:

Um efeito das cadeias migratórias [é] o de atrair novos emigrantes para setores e atividades produtivas nas quais os “pioneiros” se haviam instalado, de forma que o fluxo mais ou menos constante para um tipo de atividade ou setor [gera] práticas monopolistas com relação a indivíduos de outras etnias (Fernández e Moya, 1999, p. 88).

A rua em que se localizava a fábrica tornou-se *lugar* para D. Maria construir sua nova vida. Ali ela criou seus filhos e ali ela realizou, em 1960, o sonho de se tornar sua própria patroa. Inspirada na experiência da mãe, taberneira em Portugal,²⁹ ela abriu seu

²⁷ Depoimento prestado em entrevista concedida à autora em 1º de agosto de 2003.

²⁸ Por sua trajetória emblemática, Maria do Rosário já foi por mim citada em outros trabalhos (cf. Menezes, 2010).

²⁹ É importante registrar que essa atividade, nas aldeias, era exercida por mulheres, devido aos contínuos deslocamentos masculinos por conta das lides na lavoura.

próprio bar nas proximidades da fábrica em que fora operária vocacionado a oferecer comida e bebida aos antigos companheiros de trabalho. Essa, ademais, foi a forma que ela encontrou para conciliar maternidade e trabalho em um único espaço. Nessa nova etapa de sua vida, Maria do Rosário tornou-se mais um exemplo das possibilidades oferecidas pelo comércio em termos de ascensão social, tornando-se, ao mesmo tempo, mais um elo de uma cadeia migratória que teve na fábrica *Covilhã* um importante lugar de sua tessitura inicial e para a qual contribui, certamente, o sucesso obtido por conterrâneos.

Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iphan Rio / Zahar, 1987.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DEVOTO, Fernando J. “Las cadenas migratorias de Santiago de Compostela hacia las Américas. Un ejercicio metodológico”. *Semata. Ciências Sociais e Humanidades*, v. 11, 1999, pp. 299-315.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá: teoria das relações internacionais*. Brasília / São Paulo: UNB / Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, v. 5.
- FERNÁNDEZ, Alejandro e; MOYA, José C. (orgs.). *La inmigración española en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira et al. 5 ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Trama e poder: trajetória e polêmica em torno da indústria da juta*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 1996.
- MENEZES, Lená Medeiros de. “Comércio português no Rio de Janeiro: histórias e gênero”. In — e MATOS, M. I. S. *Deslocamentos e cidades. Experiências, movimentos e migrações*. Rio de Janeiro: Labimi-UERJ / Faperj, 2012a, pp. 207-17.
- . “Imigração portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristóvão como estudo de caso”. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 6, n. 1, 2012b, pp. 79-95.
- . “Imigração e comércio: silêncios sobre a mulher”. In SARGES, M. N. et al. (orgs.). *Entre-mares – o Brasil dos portugueses*. Belém (Pará): Paka-Tatu, 2010, pp. 186-94.
- . “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”. In SOUSA, F. e MARTINS, I. de Lima (orgs.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto / Rio de Janeiro: Cepese / Faperj, 2007, pp. 86- 105.
- PESSOA, Fernando. “O Tejo”. —. *Poemas de Alberto Caieiro*. Disponível em www.insite.com.br/art/pessoa/ficcoes/acaieiro/tejo.php. Acesso em 20 mar. 2014.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Tudo É História).

- SANTOS, Alexandre Mello et al. (orgs.). *Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços da Grande Tijuca*. IBASE, 2003. Disponível em https://www.ibase.br/userimages/_miolo_final_low.pdf. Acesso em 28 jun. 2013.
- SANTOS, Lyndon de Araújo. *História de uma ética protestante tropical: memória e trajetória da Fábrica de Chapéus Mangueira (1857-1903)*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História (Anpuh). Fortaleza, 2009. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0768.pdf>. Acesso em 28 out. 2013.

[Illegible text]

[Illegible section header]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

Os caixeiros e a imprensa lusa em Belém do Pará

Marcos Antônio de Carvalho

O presente estudo tem por objetivo contribuir para a interpretação dos jornais da comunidade portuguesa, especificamente da classe dos caixeiros. Propõe-se a analisar a afirmação e suscitar questões sobre a compreensão da identidade portuguesa em Belém do Pará relativamente ao uso de jornais como representativos e defensores de causas laborais e classistas.

Embora alguns editoriais deixassem claro que o foco das questões jornalísticas a serem abordadas era de interesse da categoria laboral, não é difícil perceber uma afirmação nacionalista do imigrante. Nesse sentido, corrobora Aldrin Figueiredo: “O processo de reafirmação de suas identidades étnicas e nacionais foi, como é possível perceber, algo fundamental para organização política da colônia de patrícios nesta terra distante” (Figueiredo, 2009, p. 43).

Os periódicos *O Caixeiro* (Brasil, 1889) e *A Voz do Caixeiro* (Brasil, 1890) foram criados a partir da necessidade de luta da classe dos caixeiros portugueses ante as dificuldades encontradas em seu novo *habitat* e também como meios de fortalecimento desses

profissionais na luta por melhoria de suas condições de trabalho.¹ Pelas páginas dessa imprensa classista, os caixeiros encontraram uma forma de divulgar e reproduzir valores de classe, dos portugueses na sociedade paraense do fim do século XIX.

De acordo com Geraldo Coelho, “a imprensa, pelo menos entendida pela relação jornal-leitor, começou no Brasil em 1808, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro” (2008, p. 24). Analisando a geografia da capital do estado do Pará, Belém, e as dificuldades de comunicação com o mais numeroso núcleo da colônia portuguesa, o Rio de Janeiro, Paulo Ferreira destacou que:

A distância entre a circulação do primeiro jornal independente (embora produzido em Londres) no Brasil, o *Correio Braziliense*, lançado em 1808, e o primeiro periódico do norte do país foi de apenas 13 anos. Apesar do extremo isolamento da época entre o Rio de Janeiro (capital da colônia) e Belém, o intervalo foi relativamente pequeno entre o surgimento dos primeiros jornais, que expressavam as mudanças que a sociedade brasileira vivia (2005, p. 1).

O projeto gráfico dos jornais classistas de Belém do Pará tinha um formato bem diferente daqueles que apresentam as publicações atuais. A diagramação e o conteúdo dos periódicos *O Caixeiro* e *A Voz do Caixeiro* eram semelhantes aos adotados pelos grandes jornais da época, com textos distribuídos em quatro páginas de duas colunas, embora sua composição gráfica fosse somente textual, sem ilustrações. Para a professora Netília Seixas:

O processo de modernização da imprensa periódica paraense, identificado com mais intensidade na virada do século XIX para o XX, é contínuo e agrega os novos serviços aos pequenos jornais, também. Além disso, há uma consolidação das características gráficas e de conteúdo nos principais jornais de Belém e também nos periódicos de menor relevância (Fernandes e Seixas, 2011, p. 11).²

As inovações que modernizavam os jornais, conforme observa Netília Seixas, não haviam chegado às folhas impressas desse jornal caixeiral, que mantinha um formato

¹ Entre os periódicos de representação classista, e também de migrantes, destaca-se o jornal *O Cearense*, hebdomadário fundado em 1914 por Terêncio Porto e Raimundo Proença que também era um órgão representativo da colônia dos cearenses que migraram para o Pará, entre tantos outros estados da Federação.

² Na virada do século XIX para o século XX, a imprensa local vai intensificando os usos da imagem: nos jornais, de maneira mais sóbria, com ilustrações de busto e até mesmo de cenas exteriores; em algumas revistas, os desenhos humorísticos se fortalecem com críticas à política ou aos costumes da sociedade local. Os anúncios vão ficando mais produzidos, com floreados, desenhos e aumento de tamanho dos destaques (Fernandes e Seixas, 2011, p. 11).

tradicional de quatro folhas com duas colunas, como lema “*Il faut agir, il faut marcher, il faut valoir*”, frase de Victor Hugo que servia como palavra de ordem dos caixeiros, exortando-os à ação e à luta por seus direitos.

O Caixeiro

Esse jornal pertencia à classe caixeiral dos imigrantes da colônia portuguesa do Pará. Foi editado e publicado pela tipografia de Pinto Barbosa, em Belém. Possuía como endereço comercial a Travessa Sete de Setembro n. 8. Esse jornal defensor do interesse dos caixeiros teve duração efêmera: foi publicado pela primeira vez em 15 de dezembro de 1889 e saiu de circulação em 22 de dezembro do mesmo ano, em seu segundo número. A carência das fontes sobre esse periódico deixa lacunas que não puderam ser preenchidas, como sua tiragem, seu preço avulso e por subscrição ou assinatura, seus redatores e colaboradores.

O historiador Aldrin Figueiredo assim define esse jornal:

O Caixeiro [foi] publicado na conhecida tipografia e editora Pinto Barbosa, a partir de 1889, como um jornal literário e noticioso, representante das lutas da classe caixeiral. Em oposição às anedotas que se publicavam sobre os portugueses, *O Caixeiro* trazia uma divisa que enfatizava o aspecto trabalhador do homem lusitano (2009, p. 41).

Sobre o aspecto de laborioso do imigrante luso, o próprio lema do jornal enfatizava: “o trabalho é lei; a terra uma oficina, tendo o homem por seu chefe a força que o domina” (Brasil, 1889).

A edição inaugural, modesta e bem recebida entre a classe que representava, abria o periódico à sociedade lusa e paraense com o propósito declarado de defesa do interesse classista. Conforme consta em seu editorial, “vimos trabalhar nas medidas de nossas forças; e sabendo quanto elas são diminutas, empregá-las-emos unicamente aos serviços da classe que vamos representar” (Brasil, 1889).

As páginas desse informativo dos caixeiros e também da comunidade portuguesa tinham o propósito de informar e integrar os caixeiros que trabalhavam no comércio local. Entre as seções que o compunham, citam-se um editorial, que tratava de notícias recentes ligadas aos objetivos e à defesa dos caixeiros; uma coluna literária, com crônicas e poemas que falavam dos caixeiros ou da pátria portuguesa; e uma seção de anúncios comerciais, que procurava, além de propagar o nome da casa comercial, avisar sobre mercadorias, preços e produtos importados que eram novidade, ou novos na loja.

Os leitores paraenses estavam limitados, ora pelo analfabetismo, ora pelas limitações financeiras, que também significavam impedimento à leitura dos jornais. Isso

acabava por limitar, mas não por restringir, a leitura dos periódicos em Belém. Segundo Aldrin Figueiredo:

O jornal era, nas primeiras décadas do século passado, um produto raro e caro, limitado à reduzida elite local e à diminuta parcela de letrados, o que não impedia que as notícias veiculadas de boca em boca chegassem a lugares e ouvidos aparentemente inatingíveis (2008, p. 37).

Assim eram disseminadas as informações desse jornal e de tantos outros que circularam pela capital paraense, não somente por sua leitura direta, mas também por via oral – quiçá alterada – dos conteúdos das notícias. Por meio da conversa informal, que às vezes se iniciava após um desprezioso bom-dia, os *intelectuais* da cidade das mangueiras procediam a uma série de comentários sobre o que noticiava a imprensa.

Como noticiário de assuntos sociais, *O Caixeiro* prestava informações que pudessem auxiliar o leitor sobre ocasiões festivas da sociedade, eventos e acontecimentos que fossem de interesse geral, como a construção do prédio do Ateneu Comercial, a passeata em honra ao governo provisório da República (recém-instaurada), a chegada de vapores e comerciantes da Europa e felicitações por aniversários.

Relativamente aos casamentos entre imigrantes, a historiadora Cristina Cancela observou que alguns provavelmente eram ilegítimos, considerando que o imigrante português, em bom número, “vinha de regiões marcadas pela constante e regular imigração dos homens, [situação] geradora de um desequilíbrio entre os sexos e o aumento do número de famílias ilegítimas” (2006, p. 17).

Curiosa foi a notícia na qual um determinado caixeiro falava de suas qualidades laboriosas e virtuosas ao anunciar que procurava um casamento.

Muito embora se afirmasse que a finalidade do periódico semanal era a defesa da classe caixeiral e que ele era politicamente neutro, algumas situações devem ser mais bem esclarecidas. A classe dos caixeiros sempre deixou evidente seu apoio à República. Em nota, repudiou com veemência a notícia de que os caixeiros representavam o “partido encarnado”, registrando apoio ao governo provisório e demonstrando apoio para a montagem de um batalhão patriótico que garantisse a manutenção da República brasileira. Diante do exposto, fica muito bem sinalizada a aceitação das mudanças políticas ocorridas no Brasil em 15 de novembro de 1889; outra coisa não era de se esperar, haja vista a necessidade de integração e alocação profissional dos imigrantes portugueses no novo Brasil, que optara pelo regime republicano.

Por outro lado, o jornal também fez veicular duas reportagens com as quais poderia tornar duvidoso, aos olhos de autoridades e chefes políticos, o apoio dado às forças legais do governo paraense, como na reportagem em que se pede “atenção do chefe

da polícia, o tenente Índio do Brasil, ao não cumprimento do fechamento do comércio ao meio-dia por parte de alguns comerciantes” (Brasil, 1889); e, uma semana depois, na matéria em que informava a classe, os leitores e, de certa forma, as autoridades que as casas de comércio de São Luís, no Maranhão, eram fechadas aos domingos, confirmando o descanso semanal.

Essa “questão do fechamento de portas” tornou-se o principal assunto na imprensa caixeiral, seja pelo jornal *O Caixeiro*, seja pelo *A Voz do Caixeiro*. A cobrança que começava a ser feita pela imprensa, implícita e expressamente, denunciava as péssimas condições de vida e trabalho desses trabalhadores do comércio. As solicitações de providências sugeriam punições e, ainda, o controle dos comerciários que teimavam em abrir as portas aos domingos. Tal situação resultou em pressão das autoridades sobre os donos de casas comerciais e destes sobre seus funcionários.

Sua posição como órgão classista e mantenedor da lusitanidade, mesmo que em curtíssima duração, propiciou a observação, por meio da imprensa, de alguns aspectos da comunidade portuguesa do Pará. Nesse sentido, *O Caixeiro* “expressava a preocupação com a colônia portuguesa e com as notícias sobre Portugal” (Fontes, 2002, p. 233).

Mesmo com apenas duas publicações, o jornal indicava duas linhas de reportagem. A primeira delas tinha relação com os problemas e questões ligadas ao trabalho dos caixeiros no Pará. O questionamento sobre o fechamento do comércio para garantir o descanso semanal dos caixeiros aos domingos evidencia que nesse curto intervalo de tempo essa foi a grande preocupação da classe caixeiral manifestada pela imprensa. Uma segunda linha de reportagens caracterizava as sociabilidades com a comunidade e o saudosismo em relação à pátria. Felicitações sobre aniversários, avisos de chegada de vapor (como a ancoragem do vapor *Pernambuco*) com o desembarque de portugueses que retornavam de Portugal, após viagem de negócios ou de visita a familiares.

Sobre os motivos do fim de sua circulação, não há fontes que possam ser conclusivas. Aldrin Figueiredo, contudo, observa que: “no correr do século XIX, vários governos, políticos e grupos sociais tentaram conter o desenvolvimento da imprensa local, justamente porque a informação e a polêmica dificultavam o exercício do poder” (2008, p. 36). O posicionamento político e ideológico de um periódico em uma sociedade como a paraense, na qual o poder político procurava limitar, quando não cessar, a opinião pública, era motivação suficiente para que ações do governo fossem tomadas no sentido de impedir a propagação de ideias contrárias ao poder local.

A Voz do Caixeiro

A defesa de interesses tanto de classes como de partidos esteve presente na imprensa paraense e isso ocorreu com maior intensidade no período de grande prosperidade eco-

nômica que viveu Belém com o desenvolvimento e a riqueza gerados pelas atividades da borracha amazônica.³

O hebdomadário *A Voz do Caixeiro* teve sua publicação inaugural em 9 de fevereiro de 1890 e saiu de circulação em 14 de março de 1892. Inicialmente, tinha suas páginas impressas na tipografia de A. F. da Costa, situada à Rua São Vicente n. 3 e, em 2 de novembro de 1890, na edição n. 38, passou a ser impresso na tipografia do Livro de Ouro, situado na Travessa das Mercês n. 5. O acesso às edições foi obtido por microfilme constante do rolo n. 132, do arquivo n. 3, gaveta n. 2, do setor de microfimes da Biblioteca Pública Arthur Viana. Não estão microfilmados, quiçá por extravio, os números 12, 37 e 39. Nessa pesquisa, só localizamos e tivemos acesso às edições microfilmadas, que cobrem o período de 9 de fevereiro a 28 de dezembro de 1890.

Esse noticiário de publicação semanal apresentava artigos de caráter literário, comercial e noticioso e era um órgão dos empregados do comércio paraense. Prestava-se a ideias e causas republicanas, sem, no entanto, ser ou se manifestar como um jornal partidário.

Sobre a luta da classe, o editorial de 28 de setembro dizia:

Estabelecemos a criação deste periódico inspirados simplesmente pela intenção de combater os tantos prejuízos incutidos aos espíritos menos cultivados, tomando por base da nossa resolução a defesa dos direitos da classe caixeiral. [...] Entretanto já é tempo de nos manifestarmos orgulhosos sobre os resultados da causa que até hoje temos defendido, com a convicção de concorrermos para o alevantamento da coletividade que representamos, entregue até então por caprichos desrazoados a um estacionamento prejudicial e censurável (Brasil, 1890).

A análise das notícias e do conteúdo permitem caracterizar esse jornal como forte instrumento de luta classista contra os abusos, as más condições de vida, a falta de respeito, a exploração, as longas e exaustivas jornadas de trabalho dos caixeiros. As informações por ele veiculadas lhe aferiram aspecto de jornal combativo da classe dos caixeiros, mas não só; ele também apresentava textos de leitores e redatores que manifestavam anseios com depoimentos, anúncios, denúncias, felicitações e avisos de partidas e chegadas.

As linhas impressas não deixam dúvidas sobre a combatividade classista, a preocupação com diversas questões sociais e a saudade da pátria, se não de todos, da maioria dos caixeiros portugueses, fossem eles assinantes, leitores, utilizadores ou promotores

³ “Se as gazetas representavam interesses de classe e segmentos políticos, também era comum existirem jornais que divulgavam os interesses das comunidades de estrangeiros que viviam no Pará” (Figueiredo, 2009, pp. 42-3).

de *A Voz do Caixeiro*. De acordo com Aldrin Figueiredo, “a colônia portuguesa teve um papel inigualável na veiculação e expressão de ideias voltadas para a solidificação de certa identidade nacional em torno da origem lusitana” (2009, p. 42).

Com relação ao discurso classista expresso nos periódicos, por vezes utilizava-se uma linguagem que correspondesse às expectativas dos patrões, não significando que deixassem de aspirar e tentar alcançar as próprias expectativas. De acordo com Fabiane Popinigis:

Os periódicos caixeirais e os discursos de oradores em defesa dessa classe procuravam enfatizar o aspecto árduo e cansativo do trabalho no comércio, já que a fidelidade ao patrão e a dedicação ao trabalho eram – do ponto de vista dos negociantes – atributos essenciais aos que queriam fazer carreira no ramo (Popinigis, 2001-2002, pp. 222-3).

A vida de labor árduo dos caixeiros era com frequência descrita em crônicas do jornal. Em uma das páginas de *A Voz do Caixeiro*, assim esse trabalhador é descrito:

O que é um caixeiro? Será aquele que faz caixas? Será aquele que faz escrituração comercial e recebe paga? Do que me ocupo não faz caixas, nem escrituração, sendo que recebe paga. É proposto que age para a casa a que está ligado. Quase sempre é moço, bem ou mal-apeesoado, bonito ou feio (destes conheço muitos), que usa bigodes, quando os tem... (Brasil, 1890).

Esse texto descreve o cotidiano e o labor nas casas de comércio paraenses, caracterizando o trabalho e o trabalhador caixeiro numa crônica que externa a alegria pelo fechamento do comércio aos domingos.⁴

O mesmo texto apresenta ainda as condições sociais do *labor* e mostra como as pessoas eram *condenadas ao trabalho* e que deveriam sempre recarregar energias para atender a freguesia quando solicitadas; mostra um indivíduo “entregue a grande afã, às vezes improfícuo, pálido, tristonho, em desalinho, em mangas de camisas, sem atrever a ensaiar um riso, dizer uma pilhéria”; procura retratar o calvário da luta diária de um caixeiro pela sobrevivência e as suas precárias condições de vida; transparece a simples situação do descanso semanal como seu sonho.

A mesma crônica continua a descrever o infortúnio do lutador e relata que, quando ele, o caixeiro, pensa em descansar, quando à noite fecham-se as portas do estabelecimento, engana-se, porque tem de arrumar em horas o que desarrumou durante

⁴ A luta pelo descanso semanal ocorria em diversas cidades do país. Sobre a luta dos caixeiros em Minas Gerais, os caixeiros de Juiz de Fora reforçaram seus laços de solidariedade, em especial, articulando-se em torno da Associação dos Empregados no Comércio (Oliveira, 2005).

o dia para satisfazer as exigências dos fregueses; mas, quando se estende na cama, ou se embrulha na rede, o pensamento do domingo lhe suaviza as amarguras do dia, acaba por dormir como um bem-aventurado até o dia seguinte.

As péssimas condições de vida do caixeiro em Belém são também descritas em uma correspondência publicada de um leitor que assinou como Mucio Hasse:

Li os dois belos artigos publicados n'*A Voz do Caixeiro* e não posso deixar de compartilhar das mesmas ideias, pugnar pelos interesses de uma classe nobre, oprimida, sofredora; considerada por alguns orelhudos d'esta praça como a classe ocupadora do último degrau da escada social, composta de autômatos, de indivíduos sem pátria, sem crença e sem liberdade (Brasil, 1890).

A classe dos caixeiros no Pará (Sarges, 2002, p. 15) era constituída por aproximadamente quatro mil indivíduos, segundo estimativa feita por Rabelais Júnior (Brasil, 1890). Dentro desse número, uma grande parte era de caixeiros portugueses que, ao serem convidados a trabalhar no comércio, se sujeitavam a penosas situações que lhes eram impostas pelo patrão que, além de compatriota, também era seu opressor e explorador de seu trabalho.⁵

Sobre igualdade e identidade nacional entre os imigrantes trabalhadores, o historiador Aldrin Figueiredo afirma:

Não se trata de pensar que a identidade nacional suplantasse as diferenças sociais e de classe entre os estrangeiros, porém esse universo simbólico era comumente manipulado, inclusive, para estabelecer relações de dominação e exploração entre a elite da comunidade, composta quase sempre por prósperos comerciantes, e a arraia-miúda, que, quase sempre, labutava em bicos e ocupações efêmeras e profundamente voláteis – do trabalho ambulante à prostituição (2009, p. 43).

Por meio das notícias dos jornais, percebe-se que existia uma relação entre nacionalidade e trabalho. Os portugueses empregadores tinham preferência pelos patrícios que, independentemente da idade e da situação, poderiam oferecer algum tipo de cumplicidade. Para alguns, o português era considerado como o único que se aclimataria e se fixaria na Amazônia, muito embora não gostasse do trabalho agrícola (Fontes, 2009, p. 283).

⁵ Vale lembrar que, muitas vezes, os empregados portugueses experimentavam a exploração sob o teto paternalista do patrão, por vezes seu parente; por outro lado, a aparente submissão dos portugueses à ideologia do trabalho podia também representar uma estratégia de sobrevivência na terra de seu destino.

Dos números analisados no jornal *A Voz do Caixeiro*, verificou-se que em Belém e em outras cidades, como o Rio de Janeiro, Juiz de Fora e São Luís do Maranhão, foi intensa e combativa a luta entre os caixeiros e os comerciantes no que diz respeito à garantia do descanso semanal.

Após anos sem descanso semanal, os caixeiros do Pará receberam com entusiasmo a lei de 16 de janeiro de 1890, que determinava o fechamento das portas do comércio da cidade de Belém aos domingos. A partir de então, a luta passava a ser outra: mobilizar a classe para que fosse cumprida a lei e para que os fiscais as fizessem cumprir. Intensa e tensa foi a relação que se desdobrou a partir dessa conquista, abrindo mais uma jornada de batalha para os caixeiros.

Em batalha semelhante, os cariocas passaram a utilizar a estratégia do convencimento dos patrões. Um patrão convencido a fechar passava a convencer outro comerciante, para não ficar em desvantagem. Sobre essa estratégia:

Os grupos de caixeiros saíam às ruas para abordar uma por uma as casas comerciais que ainda se encontravam abertas após as oito horas da noite. Segundo esses jornais, que simpatizavam com o movimento dos “honestos moços”, eles iam “educadamente” pedir ao patrão que acatasse o movimento e fechasse as portas do seu estabelecimento àquele horário (Popinigis, 2001-2002, p. 212).

Tal situação não resume que todas as abordagens feitas pelos caixeiros do Rio de Janeiro, conforme descrito acima, fossem sempre harmoniosas, sem rusgas e agitações. Em Belém, alguns editores desse semanário receberam ameaças quando passaram a publicar o nome das casas comerciais que desobedeciam a lei e abriam aos domingos. “Se constituía em direito (do caixeiro) descansar ou reservar o domingo para outras atividades, discordando que esse dia fosse empregado em libertinagem viciada” (Fontes, 2002, p. 241).

A Voz do Caixeiro, em uma notícia intitulada “Boatos”, de 19 de dezembro de 1890, publicou que já havia uma quantia de 600\$000 réis para gratificar quem fosse influente a ponto de fazer anular a lei em favor dos caixeiros no Pará.

Uma das justificativas que os comerciantes utilizavam era a de que navios partiam aos domingos e que precisavam se manter abertos para concretizar e finalizar algumas negociações. Atendendo aos anseios dos caixeiros, o governador determinou em portaria a proibição da saída de navios e vapores aos domingos (Brasil, 1890). As estratégias adotadas pelos caixeiros paraenses por meio do jornal para realizar *pressão* sobre o comércio, para que fosse cumprida a lei, se basearam em três formas de ação: denúncia às autoridades, publicação do nome das casas de comércio que abriam em horários proibidos pela lei e manifestações dos empregados do comércio:

Contra os incumpridores da legislação da guarda do domingo pelas casas de comércio, começaram a ser feitas denúncias nominando as ruas do setor comercial que mantinham muitas casas abertas, como a Rua de Santo António e a João Alfredo. Repetidas as denúncias e diante de certa inércia dos fiscais, os caixeiros resolvem também chamar atenção das autoridades para a corrupção, a inabilidade e inaptidão de algumas pessoas para o serviço público. Chegavam mesmo a falar que esse tipo de indivíduo “podia levar uma nação à bancarrota” (Brasil, 1890).

Com relação às denúncias feitas às autoridades, chamam a atenção a maneira firme e o tom acusador com que reclamavam das autoridades portuguesas, nomeadamente do Consulado, que nada faziam diante da descarada exploração dos trabalhadores portugueses.

De forma a pressionar o proprietário do comércio para que ele se sentisse inibido e envergonhado e, portanto, cumprisse o horário legal de funcionamento, passaram a citar os nomes dos estabelecimentos e/ou de seus proprietários que resistiam a observar o preceituado legalmente, a exemplo: S. Castro & Cia. (a reputada loja Paris N'América), Serafim José Corrêa de Sá (loja Aliança), F. Pimentel & Cia. (loja Morgadinha) e Salgado Guimarães & Cia. (loja Paris no Pará). Segundo notícia desse jornal, de 19 de outubro de 1890, esses comerciantes mantinham suas propriedades abertas aos domingos, ficando os respectivos empregados a trabalhar até por volta das 13 ou 14 horas. A última das formas de resistência listadas consistia nas manifestações organizadas em dias festivos, portanto feriados, ou após as reuniões entre grupos de caixeiros.

A Voz do Caixeiro também apresentou traços que o transformava em veículo de utilidade para manter laços com a pátria e manifestações patrióticas. Em nota, foi publicada a morte de Camilo Castelo Branco, uma das figuras mais ilustres e grande representante das glórias da literatura portuguesa.

Com o Ultimato Inglês de 11 de janeiro de 1890, os portugueses residentes no Pará manifestaram-se na imprensa com poemas de escárnio aos ingleses e também com anedotas que procuravam desvalorizar os pertencentes àquela nação, como, por exemplo, uma anedota intitulada “Do tempo”, publicada em uma das edições do jornal: “Um gaiato dos jornais passava ontem à Estrela. Um inglês acenou na janela e o chamou: – Nem que você me desse uma ladra por cada um, respondeu o rapaz. E lá se foi apregoando os jornais” (Brasil, 1890).

À semelhança do que aconteceu em Portugal e outros lugares onde residiam comunidades lusas, a colônia portuguesa em Belém reagiu veementemente ao Ultimato Inglês. Na capital do Pará, foram visíveis as manifestações de repúdio aos britânicos. Em 2 de março de 1890, a indignação era tal que um leitor criticou o jornal *Apologista* e seu redator, Nelson Justus, e sem motivações que o justificassem, a não

ser a nacionalidade inglesa do redator, o ameaçou de espancamento. Xingamentos também não eram raros.

A manifestação portuguesa contra os ingleses na imprensa caixeiral refletiu-se na publicação de anedotas e poemas desmoralizantes da Inglaterra e seu povo. A questão dos portugueses com os ingleses na África deixou um saldo de grandes e pesadas críticas à monarquia portuguesa e ao seu rei. Entretanto, estimulou importantes manifestações de nacionalismo da colônia lusa do Pará. Os caixeiros lusos e demais imigrantes portugueses demonstraram um intenso pesar e sentimento de revanchismo pela humilhação infligida por uma velha aliada, a Inglaterra. Questionaram que o fato de ainda haver heróis portugueses não sinalizava que houvesse consolação para a aceitação do Ultimato.

Mesmo em notas curtas e discretas, o hebdomadário caixeiral sempre fazia alusões às questões da sociedade paraense. Nesse sentido, felicitava ações e situações, como fez ao parabenizar a eleição do tenente Índio do Brasil, eleito deputado. Atuava também com denúncias, como as da corrupção dos servidores públicos, da necessidade de melhorias de ruas e escolas. A preocupação com questões de abandono social, gatunagem e malandragem também era pauta das informações que circulavam nesse jornal.

O jornal noticiou, a 4 de maio de 1890, um pedido de providências do Juizado de Órfãos. A solicitação era para que *agasalhasse* as meninas e os rapazes em lugar apropriado, onde pudessem receber o ensino e a educação necessária, evitando que ficassem jogados à má sorte. Outra nota denuncia a prostituição de mulheres.

A Voz do Caixeiro também se apresentou como um meio de sociabilidade entre a comunidade portuguesa e, nesse campo, até como forma de propiciar matrimônios. O considerável número de imigrantes solteiros ou vindos sem família que procuravam casamento, detalhados nos estudos da historiadora Cristina Cancela (2003), é reforçado pelo curioso aviso social que foi tipografado em impresso caixeiral que circulou na capital do Pará:

Um prêmio do céu. Um rapaz de boa família, empregado no comércio, gênio doce e gentil, esbelto e finalmente bem parecido, propõe às gentis donzelas desta capital rifar-se, a si próprio. [...] O mesmo rapaz promete cumprir todos os desejos da jovem que o possuir, quando sejam razoáveis. Desde já, acha-se aberta a inscrição. [Carta fechada nesta redação com as iniciais J. V.] (Brasil, 1890).

Nenhuma outra informação do anunciante foi conseguida. A atitude, além de inovadora para a época, deixa óbvia não só a preocupação como também a pressa do rapaz J. V. em se casar. A rifa dele próprio serviria para angariar o dote a ser oferecido à

donzela escolhida. O rifador, objeto da rifa, tinha a pretensão de reunir cem contos de réis vendendo cem bilhetes a um conto de réis cada um.

O saudosismo luso está descrito de algumas formas distintas: a importância dada a acontecimentos de portugueses na colônia lusa de Belém e dos patrícios em Portugal. Festas de casamento e aniversário, independentemente de que lado do Atlântico fosse, também ganhavam notas jornalísticas. Os embarques e desembarques de imigrantes que partiam ou chegavam de Lisboa, Porto ou qualquer outra cidade portuguesa eram noticiados com redação emotiva. Sobre a catarse emocional de quem partia e de quem ficava, de quem chegava e de quem permanecia, afirmou a historiadora Izilda Matos:

As emoções das partidas e as despedidas [...] faziam brotar as saudades, os sentimentos de desenraizamento, a dor da espera e das perdas, do finalizar algo com um adeus ou um reinício de uma nova vida que se queria melhor. Saudades dos que ficavam e dos que vinham, lembranças dos beijos, abraços e sinais de despedida, também dos abraços de boas-vindas e acolhimento. Inúmeras sensibilidades e sonhos, que atravessaram oceanos na busca de possibilidades, enriquecimento, promoção social, retorno e expectativas (Matos, 2008, p. 107).

Os jornais e seu uso como fonte para o estudo da história têm múltiplas virtualidades, conforme diz Aldrin Figueiredo: “Retomar as páginas de um jornal antigo pode funcionar também como folhear um álbum de família que, embora aparentemente decrépito, está mais vivo do que nunca” (2009, p. 43).

À guisa de conclusão

Geralmente imigrante, menor aprendiz e futuro caixeiro, o jovem chegava ao Pará ainda na flor da mocidade, em idade que variava entre 16 e 25 anos. Muitos não declaravam ser o que, profissionalmente, na cidade de destino, viriam a ser.

Mesmo que em todas as situações as jornadas de trabalho fossem exaustivas e as condições de trabalho permanecessem penosas, a atividade de um caixeiro variava dentro de certa escala que, podemos dizer, apresentava níveis *graduados* de responsabilidades laborais: “O caixeiro acumulava várias funções numa casa comercial, nas quais havia uma hierarquia entre os seus diferentes tipos: o caixeiro de balcão, o caixeiro de fora, o vassoura e o guarda-livros, ou primeiro caixeiro” (Figueiredo, 2009, p. 43).

Por meio da imprensa, nas fontes aqui apresentadas, havia uma luta e uma defesa da classe caixeiral, sendo que os interesses ali expressos giravam em função de *melhorias* de suas condições de vida e trabalho, valendo destacar a luta pelo descanso dominical (fechamento das portas). A linha editorial dos jornais *O Caixeiro* e *A Voz do Caixeiro* estavam assentes nos interesses específicos da categoria.

A preocupação dos caixeiros, como imigrantes, com a criação de elos com o local de acolhida é observado com clareza quando demonstram preocupação com causas sociais (a mendicância, a prostituição e o abandono de menores) e quando procuram criar laços matrimoniais.

Referências

- BRASIL. BPAV/Setor de Microfilmagens. Arquivo 1, gaveta 5, rolo 133, jornal *O Caixeiro*, Belém, n. 1; 2, 15 dez.; 22 dez. 1889.
- . Arquivo 3, gaveta 2, rolo 132, jornal *A Voz do Caixeiro*, Belém, n. 1-45, fev.-dez. 1890.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha 1870-1920* (tese). USP, 2006.
- COELHO, Geraldo Mártires. “Imprensa, ideias e poder: o surgimento da imprensa no Pará”. *PZZ – Revista Pará Zero Zero*, v. 2, n. 5, 2008, pp. 22-39.
- FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula e SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. “Entre jornais e um repórter: a imprensa de Belém nas décadas de 1910 e 1920”. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 2011b.
- FERREIRA, Paulo Roberto. “Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia”. III Encontro Nacional de História da Mídia. Novo Hamburgo, 2005.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922 (parte final)”. *Revista ZYG360.com*, v. 2, n. 5, 2009, pp. 40-5.
- . “Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822- 1922 (primeira parte)”. *Revista ZYG360.com*, v. 1, n. 4, 2008, pp. 36-8.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. “Imigração e mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX – o caso dos portugueses em Belém do Pará”. In ARAGÓN, Luís E. *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Ufpa / Naea / Unesco, 2009, pp. 281-320.
- . *Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)* (tese). Campinas: Unicamp, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. “Âncora de emoções – a imigração portuguesa”. *Cadernos Ceru*, v. 2, n. 9, 2008, pp. 99-113.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. “Notas prévias sobre a campanha dos caixeiros juiz-foranos pelo descanso hebdomadário (1880-1905)”. *Revista Cantareira*, v. 2, n. 3, 2005.
- POPINIGIS, Fabiane. “Caixeiros e operários: relações de trabalho e sociabilidade no Rio de Janeiro do início do século XX”. *Revista História Social*, Campinas, v. 8, n. 9, 2001-2002, pp. 211-34.
- . “As sociedades caixerais e o ‘fechamento das portas’ no Rio de Janeiro (1850-1912)”. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10-11, 1999, pp. 111-44.
- . *Trabalhadores e patuscos. Os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)* (dissertação). Unicamp: Campinas, 1998.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 2 ed. Belém (PA): Paka-Tatu, 2002.
- SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. “O uso da imagem na mídia impressa em Belém: percurso e configuração”. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 2011.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1999.

[Illegible text]

[Illegible title]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

Pioneiros para o café: a experiência de colonos portugueses em Nova Lousã, no interior de São Paulo

Oswaldo Mario Serra Truzzi

Ana Silvia Volpi Scott

Abordar o fenômeno imigratório português para o Brasil é uma tarefa que comporta dificuldades que vão além daquelas que os estudiosos normalmente encontram ao privilegiar o estudo de grupos imigrantes de outras nacionalidades. Os portugueses nem sempre utilizaram os mesmos mecanismos de inserção na sociedade receptora empregados por outros imigrantes. O fato de dominarem a língua do país de acolhimento lhes conferia certa autonomia e vantagem em relação aos demais.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a rede informal de solidariedade e amizade que funcionava entre eles. Os conterrâneos que já estavam integrados na sociedade de acolhimento mantinham contato com aqueles que se dirigiam à nova terra, os quais dispunham do auxílio dos compatriotas na busca das primeiras acomodações e da primeira oportunidade de trabalho. Isso permite que suponhamos que uma parcela dos recém-chegados não passasse pelos canais normais de recepção e encami-

nhamento destinados aos imigrantes estrangeiros, como, por exemplo, a Hospedaria dos Imigrantes, instalada no bairro do Brás, em São Paulo.

Acresça-se, ainda, o fato de que a maioria dos imigrantes de outras nacionalidades dirigia-se, no caso paulista, às fazendas de café do interior da província/estado de São Paulo, enquanto o imigrante português muitas vezes optava por se dedicar a outras atividades, principalmente o comércio, o que o conduzia com frequência a instalar-se em áreas urbanas. A história da vinda de caixeiros para o Brasil, integrados a uma rede comercial e de parentesco transatlântica, é um tema recentemente tratado pela historiografia portuguesa.¹

Além disso, uma vez absorvidos pela comunidade receptora, os imigrantes portugueses praticamente não deixavam rastros fáceis de serem recuperados, pois se tornava virtualmente impossível diferenciá-los da população brasileira em geral e identificá-los positiva e individualmente como portugueses. Esse fato confere uma relativa invisibilidade à imigração de origem portuguesa, pois os portugueses não se distinguem pelos mesmos atributos que os de outros estrangeiros, como, por exemplo, os nomes de família, que são mais facilmente identificáveis nas fontes documentais utilizadas. Depois de sua entrada no Brasil, o imigrante português praticamente tem sua presença diluída na população brasileira em geral. Assim, estudar o problema da imigração portuguesa para o Brasil comporta um nível de dificuldade maior, o que não só explica a carência de estudos sobre o tema como sugere outras abordagens, metodologias e fontes.

A perspectiva que procuramos avançar nesta pesquisa procura apreender o processo migratório no campo das práticas sociais, tendo como campo de observação inicial uma localidade do distrito de Coimbra a partir de meados do século XIX. Essa linha nos faz privilegiar uma vertente de pesquisa de *cunho empírico*, que induz a utilização de uma documentação de natureza local, mais próxima do viver e do sentir dos agentes históricos envolvidos nos fenômenos migratórios, conforme sublinhou Alves (1993).

Dessa forma, fez-se uma opção clara pela aplicação de metodologias microanalíticas, que, ao elegerem a comunidade como espaço privilegiado de análise, possibilitam o estudo aprofundado das questões relativas à migração para o Brasil, não perdendo de vista a vivência cotidiana anterior dos indivíduos e das famílias envolvidas no processo migratório.

Essa opção ancora-se no reconhecimento da incapacidade da análise agregada (que dá suporte às leis, às tipologias ou aos modelos) de esgotar a explicação do fenômeno, que passa pela observação contextualizada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do próprio indivíduo, nela convergindo fatores estruturais e histó-

¹ Veja-se, por exemplo, no importante trabalho de Rowland (1998), o tratamento dado pelo autor a essa questão.

ricos, uma vez que existem formas de adaptação societal à migração tão diversificadas localmente que nenhuma teoria geral de emigração pode cabalmente explicar (Alves, 1994, pp. 12-3).

Aceder à configuração multifacetada da migração exige, como nos lembra Alves, a multiplicação das escalas ou patamares de observação (1994, p. 14). Por isso importa, além de rastrear a corrente migratória enquanto volume e características gerais, penetrar também no mundo da família enquanto espaço de decisão no nível do grupo econômico, social e afetivo. Importa seguir trajetórias individuais, procurando identificar comportamentos, tensões e projetos do emigrante e de sua família e as oportunidades de sua concretização (ou não) na nova terra. Procura-se conjugar, na medida do possível, o quantitativo e o qualitativo, numa perspectiva integrada de pesquisa.

Além disso, as redes familiares ou de vizinhança, responsáveis pela introdução de grande número de emigrantes, especialmente no caso da imigração portuguesa para o Brasil, só emergirão a partir de estudos qualitativos, uma vez que é um fenômeno de difícil quantificação, dada sua natureza informal.

Uma das saídas possíveis para contornar essa dificuldade, como vimos, está na possibilidade de encontrar um grupo de portugueses inseridos num espaço físico e temporal determinado, o que permitiria ao pesquisador estudá-los como um grupo diferenciado do restante da população, como normalmente é feito para as outras nacionalidades.

O núcleo colonial de Nova Lousã oferece essa possibilidade, por isso privilegia-se uma abordagem que coloca em confronto prismas diversos da migração portuguesa, focando inicialmente os espaços de partida e de chegada, na linha dos estudos desenvolvidos por Pescatello (1970), ou das abordagens encontradas nos trabalhos de Baganha (1990).

O ponto de partida e o ponto de chegada

O Concelho da Lousã, localizado no distrito de Coimbra, é formado, além da Vila da Lousã, pelas localidades de Casal de Ermio, Foz de Arouce, Serpins e Vilarinho. No que diz respeito ao fenômeno da emigração nesse Concelho, ele já era antigo com relação à região de Lisboa. Para o Brasil, a emigração foi iniciada no fim do século XIX, conforme reza a tradição, tendo progressivamente se alongado para os Estados Unidos da América, culminando, em tempos mais recentes, com a saída para a Europa (Monteiro, 1993).

Como as atividades que caracterizavam essa região não eram suficientes para satisfazer toda a demanda de dinheiro necessário aos impostos, às compras que se faziam na vila e aos juros dos empréstimos contraídos desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, os homens iam trabalhar fora durante um período curto, geralmente nas

ceifas dos latifúndios do Alentejo e dos campos espanhóis. As casas com maior número de filhos, quando tinham braços excedentes, punham alguns deles a servir durante um ou dois anos como criados junto a famílias em que houvesse necessidade de mão de obra complementar.

Além disso, uma espécie de alargamento dessa tradicional mobilidade temporária e masculina se verifica quando os homens, por volta dos 18 anos, vão trabalhar durante dois ou três anos em Lisboa, geralmente no cais ou noutros trabalhos pesados, ou vão emigrar durante um período de alguns anos para o Brasil e, mais tarde, para os Estados Unidos. A ida para o estrangeiro também podia significar, para muitos, a fuga a um serviço militar longo e indesejado (Monteiro, 1993, pp. 326-7).

De qualquer modo, um desses lousanenses, João Elisário de Carvalho Montenegro, emigrou para o Brasil por volta de 1840, quando partiram da Lousã as primeiras levas com destino à América. Essa emigração deveu-se, em parte, à diminuição do trabalho sazonal ao sul do Tejo na segunda metade do XIX.²

Foi no dia 6 de fevereiro de 1867 que o Comendador Montenegro fundou no Brasil a Colônia Portuguesa da Nova Lousã, localizada na freguesia do Espírito Santo do Pinhal, município e comarca da cidade de “Mogy-mirim, de onde dista tres léguas” (Montenegro, 1872).

Essa colônia foi instalada originalmente numa área de 200 alqueires, adquirida por Montenegro em 25 de janeiro de 1867, conforme escritura pública lavrada no livro de notas do escrivão do Juízo de Paz da freguesia de *Mogy-guassú*.

As informações sobre essa colônia foram obtidas inicialmente por meio de Paulo Miceli, na separata da revista de divulgação cultural *Arunce* (1991), referente a artigo originalmente publicado no *D.O. Leitura*, em 1990.

Ao examinar os documentos depositados no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Miceli encontrou um *Opúsculo sobre a Colônia Nova Lousã* que relata as ideias que o Comendador Montenegro tinha sobre a imigração que se efetivava para a província de São Paulo e as propostas concretas que ele vislumbrava para os problemas que ocorriam em relação ao sistema vigente.

No seu *Opúsculo*, o fazendeiro Montenegro tece considerações sobre o sistema que vigia na província. Era o sistema de parceria que determinava as relações de trabalho entre fazendeiros e colonos. Segundo o autor do *Opúsculo*, contudo, esse sistema “só tem servido para desacreditar a colonização na Europa” (Montenegro, 1872, p. 2).

Na Colônia de Nova Lousã, o sistema vigente era outro. E por isso a iniciativa tinha sucesso, segundo seu fundador, pelo fato de que “o systema adoptado no estabe-

² Para uma biografia do Comendador Montenegro, consultar Freitas (2013).

lecimento, para a retribuição do serviço, é o salário mensal, o único *systema* que deixa de produzir descontentamentos nos colonos” (Montenegro, 1872).

As numerosas considerações do fazendeiro, discutidas no seu *Opúsculo*, não serão aqui retomadas no seu todo, e o leitor interessado no *modus operandi* da Nova Lousã poderá consultar outro artigo de nossa autoria no qual discutimos a fundo as relações de trabalho vigentes na colônia (Truzzi e Scott, 2005).

a) Os números da Nova Lousã: uma análise quantitativa do núcleo colonial

Pelo Mapa Geral, temos o registro de 154 indivíduos que entraram para a colônia desde sua fundação, em 1867. Desse total, registram-se apenas 22 mulheres, contando a colônia com 132 indivíduos do sexo masculino. Essa primeira observação sobre o perfil dos colonos não diferencia esse grupo de imigrantes originários da Lousã do quadro mais geral sobre o imigrante português, em que constatamos um predomínio acentuado dos homens sobre as mulheres.

A análise do estado matrimonial dos colonos no momento em que deram entrada na colônia também se enquadra no perfil do imigrante de origem lusa: apenas 29 colonos eram casados, dois eram viúvos, 120 solteiros e três não tinham estado matrimonial determinado.

De fato, ao compararmos esses dados específicos da Colônia de Nova Lousã com, por exemplo, o primeiro recenseamento geral da população no Brasil, efetuado no ano de 1872 (portanto, aproximadamente na mesma época de que estamos tratando), verifica-se que entre a população de origem portuguesa recenseada em São Paulo, contamos um total de 6.867 portugueses, sendo 5.434 homens e 1.433 mulheres. Isso perfaz uma porcentagem de 20,8% de mulheres entre a população imigrante lusa e 79,2% de imigrantes do sexo masculino. Na população encontrada na Colônia da Nova Lousã, a porcentagem de mulheres era ainda inferior àquela encontrada para a população imigrante portuguesa na província de São Paulo como um todo. Na Nova Lousã temos, dentre a população imigrante entre 1867 e meados da década de 1870, apenas 14,3% de mulheres para um montante de 85,7% de homens.

Tabela 1 – Sexo *versus* estado matrimonial

Sexo / E.M.	Casados	Solteiros	Viúvos	Indet.	Total
Feminino	9	13	-	-	22
Masculino	20	107	2	3	132
Total geral	29	120	2	3	154

No que diz respeito às profissões declaradas no Mapa Geral, são duas as características a chamar a atenção do pesquisador. Em primeiro lugar, a ausência de ocupações específicas para as mulheres. Nenhuma delas aparece nesse Mapa Geral com uma profissão declarada. A segunda característica, por outro lado, é a diversidade das ocupações, a maioria delas, à primeira vista, não ligadas diretamente às atividades agrícolas, que serviriam melhor ao núcleo colonial, que era voltado à produção do café.

De um total de 130 indivíduos do sexo masculino com profissões definidas (dois indivíduos com informação indeterminada), apenas cinco se declararam *lavradores* (apenas 3,8% dos colonos). A ocupação de *trabalhador*, entretanto, aparece num total de 62 indivíduos (47,7%). Essa ocupação genérica de *trabalhador*, pelo que pudemos observar a partir das análises de Monteiro sobre a região da Lousã, indica que esse era um termo comumente utilizado naquela área que se ligava à condição de agricultor. Segundo Monteiro, “a diferenciação profissional em cada lugar era quase nula: todos tinham a mesma condição de agricultores” (1985, p. 71).

Esse novo dado muda um pouco a perspectiva: se os *trabalhadores* estão tradicionalmente ligados às atividades agrícolas, temos um total de 51,5% de homens envolvidos nesse ramo. Ou seja, esses dados enquadram-se no perfil desejado, de imigrantes aptos ao trabalho na agricultura, especificamente na lavoura cafeeira.

Observemos, na sequência, o leque das outras profissões dos colonos da Nova Lousã. Sublinhe-se que aparecem na tabela abaixo apenas os indivíduos que têm ocupações diferentes de *trabalhador* e de *lavrador*.

A ocupação mais comum depois de *trabalhador* é a de carpinteiro. Desde a fundação do núcleo até meados da década de 1870, contaram-se 11 carpinteiros.

Note-se que esses indivíduos não permaneceram muito tempo na colônia. De fato, no momento da elaboração do Mapa Geral, havia apenas um carpinteiro entre os moradores da Nova Lousã, o colono Francisco Guilherme Rodrigues, que chegou no grupo dos primeiros colonos trazidos pelo Comendador Montenegro, entrando na fazenda no dia 6 de fevereiro de 1867. Os dez carpinteiros restantes deixaram a colônia em intervalos variados (desde poucos meses até períodos de cinco anos), mas a maioria deles permaneceu no Brasil ao deixar a colônia. Apenas dois deixaram o país, com destino a colônias portuguesas na África, dirigindo-se a Luanda. Dentre os que aqui permaneceram, três optaram pela cidade de Mogi Mirim (próxima à colônia), dois pela cidade de São Paulo, um pelo outro núcleo colonial fundado pelo Comendador Montenegro (o Nova Colômbia, na região de Campinas), outro pela cidade de Amparo e um dos carpinteiros teve seu destino dado como ignorado.

Devemos notar que há um conjunto de indivíduos que se declararam como *negociantes* e que, se forem somados aos que se dedicam a *negócios* (3) e ao *negócio volante*,

formam um grupo de dez indivíduos. Infelizmente, não temos uma definição mais clara sobre o tipo de *negócios* a que se dedicavam, já que estamos limitados aos dados do Mapa Geral.

Tabela 2 – Profissões não relacionadas à agricultura registradas na Nova Lousã

Profissão	Total	Profissão	Total
Carpinteiro	11	Carroceiro	1
Negociante	6	Cocheiro	1
Carroceiro proprietário	4	Cozinheiro	1
Carreiro	3	Empregado doméstico	1
Negócio	3	Empregado em um hotel	1
Pedreiro	3	Empregado em uma cocheira	1
Sapateiro	3	Sócio em um hotel	1
Alfaiate	2	Ferreiro	1
Empregado em fábrica de tecidos	3	Empreiteiro na E.F. Paulista	1
Empregado na E.F. Paulista	2	Negócio volante	1
Feitor de terreiro	2	Proprietário da Nova Lousã	1
Telheiro	2	Administrador	1

Entre os negociantes, apenas um era dado como residente na Nova Lousã à época da elaboração do Mapa Geral. Trata-se de Antonio Serra Henriques, que chegou também na época da fundação da colônia, em fevereiro de 1867, indivíduo ao qual voltaremos mais adiante, numa análise de caráter qualitativo. Dos nove indivíduos restantes, um retornou a Portugal, pouco menos de dois anos após ter se transferido para a colônia. Repare-se também que os indivíduos que se dedicavam a negócios optaram por deixar a colônia e se transferir para áreas urbanas mais importantes, como São Paulo, Santos, Mogi Mirim (um para cada cidade), e que quatro deles dirigiram-se a Campinas, importante centro urbano em área produtora de café.

Outras atividades profissionais registradas foram: carroceiro (4), carreiro (3), alfaiate, pedreiro, telheiro, entre outras ocupações típicas de núcleos urbanos, indicando que muitos indivíduos dedicavam-se a atividades acessórias ao mundo das fazendas de café.

A porcentagem de indivíduos que deixaram a colônia desde sua fundação até a elaboração do Mapa Geral somou 44% dos indivíduos. Do número total de 154 indivíduos arrolados no Mapa Geral, encontramos a referência à data de saída para 68

deles, significando que a Colônia Portuguesa da Nova Lousã contava com 86 colonos no momento da elaboração do mapa.

O que significa esse montante em relação a outros núcleos coloniais existentes na província de São Paulo no período que cobre o Oitocentos? No Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde também levantamos fontes relativas a essa investigação, encontramos dados sobre outros núcleos coloniais paulistas que podem fornecer um parâmetro comparativo.

De 12 núcleos pertencentes a proprietários particulares, encontramos imigrantes de origem portuguesa radicados em todos eles. Encontramos a informação sobre o número de famílias e o total de indivíduos portugueses. A maior parte dos núcleos está na região próxima a Campinas, em áreas produtoras de café, como seria de se esperar. O principal núcleo concentrador de imigrantes portugueses, o Núcleo Colonial Senador Vergueiro (Limeira), reunia 55 famílias e um total de 258 portugueses e seu proprietário era Nicolau de Campos Vergueiro, importante fazendeiro paulista. A seguir, temos o Tatu, de propriedade de Cândido José da Silva Serra, com 27 famílias portuguesas, que perfaziam um total de 108 indivíduos. Na sequência, aparece o Núcleo Colonial Boa Vista, pertencente a Benedito Antônio de Camargo, no município de Rio Claro, com 11 famílias e 63 indivíduos.

Por esses dados, temos a noção de que a Colônia da Nova Lousã estava entre os núcleos mais importantes na recepção de imigrantes portugueses, ficando atrás apenas de dois outros núcleos particulares, pertencentes a membros das famílias da elite cafeeira paulista. Isso dá uma ideia da magnitude do empreendimento de José Elizário de Carvalho Montenegro.

Tabela 3 – Colônias na província de São Paulo e quantidade de imigrantes de origem portuguesa

Nome da colônia	Localidade	Proprietário	Nº de famílias portuguesas	Total de portugueses
Senador Vergueiro	Limeira	Nicolau de Campos Vergueiro	55	258
Cresciumal	Pirassununga	Francisco Antonio de Souza Queiroz	3	14
Morro Azul	Limeira	Joaquim Francisco de Camargo	9	35
Boa Vista	Rio Claro	Benedito Antônio de Camargo	11	63

Boa Vista	Rio Claro	D. Anna Joaquina Nogueira de Oliveira	9	38
São José do Morro Grande	Rio Claro	João Ribeiro dos Santos Camargo	5	23
Tatu	Limeira	Cândido José da Silva Serra	27	108
Cap. Diniz	Limeira	Joaquim da Silva Diniz	3	10
Boa Vista	Campinas	Floriano de Camargo Penteadado	4	18
Sítio Novo	Campinas	Antonio Reis Barboza	4	19
Dores	Campinas	Pedro José dos Santos Camargo	6	25
São Francisco	Campinas	Francisco Camargo Penteadado	1	5

Fonte: DAESP – Colônias

Baseados nas fontes citadas, podemos concluir que o perfil do imigrante português que se dirigiu à Nova Lousã não diferia do padrão típico da imigração portuguesa da segunda metade do século XIX: na maioria, homens solteiros. Parece que não havia, portanto, uma política seletiva do proprietário da colônia que visasse especificamente à introdução de famílias para trabalhar nas terras de sua fazenda. Pelo contrário, vimos até que a porcentagem de mulheres na Nova Lousã era sensivelmente inferior ao montante geral dos imigrantes portugueses radicados na província de São Paulo. Parece que a ideia era trazer homens capazes de trabalhar na dura lida do café.

b) Recuperando percursos familiares: a família de Antonio da Serra e Rozalia de Jesus

Localizamos entre os passaportes depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra os registros que possibilitam resgatar a história da família de Antonio da Serra³ e sua mulher Rozalia de Jesus, que se encontram entre os primeiros colonos que se radicaram na Nova Lousã.

O registro de passaporte de número 938, datado de 13 de novembro de 1866, indica que Antonio da Serra solicitava o documento para viajar ao Rio de Janeiro, saindo pela cidade do Porto:

³ Um dos autores é descendente direto de Antonio da Serra.

Antonio da Serra, trabalhador, natural da Favariça, Concelho da Lousã, 44 anos, 1,63m, rosto comprido, cabelo preto, sobr'olhos pretos, olhos castanhos, nariz regular, boca regular, barba [...], cor natural, válido por 60 dias para o Rio de Janeiro pela cidade do Porto, abonado por documentos com que satisfez ao disposto no regulamento geral de polícia de 7 de abril de 1863, levando em sua companhia sua mulher Rozalia de Jesus e seus filhos João Serra, Manoel da Serra, Maria Serra, Anna Serra, Maria da Piedade, Antonio da Serra e Eduarda Serra.

A história desse casal é interessante pois vemos que Antonio não era um indivíduo que possa ser considerado pobre. Vinha de uma família cujo pai era proprietário e que, nos censos eleitorais, era tido não só como eleitor, como também foi arrolado como deputado no censo relativo a 1852. Como seu pai, Antonio foi registrado no censo eleitoral de 1858. Estar incluído nesse tipo de fonte constitui uma grande distinção socioeconômica, pois apenas uma minoria de indivíduos possuía os rendimentos anuais mínimos requeridos para ser considerado eleitor, ou para integrar o grupo dos elegíveis. Pela legislação eleitoral de 1852 (primeiro ano que temos essa fonte disponível para a Lousã), a condição para ser eleitor era ter uma renda líquida anual de 100\$000 réis, provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria, ter emprego inamovível e ser maior de idade. Entre os eleitores, havia ainda o grupo considerado elegível para os cargos públicos, que teriam que ter uma renda anual equivalente a 400\$000, ou obedecer aos outros quesitos definidos (Scott, 1999). Só isso mostra que Antonio desfrutava de uma condição social acima da média de seus conterrâneos. Curiosamente, no passaporte foi dado como *trabalhador*, condição bem mais humilde do que aquela que se deixa entrever nos censos eleitorais. Infelizmente, a ocupação declarada no censo eleitoral de 1858 aparece rasurada e só indica que Antonio era “oficial [...]”. Portanto, algum motivo o leva a declarar outra atividade no momento da emigração.

No Mapa Geral examinado anteriormente (referente ao ano de 1875), vemos o registro de Antonio da Serra, a cujo nome foi adicionado ainda o sobrenome Henriques, dado como casado e entrado na colônia em 6 de fevereiro de 1867. Nesse mapa geral, informa-se que Antonio da Serra era *negociante*, o que nos sugere um movimento de ascensão social para a família. Encontramos também nesse mapa sua mulher Rozalia, embora com o nome registrado de forma diferente: “Rosaria Serra, casada e residente na Nova Lousã”.

Quanto aos filhos do casal, João, Manoel, Maria de Jesus, Anna, Maria da Piedade, Antonio e Eduarda, todos foram arrolados no mesmo mapa, embora tenhamos encontrado algumas variações de nome, a exemplo do que ocorreu no caso de Rozalia. Podemos, entretanto, ter a certeza de que são os mesmos indivíduos, pois todos apresentam a mesma data de entrada na colônia que seus pais.

A experiência migratória vivenciada pela família Serra mostrou que seus filhos tiveram opções diferentes quanto a seus destinos nos anos que se seguiram à instalação na Nova Lousã.

Para os filhos do sexo masculino, João, Manuel e Antonio, tudo indica que não se colocou a possibilidade de retornar à terra natal. Encaminharam suas vidas na terra de acolhimento. Até 1875, todos residiam ainda na Nova Lousã e tinham como profissão, respectivamente, carreiro, empregado doméstico e trabalhador. Nos dados coletados nos registros paroquiais relativos aos habitantes do núcleo colonial, não há indícios de que se tenham casado ou tido filhos na Nova Lousã.

Suas filhas, por outro lado, tiveram uma vida familiar construída na Nova Lousã que, paralelamente, resgatou a ligação com a terra natal. Duas de suas filhas retornaram ao lugar da Favariça, de onde tinham partido alguns anos antes, com seus pais.

Maria de Jesus Serra, solteira, sem ocupação definida, também morava na colônia; Anna Serra, que chegou solteira, sem ocupação definida, casou-se na colônia, conforme nos informa o Mapa Geral, dado esse confirmado por meio dos registros paroquiais de casamento, como veremos adiante; Maria da Piedade, arrolada no mapa geral como Maria da Soledade, solteira, não residia na colônia, foi dada como residente na Estrada de Ferro d'Oeste, havia saído da colônia no dia 26 de fevereiro de 1868, mas o mapa não informa o motivo da saída; por fim, a filha de nome Eduarda Serra foi registrada como solteira e residente na Nova Lousã. Portanto, oito anos após a chegada dessa família ao núcleo, todos, com exceção de uma única filha do casal, permaneciam na mesma localidade.

Dessa família, pudemos encontrar vários registros entre os assentos de batizado e de casamento depositados no arquivo da cúria diocesana de São João da Boa Vista, que congregou os livros de registro paroquiais da localidade.

Começamos por registrar o casamento de Anna da Serra, filha de Antonio da Serra e Rozaria de Jesus (*sic*), nome atribuído no registro de passaportes, com Joaquim Couceiro, no dia 25 de dezembro de 1872, sendo padrinhos o proprietário da fazenda João Elizário de Carvalho Montenegro e Joaquim Lopes Coelho, que também residiu na Nova Lousã, tendo chegado em 1º de dezembro de 1871 e lá permanecido até 28 de fevereiro de 1874. Joaquim Lopes Coelho foi dado como negociante no Mapa Geral dos Colonos, sendo residente em Campinas.

O noivo, Joaquim Couceiro, por sua vez, era natural do Concelho da Lousã, e encontramos também seu pedido de passaporte, datado de 4 de agosto de 1869:

Joaquim Couceiro, filho d'outro, solteiro, natural da Foz d'Arouce, concelho da Louzã, para Santos, pelo porto de Lisboa, onde pretende embarcar, com 18 anos de idade, 1,57

metros de altura, rosto comprido, cabelo preto, sobr'olhos idem, olhos castanhos, nariz regular, boca idem, cor normal.

Ele foi também arrolado no Mapa Geral da Colônia com o nome de Joaquim Couceiro Arouce, tendo entrado na Nova Lousã no dia 8 de setembro de 1869, pouco mais de um mês depois do registro de passaporte ser solicitado. A ocupação de Joaquim era a de ferreiro e, ao lado de seu nome no mapa geral, aparece a observação que havia se casado na colônia, como de fato indicam os registros paroquiais.

Anna e Joaquim mantiveram uma relação que precedeu o casamento, pois registra-se o batizado de seu filho Afonso Albuquerque, nascido em 3 de fevereiro de 1872, e o casamento de Anna e Joaquim foi realizado somente em dezembro desse mesmo ano. Portanto, a criança nasceu na condição de natural, sendo legitimada após o casamento de seus pais. Afonso foi batizado em 24 de junho de 1874 pelos padrinhos João Elizário de Montenegro e Maria de Jesus, tia paterna do batizado, residente em Lisboa, sendo seu representante Francisco Guilherme Rodrigues, autorizado legalmente por procuração (cunhado de Anna, casado com Maria de Jesus da Serra). Além de Afonso, o casal batizou na Nova Lousã mais um filho, que recebeu o nome de Gil Vicente, e também uma filha, Adelaide, batizada em 25 de dezembro de 1876.

Foi justamente Francisco Guilherme Rodrigues que se casou (não sabemos onde, pois não encontramos o registro de casamento) com Maria de Jesus, outra das filhas de Antonio da Serra e Rozalia. Eles batizaram na Nova Lousã pelo menos dois filhos: Alexandre Herculano, em 1870, e Antonio, em 1872. Francisco deu entrada na Nova Lousã na primeira leva de imigrantes, junto com a família de sua mulher, com apenas 16 anos, sem profissão declarada no passaporte. No Mapa Geral da Colônia, consta que era carpinteiro. Ele era natural da Lousã e residente no lugar do Cabo do Souto. Seu pai, a exemplo do que sucedeu com seu sogro, Antonio da Serra, também foi registrado nos censos eleitorais da Lousã, o que indica uma posição socioeconômica privilegiada. Francisco Guilherme Rodrigues (pai) fora registrado nos censos eleitorais de 1852, 1854 e 1858 como lavrador.

Outra das filhas de Antonio da Serra e Rozalia também se casou na colônia. Dessa feita, encontramos o assento do casamento de Maria da Piedade Serra, que foi dada como residente fora da colônia. Maria casou-se aos 16 anos, com licença de seus pais (por ser menor), conforme o assento de casamento lavrado nos livros depositados na cúria diocesana de São João da Boa Vista, em 5 de julho de 1875, com Diamantino Caetano de Miranda, de 25 anos, e foram padrinhos João Elizário de Carvalho Montenegro (como havia ocorrido no casamento de Anna) e Pedro Caetano. Pedro Caetano Miranda, como foi identificado no Mapa Geral, foi registrado como trabalhador, solteiro e residente na Nova Lousã, tendo entrado na colônia em 19 de dezembro de 1871.

Maria da Piedade Serra, que se casou com Diamantino Caetano de Miranda no dia 5 de julho de 1875, também teve dois filhos batizados na Nova Lousã: João, batizado em 25 de dezembro de 1876, juntamente com Adelaide (filha de Anna da Serra e Joaquim Couceiro), sua prima, como foi referido acima, e João, batizado em 21 de julho de 1878. Seu retorno à Lousã deu-se antes do mês de agosto de 1880, pois nesse ano, aos cinco dias do mês de setembro, o casal batizou mais uma criança, na Igreja da Lousã, nascida em 24 de agosto de 1880. Os padrinhos foram o avô materno Antonio da Serra e a tia Eduarda Serra. Mais duas crianças nasceriam da união de Maria da Piedade e Diamantino: Antonio e Augusto, nascidos, respectivamente, em 1882 e 1883 e tendo como padrinhos Augusto José Santos e a avó materna Rozalia Serra. Tudo indica, portanto, que Antonio e Rozalia voltaram à Lousã.

Por fim, Eduarda Jesus Serra, a filha mais nova de Antonio e Rozalia, nascida em 24 de abril de 1864, migrou com os pais, mas retornou à Lousã em alguma data entre os anos de 1876 e 1883. Casou-se na Lousã nos primeiros dias do ano seguinte (8 de janeiro de 1884), aos 20 anos, na Igreja da Lousã, com Adelino Caetano Silva, de 26 anos, natural do Concelho de Miranda do Corvo, e foram residir no lugar da Faviça, de onde era originária a família da noiva. No período que temos os registros paroquiais levantados, vimos que Eduarda e Adelino tiveram duas filhas: Julia, nascida em 5 de outubro daquele ano de 1884, e Maria Adelina, nascida em 1º de agosto de 1886.

O cruzamento das diversas fontes utilizadas mostrou que é possível recuperar o percurso de famílias como a de Antonio da Serra e Rozalia de Jesus. O que parece aflorescer dessa análise pontual é a forte coesão familiar. Essa coesão permanece mesmo depois da saída da terra natal, num ambiente totalmente diverso, representado pela nova vida na fazenda pertencente ao Comendador Montenegro.

Esse comportamento familiar parece ser uma característica já presente na área de origem, isto é, o Concelho da Lousã, pelo que pode ser depreendido das análises elaboradas por Monteiro (1985).

Ao discutir a questão do casamento, Monteiro admite que, tradicionalmente, as relações estabelecidas em cada casamento eram, mais do que entre os dois noivos, um relacionamento entre casas. A partir da análise dos registros de casamento da área que estudou, Monteiro notou, além do mais, o peso importante de casamentos consanguíneos, sobretudo entre primos, com o objetivo de reunir várias propriedades da casa. Para além disso, a endogamia era uma característica da sociedade analisada por Monteiro.

Ora, num espaço confinado como o da colônia, que reunia membros de uma comunidade de origem única, esses indivíduos só poderiam manter, ou até mesmo exacerbar, a tradição que já existia na terra natal de casar entre o grupo. O exemplo da família Serra mostra isso. Quais eram os critérios que presidiam a escolha dos cônjuges e as estratégias matrimoniais que se desenvolveram no novo ambiente para todo o gru-

po? Até que ponto os mecanismos tradicionais foram recriados? Limites demográficos concretos teriam gerado alteração nas estratégias costumeiras?

Na verdade, para refletirmos com segurança sobre esses temas, é fundamental não só o estudo do conjunto da comunidade de imigrantes da Nova Lousã, mas a multiplicação, com enfoque microanalítico, de outros estudos de caso abrangendo a colônia portuguesa.

É um desafio que comporta riscos, mas os resultados obtidos certamente contribuirão para uma imagem renovada e original dos migrantes portugueses que se lançaram à aventura transatlântica e que, frequentemente, escapam por entre os dedos dos pesquisadores, como um punhado de areia nas nossas mãos...

Referências

- ALVES, J. F. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994.
- AMORIM, M. N. *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga: Universidade do Minho, 1991.
- BAGANHA, M. I. B. *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. Nova York / Londres: Garland, 1990.
- FREITAS, S. M. *Vida e obra do Comendador Montenegro*. São Paulo: Polo Printer, 2013.
- PORTUGAL. *Inventário colectivo dos registos paroquiais, 1993-1994*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1993-1994, 2 v.
- MICELI, P. "Um fazendeiro contra o latifúndio". *ARUNCE – Revista de Divulgação Cultural*, n. 5-6, jan.-dez. 1991, pp. 25-32.
- MONTEIRO, P. F. "Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut: uma investigação em dois tempos". In SILVA, M. B. N. et al. (orgs.). *Emigração/imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa: Fragmentos, 1993, pp. 323-47.
- . *Terra que já foi terra*. Lisboa: Salamandra, 1985.
- MONTENEGRO, J. E. C. *Opúsculo sobre a Colonia Nova Lousã*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1872.
- PESCATELLO, A. M. *Both ends of journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. Los Angeles: University of California, 1970.
- ROWLAND, R. "Velhos e novos Brasis". In BETHENCOURT, F. e CHAUDHURI, K. (orgs.). *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- SCOTT, A. S. V. "Verso e reverso da imigração portuguesa para o Brasil: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930". *Oceanos*, n. 44, out.-dez. 2000, pp. 126-42.
- . *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: Universidade do Minho, 1999, pp. 280-88.
- SERRÃO, J. *A emigração portuguesa*. 4 ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- TRUZZI, O. e SCOTT, A. "Rede de conterrâneos: a imigração de lousanenses ao Brasil imperial". *Portuguese Studies Review*, v. 14, n. 92, 2006-2007, pp. 39-61.
- . "Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietários e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã, em São Paulo". *História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série III, v. 6, 2005, pp. 339-54.

Portugueses na região portuária do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência e os conflitos de 1908

Maria Cecília Velasco e Cruz

Em novembro de 1904, foi fundada na sede da estiva a Sociedade União dos Trabalhadores de Café e constituída uma diretoria de que participavam José Fernandes Ribeiro, português; Henrique Roseira, brasileiro, dado como filho de português; e José Gomes Ferreira, também português.¹ Apareceram depois mensagens convidando todos os trabalhadores do café a ir tratar de sua organização definitiva, mas, por razões desconhecidas, esse impulso organizador não prosperou. A sociedade formada desmanchou-se e os convites para reunião sumiram dos jornais.

Em abril de 1905, presentes 25 sócios, foi criada, também na sede da estiva, por iniciativa de Cândido Manoel Rodrigues – brasileiro, negro –, uma organização mais

¹ Os dois primeiros tiveram sua nacionalidade explicitada no conflito ocorrido na assembleia de 13 de maio de 1908. A nacionalidade do terceiro estava mencionada em ficha encontrada na Associação dos Aposentados do Sindicato do Comércio Armazenador do Rio de Janeiro. A nacionalidade dos demais membros da diretoria não pôde ser determinada (*Jornal do Brasil*, 1904).

abrangente, que congregava não só os trabalhadores do café como também os dos trapiches. Chamava-se União dos Trabalhadores em Café e Trapiches, mas, com a discussão dos estatutos, o nome foi trocado para Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Além do fato, perceptível em anúncios sindicais, de que essa segunda organização não morreu e continuou reunindo-se de modo regular, quase nada se sabe sobre suas atividades até que, após a greve de agosto de 1906, o perfil de uma organização consolidada aflorou nas páginas da grande imprensa.

Numa demonstração de vitalidade, a Resistência promoveu em outubro desse ano uma enorme passeata em honra à inauguração de seu estandarte. Com a participação de foguistas, estivadores, marinheiros, remadores, sapateiros, costureiras de sacos, manipuladores de tabaco, trabalhadores do carvão e de obras em ladrilhos, milhares de operários do porto caminharam pelas ruas, o dia terminando com uma sessão magna no seu salão social. Uma semana depois, surgiram na imprensa fotografias tiradas nessa data festiva, acompanhadas de esclarecimentos sobre o *modus operandi* da associação.

O que se entrevê no texto é um acontecimento singular – a Resistência cristalizara numa instituição formal e as estruturas informais dos grupos de trabalho dos escravos de ganho. Os capitães, que antes eram os empreiteiros da mão de obra, continuaram a fazer a mediação dos patrões com o mercado, mas com um espaço de poder menor. Como todos agora faziam parte de uma organização operária, a mediação deixava de ser entre os *trabalhadores* e os *patrões* e passava a ser entre as *firmas* e a *Sociedade*, isto é, entre os *patrões* e a *coletividade organizada*, que, por meio de *fiscais*, assumira a disciplina e a escolha dos integrantes das turmas de trabalho (Cruz, 2000, pp. 243-90).

Esse perfil institucional foi o resultado de ações subterrâneas ignoradas pela imprensa. A própria reunião inaugural e o nome do iniciador da organização só foram conhecidos pela descoberta, no atual Sindicato do Comércio Armazenador, de um manuscrito que continha informações históricas sobre a instituição, inclusive a de que, em janeiro de 1908, por deliberação de uma assembleia, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café transformou-se em Sindicato de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, seus estatutos tendo sido modificados de acordo com o Decreto 1.637, de janeiro de 1907, registrados e reconhecidos pelo procurador-geral da República.²

Pois bem, os primeiros estratos dos estatutos da Resistência mostram claramente que as duas tentativas de organização – a frustrada e a bem-sucedida – partiram de grupos distintos, pois nenhum dos membros da diretoria escolhida na primeira tentativa

² Manuscrito redigido para ser apresentado à Comissão de Finanças em 1908. Cópia fotografada, acervo da autora.

consta da relação nominal dos sócios fundadores.³ Isso, contudo, não autoriza inferir que os lusos engajados no primeiro impulso organizador não tenham aderido ao movimento deslançado por Cândido Rodrigues e outros operários cuja cor igualmente negra foi possível identificar. Pelo contrário. Logo se descobre que eles estavam lá e tão mobilizados quanto antes. A alteração feita para adequar a Sociedade às normas do Decreto 1.637 motivou um enorme conflito na assembleia geral de 13 de maio de 1908 e no centro da disputa estava precisamente a eleição do português José Fernandes Ribeiro para a presidência do Sindicato.

Os votos dados a Ribeiro (e a outro luso, escolhido como tesoureiro) traduziram o descontentamento de imigrantes e de brasileiros, como Raphael Munhoz, simpaticante das ideias libertárias, com as determinações daquela lei federal que proibia a eleição de estrangeiros para os corpos diretores dos sindicatos. Na assembleia de posse dos eleitos, os discursos favoráveis à legalização e contrários à eleição dos lusos feitos pelos brasileiros negros Rosendo Alfredo dos Santos e Rufino Ferreira da Luz foram violentamente aparteados, numa escalada de vaias que acabou levando a agressões corporais. A luta parece ter sido iniciada pelo português Antonio Henrique, logo secundado por Henrique Roseira, provocando um tumulto generalizado que deixou feridos o próprio Antônio Henrique (mortalmente) e três outros sócios, um português branco e dois brasileiros negros (*Jornal do Commercio; Jornal do Brasil; Correio da Manhã*, 14 e 15 de maio de 1908).

Se o português José Fernandes Ribeiro chegou a deixar a instituição em função do conflito no qual se viu envolvido pela rejeição à sua eleição é uma questão que talvez nunca possamos responder. Os primeiros registros de matrícula na Sociedade, se é que foram feitos, não resistiram à corrosão do tempo. As poucas fichas encontradas dos sócios mais antigos são claramente sobras de uma organização da secretaria iniciada em 1910. Muitos operários que falam e apresentam propostas nas atas manuscritas das assembleias e reuniões do Conselho Diretor de 1908 e 1909, e mesmo depois, não foram localizados nas fichas remanescentes. Esse, aliás, é o caso do próprio Fernandes Ribeiro, cuja ficha não existe mais. Cruzando fontes é possível dizer, porém, que, se ele se distanciou da organização, decerto não a abandonou de todo, pois voltou a participar, com todo o gás, de seus círculos dirigentes sem idiosincrasias raciais. Em abril de 1916, tomou posse como primeiro secretário, tendo a seu lado como segundo secretário Antônio Pereira, negro, ferido no conflito de 1908. Em 1918, foi conselheiro e, em 1919, o tesoureiro da gestão presidida por José Emygdio Cruz, um negro nascido em 1888, em Laranjeiras (SE).

³ Brasil. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Registro Especial de Títulos e Documentos, n. 94, livro 1.

O objeto deste texto não é o episódio de maio de 1908, sempre lembrado como exemplo dramático dos problemas étnicos ou raciais do movimento operário. Em artigo na *Revista USP* já examinei esse confronto violento, a fim de mostrar a ausência de hierarquias de base *étnica*⁴ ou *racial* nas esferas de poder da Resistência; indicar o caráter político do embate; e demonstrar que a relação de causa e efeito pressuposta pela historiografia entre o conflito de maio e a crise institucional da Resistência é espúria. Nos meses finais de 1908 e em 1909, o declínio vertiginoso dos membros do Sindicato foi provocado por um ataque patronal, não tendo relação direta com a briga provocada pela eleição dos portugueses (Cruz, 2005-2006, pp. 188-209).

Cabe, todavia, indagar: O que sinaliza essa presença continuada do luso José Fernandes Ribeiro na Resistência? A comprovada inexistência de processos de construção de identidades coletivas *étnicas* excludentes na instituição acarretava a dissolução da identidade individual nacional de seus membros?

Essas perguntas são instigantes, pois, mesclados ao ataque patronal, há fatos que devem ser considerados para uma visão analítica mais abrangente acerca das relações de solidariedade e conflito dos operários da região portuária. Por outro lado, nas minhas entrevistas com trabalhadores idosos da Resistência, existem dados que podem ser interpretados sob o prisma das identidades. Penetrar no mundo dos trabalhadores de tropa, assim como no universo dos conflitos de 1908, como forma de surpreender os operários portugueses e brasileiros em suas ações e reações é, portanto, o caminho escolhido para responder àquelas indagações. Contudo, antes de discutir conflitos e identidades, é preciso dizer algo a respeito da configuração espacial e funcional do porto do Rio de Janeiro a fim de dar uma ideia geral sobre as ocupações nele surgidas e a distribuição das nacionalidades nesse mercado de trabalho.

Na virada do século XIX, o porto do Rio de Janeiro era um enorme sistema de fronteiras fluidas, espacialmente disperso, institucionalmente desintegrado e formado por unidades com diferentes graus de dependência entre si, espalhadas no continente e no mar. Esse complexo tinha características relevantes para a configuração das ocupações portuárias. Primeiro, suas unidades divergiam no que diz respeito à infraestrutura de armazenamento e serviços de assistência aos navios. Apenas quatro podiam acolher barcos de calado superior a cinco metros. A Alfândega possuía 14 armazéns e uma bacia

⁴ O termo *étnico* é usado em sentido lato, referindo-se à invocação ou manipulação de noções de distinção cultural com vistas à demarcação de fronteiras e à produção de enclaves por parte de grupos cujas culturas de origem são diversas, podendo confundir-se com a questão das nacionalidades. Essa denotação é comum na historiografia do trabalho.

que abrigava inúmeras embarcações, mas que não se prestava à acostagem de grandes navios por falta de profundidade. O mesmo acontecia com os trapiches, em cujas pontes só atracavam embarcações de calado pequeno ou mediano. Ou seja, a fragmentação dos locais de armazenamento, distribuídos por mais de sessenta trapiches, e a inexistência de cais profundos nas unidades do sistema ajudaram a sedimentar uma clivagem, surgida no século XIX, entre o trabalho feito no mar – pelos estivadores – e aquele feito em terra – pelos arrumadores e carregadores.

Segundo, além das diversidades infraestruturais, havia diferenciações de natureza. Algumas unidades eram estatais, mas a maioria era privada, fato qualificado por diferenças de função, pois os trapiches, todos privados, podiam ser de uso particular ou público e, entre os de uso público, alguns eram alfandegados e outros não. A concessão de alfandegamento era dada aos trapicheiros em caráter pessoal, temporário e intransferível sem autorização da Fazenda. Podia ser renovada ou não. Ademais, no trapiche alfandegado, renunciava-se à liberdade de mercado para se trabalhar com um elenco de mercadorias discriminado na carta de concessão, preços sancionados pelo Tesouro e uma demanda regulada pelo inspetor da Alfândega (ver Cruz, 1999).

Essas breves informações já são suficientes para indicar que o complexo portuário tinha um centro, constituído pela Alfândega e a rede de trapiches alfandegados, um conjunto de trapiches não alfandegados de uso público e uma periferia, formada pelos trapiches e armazéns privativos. A delimitação entre essas partes do sistema era, contudo, fluida, pois, como os alfandegamentos não eram perenes, as unidades mudavam de natureza e função, modificando com certa frequência a geografia econômica do porto. Esse fato, aliado à diversidade dos produtos armazenados, esclarece por que não surgiram em terra muitas esferas de trabalho especializadas. Com exceção dos trabalhadores do carvão e do café, os operários do porto faziam de tudo: descarregavam madeiras, carregavam fardos, arrumavam e empilhavam sacos, caixas e barris.

Ora, tais recortes ocupacionais consolidaram-se na segunda metade do século XIX, quando os imigrantes não paravam de chegar à corte e quando a escala e o caráter das atividades portuárias eram transformados pelo crescimento exponencial do comércio, pela ferrovia e pelo progressivo abandono da vela pelo vapor. O porto era, então, um mercado de trabalho em expansão, mas um mercado misturado à cidade, pois não existiam muros que o seccionassem da malha urbana. Muitos trapiches abriam-se diretamente para a rua, intercalados por comércios de outra natureza, ou por becos que iam até o mar, terminando em pequenas estruturas de atracação de uso geral da população. Assim, os trabalhadores locais não viviam só do porto. A região era um importante centro artesanal e manufatureiro, que reunia estaleiros, armazéns de preparação do café, moinhos, oficinas metalúrgicas, serrarias, tanoarias, fabriquetas de vários tipos, além de cocheiras, botequins, tavernas e cortiços. As freguesias de Santa Rita e Santana

constituíam, portanto, um mercado de trabalho diversificado, o que contribuiu para converter os bairros da Saúde e Gamboa em importantes locais de moradia.

Em 1890, Santa Rita tinha 43.601 habitantes, dentre os quais 16.876 eram estrangeiros – desses, 12.315 eram portugueses e 1.720 eram espanhóis. Em Santana moravam 67.385 pessoas e o maior contingente de estrangeiros da cidade – 24.074, dos quais 16.173 eram portugueses e 4.844 eram italianos. Juntas, as duas freguesias concentravam 27,1% da população estrangeira de toda a cidade, que representava 36,9% do total de habitantes da região portuária. Com tantos estrangeiros e tantos portugueses, não surpreende a cor da população local, apesar de aí concentrar-se o maior contingente de africanos de todos os bairros cariocas – 1.463 indivíduos, ou 27,2% do total. Com efeito, 60,6% dos moradores de Santa Rita e 66,45% dos moradores de Santana eram brancos. Apenas 36,9% e 33,5%, respectivamente, eram pretos e pardos. Tornando os matizes mais complexos, em ambas as freguesias habitavam ainda pessoas classificadas como de cor *cabocla* (IBGE, 1895).

A mistura de nacionalidades e cores e o intenso convívio permitido pela estrutura desintegrada e dispersa do porto ajudam a compreender por que a produção de enclaves *étnicos* ou *raciais* excludentes, comuns nos portos europeus, norte-americanos e asiáticos, não ocorreu no porto do Rio de Janeiro com a mesma intensidade. Para dar um exemplo significativo, entre os operários que em 1903 fundaram a União dos Operários Estivadores, havia 504 brasileiros, 213 portugueses, 42 espanhóis, 17 italianos, 17 ingleses, cinco franceses, além de outras nacionalidades em números menores.⁵ Desse modo, embora a grande maioria dos carroceiros da região portuária fosse portuguesa, e a grande maioria dos trabalhadores envolvidos no manejo do café fosse brasileira, as fronteiras de ambos os grupos eram porosas, havendo brasileiros brancos e de cor entre os carroceiros, bem como brancos imigrantes e nacionais entre os negros e pardos das tropas do café. Nas fichas restantes dos sócios matriculados na Resistência no período de 1910 a 1929, encontrei 25 portugueses, 18 italianos e 309 brasileiros. Entre os brasileiros, os pardos eram 50 e os pretos, 219. Dentre os trabalhadores livres identificados como carroceiros e cocheiros presos na Casa de Detenção no período de 1860 a 1870, Terra descobriu que 75% eram portugueses. A cifra é muito próxima do percentual de estrangeiros existente em 1912 na Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros – 73,2% – e na Sociedade União Protetora dos Cocheiros – 72,3% –, o que não é pura coincidência (Terra, 2009, pp. 27-40). Cabe, então, olhar essas duas ocupações mais de perto, pois, apesar da diferente composição social, foram exatamente entre os trabalhadores de tropa e os carroceiros que as práticas de trabalho se tornaram imbricadas e, com isso, também as relações de solidariedade e conflito.

⁵ Livro de Registro dos sócios da UOE, 1903-1905. Cópia fotografada, acervo pessoal da A.

Até meados do Oitocentos, as mulas que penetravam na urbe com sacas de café eram conduzidas em linha pelo meio das ruas, descarregando na praia dos Mineiros, no largo de São Francisco e no Campo de Santana. Toda a movimentação urbana do café era feita, contudo, por “magotes de negros enfileirados, sacaria à cabeça”, que, por analogia com as bestas de carga, foram denominados “trabalhadores de tropa” (Faria, 1943). Originalmente, os chamados trabalhadores de tropa eram apenas as turmas do café, mas houve uma expansão semântica. A metáfora, como gás num recipiente vazio, abarcou todos os trabalhadores informais – escravos, libertos e livres –, que, agrupados, carregavam à cabeça diferentes tipos de carga, numa generalização dos atos de fala que pode ter acompanhado o caminho das carroças.

Após o fim do tráfico, os cativos urbanos passaram a ser vendidos para as regiões cafeeiras. Nesses mesmos anos, os trilhos ramificaram-se, fazendo o café convergir para a estação terminal da Estrada de Ferro D. Pedro II, inaugurada em 1858 no Campo de Santana. A descarga da sacaria nesse local, distante dos negócios cafeeiros, tornou irracional seu transporte à cabeça e provocou a substituição dos pretos carregadores pelos veículos de carga.

Uma coisa, todavia, eram *os cafés de estradas*, as sacas descarregadas no terminal ferroviário – a grande quantidade e a distância do percurso justificavam o transporte das sacas nos bondes de carga; outra coisa eram *os lotes*, o movimento das sacas entre comissários, ensacadores e exportadores. O número das sacas era menor, os fluxos, descontínuos e os trajetos, curtos e variados. Esses fatos tornavam-nos inadequados ao transporte de massa e mais compatíveis com as carroças, que tomaram para si os seus deslocamentos, como os de outras mercadorias.

Mas os carroceiros não manipulavam café nem empilhavam barris. Assim como a oferta de emprego era múltipla, descontínua e dispersa por todo o sistema portuário, os trabalhadores de tropa começaram a se fixar junto às casas de café e aos trapiches, procurando fazer tanto o trabalho surgido no interior dos prédios quanto a carga e descarga dos carros, numa apropriação de territórios bastante comum entre operários informais. O ponto de irradiação desse movimento parece ter sido o setor cafeeiro, em que as turmas dos pretos de ganho sempre foram usadas na preparação e no ensaque do café, bem como na arrumação e no carregamento das sacas. Na virada do século, os trabalhadores de tropa já estavam fortemente enraizados lá, sendo empregados por todos – comissários, ensacadores e carroceiros. No setor trapicheiro o processo ainda estava em andamento, explicando muito da história que vou narrar.

A greve feita pelos trabalhadores de tropa em agosto de 1906 foi, logo, vitoriosa no setor cafeeiro, embora ainda se arrastasse em vários trapiches no final do ano. Ter-

minara com um acordo imposto aos comissários que assegurava a exclusividade dos serviços para os membros da Resistência e fixava uma jornada de dez horas, além de aumentos salariais. Os operários depararam-se, entretanto, com um problema central. Como os carroceiros não tinham hora para se recolher, a preservação do acordo presunha conseguir que eles não trabalhassem depois das 17 horas descarregando café com outros ajudantes. Isso gerou alguns confrontos, mas, aos poucos, o novo horário foi sendo respeitado.

Acontece que o setor de transporte de mercadorias era bastante heterogêneo. Alguns haviam enriquecido muito – caso do comerciante luso Antonio Gomes de Avellar, feito conde pelo rei de Portugal, fundador emérito do Centro do Comércio de Café e grande acionista da Companhia de Transportes e Carruagens, empresa que em 1904 tinha um capital de dois mil contos de réis e 104 caminhões de carga (Brasil, 1904) –; outros nem tanto, como indicam os contratos sociais de cinco firmas de transporte de carga ativas entre 1880 e 1905. Seus registros mostram a associação de 15 portugueses, nenhum brasileiro, capitais médios – entre 27 e 110 contos – e traços visíveis de ascensão social. Matheus de Souza, por exemplo, associou-se a Alberto Ferreira de Almeida para compor um capital de trinta contos. Entrou no negócio como dono de setenta muares, jogos de arreios e um carro para ensino de animais, mas teve de usar o nome da firma por intermédio de um procurador, pois não sabia ler nem escrever (Brasil, 1901). A realidade global do grupo, contudo, era mais próxima da trajetória de um luso não tão bem-sucedido: Manoel Alves da Rocha, que veio moço para o Rio de Janeiro, com um grau de instrução baixíssimo, trabalhou por conta própria num negócio de carroças, que perdeu afinal, após o quê virou cocheiro assalariado para o resto da vida. A família morava numa casa alugada em parceria com um carroceiro amigo, que, tal como Manoel, vivia de salários parcos.⁶

Essa clivagem entre capital e trabalho acabou acarretando inovações institucionais, pois estavam todos misturados num único organismo de caráter beneficente. Em setembro de 1906, em meio à luta dos trabalhadores em trapiche e café para impor-se na região portuária, os cocheiros e carroceiros assalariados organizaram a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, passando a discutir uma tabela geral, com aumentos salariais e redução da jornada. Em contrapartida, os seus patrões fundaram a Associação dos Proprietários de Veículos. Tentativas de negociação foram feitas, mas em vão. O patronato não aceitou limitações de horários. Em dezem-

⁶ Dados obtidos em entrevista concedida a mim por Manoel Alves da Rocha, operário metalúrgico nascido em 1901 (Marechal Hermes, 22 jul. 1978), sobre seu pai. Tenho várias evidências de moradia conjunta tanto de portugueses quanto de espanhóis. Entre portugueses, o padrão foi observado também por Paulo C. Terra (2009).

bro a Associação de Resistência decretou greve, evidenciando aspectos relevantes ao tema deste artigo, dos quais destaco apenas dois.

O primeiro refere-se às subdivisões internas do setor, que ultrapassam a diferenciação óbvia entre os que labutavam nas grandes empresas de carris e os que suavam a camisa nas carroças e caminhões. Carroceiros, cocheiros da praia, de carvão, de cerveja, de carnes verdes, de café etc. tinham salários, horários e ajudantes distintos, assim como diferentes inserções no mercado de trabalho. Misturavam-se, portanto, ou não se misturavam, com os trabalhadores de tropa. Por outro lado, também o patronato se diferenciava por esfera de atuação e montante do capital. Tudo isso tinha implicações políticas, criando circunstâncias que estão na raiz da oscilação entre solidariedade e conflito *interclasse*,⁷ bem como na base da passividade ou revolta *de classe*, expressas no jogo ambíguo dos carroceiros entre os códigos paternalistas, com suas lealdades verticais, e as práticas de resistência horizontais. Em 1906, a luta de classe e a solidariedade horizontal interclasse prevaleceram. Chego, assim, ao segundo aspecto: o apoio ativo da Resistência à luta dos cocheiros e carroceiros recém-sindicalizados. Segundo a diretoria da nova associação, “para fortalecer nossa ação, [...] fizemos pacto de solidariedade com a valorosa Associação dos Trabalhadores em Trapiches e Café, cujos intuitos são iguais aos nossos” (*Correio da Manhã*, 1906, p. 6).

De fato, apesar de um incidente em outubro, quando o fiscal geral e centenas de trabalhadores de tropa puseram a correr os ajudantes de carroceiros que descarregavam café ao cair da noite, o que a região portuária viu nos meses seguintes foram práticas solidárias. Prejudicada por boatos, defecções e forte repressão, a greve deflagrada contra o Centro dos Proprietários de Veículos foi um fiasco. Mas, enquanto durou, o mercado cafeeiro parou por completo, pois os sócios da Resistência entraram em greve em apoio à coirmã. No café, onde eles predominavam e as relações de trabalho eram sedimentadas pelo costume, negros e brancos, brasileiros e portugueses deram-se as mãos. Contudo, na *praia*,⁸ cujas firmas de transporte operavam com seu próprio e leal pessoal, muitos trabalharam, tornando claro que o controle operário do mercado de trabalho passava pela cumplicidade entre tropas e carroceiros.

Os carroceiros da praia eram os que faziam transporte para as *casas mistas*, ou seja, para as que negociavam com café, cereais e mantimentos. Operavam até altas horas e cobravam preços diversos dos praticados no café. A irritação provocada pelos vetos operários, contudo, deve ter sido notada. O fato é que, em meados de 1908, com tabelas modificadas, eles apresentaram-se ao ramo cafeeiro para quebrar barreiras. Na primeira semana de agosto, as firmas comissárias Casimiro, Pinto & C. e Moreira & C.

⁷ O termo *interclasse* é aqui usado para qualificar conflitos ou solidariedades entre frações de classe distintas.

⁸ Termo da linguagem operária que designa o porto.

substituíram os carroceiros de café por carroceiros da praia. Estes trouxeram seus ajudantes, afastando *colegas* e tropas de café. Com isso, os sócios do Sindicato decidiram não trabalhar com *pataqueiros* e boicotaram ambas as firmas no dia 21. Assim começou um ataque patronal de muitos meses que quase destroçou a Resistência, mas sobre o qual cabe apontar alguns fatos.⁹

Os carroceiros da praia agiram sempre de modo concertado. Em 48 horas, foram à Chefatura Central queixar-se contra “as ameaças sofridas”. No fim do mês, 23 firmas e 45 indivíduos donos de carros entregaram ao chefe de Polícia uma representação que exaltava a liberdade de trabalho e pedia proteção policial. Em setembro, declararam confiar “que os comissários não se deixar[iam] sobrepujar pelos trabalhadores do Sindicato, afirmando: “Enquanto houver negociantes de café bastante independentes para não se sujeitarem [a] seus assalariados, continuarão sempre no seu honesto trabalho” (*Jornal do Brasil*, 1908, p. 4). Poucos dias depois, já estavam articulados numa ação conjunta com o Centro de Comércio de Café.

Os cafelistas mostraram-se mais divididos. Casimiro, Pinto & C. propuseram um *lock out*, recusado por importantes casas ensacadoras e exportadoras. A diretoria do Centro optou por negociar um contrato escrito com o Sindicato e renunciou quando se viu acompanhada só por algumas firmas. Os novos dirigentes, por sua vez, passaram a negar qualquer legitimidade ao Sindicato, a lutar contra práticas exclusivistas, a não aceitar mais os fiscais e, combinados com o Centro dos Proprietários de Veículos, começaram a incentivar a contratação dos carroceiros da praia, dizendo-se capazes de fornecer veículos e pessoal até para o serviço interno dos armazéns.

Não seria assim tão fácil. Era voz corrente no mercado que os trabalhadores de tropa tinham maior prática do serviço, não só de carga e descarga, como também de pilhas, ensaque etc. Por isso eram preferidos. Foi essa a razão pela qual muitos opositores do contrato mantiveram no serviço os mesmos trabalhadores e os carroceiros de café a eles solidários. Outros, porém, optaram pelos carroceiros da praia, foram boicotados e tiveram de usar novo pessoal para tudo. Criou-se, desse modo, uma situação explosiva, pois os adversários começaram a se bater naqueles trapiches concentradores da atividade de muitas firmas cafeeiras. Notando aquela atitude contrária à “nova orientação para a liberdade do trabalho”, a diretoria do Centro convidou o comendador Manuel Rodrigues Fontes, figura respeitada da colônia portuguesa e presidente da Companhia de Transportes e Carruagens, para uma reunião reservada. Mas de nada adiantou a

⁹ Relato baseado nas seguintes fontes: Livro 4 das Atas das Assembleias Gerais, Livro 5 das Atas das Reuniões do Conselho Administrativo (Centro do Comércio de Café, 1908); Livro de Atas das Assembleias e Reuniões do Conselho da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (Centro do Comércio de Café, 1908-1914); cópia microfilmada pela autora; *Jornal do Commercio*; *Jornal do Brasil*; *Correio da Manhã* (vários números, 1908-1909).

conversa com ele e seus fregueses. Entre os portugueses da praia e os negros das tropas, todos declararam ficar com os últimos.

No dia 3 de outubro, um numeroso grupo de patrões carroceiros e seus ajudantes invadiu o Trapiche Reis armado de alavancas, cassetetes e facas e atacou os sócios do Sindicato, que, às centenas, ali trabalhavam. Deixou no chão, com uma brecha na cabeça, o preto Elyseu Clemente, brasileiro de 51 anos. No dia 15, o seu agressor, José Paes da Fonseca, branco, português, ajudante de carroceiro, 24 anos, depois de levar dois tiros no braço, foi morto a facadas por Zacharias Clemente dos Santos, preto, sergipano, trabalhador no café, 33 anos e irmão de Elyseu. Pelos tiros dados, o Centro do Café tentou incriminar o negro Rosendo Alfredo dos Santos, mas testemunhas disseram que os disparos foram dados por um homem mais alto, claro e de bigodes castanhos.

Resumindo, nos meses finais de 1908 houve de tudo um pouco – portugueses contra e a favor de brasileiros, portugueses contra portugueses, patrões contra e a favor de operários, operários unidos a patrões contra operários, operários unidos contra patrões, negros e brancos juntos e separados, vingança homicida, solidariedades tensionadas até uma situação limite. Impossível, por conseguinte, compreender essa teia complexa de fenômenos sob o guarda-chuva analítico do *conflito étnico*. Não quero dizer com isso que não tenha havido movimentos antilusitanos no Rio de Janeiro, nem que a preferência dos portugueses em trabalhar com patrícios não tenha provocado revoltas nacionalistas. O que desejo sublinhar é que me parece inadequado tratar qualquer entrevero entre portugueses e brasileiros como um conflito étnico. A expressão, generalizante demais, desloca a compreensão do fato para o campo da cultura e das identidades nacionais, quando, às vezes, o confronto é causado por discordância política ou por dimensões e contradições de classe. É bom, então, deixar a rua e voltar às minhas questões iniciais. Afinal, presidente eleito e deposto em virtude de sua nacionalidade, o português José Fernandes Ribeiro não abandonou a Resistência. Tem isso algum significado?

Que houve feridas provocadas pelo conflito na assembleia de 13 de maio de 1908, é certo. Um exemplo disso é o texto de um advogado, escrito para expressar a mágoa de uma comissão de imigrantes – “operários que [eram] todos, unidos para o fim único de engrandecimento social e defesa do interesse coletivo, [...] naturalmente [doera]-lhes fundo o qualificativo de ‘estrangeiros’” (*Jornal do Brasil*, 1908). Era preciso, portanto, desfazer a incerteza política, cortando desconfianças sobre *quem e como* participaria da comunidade organizada.

A tarefa, assumida com a inscrição de normas igualitárias no regulamento interno, parece ter apaziguado o coração de muita gente. Já mostrei em outro lugar que nenhum dos estrangeiros implicados diretamente no embate deixou o sindicato após a briga. Mas não é só isso. Com base na documentação existente, é possível dizer que

Fernandes Ribeiro não foi um caso isolado. Seu patrício José Gomes Ferreira, nascido em Braga em 1871 e parceiro na tentativa frustrada de criação de um sindicato em 1904, estava a seu lado, acompanhado de vários outros portugueses. Um dos dados interessantes sobre esses indivíduos é que, em geral, morriam sem se naturalizar.

Abaixo, dois diálogos, a fim de abordar essa questão, alinhavando uma conclusão:

– Tinha a turma do Horácio. Ali eram dez homens.

– A turma do Horácio? Quem era ele?

– Era um companheiro nosso, aquela turma, vinha naqueles botes carregados de alface, abacaxi, tudo! Só nas docas. Aquele pedacinho ali, onde tem o entreposto de peixe, era o ponto deles. Carregavam qualquer coisa. Era a turma dos ricos, quer dizer que eles pegavam às nove horas e quando eram duas horas estava todo mundo engravatado e tal, banho tomado.

– Por que se chamava “turma do Horácio”?

– Ele era o capitão. Eles não se misturavam com a gente porque eles andavam todos engravatados. Eu andava de tamanco, outros descalços, porque não tinham [sapato] mesmo! Então nós não gostávamos deles.

– Era brasileiro?

– Não, português.

– E com ele só trabalhava português?

– Não. A turma era misturada.

O trecho refere-se a pessoas de quem não se gosta e à explicitação da diferença. Chama a atenção que a causa do desgosto não seja explicada de forma avaliativa ou etnocêntrica – ninguém é dito melhor ou pior do que o outro –, mas sim de modo descritivo e por contraste: “eles” andavam engravatados; “nós”, de tamancos ou descalços. Arrumados e de banho tomado já às duas da tarde, esses portugueses e brasileiros mantinham distância e por isso eram ironicamente tachados de *ricos*. Trata-se de uma separação entre diferentes equivalentes, expressa num plano horizontal, com a atribuição da diferença ocorrendo num contexto de relações sociais entre iguais. Compare-se então o diálogo acima com este outro:

– O senhor falou que eram quatro Resistências dentro de uma só?

– Tinha comunista, tinha integralista, tinha tudo na Resistência. Quer dizer que cada trapiche tinha um bloco desse, e ficavam aqueles bolos, que a gente quando chegava na esquina, ficava tudo trocando ideia. [...] Quando chegava na assembleia, nem queira saber... Era um bá-bá-bá! De negó vir correndo, pular a grade, descer pelo poste para a

rua. [...] Porque naquela época o sindicato tinha italiano, tinha espanhol, português... Até hoje! [...]

– E muitos brasileiros negros, não é?

– Bom. Estou falando é de fora! Aqueles homens é que botavam na cabeça da gente para fazer isso ou aquilo. [...] Aí muitos obedeciam, outros ficavam na retranca.¹⁰

No primeiro diálogo, a nacionalidade é omitida porque nada tem a ver com a explicitação da diferença. No segundo, é naturalmente mencionada por ser um elemento da descrição dos grupos políticos e das ideologias. Em ambos, elas são sabidas e reconhecidas porque não se dissolveram na coletividade. Marcam a identidade individual daqueles que vêm de fora, mas num contexto em que as pessoas se misturam e trocam ideias por se verem como operários e homens que estão num mesmo barco. Até o luso engravatado, malquisto e arredio foi espontaneamente chamado de “companheiro nosso”.

Nacionalidades e movimento operário no Brasil da Primeira República – suspeito que o desafio não é ver as nacionalidades como um limite, e sim demonstrar como elas não se tornaram um limite. Eu poderia continuar, mas é preciso deixar essa suspeição no ar.

Referências

- BRASIL. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. do Anuario do Brasil, 1922.
- . Biblioteca Nacional. Companhia de Transportes e Carruagens. Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Srs. Acionistas, Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1904.
- . Arquivo Nacional. Matheus de Souza & Cia. Junta Comercial do Rio de Janeiro. Livro 394, registro 50.334, 1901.
- IBGE. Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 32 de dezembro de 1890. RJ. Typ. Leuzinger, 1895.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, nov. 1906; maio 1908-1909.
- CRUZ, M. Cecília Velasco. “Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908”. *Revista USP*, n. 68, 2005-2006, pp. 188-209.
- . “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, n. 24, 2000, pp. 243-90.
- . “O porto do Rio de Janeiro no século XIX: uma realidade de muitas faces”. *Tempo*, v. 4, n. 8, 1999, pp. 123-47.
- FARIA, Adhemar de. “Os transportes urbanos de café no Rio de Janeiro”. *O café*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, nov.-dez. 1904; maio 1908; 1909.

¹⁰ Entrevista com Flávio Pinto, sócio aposentado da Resistência, negro, nascido em 1896 (Areia Branca, agosto de 1989).

JORNAL DO COMMERCIO, maio 1908; 1909.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Registro Especial de Títulos e Documentos, n. 94, livro 1.

TERRA, Paulo Cruz. "Relações étnicas no setor de transporte: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)". *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 3, 2009 [1922], pp. 27-40.

UOE. Livro de Registro dos sócios da UOE, 1903-1905. Cópia fotografada, acervo pessoal da autora.

Mulheres portuguesas na Belle Époque manauara, 1880-1920

Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Desde cedo, a construção de uma história das mulheres no Amazonas, esbarrando num silêncio documental já aferido em outros lugares, exigiu um olhar para registros alternativos, como as crônicas de viagem, as fontes literárias, as vívidas recordações de memorialistas e depoentes, com suas memórias a transbordar sensações e sentimentos. Nesse empreendimento, ganhou destaque também a crônica jornalística cotidiana, com sua capacidade de não apenas *retratar* a condição feminina de uma época, mas também, e principalmente, de tentar *modelar* a mulher, ditando-lhe receitas, regras, normas e padrões de comportamento. A título de exemplo, podemos citar o discurso dirigido às moças portuguesas de Manaus pelo jornal *A Voz de Loriga*, publicado ali em 1909:

E vós, moças ingênuas do meu berço, donzelas cuja alma se envolve no manto imaculado das vossas aspirações de felicidade conjugal que vos espera! Sede estudiosas, ativas, nos vossos misteres caseiros, que, com o vosso carinho, como o vosso sentimento de boas esposas, quando lá chegardes, a esse ninho em que os atrativos de vossa alma carinhosa toda a virtude se concentra, dareis aos vossos filhos esse nobre dote que se chama instrução,

que tereis assim cumprido com o vosso dever, dando à pátria um filho de vós e de bom português (Jeremias Pina).

Temos nos empenhado nos últimos anos em perscrutar as dimensões – sempre múltiplas – desse viver feminino no Amazonas, porém, para este artigo, procuramos direcionar nosso enfoque mais especificamente para a mulher portuguesa que migrou para o estado do Amazonas no final do século XIX e início do século XX, concentrando-se prioritariamente em sua capital, Manaus, que teve sua estrutura urbana e cultural bastante impactada, patrocinada principalmente pelos lucros auferidos pelo *boom* da borracha, como informa Nogueira da Mata:

Com o dinheiro da borracha, sob a guarda de administradores como Eduardo Ribeiro, o Pensador, deu-se início à execução de suntuosas obras públicas – a instalação do serviço de tração e luz, o abastecimento de água e o lançamento de bondes elétricos, não conhecidos em outras unidades da Federação, trechos da cidade aterrados devido à invasão dos igarapés, abertura de ruas e avenidas, levantamento, enfim, de gigantescos edifícios, como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça. Pontes de alvenaria e metálicas foram erguidas, como a de Benjamin Constant, “ligando o centro ao populoso Bairro da Cachoeirinha” (1991, p. 11).

Nesse novo cenário, as comunidades de imigrantes estrangeiros e nacionais se multiplicavam, tentando acomodar-se na cidade por meio de laços de convívio e sociabilidade. Os ingleses, em pequeno número, mas com grande poder aquisitivo – em decorrência dos altos salários que recebiam pela gerência e representação das firmas oriundas de seu país –, assumiam uma condição de transitoriedade, alugando imponentes sobrados nas grandes avenidas mais distantes do centro da cidade. Eram uma exceção. Em geral, comunidades menores, e mais bem orientadas para uma atividade específica, como o pequeno comércio de artigos estrangeiros ao qual se dedicaram sírios e libaneses, concentravam-se em um número pequeno de ruas centrais, em geral perto de mercados e das principais ruas comerciais. Já portugueses e espanhóis, representando as duas maiores comunidades estrangeiras em Manaus, espalharam-se pela cidade.

Manaus assume um ar mais cosmopolita, com lojas de nomes afrancesados, bondes elétricos transportando passageiros a trabalho ou a passeio, livrarias e bancas de revistas exibindo periódicos nacionais e estrangeiros, buchichos oriundos do interior de lojas, cafés, leitarias, confeitarias e restaurantes invadiam as largas calçadas do centro da cidade, onde se podiam observar transeuntes das mais diversas nacionalidades. Essas são imagens que estão cristalizadas na memória de seus escritores e contemporâneos.

Assim, por exemplo, era descrita a mais importante e movimentada avenida da época, a Eduardo Ribeiro:

Moderna e movimentada, nas manhãs banhadas de sol, regurgita a Eduardo Ribeiro de transeuntes que lhe percorrem as calçadas largas, quer em busca de lojas, de lanchonetes, de escritórios, de livrarias, quer atraídas pelo prazer do *footing* tão do agrado dos cidadãos (1991, p. 23).

Tanto maior a comunidade, maiores as redes de sociabilidade e solidariedade que se criavam, desempenhando a imprensa um papel decisivo nesse empreendimento. A colônia portuguesa, mais que qualquer outra, esmerou-se nessa atuação, produzindo em todo o estado mais de duas dezenas de periódicos de diferentes tipos e formatos, entre os quais pontificaram *O Lusitano*, *A Caridade*, *Alma Portuguesa*, *União Portuguesa*, *O Luso*, *O Cinco D'Outubro*, *República Portuguesa*, *Pátria Portuguesa*, *O Poveiro*, *Voz de Loriga*, *Loriguense*, *Loriga Literária*, *O Povo de Loriga* etc. Neles se podiam ler, além das notícias de Portugal (alvo maior do desejo do imigrante), notícias locais e convites diversos, nos quais a comunidade era acionada para a realização de festividades esportivas, comemorações religiosas e políticas (como o Cinco de Outubro). Lá estavam também as constantes mobilizações em prol dos carentes e desvalidos, para quem foram pensadas as sociedades caritativas e repatriadoras. Nesses espaços, a presença feminina era marcante e vista com bons olhos pela sociedade.

A se levar em conta as notas jornalísticas do período, resulta digna de menção a importância que a comunidade, tão logo começou a se adensar na cidade, dava às ações de benemerência e assistência. O desejo de construção de um hospital para dar assistência a seus compatriotas já constava dos interesses da comunidade portuguesa desde o ano de 1873, quando criaram a Fundação da Casa de Saúde da Sociedade Beneficente Portuguesa, porém as condições financeiras e de infraestrutura não o permitiram. Somente em 1893 eles conseguem construir e inaugurar o Hospital Beneficente Portuguesa, até hoje referência na cidade. Dele, faz a seguinte referência o jornal *A Caridade*:

Beneficente Portugueza

Inaugurou-se enfim o Templo de Caridade há muito projetado pela colônia portuguesa neste estado. Trabalho de alguns anos, concurso de muitas forças, labores de muitos espíritos fortes, deram como consequência o tempo em que o abençoado pão da caridade é distribuído, levando a alma dos que sofrem o lenitivo a suas dores e consolo ao seu coração. A Beneficente tem sido o auxílio mútuo aos portugueses que vivem neste grande estado, e que nele vieram procurar campo para luta pela vida.

É comum referir-se a esse momento de Manaus como fortemente influenciado pelo capital inglês e pela cultura francesa, mas os números acerca da entrada de imigrantes portugueses na virada do século XIX para o século XX são significativos e revelam sua predominância no processo migratório. Em 1895, Lourenço da Fonseca salientava que, de uma população de 25 mil habitantes, possivelmente um terço era composta de estrangeiros, dentre os quais a maioria era oriunda de Portugal. Anos mais tarde, o médico Hermenegildo de Campos referendava tais informações afirmando que, “quanto à nacionalidade da população na capital [Manaus], podemos calcular perto de dez mil estrangeiros para cinquenta mil brasileiros. A maior colônia é a dos portugueses, avaliada por competentes em cinco mil”.

A presença lusitana em Manaus pode ser aferida de seus casarios, de sua alimentação, dos clubes nela fundados, do traçado da cidade – que, segundo André Vidal de Araújo, possuía “a geometria dos riscados coloniais portugueses” em suas inúmeras igrejas, cujas construções obedeciam ao “velho tipo da maioria das igrejas que sofreram influência lusitana” – e até dos sobrenomes de parcela significativa da população.

Os Araújo, os Carvalho, os Rosa, os Leite, os Loureiro, os Fernandes, os Barbosa, os Vasconcelos, os Machado, os Lins, os Sá, os Gomes, os Sanches, os Amorim, os Rodrigues, os Cardoso, os Carneiro, os Santos, os Pereira, os Bento, os Canavarro, os Beça, os Vinagre, os Ribeiro, os Corrêa formaram grandes troncos de famílias importantes.

De longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e de mercearias na cidade, constituindo “a maior parte do trabalhador dirigente do comércio a retalho e do grande comércio”, o que resultava em remessas significativas, rendendo “anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”. Foram também donos de casas aviadoras e marcaram presença ainda no pequeno setor industrial manauara, onde, na maioria das vezes, empregavam mão de obra predominantemente portuguesa, conforme informa o jornal *A Voz de Loriga* de 1909, em artigo em que agradecia à comunidade loriguense pelo esforço para angariar dinheiro para remeter a sua cidade natal:

Não deixaremos de fazer menção aos donos das olarias e seus trabalhadores, loriguenses que habitam a margem esquerda do rio Negro. Todos foram de um sentimento patriótico indestrutível, pois que sem o auxílio desses laboriosos e rudes trabalhadores, que amassam o barro e fazem o tijolo que o diabo compra e não paga, não se teria conseguido o empreendimento em benefício de Loriga.

Com relação ao gênero, Hermenegildo de Campos registra, com base no movimento portuário de 1905, que, dentre os imigrantes chegados a **Manaus** naquele ano, 13.929 eram homens e 2.510 eram mulheres, perfazendo uma relação de mil homens

para 180 mulheres. Tal cifra reforça a ideia mais comum de uma migração que atraía prioritariamente homens, com as mulheres sendo *puxadas* posteriormente, em geral após algum sucesso na acumulação de recursos por parte de seus cônjuges, parentes ou pretendentes.

Já no censo de 1920, registrou-se a presença “no Amazonas de 8.376 portugueses, sendo 6.103 homens e 2.273 mulheres”. Samuel Benchimol destacou que essa proeminência masculina “facilitou o processo de integração e miscigenação pelo casamento com mulheres nativas”. O intelectual foi também sensível quanto ao papel desempenhado pela mulher portuguesa, iluminando-a, mesmo que em linhas gerais, nos seus afazeres cotidianos. Dizia ele:

Onde houvesse uma esquina, havia um português com certeza lá estabelecido, com a ajuda da esposa portuguesa. A estratégia comercial era muito trabalho e economia. A sala da frente era ocupada pelo balcão, prateleiras e caixa registradora, para expor a mercadoria, atender os fregueses de caderneta e receber o pagamento e anotar o fiado. Nos fundos da casa, a mãe portuguesa tomava conta do lar e educava os filhos à velha moda lusitana, aprendida nas suas vilas e aldeias de além-mar, pois a maioria das famílias provinha de regiões empobrecidas do norte e do médio Portugal.

Ainda com o olhar voltado para a obra de Benchimol, é possível destacar a presença de estratégias matrimoniais no seio da comunidade. Se o processo de miscigenação foi efetivo e, como se viu, envolveu basicamente homens portugueses e mulheres nativas, nem por isso a comunidade deixou de priorizar o casamento entre seus membros, em especial quando vinculados a famílias de posses, como adiante se verá. Dessas estratégias, diz o autor:

As famílias que ficavam em Portugal passavam anos e anos sem notícias dos seus parentes, até que um dia chegava carta comunicando a próxima visita do filho pródigo, que afinal conseguira amearhar alguns contos e, assim, podia visitar a família. De modo geral, a carta pedia que os pais conseguissem esposa digna, para fazer companhia e criar novo lar, também com numerosa filharada. Geralmente, a moça era escolhida na própria aldeia e a preferência caía numa prima, parente longínqua, vizinha ou amiga dos pais, virgem, honesta e capaz de trabalhar e parir.

O periódico *Alma Portuguesa*, um dos porta-vozes da comunidade no Amazonas, em seção que em muito lembra o chamado *colunismo social* dos jornais contemporâneos, dava contínua vazão a eventos sociais dos membros mais destacados da colônia, com

grande destaque para os enlances matrimoniais. Assim, em maio de 1915, em publicação de primeira página e com direito a fotografia dos nubentes, o jornal anunciava:

Realiza-se hoje, pelas quatro horas da tarde, na residência do conhecido e conceituado comandante da Marinha Mercante Fluvial Sr. João Casemiro da Conceição, primo da noiva, o enlace matrimonial dos nossos estimados patrícios Exma. Sra. Judith Clara da Conceição e Sr. Joaquim Chrispim de Oliveira, há bastantes anos residentes nesta capital.

Tanto nos jornais da colônia quanto na imprensa nativa, as imagens da mulher portuguesa trabalhadora são bem mais difusas, esgueirando-se por entre ocorrências policiais, onde quase sempre aparecem vítimas da dominação e da violência masculina; ou por entre anúncios de emprego, bastante indicativos dos lugares que elas ocupavam na esfera do trabalho urbano.

Com relação às práticas de violência que aparecem nos jornais associadas a mulheres integrantes da comunidade portuguesa, percebemos que recaem sobre elas as mesmas práticas a que se viam submetidas as mulheres nativas ou estrangeiras de outras nacionalidades. O que podia agravar tais ações era antes o componente socioeconômico que o étnico.

De qualquer forma, mesmo mulheres de posse ou de famílias ricas estavam sujeitas a sofrer violências, embora essas violências tendessem a ocorrer no âmbito doméstico e a referir-se em maior ou menor grau aos tradicionais expedientes da dominação masculina, quase sempre sufocando ou inibindo a denúncia. Já a violência contra mulheres pobres era visivelmente mais corriqueira e delas os jornais deram larga difusão, sendo bastante ilustrativa a notícia registrada pelo *Jornal do Commercio*:

À Avenida Joaquim Nabuco 187, a portuguesa Maria do Carmo, cozinheira, ao sair para trabalhar, foi vítima indefesa, ontem, da agressão estúpida de Augusto Basilio, que, pensando ser a pobre mulher uma meretriz, lhe desfechou, em plena face, uma vigorosa bofetada.

A crônica policial por nós compulsada também menciona com certa frequência a ocorrência de crimes mais graves, como homicídios, raptos e defloramentos. Assim, em matéria do *Jornal do Commercio* de 1908, é possível ler a seguinte notícia:

Ao promotor público do 2º Distrito foram remetidos pelo escrivão Luiz Elyzio, do 1º Distrito Policial, o inquérito, também procedido *ex officio*, com relação ao defloramento da menor Elisa de Jesus, portuguesa, de que é acusado Francisco Hortencio Monteiro, e

o inquirido, também *ex officio*, aberto com relação ao defloramento de Maria das Dores Silva, cearense, de que é acusado Mario Ramos.

Mulheres identificadas como portuguesas aparecem também nas páginas dos jornais em anúncios, por meio dos quais ofereciam diversos serviços. Um deles, publicado pelo jornal *Alma Portuguesa*, dizia: “Senhora portuguesa com prática de enfermagem, e fazendo parte da Associação da Cruz Vermelha, oferece seus serviços à ilustre classe médica para tratar de senhoras”.

Em muitos anúncios publicados por potenciais empregadores, a ocorrência do complemento “prefere-se portuguesa” é claro indicativo de que, em Manaus, o trabalho feminino sofreu interferências étnicas, provavelmente opondo as valorizadas mulheres estrangeiras à mão de obra local. Essa preferência se apresentava comumente em anúncios para trabalhadoras domésticas destinadas às casas das famílias mais abastadas. Assim, enquanto ingleses preferiam barbadianas, em função do baixo custo e do domínio de seu idioma, nas demais famílias de posses essa prioridade era dada às mulheres portuguesas, que assumiam os ofícios de governanta, babá e ama de leite, além de cozinheira, passadeira, arrumadeira, costureira e lavadeira, sendo essas últimas contratadas não apenas por famílias, mas também por proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade, cujo número crescia acentuadamente. Assim, em 12 de junho de 1913, na coluna “Avisos Úteis”, o *Jornal do Commercio* anunciava: “COZINHEIRA – Precisa-se de uma para casa de pequena família; prefere-se portuguesa. Trata-se no American Bar, Theatro Polytheama”.

Entrepasto comercial da borracha, Manaus se encheu de lojas e firmas comerciais. Nelas, as mulheres eram em geral vendedoras nas lojas de artigos de luxo e/ou destinadas ao consumo feminino, além de modistas nas confecções. Além do mais, tanto as notas jornalísticas quanto a iconografia do período indicam que as firmas comerciais e os escritórios passaram a contar com um número cada vez maior de secretárias, amanuenses e datilógrafas, ofícios para cujo aprendizado já existia escola em Manaus desde pelo menos 1902.

Desse trabalho urbano, a informação quanto a gênero e etnia quase sempre emerge na fonte jornalística de forma bastante indireta, como nesta nota do jornal *Alma Portuguesa*, que parabeniza uma jovem lusitana pela passagem de seu aniversário:

IDA PINTO DA COSTA. A 10 do fluente verificou-se o aniversário natalício da preadada senhorita Ida Pinto da Costa, caixa da grande confeitaria Bijou, filha do ex-comerciante desta praça sr. Antonio Pinto da Costa, já falecido. Como homenagem à honrada família Pinto da Costa, de quem sempre fomos dedicados amigos, publicamos hoje o clichê da gentil menina, desejando-lhe as maiores venturas.

Outro local em que pudemos observar esse viés étnico foi no pequeno setor manufatureiro da cidade, mais especificamente no caso da Fábrica de Roupas Amazonense, cujo proprietário português chegou a empregar, em 1913, 60 mulheres, sendo “a grande maioria constituída de portuguesas”. Convém dizer que a fonte compulsada não chega a indicar os números dessa “maioria”.

Em 14 de novembro de 1912, 56 dessas trabalhadoras declararam-se em greve, contra a demissão do gerente do estabelecimento, que, segundo elas, sofria constantes maus-tratos por parte de um dos sócios da empresa. Com certo ar de perplexidade, os jornais locais noticiam a greve do *belo sexo*, apresentando-a como pacífica e trazendo para o mundo do trabalho um importante diferencial:

A causa não foi, como sucede nas *greves* masculinas, de interesses pecuniários: não se cogitou de aumento de salário, nem tampouco da diminuição de horas de trabalho. Espírito altruístico e equitativo moveu a mulher operária um protesto contra uma injustiça, por que foi atingido Tenreiro Junior, gerente do estabelecimento. Motivou esse neto desinteligências ocasionadas entre esse empregado e o sócio da fábrica, José do Rosario. Diversas costureiras, inqueridas por nosso repórter, declararam que Rosario tratava por vezes a Tenreiro muito grosseiramente, sendo este um funcionário probo e trabalhador.

O episódio serviu de mote para que o *Jornal do Commercio* fizesse alusão ao movimento sufragista, então em curso nos Estados Unidos, na Europa e também em algumas capitais brasileiras, externando uma posição de franca preocupação e oposição a essas ideias:

Não sabemos ao certo se as ideias revolucionárias das terríveis e turbulentas sufragistas chegaram a se inculcar no espírito pacato e ordeiro da mulher brasileira. O feminismo, em verdade, é coisa quase completamente esquecida entre nós, principalmente nestas terras das Amazonas, se bem que já possamos contar associações femininas que têm postulado relevantíssimos serviços à causa pública. Tais associações não têm, entretanto, fins políticos de qualquer natureza.

No ano seguinte, indicando um avanço no processo de conscientização operária, as trabalhadoras da Fábrica de Roupas Amazonense também participaram das manifestações em comemoração ao Primeiro de Maio, tal como noticiou o jornal *A Lucta Social*, adepto do sindicalismo revolucionário e animado pelo gráfico português Tércio Miranda. Na reportagem, o periódico faz referências ao discurso proferido pela portuguesa Cecília Miranda:

Detendo-se em frente à pequena bastilha denominada Fábrica de Roupas Amazonense, onde as operárias daquela indústria receberam os seus companheiros de trabalho como outrora, os cristãos o fizeram a Jesus cobrindo a rua com aromáticas flores, que também derramaram sob as cabeças do operariado, desde o alto do edifício, orando em seguida a operária Cecília Miranda, que leu um belo discurso, no qual hipotecava a solidariedade de sua classe ao operário irmão em luta e em sacrifício, [...] o acadêmico Euclides Bentes, [...] saudando as operárias da Fábrica e convidando-as a seguirem no préstimo dos trabalhadores, pois que elas também eram exploradas! [...] Uma voz fez-se ouvir então e, de repente, a multidão operária desfilava levando na vanguarda o grupo de operárias da fábrica, em direção ao teatro Alcazar.

A coincidência do sobrenome da oradora com o do líder anarquista português pode não ser mera coincidência, já que, como mencionamos, a maioria das operárias era também de origem portuguesa. Em 1913, passando a fábrica por uma grave situação, em que nem mesmo suas contas de energia conseguia pagar – crise decorrente da queda dos preços da borracha no mercado europeu –, na iminência de fechar as portas, suas operárias tentando salvar seus empregos, unem-se aos patrões na luta para negociar a redução da taxa de energia elétrica da empresa. Criam comissões para expor a situação e pressionar as autoridades competentes, espalham boletins pela cidade denunciando as taxas abusivas de energia cobradas pela Manáos Tramways and Lights, reivindicando abatimento. Passo seguinte, vão em comissão ao governador solicitar auxílio para a fábrica, pois seus patrões estavam “lutando para [dar-lhes] pão e trabalho”. Em seus apelos, denunciavam que mais de trezentas pessoas ficariam sem emprego caso a fábrica fechasse suas portas.

Muitos desses imigrantes que vieram para Manaus, como de resto ocorreu em outros estados brasileiros, sofreram com a falta de oportunidades de emprego, com os baixos salários, com um custo de vida elevado, com dificuldades para encontrar moradias baratas, sem falar quanto aos custos relacionados a saúde, transporte, vestuário e alimentação. Mesmo durante o apogeu da borracha, era comum encontrar homens e mulheres em situação de indigência pelas ruas, sendo recolhidos doentes às casas de saúde e de assistência aos pobres. Os periódicos manauaras denunciavam cotidianamente em suas páginas o recolhimento de homens e mulheres em instituições e hospitais de caridade. Tal situação tendeu a se agravar com a instalação da crise econômica. Em 1918, o periódico *Alma Portuguesa* denunciava, em matéria intitulada “Horrrível situação”, o estado lastimável por que passava uma família portuguesa em Manaus.

Sábado último, por volta das 14 horas, entrou na Mercearia Henrique Dias, sita na Avenida Joaquim Nabuco, o sr. Francisco Dias da Silva, cidadão brasileiro, e comunicou as pessoas presentes que em uma barraca à Rua Leonardo Malcher se achava uma família

portuguesa, composta de sete pessoas, doentes e reduzidas à mais extrema miséria. Qual o mal dessas sete criaturas, indagarão os nossos leitores? – Era a febre e a fome que os devorava, lhes corroendo as entranhas dia a dia, hora a hora, minuto por minuto.

Foi comum nos periódicos manauaras, inclusive nos portugueses, lançarem-se campanhas para arrecadar fundos para ajudar imigrantes em situações difíceis, como fez o *Alma Portuguesa*:

Como noticiamos em nosso último número, achava-se recolhida à Santa Casa de Misericórdia a desventurada sra. Dona Maria Duarte C. dos Santos e seus cinco filhos, vítimas, como seu esposo e pai, da terrível crise que atravessamos. A “União Portuguesa” abriu uma subscrição em favor da pobre senhora e filhos, a fim de melhorar a sua situação naquele pio estabelecimento e entregar-lhe o excedente para seu sustento após a sua saída. Entretanto, soubemos, com muito prazer, que a benemérita Sociedade Repatriadora, ao ter conhecimento do fato pelo jornal, fez remover imediatamente os doentes da Santa Casa para a Beneficente, correndo o seu tratamento por sua conta. Bem haja a Repatriadora, que tão nobremente se recomenda a toda a colônia e ao público em geral.

Outras experiências de mulheres portuguesas por nós identificadas nos jornais amazonenses apontam para instâncias opostas, acima e abaixo das instâncias e grupos sociais aqui mencionados, referindo-se, de um lado, ao comércio do corpo e; de outro, ao magistério e à atuação literária. Mas essa é uma história para outro artigo.

Referências

- ARAÚJO, André Vidal de. *Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974.
- BEMCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer, 1988.
- CAMPOS, Hermenegildo de. *Climatologia médica do estado do Amazonas*. Manaus: ACA, 1988.
- CAMPOS, Luciane Maria Dantas. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)* (dissertação). Manaus: Ufam, 2010.
- FONSECA, L. *No Amazonas*. Lisboa: Companhia Geral Typografica Editora, 1895.
- HOBSBAWM, Eric. “A nova mulher”. In —. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MATA, João Nogueira. *Antiquilhas manauaras*. Manaus: Editora Humberto Calderaro, 1991.
- MENEZES, Bianca Sotero de. *Imprensa e gênero: representações da mulher amazonense na Imprensa Provincial (1850-1889)* (dissertação). Manaus: Ufam, 2014.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- PRAIA, Benta Litaiff. *A crise da economia gomífera e o mundo do trabalho em Manaus: 1910-1930* (dissertação). Manaus: Ufam, 2010.

Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar

Érica Sarmiento

A participação da mulher galega no fenômeno migratório rumo às Américas a partir da segunda metade do século XIX transcende o significado do que se compreende como processo migratório, ou seja, o ato de partir em busca de terras promissoras. A presença feminina não se limita ao deslocamento, ela é muito mais abrangente, pois as mulheres se comprometeram com a imigração também de forma indireta, por meio de sua permanência e contribuição no local de origem. Quando a imigração levou os varões para longe de suas terras, a maioria das galegas permaneceu nas propriedades familiares, zelando e cuidando do sustento da economia doméstica. A Galiza se transformou, assim, em uma espécie de *matriarcado forçado*, lugar das chamadas *viúvas de vivo*, daquelas incansáveis mulheres que nunca desistiam de esperar.

O período da Grande Imigração (1890-1930) alterou a estrutura fundiária e familiar que formava a pequena agricultura de subsistência galega. As imigrações transatlânticas, diferentemente das sazonais e das interpeninsulares, trouxeram, pela primeira vez, as longas distâncias e os longos períodos de ausência para as famílias. O espaço doméstico galego ficou dividido entre aqueles que permaneciam nas aldeias e os que

partiam para a América. Essa divisão, ocasionada pela ausência dos varões, favorecia, em parte, os retornos temporais ou definitivos, pois a população masculina emigrava, mas deixava as propriedades sob os cuidados das esposas e do núcleo familiar. Comprar bens no lugar de origem ou manter as propriedades familiares possibilitava o retorno do emigrante.

Os vínculos mantidos com a terra de origem tiveram na presença feminina sua maior aliada. Mães, esposas, irmãs continuaram a preservar, fosse por sobrevivência, fosse por estratégia familiar, a economia galega. A imigração, durante muitas décadas, se alimentou majoritariamente de mão de obra masculina e fez dos homens os únicos protagonistas dessa história. As mulheres, tanto as que ficaram como as que partiram, foram renegadas a um segundo plano ou até mesmo à invisibilidade. Por isso, ao longo deste artigo, dividiremos a imigração das mulheres galegas em dois grupos: as que participaram indiretamente do fenômeno migratório, desde a sociedade de origem, e aquelas que emigraram, que cruzaram o Atlântico com destino ao Brasil. Dessa forma, buscaremos preencher, ainda que de forma tímida e introdutória, algumas lacunas da história da imigração feminina.

As mulheres que participaram indiretamente da imigração

No século XIX, a participação da mulher galega na imigração transoceânica era inferior à média espanhola. Enquanto em outras regiões espanholas a imigração familiar era predominante (como foi o caso de Andaluzia), na Galiza a imigração de homens solteiros ou casados era majoritária. Por outro lado, a imigração a curta distância, que incluía as rotas dentro da Península Ibérica, persistiu até o começo do século XX. Dessa forma, mesmo sem cruzar o Atlântico, as mulheres também partiam em busca de melhorias de sua renda familiar.

Na Galiza, na ausência dos varões, a mulher teve que exercer diferentes funções antes exclusivas dos homens, como os problemas administrativos e a comercialização dos produtos da agricultura doméstica. Entretanto, a dependência afetiva e material continuava existindo no cotidiano feminino. Ao adquirir propriedades, ao realizar mudanças nos domínios agrícolas ou na casa familiar, as mulheres dependiam das remessas recebidas da imigração e, quando o dinheiro destinado a isso não chegava da América, as galegas se viam obrigadas a hipotecar todos os seus bens para custear as dívidas.

A sociedade galega, baseada na pequena propriedade familiar, tinha seus riscos, suas limitações econômicas e territoriais e uma escassa defesa dos pequenos agricultores diante da instabilidade das colheitas e da falta de meios técnicos para trabalhar o minifúndio. As mulheres casadas, cujos cônjuges emigravam, ficavam desamparadas, desprovidas de meios econômicos e, muitas vezes, também de apoio social. Acabavam

tornando-se vítimas de procedimentos abusivos por parte da justiça local, como o embargo de seus bens, convertendo-se, constantemente, em vítimas de escândalo público. Essas práticas sociais faziam parte da legitimação de um modelo familiar fruto da migração e que se consolidou entre Galiza e América.

As redes de solidariedade, as chamadas cadeias migratórias, se encarregaram de vigiar a conduta das mulheres que permaneciam em suas aldeias de origem. Essas cadeias funcionavam por meio de mecanismos informais, como cartas, retornos temporários e vizinhos, que informavam sobre a vida social e familiar daqueles parentes que permaneceram em suas terras de origem.

Por exemplo, Albina Costa Vieites, galega do município de Santa Comba (A Coruña), viveu durante décadas longe do marido Francisco Mouro, ausente no Brasil. O casal encontrava-se por temporadas, quando Francisco visitava a família na Galiza. O comportamento de Albina era monitorado pelo olhar vigilante dos vizinhos daquela localidade, que enviavam as notícias para seu marido, entre retornos temporários e visitas. Na única carta que Albina escreveu para o esposo, ela expressou, com certa mágoa, as acusações do marido, que desconfiava de sua conduta:

Sr. Francisco Mouro Castro, no Rio. [...] Se Manolo viu a carta, nem sabe quando a te mandei, que me saltem os olhos da cara, porém as coisas são como se tomam, pois me dizes que não sabes se os filhos serão teus, pois colocas uma mão no coração e meditas com tua consciência que são coisas algo pesadas, porém Deus nos perdoe. Sempre dizes que sou da casta de *los derrocadores*, que nunca te fiz um centimo. É verdade que gastei muito dinheiro desgraçadamente com a saúde, porém com outros vícios não, graças a Deus, pero recuerdo que tens um poder meu e com ele puedes recuperar tudo o que gastei no tempo que seja, que não penso sacá-lo de ti em vida. [...] Sem mais, te desejo muitas felicidades. Albina Costa Vieites (Vilar, 23 de abril de 1957; tradução livre).¹

A autoridade de Francisco Mouro não era contestada. Tudo girava em torno de suas decisões. Nas primeiras linhas da carta, a esposa já se dirige ao marido utilizando uma linguagem bastante formal, perceptível no uso dos pronomes de tratamento, como “Senhor Francisco Mouro Castro no Rio”. Nas últimas linhas da missiva, a espo-

¹ No original: “[...] y se Manolo vió la carta ni supo cuando te la mande que me salten los ojos de cara pero las cosas son como se toman pues me dices que no sabes si los hijos seran tuyos pues pones una mano en el corazon y meditas a tu conciencia que son cosas algo pesadas pero Dios nos perdone todo dices que soy de la casta de los derrochadores que nunca te ace um centimo es verdad que te gaste mucho dinero desgraciadamente com la salud pero con otros vícios no gracias a Dios pero acuerdate que tienes un poder mio y con el puedes recuperar todo lo que te gaste en el tiempo que sea que no pienso sacartelo en la vida... Sin más te deseo muchas felicidades. Albina Costa Vieites”.

sa de Francisco Mouro, buscando sua autodefesa, lembrou ao marido que ele detém uma procuração com plenos poderes para sacar todos os bens.

A força do código de honra esteve estreitamente vinculada ao sistema fundiário, à forma dominante de organização familiar e à complexidade do sistema de estratificação social. A saída dos varões e as condições econômicas do local de origem contribuíram para que essas mulheres tivessem um papel ativo na força de trabalho doméstico, proporcionando-lhes também certa liberdade, assim como mudanças de comportamento, como a motivação da atividade sexual fora do matrimônio e o alto nível de celibato feminino. Entretanto, devemos analisar essa liberdade como consequência da estrutura socioeconômica do local de origem, e não como uma conquista espontânea ou consciente das mulheres galegas do período.

No Brasil ou na Galícia, essas mulheres estavam constantemente vigiadas pelos costumes e valores de sua sociedade. As redes de solidariedade e os mecanismos informais se encarregavam de vigiar de perto tanto as mulheres que partiam como aquelas que esperavam.

No final do século XIX, as mulheres começaram a cruzar o Atlântico. A imigração feminina apresentou-se timidamente em direção ao Rio de Janeiro. No começo do século XX, elas não representavam nem 12% do contingente que desembarcou nos portos cariocas. A própria legislação da época dificultava a saída da população feminina, uma vez que as mulheres casadas só emigravam com a autorização do marido, e as solteiras, com permissão dos pais ou tutores. A imigração histórica galega, podemos afirmar com base em estudos quantificados, foi um fenômeno masculino. Segundo Vázquez:

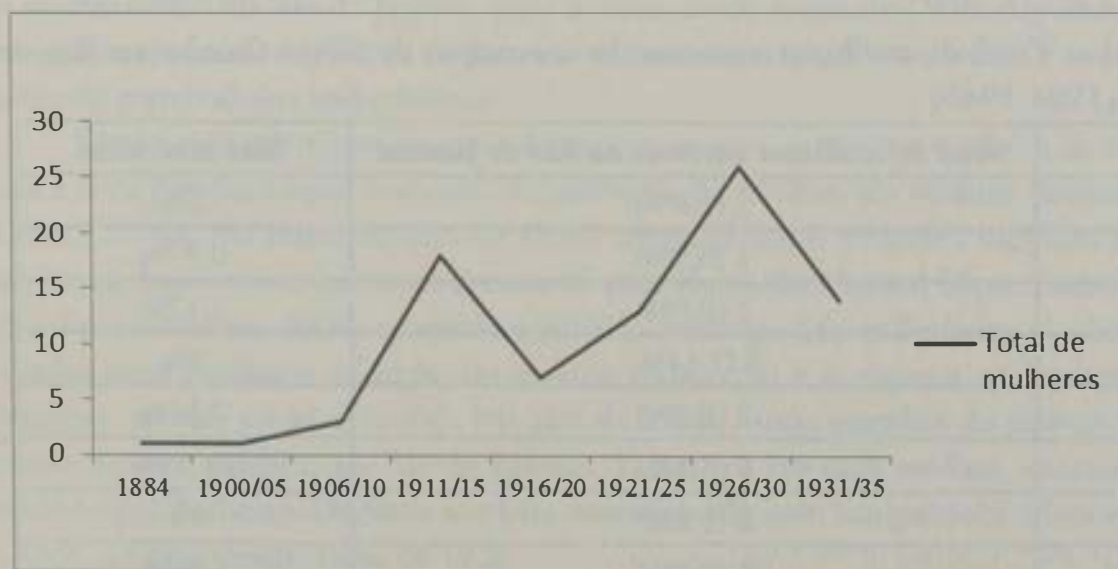
A estrutura por sexos da demanda trabalhista dos países aos quais se dirigiram os galegos e a tradicional e geral divisão sexual do trabalho privilegiou a mobilidade da mão de obra masculina. Isso, unido à obrigatoriedade do serviço militar para os jovens varões, a generalizada vinculação à terra que consiste no *status* de propriedade de pequenas explorações agrícolas familiares e às maiores *trabas* legais existentes na Espanha com relação, entre outras atividades, à emigração feminina, discriminaram a mulher, limitando sua participação no fluxo migratório galego-americano (tradução livre).²

² No original: “La estructura por sexos de la demanda laboral de los países a los que se dirigieron los gallegos y la tradicional y general división sexual del trabajo privilegió la movilidad de la mano de obra masculina. Esto unido a la obligatoriedad del servicio militar para los varones jóvenes, a la generalizada vinculación a la tierra que conlleva el estatus de tenencia o propiedad de pequeñas explotaciones agrícolas familiares y a las mayores trabas legales existentes en España respecto, entre otras actividades, a la emigración femenina, discriminaron a la mujer limitando su participación en el flujo migratorio gallego-americano”.

A participação da mulher no processo imigratório foi marcante nas tarefas domésticas, não só nas restritas ao espaço familiar, mas também nos lugares em que trabalhou como empregada, lavadeira ou arrumadeira. Ao lado dos maridos ou dos parentes, muitas delas não só administraram o lar, como contribuíram ativamente nos negócios familiares. Elas faziam parte da imigração de uma forma silenciosa, atuando em um contexto histórico onde a figura masculina era a dominante e a que se destacava no mercado de trabalho. Era uma imigração invisível, uma espécie de prolongamento da imigração masculina.

Por meio de importantes fontes históricas e nominativas, como as matrículas do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro, reconstruímos alguns dados acerca da imigração feminina. De 241 mulheres registradas, entre os anos de 1877 e 1939, a porcentagem de 99,1% se declarou como dona de casa. Esse contingente feminino iniciou seu trajeto depois da emigração masculina, a partir de 1910, consolidando sua presença na década de 1920, a partir dos reagrupamentos familiares. Discretamente, sempre por detrás da figura masculina, as mulheres emigraram, a maioria delas protegidas pelo marido ou por algum parente.

Gráfico 1 – Chegada das mulheres ao Rio de Janeiro (1884-1935)



Fonte: Fichas do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro. Elaboração do gráfico pela autora.

Um estudo de caso: as mulheres de Santa Comba

Em Santa Comba, município da província de A Coruña com maior índice de emigração para o Rio de Janeiro, as características da emigração feminina não diferem do

caso do Rio de Janeiro de forma geral. A população masculina foi a que mais deixou as aldeias rumo a um novo mundo. As mulheres permaneciam com a família, cuidando da economia doméstica até que regressasse o pai, o esposo ou o irmão; ou ficavam sozinhas, conformando-se com a possibilidade de o emigrante nunca mais retornar. É difícil encontrar alguma família que não tenha sofrido a ausência de um parente a partir da Grande Imigração.

Nos censos municipais de Santa Comba, entre os anos de 1904 e 1970 predominaram as famílias que tinham pelo menos um varão ausente e cujo destino era a América Latina. O número de mulheres que emigrou ao Brasil não ultrapassa 12% da imigração e, desse percentual, 5,5% estava no Rio de Janeiro. É importante salientar que os livros de censos, como toda documentação histórica, oferecem limitações quanto às informações concernentes aos estudos migratórios. Por exemplo, é impossível conhecer a data exata em que o indivíduo emigrou, mas é possível saber o período da ausência e o local de imigração. No caso das mulheres, elas começaram a constar nos censos a partir da década de 1950. A diferença numérica é tão elevada entre as primeiras décadas do século XX e os anos de 1950 que não deixa margem de dúvida: a imigração feminina do município de Santa Comba ganhou força na segunda imigração de massas, no período de 1950 a 1960.

Tabela 1 – Total de mulheres ausentes do município de Santa Comba no Rio de Janeiro (1904-1960)

Ano	Total de mulheres ausentes no Rio de Janeiro	Taxa masculina
1904	2 (1,8%)	2%
1909	1 (0,9%)	0,97%
1919	1 (0,9%)	2,12%
1924	8 (7,14%)	8%
1928	7 (6,2%)	7,36%
1935	6 (5,3%)	11,53%
1940	2 (1,8%)	5%
1950	3 (2,7%)	1,96%
1955	20 (17,8%)	18%
1960	62 (55,3%)	52%

Fonte: Censo do Arquivo Municipal de Santa Comba. Tabela elaborada pela autora.

A emigração feminina, mesmo minoritária, permaneceu crescente e contínua ao longo do tempo. No censo de 1960, dos 120 registros de ausentes no Rio de Ja-

neiro, 62 (51,6%) equivalem a mulheres, ou seja, mais da metade do contingente. O agrupamento familiar, nesse caso, foi um dado importante para compreender o perfil da imigração feminina dessa época. Por exemplo, do total de 112 mulheres que se encontravam no Rio de Janeiro entre os anos de 1904 e 1960, somente em sete casos elas não possuíam nenhum tipo de parentesco com algum homem já imigrado no Rio de Janeiro.

Pela análise e interpretação dos dados dos censos municipais, encontramos reagrupamentos familiares que se consolidaram ao longo de várias gerações. Essa informação indica a antiguidade dos fluxos migratórios das famílias de Santa Comba ao Rio de Janeiro e o tipo de modelo migratório da região, baseado em redes familiares. Como exemplo, está o caso da emigrante Antonia Romar Arán, da paróquia de Arantón. Ela apareceu como ausente pela primeira vez no censo de 1924, junto com sua irmã.

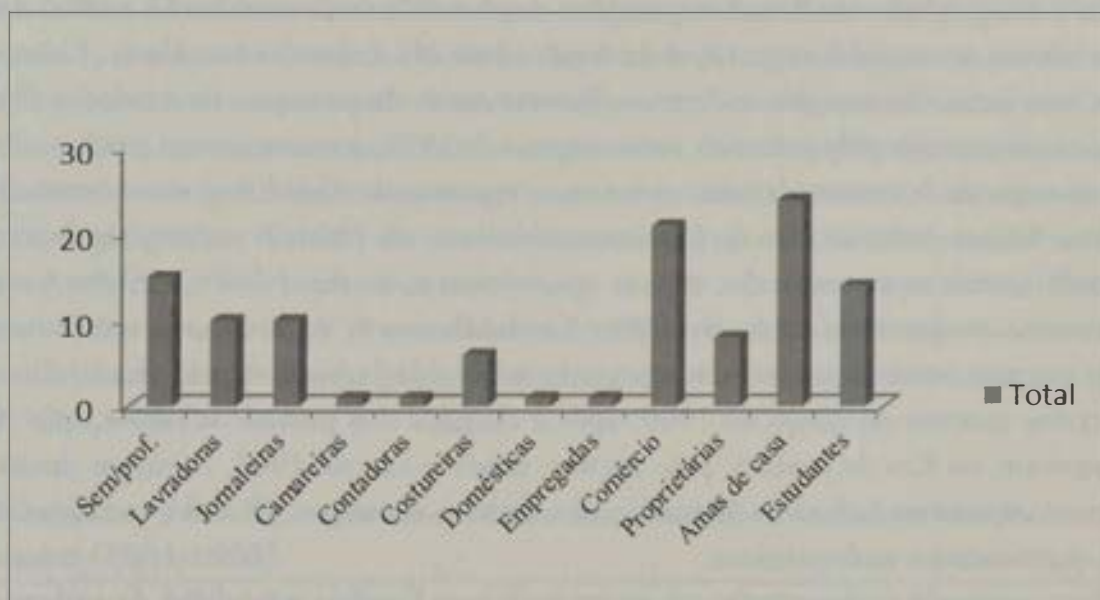
Ao pesquisar os censos de anos anteriores, encontramos os dois irmãos (varões) de Antonia Romar Arán no Rio de Janeiro desde o ano de 1904. A cadeia migratória dessa família continuou crescendo, com o aparecimento de mais dois membros (um homem e uma mulher) no censo de 1909. Contabilizamos, ao total, seis membros, formados por seis irmãos que haviam emigrado ao Rio de Janeiro. A primeira mulher aparece como ausente no censo de 1909, após a chegada dos primeiros varões, que já se encontravam no Rio de Janeiro, pelo menos, desde o ano de 1904. Algumas dessas emigrantes inscritas no Censo de Santa Comba tinham nascido no Brasil e todas eram filhas de matrimônios endogâmicos.

Outro exemplo representativo de reagrupamento familiar e também de endogamia é o da família López Barbeito, da paróquia de Mallón, do mesmo município de Santa Comba. No censo do ano de 1924, encontramos o primeiro membro ausente no Rio de Janeiro, um jovem de apenas 15 anos chamado Manuel López Barbeito. No censo posterior, em 1928, apareceu o irmão, Domingo López Barbeito. Ambos eram casados com mulheres oriundas do mesmo município e as esposas apareceram, pela primeira vez, no censo de 1960. No ano de 1935, outro membro da mesma família estava ausente também no Rio de Janeiro. Dessa vez era uma mulher, chamada Dorinda López Barbeito. Dorinda também estava casada com um patrício, Manuel Vidal García, ausente desde o ano de 1928.

No caso reconstruído acima, é importante frisar que os três irmãos (tanto do sexo masculino como feminino) tiveram cônjuges oriundos da mesma localidade e, no caso dos homens, todos emigraram solteiros e contraíram matrimônio posteriormente. As mulheres pertencentes a essa família, como a maioria dos casos de emigração feminina de Santa Comba, casaram-se com emigrantes que, desde as primeiras décadas do século XX, já estavam estabelecidos no Rio de Janeiro.

Em relação à inserção sócio-profissional da imigração feminina de Santa Comba no Rio de Janeiro, estava dividida basicamente entre o setor terciário (comerciantes, dependentes de comércio) e os não ativos (estudantes e amas-de-casa). No gráfico 2, a seguir, podemos observar uma significativa presença da mulher no mercado de trabalho carioca:

Gráfico 2 – Distribuição sócio-profissional da imigração feminina de Santa Comba no Rio de Janeiro (1904-1960)



Fonte: Livros de Censo de Santa Comba (1904-1960) do Arquivo Municipal de Santa Comba. Elaboração do gráfico pela autora.

O grupo de mulheres vinculadas ao setor terciário (14 balconistas e sete comerciantes) estava registrado nos censos de 1950, 1955 e, principalmente, no ano de 1960. A pequena porcentagem de ausentes no período de 1904 a 1935 correspondia a lavradoras, jornaleiras ou agricultoras. Assim, as profissões relacionadas com o campo estavam associadas às galegas pertencentes à Grande Imigração e equivaliam às ocupações que elas exerciam no local de origem.

A partir da década de 1950, segundo o gráfico 2, as imigrantes passam também a ocupar o setor do comércio. Possivelmente, essas comerciantes e balconistas trabalhavam em negócios familiares ou pertencentes a patrícios. Detrás das classificações profissionais, há muitas generalizações que não nos ajudam a definir com exatidão o verdadeiro ofício do imigrante. Além disso, classificar a situação profissional das mulheres sempre resulta mais difícil porque os trabalhos domésticos faziam parte de um mercado informal e podiam estar camuflados sob a figura da dona-de-casa. Quanto

às estudantes, eram crianças de até 14 anos, imigrantes de segunda geração, algumas nascidas no Rio de Janeiro, que tiveram a possibilidade de frequentar escolas e ter um nível de escolarização maior que aqueles patrícios da primeira geração.

As cadeias migratórias também foram fortalecidas pelos laços matrimoniais. Os homens imigravam solteiros e, uma vez estabelecidos na sociedade de recepção, casavam-se e constituíam famílias no Rio de Janeiro. A imigrante Salvadora López García, nascida no Rio de Janeiro, filha de pais galegos, viveu essa experiência. No censo de 1960, ela apareceu como uma jovem estudante de apenas 9 anos. Vários de seus familiares também viveram no Rio de Janeiro, formando uma extensa cadeia migratória que perdurou durante décadas.

O primeiro membro dessa família a imigrar foi José López. Seus dados apareceram no Censo de Santa Comba de 1909, quando tinha apenas 14 anos e a profissão de jornalista. Depois de cinquenta anos, no censo de 1960, encontramos toda a família: José López, a esposa Amélia García López e os quatro filhos, todos nascidos no Rio de Janeiro. Amélia era a mãe de Salvadora López García, a imigrante à qual nos referimos no parágrafo anterior. A família López se declarou como “proprietária”. Nesse exemplo, possivelmente, temos um caso de mobilidade profissional do chefe de família, que, hipoteticamente, imigrou na infância, antes dos 14 anos (os censos não nos oferecem a data de chegada ao Brasil), ascendendo de jornalista, sua primeira ocupação, a proprietário. A profissão da esposa, também proprietária, indicava sua atuação no mercado de trabalho dentro de seu ambiente familiar, ao lado do marido.

A mobilidade da mulher, principalmente no contexto da Grande Imigração, dependia sempre de algum parente que a reclamasse ou a levasse para a América. A imigração feminina exigiu, por regra geral, maior garantia de segurança do outro lado do Atlântico. O êxodo feminino estava exposto a situações arriscadas desde o primeiro momento da viagem. De fato, as Reales Ordenes de Gobernación do dia 7 de outubro de 1902 e de abril de 1903 obrigavam a obter permissão dos pais ou tutores, aos menores de 23 anos que viajavam sozinhos, ou a permissão dos maridos, às mulheres casadas. Posteriormente, a Lei de Emigração de 1907, que reconhecia a liberdade de todo espanhol de emigrar, foi restritiva e protecionista, já que exigia as permissões correspondentes para as mulheres casadas e os menores de idade que viajavam desacompanhados. A legislação de 1924, por sua vez, não melhorou a situação das mulheres; ao contrário, elevou a idade mínima para as solteiras emigrarem para os 25 anos.

A própria coletividade galega, em alguns países, adotou posturas contrárias à emigração feminina. Durante o período de 1916 a 1921, a campanha contra a emigração feminina dentro do coletivo galego foi intensa. A opinião pública cubana e particularmente a colônia espanhola escandalizaram-se frente ao crescente fenômeno de prostituição das numerosas serventes espanholas, em sua maioria galegas. Entretanto, essa imagem das serventes galegas começa a mudar a partir da década de 1930, quando

a própria condição profissional das imigrantes sofre variações. A maioria das serventes galegas se casou com patrícios e, quando a situação econômica dos esposos permitia, elas deixavam o trabalho para se dedicarem às tarefas do lar. Quando a situação econômica do cônjuge não era suficiente para sustentar a família, elas buscavam trabalhos relacionados com o serviço doméstico ou ajudavam nos negócios familiares.

Segundo os estudos sobre a imigração galega na América, mais de 70% do contingente imigratório era formado por varões. Após a Segunda Guerra Mundial, o número de mulheres tendeu a aumentar até 40%. O país que mais recebeu imigração feminina foi a Argentina. Para o ano de 1885, por exemplo, enquanto no país austral havia 2.081 mulheres, no Brasil havia somente 481. Elas procediam majoritariamente da província de Pontevedra (49%), de A Coruña (45%), Lugo (4%) e Ourense (1%). No final da última década do século XIX, a emigração feminina sofreu um significativo aumento nas províncias interiores (Lugo e Ourense). As ourensanas chegaram a representar 10% do total e as lucenses, 9%. Esse aumento do fluxo emigratório estava relacionado não só com o desenvolvimento das economias dos países receptores e a conseguinte ampliação do mercado de trabalho feminino, mas, principalmente, com a consolidação e o amadurecimento do fluxo migratório.

As fontes orais e a recuperação da memória podem ajudar a esclarecer a *invisibilidade* dessas mulheres no mercado de trabalho carioca. A galega Júlia Alonso Fernández, quando emigrou na década de 1950, deixou a sua aldeia, no município de Quiroga, e foi para junto de seu marido, no Rio de Janeiro, levando a filha de 5 anos. Seguindo o modelo de reagrupação familiar, o marido enviou a passagem para Júlia, como era de costume na época. Chegando ao Rio de Janeiro, depois de a família peregrinar por várias cidades, montaram uma carpintaria em Cabo Frio, cidade do litoral do Rio de Janeiro. Os negócios foram mal e o casamento também. Júlia se separou do marido e teve que buscar um trabalho para o sustento da família.

Meu marido desapareceu e eu fiquei com a minha filha. Fui para o Rio de Janeiro, trabalhei em restaurantes, de cozinheira, em hotel de uns portugueses, de camareira. No começo, quando não conseguia trabalho, queria ser repatriada e fui ao Consulado, mas não podia, porque tinha que ter a autorização de meu marido, e eu não sabia onde ele estava.

A filha ficou numa pensão, enquanto ela trabalhava em casas de família: “Eu não podia pagar as duas pensões. Graças a meus amigos brasileiros, minha filha ficou numa pensão familiar até que se casasse. Desejava o melhor para minha filha, mas eu não podia dar outra coisa”.

Apesar das dificuldades, fala da vida com otimismo e dos melhores anos vividos no Brasil:

O Brasil é um país jovem, que dá oportunidades às pessoas. Eu lutei muito, mas consegui ter a minha casa e deixar algo para minha filha. Não pude ajudá-la nos estudos, mas, graças ao esforço dela, terminou o curso de magistério. Depois se casou com um brasileiro e teve uma vida melhor. Conseguiram dar carreira para os meus três netos. Vivi os melhores anos da minha juventude no Rio de Janeiro. Só tinha 23 anos quando saí da Galícia.

Difícilmente, depois de casadas, os maridos deixavam suas esposas exercerem uma profissão fora de casa. Assim aconteceu com M. L. S. R., galega do município de Cenlle, na província de Ourense. Em 1950, ela chegou ao Rio de Janeiro. A adaptação não foi nada fácil. Foi morar no subúrbio da cidade, numa pequena casa alugada, passava a maior parte do dia sozinha, sem amigos, porque o marido não a deixava se relacionar livremente com qualquer pessoa. Quando os negócios do casal faliram e o marido teve que vender os restaurantes, M. L. S. R. começou a ajudá-lo no bar, único comércio que restou para o sustento familiar: “Lá em casa eu fritava cinco, dez quilos de sardinha e levava para o bar que tínhamos na Penha, no subúrbio. Eu fiquei ‘magríssima de tanto trabalhar’”.

Quando a situação piorou economicamente, ela foi trabalhar fora para poder sustentar a casa:

Meu marido não queria. Tinha ciúmes de mim, mas ele nos deixou na lona, não tínhamos como pagar as contas. Aí o médico que tratava do meu marido arrumou um emprego de secretária para mim e fui levando a vida. Eu queria muito trabalhar, mas meu marido não me deixava, só me deixou porque não havia como pagar as contas.

Anos depois, cansada de sua situação, maltratada pelo marido e temendo pelo seu futuro, toma a decisão de se separar e busca um trabalho como vendedora em uma loja de roupas no centro do Rio.

A história da imigração feminina, como a de M. L. S. R. e tantas outras, só se conhece por meio de entrevistas. Contando suas vidas, lembrando suas histórias, elas nos dão a possibilidade de conhecer um lado ainda bastante silencioso da imigração. As mulheres que trabalharam no setor doméstico – empregadas, camareiras ou arrumadeiras de hotel nas décadas de 1950 ou 1960 – não estavam registradas, ganhavam a vida de forma ilegal, atuando em um *mercado negro* que escondia a realidade da imigração feminina. Os empregos oferecidos em hotéis e comércios de patrícios eram vistos pelos patrícios como um favor que faziam a essas mulheres, ao oferecerem um pequeno salário para que elas se mantivessem.

Além de serem imigrantes, eram mulheres, e a precariedade do mercado de trabalho feminino oferecia pouco mais que o serviço doméstico e as áreas da indústria têxtil. A situação da mulher imigrante e o tipo de trabalho que ocupou dependeram muito

também da condição econômica de seus cônjuges ou de sua família no país de recepção. O historiador Fernando Devoto, ao se referir às mulheres da cidade de Buenos Aires no final do século XIX, afirma: “As mulheres imigrantes estão presentes no trabalho a *destajo* (costura, lavagem e passagem), em pequenas oficinas (camisarias, fábricas de chapéus e cigarros)” (tradução livre).³

Quando o mesmo historiador se refere às fontes, também indica as entrevistas como um documento oral de confirmação das mulheres nos setores menos qualificados do mercado: “os testemunhos qualitativos nos informam [...] sobre uma realidade onipresente nesse período: a concorrência das mulheres se dá nos setores menos qualificados e a remuneração é inferior à dos homens, ainda que no mesmo tipo de atividade” (tradução livre).⁴

No século XIX, a condição das galegas em Buenos Aires parecia não ser muito diferente das que emigraram para o Rio de Janeiro no século XX. As desigualdades do Velho Mundo se viram refletidas nas novas e dinâmicas sociedades americanas e as mulheres continuaram a ter um papel secundário na fatia do mercado. Segundo as observações de J. C. Moya:

A concentração das trabalhadoras galegas em empregos de baixa qualificação superou substancialmente à de seus compatriotas varões durante o século XIX. Em 1855, por exemplo, 80% das galegas no mercado de trabalho, porém somente 54% dos galegos, desempenhavam esse tipo de tarefa. Isso refletia a limitada gama de opções trabalhistas que se oferecia às mulheres. Ainda que centenas de tarefas estivessem abertas aos varões, o mercado de trabalho feminino só incluía um punhado delas. O serviço doméstico, a costura e a indústria de tabaco e de calçado empregavam 88% das mulheres espanholas em Buenos Aires em 1855, 93% em 1869 e 89% no período de 1894 a 1910 (tradução livre).⁵

³ No original: “Las mujeres inmigrantes están presentes en el trabajo a *destajo* (costura, lavado, planchado), en los pequeños talleres (camiserías, fábricas de sombreros y cigarros)”.

⁴ No original: “Los testimonios cualitativos nos informan asimismo de una realidad omnipresente en esse período: la concurrencia de las mujeres se da en los sectores menos cualificados y la remuneración es inferior a la de los hombres aun en el mismo tipo de actividad”.

⁵ No original: “La concentración de las trabajadoras gallegas en empleos de baja cualificación superó sustancialmente a la de sus compatriotas varones durante el siglo XIX. En 1855, por ejemplo, el 80% de las gallegas en el mercado laboral, pero solo el 54% de los gallegos, desempeñaban este tipo de tarea. Ello reflejaba la limitada gama de opciones laborales que se ofrecía a las mujeres. Mientras cientos de tareas estaban abiertas a los varones, el mercado laboral femenino sólo incluía un puñado de ellas. El servicio doméstico, la costura y la industria tabacalera y del calzado empleaban el 88% de las mujeres españolas en Buenos Aires en 1855, el 93% en 1869; y el 89% en el período de 1894-1910”.

A prostituição e o tráfico de mulheres brancas também fizeram parte da história da imigração feminina. Na transição do século XIX para o XX, a contribuição estrangeira para o desenvolvimento da prostituição no Rio de Janeiro tornou-se um dos aspectos mais sensíveis da vida social da época. Viajantes e estrangeiros que passavam pelo Rio de Janeiro observam as moças da Galiza, da Hungria, da Rússia e, às vezes, da Alemanha. Os cáftens atraíam as mulheres sob o pretexto de trabalharem como *costureiras* ou *empregadas em hotéis*.

A chamada *ponte* entre a Argentina e o Rio de Janeiro muito contribuiu para que o *comércio do prazer* se ocultasse entre as fronteiras desses dois países (Menezes, 1992). No começo do século XX, muitos dos cáftens expulsos do Brasil registraram nos processos de expulsão a cidade portenha como último local de moradia. Buenos Aires funcionou como lugar de retorno e refúgio para vários proxenetes que fugiram do Brasil, mas que continuaram recebendo o dinheiro enviado das cidades brasileiras pela intermediação de *testas de ferro* das organizações internacionais que administravam bordéis e pensões alegres.

A maioria das estrangeiras procedia da Polônia, da Hungria, da Áustria, da Rússia, de Portugal, da Espanha e da Itália. As espanholas, nos processos de expulsão analisados pela historiadora Lená Medeiros de Menezes em conhecida obra referente ao tema, constituíram o grupo com o maior número de meretrizes do Rio de Janeiro; e, entre os varões expulsos do país por crimes de lenocínio, os espanhóis ocuparam o quinto posto, detrás dos russos, italianos, franceses e portugueses. Sem dúvida, um panorama que merece um estudo mais detalhado.

A exploração das mulheres pelos próprios cônjuges era uma triste realidade que os processos de expulsão deixaram entrever. Muitas imigrantes foram utilizadas no chamado *negócio do prazer* dentro das próprias casas. Elas não pertenceram às redes de tráfico, o opressor era o próprio marido, ou outro familiar, que as iniciava na experiência imigratória. A situação raramente era denunciada pelas vítimas. O mais habitual era que os vizinhos ou os amigos avisassem às autoridades e participassem como testemunhas nos processos. A posição da vítima era difícil: mulher, imigrante e prostituta. Mesmo com a denúncia contra o cáften, a possibilidade de essas mulheres seguirem adiante, sem apoio, na sociedade brasileira, era muito difícil; e o retorno à Galiza era um empreendimento arriscado, principalmente devido à aceitação social. Por isso, talvez, não seja nada fácil encontrar processos de expulsão desse tipo, pois o ambiente familiar do imigrante, seu espaço mais íntimo, ficava muito exposto.

Assim aconteceu com Manuel Obina García, de Pontevedra, no ano de 1913, na cidade de São Paulo. Consta nos autos que:

Chegando ao conhecimento desta delegacia que Manoel Obina García, estabelecido com botequim e casa de tolerância à Rua Monsenhor Andrade, n. 2, exerce o lenocínio, explorando sua própria mulher Ramona Casheda García e as meretrizes que lá habitam.

Manuel e Ramona estavam casados há oito anos. Antes de abrirem seu próprio prostíbulo, eles trabalharam como cozinheiro e arrumadeira de quartos em uma casa de tolerância chamada *Palais Elegant*. Após adquirir experiência no ramo, compraram um botequim de um imigrante português, com uma casa de cômodos nos fundos, que alugavam para prostitutas. Segundo Manuel, ele e a esposa “são os donos do negócio, trabalham juntos e somente alugam os quartos para ‘terceiros’, sem se envolverem com a vida dos hóspedes”⁶

No depoimento de Ramona, a imigrante não demonstrou ser explorada pelo marido. Ela repetiu as palavras do cônjuge, afirmando que tinham comprado o botequim de um português e que a propriedade possuía também alguns quartos nos fundos da casa. O mais curioso do processo é a quantidade de testemunhas que foram declarar contra Manuel e, de certa forma, contra a própria Ramona. Ao total, foram cinco homens, de todas as classes e nacionalidades, desde empregados de comércios, passando por um funcionário público e até um farmacêutico. Algumas das testemunhas eram frequentadoras do bordel, outras eram simplesmente vizinhas do local e estavam incomodadas com a presença de semelhante *antro de perdição*. Todos os depoimentos estiveram de comum acordo com o fato de que as meretrizes e a própria Ramona foram exploradas por Manuel e que essas prostitutas, formadas por quatro ou cinco moças, eram de origem espanhola.

O processo de expulsão denunciou a existência de uma pequena rede de exploração de mulheres espanholas (não sabemos se eram galegas ou não) por um indivíduo ou talvez dois, já que o português que vendeu a casa para Manuel também se dedicava ao *comércio do prazer*.

O depoimento mais revelador foi o da primeira testemunha, um brasileiro chamado José Pereira Rebello, que afirmou conhecer o indiciado Manuel Obina García há dois anos. Pereira, frequentador assíduo da casa, não só ofereceu uma descrição detalhada do local, como também acusou Ramona de ser, além de prostituta, uma espécie de *madame*, com posição privilegiada em relação às outras meretrizes espanholas.

Ramona Casheda García, [...] como as outras meretrizes, recebe homens em sua própria casa e às vistas do seu marido Manuel Obina García. [...] A mulher de Manuel em nada

⁶ Brasil. Arquivo Nacional. Processo de expulsão de estrangeiros, Pac. IJJ7 145.

se distinguia das outras mulheres, pois que usava das mesmas liberdades que soe haver entre as prostitutas e os seus fregueses, com a única exceção que Ramona somente tinha relações sexuais com homens por ela escolhidos e que lhe pudessem gratificar melhor e que, não obstante, ela tinha a mesma liberdade com os homens, sentando-se no colo de uns, beijando outros.

Dessa forma, Ramona deixou de ser a vítima da história, para adquirir uma posição de mais *destaque* no comércio, já que podia *escolher seus fregueses*. Todas as testemunhas contestaram de forma unânime a moralidade de Ramona e confirmaram que ela “era então como a dona de um bordel, já que instigava os fregueses a fazerem despesas em bebidas e era quem dirigia as outras meretrizes”.⁷ Uma espécie de *madame* que, junto com seu marido, controlava o *comércio do prazer*.

A imagem de Ramona assumiu uma postura dúbia no processo: vítima e culpada. Vítima por ser explorada pelo marido, culpada por ela também explorar as prostitutas. Sem dúvida, um comércio lucrativo em que o explorador era Manuel Obina García, que tentava se livrar das acusações alegando ser somente o proprietário dos quartos. Mesmo que Manuel não fosse realmente um cáften, o processo deixava entrever a existência de várias mulheres espanholas que exerceram a prostituição no começo do século XX no Brasil. Elas estiveram sob a tutela de um compatriota, que explorava seu trabalho ao mesmo tempo em que lhes oferecia proteção e moradia.

Nunca saberíamos da existência desse acontecimento se as testemunhas não tivessem denunciado a situação. Mas que interesse poderiam ter os próprios frequentadores do bordel? Pena da situação das imigrantes espanholas? Quem se importaria com essas mulheres? Os próprios clientes? Provavelmente não. Por algum motivo não explícito no processo, o negócio de Manuel Obina García foi denunciado e, junto com ele, também todas as mulheres que se prostituíam, escondidas na realidade dos quartos de cômodos ocultos pela fachada de um botequim.

Sem maiores pretensões de interpretar a fundo os processos de expulsão e buscar respostas que não podemos oferecer, temos unicamente a intenção de, ao analisar esses documentos, mostrar uma parte do cotidiano desses imigrantes, suas pequenas tragédias e esse lado obscuro de exploração da mulher, uma exploração que, às vezes, circundava os limites de sua casa.

Aparentemente ocultas, as mulheres, em realidade, estavam bem presentes no cotidiano da imigração, sempre apoiando seus companheiros nos negócios familiares e ajudando-os no dia a dia da economia doméstica. Estavam desprotegidas, longe de sua família, e a maioria delas contava somente com a sorte de seus companheiros, familiares

⁷ Brasil. Arquivo Nacional. Processo de expulsão de estrangeiros, Pac. IJJ7 145.

ou esposos zelarem por sua integridade moral e seu bem-estar. Foi um caminho difícil, porque tiveram que viver momentos de penúria, sem direito de opinar, sem voz ativa na sociedade nem leis que pudessem defendê-las.

Referências

- CAGIAO VILA, Pilar. “La experiencia argentina de las mujeres gallegas”. In FARÍAS, Ruy Gonzalo (org.). *Buenos Aires gallega. Inmigración, pasado y presente*. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2007, pp. 155-66.
- . *Muller e emigración*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1997.
- DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.
- EIRAS ROEL e REY CASTELAO, Ofelia. *Los gallegos y América*. Madri: Mafre, 1992.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MOYA, J. C. “Los gallegos en Buenos Aires durante el siglo XIX: inmigración, adaptación ocupacional e imaginario sexual”. In SEIXAS, Xosé Manoel Núñez (org.). *La Galicia austral*. Buenos Aires: Biblios, 2001, pp. 69-85.
- SARMIENTO, Érica. *O outro Río. A emigración galega a Río de Xaneiro*. Santa Comba (A Coruña): 3C3 Editora, 2006.
- VÁZQUEZ, Alejandro. *La emigración gallega a América* (tese). Universidade de Santiago de Compostela, 1999.
- VIDAL, José Antonio. “A mulher galega em Cuba: da exclusión á tutelaxe, 1898-1968”. *Estudios Migratorios*, n. 13-14, 2002, pp. 191-245.
- VILLARES, Ramón e FERNÁNDEZ SANTIAGO, Marcelino. *História da emigração galega a América*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1996.

Parte 3
**Processos e representações nos dois
lados do Atlântico**

... ..

...

...

Processos e Investigações nos Jogos de Azar

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

Emigração açoriana e o Brasil em finais do século XIX e inícios do século XX – o caso do distrito de Ponta Delgada (1895-1902)

Susana Serpa Silva

Os estudos publicados sobre a emigração açoriana ocorrida em finais do século XIX e inícios do século XX comprovaram já a viragem definitiva, durante esse período, dos emigrantes insulares rumo ao Havaí e aos EUA, em detrimento do Brasil.¹ Alguns autores falam mesmo dessa época como o “primeiro ciclo norte-americano”. Não se afigura bem elucidado, todavia, o papel que o Brasil continuou (ou não) a desempenhar como destino da emigração açoriana. A própria leitura ou enquadramento por *ciclos* faz esbater os desvios e as exceções quanto às tendências dominantes, pois ainda que tenha sido maioritária a procura da América do Norte, outros rumos eram demandados pelos habitantes das ilhas que, para mais, não eram homogêneos nas escolhas dos destinos de acolhimento.

Assim, o objetivo deste pequeno trabalho, que parte de uma rigorosa consulta dos registos de passaporte do distrito de Ponta Delgada entre os anos de 1895 e 1902,

¹ Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de João (1991), Mendonça e Ávila (2002), Miranda (1999), Medeiros e Madeira (2004) e Silva (1996).

é tentar perceber, numa abordagem que se pretende dar continuidade, se a procura do Brasil se tornou residual ou mesmo inexistente entre os emigrantes açorianos e, ainda, se é possível detectar quem foram aqueles que persistiram na procura das terras da América do Sul.

Esta breve análise que, olhada isoladamente, pode parecer um assunto menor no seio do estudo da emigração portuguesa, é na realidade um parcelar contributo para o estudo da emigração açoriana, que, no cômputo nacional, era uma das mais elevadas. Segundo a Direcção Geral de Estatística, em relatório sobre a emigração portuguesa entre 1900 e 1914, no que dizia respeito às províncias, Trás-os-Montes ocupava o primeiro lugar no número de emigrantes (com o triplo de Lisboa) e em segundo lugar estavam os Açores. Relativamente aos distritos portugueses, aquele que oferecia maior contingente à emigração era o de Bragança, ficando em segundo lugar precisamente o de Ponta Delgada (Portugal, s.d., p. 2).

Os *ciclos* da emigração açoriana

A análise da emigração portuguesa, em geral, tem suscitado a determinação de *ciclos* de emigração como forma de arrumação das diferentes vagas emigratórias ocorridas ao longo da história de Portugal. Segundo Maria Beatriz Rocha-Trindade, que passamos a citar, podem determinar-se pelo menos três grandes *ciclos* emigratórios, não obstante as imprecisões subjacentes a esse tipo de classificação:

As grandes etapas da emigração Portuguesa dos princípios do século XIX até ao momento presente podem considerar-se, com toda a arbitrariedade envolvida em qualquer tentativa de classificação, como três fases ou ciclos da emigração portuguesa, apresentando características distintas. Definimos, inicialmente, um ciclo clássico, correspondendo essencialmente a movimentos transoceânicos de pessoas. [...]. A este sucede-se um ciclo moderno, abrangendo o terceiro quartel do século XX. [...]. Finalmente, vivemos actualmente o ciclo contemporâneo da emigração portuguesa que pode convencionalmente situar-se a partir de 1975, dominado pelo princípio da livre circulação de trabalhadores no espaço da actual União Europeia (1999-2000).

Ora, no tocante ao arquipélago dos Açores e desde o seu povoamento, as ilhas tornaram-se polos de imigração/emigração graças à sua posição geoestratégica que as colocou na rota dos movimentos populacionais atlânticos. A emigração açoriana, portanto, não só integrou os *ciclos* portugueses, como foi marcada pelas suas próprias fases ou tendências. Excluindo as vagas dos séculos XVII e XVIII, sustentadas nas políticas régias e focando apenas a emigração espontânea do século XIX – que é objeto da nossa

análise –, verificamos diferentes referências a *ciclos* que nem sempre se sobrepõem ou coincidem.

Segundo Sacuntala de Miranda, por exemplo, em estudo publicado em 1999, a emigração açoriana (em especial, micaelense) conheceu o importante *ciclo do Brasil* – que, de acordo com os critérios da historiadora (de saudosa memória), se desenvolveu após a independência da Colônia em 1822 –, se acentuou na década de 1870 (onde alcançou significado estatístico) e terminou em finais do século XIX, quando então se impôs o *ciclo americano* (Miranda, 1999). De fato, ao longo do século XIX, o Brasil foi o destino preferencial daqueles que partiram das ilhas em busca de uma nova vida. Não podemos considerar, todavia, que a emigração para terras de Vera Cruz se acentuou apenas após 1822. De acordo com Ricardo Madruga da Costa, a emigração dos Açores no Antigo Regime destinava-se, sobretudo, ao Brasil, e esse terá constituído um *fenômeno marcante* da sociedade insular no período final da Capitania Geral, isto é, entre 1800 e 1820. Como refere esse historiador na sua tese de doutoramento:

O certo é que, em finais do século XVIII e ao longo das duas primeiras décadas de Oitocentos, por iniciativa da Coroa ou pela iniciativa de privados com o patrocínio régio, mantém-se um significativo fluxo migratório em direcção à chamada América Portuguesa, o qual, de acordo com o entendimento dos capitães-generais dos Açores, tinha consequências muito nefastas (Costa, 2005, p. 205).

Por outro lado, o *ciclo do Brasil*, definido por Sacuntala de Miranda, coincidiu, em boa parte, com o período da emigração açoriana (em especial, micaelense) para as Ilhas Sandwich (Havaí), cujo tempo-forte se pode balizar entre 1878 e 1898 aproximadamente. A historiadora fala mesmo do *ciclo havaiano*, que teria levado para esse arquipélago milhares de açorianos. Sendo assim, podemos afirmar que se substanciou um novo ciclo dentro de outro, já existente e que continuou a persistir. É verdade que a autora reconhece *fases* no ciclo brasileiro, mas a existência de ciclos pressupõe uma maior demarcação entre eles e, afinal, o “ciclo da emigração para o Havaí” não se situa “entre o Ciclo do Brasil e o dos Estados Unidos” (cf. Miranda, 1999, p. 48), como atestam os valores do quadro I. Nos primeiros seis anos da década de 1880, cerca de 50% dos emigrantes que saíram do Distrito de Ponta Delgada tinham como destino o Havaí e o *ciclo* brasileiro ainda não tinha terminado. Em 1891, por exemplo, 71% dos emigrantes desse mesmo distrito partiram para o Brasil (Miranda, 1999, p. 48).

Quadro I – Emigrantes que partiram do distrito de Ponta Delgada entre 1880 e 1885

Anos	Total de emigrantes que partiram	Emigrantes com destino às Ilhas Sandwich
1880	--	351
1881	2.449	796
1882	3.798	2.027
1883	4.157	2.871
1884	2.019	319
1885	1.384	--
Totais	13.807	6.364

Fonte: D'Almeida (1889, pp. 60-2). O autor baseou-se no *Anuário estatístico de Portugal*, de 1885.

Ainda de acordo com Sacuntala de Miranda, o novo ciclo de emigração para os EUA inicia-se em finais do século XIX, quando terminam os *ciclos do Brasil e do Haváí* e, embora cortado pelo interregno das décadas de 1930 e 1940, prolongou-se nas seguintes, sempre devido à depressão econômica da sociedade de origem. Já nos anos de 1880, contudo, se notava a emergência do fluxo açoriano com destino à América do Norte, além de que, por meados do século, muitos insulares rumaram à Califórnia, seduzidos pelas minas de ouro. Logo, afigura-se que a emigração para a denominada *América* não se iniciou apenas no fim do século XIX, o que vai ao encontro da posição assumida por Luís Mendonça e José Ávila (2002).

Para esses estudiosos, existiram dois grandes *ciclos* que abarcaram a centúria oitocentista e que ambos balizam por datas bem precisas: o *ciclo* da emigração espontânea para o Brasil (1834-1879) e o *primeiro ciclo norte-americano* (1880-1920), que englobou o Haváí e os EUA. Desde logo, esse excessivo rigor cronológico – como se os movimentos migratórios fossem estanques e absolutamente demarcados – parece-nos excessivo.

Por outro lado, sendo certo que nas últimas décadas dos Oitocentos a emigração açoriana atingiu valores avultados, destacando-se o distrito de Ponta Delgada, que passou a liderar os fluxos de saída rumo aos EUA, também é certo que a emigração açoriana para os EUA não começa exatamente no último quartel do século XIX. No distrito da Horta, por exemplo, ela remontará aos finais do século XVIII, inícios do século XIX, devido aos contatos com as baleeiras norte-americanas,² prosseguindo por meados da centúria. Assim o atestam as palavras de Maria Beatriz Rocha-Trindade:

Embora com muito menor dimensão, o destino dos Estados Unidos da América foi muito importante para a emigração portuguesa durante o século XIX, mantendo assinalável regu-

² Veja-se, nesse sentido, “O Distrito da Horta no contexto da emigração açoriana: uma análise com base nos registros de passaportes (1836-1839)” (Silva, 2010, p. 343).

laridade no século seguinte e mesmo até ao presente. A corrente principal teve origem nas ilhas atlânticas dos Açores, estimulada pelo recrutamento americano de marítimos destinados à actividade pesqueira, vindo a radicar-se sobretudo na costa leste dos Estados Unidos, desde os inícios daquele século. Como indicação, registre-se que entre 1870 e 1880 o número anual de chegadas veio a atingir as duas mil unidades. Mais tarde, tanto essa actividade como a do sector agrícola e pecuário vieram a determinar uma fixação na Califórnia, a qual passou a constituir, também, um destino específico da emigração açoriana (1999-2000).

Além disso, é preciso ter em conta que a integração do Havaí no *ciclo norte-americano* pode suscitar alguma imprecisão na medida em que essas ilhas, originariamente povoadas por polinésios e economicamente dependentes dos EUA, só foram politicamente integradas no seu território a partir de 1898, por via de uma invasão militar. Por fim, restringir o *ciclo do Brasil* ao limite de 1879 leva a deduzir que esse destino deixou de figurar entre os rumos da emigração açoriana, o que não corresponde à realidade. Por tudo isso, ambos os autores procuraram clarificar aquilo que a rigidez dos ciclos faz esbater:

Com efeito, os Estados Unidos vão ganhar paulatinamente a preferência da larga maioria dos açorianos, à semelhança do que vinha sucedendo com o distrito da Horta, ao passo que a emigração para o Brasil entra em declínio. [...]. Também não se pense que o corte com o Brasil foi brusco e definitivo. Terminado o 'semicíclo havaiano', o Brasil ainda permaneceu por mais alguns anos como o destino preferencial dos insulares. Só mesmo na década de 1990 do século XIX é que os Estados Unidos começam a ganhar ascendente sobre o Brasil. Mas isso em relação aos distritos de Ponta Delgada e Angra, porque o distrito da Horta já há muito que havia feito a opção pelo continente norte-americano (Mendonça e Ávila, 2002, pp. 165-6).

Precisamente porque a realidade açoriana não era (nem é) homogênea e a divisão em *ciclos*, rigorosamente datados, presta-se a inúmeras imprecisões é que nos suscitou muitas dúvidas a utilização desse conceito na análise de um fenómeno demográfico e social complexo e de contornos por vezes imprecisos. Nada temos a obstar relativamente aos dados e ao conteúdo dos trabalhos dos autores já referidos e que são fundamentais para o estudo dessa problemática. A questão que colocamos é apenas esta: será que o recurso ao conceito de *ciclo* é o mais adequado?

Etimologicamente, a palavra ciclo vem do latim *cyclus* e corresponde a certo período de tempo que, uma vez finalizado, volta ao início. Pode também significar uma sequência de etapas, com características periódicas, inerentes a um grupo de fenómenos que se repetem numa dada ordem. Nesse sentido, não se afigura um enquadramento conceitual adequado ao binómio emigração/destino. Por outro lado, esse é um conceito aplicado pela economia na caracterização de períodos de crescimento e de contração.

Ora, mesmo para alguns historiadores que se debruçam sobre questões ou conjunturas econômicas, o recurso à palavra ciclo é muito limitativo ou demasiado genérico.

Avelino Meneses, por exemplo, tendo em conta as preponderâncias produtivas e periódicas da história da economia açoriana, em virtude da sua sujeição às conjunturas euroultramarinas, isto é, por força da dependência externa, considera que não é correto o uso do conceito de ciclo económico ou produtivo, pois os fatos desmistificam essa noção e o próprio conceito o é demasiado moderno para classificar realidades mais antigas. Será preferível, em seu entender, falar de fases de produção ou de culturas dominantes.³ Também Fátima Sequeira Dias (de saudosa memória), em estudo publicado sobre a produção e o comércio de laranja na ilha de S. Miguel, no século XIX, preferiu empregar a expressão *economia da laranja* em vez de *ciclo*, para realçar a importância dessas exportações durante, aproximadamente, três quartos da centúria e que tanto contribuíram para a prosperidade do arquipélago, para a emergência de uma mentalidade empresarial e para a afirmação de uma elite económica autónoma. Porém, não tendo sido os seus proventos transversais a toda a sociedade micalense e açoriana, muitos continuaram a ver-se na necessidade de “embarcar para o Brasil” (Dias, 1995, pp. 232 e 240).

O recurso à noção de ciclo advém, pois, da comodidade que propicia o seu emprego, permitindo uma organização ou arrumação temporal e geográfica de determinados fenómenos, sejam económicos ou sociais, que facilita a análise do estudioso, nesse caso, do historiador. Em nosso entender, o uso do conceito de ciclo, transposto para o estudo da emigração, torna-se também limitativo ou demasiado genérico por depender de critérios e de metodologias arbitrárias e por suscitar imprecisões. Assim, será sempre preferível optar pela análise de períodos, de fases ou de tendências dominantes.

No que concerne aos Açores e apesar da sua reduzida dimensão territorial e humana, eles não são uma unidade, pois, como já referimos, existiam diferenças de distrito para distrito a que crescem, em determinadas décadas ou épocas, sobreposições ou cruzamentos de destinos de emigração. A heterogeneidade do fenómeno emigratório oitocentista entre os distritos açorianos está bem patente nas afirmações de Maria Isabel João:

Entre 1891 e 1896, o distrito de Angra continua a enviar o maior contingente de emigrantes para o Brasil, mas a percentagem desceu para 68,4%, tendo aumentado, por conseguinte, a emigração para os Estados Unidos. No distrito de Ponta Delgada a maioria dos emigrantes ainda continua a ir para o Brasil (54,8%), se bem que a percentagem seja inferior à do distrito de Angra, representando, portanto, a emigração para os Estados Unidos quase metade do total. No distrito da Horta a situação é totalmente inversa, orientando-se a emigração decididamente para os Estados Unidos (91,5%). [...]

³ Veja-se, por exemplo, Meneses (2005) e Serrão e Marques (2011, pp. 80 e 333).

Essa tendência para uma orientação maciça em direcção à América do Norte só viria a revelar-se nos outros distritos no século XX (1991, pp. 189-90).

As palavras que acabamos de citar espelham bem a diversidade da diáspora açoriana no tocante aos destinos de acolhimento. Excetuando o caso do distrito da Horta, é no decorrer da última década do século XIX que começa a inverter-se a tendência brasileira a favor dos EUA, ainda que no caso de Angra seja pouco significativa. Neste distrito, como no de Ponta Delgada, o Brasil mantinha ainda um forte poder de atracção sobre os insulares e só a partir do século XX é que efetivamente se começa a consolidar a superioridade norte-americana. A procura de um *novo* destino, no que toca ao distrito de Ponta Delgada – que foi marcado por uma grande intensificação dos fluxos emigratórios – avultaria dado o agravamento da crise económica indissociável do encerramento das fábricas do álcool e do conseqüente abandono da cultura da batata doce.

A emigração do distrito de Ponta Delgada nos finais do século XIX e inícios do século XX

O quadro II apresenta os resultados do levantamento efetuado para o distrito de Ponta Delgada, que abarca as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria, com base nos livros de registro de passaportes existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD).

Quadro II – Emigração do distrito de Ponta Delgada entre 1895 e 1902 com base nos registros de passaportes

	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	Total
América	888	1116	748	504	1263	2493	1949	4363	13324
Brasil	2108	934	510	191	304	231	229	671	5178
Estrangeiro	30	18	11	10	20	22	21	25	157
Sandwich	543	11	0	1	0	0	0	4	559
África	16*	1	11	11	3	7	0	0	49
Outros**	0	1	20	0	0	2	1	0	24

* Inclui Cabo Verde.

** Entre os outros destinos contavam-se: uma saída, em 1896, para o Chile e mais quatro em 1897; 16 partidas para as Bermudas; duas saídas para a Argentina em 1900 e, em 1901, um emigrante rumou à Oceania.

Como se pode verificar, entre 1895 e 1902 deparamos com um gradual aumento das saídas para os EUA (então designados como *América*) e uma lenta diminuição dos embarques para o Brasil, mais acentuada de 1895 para 1896, mas que volta a ascender

em 1902. Ainda assim, ao longo desse período, o Brasil continuava a absorver 27% da emigração do distrito de Ponta Delgada, o que, em nosso entender, não será despidendo. Como refere Sacuntala de Miranda:

Na década de 1890, embora a emigração micalense para os Estados Unidos experimente um aumento substancial, ainda o número total de emigrantes para esse país não ultrapassa a média anual de 851. Só na década de 1900 o número de emigrantes que seguem para os Estados Unidos passa a exceder, de longe, o dos que demandam o Brasil e atinge uma média anual de 3.297 indivíduos (1999, p. 91).

As partidas para o estrangeiro diziam respeito a viagens com destino à Europa (especialmente Inglaterra, França ou Alemanha) e que nada têm a ver com o fenômeno emigratório. O mesmo não se pode dizer em relação às Ilhas Sandwich (Havaí), que estavam em franco declínio como destino dos emigrantes micalenses ou em relação à África, que nunca teve a procura desejada pelas autoridades nacionais.

A reviravolta em relação ao Brasil deu-se num curto espaço temporal. Ao longo da década de 1880 e ainda durante uma boa parte dos anos 1890, o Brasil continuava a ser um destino muito atrativo, uma vez que a miragem do enriquecimento brasileiro estava muito interiorizada entre os emigrantes açorianos. Uma carta de um emigrante no Havaí, datada de 28 de setembro de 1881, mostra o bom conceito relativamente ao Brasil e o enorme arrependimento pela opção tomada dadas as dificuldades sentidas naquelas ilhas. Dizia o pobre emigrante: “A todos darei eu o conselho [que] se quiserem embarcar seja para os brasis, foi terra por onde Deus andou, pois estas aqui os pobres dos portugueses só vêm dar lucro a esta canalha” (apud Silva, 1996, p. 133).

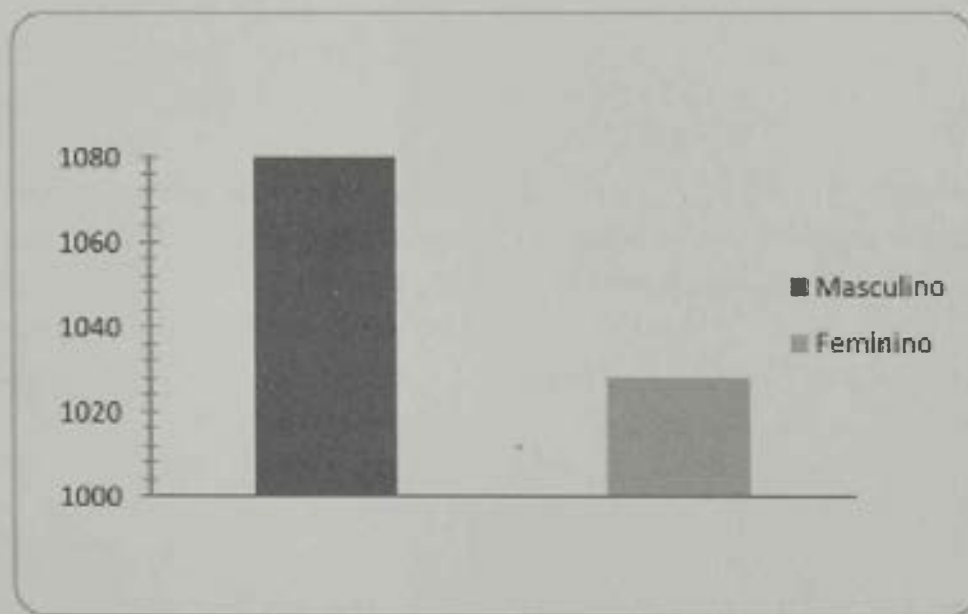
Gil Mont’Alverne de Sequeira, estudioso do fenômeno emigratório micalense, também registrou, em 1891, que nem a mudança de regime no Brasil – da Monarquia para a República – fizera diminuir a emigração açoriana para aquele território, sendo que, para mais, os próprios governos concediam inúmeras facilidades à imigração por causa da necessidade de mão de obra. Como aponta o autor:

Hoje não emigram só os rapazes, emigram famílias inteiras, sem tenção de voltar, porque nada deixam que as prendam na terra de origem. Por lá casam os filhos, por lá enraízam amizades e criam afectos. Chegam a esquecer-se dos rochedos onde nasceram. Dantes, como havia o propósito de regressar, se a morte ou a desfortuna não pusessem o seu veto, a falta de braços era compensada pelo numerário que entrava. Actualmente, nem braços, nem dinheiro. Por isso o que ontem era um bem, hoje é um mal (Sequeira, 1994, p. 101).

Aquela que se havia transformado numa emigração sem retorno, como aponta Mont'Alverne de Sequeira, acabou, porém, por dar lugar a intensos fluxos com destino à América do Norte. Por conseguinte, até a I Guerra Mundial as Américas eram o rumo da emigração portuguesa: o Brasil, em primeiro lugar, para os habitantes do norte, outros países da América do Sul ainda sem grande expressão e os EUA, especialmente para os emigrantes insulares, em particular do distrito de Ponta Delgada (Portugal, s. d., p. 2).

Antes de tentarmos compreender as razões dessa viragem, importa analisar o perfil dos emigrantes desse distrito, que continuavam a demandar terras do Brasil em finais do século XIX. Tomemos como exemplo o ano de 1895, em que saiu um total de 2.108 pessoas com esse destino.

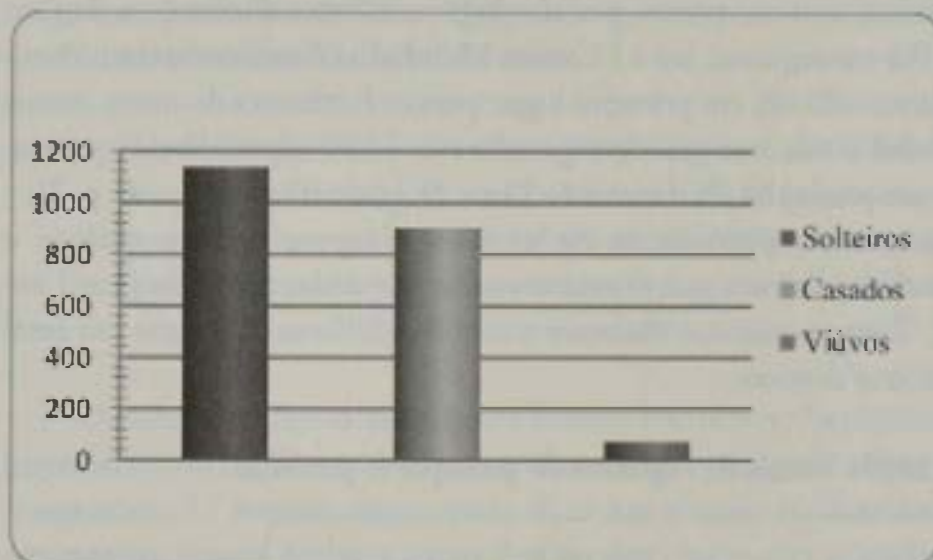
Gráfico 1 – Ano de 1895: Totais de registros de passaporte por sexo



Fonte: Portugal. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Livro 1.386, Registo de Passaportes – 1894 nov. 7 – 1896 jul. 18.

Como podemos constatar pela leitura do gráfico 1, a emigração para o Brasil era ainda maioritariamente masculina, pois as mulheres nem atingiam os 50% daqueles que requeriam passaporte. Dessas, algumas acompanhavam os maridos, mas muitas iam reunir-se a eles (que já lá estavam) ou então eram solteiras, integrando, por exemplo, a prole dos casais que partiam. Se os jovens solteiros eram também em maior número, a percentagem de casados era também bastante elevada, como atesta o gráfico 3. Sendo assim, não surpreende que as faixas etárias da infância, da adolescência e da juventude fossem também as mais abundantes, suscitando, por isso, preocupações como as manifestadas por Mont'Alverne de Sequeira no tocante à falta de braços, conforme já vimos.

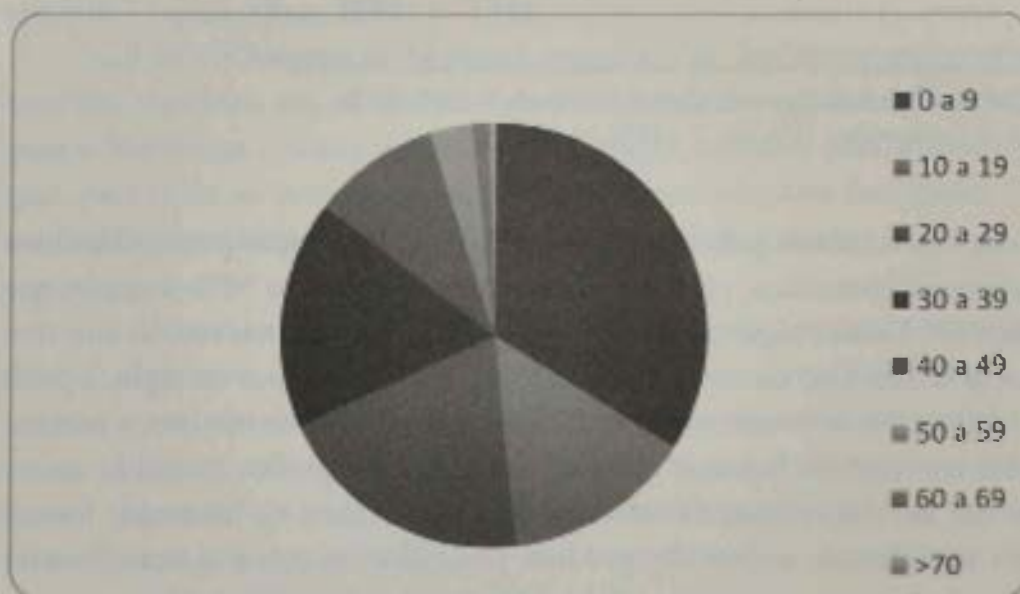
Gráfico 2 – Ano de 1895: Totais de registros de passaporte por estado civil



Fonte: Portugal. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Livro 1.386, Registo de Passaportes – 1894 nov. 7 – 1896 jul. 18.

Face ao exposto no gráfico 3, podemos verificar que se tratava de uma emigração jovem. Do conjunto de emigrantes, 69% situavam-se entre poucos meses de vida e os 29 anos. O montante de crianças até aos 9 anos era de 35%, do que se pode deduzir o carácter familiar dessa emigração. Talvez por isso o índice de analfabetismo fosse tão acentuado: 93%, não obstante sabermos que as taxas de escolarização entre a população emigrante eram, em geral, muito baixas.⁴

Gráfico 3 – Ano de 1895: Totais de registros de passaporte por faixas etárias



⁴ Veja-se, por exemplo, Mendonça e Ávila (2002, p. 183).

Idade	Totais de registros de passaportes (1895)	Percentual
0 a 9	714	34%
10 a 19	304	14%
20 a 29	417	20%
30 a 39	364	17%
40 a 49	203	10%
50 a 59	68	3%
60 a 69	28	1%
> 70	10	1%

Fonte (gráfico e tabela): PT. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada. Delgada, Livro 1386, Registo de Passaportes – 1894 Nov. 7 – 1896 Jul. 18.

Aliás, as próprias condições socioprofissionais também indiciam ou explicam o elevado analfabetismo. Como se comprova pelo quadro III, a esmagadora maioria dos emigrantes provinha de estratos populares associados ao setor primário: 415 trabalhadores, 117 camponeses, seis lavradores e oito marítimos. A esses indivíduos acresciam 609 domésticas. O elevado número de indivíduos sem indicação de profissão deve-se, precisamente, à grande porcentagem de crianças. Também relativamente ao distrito de Ponta Delgada, e para o intervalo temporal de 1901 a 1912, Sacuntala de Miranda apresenta as mesmas tendências: elevado montante de jornaleiros, de domésticas e de indivíduos sem profissão. Isso nos permite inferir que o perfil dos emigrantes de 1895 seria muito idêntico aos de outros anos. Apesar de nos cingirmos à análise de um só ano, na realidade, por todas essas características, não estaremos muito longe do perfil mais generalizado e abrangente dos emigrantes açorianos com destino ao Brasil e a outras paragens, ainda que existissem exceções – como já tivemos ocasião de abordar noutro estudo – e como também podemos verificar pelo quadro III: seis empregados comerciais, três estudantes, nove negociantes e um tipógrafo. Todos esses saberiam, certamente, ler e escrever e talvez integrassem uma baixa classe média ou até um pouco superior, como seria o caso dos 25 proprietários.

Quadro III – Ano de 1895: Registros de passaporte por profissões

Profissões	Número de registros
Agência (vive de)	7
Arrieiros	3
Artesãos diversos *	6
Caixeiros	4
Camponeses	117
Carpinteiros	5
Domésticas	609
Emp. comerciais	6
Estudantes	3
Lavradores	6
Marchantes	2
Marítimos	8
Negociantes	9
Oleiros	3
Pedreiros	2
Proprietários	25
Trabalhadores	415
Sem indicação	878

*Só com um registro: barbeiro, canteiro, marceneiro, sapateiro, serrador, tipógrafo.

Fonte: Portugal. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Livro 1.386, Registo de Passaportes – 1894 nov. 7 – 1896 jul. 18.

Se atendermos aos locais de origem ou proveniência, como apresenta o quadro IV, também podemos constatar que a maioria dos requerentes de passaporte eram oriundos dos concelhos rurais da ilha de S. Miguel, onde a própria cidade (Ponta Delgada) era também marcada por fortes traços de rusticidade. De resto, não podemos deixar de salientar os 71 brasileiros que pediram passaporte e que seriam, em nosso entender, regressados ou exemplos de uma emigração de torna-viagem. Talvez alguns deles, partindo do princípio de que foram bem-sucedidos, engrossariam o grupo dos proprietários.

Quadro IV – Ano de 1895: Registros de passaporte por localidade de origem ou proveniência

Concelho ou lugar de origem	Número de registros
Ponta Delgada	642
Lagoa	174
Vila Franca	205
Ribeira Grande	508
Povoação	269
Nordeste	178
Outra Ilha	35
Reino	7
Madeira	3
Europa*	5
Brasil	71
Sandwich	2
América	8
Bermudas	1
Total	2108

Fonte: Portugal. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Livro 1.386, Registo de Passaportes – 1894 nov. 7 – 1896 jul. 18.

Feita essa análise e tendo em conta as muitas décadas de emigração açoriana para o Brasil, resta-nos perguntar o porquê da mudança de rumo com destino aos EUA. Alguns autores apontam o fato de as condições oferecidas pelo Brasil se irem tornando menos aliciantes. Em finais do século XIX, o cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro justificava a retração com a perda de preponderância dos portugueses, naquele país, em atividades como o comércio, devido à entrada de imigrantes mais cultos e preparados (Mendonça e Ávila, 2002, pp. 168-9). Assim, a concorrência estrangeira terá criado dificuldades e até desmotivado os açorianos, que, ainda para mais, eram marcados por um baixo índice de instrução, o que inviabilizava o recurso a alternativas profissionais diversificadas.

Além disso, a crise econômico-financeira que fustigou o Brasil na década de 1890 não só atingiu a população migrante, como suscitou alguns regressos forçados, levando à proliferação de notícias sobre a miséria vivida nesse território, o que, no conjunto, fez avolumar a opção norte-americana que se foi consolidando no vértice das preferências.

Os EUA há muito que se iam tornando mais alicientes e promissores (desde as minas da Califórnia à produção industrial) e as ligações Açores–América do Norte, com barcos a vapor, eram cada vez mais fáceis e regulares. A ideia de progresso, emprego e civilização passou a estar mais associada aos EUA, a ponto de as próprias autoridades açorianas preferirem, desde meados da centúria, a emigração para essas paragens. Segundo a visão da época, enquanto a emigração para os EUA ia *livre* e “importa[va] capitais de grande monta”, a que se destinava ao Brasil ia “aliciada e escrava” e “dos que volta[vam], a maioria vinha miserável” (João, 1991, p. 189). Nas palavras de Mont’Alverne de Sequeira:

O Brasil atravessa uma crise financeira séria. Na infância de novas instituições, os seus homens públicos precisam de alto critério para a governação, que é difícilíssima nas circunstâncias atuais. [...] O Brasil de hoje não é para os que lá vão tentar fortuna uma sombra do Brasil de há vinte ou trinta anos. É um país riquíssimo, tem recursos fabulosos, são vastíssimos os territórios incultos, mas a população tem crescido muito, embora a febre amarela, o beribéri, a varíola, o tifo e as perniciosas dizimem milhares de existências todos os anos. A concorrência de géneros similares, provenientes de outras nações, tem enfraquecido os preços da borracha, do café, da salsa, do cacau e da copaíba, que são os mananciais da riqueza brasileira. Os recém-chegados são os grandes tributários das epidemias (1994, pp. 125-6).

Ainda assim, mesmo em circunstâncias adversas, nos primórdios do século XX, alguns micalenses continuavam a preferir o Brasil – muito menos do que em tempos anteriores –, talvez motivados pela presença lá de parentes ou conhecidos já com as vidas mais ou menos estabilizadas. Em 1900, saíram 231 emigrantes com esse destino e já os EUA haviam suplantado o Brasil. Com base no exemplo desse ano, voltemos a analisar o perfil da emigração do distrito de Ponta Delgada rumo ao Atlântico sul:

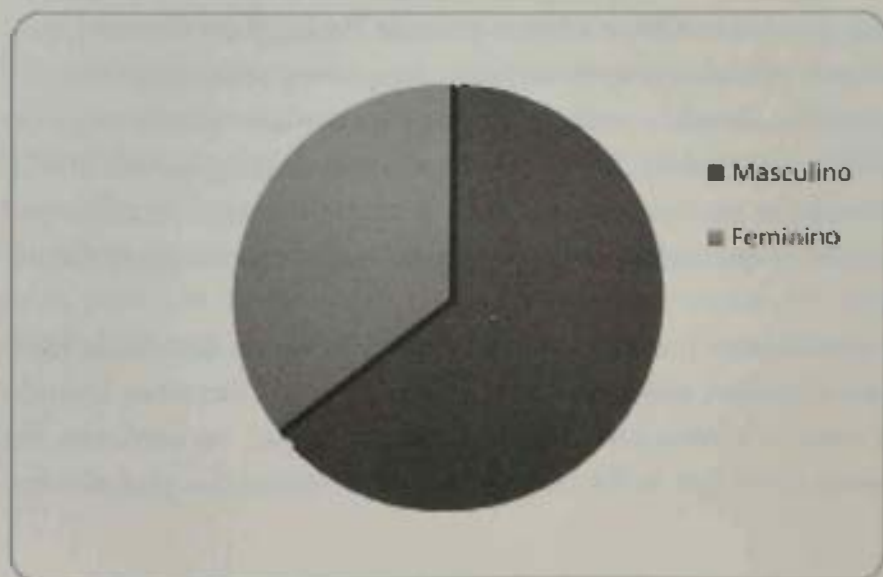


Gráfico 4 – Ano de 1900: Registros de passaporte por sexo

Sexo	Totais de registros de passaporte (1900)	Percentual
Masculino	149	65%
Feminino	82	35%

Fonte (gráfico e tabela): PT. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada. Livro 1388, Registo de Passaportes – 1900 Abr. 18 – 1902 Dez.

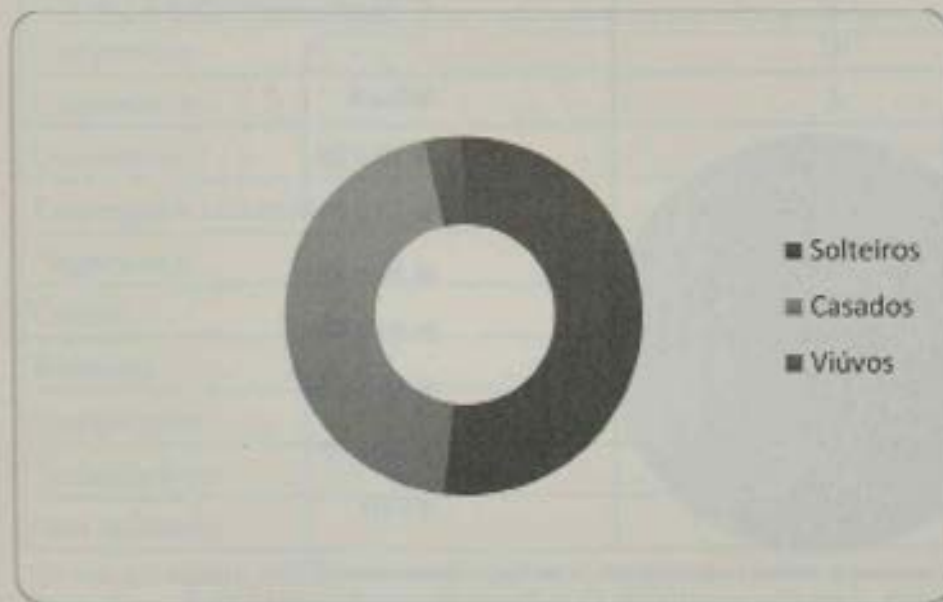


Gráfico 5 – Ano de 1900: Registros de passaporte por estado civil

Estado Civil	Totais de registros de passaporte (1900)	Percentual
Solteiros	120	52%
Casados	103	45%
Viúvos	8	3%

Fonte (gráfico e tabela): PT. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada. Livro 1388, Registo de Passaportes – 1900 Abr. 18 – 1902 Dez.

Como podemos verificar pela leitura dos gráficos 5, 6 e 7, a emigração rumo ao Brasil continuava a ser majoritariamente masculina e jovem, com claro predomínio para indivíduos solteiros e compreendidos entre alguns meses de vida e os 29 anos (59%). Uma vez mais, a elevada taxa de analfabetismo persistia (78%), apesar de, como vimos, ser marcante a concorrência de migrantes de outras nacionalidades, mais cultos e preparados. O estado civil e as faixas etárias voltam a dar-nos conta de uma emigração familiar – talvez com o intuito de fazer reunir a mulher e os filhos ao marido já embarcado em anos anteriores.

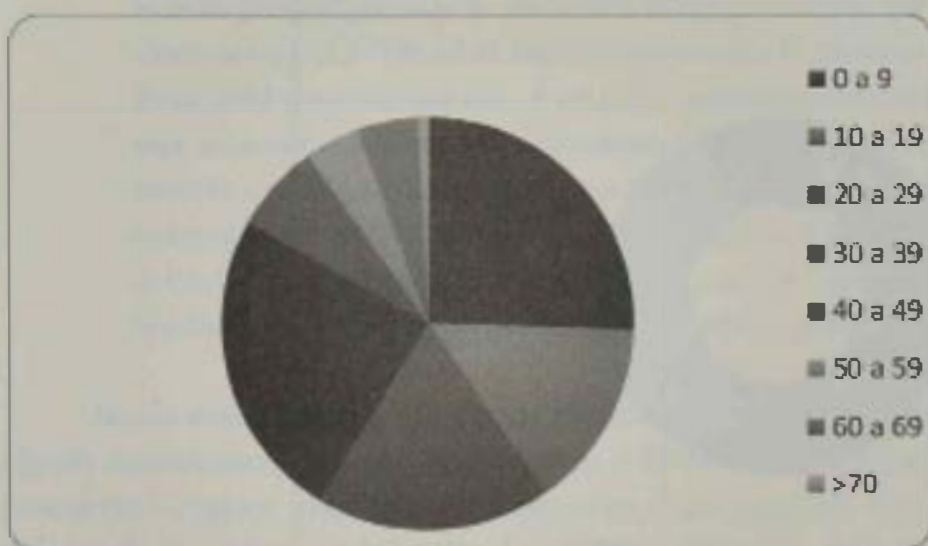


Gráfico 6 – Ano de 1900: Registros de passaporte por faixas etárias

Idade	Totais de registros de passaportes (1895)	Percentual
0 a 9	59	25%
10 a 19	34	15%
20 a 29	43	19%
30 a 39	56	24%
40 a 49	16	7%
50 a 59	10	4%
60 a 69	11	5%
> 70	2	1%

Fonte (gráfico e tabela): PT. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada. Delgada, Livro 1388, Registo de Passaportes – 1900 Abr. 18 – 1902 Dez.

Em nível socioprofissional, o perfil dos emigrantes também não mudou, dado que era essa a realidade predominante nas ilhas. Como podemos observar no quadro V, o setor primário continua a dominar, bem como as domésticas, notando-se um pequeno acréscimo de proprietários e alguns registos pontuais de profissões mais especializadas, como as de farmacêutico ou caixeiro.

Quadro V – Ano de 1900: Registos de passaporte por profissões

Profissões	Número de registos
Agência (vive de)	4
Artesãos e especialistas diversos*	8
Camponeses	20
Carpinteiros	3
Domésticas	45
Empregados comerciais	3
Negociantes	8
Oleiros	5
Pedreiros	2
Proprietários	29
Trabalhadores	42
Sem indicação	62

*Só com um registo: alfaiate, caixeiro, farmacêutico, mergulhador, pastor, sapateiro, serrador, tipógrafo.

Fonte: Portugal. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Livro 1.388, Registo de Passaportes – 1900 abr. 18 – 1902 dez.

Finalmente, e uma vez mais, os locais de origem (quadro VII) indiciam um forte índice de ruralidade, enquanto os naturais do Brasil sofreram um considerável decréscimo. Será que para os nascidos no Brasil também já não era aliciente regressar às terras sul-americanas?

Quadro VI – Ano de 1900: Registros de passaporte por localidades de origem ou proveniência

Concelho ou lugar de origem	Número de registros
Ponta Delgada	90
Lagoa	25
Vila Franca	42
Ribeira Grande	32
Povoação	20
Nordeste	12
Outra ilha	2
Itália	1
Brasil	7
Total	231

Fonte: Portugal. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, Livro 1.388, Registo de Passaportes – 1900 abr. 18 – 1902 dez.

Embora o Brasil não tenha desaparecido das escolhas dos emigrantes açorianos, não há dúvida de que a diminuição do número de emigrantes foi por demais acentuada. Segundo dados da Direcção Geral de Estatística relativos aos anos de 1905 e 1910, o rumo da emigração açoriana foi o seguinte:

Quadro VII – Emigração por cada distrito dos Açores e destinos nos anos de 1905 e 1910⁵

Distrito	Número total de emigrantes		Europa		Brasil		América do Norte	
	1905	1910	1905	1910	1905	1910	1905	1910
Angra do Heroísmo	1164	2003	6	-	361	368	1095	1635
Horta	837	985	1	1	39	22	794	962
Ponta Delgada	4064	2580	26	20	253	143	3780	2417
Totais	6065	5568	33	21	653	533	5669	5014

Como se depreende dos dados apresentados no quadro anterior, a emigração para o Brasil era cada vez mais diminuta, representando, tanto em 1905 como em 1910,

⁵ Portugal. *Anuário estatístico de Portugal, anos de 1904-1905*. Demografia; Quadro III – Emigração, pp. 90-91; *Anuário estatístico de Portugal, anos de 1908-1910*. II – Demografia; III – Emigração, pp. 64-5. Disponível em INE – Base de Dados Digital.

cerca de 10% do total de saídas. O distrito de Angra do Heroísmo continuava a ser aquele de onde partiam mais emigrantes para esse país, isto é, 18%, em 1910, contra apenas 5,5% de Ponta Delgada. O Brasil, todavia, continuava a ser o segundo destino da emigração açoriana, ainda que em 1905 se tenham verificado, residualmente, saídas para a África e para outros países da América do Sul. Curiosamente, no arquipélago da Madeira e no tocante a 1905, o volume de emigrantes para o Brasil ainda foi bastante elevado (67% do total), mas já em 1910 esse destino é suplantado pela América do Norte. As opções dos madeirenses, porém, eram bem mais diversificadas: alguns partiam para outros países da América do Sul, para a África e para a Oceania.

Concluindo

Sendo certo que na virada para o século XX os EUA suplantam o Brasil como destino da emigração do distrito de Ponta Delgada (e Açores, em geral), este país, contudo, apesar das vicissitudes, continuou a ser o segundo destino micaelense (e açoriano), ainda que a uma distância considerável do primeiro. Apesar dessa nítida clivagem, que se prolongou pelo século XX adiante, entendemos que o recurso ao conceito de *ciclo* para explicar a emigração açoriana não será o mais adequado.

Sem usarmos a expressão *ciclo*, podemos falar de tendências dominantes, de destinos preferenciais ou de rumos da emigração que, todavia, mesmo no incremento do destino norte-americano, parece não excluir radicalmente o Brasil (talvez pelas raízes já cimentadas) e ao contrário da visão de certas autoridades e de alguns intelectuais, que defendiam acerrimamente que todos esses movimentos migratórios deviam ser canalizados para o continente africano. Era esse um velho objetivo que tardava em concretizar. Vejamos duas intervenções sobre o assunto:

A colonização das possessões de África é hoje o nosso maior *desideratum*. Pois, se assim é, por que não envidaremos os nossos esforços, procurando fazer derivar para ali uma corrente de emigração vinda dos Açores? Haveria nada mais conveniente, direi mesmo, mais realizável? (Ribeiro, 1880).

Recolham-se os portugueses, que queiram voltar do Brasil para a sua pátria, colonize-se o Alentejo, rasguem-se novos horizontes nas nossas possessões do ultramar e encaminhe-se a emigração para a África portuguesa, afastando-a de países estranhos. Ao menos assim os portugueses trabalharão para Portugal (Sequeira, 1994).

Referências

- CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa. “Perspectivas sobre emigração açoriana no século XIX”. In FONSECA, Maria Lucinda (org.). *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares*. Lisboa: FLAD, 2010, pp. 327-45.
- COSTA, Ricardo Madruga da. *Os Açores em finais do regime da Capitania-Geral, 1800-1820*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2005, v. I.
- D’ALMEIDA, Gabriel. *As ilhas dos Açores*. Lisboa: Viúva Bertrand & C.^a, 1889.
- DIAS, Fátima Sequeira. “A importância da ‘economia da laranja’ no arquipélago dos Açores durante o século XIX”. *Arquipélago-História*. Universidade dos Açores, 2. série, v. I, n. 2, 1995, pp. 232-40. Disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/494/1/FatimaSequeiraDias_p189-240.pdf.
- JOÃO, Maria Isabel. *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa: Cosmos, 1991.
- MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de e MADEIRA, Artur Boavida. *Emigração e regresso no Concelho do Nordeste*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais/Universidade dos Açores, 2004.
- MENDONÇA, Luís e ÁVILA, José. *Emigração açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lisboa: Ed. Autores, 2002.
- MENESES, Avelino de Freitas de. “O Arquipélago dos Açores”. In MATOS, Artur Teodoro de (org.). *A colonização atlântica: tomo I*. Lisboa: Estampa, 2005.
- MIRANDA, Sacuntala de. *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Salamandra, 1999.
- PORTUGAL. *Anuário estatístico de Portugal: anos de 1904-1905*. Demografia; Quadro III – Emigração, pp. 90-1. Disponível em: INE – Base de Dados Digital.
- . *Anuário estatístico de Portugal: anos de 1908-1910*. II – Demografia; III – Emigração, pp. 64-5. Disponível em: INE – Base de Dados Digital.
- . Ministério das Finanças. Direcção Geral de Estatística. *Emigração de Portugal desde 1900 a 1914*, s. d. Disponível em INE – Base de Dados Digital.
- /AÇORES. BPARPD – Fundo do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada. Livro 1.386, Registo de Passaportes – 1894 nov. 7 – 1896 jul. 18; Livro 1.387, Registo de Passaportes – 1896 jul. 24 – 1900 abr. 17; Livro 1.388, Registo de Passaportes – 1900 abr. 18 – 1902 dez.
- RIBEIRO, Hintze. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 8 de março de 1880.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “História das migrações portuguesas”. *Janus – Anuário do Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa*, 1999-2000. Disponível em http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_30.html. Consulta em 23 maio 2016.
- SEQUEIRA, Gil Mont’Alverne de. “A emigração açoriana”. In ———. *Questões açorianas*. 2 ed. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994[1891].
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (orgs.). *Nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2011.
- . *Antigamente, era assim. Ensaio de história dos Açores*. Ponta Delgada: Publiçor, 2011.
- SILVA, Joaquim Palminha da. *Portugueses no Havai. Séculos XIX e XX (da imigração à aculturação)*. s. l. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996.
- SILVA, Susana Serpa. “O Distrito da Horta no contexto da emigração açoriana: uma análise com base nos registos de passaportes (1836-1839)”. In SARGES, Maria Nazaré et al. (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém do Pará: Paka-Tatu, 2010.

Emigração, Brasil e emigração para o Brasil no discurso parlamentar português no dealbar da Primeira República (1911-1912)

Ricardo Rocha

Este trabalho procura apresentar as principais questões e debates suscitados pela problemática da emigração em geral e da emigração para o Brasil em particular durante os primeiros tempos de funcionamento da Câmara dos Deputados republicana, cujos trabalhos tiveram início em finais de agosto de 1911. A proposta original do nosso trabalho procurava abranger ambas as câmaras parlamentares republicanas (Câmara dos Deputados e Senado), mas, dadas as limitações de espaço, optamos por centrar nosso estudo apenas na câmara baixa do Parlamento português, onde, de resto, como pudemos constatar, travaram-se as discussões mais acesas em torno da questão migratória.

Outra opção metodológica que tivemos de tomar prende-se à apresentação e sequenciação das principais intervenções dos deputados acerca da emigração. Se, num primeiro momento, pensamos agrupá-las tematicamente, de modo a dar a perceber quais as principais questões abordadas, cedo alcançamos que dessa forma se perdia o fio cronológico que melhor explica a evolução da problemática da emigração portuguesa para o Brasil como um todo e que permite situá-la paralelamente à própria evolução

político-econômica de Portugal. Nesse sentido, decidimos apresentar essas intervenções por ordem cronológica, dando a palavra aos parlamentares, sempre que possível, em discurso direto, e reduzindo os nossos comentários ao estritamente necessário.

Recorde-se que o período em análise coincide não só com os dois primeiros anos da vigência da Primeira República em Portugal, implantada em cinco de outubro de 1910, mas também com o período de maior fluxo de emigrantes portugueses rumo ao Brasil – que continuava a ser a primeira opção para mais de 95% dos emigrantes lusos –, particularmente durante 1912, quando se registraram números inéditos pela sua dimensão e que, face a esse destino em particular, jamais viriam a ser ultrapassados. De fato, se nos últimos vinte anos da Monarquia a média anual de saída de emigrantes legais de Portugal para o Brasil rondou os 23.900 indivíduos, nos primeiros três anos da República (1911-1913), essa média quase triplicou, aproximando-se dos 62.500, contrariando a expectativa e o desejo oficial dos líderes republicanos, que cedo fizeram do combate e/ou regulação desse movimento uma das suas bandeiras de luta.

Dois meses corridos após a abertura da Câmara dos Deputados, a questão da emigração era levada ao debate parlamentar pela primeira vez, na sessão de 20 de novembro de 1911, por Fernando da Cunha Macedo, que, no âmbito da discussão sobre os distritos de recrutamento e reserva, lembrou que, “principalmente no norte do país, devido à grande corrente de emigração, estão com frequência a ser capturados refratários” (Portugal, 1911-1912, p. 7), estabelecendo assim um nexo de causalidade entre a fuga ao serviço militar e a emigração, ainda que sem esclarecer se a emigração era uma forma de escapar ao cumprimento do serviço militar, ou se, pelo contrário, esse incumprimento era uma consequência natural de tal movimento demográfico. Certo é que essa constatação deixa antever uma das características da emigração que então se fazia sentir, a grande proporção de jovens que saía de Portugal (uma vez que, como é evidente, apenas aqueles em idade de cumprir o serviço militar se poderiam subtrair à lei de recrutamento).

Em 21 de dezembro de 1911, em sede de debate do primeiro orçamento de Estado da República, Casimiro de Sá aponta a sobrecarga de impostos como um dos principais fatores de motivação da emigração, pois

Ao menos nos distritos do Norte a propriedade está sobrecarregadíssima, e porque sou testemunha presencial deste sintoma alarmante: famílias inteiras querem liquidar os seus bens para emigrar, em vista das dificuldades da existência, não realizando os seus desejos unicamente porque o produto da venda não dá a quantia suficiente para o transporte de todos os seus membros. Garanto, porém, ser um facto que a ideia da emigração em massa já domina muitas populações de Portugal (Portugal, 1911-1912, p. 6).

Havia assim uma consciência clara de que esse movimento tinha o seu epicentro no norte do país, mas que se estendia a todo o território nacional.

A 26 do mesmo mês, José Barbosa, a propósito do que considerava ser a subvenção “excessivamente pequena para os *deficits* coloniais”, lembrava que o governo italiano, confrontando com a lei que regulava o povoamento do solo no Brasil, “teve de reconhecer que se estava amarrado a uma de duas soluções, ou restringir a emigração ou então entregar à própria vontade dos colonos partidos livremente a escolha do habitat definitivo”, havendo um esforço do Estado italiano em evitar que os seus emigrantes, “chegados a esses países novos e ricos se desligassem de todo da mãe pátria”. Prossegue o deputado:

Se tais medidas se tomaram foi porque o êxodo definitivo se sentiu, foi porque leis económicas-inflexíveis e leis reguladoras do movimento migratório, que é a essência mesma da civilização e do progresso da humanidade, continuam a impor aos que têm ambições insatisfeitas a aventura da expatriação (Portugal, 1911-1912, p. 30).

Isto é, a emigração em Portugal, como em Itália, era uma inevitabilidade, face à insatisfação generalizada da população relativamente às suas condições de vida.

A solução apontada por José Barbosa para travar esse movimento residia nas nossas *riquíssimas colônias*, ou seja, “em vez de toda a nossa emigração se dirigir para o Brasil e outros países americanos, deve procurar as colônias portuguesas, as terras que nos pertencem” (Portugal, 1911-1912, p. 30). Lançava assim no argumentário em torno da emigração a necessidade do redirecionamento da emigração portuguesa do Brasil para as colônias africanas, um argumento que, não sendo inédito, vai ganhar uma nova força com o intensificar do esvaziamento demográfico do país.

Esse discurso é também relevante por aliar o problema da emigração ao da economia: dois dramas nacionais indissociáveis. Não que os governos republicanos não tivessem tomado algumas ações tendentes a dinamizar o comércio externo de Portugal. De fato, logo em 1911, o governo português propõe a celebração de um tratado de comércio com o Brasil, de modo a aumentar as exportações para este país. José Barbosa, porém, reconhecendo a importância das remessas enviadas pelos emigrantes do Brasil, mas conhecedor da realidade política brasileira, prontamente critica o *sonho de tratados de comércio*, numa intenção que não olhava para a “tradição da chancelaria do Brasil, que sempre foi adversa aos nossos tratados de comércio, que não fez um só para amostra!”. Repetia o argumento da necessidade de “encaminhar a gente que aqui sente miséria para as colônias” e de informar aqueles com vontade de partir que “a eles é dada preferência nas nossas terras de além-mar” (Portugal, 1911-1912, p. 32).

No mesmo discurso, aborda a diminuição das remessas enviadas pelos emigrantes, relembrando que

A verba de 24.000:000\$000 réis com que os emigrados da América acudiam à nossa economia para saldar o *deficit* das nossas aquisições em ouro, esse auxílio feito das remessas às famílias está reduzido a menos de 18.000:000\$000 réis. As nossas colónias em países estrangeiros têm aumentado constantemente; no entanto, as suas remessas têm diminuído (Portugal, 1911-1912, p. 32).

Essa diminuição, no seu entender, ficava a dever-se ao “fenómeno tremendo da saída definitiva das famílias” e à desnacionalização dos emigrantes, por força dos

vinte e um anos de República no Brasil, vinte e um anos de liberdade por nós ainda não sentida e de felicidade individual, que fazem com que os nossos patrícios, depois de lá terem vivido, não possam habituar-se à nossa meia liberdade e à vida acanhada, mesquinha do país que tanto amaram (Portugal, 1911-1912, p. 32).

E deixava um exemplo impressionante desses *brasileiros* que já não tornavam viagem:

Dia a dia se nota nas nossas escolas a extinção daquela classe de alunos, que no tempo em que eu era estudante era vulgar, a dos filhos de portugueses residentes no Brasil. [...] Hoje, já é caso raríssimo um aluno brasileiro nas nossas escolas, porque as escolas nesse país são melhores do que as nossas (Portugal, 1911-1912, p. 32).

Concluía a sua argumentação de forma assertiva: “Se não soubermos seguir a linha de conduta que nos convém, mal será de nós, porque, ao estancar-se o maná dos países da emigração, teremos estancado a nossa vida, que é parasitária” (Portugal, 1911-1912, p. 32). A expressão que utiliza para definir a vida portuguesa é bem paradigmática do seu pensamento, perspectivando um país que não produz, antes vive à custa dos que dele saem e lá fora produzem.

A solução mais defendida a esse respeito, como já se referiu, era a do redirecionamento dos fluxos para as colónias. Nessa linha, a 18 de janeiro de 1912, o ministro das Colónias, José de Freitas Ribeiro, apresenta uma proposta de lei que visava ao fomento da produção agrícola de Angola, de modo a ali

introduzir emigrantes com família, no intuito de alcançar que eles, cultivando e produzindo, se fixem à terra e povoem e desenvolvam, criando pelo seu esforço, *sob* a direção

paternal do Estado, um novo centro de irradiação da nossa raça, à semelhança do que fizemos no Brasil (Portugal, 1911-1912, p. 8).

Aliás, o Brasil será constantemente tomado como exemplo, tentando-se, no fundo, de forma quase sempre explícita, criar novos Brasis, mas que, ao contrário do Brasil original, não fugissem à tutela do Estado português.

Paulatinamente, os sucessivos governos vão dando alguma importância a esse fenômeno. Em 19 de janeiro de 1912, o ministro do Fomento, José Estêvão de Vasconcelos, propõe na Câmara dos Deputados a criação, na secretaria do Ministério do Fomento, do Instituto do Trabalho e Previdência Social, ao qual competiria propor o que tivesse por conveniente sobre, entre outras matérias, o “estado das indústrias; condições da produção; situação do trabalho; emigração; colonização” (Portugal, 1911-1912, p. 36), incluindo a emigração, como a colonização, na mesma alínea que as indústrias, a produção e o trabalho. De fato, para boa parte dos governantes republicanos, antes de se tratar de um problema social ou demográfico, a emigração era uma questão eminentemente econômica.

A magnitude que a saída sistemática de população começava a ganhar refletia-se também nas alusões a essa matéria em discussões que, à partida, lhe seriam alheias. Por exemplo, em 23 de janeiro de 1912, o parecer da Comissão de Obras sobre o projeto de lei relativo à construção e exploração dos caminhos-de-ferro do Alto Minho menciona que o diploma deveria ser aprovado urgentemente, “para evitar que se torne mais desconsoladora a corrente de emigração, e que se agravem mais as precárias circunstâncias dos trabalhadores do Norte do País, que irão ter já aqui um belo campo de ação” (Portugal, 1911-1912, p. 14).

E na discussão do parecer quanto a esse projeto, Rodrigo Fontinha afirma que a República tinha por obrigação “tornar querida a terra a essa gente e pôr uma barreira ao verdadeiro delírio de emigração que lá há” (Portugal, 1911-1912, p. 22).

Essas intervenções apontam ainda para uma corrente de pensamento que defendia uma alternativa à colonização para minimizar o fluxo migratório, e que passava pelo estímulo econômico nas regiões de origem dos emigrantes, a criação de mão de obra, em suma, a melhoria generalizada das condições de vida nos locais mais afetados pela saída da população.

Atente-se, finalmente, na adjetivação empregue pelos parlamentares para caracterizar a emigração, uma corrente “desconsoladora”, um “verdadeiro delírio”, palavras fortes que traduzem um receio generalizado de alguma forma resumido, no dia seguinte, na pergunta que João Brandão coloca ao governo: “Quando se tratará do problema de emigração, que se está fazendo dum modo assustador?” (Portugal, 1911-1912, p. 14).

Em fevereiro de 1912, Manuel Bravo apresenta um projeto de lei que autorizava o governo a fazer concessões de terrenos nas colônias a emigrantes israelitas, lembrando que “o desenvolvimento da navegação, das indústrias e do comércio em geral refletir-se-iam não só sobre a economia das colônias como também na da metrópole, onde os capitais acumulados viriam despender-se”, dando como “demonstração evidente da verdade dessa asserção” (Portugal, 1911-1912, p. 4) os portugueses enriquecidos no Brasil e que regressavam à sua terra, onde aplicavam a fortuna acumulada.

Deve notar-se, porém, que o fato de a emigração para o Brasil ser encarada como prejudicial ao país não beliscava o prestígio que o Estado brasileiro detinha no ideário republicano português, até porque ali a República se implantara vinte anos mais cedo, e o seu bem-sucedido percurso era tido como o rumo a seguir por Portugal. Essa ideia ficou patente na sessão de 12 de fevereiro de 1912, que assinalava o falecimento do barão do Rio Branco. José Barbosa recordou então que “no conflito de interesses que todos os povos de emigração têm naquela parte do continente americano, pode-se dizer que, não raramente, o pleito se decidiu a nosso favor”, pela afirmação da “tradição brasileira, que era a continuação da nossa história”, pois, como afirmara o Barão do Rio Branco, “o Brasil não vivia somente dos géneros que vendia, mas da sua tradição”. Associando-se a essa manifestação, Jacinto Nunes proferiu uma afirmação tão simples como lapidar, quanto à forma como o Brasil era encarado pelos deputados republicanos: “O Brasil foi a melhor obra que Portugal produziu” (Portugal, 1911-1912, p. 10)

Intenções à parte, a verdade é que a emigração afetava todo o país, mas especialmente a região norte. Noutro exemplo dessa realidade, a 4 de março de 1912, ao defender a criação da Região Vinícola da Beira Alta, Pereira Vitorino refere que, entre os distritos da Beira Alta, “o distrito de Viseu é de todos o que em absoluto dá maior contingente à emigração” (Portugal, 1911-1912, p. 13), fenômeno que só se poderia combater com a introdução dos vinhos da região no mercado inglês e assim dar trabalho bem remunerado à população, para esta não ter de sair, recorrendo também ele ao argumento da melhoria da economia para travar esse fluxo demográfico.

Mas a argumentação mais recorrente, defensora do desvio dos emigrantes do Brasil para as colônias, não esmorecia, e em 19 de março de 1912 é apresentado um novo projeto de lei com o fim de “promover e facilitar a emigração” para Benguela, de modo a, refere Lopes da Silva, “estabelecer centros de atração para as nossas correntes emigratórias, que concorrem para a emigração, com um número enormíssimo de quase 40.000 homens em cada ano” (Portugal, 1911-1912, p. 7), classificando como *curioso* que desse número apenas algumas centenas concorressem para os territórios africanos.

A propósito dessa lei, José Barbosa, que, como já se percebeu, foi um dos deputados mais atentos ao fenômeno da emigração nesses primeiros anos da República, defen-

deu que a emigração não se devia “estudar pelo lado da desnacionalização daqueles que intentam ir dum ponto da terra para outro em busca do seu futuro”, mas, antes, “pela possibilidade da aplicação útil dos homens que estão prontos a deslocar-se”, uma vez que

diante da enormidade do desfalque que sofre a nossa população anualmente, não temos recursos materiais, nem temos onde ir buscá-los, para evitar que tamanha cifra de portugueses deixe de contribuir para o crescimento vegetativo da nossa nacionalidade em proveito de outras nacionalidades (Portugal, 1911-1912, p. 13).

Por seu turno, Ezequiel de Campos caracteriza Portugal como “terra de gente a mais”, referindo-se à “exportação de vastas dezenas de milhares de pessoas anualmente dum país que na quase totalidade está mal utilizado e numa terça parte, pelo menos, está quase desabitada”, exportação que, “em troca da sangria enorme à melhor vitalidade portuguesa, nos manda do Brasil [...] o dinheiro com que saldamos o nosso *deficit* comercial”. Classifica depois a emigração portuguesa como *patológica*, destacando entre os vários motivos “que dão como resultado o êxodo constante”, a “incapacidade da terra portuguesa, que não produz, por uma errada atividade e por um defeituoso regime agrário, o bastante para alimentar os portugueses”. Entendia, como tal, que “a melhor colonização a fazer primeiro é no País”, pois no seu entender não existia qualquer razão para que Portugal não desse “casa e lar feliz a toda a sua população, ao dobro mesmo da sua população atual” (Portugal, 1911-1912, p. 16). E prossegue o seu inflamado e emotivo discurso:

Exportamos gente e importamos alimento e vestuário quando podíamos fazer o contrário, pois na nossa terra peninsular podíamos sem estorvo distribuir mais uns poucos de milhões de habitantes. [...] Não se passam as coisas assim; mas bom será que a nossa emigração comece a ter outra característica; que em lugar de exportarmos analfabetos, exportemos homens válidos, não por terem simplesmente dois braços fortes, que só por si valem pouco na concorrência dos povos emigrantes, mas pela capacidade mental, juntamente com a robustez fisiológica. Vê-se bem a necessidade de educarmos depressa o nosso povo e de começarmos a valorizar as nossas riquezas naturais para pormos um travão à corrente migratória, e nesta deixarmos ir somente os que tenham grande probabilidade de, na América ou na África, serem felizes. [...] É sabido de todos, também, que o Brasil já não dá ao português aquele bom asilo que muitas vezes se transformava numa mina de ouro, que se drenava para aqui. A gente da minha terra de há muito caminha desoladamente para o Brasil. A minha aldeia, de 1.500 habitantes, tem constantemente da outra banda do mar 160 pessoas. Esse número de gente vive constantemente em idas e voltas; não enriquece; vão pobres, com esperanças, e voltam pobres, desiludidos e muitas vezes

doentes. Mas superabundam na terra natal e tornam eles mesmos ou outros a fazer a travessia do Atlântico num vaivém permanente. A tuberculose parece que vem na bagagem; e os cemitérios vão registando pelas covas abertas em Portugal e no Brasil muitas ilusões perdidas, enquanto famílias desorganizadas arrastam uma vida de privações, raras vezes contrariadas pelo azar que a algum trouxe fortuna. O que se dá na minha aldeia dá-se em quase todo o Norte do País. E seria necessário uma enorme remodelação económica, que não podemos fazer, para que a relativamente pequena natalidade que escapa pudesse ficar em Portugal, sem emigrações patológicas. [...] Grande parte da gente que emigra são operários e uma parte é gente da lavoura, trabalhadores rurais. Ora, as construções civis não aumentam nas vilas e cidades, quase todas estacionárias, ou de vagaroso estacionamento em proporção ao aumento demográfico; a vida do trabalhador do campo não tenta; pelo contrário, afugenta para o Brasil e para as vilas ou centros industriais as novas camadas de população. [...] Eu entendo que não podemos colonizar a África sem mandarmos para lá aqueles elementos capazes, que não temos mandado senão por exceção para o Brasil. As duas terras estão em condições muito dissemelhantes. No Brasil, com a raça branca preponderante de há séculos, já se dá, de há muito, uma estratificação dos colonos em camadas de capacidades muito diferentes, o que tem permitido, e permite mesmo aos mais inferiores, como a máxima parte dos nossos, um lugar na conquista da vida. [...] Em África não. O colono vai ser o *pioneer* onde não há quase camadas demográficas de gente branca no exercício de mesteres para que só basta o trabalho manual (Portugal, 1911-1912, pp. 16-7).

Nesse mesmo dia, Pires de Campos junta-se ao coro dos críticos da emigração para o Brasil, afirmando que o ouro enviado nas remessas “não pode, de maneira nenhuma, compensar o grande número de braços que por lá ficam, para todo o sempre, a apodrecer”, repetindo como tantos outros a necessidade de se “drenar para as nossas colónias grande parte da nossa emigração” (Portugal, 1911-1912, p. 5).

Em 20 de março de 1912, António Granjo interpela o ministro do Fomento sobre a situação em que os povos de Trás-os-Montes se encontravam, de tal modo precária que a emigração assumia já

proporções extraordinárias, constituindo um verdadeiro êxodo. Para atender a essa situação, melhorando as condições económicas da província e, conseqüentemente, dos seus habitantes, é urgente e indispensável que se conclua os caminhos-de-ferro do Vale do Corgo e do Vale do Tâmega (Portugal, 1911-1912, p. 6).

Na mesma linha de pensamento, Sidónio Pais, então ministro das Finanças, defende, em 22 de abril de 1912, que “a gente que emigra é porque se encontra mal no

seu país” e, como tal, “entende que se deve tratar de melhorar as condições do País, fomentando-se a indústria, o comércio e a agricultura, para que todos vivam bem” (Portugal, 1911-1912, p. 24).

Ainda nessa sessão, Aquiles Gonçalves defende a modificação imediata da lei de emigração – que, recorde-se, tinha sido produzida no tempo da Monarquia, já que a República ainda não produzira qualquer iniciativa legislativa de relevo nesse sentido – de modo a reduzir a saída da população, pois, na sua perspectiva, a emigração não representava mais do que “a exportação de gente sã e uma importação de gente doente”, além de que os emigrantes portugueses não eram “indivíduos suficientemente preparados para sustentarem a luta contra a concorrência dos emigrantes doutros países, visto que a sua máxima parte são analfabetos” (Portugal, 1911-1912, p. 24).

Era assim chamada à colação a importância da instrução e alfabetização, uma das grandes bandeiras ideológicas da República. Aliás, nessa mesma escola de pensamento, em 25 de março de 1912, Afonso Costa, um dos mais eminentes políticos da Primeira República portuguesa, ao referir-se ao “algarismo pavoroso dos que emigram, levando as mulheres e os filhos, esses desgraçados que vão à sorte”, classifica essa emigração de “horrorosa, pois que os emigrantes, na sua maior parte, vão desprovidos de educação, sem saber ler e escrever” (Portugal, 1911-1912, p. 12).

Em 17 de maio de 1912, José Barbosa traz à colação uma matéria diretamente relacionada com a emigração portuguesa no Brasil, a rede consular naquele país. Referiu, então, nessa ocasião, a esse respeito:

A estatística demonstra que, para o estado de São Paulo, o desenvolvimento da nossa exportação é duma rapidez admirável. No entanto, temos um cônsul em Paris, outro em Madrid [...] e temos para esse infeliz que está em Santos, [...] onde mal tem com que pagar a casa, uma verba insignificante, ridícula, miserável. Temos de ter, em Santos, um cônsul competentíssimo e bem pago. [...] Não defendemos esse comércio, que só pela força das coisas se vai desenvolvendo. O que nos parece indispensável é manter um consulado geral em cada capital europeia, a estadear, ao lado das legações, a nossa incúria, a nossa falta de espírito de poupança! [...] O nosso país tinha energias económicas; e é evidente que em tais condições podia florescer. [...] O único fenómeno que determinava esse argumento era, apesar da nossa constante sangria emigratória, a elevação da nossa população. A riqueza é função da população. [...] Consideremos o valor do emigrante, que é a energia aventureira e audaz da raça, e avaliemos o que perdemos todos os anos. A nossa gente, capital colossal, escoá-se para vários países. [...] Estamos dando, todos os anos, essa porção da nossa riqueza e da nossa energia aos outros países. Ora, é precisamente nos países da imigração que deviam estar os nossos agentes consulares, os mais hábeis. Estão, porém, nos *boulevards* de Paris e no Prado de Madrid! [...]

Eu queria que mandássemos para essas regiões, como a de São Paulo, funcionários capazes, para estudarem os problemas que interessam à nossa economia (Portugal, 1911-1912, p. 15).

A 18 de maio de 1912, na discussão de um novo projeto de lei destinado a criar núcleos de colonização agrícola em Angola, José Barbosa admitiu que, para Portugal, a emigração para “longas terras estranhas” se tratava de um mal necessário, mas ainda assim um “mal verdadeiro a que nos cumpre, pelo menos, procurar remédio”. Admitindo tratar-se de um problema de “grande importância económica”, considerava que ele não poderia ser resolvido com um projeto que pretendesse desviar das “correntes estabelecidas, que já vão além de 40 mil expatriados por ano, a cifra insignificante de cem ou duzentas pessoas por ano” (Portugal, 1911-1912, p. 31).

Aproveita o ensejo para apresentar alguns números referentes à presença de portugueses emigrados no Brasil, cujo montante global rondaria os 700 mil. Ora, “com a percentagem do retorno e com a percentagem de 2,23% de mortos”, concluía facilmente o orador que o retorno de emigrantes vinha a diminuir: “Foi de 35%; desceu a 25%; e já está abaixo de 20%. O italiano volta mais frequentemente do que o espanhol, este mais do que o português” (Portugal, 1911-1912, p. 31). A explicação para esse fenômeno residiria, “única e simplesmente, na desnacionalização”, isto é, no

corde do vínculo que os prendia à terra de origem. Foi a lei de 1907, no Brasil, que deu em resultado os portugueses começarem a fixar-se ali, pela concessão de terras. A desnacionalização dos portugueses que vão para essa região, verificada por todos os nossos agentes consulares, é espantosa (Portugal, 1911-1912, p. 31).

Encerrava a sua intervenção lembrando esse esforço do Brasil por obter gente para o seu território, cujos governantes não hesitavam em fazer com esse serviço uma despesa *fabulosa*.

A 20 de maio de 1912, José Barbosa aborda de novo a questão da rede consular, acentuando:

a conveniência dos consulados para mercados como São Paulo e Rio de Janeiro e, ainda, para outros estados brasileiros onde o consumo declina, como, por exemplo, no Maranhão, onde é batido pela concorrência alemã e inglesa, bem como no Rio Grande do Sul (Portugal, 1911-1912, p. 11).

Entendia, como tal, que a atenção devia ser voltada para esses lugares, porque:

Os mercados não se inventam. Os mercados surgem da procura, em regra feita pelos nacionais expatriados. Foi sempre o emigrante quem introduziu, com os seus costumes, a mercadoria do seu país. É evidente que, chegados a esta altura, em que as comunicações são rápidas e a emigração é quase um passeio, o caso muda de figura (Portugal, 1911-1912, p. 11).

A propósito dessa relação entre emigração e economia, lembrava “outra espécie de emigração, que é a dos caixeiros-viajantes; é a emigração que não faz alicerces, não levanta muros, mas assenta tenda, para fazer o seu negócio, e depois vai a outra parte servir nova clientela” (Portugal, 1911-1912, p. 12).

Em 21 de maio de 1912, Caetano Gonçalves defende uma alternativa já referida para o desvio da emigração para os territórios africanos, a sua colonização prévia por israelitas, pois “valorizada a região pelos judeus, [...] a derivação da emigração portuguesa para ali far-se-ia naturalmente, sem necessidade da ação direta do governo”. Esse deputado compreendia a colonização oficial, ou seja, *assistida* pelo Estado, em países de finanças prósperas, dando como exemplo o que o Brasil fizera com as suas leis de povoamento de 1906 e 1907, mas para países “pobres e exaustos como o nosso, o sacrifício afigura-se-me incomportável” (Portugal, 1911-1912, p. 14).

Em contraponto, Freitas Ribeiro vai defender a colonização oficial, acreditando que “o governo tem de guiar os primeiros emigrantes – emigrantes sem dinheiro e sem preparação alguma, emigrantes que carecem de auxílio, ensinamento, conselho e tutela”. Criticado por alguns opositores que viam nesse tipo de emigração uma restrição à liberdade individual, responde com uma pergunta veemente: “Acaso são livres os 40.000 emigrantes que todos os anos abandonam as terras de Portugal?” (Portugal, 1911-1912, p. 15).

Nessa mesma linha, Ezequiel de Campos defende o

desvio apreciável e de resultados garantidos da emigração que fazemos para o Brasil. [...] É vergonhoso que nós, donos de Angola há tanto tempo, não saibamos o que lá se passa, o que lá temos e a forma prática de a explorar, e continuemos numa emigração aterradora para o Brasil, amortilhando assim uma pátria (Portugal, 1911-1912, p. 16).

Afonso Costa, que, como já tivemos oportunidade de referir, era um dos paladinos da instrução pública, na senda de outros destacados líderes republicanos, vai defender, em 24 de maio de 1912, a instalação de mais escolas de português e história além-fronteiras, sustentando a sua argumentação na necessidade “de acompanhar a

nossa emigração no país do destino, e isso só se pode fazer estabelecendo escolas no estrangeiro”. Isso porque “na nossa emigração há um fator importante e deplorável, que se tem manifestado nos últimos seis anos, que é o da emigração em massa, com mulheres e crianças, que daqui saem sem quererem mais saber da sua pátria”, pelo que essas escolas teriam um “duplo carácter de instrução, assistência e proteção” (Portugal, 1911-1912, p. 16). A esse respeito, José Barbosa, embora reconhecendo a utilidade da criação de tais estabelecimentos, recorda que “as escolas que funcionavam no Brasil têm acabado todas, porque não podiam concorrer com as escolas brasileiras” (Portugal, 1911-1912, p. 17).

Na sessão de 25 de maio de 1912, Carvalho de Araújo, a propósito do desvio da emigração para Angola, após citar a obra *Teses sobre a colonização do Brasil*, de 1873, da autoria do *ilustre brasileiro* Meneses e Sousa, no que se referia às qualidades do emigrante português, pronuncia-se sobre as estatísticas da emigração, concluindo que o “algarismo emigratório, embora enorme” (Portugal, 1911-1912, p. 10), ainda não era *perigoso*, dado o excesso de nascimentos sobre os óbitos que ainda se observava. Porém, mais adiante, alerta para as alterações das características da emigração para o país irmão, nomeadamente quanto ao gênero e à idade dos que partiam, bem como a proatividade de alguns países de acolhimento na desnacionalização do emigrante, e o perigo que a combinação desses fatores representava para Portugal:

Já não é hoje o beirão ou o minhoto que vão ao Brasil abanar a árvore das patacas para comprar mais uma leira, para melhorar de condições de fortuna e que nas suas terras deixavam as famílias a quem mensalmente enviavam as suas economias. Essa emigração era a emigração lucrativa, era a emigração que nos convinha, pois que ela nos dava o ouro necessário para equilibrar o nosso *deficit*. [...] Mas quem estuda com atenção as características da nossa emigração vê que elas têm mudado constantemente. Por um lado, é a emigração de mulheres e menores que está aumentando extraordinariamente. [...] Em Portugal as percentagens de mulheres e menores são respetivamente 28% e 20%, tendo até excepcionalmente atingido 35% e acontecendo até que no distrito de Ponta Delgada, nos anos de 1902 e 1903, o número das mulheres que emigraram foi igual ao dos homens. Se juntarmos a isso a contínua e persistente ação dos países de além-mar para desnacionalizar a emigração, prendendo o emigrante ao solo, dando-lhe todas as vantagens e oferecendo-lhe todas as garantias, fácil é concluir que a emigração tende a passar de temporária a permanente, o que a transformará num perigo para Portugal, pois assim ela será uma constante e dolorosa sangria sem compensações de espécie alguma (Portugal, 1911-1912, p. 10).

Em 27 de maio de 1912, Ezequiel de Campos, em sede de debate orçamental, volta a lamentar a “colossal e patológica emigração que nos sangra anualmente dum

força crescente, sem nos enviar de retorno riqueza ou benefícios que cubram os prejuízos”. Lança depois alguns números, afirmando que a emigração em 1911 “deve ter andado muito vizinha de 60.000 unidades” – pecando por defeito quanto à dimensão real da massa emigrante – “e a população atual andar por perto de 6 milhões de habitantes; ao passo que a natalidade não ultrapassará 32 por mil e a mortalidade deve atingir 20 por mil”. Ora, pelas suas contas, essa diferença entre os que saíam, os que nasciam e os que morriam traduzir-se-ia, a médio prazo, na “perda da nacionalidade. [...] Não seria viver: era um suicídio” (Portugal, 1911-1912, p. 18). A culpa dessa situação, na visão de Ezequiel de Campos, era dos próprios portugueses,

Um povo pequeno que não mostra grande virilidade no apego à sua terra, que a abandona deixando-a selvagem para ir ser o galego das nações moças, sem se lembrar sequer que tem um enorme domínio riquíssimo e por explorar semeado pelo mundo, resto de maior quinhão herdado dos navegadores (Portugal, 1911-1912, p. 18).

E prossegue a sua crítica fervorosa à emigração e aos seus males, trazendo à colação questões do foro econômico, demográfico, social e até de saúde:

Os melhores braços, as unidades mais fortes e mais ousadas partem. Como queremos fortalecer a raça e progredir? Não entremos na análise da nossa emigração: não nos importa saber agora quanto a raça se definha, ou qual o valor por que os países que nos sorvem a emigração nos pagam a sangria. Bem escassa será a paga de 20 ou 30 mil contos enviados de economias dos emigrantes para pagar o capital que por lá se enterra com os mortos dos portugueses e o que por lá circula e exportamos à razão de 50 ou 60 mil habitantes por ano, cinquenta ou sessenta mil contos em valor! [...] A emigração corta a vida de família de tanta gente, deixa tantas mulheres e crianças em péssimas circunstâncias, arruína tantas unidades fortes e valiosas, e em troca da riqueza criada nos países de além-mar, envia muitas vezes apenas todas as esperanças perdidas ou a vaga notícia de que mais uma cova se abriu. De retorno dessa emigração que loucamente cresce não vêm riquezas compensadoras; e na pobre bagagem do torna-viagem quantas vezes não se aloja o bacilo da tuberculose! É o problema da emigração o primordial para o ressurgimento da nacionalidade (Portugal, 1911-1912, pp. 19-20).

José Barbosa anunciará, a esse respeito, uma intenção diferente, afirmando, em 8 de junho de 1912, que o prejuízo de um desvio repentino da emigração seria enorme. “Não podemos pensar em desviar a corrente de emigração; devemos pensar numa nova corrente que venha substituir aquela, quando se impuser pelo êxito” (Portugal, 1911-1912, p. 16). Mas volvidos apenas cinco dias, a 13 de junho, Ezequiel de Campos volta à carga, anunciando como única *salvação possível* para Portugal “que os poucos que com-

preendem o mal que nos esmaga possam obter um conjunto de providências que neutralizem o mal da nossa emigração assustadora” (Portugal, 1911-1912, p. 16), colocando-a no topo das prioridades.

Essa vaga de emigração refletia-se também no acréscimo da atividade dos governos civis, entidades emissoras dos passaportes. Em 29 de novembro de 1912, na discussão do projeto do novo Código Administrativo – que a República nunca conseguiria aprovar –, Matos Cid refere que

Na maioria dos governos civis, os emolumentos dos empregados subiram extraordinariamente, provenientes da emigração que tem aumentado [...] assustadoramente, fazendo-se com indivíduos sujeitos ao serviço militar, sendo necessário pôr cobro aos manejos dos agentes da emigração (Portugal, 1911-1912, p. 6).

Pires de Campos associa-se à crítica, referindo os *elevadíssimos* emolumentos na parte que dizia respeito à emigração, afirmando que no seu distrito, Leiria, “onde lavra o cancro da emigração, e chamo-lhe assim porque emigram famílias inteiras e o pior é que não voltam, esses emolumentos chegam a representar quantias extraordinárias” (Portugal, 1911-1912, p. 6).

Já Alexandre de Barros considera, no mesmo debate,

Um ataque aos direitos individuais pôr quaisquer embaraços aos indivíduos que vão fora do país buscar os meios de subsistência que não encontram na sua pátria. É contrário aos direitos individuais obrigar-se um desgraçado a pagar um escudo para poder deslocar-se do seu país, a fim de se eximir à miséria (Portugal, 1911-1912, p. 6).

Aduz também argumentos de ordem financeira, defendendo que

A melhoria das nossas condições económicas deve-se aos que vão para o Brasil. É lá que temos, se pode dizer, o único mercado, visto que o mercado colonial é absolutamente insignificante. E se possuímos o mercado do Brasil, não é porque os brasileiros tenham necessidade de importar artigos de Portugal, mas porque os portugueses que lá se encontram consomem os nossos produtos (Portugal, 1911-1912, pp. 6-7).

Em suma, pelo que fica exposto, percebe-se que o discurso parlamentar é uma fonte valiosa para o estudo da emigração, para a sua contextualização histórica, na medida em que fornece as diferentes perspectivas dos atores e decisores políticos que tinham por obrigação estar especialmente atentos a uma questão que afetava sobre-

maneira Portugal. A leitura e interpretação das suas palavras devem ter em linha de conta, como é óbvio, as motivações políticas de quem as proferia, o lado da *barricada* governativa (maioria *vs.* oposição) em que este ou aquele deputado se encontra num determinado momento, a retórica e a demagogia que quase sempre contaminam o discurso parlamentar e até os seus interesses pessoais.

Ainda assim, e depois do devido juízo crítico, é possível detectar nesses discursos e intervenções dados importantes, números, leituras e avaliações que acabam por traduzir não só o pensamento dominante, mas a própria realidade tal como ela era então vivenciada. Aqui encontramos algumas das motivações dos emigrantes, as razões que estavam na base da sua partida, a sua caracterização socioprofissional e geográfica, o impacto demográfico desse fluxo, as soluções apontadas, as iniciativas ou intenções políticas e legislativas para regradar, travar ou modificar esse movimento, a situação no Brasil, o retorno, a desnacionalização, os exemplos dados por outros Estados, a dimensão numérica e o retrato político, econômico e social de um fenómeno com múltiplas dimensões e merecedor dos adjetivos mais cáusticos, mas revestido de uma certa aura de inevitabilidade, como a história dos dois países se encarregaria de comprovar.

Referências

- PORTUGAL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 1911-1912 (várias sessões).
- DIAS, Fátima Sequeira. “A importância da economia da laranja no arquipélago dos Açores durante o século XIX”. *Arquipélago-História*, Universidade dos Açores, 2 série, v. 1, n. 2, pp. 232 e 240. Disponível em https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/494/1/FatimaSequeiraDias_p189-240.pdf.
- JOÃO, Maria Isabel. *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa: Cosmos, 1991.
- MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de e MADEIRA, Artur Boavida. *Emigração e regresso no Concelho do Nordeste*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais/Universidade dos Açores, 2004.
- MENDONÇA, Luís e ÁVILA, José. *Emigração açoriana (sécs. XVIII a XX)*. Lisboa: Ed. Autores, 2002.
- MENESES, Avelino de Freitas de. *Antigamente, era assim. Ensaio de história dos Açores*. Ponta Delgada: Publiçor, 2011.
- . “O Arquipélago dos Açores”. In MATOS, Artur Teodoro de (org.). *A colonização atlântica: tomo I*. Lisboa: Estampa, 2005. (Nova História da Expansão Portuguesa).
- MIRANDA, Sacuntala de. *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Salamandra, 1999.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “História das migrações portuguesas”. *Janus – Anuário do Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa*, 1999-2000. Disponível em http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_1_30.html. Acesso em 23 maio 2016.
- SEQUEIRA, Gil Mont’Alverne de. “A emigração açoriana”. In ———. *Questões açorianas*. 2 ed. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994[1891].
- SILVA, Joaquim Palminha da. *Portugueses no Haváí: séculos XIX e XX (da imigração à aculturação)*, s. l. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996.
- SILVA, Susana Serpa. “O distrito da Horta no contexto da emigração açoriana: uma análise com base nos registos de passaportes”. In SARGES, Maria Nazaré et al. *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Paka-Tatu, 2010.

Avencas na caatinga e alecrins nos canaviais – a presença portuguesa na música de Chico Buarque

Leila Medeiros de Menezes

Lançando um novo olhar para a questão das relações Portugal-Brasil, ousaremos assumir a história do tempo presente como motivo para as nossas reflexões e discussões. Assumiremos a palavra poética do compositor Chico Buarque de Hollanda¹ em duas de suas canções – “Tanto mar” e “Fado tropical”, esta em parceria com Ruy Guerra – por as considerarmos exemplares para falar não só da herança lusitana presente em

¹ Chico Buarque de Hollanda nasceu no Rio de Janeiro, em 1944. Filho do historiador Sérgio Buarque de Hollanda, tornou-se músico, dramaturgo e escritor. Passou a ser conhecido do público quando apresentou a música “A banda”, no primeiro Festival de Música Popular Brasileira, em 1966, obtendo o primeiro lugar. Fez parceria com ícones da MPB, como Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Milton Nascimento, Caetano Veloso, Toquinho, Edu Lobo e Francis Hime. Muitas de suas músicas foram censuradas durante a ditadura militar e ele acabou por tornar-se um dos exilados do regime. Sua volta ao Brasil ocorreu em 1970. Dentre suas músicas mais conhecidas, destacam-se “Olê, olá”, “Apesar de você” (a primeira música censurada), “Carolina”, “Pedro Pedreiro”, “Vai passar”, “Construção” e “Sabíá”. Como romancista, publicou *Calabar*, *Estorvo*, *Benjamim*, *Budapeste*, *Leite derramado* e o livro infantil *Chapeuzinho Amarelo*. Como teatrólogo, é autor das peças *Roda viva* e *Gota d’água*, musicando, também, *Morte e vida severina*, de João Cabral de Melo Neto.

todos os cantos e recantos do Brasil, mas também no trato da questão política que marcava Portugal e o Brasil nos anos 1970: Revolução dos Cravos² em Portugal e Ditadura Civil-Militar no Brasil.³ Considerando as duas composições que servem de objeto de análise, o veio político é mais evidenciado em “Tanto mar”, onde Chico, apesar de fazer uso de metáforas de deslizamentos de sentido, é bastante enfático em suas colocações.

Cruzaremos o campo do político com o campo da cultura popular, tomando a música como forma de manifestação política e de mobilização popular. O fado, símbolo maior da representação da alma portuguesa, marca todo o lirismo que trazemos no nosso *sangue lusitano*.

Trabalhar com esses dois poemas-canção significa promover o diálogo entre Brasil e Portugal, onde a *mãe gentil* – Portugal – marca com cores fortes a cenografia brasileira, emprestando ao *filho* – Brasil – seus símbolos maiores. A língua de Camões e Pessoa veste-se de poeticidade para, por meio da *linguagem de fresta*,⁴ promover os deslizamentos de sentido do nível do significante para o nível do significado, ou seja, da concretude do texto para as suas zonas de sombra (o subtexto).⁵ Fazer uso dessa linguagem tornou-se uma necessidade à época em tela (os anos de 1970), no Brasil, para se fugir da vigília dos censores. Era preciso falar apesar da censura.⁶

O uso da linguagem de fresta era então de fundamental importância, considerando-se o momento histórico a ser por nós analisado. A conjuntura que se evidencia, em especial, no poema “Tanto mar” (1978) revela o momento político pelo qual passava Portugal. Chico aproveitou a *festa*⁷ que lá se fazia – Revolução dos Cravos – para lançar alguma semente em

² Observe-se que o ano em que ocorre a Revolução dos Cravos é o mesmo do retorno de Chico Buarque ao Brasil. Como a ditadura permanecia altamente repressora, passou a escrever utilizando pseudônimos, como forma de enganar a censura. Em seu retorno, sempre desafiador, compôs música em que ironizava o presidente Médici, especialmente no verso “Você não gosta de mim, mas sua filha gosta”.

³ Sobre o tema da ditadura militar no Brasil, ver, entre outros: D’Araújo et al. (s. d.), Carneiro (2004) e Gaspari (2002).

⁴ A “linguagem de fresta”, bastante utilizada pelos poetas-compositores, mostra como eles conseguiram “falar” apesar da censura. Os silêncios, plenos de sentidos, destacam a importância dessa estratégia como forma de resistência que atinge o centro das preocupações do Estado. Sobre o tema, ver Vasconcelos (1977).

⁵ Um sentido “desliza” quando o significado dado a uma palavra ou expressão é aplicado fora de sua contextualização original. Sobre deslizamento de sentido e outros conceitos da análise do discurso, ver, entre outros, Maingueneau (2001, 1997) e Orlandi (1995).

⁶ A censura contava com um corpo especial de censores. Seu estabelecimento, como prática, sujeitou toda a produção cultural – música, teatro, literatura etc. – ao envio prévio da obra para análise pelos órgãos instituídos. As peças censuradas, recolhidas ao Arquivo Nacional, constituem um excelente fundo documental de pesquisa sobre a época, tendo em vista o costume dos censores de escrever nas próprias peças que analisavam.

⁷ A metáfora da festa foi bastante utilizada à época nas letras de músicas que usavam a linguagem de fresta em seus protestos. No caso das referências à ditadura militar, a festa apontava sempre para um momento futuro; no caso da Revolução dos Cravos, ela anunciava um momento que se fizera presente.

terras brasileiras. Retoma essa mesma temática em “Fado tropical” (1973), onde diz: “Ai esta terra ainda vai cumprir seu ideal / Ainda vai tornar-se um imenso Portugal”.

A composição “Tanto mar” teve duas letras. A primeira foi censurada no Brasil, obrigando Chico a reescrevê-la mais tarde, tão logo a Revolução dos Cravos tornou-se mais esmaecida no imaginário. A proibição possivelmente foi motivada pelo fato de os censores vislumbrarem na letra uma provocação, instigação a um movimento revolucionário em solo brasileiro, influenciado pelo movimento lusitano.

A Revolução do Cravos, de várias maneiras, *caiu como uma luva* no universo *buarqueano*. Chico fez da motivação revolucionária o momento para falar aos brasileiros da *festa* que estava se fazendo em Portugal. Tal fato não poderia passar impune aos olhos e ouvidos dos censores, sempre atentos aos compositores da MPB, em especial a Chico Buarque, cuja linguagem requintada era enorme desafio.

Em “Fado tropical”, privilegiaremos o universo vocabular de Chico Buarque, considerando a língua como o maior legado que Portugal deixou para o Brasil. A partir do título da nossa comunicação, estabelecemos o diálogo entre os dois poemas-canção. Assim, assumindo o olhar da literatura brasileira a respeito das marcas da presença portuguesa em território nacional, tomaremos a própria língua de Camões, Pessoa, Rosa, Drummond como o fio condutor de nossa análise.

Objetivamos analisar, então, de que forma as marcas portuguesas deixadas pelos colonizadores e, posteriormente, pelas grandes levas de imigrantes de diferentes classes sociais, aparecem inscritas no universo vocabular de Chico Buarque nas duas canções em tela.

Propomos para tanto uma análise enunciativa, referenciada na análise do discurso (AD) e sua vertente francesa, com base nos trabalhos de Charaudeau e Maingueneau (2006), para identificar e problematizar as diversas marcas linguísticas presentes nos enunciados, bem como as “cenografias” – termo da AD – que *desenham* a paisagem do *lá* – Portugal – e do *cá* – Brasil, com o Oceano Atlântico fazendo a ponte entre esse *lá* e esse *cá*. “Sei que há léguas a nos separar / Tanto mar, tanto mar”. Nessa tessitura interpretativa, estaremos estabelecendo o diálogo entre história e literatura.

Logo de início, podemos perceber que os títulos dos dois poemas-canção remetem a Portugal – “Tanto mar” e “Fado tropical” –, um referencia o Oceano Atlântico e o outro, a Revolução dos Cravos: “Foi bonita a festa, pá”; “Guarda um cravo para mim”. O segundo poema-canção, além de fazer referência à mesma revolução – “Te deixo consternado / No primeiro abril” –, traz o fado, gênero musical tipicamente português para os trópicos, efetivando o *lá* – Portugal – e o *aqui* – Brasil.

Em “Fado tropical”, a melodia não chega a ser propriamente um fado, tendo em vista que o fado é cantado por uma só pessoa – que seria o fadista –, acompanhado por uma viola e a guitarra portuguesa, o que não acontece na canção de Chico. Ela se apresenta em três estrofes e um refrão, acrescida de um soneto declamado de forma

melancólica por Ruy Guerra, efetivando todo o lirismo da alma lusitana. Assim temos dois possíveis narradores – o primeiro que canta e o segundo que declama e entremeia a segunda e a terceira estrofes com *divagações*.

Oh, musa do meu fado,
Oh, minha mãe gentil,
Te deixo consternado
No primeiro abril.

Mas não sê tão ingrata!
Não esquece quem te amou
E em tua densa mata
Se perdeu e se encontrou.

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!

Sabe, no fundo eu sou um sentimental.
Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo
(Além da sífilis, é claro).
Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas
Em torturar, esganar, trucidar,
O meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...

Com avencas na caatinga,
Alecrins no canavial,
Licores na moringa:
Um vinho tropical.

E a linda mulata
Com rendas do Alentejo
De quem numa bravata
Arrebato um beijo...

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!

*Meu coração tem um sereno jeito
E as minhas mãos o golpe duro e presto,
De tal maneira que, depois de feito,
Desencontrado, eu mesmo me contesto.*

*Se trago as mãos distantes do meu peito
É que há distância entre intenção e gesto
E se o meu coração nas mãos estreito,
Assombra-me a súbita impressão de incesto.*

*Quando me encontro no calor da luta
Ostento a aguda empunhadora à proa,
Mas meu peito se desabotoa.*

*É se a sentença se anuncia bruta
Mais que depressa a mão cega executa,
Pois que senão o coração perdoa.*

Guitarras e sanfonas,
Jasmins, coqueiros, fontes,
Sardinhas, mandioca
Num suave azulejo.

E o rio Amazonas
Que corre Trás-os-Montes
E numa pororoca
Deságua no Tejo...

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
Ainda vai tornar-se um império colonial!

Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
Ainda vai tornar-se um império colonial! (Buarque de Hollanda e Guerra, 1973).

O rendado e a delicadeza das avencas, vindas de Portugal, emprestam toda a sua beleza e plasticidade à aridez da paisagem da caatinga;⁸ o aroma forte e agradável do

⁸ Vegetação típica do nordeste brasileiro que se adapta em lugares onde há muita seca, como nessa região do Brasil.

alecrim, planta portuguesa, inunda os canaviais brasileiros (localizados em zonas inundáveis), grande riqueza da então Colônia portuguesa.

A mulata, símbolo da mulher brasileira, se veste com as rendas do Alentejo. A guitarra portuguesa se emparelha à sanfona brasileira emprestando-nos musicalidade. Toda a cenografia é marcada por jasmims, coqueiros, fontes.

A sardinha e a mandioca se misturam dando-nos o sabor da terra. Por fim, o rio Amazonas passa a correr Trás-os-Montes para, numa pororoca,⁹ desaguar no Tejo – aqui o fenômeno acontece no *abraço* dos dois maiores e mais importantes rios do *cá* e do *lá*.

É Portugal transplantado para o Brasil por força do repertório linguístico de Chico Buarque. Alguns vocábulos são cantados por Chico com o sotaque da matriz lusitana da língua portuguesa, bem como a construção frasal “ai, esta terra...” é típica do português falado em Portugal.

O primeiro (possível) narrador mostra, pela cadeia vocabular, a ligação intrínseca do povo brasileiro com suas raízes portuguesas, raízes essas presentes e que efetivam ainda hoje as relações entre Brasil e Portugal.

O segundo (possível) narrador é a grande estrela da música. Seu poema difere do primeiro tanto na estruturação dos versos quanto no conteúdo. Podemos ler o primeiro como que preparando a cenografia para que o segundo se vista do fado.

Ele é mais impressionista, lírico, íntimo, mais dramático – “Sabe, no fundo eu sou um sentimental!”. O soneto possibilita essa explosão de emoções. Não canta suas estrofes, apenas declama-as. Não consegue equilibrar emoções e ações. Age como que por impulso. Nesse momento, podemos identificar o fado na sua essência.

A letra de “Tanto mar” pode ser lida como uma espécie de carta escrita por um português radicado no Brasil para o seu interlocutor português que *viveu a festa*. A imagem da festa marca um deslizamento de sentido, era muito utilizada pelos poetas à época da Ditadura para burlar a vigília da censura. A festa é a própria Revolução dos Cravos.¹⁰

Podemos destacar duas marcas fortes que indiciam a missiva: a primeira é a presença da corruptela de “rapaz” – “pá” –, usada em Portugal como expressão de reforço no final de alguns versos; a expressão equivale a um nordestino “oxe”, a um paulistano “mano” e a um carioca “cara”. É a efetivação da interlocução.

A segunda é a construção “cá estou carente...”, tipicamente do português de Portugal. O Brasil faz uso corrente do *aqui*, em vez do *cá*. Isso é ratificado pelo emprego do pronome de segunda pessoa do singular – teu e tua – “com a tua gente...” e “uma flor

⁹ Fenômeno que ocorre no encontro do rio Amazonas com o oceano Atlântico.

¹⁰ Observe-se que a representação da festa estava presente em inúmeros outros poemas-canção, não só os compostos por Chico Buarque. A grande “festa” brasileira que era esperada era o fim da ditadura e a democratização do país. Dessa forma, a festa contrapunha-se às trevas impostas pelo regime militar.

no teu jardim”. Ainda podemos destacar o emprego do verbo no imperativo e o uso do indefinido em “*nalgum canto de jardim*”. Tais marcas contextualizam a *cenografia* portuguesa. Portugal e Brasil, portanto, estão referenciados pelos advérbios de lugar *lá* e *cá*.

O verso “navegar, navegar” é uma referência a um dos poemas do grande poeta português Fernando Pessoa. *Lá* em Portugal, vivia-se a primavera, estação das flores, dentre elas o cravo. Estação das muitas cores. Aqui no Brasil, vivia-se o *cinza*, a doença chamada Médici – “cá estou doente” –, por isso ele precisava tanto do “cheirinho de alecrim” para que pudesse respirar melhor em meio a tanta fumaça, que ofuscava a paisagem brasileira.

Tanto mar (letra censurada)

Sei que está em festa, pá
Fico contente
E enquanto estou ausente
Guarda um cravo para mim

Eu queria estar na festa, pá
Com a tua gente
E colher pessoalmente
Uma flor no teu jardim

Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei, também, que é preciso, pá
Navegar, navegar

Lá faz primavera, pá
Cá estou doente
Manda urgentemente
Algum cheirinho de alecrim

Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
Ainda guardo renitente
Um velho cravo para mim

Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente
Nalgum canto de jardim

Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei, também, quanto é preciso, pá
Navegar, navegar

Canta primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim (Chico Buarque de Hollanda, 1975).

Tanto mar (letra liberada pela censura)

Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
Ainda guardo renitente
Um velho cravo para mim

Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente
Nalgum canto de jardim

Sei que está em festa, pá
Fico contente
E enquanto estou ausente
Guarda um cravo para mim

Eu queria estar na festa, pá
Com a tua gente
E colher pessoalmente
Uma flor no teu jardim

Sei que há léguas a nos separar
 Tanto mar, tanto mar
 Sei, também, que é preciso, pá
 Navegar, navegar

Lá faz primavera, pá
 Cá estou doente
 Manda urgentemente
 Algum cheirinho de alecrim (Buarque de Hollanda, 1978).

A primeira letra, como se pode constatar, é escrita no tempo presente, para simbolizar que a Revolução está se passando no exato momento da escrita da carta. Possivelmente tenha sido a referência à flor, símbolo da revolução, verbalizada de forma ferina, que tenha incomodado tanto os censores.

A segunda versão (após análise e liberação pela censura) não difere muito da primeira, porém é escrita no tempo pretérito, para passar a ideia de uma letra póstuma, ou seja, do término da Revolução (novembro de 1975), onde a segunda estrofe reflete exemplarmente essa ideia por meio do jogo que faz com os sintagmas “murcharam teu cravo” / “terminaram tua festa”, possivelmente marcas do descontentamento do compositor com os rumos políticos seguidos por Portugal. Dessa forma, através da temporalidade, era minimizado o peso do impacto político do que era referenciado.

Referências

- BUARQUE DE HOLLANDA, Chico. “Tanto mar”. *Chico Buarque e Maria Bethânia ao vivo*, LP, 40’, Phonogram/Phillips, 1978 [1975].
- e GUERRA, Ruy. “Fado tropical”. *Chico canta*, LP, 30’13”, Phonogram/Phillips, 1973.
- D’ARAUJO, Maria Celina et al. (orgs.). *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, s. d.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2 ed. São Paulo: Ateliê, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada – as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.
- . *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1997.
- ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1995. (Repertório).
- VASCONCELOS, Ary. *Panorama da música popular brasileira na Belle Époque*. São Paulo: Ed. Santana, 1977.

1. The first step was to establish a commonwealth.	2. The second step was to establish a commonwealth.
3. The third step was to establish a commonwealth.	4. The fourth step was to establish a commonwealth.
5. The fifth step was to establish a commonwealth.	6. The sixth step was to establish a commonwealth.
7. The seventh step was to establish a commonwealth.	8. The eighth step was to establish a commonwealth.
9. The ninth step was to establish a commonwealth.	10. The tenth step was to establish a commonwealth.

The first step was to establish a commonwealth. The second step was to establish a commonwealth. The third step was to establish a commonwealth. The fourth step was to establish a commonwealth. The fifth step was to establish a commonwealth. The sixth step was to establish a commonwealth. The seventh step was to establish a commonwealth. The eighth step was to establish a commonwealth. The ninth step was to establish a commonwealth. The tenth step was to establish a commonwealth.

The first step was to establish a commonwealth. The second step was to establish a commonwealth. The third step was to establish a commonwealth. The fourth step was to establish a commonwealth. The fifth step was to establish a commonwealth. The sixth step was to establish a commonwealth. The seventh step was to establish a commonwealth. The eighth step was to establish a commonwealth. The ninth step was to establish a commonwealth. The tenth step was to establish a commonwealth.

Os dissimulados – a emigração clandestina madeirense recuperada através das listas de embarque

Nelly de Freitas

Revestindo os estudos sobre migrações internacionais um carácter muito complexo, em que se devem entrosar métodos e instrumentos de natureza demográfica, estatística, geográfica, antropológica, sociológica e política, nunca devem ser perdidos os fios condutores que relacionam os números com as pessoas; as tendências colectivas com as motivações individuais; os diferentes contextos (legal, social, económico e cultural), entre si; e, finalmente, as situações circunstanciais próprias de cada tempo e de cada par de lugares.

(Rocha-Trindade, 2004, p. 172)

No contexto europeu de grande emigração entre os séculos XIX e XX, foi avaliado em 55 milhões o número de pessoas que deixaram o continente entre 1821 e 1924 (Thistlethwaite, 1991, pp. 20-1). Nesse conjunto, entre 1855 e 1930, foram quase dois milhões o número de portugueses (Pena Pires et al., 2010, p. 22).¹ Mais particularmente, apesar de suas relativas dimensões e população, o arquipélago da Madeira representou, juntamente

¹ Observou-se, para o período 1855-1914, a saída de cerca de 1,3 milhões de portugueses (Costa Leite, 2000, p. 177).

com os Açores, grande parte da diáspora portuguesa em termos comparativos. Chamados pelos parentes, amigos ou vizinhos já instalados no estrangeiro, os madeirenses rumaram para lugares como Demerara, Havaí e Brasil, este último destino exercendo, em particular e desde o século XVI, uma forte atração sobre os povos insulares.

Não raras vezes, as ilhas portuguesas do Atlântico, *carrefours* importantes, lugares de passagem obrigatório (Febvre, 1949, p. 269), terras de fronteiras entre o antigo e o novo mundo e “[pilares centrais] de uma ponte estabelecida por cima do Oceano” (Verlinden, 1953, p. 391), são esquecidas das coletâneas estatísticas sobre os movimentos emigratórios no Brasil. Mergulhados em meio aos “portugueses”, os ilhéus têm ainda o agravante de viverem em maior intensidade o fenômeno da clandestinidade, pois estão situados no meio das rotas marítimas (Costa Leite, 2001, p. 176). Essa característica só torna mais complexo o fato de que as migrações humanas “constituem um fenômeno marcante da história económica e social e do quotidiano de muitas ilhas” (Fonseca, 2010, p. 7).

O trabalho a ser aqui apresentado fez parte de uma ampla pesquisa doutoral sobre a emigração proveniente do arquipélago português da Madeira para o estado de São Paulo na segunda metade do século XIX, quando as lavouras de café, a abolição da escravatura e vozes defendendo o embranquecimento da população pediram braços à Europa. Nesse estudo, para dar mais visibilidade aos emigrantes madeirenses, recorreremos a um *corpus* de fontes capaz de apreender em detalhes o caminho migratório desde a partida, na Madeira, até a chegada, na Hospedaria do Imigrante, em São Paulo. Assim, cruzamos os dados contidos nas listas dos passageiros embarcados no porto do Funchal, na Madeira, e nos passaportes, com os das listas de desembarque no porto de Santos e das listas da Hospedaria do Imigrante de São Paulo. Foi assim possível, por meio da montagem de uma detalhada base de dados, rastrear quase 14 mil emigrantes que, entre 1886 e 1899, partiram da Madeira com destino a São Paulo.

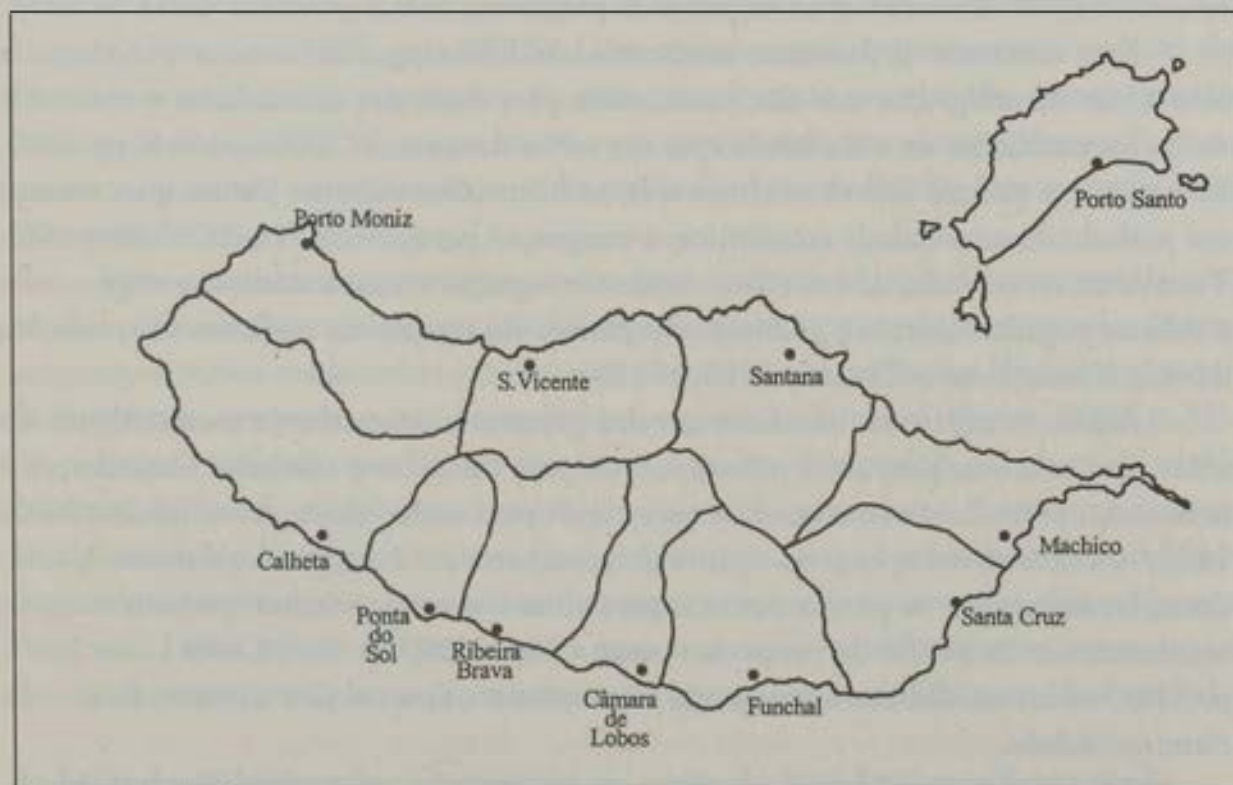
Dessa documentação, as listas de embarque dos passageiros tornaram-se essenciais para complementar as informações contidas nas listas de passaportes, mas sobretudo para captar casos de emigração clandestina madeirense. De fato, como já havia ressaltado a historiadora Maria Ionnis Baganha, apesar de os registros de passaportes representarem uma fonte fundamental para compreender o fluxo migratório português, eles cobrem somente os emigrantes legais (Baganha, 1990, pp. 225-6).

Assim, pretende-se aqui salientar a importância dessa fonte muitas vezes esquecida. Para tanto, abordaremos, num primeiro momento, o contexto da Madeira nos finais do século XIX, para, a seguir, apresentarmos as listas de embarque dos passageiros saídos do porto do Funchal, concluindo, finalmente, como essa documentação permitiu captar, em vários casos, tentativas de emigração clandestina.

Cercados pelo Atlântico, alvos de várias crises socioeconômicas e em constante contato com os estrangeiros, vindos para o turismo ou a negócios, os madeirenses não

hesitavam em emigrar. Como em Portugal e nos Açores, a economia madeirense das décadas finais do século XIX baseava-se, sobretudo, em uma agricultura rudimentar, com mão de obra numerosa. Sua indústria teimava em deixar de ser incipiente e apresentava falhas semelhantes às do setor primário.² Em 1890, por exemplo, três quartos da população insular trabalhavam na terra (Oliveira, 1999, p. 34), criando um contexto de alto risco em caso de crise nesse setor, com potencial impacto em várias esferas da sociedade, inclusive nos movimentos emigratórios.

Mapa 1 – Mapas com os concelhos e sedes de concelhos do arquipélago da Madeira³



Fonte: *Anuário estatístico da Região Autónoma da Madeira* (Instituto Nacional de Estatística, Delegação do Funchal).

² Esse atraso tecnológico e industrial português era constantemente referido nas correspondências dos cônsules franceses em Lisboa. Diziam eles, por exemplo, que, “infelizmente, a agricultura portuguesa era ainda muito primitiva” (Arquivo Nacional da França, 1899).

³ Mapa atual. Antes de 1914, o concelho da Ribeira Brava (costa sul-oeste da ilha da Madeira, a ilha maior no mapa) não existia. Foi criado com freguesias desmembradas do concelho vizinho da Ponta do Sol: Tabuá, Ribeira Brava e Serra d’Água, e com a freguesia de Campanário, desmembrada do concelho de Câmara de Lobos. Fonte: Silva e Meneses (1978, p. 191).

Ademais, a historiografia existente aponta o sistema de propriedade de terras, sobretudo o predomínio do *contrato de colônia* (Pitta, 1929; Ribeiro, 1985, pp. 47-72; Sousa, 1994),⁴ como tendo forte impacto sobre a economia e a emigração. O desapego ao terreno onde se trabalhava, pela quase impossibilidade de conseguir o título de propriedade, provocava ainda menos receio nos agricultores de partir (Vieira, 1993, p. 108; Câmara, 2002, pp. 31-3).⁵ Ademais, a escolha pela monocultura – primeiro a cultura da cana-de-açúcar, seguida, a partir do século XVI, pelas vinhas para fabricação do vinho Madeira de exportação – foi também apontada como grave problema. Com efeito, essa realidade tornava a economia insular extremamente dependente do mercado externo e altamente sensível ao impacto de pragas nas culturas (Vieira, 2003, p. 295).

Esse contexto, já bastante conhecido da historiografia, levou a população a identificar na emigração um dos raros meios para fugir das dificuldades e encontrar melhores condições de vida, ainda que em terras distantes (Cardoso, 1968, pp. 6-7). Entretanto, é preciso salientar, como o fez o historiador Alberto Vieira, que, mesmo em período de estabilidade econômica, a emigração permanecia (Vieira, 1990, p. 46). Tratava-se, na verdade, de um espaço onde a emigração era uma tradição antiga e onde a cultura popular aceitava e encorajava a partida no sentido de melhorar as condições de vida (Costa Leite e Câmara, 2010, p. 107).

Assim, se alguns se beneficiavam dos generosos contratos de recrutamento do além-mar, como os propostos pelos paulistas para financiar a travessia, nem sempre e nem todos preenchiam os requisitos necessários para tanto. Com efeito, desde a lei de 1863,⁶ tornava-se indispensável o porte do passaporte para emigrar legalmente. Considerando, entretanto, os preços elevados para obter o precioso sésamo (podiam chegar a representar de 10 a 20% do preço da viagem (Klein, 1993, p. 239; Costa Leite, 1997, p. 384), vários candidatos à emigração não tinham outra escolha que não fosse a da clandestinidade.

Ademais, muitos jovens, mesmo quando havia financiamento disponível, passavam para a ilegalidade devido à proibição total de partir a que eram submetidos em razão do serviço militar obrigatório. Essa constituía uma questão que o Estado vinha

⁴ Para mais informações sobre esse sistema, ver também: Valle (1888, p. 6), Lomelino (1888) e Albizzi (1889, pp. 71-2).

⁵ É preciso ressaltar que a população da Madeira cresceu a um ritmo constante num espaço limitado, dando resultado a um dos números mais altos de densidade no país nos finais do século XIX. Com efeito, apesar da desigual distribuição interna, o distrito do Funchal apresentava a segunda maior densidade de Portugal, vindo logo depois do distrito do Porto. Em 1864 ela era de 135,9 hab./km² (sendo 147,7 na Madeira e 33,4 no Porto Santo) e em 1900, era de 184,8 hab./km² (sendo 200,2 na Madeira e 54,8 no Porto Santo) (Rodrigues, 2004, p. 31).

⁶ “Regulamento geral de policia para o transito no continente do reino e nas ilhas adjacentes, entrada de viandantes e sua saída para o estrangeiro, 7 de abril de 1863”. *Collecção official da legislação portugueza, anno 1863*. Lisboa: Imprensa nacional, 1864, p. 142-51.

tentando equacionar, mediante de maiores controles, quando do recrutamento, desde a aprovação, em 27 de julho de 1855, da lei que instaurou o serviço militar compulsório a partir de 20 anos (Pereira, 1859, pp. 327-47).

Desde essa data, os jovens rapazes eram recrutados entre 20 e 21 anos, com única possibilidade de desobrigação caso provassem que, com seu trabalho, constituíam o exclusivo recurso de subsistência de sua família (Pereira, 1859, p. 337).⁷ Nesse mesmo diploma legal, antevendo possíveis evasões dos jovens para o estrangeiro, fora proibida a concessão de passaportes para aqueles com idade entre 18 e 21 anos (Pereira, 1859, p. 338). Endurecendo ainda mais as regras, o Regulamento de 4 de junho de 1859 proibiria a concessão do mesmo documento então para aqueles com idade entre 14 e 21 anos (Alcantara, 1861, pp. 107-8). Uma única exceção prevista era a emissão do documento mediante o pagamento de uma taxa. Entretanto, elevado demais para as famílias da época (500 réis), esse recurso era aproveitado por pouquíssimos. Em um contexto insular de crises sucessivas, até a venda dos bens da família tornava-se inviável (Miranda, 1999, p. 61).

Aliás, com um serviço militar de oito anos, considerado como uma tragédia econômica pelas famílias, mais uma razão somava-se ao seu interesse pela emigração. Assim, lançavam-se vários madeirenses em busca de alternativas às limitações legais e aos custos do documento que poderia fazê-los embarcar no porto do Funchal (Pereira, 2002, p. 35).

Foi tal realidade que deixou traços no Arquivo Regional da Madeira de vários exemplos de fraude em relação à emissão e ao uso dos passaportes. Assim, seguindo os ensinamentos do demógrafo francês Daniel Courgeau, o qual sublinhou a necessidade de recorrer a outros documentos administrativos como os “levantamentos elaborados nas fronteiras” (1980, pp. 28-30) para suprir a falta ou insuficiência de registros de população, decidimos considerar as listas de embarque dos passageiros saídos do porto do Funchal.

As listas de embarque dos passageiros no porto do Funchal: uma fonte ainda pouca explorada

As listas dos madeirenses que embarcaram no porto do Funchal examinadas neste estudo foram recolhidas no arquivo regional da Madeira, sediado na cidade do Funchal. Essa documentação apresenta-se sob forma de cadernos, nos quais foram indicados todos os navios que, do porto do Funchal, levaram os emigrantes, assim como os passageiros da Madeira, para destinos tais quais o Brasil, a Argentina, a Guiana Britânica, o Havaí, Nova York ou a África.

⁷ Outra possibilidade, ainda que marginal, oferecida pela lei era a da indicação de um substituto capaz, um irmão, por exemplo, com idade acima dos 18 anos.

Atualmente, existe no arquivo madeirense um total de 24 cadernos que contêm as listas de embarque dos passageiros para o período de 1864 a 1898. Após esse último ano, essa documentação cessa de existir⁸ e os movimentos migratórios só podem então ser analisados a partir das listas dos passaportes.

No trabalho doutoral, para construir a base de dados acima referida, consultamos nove cadernos para o período compreendido entre os anos de 1886 e 1898. O ano de 1886 foi escolhido para inaugurar o período cronológico porque corresponde ao ano de criação da Sociedade Promotora de Imigração, em São Paulo, cujas atividades permitiram aumentar de maneira significativa o fluxo migratório.

Em razão de limitações formais típicas de um trabalho doutoral, não foi possível analisar todos os navios que, da Madeira, navegaram rumo ao Brasil. Enquanto entre 1886 e 1898, 260 navios deixaram o porto do Funchal dirigindo-se a portos como Santos, Rio de Janeiro e até mesmo Belém, selecionamos e registramos somente 160 navios, que trouxeram um total de 13.923 indivíduos, destinados a Santos.

Em relação ao formato da documentação aqui analisada, as listas de passageiros apresentam-se geralmente como uma tabela com várias colunas de informações. Frequentemente, aparecem o nome e a nacionalidade do navio e, muitas vezes, o nome do capitão, a data de partida, assim como o destino.

A lista é geralmente organizada por famílias, com o nome e o sobrenome do chefe de família seguido da identificação dos acompanhantes. Ademais, estão também presentes informações quanto a idade, estado civil, assim como naturalidade. Particularmente em relação aos anos de vida, muitas vezes tal referência estava ausente na descrição das mulheres, com exceção daquelas que viajaram com os filhos, como chefes de família ou sozinhas. Todavia, no trabalho doutoral, foi possível reconstituir mais perfeitamente o perfil das famílias e corrigir tais lacunas, graças ao cruzamento de outras fontes, como as listas de passaporte e as listas de controle produzidas no Brasil.

Sobre as listas de embarque, ainda vale mencionar os dados referentes ao laço de parentesco entre o chefe de família e os indivíduos que o acompanhavam, além da esposa e dos filhos. Assim figuram irmãs, irmãos, cunhados, cunhadas, genros, noras, sogras, sogros, sobrinhos e até mesmo netos.

Finalmente, ainda nessa fonte, a profissão era raramente indicada em detalhe para cada indivíduo. Na maioria dos casos, aparecia a menção “agricultor”, “lavrador” ou “jornaleiro”, generalizada para toda a família, inclusive para as crianças.

Com efeito, faz-se importante recordar que, à época, mulheres e crianças exerciam um papel importante no aumento da renda familiar no campo, tanto na Madeira, como posteriormente nas plantações de café do Brasil. De fato, como sublinhou Bene-

⁸ Várias hipóteses são possíveis – podem ter sido perdidas, destruídas ou simplesmente não elaboradas.

dita Câmara, no arquipélago de partida, nas populações das zonas rurais, independentemente do sexo, as crianças ajudavam os pais desde cedo, geralmente entre os 6 e os 7 anos (Câmara, 2002, p. 30).

O geógrafo e historiador português Orlando Ribeiro registrou igualmente essa realidade camponesa ao lembrar que crianças madeirenses de 7 anos estavam acostumadas a colher ervas para alimentar as vacas e, aos 12 anos, os jovens meninos iam à montanha buscar madeira e ajudar os pais com a irrigação e o trabalho da terra, enquanto as meninas começavam a aprendizagem do bordado, grande artesanato madeirense, muitas vezes, aliás, retomado onde a família imigrava (Ribeiro, 1985, p. 113).

Apesar de tal conjunto documental não permitir ao historiador, de imediato, conclusões sobre número de emigrantes (distinguindo-os dos simples “passageiros” dos navios),⁹ ou sobre a natureza da emigração (se temporária ou definitiva), sua consideração foi fundamental para completar informações que tanto as listas de passaporte (nem sempre os titulares de tal documento partiam) como as listas de desembarque apresentavam. Ademais, tornou-se essencial para tentar captar a parte de clandestinidade do fluxo.

A emigração clandestina nas listas dos passageiros saídos do porto do Funchal

Dentre os dados recolhidos para alimentar a pesquisa doutoral acima mencionada, nota-se uma marcante presença feminina – 46,14% do total –, bem como uma proporção elevada de crianças entre 0 e 9 anos – 30% do total – e uma presença reduzida de indivíduos viajando sozinhos – 5,25% do total (Freitas, 2013, pp. 517-22). Esses dados permitiram determinar, assim, uma particularidade no deslocamento dos insulares: os madeirenses partiam em família. Assim já havia alertado o historiador Joaquim da Costa Leite ao afirmar que, em 1890, emigravam do Continente cerca de 430 homens por cada cem mulheres, enquanto “nas Ilhas” o número era de cerca de 115 homens, “ou seja, próximo do equilíbrio” (Costa Leite e Câmara, 2010, p. 109).

Outras conclusões relevantes foram obtidas por meio dos dados socioeconômicos recolhidos, demonstrando que esse fluxo de madeirenses respondeu às demandas e necessidades do governo de São Paulo entre 1886 e 1899. Enquanto 80% declararam-se agricultores, quase 70% viajaram no âmbito de um contrato assinado entre o governo paulista e companhias de navegação (Freitas, 2013, pp. 488-95, 564-9). Ademais, após a chegada e a passagem quase sistemática pela Hospedaria de São Paulo (73,88% dos viajantes),¹⁰ 80% das famílias dirigiram-se para o interior das terras paulistas.

⁹ Eram considerados i/emigrantes os indivíduos que viajavam na terceira classe (Brasil, 1879, p. 45).

¹⁰ Nota-se a grande diferença dos valores recolhidos por Ana Silvia Volpi Scott, baseados nos relatórios do inspetor do porto de Santos na época, sobre o total de portugueses desembarcados. Desses, em 1907, por

Muito provavelmente em consequência dessa emigração familiar, mais fácil de controlar pelas autoridades, os clandestinos formam somente 1% do total do fluxo (Freitas, 2013, pp. 539-48). Ainda assim, a sua presença só foi possível de ser verificada devido a um cuidadoso uso das listas de embarque aqui examinadas.

Sobre as dimensões desse fenômeno de clandestinidade, há um debate ainda em aberto entre especialistas. A discussão, sem surpresa, gira em torno da dificuldade de mesurá-lo pela sua natural tendência a não deixar traços. Exatamente por essa razão, são necessários ainda maiores estudos sobre fluxos migratórios, com rigor metodológico, que busquem cruzar todas as fontes possíveis ligadas aos registros dos migrantes, tanto na origem quanto no destino. Demonstrando a polêmica sobre o assunto já na época, chamamos a atenção para o fato de que o Primeiro Inquérito sobre Emigração, elaborado pelo Parlamento português em 1873, estimou a emigração clandestina “em 20% sobre a emigração total” (Lisboa, 1873, p. 41). Somente dez anos mais tarde, o deputado Oliveira Martins a avaliaria em 13% (Oliveira Martins, 1994, p. 210).

Em estudos mais rigorosos sobre o período, historiadores têm publicado diversas conclusões que reforçam a necessidade de um maior debate sobre o tema. Maria Norberta Amorim, por exemplo, estimou em 20% de clandestinos o fluxo de açorianos que deixaram a Ilha do Pico na segunda metade do século XIX. Já Maria Ionnis Baganha, analisando as partidas totais dos Açores entre 1880 e 1900, indica uma taxa que varia entre 13% e 15% (Baganha, 1990, p. 212).

Um dos primeiros passos para entender esse fenômeno a partir de documentos hoje disponíveis para consulta passa pela consideração de que o passaporte, na época, era apenas uma folha de papel sem foto que continha somente uma descrição das características físicas do indivíduo. Desnecessário mencionar como essas condições favoreciam a comercialização secundária ilegal do documento e a frequência de fraudes.

O negócio parecia de fato tão lucrativo, que indivíduos pediam a obtenção do documento somente para comercializá-lo clandestinamente (valores entre 7\$000,¹¹ 12\$000,¹² ou mesmo 13\$000 réis,¹³ bem maiores do que os preços oficiais, eram

exemplo, somente 17% teriam rumado até a Hospedaria do Imigrante (2000, p. 128).

¹¹ Foi o preço pedido, por exemplo, por Manoel de Freitas, da freguesia de Boaventura, para vender seu passaporte a Manuel Rodrigues. Manuel apresentou o documento à polícia quando embarcou num vapor em direção ao Brasil antes de ter sido descoberto e desembarcado (Carta de 13 de março de 1888 enviada ao administrador do concelho de São Vicente pelo administrador do Funchal).

¹² Foi o preço que pagou, por exemplo, Manoel Joaquim Braga, solteiro da freguesia do Porto Moniz, a Jesuino, da mesma localidade, para embarcar no navio *Bearn* com destino ao Brasil (Carta de 16 de junho de 1890 ao administrador do concelho do Porto Moniz).

¹³ Quantia paga em 1890, por exemplo, por Francisco Rodrigues, em idade para o *serviço* militar, e Maria Augusta, ambos do concelho da Ponta do Sol, para comprar o passaporte de José d'Abreu Branco e emigrar para o Brasil (A.R.M. Administração do concelho de Ponta do Sol. Correspondência entrada. Livro 9. Carta n. 147 enviada pelo Governador civil do distrito do Funchal ao administrador do concelho da Ponta do Sol).

praticados)¹⁴ e até mesmo agentes ligados ao serviço de emigração para o Brasil vendiam passaportes de falecidos a indivíduos que correspondessem aproximativamente à descrição física indicada.¹⁵

Nesse contexto, as listas de passaportes emitidos pouco ou nada dizem sobre aqueles que tentaram ou conseguiram embarcar dissimulados. Mas, consultando as listas de embarque no porto do Funchal, foi possível notar o nome de vários pretendentes a viajantes riscados e com a expressão “não foram” inscrita ao lado. Só depois de identificada a importância dessa informação nos documentos é que maiores detalhes puderam ser recolhidos na correspondência oficial entre as autoridades da ilha e do continente. Finalmente, pôde-se então saber mais sobre os ditos clandestinos barrados antes da partida.

Foi nesse processo de análise de documentos que se entendeu melhor, por exemplo, por que na lista do navio *Baltimore*, que deixou o Funchal em 8 de novembro de 1889 para o Brasil, João Alves Pitta e a esposa, Antonia de Jesus, são indicados como não tendo seguido viagem, apesar de terem obtido um passaporte para São Paulo. Na realidade, não se tratava nem de João nem de Antonia, mas de Francisco Pitta e sua esposa, cuja história fez com que o administrador do concelho do Funchal enviasse uma carta a seu homólogo da Ponta do Sol, concelho de origem de todos os protagonistas, a fim de avisá-lo da tentativa falhada.¹⁶

O mesmo ocorreu com Francisco António Teixeira e sua esposa, que tinham em mãos, ilegalmente, os documentos de João Fernandes Velloza e Francisca de Jesus e que foram desembarcados igualmente do navio *Baltimore* em 18 de novembro de 1889. Mais uma vez, tendo a informação das listas em mãos, foi o exame complementar de uma carta do administrador do concelho do Funchal que permitiu conhecer a razão de tal fato.¹⁷

Considerações finais

Apesar de limitadas para construir, de forma autônoma, uma narrativa global do fenômeno migratório, as listas de embarque no porto do Funchal tornam-se fundamentais quando o cruzamento de fontes é necessário não somente para reconstituir o perfil dos viajantes, mas também para identificar aqueles que partiram ou tentaram partir clandestinamente.

¹⁴ 2\$600 réis em 1882 (Costa Leite, 1987, p. 467).

¹⁵ Circular n. 192, enviada em 4 de fevereiro de 1891 pelo governador civil do Funchal, Manoel de Saldanha da Gama, ao administrador do concelho da Ponta do Sol.

¹⁶ Carta de 9 de novembro de 1889, enviada pelo administrador do concelho do Funchal ao administrador da Ponta do Sol.

¹⁷ Carta de 9 de novembro de 1889, enviada pelo administrador do concelho do Funchal ao da Calheta.

Ademais, mesmo que essas listas apresente geralmente as mesmas informações que as listas de bordo recolhidas nos arquivos brasileiros, elas têm a vantagem de ajudar os pesquisadores na identificação, no porto de chegada, dos navios que transportavam madeirenses, permitindo, então, dar mais valor aos “fortes apelos regionalistas presentes nessa imigração, que são reveladores de diferenças internas contundentes, especialmente no caso dos madeirenses e açorianos”¹⁸ (Telo da Corte, 2006, p. 138). Com efeito, considerando que, uma vez chegados ao Brasil, os insulares portugueses, dos Açores e da Madeira eram registrados como “portugueses”, entende-se ainda melhor a importância da utilização dessa fonte, elaborada no porto de partida.

Referências

- ALBIZZI, Le Marquis degli. “Six mois à Madère, 1888”. In EDOUARD, Charton. *Le Tour du monde – Nouveau Journal de Voyages – Revue Géographique*. Paris: L'Hachette, 1889.
- ALCANTARA, João José de. *Legislação militar de execução permanente até 31 de dezembro de 1860*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861, 2 v.
- ARQUIVO NACIONAL DA FRANÇA (ANF). Commerce et industrie. F/12/7.165: Carta enviada pelo Consulado da França no Porto em 26 de agosto de 1899.
- ARQUIVO REGIONAL DA MADEIRA (ARM). Administração do Concelho do Funchal. Listas dos passageiros saídos. Livros n. 124 a 132.
- . Administração do Concelho do Funchal. Correspondência expedida. Livro 314. Ofício 131; 183; 199.
- . Administração do concelho de Ponta do Sol. Correspondência entrada. Livro 10.
- . Governo Civil do Funchal (A.11.a). Fianças para embarque de colonos; Termos de fiança de mancebos sujeito ao recrutamento; Fianças e termos de passaportes; Recrutamento; Movimento do recrutamento; Registos de correspondência sobre recrutamento; Registo de passaportes.
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis. *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. Nova York / Londres: Garland, 1990.
- BRASIL. Relatório do anno de 1878 apresentado à Assembléa Geral na segunda sessão da decima setima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1879.
- CÂMARA, Benedita. *A economia da Madeira, 1850-1914*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.
- CARDOSO, Agostinho. “Fenómeno económico-social da emigração madeirense”. *Revista de Direito Administrativo*, Coimbra, v. 3, n. 12, 1968.
- COSTA LEITE, Joaquim da. “Migratory regions in the Portuguese mainland and the islands, 1864-1911”. In VIEIRA, Alberto (org.). *Imigração e emigração nas ilhas*. Funchal: CEHA, 2001.
- . “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.

¹⁸ Consultar, da mesma autora “A imigração madeirense em Niterói, 1930-1990: um estudo de caso” (2002).

- . “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. 136-137, n. 31, 1997.
- e CÂMARA, Benedita. “O recrutamento militar e a emigração madeirense nos finais do século XIX”. *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 2, Funchal: CEHA, 106-112, 2010.
- COURGÉAU, Daniel. *Analyse quantitative des migrations humaines*. Paris: Masson, 1980.
- FEBVRE, Lucien. *L'Évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1949.
- FONSECA, Maria Lucinda. “Introdução”. In ——— (org.). *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares*. Actas da Conferência Internacional. Lisboa, 2010.
- FREITAS, Nelly de. *Des vignes aux cafèiers: étude socio-économique et statistique sur l'émigration de l'archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIX^e siècle* (tese) Université Paris-Sorbonne, 2013.
- KLEIN, Herbert S. “A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*, v. 2, n. 28, 1993.
- LIMA MARTINS, Ismênia de. “Registro de imigrantes: estratégia de pesquisa”. In MATOS, Maria Izilda et al. *Deslocamento e histórias: os portugueses*. Bauru/SP: Edusc, 2008.
- LISBOA. Câmara dos Senhores Deputados. Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- LOMELINO, João Agostinho Perry da Camara. *A crise agrícola da Madeira e o contracto de colonia*. Funchal: Typ. do Diário de Notícias, 1888.
- LOUREIRO, Adolfo Ferreira. *Os portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes: parte I – Arquipélago da Madeira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.
- MIRANDA, Sacuntala. *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Salamandra, 1999.
- OLIVEIRA, Isabel. “A Ilha da Madeira: transição demográfica e emigração”. *Revista População e Sociedade*, Porto, Cepese, n. 5, 1999.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro. *Fomento rural e emigração*. 3 ed. Lisboa: Guimarães Edições, 1994.
- PENAPIRES, Rui et al. (orgs.). *Portugal: atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Tinta-de-China, 2010.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Rev. técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru/SP: Edusc / Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PEREIRA, Vital Prudencio Alves (org.). *Collecção systemática das ordens do exercito desde 1809 até 1858*. Lisboa: Typographia de Francisco Xavier de Souza & Filho, 1859.
- PITTA, Pedro. “O contrato de Colonia”. Comunicação realizada na Academia das Ciências de Lisboa em 9 de maio de 1929.
- RIBEIRO, Orlando. *A Ilha da Madeira até meados do século XX*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1985.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz da. “A realidade da imigração em Portugal”. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania, Interação. Lisboa, 2004.
- RODRIGUES, Teresa. *A população portuguesa no século XIX*. Porto: Cepese / Afrontamento, 2004. (Economie et Société).
- SILVA, Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo. *Elucidário madeirense, v. 3*. Edição da Secretaria Regional de Educação e Cultura. Funchal: Typographie Minerva, 1978, p. 191.
- SOUSA, João José Abreu de. *História rural da Madeira, a colonia*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1994.
- TELO DA CORTE, Andréa. “A relevância das fontes orais no estudo do fenómeno imigratório”. In LIMA MARTINS, Ismênia de e SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Faperj / Cepese, 2006.
- . *A imigração madeirense em Niterói, 1930-1990: um estudo de caso* (dissertação). Universidade Federal Fluminense, 2002.

- THISTLETHWAITE, Frank. "Migration from Europe overseas in the nineteenth and twentieth centuries". In VECOLI, Rudolph J. e SINKE, Suzanne M. *A century of European migrations, 1830-1930*. Chicago: University of Illinois Press, 1991.
- VALLE, Henrique Felix de Freitas. *A revolta na Madeira e a Comissão de Inquérito: breves considerações e apontamentos*. Funchal-Madeira: Typographia "Funchalense", 1888.
- VERLINDEN, Charles. "Les Origines coloniales de la civilisation atlantique, antécédents et types de structure". *Journal of World History*, n. 1, 1953.
- VIEIRA, Alberto. *A vinha e o vinho na história da Madeira, séculos XV a XX*. Funchal: CEHA/Secrétariat Régional du Tourisme et de la Culture, 2003.
- . "A emigração madeirense na segunda metade do século XIX". Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (século XIX e XX). Lisboa: Fragmentos, 1993.
- . "Emigration from the Portuguese islands in the second half of the nineteenth century: the case of Madeira". In HIGGS, David. *Portuguese migration in global perspective*. Toronto: Multicultural History Society of Ontario, 1990.
- VOLPI SCOTT, Ana Silvia. "Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930". *Revista Oceano*, n. 44, out.-dez. 2000.

Frutos da violência: o olhar estrangeiro e a Cabanagem como vingança de índios contra os portugueses

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Neste artigo, abordaremos uma vertente interpretativa da Cabanagem surgida logo após a eclosão dessa revolta popular, ocorrida na década de 1830 no Grão-Pará e difundida por escritores estrangeiros em livros de memória, registros históricos e relatos de viagens. Abstraindo o efervescente debate político do período e tangenciando uma efetiva aferição da complexa sociedade colonial e pós-colonial do Grão-Pará, tais estrangeiros tenderam – como fez Daniel Kidder – a pensar a rebelião “como fruto da violência que desde o início da colonização do Pará pelos portugueses se praticou contra o índio desprezado”. Tal interpretação, em boa medida plasmada no discurso das lideranças rebeldes paraenses, legitimaria, um século depois, os argumentos da volumosa produção historiográfica, que passaria, após 1935, a referenciar a Cabanagem, quase que exclusivamente, como movimento *nativista*.

Em outra ocasião, tivemos a oportunidade de argumentar acerca do tratamento diferenciado que durante todo o período colonial e mesmo ao longo do século XIX a

historiografia dispensou à relação que as coroas ibéricas e os agentes coloniais de Portugal e Espanha mantiveram com os povos indígenas. Assim, enquanto os espanhóis viram-se plasmados à imagem negativa produzida pelos destruidores dos impérios Maia, Inca e Asteca, em ações truculentas vividamente retratadas por cronistas e missionários como Frei Bartolomeu de Las Casas; os portugueses – e, em especial seus missionários, de José de Anchieta a Antônio Vieira – lograram melhor sorte, chegando mesmo a consolidar imagens de brandura e cordialidade ante seus dominados.

Uma primeira e mais óbvia constatação a ser feita é que a tradição historiográfica brasileira relativa aos índios assumiu a herança tanto de um pensamento como de uma legislação colonial francamente desfavorável aos índios – Carlos Araújo Moreira Neto a chamou de *anti-indígena* – (1988, p. 300), chegando a patrocinar diversas guerras e ações punitivas e até mesmo a advogar seu extermínio. Para Manuela Carneiro da Cunha, a legislação e a ação indigenista do Império foram marcadas pelo avanço sistemático sobre as terras indígenas, enquanto o debate oficialmente produzido, tangenciando os direitos indígenas ou mesmo a necessidade de sua inserção no seio da sociedade brasileira, foi travado em torno “não dos fins de uma política indigenista, e sim de seus meios: se se deveriam exterminar sumariamente aos índios, distribuí-los aos moradores ou se deveriam ser cativados com brandura” (1992, p. 5).

Do ponto de vista propriamente historiográfico, convém destacar a abordagem depreciativa do índio proposta em meados do século XIX por Francisco Adolpho de Varnhagen, em especial pelo fato de sua alentada *História geral do Brasil* ter servido de veio interpretativo por onde fruiu boa parte da historiografia brasileira da segunda metade do século XIX e mesmo da primeira do século XX (Reis, 1994, p. 43). Varnhagen via os índios como um verdadeiro estorvo para a emergente nacionalidade brasileira, adjetivando-os, quase sempre, de forma bastante depreciativa – “cáfila de canibais” –, enquanto mostrava seu franco descontentamento com as exaltações românticas patrocinadas por parte do segmento literário da época. Assim, de forma bastante indignada, não deixaria de condenar o indianismo de Gonçalves Dias por tentar “ostentar patriotismo exaltando as ações de uma caterva de canibais que vinha assaltar a colônia de nossos antepassados só para os devorar” (1987, pp. 44-5).

Para o historiador sorocabano, tais posturas maculavam, em especial, a memória dos missionários, que, por seu abnegado trabalho de paciente e dedicada catequese, devotaram suas vidas para fazer avançar a civilização nos trópicos.

Os adeptos de tal postura foram inúmeros, adentrando o século XX. Veja-se a posição de Arthur Cezar Ferreira Reis, para quem “a política que Portugal realizou na Amazônia [não se fez] pela força de uma ação violenta” (1994, p. 520). Bem ao contrário, para o consagrado historiador amazonense:

Desde os primeiros tempos, verificada a existência de multidões infinitas de tabas indígenas, das mais variadas famílias, o que permitiu a impressão de que se estava numa nova Babel, apelou o Estado para a cooperação das ordens religiosas. E franciscanos da província de Santo Antônio, jesuítas, mercedários, franciscanos da Beira e Minho, carmelitas, capuchos da Piedade vieram participar das jornadas de cristandade, visando pacificação, incorporação de tribos e amansamento dos rudes costumes que os colonos implantavam na região, soltos que estavam, despolicidados pela amplitude do espaço, as distâncias que separavam os núcleos que montavam a própria brutalidade do meio (1994, p. 43).

O que a *narrativa heroico-nacionalista* de Arthur Reis (Pacheco, 2012) sublima, em sua exaltação da expansão luso-brasileira pela Amazônia, é a força das contradições e dos conflitos intracoloniais, em especial os deflagrados contra os povos indígenas, por ele entendidos como peças menores, insignificantes mesmo, diante da pujança e grandeza da causa civilizatória posta em prática por Portugal na Amazônia. Não é à toa que em sua emblemática *História do Amazonas* o autor começa com uma constatação e um questionamento. Diz ele: “Muito propositadamente deixamos de lado o relativo às populações ameríndias. Será uma falha grave?” (1994, p. 43). Arthur Reis, claro, tinha sua resposta, de resto, visível em toda sua obra.

Com efeito, é ainda necessário combater tanto essas visões conservadoras arraigadas quanto esse ocultamento do índio no interior da historiografia brasileira, tal como insistentemente propunha a lúcida militância acadêmica de John Monteiro, tragicamente interrompida. Monteiro destacou também essas posições diferenciadas assumidas pela história indígena no cenário da América hispânica e da América portuguesa, onde, num *contraste radical*, sobressai a “ausência quase total de fontes textuais e iconográficas produzidas por escritores e artistas índios”, o que, para o autor, “por si só impõe uma séria restrição aos historiadores”. Indo adiante, Monteiro argumenta que:

O maior obstáculo impedindo o ingresso mais pleno de atores indígenas no palco da historiografia brasileira parece residir na resistência dos historiadores ao tema, considerado, desde há muito, como alçada exclusiva dos antropólogos. De fato, o isolamento dos índios no pensamento brasileiro, embora já anunciado pelos primeiros escritores coloniais, começou a ser construído de maneira mais definitiva a partir da elaboração inicial de uma historiografia nacional, em meados do século XIX (2001, p. 2).

Seja como for, conflitando com a tradição historiográfica brasileira, em meados do século XIX, a denúncia contra portugueses e brasileiros no trato com os índios se expressa por todos os lados, em especial nos estudos históricos assinados por estrangeiros, em seus relatos de viagens e suas narrativas literárias. Uma relativa valorização do índio

e a denúncia de sua exploração e dizimação são, aqui também, “exceção que vem do estrangeiro”, para usar uma feliz expressão de Nelson Werneck Sodré em sua avaliação acerca da historiografia sobre o Brasil emergida no século XIX (1967, p. 217).

Com efeito, o discurso de autores estrangeiros sobre os índios ao longo do século XIX é ambíguo, já que, de um lado, fossem religiosos, militares, naturalistas ou simples aventureiros, os estrangeiros mostraram-se – à época e de uma forma geral – pouco indulgentes com as populações indígenas, já que partilhavam e, em alguns casos, propunham – como em Alfred Russel Wallace ou Louis Agassiz – teorias raciais que associavam esses grupos humanos a patamares inferiores de uma escala evolutiva do processo civilizatório. Por outro lado, também não se escusaram de avaliar criticamente a atuação do colonialismo português, vendo-o, sem rodeios, como assaz violento e opressivo.

Em trabalho anterior, ancorado na análise dos romances do francês Émile Carrey sobre a Amazônia pós-Cabanagem, nos reportamos ao fato de como essas avaliações negativas acerca do colonialismo luso repercutiram pela narrativa literária. Assim, descrevendo o Convento de Santo Antonio, em Belém, Carrey nos propõe a ouvir, do interior daquelas ruínas, “os gemidos [que] ecoaram noutro tempo, sob aquelas abóbadas sombrias”. O autor indagava-se ainda:

Que de vítimas índias não entraram por aquela porta para não tornarem a sair! As carnificinas dos Cortezes e dos Pizarros ergueram na história uma justa reprovação; todavia alguns tiveram por desculpa, senão por perdão, a fatalidade da conquista e a embriaguez de um triunfo sanguinolento. Mas ignoram-se as frias crueldades exercidas pelos portugueses sobre os índios do baixo Amazonas e das Guianas (1862, p. 319).

Tais interpretações ganharam força num momento em que a crise do colonialismo português já havia levado à perda de sua mais importante colônia (o Brasil), onde as forças aristocráticas, cingindo-se entre reinóis e coloniais, mediam forças nos anos iniciais da construção do Novo Império. Com efeito, como nos lembra Caio Prado Júnior (1986, p. 540), já no processo constituinte de 1823, emergiria um *xenofobismo extremado*, como demonstravam as ações de Antonio Carlos, redator do projeto, que, “cada vez que nela escreveu a palavra *estrangeiro*, teve diante de si o fantasma português, que, por seu turno, evocava o espectro da recolonização” (Prado Júnior, 1986, p. 68). Do seio das elites políticas, tais contradições espalharam-se pelas *camadas inferiores* ao longo de todo o Primeiro Reinado e durante a Menoridade, produzindo nelas, ainda segundo Prado Júnior, “atitudes revolucionárias inconsequentes”. Em tais ações, diz o autor, “são os portugueses as principais vítimas da plebe amotinada. Suas lojas e casas de comércio são assaltadas e os proprietários, espancados e mortos” (1986, p. 68).

Dessa forma, não é demais presumir que essa atmosfera de animosidades latentes fosse igualmente percebida pelos diversos estrangeiros (excluindo-se aqui os portugueses) que transitaram pela região amazônica e dela deixaram suas impressões em textos de modalidades diversas.

Vale a pena enfatizar o relato de Daniel Parish Kidder, missionário metodista norte-americano, pela centralidade que essas questões assumiram em sua obra. Kidder esteve no Brasil em dois momentos, entre 1836 e 1837 e de 1840 a 1842, demonstrando ser um arguto observador do quadro político e social efervescente da província do Grão-Pará. A primeira visão de Belém, deixando perceber ainda “os efeitos da revolução de 1835”, é o mote que lhe permite o olhar retrospectivo em direção às causas de tão impactante episódio. Ao assim proceder, Kidder culpabiliza diretamente os portugueses, argumentando que “quase todas as revoluções que agitaram o Pará podem ser direta ou indiretamente atribuídas ao espírito de vingança que os primitivos exploradores, em suas expedições sanguinárias, incutiram na mentalidade dos nativos e mestiços do interior” (1980, p. 185).

Crítico ferrenho da escravidão, que chamava de “revoltante aos espíritos esclarecidos”, Kidder a vê dissimulada no recrutamento às milícias: “Agora que o índio já não mais pode ser ostensivamente reduzido à escravidão, é recrutado para o serviço do Exército e da Marinha” (1980, p. 186).

Quase três décadas depois, Elizabeth e Louis Agassiz vivenciaram de perto o drama das tropas recrutadas na província do Amazonas, quando tiveram que estender sua estadia em Manaus por força de uma rebelião da tropa que não queria ser embarcada para o Pará. Naquela ocasião, lembraram que “o tumulto foi tão grande no contingente que todos os homens foram postos sob chave” no porão do navio até o momento de embarque (Agassiz e Agassiz, 1975, p. 175).

Essa imagem de soldados atados em cordas e paus, como era comum ocorrer durante os deslocamentos dos plantéis de escravos, volta e meia retornam à narrativa de Agassiz, que sempre se mostrou perplexo com a implícita associação que na Amazônia se fazia entre recrutados e desertores. Tanto é assim que, ao comentar a situação da cadeia pública de Tefé (antiga vila de Ega, no Amazonas), o naturalista lembrava a fala do presidente da província, que dizia terem as casas de reclusão recebido no ano de 1863 “583 prisioneiros, compreendidos neste número recrutados e desertores”, e comentava:

Recrutados e desertores! A associação dessas duas classes de indivíduos, como se tivessem cometido o mesmo crime! [...] Os agentes de recrutamento, tão maus como os antigos *press-gang* da Inglaterra, entram pelas florestas e agarram os índios onde quer que os

encontrem. Todos aqueles que resistam a esses processos sumários ou que demonstrem a menor intenção de escapar-lhes são presos até a partida do vapor que os conduz à cidade do Pará, donde são mandados para o exército. A única prisão abarrotada que vi foi aquela em que estavam recolhidos os recrutas (1975, p. 179).

Sob tais circunstâncias, parece coerente a avaliação de Daniel Kidder em ver o estopim da revolta de 1835 no descontentamento e insubordinação da tropa, que, amotinada, inicia uma “matança indistinta de portugueses” (1980, p. 215). A Cabanagem passaria, portanto, a ser apresentada como um ato de vingança instintiva, uma reação natural dos índios frente a séculos de espoliação lusitana na Amazônia. Dirá o missionário que não via “nesse estado de coisas senão os frutos da violência que desde o início da colonização do Pará pelos portugueses se praticou contra o índio desprezado” (1980, pp. 215-6).

Outro estrangeiro a ser destacado é Gottfried Heinrich Handelmann, historiador alemão e autor de uma primorosa e alentada *História do Brasil*, escrita em 1860. Contemporâneo de Varnhagen, Handelmann era historiador acadêmico de formação e apresentava envergadura intelectual visivelmente superior, expressando, sem rodeios, o melhor da historiografia alemã produzida no período. Como indicado no “Prefácio”, o estudo de Handelmann sobre o Brasil era entendido por ele como a finalização de um trabalho dedicado à história da colonização e independência da América, já tendo, em 1856, publicado dois volumes iniciais, um dedicado aos Estados Unidos da América (um país de raça branca) e outro ao Haiti (de raça negra). O livro sobre o Brasil seria, dessa forma, a oportunidade de estudar a trajetória de um país cuja raça era, para o autor, majoritariamente “branca e vermelha”. Dessa forma, já desde a elaboração da obra, ficava estabelecida a centralidade e a importância das populações indígenas (Handelmann, 1982, p. 23).

A abordagem era também diferenciada. Nelson Werneck Sodré não lhe poupou elogios, salientando seu pioneirismo:

Pela primeira vez os acontecimentos do passado brasileiro vão ser relacionados, procurando o alemão mostrar reflexos de uns em outros, situando causas e efeitos; pela primeira vez determinados aspectos são levantados, inclusive os sociais; Handelmann vê onde os outros não viram e mostra diversos lados das questões, além daquele que se apresenta pela simples enumeração dos acontecimentos e pelo arrolamento das personagens. [...] Handelmann supera todos os historiadores que escreveram antes dele pela compreensão dos problemas, pela análise que apresenta a propósito dos temas principais, pela sensibilidade ao importante, pela forma como discrimina valores e situa o processo histórico (Matos, 1982, p. 14).

Handelmann compulsou diversas fontes documentais e consultou o que havia sido escrito na Europa e nos Estados Unidos sobre o país, reverberando em seus textos muitas das informações exaradas por Daniel Kidder e outros viajantes. Sobre o tratamento destinado aos índios pelos portugueses, é singular a reprodução em sua obra de um diálogo, havido em 1852, entre o tenente norte-americano Herndon e um juiz municipal de uma localidade no rio Xingu. Tal diálogo dá bem a dimensão da forma como era visto no Brasil o relacionamento dos portugueses com os índios em meados do século XIX. Desse diálogo, diz Herndon:

Nós falávamos sobre projetos de reforma em favor da população índia. O juiz municipal julgava ser necessário empregar força militar, a fim de subjugar-la inteiramente; era mister forçá-la de todo modo a trabalhar (portanto, o mesmo desejo de escravidão índia e trabalho obrigatório, como no século XVIII). Eu respondi que um português me dissera que a melhor reforma seria enforcar todos os índios. Com isso o meu amigo pareceu ficar um tanto horrorizado: não havia necessidade de remédio tão radical; contudo, ele concordava em que seria de vantagem matar os velhos; porém, podia-se matá-los a tiro. Creio que o homem falava mesmo a sério (Handelmann, 1982, pp. 257-8).

Para Handelmann, menos que um *intruso*, como assombrosamente defendia Varnhagen, os índios estavam em seu território e desde o início da colonização o haviam “defendido corajosamente contra o ataque dos portugueses”, embora sucumbissem ao ardil da catequese: “muitas vezes resolviam tribos inteiras acompanhar o pregador ao domínio da colônia portuguesa, trocar a sua liberdade selvagem pela suave soberania portuguesa” (Handelmann, 1982, p. 236).

A visão que tem dos índios é, de fato, a de um segmento injustiçado, e isso especialmente se deve ao fato de que, dada a centralidade que ocupam no processo produtivo, são tratados como párias e irmanados no infortúnio aos escravos negros (Handelmann, 1982, p. 258). Ao enfrentar o desafio de analisar o movimento cabano, Handelmann não tergiversa; minimiza o propalado descontentamento das massas com o governo provincial e desqualifica as alegadas cobiças particularistas como meros pretextos e dispara:

O verdadeiro motivo era o ódio dos brasileiros contra os portugueses – ódio que se originava não numa passageira antipatia nacional, explicável logo depois da separação inamistosa entre a pátria-mãe e a pátria-filha, porém em fundamentais motivos materiais; é, por conseguinte, de origem mais antiga e perdura sempre (1982, p. 261).

O ódio racial latente e alimentado por práticas cotidianas de exclusão, opressão e violência ao longo de trezentos anos era apenas a porta de entrada para a rebelião,¹ mas Handelman sugere que esse conflito inicial desde logo perde o sentido, sucumbindo a dimensões mais profundas: “a sublevação apresentou-se como uma guerra de índios contra os brancos, dos destituídos de bens contra os que possuíam bens” (Handelman, 1982, p. 262).

Essa execração dos portugueses se via ainda mais amplificada quando, em paralelo, recuperava-se uma imagem do índio que, cambiante, passa a ser exaltado agora como *bom selvagem*, sofrendo impiedosamente todos os martírios. Já na obra de Daniel Kidder, o índio passou a ser apresentado como “inocente e inofensivo”, tendo sido “perseguido e caçado até o mais íntimo recesso de seu habitat silvestre, como se fora um animal qualquer” (1980, p. 217). Émile Carrey, por sua vez, os apresentará, igualmente, como uma “raça de homens hospitaleira e meiga, com rosto e voz de mulher, que parece existir só para dormir” (1862, p. 319).

Seguindo nesse diapasão, não deixa de ser interessante perceber como, manipulando a pena literária, dois romancistas estrangeiros de meados do século XIX – o francês Émile Carrey e o português Francisco Gomes de Amorim – explicam a seus leitores o movimento da Cabanagem. O narrador de *Os revoltosos do Pará*, de Émile Carrey, inicia alertando seus leitores: “vou explicar-lhes em poucas palavras o que se passou”:

Em agosto do anno passado, sessenta homens d’esta provincia, fatigados das tyrantias dos nossos despotasinhos villões, pegaram em armas, sem saberem para que, nas margens do rio Araca. Foram mandados contra elles trinta e dois soldados que os dispersaram. Dois mezes depois, em novembro, aquelles sessenta homens tinham-se tornado em tresentos. Isto produziu sensação na cidade, e como muitos individuos, cansados de vexações, pelo menos inuteis, protegiam os revoltosos, fez o presidente um grande esforço. Armaram-se, oitocentos homens, prepararam-se embarcações de estado, e pozeram-se a caminho contra os insurgentes. A revolução foi vencida segunda vez. Os victoriosos triumphararn com expansões de tyrania, quando, a 7 de janeiro, às tres horas da manhã, entraram no Pará sessenta e cinco homens, despojos da revolta. A cidade tinha dentro dos seus muros cem guardas policiaes, mil e tresentos soldados d’infanteria, mil e duzentos guardas nacionaes, e fundeados no rio dois navios de guerra. Ás oito horas da manhã tudo isto estava submellido ou derrotado, e os sessenta e cinco revoltosos, coadjuvados por todos os descontentes do dia, estavam senhores absolutos da cidade (1862, pp. 127-9).

¹ “O povo baixo brasileiro considera-os [os portugueses] verdadeiros sanguessugas estrangeiros (como os europeus consideram os judeus); ele odeia os portugueses por causa de seu espírito comercial judeu, inveja-lhes a fortuna e, por toda parte, onde se declara algum levante sério, são eles as primeiras vítimas de seu furor” (Handelman, 1982, p. 261).

Já Gomes de Amorim explica o movimento na sessão de “Notas e esclarecimentos”, que faz acompanhar o seu teatro *Ódio de raça*:

No dia 7 de janeiro de 1835, houve na cidade do Pará uma noite de matança, como a que em 24 de agosto de 1572 teve lugar na França por ordem de Carlos IX e Catharina de Medicis. Mas, no Pará, não foi o fanatismo religioso, nem mesmo o político, que moveu o braço dos assassinos. O sentimento do crime, a paixão do roubo e do sangue, o ódio aos portugueses, e a falta de educação e conhecimentos convenientes para acatar as leis sociaes, impeliram um bando de miseráveis a armarem-se contra estas afim de romperem o dique posto pela civilização a seus instinctos ferozes e selvagens. Os assassinos reuniram-se no rio Acará, próximo da cidade, e d’alli vieram na noite de 6 de janeiro para os matos que rodeiam as primeiras casas. O presidente da província e o general das armas, que estavam no theatro, receberam o aviso a tempo de poderem ainda tomar providências; mas, como se estivessem já manietados a um destino fatal, nada fizeram e foram, na madrugada de 7, as primeiras victimas dos facinoras. Presidente, general das armas, comandante da marinha, comandantes e officiaes dos corpos, todos caíram sob o ferro homicida dos bandidos. Negociantes, empregados, operários, homens de todas as classes, mulheres, creanças – todos que não pertenciam á horda infame dos cannibae –, eram mortos a tiro, ás coronhadas e cacetadas, á faca, á machado, por todos os modos que sugeria a imaginação sanguinaria dos matadores, depois de infligirem ás victimas tractos do inferno de mistura com as maiores afrontas que podem praticar selvagens enfurecidos. A esse partido horrível aggregaram-se depois alguns homens notáveis da província, sem duvida por medo da morte; porque se não poderia explicar de outro modo uma adhesão que assim mesmo lançou sobre seus nomes uma nodoa indelével (1869, pp. 291-2).

Salta aos olhos o tratamento diferenciado assumido pelos literatos. Embora nada indulgentes com os rebeldes, o narrador na obra de Carrey não deixará de perceber a revolta como *reação*, já que os rebeldes se mostravam “fatigados da tirania” de “despotasinhos vilões”, termo utilizado por Carrey para qualificar os agentes coloniais lusitanos à testa da província do Pará. Já Gomes de Amorim, recusando qualquer enlevo legitimador às massas insurgentes, reduz o movimento ao puro e simples barbarismo e à selvageria animalesca da plebe ignara. Ao assim proceder, Amorim repercutia abordagens presentes nas primeiras interpretações conservadoras dos movimentos sociais que emergiram na Europa desde fins do século XVIII, popularizando intelectuais como Edmund Burke ou Hippolyte Teine.²

² Não é à toa que a obra mais importante sobre o movimento da Cabanagem ao longo do século XIX, os *Motins políticos*, de Domingos Antonio Raiol (1970), se mostra profundamente influenciada por essa concepção

No Pará e em Portugal, o avanço das interpretações depreciativas da ação portuguesa suscitou, de imediato, reações e ressentimentos por parte de autores portugueses, inconformados com a cristalização de tais ideias entre a população brasileira. É assim que Francisco Gomes de Amorim, reportando-se aos gracejos e chacotas que no Brasil se fazia com a pronúncia portuguesa, por vezes trocando o b pelo v, argumentava: “oxalá que todas as amabilidades que nos dizem no Brasil fossem tão inofensivas como esta”. Diante da pecha de explorador e arrivista, esclarece que “nas camadas inferiores é geral esse juízo acerca dos portugueses” (1869, p. 170).

A fala de Gomes de Amorim não esconde seu desapontamento, pois, para ele, “poucos são os filhos daquele império que fazem inteira justiça ao caráter português”. Além do mais, argumenta Amorim: “Se o Brasil tem sido para muitos dos nossos naturais uma fonte de riquezas, não pode ocultar que deve a esses mesmos que tão injustamente qualifica a maior parte de sua propriedade e comércio” (1869, p. 171).

O renomado autor português ressentia-se ainda da ação difamatória da imprensa brasileira, para ele a grande responsável por esgarçar as contradições entre brasileiros e portugueses, frequentemente reportando-se a estes últimos, muitas vezes, por meio de desqualificações fíncadas num humor ferino e mordaz. Vivia-se um momento de plena expansão da atividade periodista no Brasil, com o jornal traduzindo muitas vezes compromissos políticos e assumindo uma linguagem veemente. Com tais características, o pasquim consagrou-se entre diversos setores da sociedade brasileira, incluindo-se aí a imensa massa inculca e analfabeta, alcançada pelos circuitos de difusão da leitura pública (Morel e Barros, 2003, p. 49).

Ciente da franca capacidade e frequência com que a imprensa açulava as paixões populares, e tomando como mote uma velha canção brasileira difundida nos jornais, Gomes de Amorim³ argumentou:

Se em Portugal se dissesse aos brasileiros a milésima parte dos apodos afrontosos com que eles nos mimoseiam, que diria a sua imprensa? Já os gracejos inofensivos de um ou dois jornais portugueses, aliás censuráveis, fizeram com que alguns periódicos do império – tais como a *Marmota*, o *Guaycurú*, e outros – tocassem a degola contra nós! (1869, p. 175).

As lamúrias de Gomes de Amorim seriam, todavia, em vão, já que a contínua reavaliação das ações coloniais portuguesas no Brasil jamais sairia de cena e até mesmo se agudizaria nos anos iniciais da República, em meio à ressurgência da *questão nacional*

aristocrática da história e faz referências diretas às análises depreciativas de Burke acerca da Revolução Francesa.

³ A quadrinha a que se refere Amorim diz: “Marinheiro, pé de chumbo / Calcanhar de frigideira / Quem te deu a confiança / De casar com brasileira?”.

(Oliveira, 1990) e dos sistemáticos revisionismos que, às vésperas do Centenário da Independência, se operaram no Brasil. Assim, ainda em 1915, era possível ler no jornal *Alma Portuguesa*, editado em Manaus, contestações dessas revisões:

Li há dias em certo jornal que foi obra do acaso a descoberta do Brasil, não havendo, portanto, tanto merecimento em tal empresa (*sic*). E logo a seguir acrescenta o alvissareiro noticiário, falando, pelo visto, em nome de outros de seus compatriotas: “Mas Pedro Álvares Cabral, o almirante português, foi o nosso descobridor, foi o homem que nos revelou ao sol da civilização”. Em tais termos expandia o maganão o contentamento que lhe vai lá nas entranhas por ver o seu país, o país onde ele nasceu, por acaso, liberto do estado selvagem em que o encontrou o almirante português, e por se ver ele próprio emancipado da tanga, do arco e da flecha, que foram apanágio dos seus avós.

Está tudo muito bem; mas a verdade é que eu fiquei sem compreender a qual das entidades – acaso ou Pedro Álvares Cabral – atribui o meco os benefícios decorrentes do descobrimento do Brasil, se é que tais benefícios ele reconhece de fato, declarando que não há grande merecimento em tal empresa (*Alma Portuguesa*, 1915).

É no rastro de tais contradições que parte da historiografia do movimento Cabano assumirá, nas primeiras décadas do século XX, a linha interpretativa do *nativismo*,⁴ entendendo e explicando o movimento como revolta da população indígena e mestiça do Grão-Pará contra seus antigos opressores coloniais, os portugueses, em associação com um precoce sentimento de brasilidade que contagiara os segmentos da elite branca nativa após a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, e seus desejos de uma efetiva recolonização do Brasil.

Referências

- AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1975.
- ALMA PORTUGUESA, Manaus, n. 5, 6 mai. 1915.
- CARREY, Émile. *Os revoltosos do Pará*. Lisboa: Typografia do Futuro, 1862.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- GOMES DE AMORIM, Francisco. *Ódio de raça*. Lisboa: Typografia Universal, 1869.
- HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil, tomo I*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982.

⁴ Para uma crítica ao conceito de nativismo e à forma como ele se introduziu na historiografia Brasileira, ver Silva, 1997.

- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1980.
- MATOS, Odilon Nogueira. "Introdução". In HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil, tomo I*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982.
- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e os historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo* (tese). Unicamp, 2001.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOREL, Marcos e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PACHECO, Alexandre. "A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em *A Amazônia e a cobiça internacional – anos de 1960*". *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 10, dez. 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 15 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- . *História econômica do Brasil*. 29 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3 v.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Belém: SECULT, 1994.
- SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo: a história como "biografia da nação"*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. "Introdução: ensaio histórico sobre as letras no Brasil". In ———. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1987.

Imigrantes espanhóis no período pós-Guerra Civil: exílio ou imigração

Dolores Martin Rodriguez Corner

A imigração constitui-se num fenômeno histórico e faz parte de um processo que envolve não somente a oferta e a demanda entre países implicados, mas também considera aspectos sociais, históricos, culturais e identitários. O que move as massas humanas é a busca de melhores condições de trabalho, de vida, de dinheiro e, muitas vezes, a fuga da fome ou de guerras, sempre que as condições do país não permitem a sobrevivência.

A emigração acontece sempre que as circunstâncias na própria terra são adversas, uma vez que é natural ao ser humano o apego a seu lugar, a sua terra. Muitos, ao sair de seu lugar, pensam que essa ausência será provisória, até que encontrem algum trabalho, e a situação econômica melhore – “presença provisória que se subordina a alguma razão que lhe é exterior, que lhe serve de alibi e da qual ela retiraria seu significado e sua justificativa: essa razão constitui o trabalho” (Sayad, 2000, p. 21) –, embora muitas vezes o retorno nunca mais acontecesse. A emigração somente ocorre em três situações. Primeiramente, quando o indivíduo quer, deseja sair, trata-se de realizar um sonho, faz parte de seus planos de futuro ou apenas pelo espírito de aventura. Também ela ocorre quando as pessoas têm condições financeiras. Então vendem ou arrendam suas terras,

o que lhes permitirá manterem-se por um tempo ou estabelecerem-se para começar uma nova vida. Existem, no entanto, certas situações que impelem o indivíduo a sair, ao encontrar-se em situações limites de permanência, sem possibilidades em seu país. Os verbos que bem definem essas contingências respondem às perguntas: eu quero, eu posso ou eu devo emigrar?

A última situação retrata bem o que aconteceu com um grupo de espanhóis do pós-guerra. Eles deveriam emigrar, necessitavam emigrar – uma escolha que privilegiava a busca de condições de vida digna em outro país, pois a Espanha encontrava-se esfacelada e destruída, de famílias divididas, de irmãos contra irmãos.

A Guerra Civil Espanhola, ocorrida entre 1936-1939, seguida pela II Guerra Mundial (1939-1946), registrou uma baixa na população, principalmente a masculina, e um esfacelamento da economia, levando a uma crise econômica, de fome, racionamento e quotas de alimentos. Constituiu-se em um dos quadros mais tristes da história do país, com famílias divididas entre nacionalistas e republicanos, que levou muitos anos para dissipar-se. O grupo derrotado sofreu perseguições implacáveis, que impediam o encontro de um emprego e a recomposição da vida.

A guerra civil difere de uma guerra entre países, por seu agravante, pois o inimigo se encontra dentro do próprio território, uma luta quase contra si mesmo, dentro da própria família. A tragédia da Espanha em 1936 foi ainda maior que uma guerra, pois a questão ficou polarizada com dois outros eixos de conflito: o centralismo estatal contra a independência regional e o autoritarismo contra a liberdade do indivíduo. Retratá-la como um choque entre esquerda e direita pode ser uma simplificação enganosa, uma vez que o processo era doloroso com seus cidadãos. Antifascistas convictos, muitos consideravam que o que estava em jogo na Espanha era a luta contra o inimigo, que poderia se espalhar pela Europa e pelo mundo: o nazi-fascismo. A Espanha sintetizava a disputa das duas correntes do momento e a vitória seria muito importante para definir os caminhos que todos seguiriam.

Era um momento complexo, em que a luta de classes imprimiria à luta política revanches e agressões, passada a guerra civil. Terminado o conflito bélico, era necessário zelar pela Espanha para que ela se conservasse unida, católica, conservadora e em paz. Franco utilizou de todo controle, censura e vigilância para levar à frente essa proposta, tentando evitar que o perigo da instalação do regime comunista voltasse a ameaçar a Espanha. Um país que passou por três anos de miséria e de dor, com famílias desestruturadas, e crianças retiradas do convívio de seus pais, buscava agora uma forma de reconstruir-se.

Em determinados períodos, como crises financeiras de pós-guerra, os governos facilitavam a saída de pessoas oferecendo oportunidades por meio de políticas. “É possível que haja uma familiaridade muito grande entre capitalismo e fenômeno migra-

tório, principalmente no campo das relações de trabalho, no horizonte das diferenças e nas composições de classe e de cultura” (Tedesco, 2002, p. 39). A situação naquele momento exigia uma saída, pois os republicanos eram perseguidos e ameaçados, o que dificultava a recomposição da vida e a manutenção da família. Evocar as experiências vividas na terra natal, além de dar-lhes voz, proporciona aos imigrantes uma reflexão em busca de respostas para compreender os motivos de abandonar seu lugar de nascimento, o ambiente que até então era o único que haviam experimentado. “A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (Bosi, 2003, p. 53). A luta que se travava interiormente era com respeito ao desconhecido, que causava insegurança, e o conhecido, que deve ser abandonado ainda que contra a vontade.

Esses deslocamentos despertavam, muitas vezes, o sentimento de perda, de desenraizamento, de afastamento do lugar de origem, dos costumes ou das pessoas, causando sofrimento. A imigração produz insegurança, medo, mesmo porque, a partir do momento em que alguém cruza a fronteira, torna-se um imigrante, passa a estar dividido entre seu país de origem e o país de acolhida, no sentido jurídico do termo, ele passa a ser um estrangeiro, um estranho. Inclusive, em caso de retorno ao seu país, os seus compatriotas muitas vezes não perdoarão o fato de haver um dia deixado sua terra para tentar uma vida em outro lugar distante.

A história oral registrou importantes depoimentos de imigrantes espanhóis desse período e que estão presentes nas suas memórias do sofrimento passado:

Fui para um campo de concentração numa praia do Mediterrâneo em Gurs, onde havia um *arenal* medonho, localizado a uns 40 quilômetros da fronteira. Os franceses colocaram ali uma imensa massa de gente: militares, civis, velhos, mulheres, jovens e crianças: todos juntos. Éramos patrulhados por senegaleses, soldados negros e árabes. Os árabes formavam, durante a guerra, a cavalaria: os marroquinos com os cavalos e os negros com a infantaria. Eram de uma violência indescritível. Ficamos no campo de concentração de maio até o inverno, mas não podíamos permanecer ali, pois o avanço do frio e a falta de estrutura nos matariam. Quando começou a esfriar tivemos que cavar buracos para dormir, porque as barracas que nos foram dadas eram verdadeiros galpões de lona, não nos protegiam (Meihy, 2009, p. 76).

A reconstrução da Espanha tardou um pouco a concretizar-se, pois as feridas abertas eram muito profundas e causavam ressentimentos e rancores em ambos os lados. Os nacionalistas vitoriosos tiveram a tarefa de fazê-la, embora não tenha sido fácil o ponto de equilíbrio, a paz, pois não tiveram nem piedade nem deram seu perdão. O encontro de dois fatores determinantes – a ausência de alimentos e de condições de

produzi-los, associada à perseguição política que se estabeleceu – impulsionou uma saída maciça de espanhóis para a América, incluindo o Brasil. As dificuldades em encontrar o alimento no período que sucedeu a guerra civil eram muitas.

O país encontrava-se em uma situação tal, que não lhes oferecia condições de trabalho e subsistência, viam-se sem perspectivas de futuro, tanto para si como para sua família, e sofriam perseguições que resultavam em perigo de morte e que tornavam a saída urgente. Muitos não puderam ou não suportaram esperar que a Espanha voltasse à normalidade, pois sofriam pressões de toda ordem. “Os desequilíbrios espirituais opõem a Igreja católica e sua pressão dominadora mantida a um anticlericalismo militante, político-ideológico, numa certa burguesia, passional nas massas populares anarquistas” (Vilar, 1989, pp. 7-20). Passaram então a enfrentar um período de racionamento de gêneros alimentícios com distribuição de cotas de pão, de leite, de carvão à população, que fazia filas imensas para consegui-los.

Segundo alguns critérios estabelecidos para a distribuição dos alimentos, o racionamento e as cotas funcionavam de maneira distinta, pois muitos recebiam sua parcela na própria casa e outros precisavam enfrentar filas para conseguir sua cota de víveres. O pão oferecido pelo racionamento era de sabor desagradável e os que de alguma maneira tinham acesso à farinha de trigo, a compravam no mercado negro, e solicitavam ao padeiro do lugar que fizesse pães melhores para o paladar.

O tema “fome” se constitui num dos tabus da civilização. Sempre que possível, é ocultado numa verdadeira conspiração de silêncio, por ser um tema proibido, pois fere a ética da sociedade, principalmente aos que são seus causadores. Assim, a fome como um tabu tornou-se um tema impuro que não deve ser tocado, muito menos discutido em público, pelas implicações que levam às possíveis soluções ligadas a questões econômicas, políticas e sociais. O pão, por seu valor simbólico, por representar o alimento e a saciedade, era a ausência que mais afetava a todos. Além de ser um hábito arraigado, também alimentava o imaginário das pessoas. A fome impulsiona o homem a um movimento. Ela provoca, muitas vezes, a saída de famílias inteiras de seu país de origem, objetivando a alimentação, o sustento de cada dia.

Na ausência total de produção agrícola e de criação de animais de granja ou de pastos, na época da fome, muitas formas de sobrevivência foram encontradas, utilizando-se os ingredientes mais inusitados, que jamais seriam consumidos em tempos de fartura, como ratazanas, escorpiões ou mesmo cobras, que passam a fazer parte da alimentação humana por saciarem a fome. Em caso de guerras, surgem as receitas jamais imaginadas para atender à fome da população. Exemplificando, uma receita de tortilha de batatas feita sem as batatas:

Capa branca que fica entre a pele e a polpa de três laranjas grossas. Cortadas em finas lascas, deixadas de molho três horas (perder amargor). Escorridas e refogadas com cebola (se transformavam em supostas batatas). Para substituir os ovos, esfregar o fundo do prato com alho. Verter gotas de azeite, sal, quatro colheres de farinha, dez de água, um bicarbonato, pitada de pimenta moída, até conseguir um creme claro. Misturar com as falsas batatas antes de talhar (Capel, 2003, p. 17).

Receitas como essa eram inventadas para saciar a fome, mesmo os ingredientes imprescindíveis, como as batatas e os ovos, pela criatividade das pessoas, eram recriados para supor que estavam comendo suas tortilhas. A dificuldade, no entanto, estava em encontrar o que comer, tanto durante a Guerra Civil como no período que se seguiu. Como o pão amanhecido era facilmente encontrado, as migas passaram a ser o prato de subsistência, o prato que alimentava e não tinha ingredientes caros.

Em busca da vida em paz

Como um girassol, raízes no chão e a flor olhando para o lado oposto, Brasil e Espanha, assim me sinto com o imigrante.

(Blanco, 2009, p. 85)

Com as feridas ainda abertas, os espanhóis buscavam alternativas de sobrevivência, encontrando na emigração uma saída viável. Muitos deles emigraram para a São Paulo, nessa época, pois a cidade vivia a efervescência das comemorações do seu IV Centenário e estava formando o seu complexo industrial, que necessitava de mão de obra especializada. Os entrevistados puderam relatar suas experiências desse período na Espanha, e do sofrimento pelo qual passaram as famílias ao terem que se separar de seus filhos para preservá-los do conflito pelo qual passavam nas grandes cidades, como este que segue:

Franco marcou minha memória brutalmente. À época, quando começou a guerra, os meninos de Madri eram levados para fora. Como Madri estava praticamente cercada e bombardeada, com aviões e com obuses, por terra e por ar, nos levaram a um povoado de Valencia, de trem, onde um lavrador que tinha uma filha me recolheu a sua casa. Eu ajudava no que podia, hoje diriam que é exploração infantil, mas não foi, eram pessoas muito generosas, magníficas e inesquecíveis em minha vida, me trataram muito bem e ajudei no que podia, tinha sete ou oito anos e tinha consciência do que estava acontecendo comigo. Estava longe de meus pais e irmãos e esse casal me tratou como filho. Eram

lavradores sem terras próprias, trabalhavam na terra de um, na terra de outro, davam comida, enfim parece coisa impossível de acontecer.¹

Embora distante de sua família, Emilio tinha perfeita consciência do que estava acontecendo com ele e com seu país naquele momento, e procurava ajudar a família valenciana que o acolheu bondosamente.

A cidade de São Paulo oferecia trabalho, o que para muitos se constituía em um grande atrativo, principalmente em se tratando de uma emigração com fortes características de exílio, como a desse grupo de espanhóis.

Uma cidade que estava crescendo, eu via que era uma cidade que tinha potencial. Não escolhi o Brasil porque quis escolher, eu queria ir para a Venezuela, mas não havia mais corpo de imigração, então havia oportunidade de vir para o Brasil. Como o Brasil está rodeado de países hispanos, pensei que depois daqui eu poderia ir para Argentina, Uruguai, ou para outro país. O cônsul nos proibia de sair daqui, foi uma sorte, para mim foi uma sorte que não me deixou sair, fiquei aqui. É fácil de explicar. Na Espanha era obrigatório fazer o serviço militar, três anos nessa época, e eu não queria perder três anos da minha vida fazendo serviço militar. A Galicia era pequena para tantos galegos e víamos um futuro difícil após a Guerra Civil e a Segunda Guerra Mundial, então, parece que o futuro estava na imigração, vamos nos aventurar e emigrar.²

Com a inexistência de grupo de imigração para alguns países da América, nesse caso, a Venezuela, e diante da premência de sair do país, o Brasil surgia como um destino atraente naquele momento a esse imigrante, mesmo porque a escolha do destino do imigrante, devido à premência, era feita ao acaso, segundo as circunstâncias e as ofertas que surgiam.

A emigração de camponeses foi sugerida pelo governo franquista, por considerá-los população excedente, numa tentativa de equilibrar o número de pessoas e evitar assim conflitos advindos desse excesso, visando ao equilíbrio econômico. Os que saíam tinham plena consciência de que não haveria outra maneira que não fosse emigrar, devido à superpopulação, entre outros motivos. A imigração tem muitos aspectos: “em sua dupla dimensão, de fato coletivo e de itinerário individual” (Sayad, 2000, p. 13). Deixar o país de nascimento já se constituía, por si, em um processo difícil, principalmente nas circunstâncias em que os espanhóis do pós-guerra estavam vivendo, e não lhes permitia outra opção. Na tentativa de recompor sua vida, uns tinham amigos ou

¹ Emilio Cano, imigrante espanhol residente em São Paulo em depoimento em 2004.

² Belarmino Iglesias, imigrante espanhol em entrevista em 2005.

parentes no Brasil, enquanto outros saíam sem saber para onde, além da vontade de vencer, de “fazer a América”, termo muito ouvido à época na Espanha e nos demais países.

A verdade é que nem sempre essa vontade se concretizou e muitos se arrependeram da viagem feita, e não retornavam para não ter que encarar seus conterrâneos em situação inferior. Existia também o preconceito para com os retornados que não haviam feito fortuna na América, o que os fazia trabalhar mais, evitando o retorno sem glórias.

As relações de amizade ou de familiaridade, muitas vezes, decidiam os destinos de galegos e andaluzes, na ilusão de trabalho, de ganhos fáceis, muitos atendendo aos apelos da propaganda que era feita na Espanha em busca de oportunidades. Nessa época surge a indústria automobilística no ABC Paulista, que necessitava de mão de obra especializada combinada com a necessidade de muitos espanhóis de saírem da Espanha naquele momento do pós-guerra, o que produziu esse expressivo movimento migratório.

Além dos atrativos oferecidos pela cidade, o governo brasileiro não fazia muitas exigências para acolher os imigrantes. Ao contrário, facilitava sua entrada porque necessitava de profissionais especializados. Muitos espanhóis se apresentaram como técnicos especializados, diferentemente do grupo de espanhóis da primeira imigração, formado por camponeses semianalfabetos, em sua maioria. “Era porque el país no me exigía nada, apenas una profesión, coloqué la profesión de dibujante, y era una profesión muy necesaria, me autorizaron a venir sin más explicación”.³ As facilidades oferecidas aos imigrantes pesaram como um fator positivo na sua decisão, no momento em que a Argentina estava fechada para os imigrantes.

Deslocado, no sentido próprio do termo, no espaço, o imigrante é também deslocado de uma maneira diferente desse primeiro sentido: “a presença do imigrante, presença imprópria, é deslocada no sentido em que se diz que uma palavra está deslocada” (Sayad, 2000, p. 11). O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal. E a extinção dessa denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inscrito na condição do imigrante.

Assim vieram muitos espanhóis a São Paulo em busca das oportunidades que a cidade oferecia, pois se expandia como uma metrópole nessa época. Na verdade, era uma saída eminente, mais próxima a um exílio, numa tentativa de preservar a própria vida, de esquecer o passado e buscar um recomeço. Tratava-se de uma imigração majoritariamente masculina, na qual os homens saíam sós, e, depois de se estabilizarem economicamente, solicitavam a vinda da família.

³ Emilio Cano, depoimento prestado em 2004.

Iniciou-se uma nova vida aos imigrantes, com histórias muito diferentes, dependendo das circunstâncias de saída e da acolhida na cidade, próprias de cada um. O fator emprego marcou sobremaneira a vida nova de cada um deles. As oportunidades não surgiram de igual forma a todos e, nessas vozes, nesses depoimentos, um pouco de história de vida, um pouco de uma empreitada muitas vezes difícil até conseguir o porto seguro.

A realidade encontrada

Chegando a São Paulo, porém, os espanhóis encontraram o governo de Getúlio Vargas e, para muitos, as perseguições continuaram existindo, mesmo porque eles se posicionaram contra o regime político vigente. Aproveitando o protesto ao governo getulista realizado pelos paulistas, alguns espanhóis se engajaram e partiram para as ruas, unindo-se ao grito popular de São Paulo, como relatou Emilio Cano, em entrevista:

Legué aquí con Getulio, pero yo recuerdo que participé aquí de manifestaciones, después de un mes aquí en la calle, cantando con amigos de la USP, por la calle: 'Getulio fora do Catete, paulistas para nossa salvação'. Y ponía en todas la paredes una R que quería decir 'Renuncia'. Lo que no podía hacer ahí podía hacer aquí, entonces, decidí: aquí fico.

O que realmente revoltava os intelectuais era a censura imposta aos clássicos da época, pela imposição do partido nacionalista de Franco.

O Brasil, em especial, São Paulo, tornara-se para eles o lugar em que era possível exercer ações efetivas de militância política e cultural. Enquanto lá Franco se preocupava em selecionar o que poderia ser lido e estudado pelos jovens, aqui, os também 'futuros espanhóis' deveriam aproveitar a liberdade, dedicar-se a ler, estudar e conhecer autores importantes do panorama literário espanhol e outros, que, mesmo não sendo espanhóis, poderiam de alguma forma contribuir para a formação de consciência política (Moraes, 1997, p. 139).

Alguns imigrantes puderam conhecer aqui no Brasil as publicações espanholas cujos autores estavam censurados na Espanha, conforme este depoimento:

Era o fin, no podía leer. Yo conocí Miguel Hernández, García Lorca y otros tantos Ortega y Gaset aquí, allí no podía verlos. Entonces aquella vida no me resultaba porque había

una pared delante de mí y no podía moverme. Estas prohibiciones absolutas que había. Entonces yo vine para un poco más de libertad.⁴

Os espanhóis se reuniam em associações regionais, como Casa de Galícia, Centro Asturiano, Centro Andaluz, entre outros, cujas festas e eventos promovidos propiciavam a acolhida da cidade e causavam o sentimento de identidade e pertença entre eles.

Entre essas associações, o Centro Democrático Espanhol (CDE) reunia os republicanos que procuravam resistir às formas de repressão e seguir lutando por seus compatriotas que permaneceram na Espanha e que não puderam emigrar. Puderam então participar de eventos importantes, festivais e teatros, entrar em contato com a literatura proibida na Espanha da época.

O primeiro festival de teatro apresentado por essa seção encenava, sob a direção de Juan Blanco, a peça *Los fusiles de la Madre Varrar*, escrita em 1937 pelo poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht. Ficaram famosos seus cenários para as obras de García Lorca: *La zapatera prodigiosa*, *Bodas de Sangre* e *Casa de Bernarda Alba*. Sánchez, depois de ter suas obras destruídas pelos bombardeios fascistas, transferiu-se para Moscou, onde continuaria produzindo arte espanhola, inclusive o conjunto de esculturas sobre as mulheres castelhanas. Sem nunca mais retornar à Espanha, passou a ser considerado, por seu trabalho, ‘um embaixador da cultura espanhola’ (Moraes, 1997, p. 142).

Agora, com as apresentações musicais e teatrais, as obras puderam ser apreciadas e discutidas pelos imigrantes. O CDE tornou-se o ponto de encontro dos republicanos na cidade e, organizados, enviavam apoio aos que permaneceram encarcerados na Espanha, no período pós-guerra. A cidade lhes permitia manifestarem-se, inteirarem-se com o movimento que haviam deixado em seu país, ocorrendo a identificação imediata com os objetivos dos protestos.

Havia uma comunicação constante entre as mulheres espanholas de São Paulo, pertencentes ao CDE, e as esposas dos presidiários de guerra que permaneceram na Espanha e passavam por grandes dificuldades por não haver emprego. Elas escreviam para a Sociedade Feminina do CDE, aqui fazendo muitas festas e arrecadações para enviar auxílio àqueles que estavam na prisão. A honestidade das mulheres de presidiários era tanta que, quando seus maridos retornavam a casa, elas escreviam, comunicando que não necessitava enviar mais a ajuda:

⁴ Emilio Cano, em entrevista em 2004.

Las mujeres escribían, la sociedad femenina hacía las fiestas y mandábamos al final del año café, cigarro, mas olha a consciência de los presos políticos. Escribíamos para las familias de los que estaban en la cadeia, cuando ellos salían, las familias, mismo precisando, ellas escribían que su marido ya había salido que escribieran para otros.⁵

A imigrante Juana foi esposa de dois dos presidentes do CDE, pois, ao ficar viúva, casou-se com Pablo, que também veio a ocupar o cargo de presidente. “Meu primeiro marido era presidente do CDE e faleceu aos 39 anos, deixando-me com dois filhos”. Sendo esposa de presidente, Juana foi muito atuante preparando festas com flamenco, pratos típicos e encarregava-se de manter a correspondência com as famílias de presidiários no sentido de ajudar. Juana não fala o português, mesmo vivendo no Brasil há muitos anos, mas uma mistura de idiomas que foi mantida em sua fala. “Si y trabajamos muito lá, porque *el Centro Democrático* ajudava muito a *los españoles* que *estaban* em la cadeia. Nós recebemos carta da França de Picasso, ele fez um quadro, *La paloma de la paz*, e mandou o seu desenho, para que fosse vendido e assim arrecadar algum dinheiro”. Pablo Picasso enviou um de seus símbolos, sua pomba da paz, para contribuir com os imigrantes espanhóis na ajuda aos companheiros. Essa pintura enviada faz parte de uma série de desenhos intitulados de “Paloma de la paz”, elaborados pelo pintor, sendo que uma dessas pinturas compôs o cartaz do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizado em Varsóvia em 1949. Após sua venda, a arrecadação do Centro Democrático de São Paulo foi enviada à Espanha, atendendo ao pedido do autor, em apoio à causa republicana, no período crítico pelo qual ela passava após o término da Guerra Civil.

O CDE era um centro antifranquista, segundo Juana, onde se comemoravam as datas importantes, como o dia da República – 14 de abril – e também o dia da Segunda República – 31 de abril de 1931. Enquanto na Espanha de Franco se construía uma filosofia baseada em ensinamentos religiosos, católicos tradicionais, em São Paulo, os imigrantes espanhóis, principalmente os do Centro Democrático, trabalhavam pela Espanha e por seu povo para manter as raízes, para divulgar sua cultura, os autores proibidos na terra de origem. O teatro, a literatura e a música muito contribuíram para a disseminação dessa cultura, com Lorca, Antonio Machado, Miguel Hernandez, entre outros.

Todas as atividades culturais do CDE convergiam para o mesmo propósito arrecadatório:

As mulheres do CDE, imbuídas de seu papel, participantes ativas da Seção Feminina, procediam alinhadas ao trabalho dos homens, reverenciando a memória *daqueles* que,

⁵ Juana Naranjo, em entrevista em 2008.

mesmo vitimados pelas represálias de Franco, permaneciam leais à Espanha republicana. Ao organizar o Gran Festival Artístico, com música e dança de Andaluzia, escolheram para ilustrar a capa do catálogo uma reprodução da escultura de Alberto Sánchez,⁶ *La mujer de la bandera*. Essa escultura integrava o conjunto de esculturas denominado ciclo de Las Mujeres Castellanas (Moraes, 1997, p. 141).

O CDE foi formado em sua maioria por andaluzes republicanos, junto à Casa de Galícia, que tinha um posicionamento apolítico, como eles mesmos declaravam.

Segundo seus fundadores, a Casa de Galícia tinha objetivos puramente sociais, culturais e beneficentes, sendo considerada uma obra de ‘caráter patriótico’. Seus diretores faziam questão de frisar seu teor ‘apolítico’, em oposição ao então existente Centro Democrático Espanhol, que representava na época a resistência antifranquista (Peres, 2002, p. 312).

Surgiram assim muitos atritos entre esses dois grupos, registrados em atas de reuniões que hoje estão aos cuidados da Casa de Espanha, por conflitos ideológicos desses grupos de imigrantes de São Paulo. Enquanto os galegos da Casa de Galícia, em sua maioria, eram nacionalistas, os imigrantes andaluzes do CDE eram republicanos e buscavam oferecer ajuda àqueles que permaneceram em território espanhol passando por dificuldades e perseguições dos quais enviavam víveres.

Apesar do alegado caráter apolítico da entidade, circulavam por seus corredores autoridades espanholas, era comemorada com entusiasmo a Fiesta de La Raza ou da Hispanidad em 12 de outubro e negava-se a participação nos eventos vistos como ofensivos ao governo espanhol. A partir dessa exposição seria fácil qualificar os membros da Casa de Galícia como ‘franquistas enrustidos’, como muitas vezes foram denominados pelos demais (Peres, 2002, p. 313).

Pensando sempre em ajudar aos espanhóis, que, por ideologia adversa ao regime franquista, sofriam perseguições e ameaças, embora o Brasil vivesse um contexto adverso, muitos espanhóis do CDE conseguiram angariar fundos e realizar uma corrente de solidariedade, enviar víveres, cigarros e ajuda às famílias dos que estavam em prisões na Espanha.

As dinâmicas político-sociais dessa sociedade de imigrantes puderam amenizar o sofrimento das famílias dos presidiários do pós-guerra.

⁶ O escultor Alberto Sanchez Perez (1895-1962), nascido em Toledo, foi exilado para Moscou, onde faleceu. Era amigo de Federico García Lorca e ativista ao lado dos republicanos. *Mujer con una bandera* faz parte de uma série de esculturas pertencentes ao ciclo das Mulheres Castelhanas, em exposição no Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia em Madri, durante o mês de setembro de 2013.

Considerações finais

As forças bélicas dessa guerra civil eram desiguais, uma vez que Franco recebia o apoio da força aérea alemã, com seus aviões, que despejavam bombas em cidades espanholas, como Guernica, cena tão bem preservada na memória pelo gênio de Pablo Picasso. Além disso, foi apoiado por Inglaterra, Itália e outros países que temiam a invasão vermelha na Europa. Por outro lado, os republicanos tiveram o apoio de diversos voluntários, inclusive brasileiros, dos governos soviético e francês, que, embora não tivesse enviado seus homens, acolhia os perseguidos políticos quando eram repatriados ou conseguiam cruzar as fronteiras.

Aos espanhóis, que viveram uma das guerras mais ferozes, como foi a Guerra Civil de longos três anos de duração – entre 1936-1939 –, e que se viram sem trabalho, sem alimentação, sofrendo perseguições do regime ditatorial imposto, somente uma alternativa restava: sair da Espanha.

Assim, pode-se considerar esse contingente de imigrantes espanhóis que deixaram seu país no pós-Guerra Civil Espanhola e II Guerra Mundial, fugindo da fome, do desemprego, das perseguições, por todos esses problemas expostos, mais como um grupo de exilados, de imigrantes forçados, que não tinham outra alternativa, no momento, para sobreviver. Chegavam em uma agência de viagens e pediam uma passagem para qualquer cidade, sem conhecimentos a respeito do país, pois estavam diante de uma situação de emergência.

A maioria desses espanhóis seguiu sozinho ao Brasil, para depois de estabilizados chamarem seus familiares. Outros, no entanto, viajaram com esposa e filhos, numa adaptação mais dificultada pelas circunstâncias. As crianças que cruzaram o Oceano acompanhando seus pais foram como que arrancadas de sua terra, levando um tempo para se adaptarem.

Sendo assim, esse grupo de imigrantes espanhóis partiu para uma emigração forçada, assemelhando-se mais a exilados, para quem não havia outra opção senão sair de seu país.

Referências

- BEEVOR, Antony. *A batalha pela Espanha. A Guerra Civil Espanhola – 1936-1939*. Rio Janeiro / São Paulo: Record, 2007.
- BLANCO, Maria Isabel. *Um documentário de afeto: espanhóis na cidade de São Paulo (dissertação)*. ECA-USP, 2009.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CAPEL, J. C. et al. *Homenaje a la tortilla de patatas*. Barcelona: Planeta, 2003.

- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A revolução possível: a história oral de soldados brasileiros na Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Xamã, 2009.
- MORAES, Maria Candelária Volponi. *CDE: um pedaço da Espanha no coração de São Paulo. Centro de Cultura e Resistência ao franquismo: 1957-1975* (dissertação). PUC-SP, 1997.
- PEDRERO SANCHEZ, María Guadalupe e PIÑERO, Concha (orgs.). *Tèjiendo recuerdos de la España de ayer: experiencias de postguerra en el régimen franquista*. Madri: Narcea, 2006.
- PERES, Elena Pájaro. *A inexistência de terra firme: imigração galega em São Paulo (1946-1964)*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SAYAD, Abdelmalek. “O retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia – Revista do Migrante*, n. especial, ano 13, jan. 2000.
- TEDESCO, João Carlos (org.). *Usos de memórias (política, educação e identidade)*. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.
- VILAR, Pierre. *A guerra da Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

The first part of the document is a letter from the Secretary of the State to the Governor, dated the 10th of January, 1870.

The letter contains a report on the state of the treasury, and a statement of the receipts and disbursements for the year ending on the 31st of December, 1869.

The report shows that the treasury is in a healthy state, and that the receipts have exceeded the disbursements for the year.

The Secretary also reports on the progress of the public works, and on the state of the various departments of the government.

The letter concludes with a statement of the Secretary's confidence in the future of the state, and a hope that the Governor will be able to carry out his policy.

The second part of the document is a report on the state of the treasury, and a statement of the receipts and disbursements for the year ending on the 31st of December, 1869.

The report shows that the treasury is in a healthy state, and that the receipts have exceeded the disbursements for the year.

The Secretary also reports on the progress of the public works, and on the state of the various departments of the government.

The letter concludes with a statement of the Secretary's confidence in the future of the state, and a hope that the Governor will be able to carry out his policy.

The third part of the document is a report on the state of the treasury, and a statement of the receipts and disbursements for the year ending on the 31st of December, 1869.

Parte IV

Vida no Brasil: acolhimento e associativismo

Vida no Brasil: acobertamento e associativismo
Parte IV

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo: um novo espaço para o recrutamento de braços europeus pela economia cafeeira

Paulo Cesar Gonçalves

Na década de 1880, pressionada pela força do movimento abolicionista, que colocava em risco a escravidão, e por sua expansão geográfica, a lavoura de café paulista intensificou a demanda por força de trabalho. Não bastavam mais os poucos imigrantes que os fazendeiros mandavam trazer da Europa, seria necessário ampliar esse recrutamento. O Estado foi chamado a promover, endereçar e organizar a imigração, tornando-se fiador, em relação aos proprietários de terras, do abastecimento constante de braços para a plantação (Vangelista, 1991, p. 54). A partir desse momento, a política imigratória passou a financiar sistematicamente a obtenção de mão de obra do outro lado do Atlântico – tarefa de grande vulto, como mostram as entradas anuais de imigrantes a partir do final do século XIX, que somente o Estado teria condições de desenvolver.

Em 1881, a Lei Provincial n. 36, de 21 de fevereiro, consignava 150 contos para o pagamento de passagens de imigrantes e determinava a construção de uma hospedaria. Ficava claro, portanto, que não bastava apenas subsidiar a vinda de braços,

seria necessário criar a infraestrutura para recebê-los. Para tanto, já na década anterior, esboçaram-se os primeiros passos. Em 1875, o presidente da província de São Paulo encarregou Antonio da Silva Prado da direção do serviço de recepção, alojamento, alimentação e emprego dos colonos, antes exercido pelo Barão de Souza Queiroz (São Paulo, 1876, p. 65). Os imigrantes ficavam alojados em casas alugadas pelo governo, próximas à estação de trem da Luz. Posteriormente, instalou-se um alojamento no bairro do Pari, também em local vizinho às estradas de ferro, mas inadequado pelo seu pequeno tamanho. Somente a partir de 1882, quando da aquisição de um edifício no Bom Retiro, estruturou-se a Hospedaria de Imigrantes, que, após algumas reformas, se encontrava em condições de receber cerca de quinhentas pessoas. Nesse mesmo ano, os serviços da imigração já haviam voltado para as mãos de Souza Queiroz e o chefe do Executivo nomeava um agente oficial para a cidade de Santos, pois “quase todos os imigrantes veem por aquelle porto, e convinha ter quem providenciasse logo á chegada” (São Paulo, 1882, pp. 20-1).

Em 1884, a Lei Provincial n. 28, de 29 de março, abria créditos financeiros de forma mais ampla para introdução de imigrantes. As verbas, no entanto, tinham duplo destino: 200 contos de réis para acriação de núcleos coloniais, conforme política nacional de colonização, e 400 contos para o auxílio à imigração destinada à grande lavoura e aos referidos núcleos por meio do pagamento de passagens. No entanto, garantiu-se na letra da lei a condição fundamental, no entender de muitos fazendeiros, para satisfazer a lavoura cafeeira, sobretudo nas áreas mais novas, cujo abastecimento de mão de obra era urgente: a opção exclusiva pela composição familiar da imigração (Costa, 1988, p. 235).

Tudo indica que a regra não era letra morta. Em ofício despachado em 29 de janeiro de 1886, o inspetor geral de Imigração informou que a petição de reembolso da passagem apresentada por Francisco de Mattos Pacheco, um imigrante solteiro, recebeu o seguinte parecer: “Não ha que deferir, visto que o supplicante veiu só, e o auxilio provincial é concedido unicamente aos immigrants que constituem familia” (São Paulo, 1886, p. 5).

A Lei n. 14, de 11 de fevereiro de 1885, abriu a possibilidade de a verba ser concedida também a empresas ou particulares que introduzissem imigrantes, retirando a obrigatoriedade do pagamento indenizatório pelas despesas efetuadas por aqueles que emigrassem para a província. No mesmo ano, em vista do maior movimento de entrada de imigrantes, as condições da hospedaria do Bom Retiro começaram a ser questionadas:

Este edificio não offerece condições correspondentes ao seu destino, já porque só pode comportar numero exiguo relativamente aos immigrants que dão entrada nesta provincia, como principalmente pela distancia em que se acha das estações de estradas de ferro

e linhas de bonds, não fallando nas pessimas accomodações do edificio (São Paulo, 1885, p. 18).

Respalhada pela Lei Provincial n. 56, de 21 de março de 1885, que autorizou o governo a construir uma nova hospedaria de imigrantes, podendo despende a quantia de 100 contos de réis, além da venda do estabelecimento do Bom Retiro, foi nomeada uma comissão pelo presidente da província para escolha do lugar apropriado. Composta por quatro membros – o general José Vieira Couto de Magalhães, o inspetor geral de Imigração José de Sá Albuquerque e dois importantes cafeicultores paulistas, Nicolau de Souza Queiroz e Raphael Aguiar Paes de Barros –, a comissão dividiu-se quanto à escolha do local. Os dois primeiros optaram por um terreno pertencente ao convento da Luz; os fazendeiros preferiram uma área situada entre os bairros da Mooca e do Brás (São Paulo, 1886, p. 26).

De início, a escolha recaiu no bairro da Luz, cuja compra foi autorizada mediante a quantia de 30 contos. A negociação sofreu certo atraso em virtude de um litígio jurídico entre o governo e o Convento da Luz, que ocupava o local. No entanto, mesmo com a vitória na contenda, e após realizar a transação, o então presidente da província de São Paulo, João Alfredo Corrêa de Oliveira, alegando “razões de conveniência”, resolveu-se pelo terreno do Brás, repassando o outro ao Ministério da Guerra.

Pelo lado legal verifica-se que ella importa dispensa na lei de 21 de março do anno findo [1885], que, autorizando a construção de novo edificio para a Hospedaria determinou que esta ficasse situada nas proximidades das linhas ferreas do Norte e Ingleza. O terreno da Luz fica proximo só da segunda destas linhas. Attendendo á conveniencia, [...] não é logar proprio para um alojamento de immigrantes o bairro que mais presta a ser aformoseado, e que vae merecendo a preferencia da população abastada para ahi construir predios vastos e elegantes. É possivel consultar todas as exigencias do serviço mediante a collocação do edificio em terrenos do Braz, a qual permitirá, o que é vantagem consideravel, que os immigrantes, vindos quér por uma quér por outra estrada, desembarquem com suas bagagens dentro do estabelecimento, e tomem na estação que alli tem a estrada ingleza os trens que demandam o oeste da província, para onde em geral se encaminham (São Paulo, 1886, p. 34).

O terreno localizado no Brás foi adquirido pela quantia de 17 contos de réis na gestão de Antonio de Queiroz Telles, o Barão do Parnaíba, que rapidamente ordenou a construção do edificio em junho de 1886, alegando temer pelas condições da hospedaria do Bom Retiro, que não reunia “um só dos requisitos exigidos para um estabelecimento dessa natureza” (São Paulo, 1887, p. 123). Exatamente um ano depois, em

junho de 1887, mesmo provisoriamente, pois as obras ainda estavam em andamento, a Hospedaria de Imigrantes do Brás recebeu a primeira leva de imigrantes – providência tomada pelo agora Visconde do Parnaíba “para evitar o contágio da variola, que se manifestára na antiga Hospedaria do Bom Retiro” (São Paulo, 1887, p. 114).

Na ótica dos mandatários e dos fazendeiros, o alojamento do Bom Retiro havia prestado *bons serviços* à imigração, mas já não dava mais conta da situação, colocando em risco as próprias condições sanitárias e aumentando a probabilidade do alastramento de doenças. Em tempos de lotação, era comum o governo alugar algumas casas próximas ao local ou adotar medidas paliativas para aumentar suas acomodações. Durante o período de funcionamento, do início de 1882 a dezembro de 1886, passaram pela hospedaria 31.275 imigrantes (São Paulo, 1887, p. 13).

A construção da nova hospedaria foi concluída em 1888. Projetada para abrigar três mil imigrantes, fazia parte de um ambicioso processo de recrutamento e encaminhamento de mão de obra para a lavoura cafeeira. A proposta era não permitir ao imigrante qualquer contato com o mundo exterior desde a sua chegada ao porto de Santos. Ao aportarem, os vapores recebiam a visita de um funcionário do serviço de imigração que fazia as verificações necessárias – sobretudo em relação às exigências legais – e depois acompanhava os imigrantes até a estrada de ferro Ingleza para embarcá-los com destino à Hospedaria do Brás, na capital. Desembarcados, eram registrados, alojados e aguardavam até serem contratados por algum fazendeiro. O embarque para o interior da província, com passagem paga pelo governo, realizava-se na própria estação da hospedaria.

Em determinadas épocas, a hospedaria chegou a abrigar cerca de dez mil pessoas. Existia ainda um forte esquema de vigilância, o prédio era patrulhado dia e noite e os guardas cuidavam para que ninguém saísse ou entrasse sem autorização. Eram comuns os protestos de imigrantes e cônsules contra o sistema de segurança, que transformava o local em uma prisão da qual só se escapava assinando contrato para trabalhar em uma fazenda de café (Holloway, 1984, pp. 86-8).

A experiência iniciada ainda nos anos 1870 serviu como primeira aproximação ao problema, que passou a exigir respostas rápidas para atender aos efeitos da grande oferta e demanda. No período anterior à construção da hospedaria, o serviço de recepção e distribuição de imigrantes já dava sinais de organização. Quando o volume das entradas ainda era pequeno, os fazendeiros podiam solicitar imigrantes até mesmo por telegramas (São Paulo, CO 7215).

Diversos ofícios do órgão responsável pelos serviços da imigração naquele momento, a Agência Oficial de Colonização, lançam luz sobre os procedimentos adotados. O agente da colonização era peça chave nessa estrutura. Além de administrar o alojamento, ele era o responsável por informar diretamente, por meio de um mapa com as entradas e saídas, o movimento diário da hospedaria ao presidente da província, a

quem também solicitava passagens de trem para os imigrantes contratados pelos fazendeiros com sua colaboração (Gonçalves, 2006, pp. 156 e ss.).

Apesar de os órgãos oficiais que intermediavam as contratações mudarem com o passar do tempo, o objetivo era o mesmo: manter minucioso controle e carrear os braços necessários à lavoura cafeeira. A hospedaria era um refúgio no qual o imigrante recém-chegado ao Brasil encontrava alojamento, comida e assistência médica fornecidos pelo Estado, e, mais precisamente, um verdadeiro mercado de força de trabalho: quem ainda não era provido de contrato poderia facilmente obtê-lo, sendo contratado pelos agentes do fazendeiro ou pelo próprio (Vangelista, 1991, p. 56).

Anexos à hospedaria, funcionaram escritórios da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, depois da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração e, a partir de 1905, da Agência Oficial de Colonização e Trabalho, que contava ainda com uma casa de câmbio e agência de correio e telégrafos. Em 1911, foi criada a Agência Oficial de Colocação, ligada ao Departamento Estadual do Trabalho, responsável, até 1930, pelas questões relativas aos imigrantes (Brasil, 1916, pp. 187-9; Mendes, 1941). Ou seja, pela evolução das instituições que cuidavam dos imigrantes, percebe-se que sua utilidade, na visão do Estado como representante dos interesses dos fazendeiros, relacionava-se com a questão da mão de obra.

Concretizavam-se, assim, as palavras do presidente da província, João Alfredo Corrêa de Oliveira, em seu relatório de 15 de fevereiro de 1886 sobre as vantagens da localização do novo alojamento. Mas a Hospedaria do Brás era apenas parte da política de imigração que se delineava. Antes mesmo de sua construção, foi criado o principal instrumento de ação dos fazendeiros para recrutar braços na Europa: a Sociedade Promotora de Imigração.

Favorecidos pela Lei n. 14, de 1885, que abriu caminho para articulação de uma organização para fomentar a imigração (Beiguelman, 2005, p. 65), em 2 de julho de 1886, os cafeicultores paulistas, cientes da importância de controlar o processo em seus diversos níveis – propaganda no exterior, recrutamento, condições de transporte, recebimento, alojamento e colocação nas fazendas –, constituíram a Sociedade Promotora de Imigração. Entre seus fundadores, destacavam-se renomadas figuras do oeste paulista: Martinho da Silva Prado Junior, Rafael Aguiar Paes de Barros e Nicolau de Souza Queiroz. O presidente da província era Antonio de Queiroz Telles, cujo entusiasmo pelo fato mereceu algumas palavras em seu relatório de janeiro de 1887:

Constituída como está, póde esta sociedade prestar á Provincia não pequenos serviços e auxiliar de modo lisonjeiro a administração. Ella está, como o Governo, animada do mais vivo interesse em que só tenham entrada immigrants, que busquem a nossa Provincia á chamada dos parentes e amigos aqui residentes, que tem meios de fiscalisar a

qualidade dos que querem vir. Anunciada a constituição da sociedade, e que em seu escriptorio se recebiam listas dos imigrantes que quizessem vir a esta Provincia a convite dos parentes, foi avultado o numero de pedidos. E já estaria chegada grande parte delles, si não tivessem sido fechados os nossos portos ás procedencias da Italia, em consequencia do cholera. Felizmente desapareceu esse obstaculo, e agora devemos augurar um resultado feliz, graças á propaganda séria e honesta e á viagem à Europa do digno Presidente da Associação Promotora de Imigração, que visitará especialmente a Italia e a Allemanha (São Paulo, 1887, p. 125).

Entidade civil sem carácter especulativo ou fins lucrativos, a Sociedade Promotora de Imigração registrava em seu estatuto os seguintes objetivos: criar uma corrente migratória permanente; tornar conhecidas as qualidades do Brasil por meio de propaganda na Europa; facilitar os meios de transporte e colocação dos imigrantes (São Paulo, 1892). Para tanto, estava autorizada a assinar contratos com o governo de São Paulo e do Brasil e conceder a agências ou companhias particulares o serviço de introdução de imigrantes, recebendo as subvenções necessárias do Estado para executar a tarefa (In Memoriam, 1944, p. 369).

Uma política com objetivos bem delimitados e o conhecimento da realidade europeia contribuíram para o sucesso da Promotora no que tange ao fomento da imigração. A propaganda nas paragens certas da Europa era elemento chave. Martinho Prado, presidente da Promotora, elaborou o folheto intitulado *A Provincia de S. Paulo no Brasil*, traduzido para o italiano e alemão e publicado com tiragem de 80 mil exemplares, ao custo de mais de 25 contos de réis, subsidiado parcialmente pelo Ministério da Agricultura (12 contos), ocupado por Antonio da Silva Prado (São Paulo, 1987, p. 4 e 8). Os dois idiomas adotados no opúsculo dizem muito sobre as nacionalidades que seriam os alvos da propaganda e do recrutamento da Promotora. A opção pelo povo germânico, tradicionalmente considerado como o imigrante ideal, representava um desejo antigo, que se provava cada vez mais distante. Já a Itália, bastante conhecida por alguns membros da Sociedade de Imigração, apresentava-se como principal fonte de braços. O italiano, nem sempre a melhor opção na concepção de muitos fazendeiros, tornou-se, a partir de então, uma alternativa viável, sobretudo o habitante do norte da península, região fronteira com Suíça e Áustria, onde certamente o folheto em alemão seria bastante útil.

Constituiu-se, assim, o local de ação preferencial da Promotora. Queiroz Telles havia visitado oito países da Europa em 1878, voltando entusiasmado com a potencialidade de cada um como fonte de mão de obra, sobretudo a Itália (Morse, 1970, p. 223-4). Na verdade, basta verificar nos relatórios dos chefes do Executivo paulista na década de 1880 os mapas das entradas de imigrantes para perceber que o italiano já fi-

gurava como principal grupo. A Promotora e, especialmente, Martinho da Silva Prado Junior, apontado pelo Visconde de Parnaíba como “o propugnador mais ardente da imigração” (São Paulo, 1887, p. 116),¹ davam mostras, ao menos em relação aos seus interesses, de que conheciam bem a situação econômica de países como a Itália.

O primeiro relatório da Sociedade Promotora de Imigração apresentado ao presidente da província era bastante pragmático e revelador nesse sentido. Em suas 17 páginas, estavam presentes, de forma bastante resumida, os motivos que, no entender de sua diretoria, levavam populações inteiras a abandonarem sua pátria:

Os grandes exercitos europeus, e os impostos pesados para mantel-os, se incumbirão em poucos annos de povoar a America do Sul. A miseria e o serviço militar nos abriram as largas fontes da imigração, convindo tudo envidar para encaminhal-a indo ao seu encontro com auxilio efficaz e prudente.

A *miséria* era a palavra-chave para a defesa dos subsídios às passagens, pois os membros da Promotora estavam convencidos de que os imigrantes somente optariam pelo Brasil – leia-se São Paulo – se amparados por meio de favores e concessões:

É preciso nos convenceremos que, por enquanto, emigra para o Brasil somente o individuo sem recurso, assaltado pela necessidade sob todas as suas formas, e o faz encontrando passagem gratuita ou reduzida, contentando-se com subsistencia garantida e isenção de serviço militar para seus filhos (São Paulo, 1887, p. 10).

Trazer agricultores pobres: esse era o objetivo da Sociedade Promotora, personificado por Martinho Prado, quando, em discussão na sessão da Assembleia Provincial em janeiro de 1888, tipificou os imigrantes que se dirigiam às repúblicas do Prata, deixando claro que não serviam para a província paulista:

Esses são commerciantes, são homens que dispõe de capitaes; é gente que não serve. Para que queremos nós immigrants com fortuna na actualidade, em que se occuparão elles na provincia? Responda-me o nobre deputado [Souza Queiroz]. Discutamos o assumpto com reflexão, debaixo do ponto de vista pratico; o que vem fazer aqui immigrants com capitaes? Immigrantes com dinheiro são inuteis para nós (In Memoriam, 1944, p. 235).

¹ Embora adversários políticos, uma questão, ao menos, os unia: o projeto de imigração para a grande lavoura. Assim, ao organizar a lista dos deputados candidatos às eleições provinciais do Partido Conservador, Queiroz Telles incluiu o nome de Martinho Prado. Quando questionado sobre a incongruência do ato, pois Prado era republicano, respondeu: “É dele que eu preciso na Assembléa. É o unico no momento capaz de ali defender os interesses da imigração” (cf. Ricciardi, 1938, pp. 183-4).

Subvenção e miséria favoreciam o recrutamento de famílias de agricultores e o relatório defendia essa opção, considerada a mão de obra ideal para a cafeicultura – nos contratos de introdução exigia-se que ao menos 90% pertencessem a esse grupo. Nesse sentido, aludia-se mais uma vez ao movimento migratório para a Argentina – composto basicamente por homens solteiros, que para lá se dirigiam na época da colheita, retornando em seguida – como um tipo de imigração indesejável sob dois aspectos: a necessidade do trato contínuo do cafezal e a propaganda voluntária positiva, resultante do estabelecimento dessas famílias nas fazendas ou núcleos coloniais.

No início de 1887, Queiroz Telles escreveu em seu relatório, que pensava seriamente em entregar à Sociedade Promotora, “todo o serviço referente á imigração, desde que fique concluído o alojamento Provincial” (São Paulo, 1887, p. 125). Em 22 de fevereiro de 1888, sua intenção concretizou-se pela assinatura de Francisco de Paula Rodrigues Alves, então presidente da província, da transferência à administração da Hospedaria de Imigrantes do Brás para a Promotora, por concessão mediante contrato, em que o governo se comprometia a fornecer subvenção anual de 20 contos, pagos em prestações mensais, mas que continuaria responsável pelas despesas com alimentação, medicamentos, água, luz, móveis, utensílios e manutenção do edifício (São Paulo, 1889, p. 142).²

Ao receber a administração da hospedaria, a Promotora fechou o circuito, assumindo de vez o controle da política de imigração. O local, além de abrigar os imigrantes, centralizava todo o serviço de contratação e distribuição de mão de obra para a lavoura, constituindo-se em etapa fundamental dessa política. Concretizaram-se, assim, os anseios dos cafeicultores do oeste paulista para expandirem suas plantações, no qual a Sociedade Promotora de Imigração foi instrumento fundamental: a vinda de mão de obra familiar em grande quantidade a ser recrutada diretamente em São Paulo sem nenhum custo, pois o Estado financiava as passagens.

Após sua criação, a Promotora passou a centralizar todos os contratos para introdução de imigrantes subsidiados com dinheiro do Estado até 1895, data de sua dissolução, estratégia que permitiu aos grandes cafeicultores providenciarem o imigrante desejado: famílias de agricultores sem economias, que obrigatoriamente viriam para trabalhar nas fazendas. Fruto não só dos anseios, mas também do aprendizado com as fracassadas experiências anteriores de contratação de imigrantes, a Sociedade subverteu a ordem geográfica do recrutamento, trazendo para São Paulo o universo de pessoas no qual os fazendeiros buscariam seus colonos, evitando, assim, os problemas e as dificuldades de se realizar o engajamento diretamente na Europa.

² Ainda segundo o relatório, as despesas do governo com a hospedaria alcançavam, em média, dois a três contos por mês.

A proposta era garantir a *qualidade* dos braços, sobretudo naquele momento em que os volumes – o demandado pela expansão cafeeira e o ofertado pela crise conjuntural italiana – atingiam proporções de massa e exigiam a centralização do comando da política imigratória nas mãos dos principais interessados e o imprescindível apoio financeiro do Estado. Os números da entrada de imigrantes na Hospedaria do Brás nos últimos anos da década de 1880 comprovam, ao menos, o sucesso inicial a que se propunha no artigo 1º da escritura de constituição: “promover por todos os meios a introdução de imigrantes e sua collocação nesta provincia, mediante os auxilios e subsidios determinados nas leis, e que lhes forem concedidos” (In Memoriam, 1944, p. 369).

Nas origens da constituição da Sociedade Promotora de Imigração detectam-se algumas ideias defendidas por Martinho Prado Junior na Assembleia Provincial, quando questionou a viabilidade para a grande lavoura da Lei n. 28, de 29 de março de 1884, e identificou as mudanças necessárias para atendê-la. Maior expoente dos cafeicultores do oeste paulista e imigracionista convicto, o deputado apresentou projeto para modificar a essência de dois pontos do artigo 1º, que tratava do auxílio financeiro do governo:

Esse auxilio será concedido somente a imigrantes casados ou com filhos que vierem a se estabelecer na provincia, ou solteiros em companhia de irmãos, avós e tios. O auxilio deverá ser concedido diretamente pelo governo, á qualquer companhia de navegação, ou empresa, particular, que se propuzerem a transportal-os daquelles países (In Memoriam, 1944, p. 228).

No ano seguinte, às vésperas da aprovação da Lei Provincial n. 14, de 11 de fevereiro, Martinho Prado apresentou algumas emendas ao projeto da nova legislação que acabariam por ser incorporadas.

Não se trata de contractos com imigrantes, mas com companhias particulares, empresas de navegação que trouxerem imigrantes. Este é o ponto capital do actual projecto. Até aqui só vinham imigrantes mandados vir por particulares, que faziam adiantamentos, não só de passagens como para outras despesas, resultando dahi que muito pouca gente vinha, porque os particulares não queriam, com razão, arriscar despesas, na incerteza de serem pelos imigrantes reembolsados. Desde, porem, que o governo pagar directamente a passagem a companhias, essa imigração tomará consideravel incremento, e a procura de braço se há de desenvolver na provincia. Dahi resultará também a vantagem enorme de ficar o imigrante livre de seguir o destino que lhe parecer mais conveniente, sem a obrigação de seguir para a propriedade daquella que faz o adiantamento da passagem. Libertará o imigrante do contracto, esse espantallo do colono, e a que se vê forçado o lavrador, maugrado seu. [...] Não devemos, porem, contar senão com as classes

pauperrimas que na emigração procuram recursos para as mais triviaes necessidades da vida (In Memoriam, 1944, pp. 229-32).

Com a prevalência da política de imigração subsidiada voltada para o suprimento de mão de obra para a cafeicultura e a opção por famílias de imigrantes agricultores, foram desenvolvidos, por parte dos interessados – fazendeiros e Estado –, mecanismos de controle para o êxito do empreendimento. A adoção de tais procedimentos visava a evitar que as companhias de navegação e as agências introdutoras recebessem por serviços não prestados ou pelo encaminhamento de imigrantes fora dos padrões estabelecidos. O mesmo ocorria com os imigrados por conta própria, que só teriam direito ao reembolso da passagem caso estivessem dentro das especificações exigidas pela grande lavoura: grupos familiares de agricultores.

Documentos localizados no Arquivo do Estado de São Paulo ajudam a esclarecer os procedimentos burocráticos necessários para que o imigrante fosse aceito na hospedaria. Todos aqueles embarcados em portos europeus subsidiados por contratos deveriam constar em listas nominativas – discriminando idade, parentesco familiar e profissão do chefe de família –, visadas pelo cônsul brasileiro, que também era responsável pela emissão de certificado informando que os mesmos nada pagaram pelas passagens. Esse documento era de fundamental importância para verificação das condições de cada passageiro. Para a imigração espontânea, exigia-se, ainda, declaração do chefe da localidade – prefeito ou cargo similar – em que o imigrante habitava, confirmando sua profissão de agricultor.

Em junho de 1893, por exemplo, a companhia de navegação La Veloce embarcou no vapor *Napoli*, que saiu de Gênova com destino a São Paulo, a família de Giovanni Battista Turra, composta por seis pessoas. Para receber o dinheiro das passagens do governo paulista, a companhia era obrigada a providenciar alguns papéis que comprovassem que o grupo se enquadrava nas exigências estabelecidas pela lei. Para tanto, foi apresentada uma declaração padrão comprovando que o candidato a imigrante se dirigiu ao prefeito de sua localidade para informar seu desejo de se transferir para São Paulo com sua mulher e filhos. No mesmo papel, afirmava-se que os interessados eram honestos e sempre tiveram boa conduta, que jamais estiveram no Brasil e que as despesas do deslocamento até Gênova foram pagas por eles mesmos. No pé do documento, o médico local atestava que todos eram dotados de boa capacidade física. Além das assinaturas de Giovanni Battista e do prefeito, constava o visto do consulado brasileiro em Gênova autorizando o embarque. O verso estava reservado para a lista com os nomes, idades, profissão, naturalidade, sexo e religião de cada indivíduo. Finalmente, em declaração à parte, o imigrante afirmava que recebeu da companhia as passagens, de

acordo com a lei de emigração italiana de 30 de dezembro de 1888, e que nada pagou a título de comissão, passaporte e embarque de bagagens (São Paulo, CO 4152).³

O procedimento para o pagamento dos serviços das agências de recrutamento também pode ser descrito com base na documentação compulsada. Localizou-se uma série de recibos, ofícios e atestados datados de 1898 e relacionados aos serviços de introdução de imigrantes prestados por Angelo Fiorita & C. e José Antunes dos Santos & C. por conta do contrato de 6 de agosto de 1897. O primeiro passo do processo era semelhante ao caso das companhias de navegação analisado anteriormente, ou seja, a preparação de uma Lista Nominativa dos Emigrantes com todas as informações necessárias – profissão, idade, composição familiar, número de passagens. Junto a esse documento era imprescindível a apresentação de um certificado do corpo consular brasileiro no local de embarque informando que os imigrantes não pagaram pelas passagens, que todos eram lavradores e nunca estiveram no Brasil. Comum, também, era o preenchimento da Declaração de Passageiro, assinada pelo chefe de família, ratificando as informações da Lista (São Paulo, CO 4738).

O acerto financeiro acontecia somente após a chegada dos imigrantes na hospedaria, onde o diretor conferia a documentação para ter certeza de que os recém-chegados atendiam às condições estabelecidas no contrato (nacionalidade, grupo familiar e se eram agricultores). Comprovadas as informações, ele emitia um atestado e dava ciência à Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração, que enviava um ofício ao secretário de Agricultura informando a quantidade de imigrantes, o valor total das passagens e a agência responsável pela introdução. Finalmente, o órgão responsável pela liberação da verba emitia o recibo em nome do estado de São Paulo e fazia o pagamento. Após a inspeção na hospedaria, os solteiros e os *não agricultores*, mesmo constituídos em famílias, eram recusados e enviados de volta, com as despesas a cargo dos introdutores (São Paulo, CO 4738).

Em suma, a Hospedaria de Imigrantes do Brás foi fundamental para controlar o aproveitamento da imigração que chegava ao porto de Santos. Serviu também como centro de fiscalização da *qualidade* dos imigrantes introduzidos pelos contratos celebrados com as agências. A prova disso é que, entre os atestados emitidos na hospedaria compulsados por esta pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo, a maioria registrava a rejeição de imigrantes “por serem artistas”, “por não constituir família”, “por ser inválido” ou porque “já esteve no Brasil” (São Paulo, CO 4738).

Com a prevalência do projeto de fornecer imigrantes para a lavoura cafeeira, São Paulo estruturou-se para executá-lo. Parte fundamental dessa proposta, a Socie-

³ Em alguns Certificados de Família aparecia a seguinte especificação: “per emigrazione spontanea, non per arruolamento”.

dade Promotora de Imigração foi o instrumento que permitiu a execução da política imigratória, criada para atender às necessidades da lavoura cafeeira. Durante toda sua existência (1886-1895), não serviu apenas aos interesses dos cafeicultores, também funcionou como canal de transferência de dinheiro público para companhias de navegação e agências contratadas para introduzir imigrantes.

Dado o volume da oferta e da demanda, não era mais viável aos fazendeiros buscarem imigrantes *in loco*. Até mesmo os contratos celebrados entre eles e empresas encarregadas do recrutamento mostraram seus limites. A criação da Hospedaria de Imigrantes do Brás representou importante estratégia para centralizar os braços que chegavam em grande número e alocá-los de acordo com a demanda da cafeicultura. Dessa forma, pode-se afirmar que o espaço geográfico do recrutamento, do contato direto dos fazendeiros com a mão de obra exógena, foi estrategicamente deslocado da Europa para São Paulo, mais especificamente para uma construção imponente, próxima à ferrovia, na tentativa de impedir o contato dos recém-chegados com o mundo exterior.

Referências

- BEIGUELMAN, Paula. *Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- BRASIL. Relatório com que passou a administração da Província de São Paulo ao Exm^o. Presidente Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira o Vice-Presidente Dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves, 1885.
- . Relatório com que o Exm^o. Sr. Dr. José Luiz de Almeida Couto Presidente da Província de São Paulo passou a administração ao 1^o Vice-Presidente Exm^o. Sr. Dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, 1886.
- . Relatório apresentado ao Illm^o. e Exm^o. Snr. Visconde de Parnahyba Presidente da Província de São Paulo pela Sociedade Promotora de Imigração, 1887.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 1988.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IN MEMORIAM, Martinho Prado Junior. São Paulo: Elvino Poci, 1944.
- MENDES, Plínio Silveira. “São Paulo e seus serviços administrativos de imigração”. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*. São Paulo, n. 4, 1941.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- RICCIARDI, Adelino R. “Parnaíba, o pioneiro da imigração”. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 44, 1938.
- SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP): Secretaria da Agricultura, CO 4152 e CO 4738.
- . Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP): Núcleos Coloniais, CO 7215.
- . Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província, Exm^o. Sr. Dr. Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876.

- . Relatório com que passou a administração da Província de São Paulo ao Exm^o. Presidente Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão o Vice-Presidente Manoel Marcondes de Moura e Costa, 1882.
 - . “Immigração e Colonização”. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província João Alfredo Corrêa de Oliveira no dia 15 de fevereiro de 1886.
 - . Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Barão do Parnahyba no dia 17 de janeiro de 1887a.
 - . Exposição com que o Exm^o. Sr. Visconde do Parnahyba passou a administração da Província de São Paulo ao Exm^o. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves Presidente desta Província no dia 19 de novembro de 1887b.
 - . Contrato celebrado com o Governo da Província e a Sociedade Promotora de Imigração. Anexos. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente da Província Dr. Pedro Vicente de Azevedo no dia 11 de janeiro de 1889.
 - . Sociedade Promotora de Immigração de São Paulo. Relatório da Directoria ao ilustre cidadão Dr. José Alves Cerqueira Cesar, Vice-Presidente do Estado de São Paulo em 16 de janeiro de 1892.
 - . Departamento Estadual do Trabalho. “Dados para a História da Immigração e da Colonização em S. Paulo”. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, v. 5, n. 19, 1916.
- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e caipiras na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.

[Illegible text block]

- [Illegible list item 1]
- [Illegible list item 2]
- [Illegible list item 3]
- [Illegible list item 4]
- [Illegible list item 5]
- [Illegible list item 6]
- [Illegible list item 7]
- [Illegible list item 8]
- [Illegible list item 9]
- [Illegible list item 10]
- [Illegible list item 11]
- [Illegible list item 12]
- [Illegible list item 13]
- [Illegible list item 14]
- [Illegible list item 15]
- [Illegible list item 16]
- [Illegible list item 17]
- [Illegible list item 18]
- [Illegible list item 19]
- [Illegible list item 20]

A colônia portuguesa em Santos (SP) ao final da Primeira República brasileira (1929)

Maria Aparecida Franco Pereira

A presença dos portugueses como grupo imigrante mais numeroso no território brasileiro, em especial no período da Primeira República brasileira (1889-1930), é notória para o desenvolvimento econômico do país e isso foi se tornando patente no decorrer desses anos. Tanto assim que as lideranças lusas encetaram a produção de uma obra que buscou mostrar ao mundo europeu a pujança da imigração lusitana no Brasil. Trata-se do *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*. Destacar o valor dessa fonte histórica dará oportunidade de apreciar as realizações, e não somente os enfrentamentos e as mazelas, de um povo aventureiro e trabalhador.

Posto que os imigrantes só raramente contam a sua própria história ou aparecem nos debates públicos sobre a imigração, as fontes mais abundantes e mais facilmente acessíveis sobre a emigração são geralmente elaboradas por outros – políticos, burocratas, diplomatas –, com interesses próprios a defender. São raros os esforços de simpatia no sentido de tentar compreender os emigrantes do ponto de vista das suas próprias dificuldades e oportunidades (Leite, 2000, p. 181).

Figura 1: Capa do *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*



O *Álbum* foi organizado e dirigido pelo jornalista luso Teófilo Carinhas, para a Exposição Internacional de Sevilha, inaugurada em 9 de maio de 1929. Essa exposição, embora um pouco esmaecida pelo *crack* da Bolsa de Nova York, foi um acontecimento marcante na vida da cidade espanhola durante toda a primeira metade do século XX, com a formação do Parque Maria Luiza, um dos mais belos da Europa. O *Pabellón Del Brasil* destacava-se entre os das nações latino-americanas presentes.

Carinhas era um exilado radicado no Rio de Janeiro e proprietário de uma grande gráfica – Carinhas & Cia. Ltda., a empresa Numero (Paulo, 2010, p. 90). Ele e Roberto Dupuy de Lomo uniram-se para o lançamento de “uma revista literária diversa das existentes no Brasil”. Em novembro de 1923, lançaram a *Revista Numero*, periódico popular brasileiro de vida moderna publicado quinzenalmente. Pelo êxito alcançado, a revista tornou-se semanal em janeiro de 1925. Para tal, Carinhas montou uma empresa gráfica que logo se tornou de grande porte. Em 30 de julho de 1925, lançou *Shimmy*, revista da vida moderna, “única do gênero no país”, editando também, em 1927 e 1928, os números de luxo do *Jornal Português* e o *Almanaque de 1929* (Carinhas, 1929, pp. 193-5).

Para o *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, tendo como secretário Gastão de Bettencourt, Carinhas reuniu uma grande equipe de cooperadores literários e artísticos, além de colaboradores brasileiros e portugueses ilustres, a pena de literatos e depoimen-

tos de historiadores ou pensadores de renome, como Carlos Malheiros Dias, Rocha Pombo, Pedro Calmon, Afrânio Peixoto, Teodoro Sampaio, Afonso Taunay, Ricardo Severo, reunindo

nas suas páginas, ilustradas e escritas com o mais enternecido carinho patriótico, tudo quanto se relaciona com o esforço português no Brasil em qualquer campo; nele estão perpetuados de arte, de caridade, de inteligência, semeados pelo cérebro e coração de portugueses nesta nação maravilhosa, sob a doce e hospitaleira luz do Cruzeiro do Sul (Carinhas, 1929, p. 1).

A publicação é composta de 670 páginas, no formato 32x45 cm, e dividida em duas partes. A primeira (Carinhas, 1929, p. 292) refere-se ao Distrito Federal (Rio de Janeiro); a segunda (Carinhas, 1929, pp. 293-668) apresenta a colônia portuguesa nos estados brasileiros, com maior destaque para São Paulo (Carinhas, 1929, pp. 309-419). Além da capital paulista (Carinhas, 1929, pp. 311-64), aparecem as cidades de Campinas, Taubaté, Ribeirão Preto (Carinhas, 1929, pp. 365-78) e Santos (Carinhas, 1929, pp. 379-420). A cidade do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santos são os maiores centros de concentração da população imigrante portuguesa em território brasileiro.

O *Álbum*, portanto, procura dar uma visão significativa da presença portuguesa no Brasil:

Não é uma obra completa o que se apresenta, mas é a mais completa até hoje realizada, a única talvez feita nestes moldes e com o alto significado que tem. Representa três anos de constantes esforços de trabalho sem tréguas, de dispêndio de lutas (Carinhas, 1929, p. 169).

Os textos do *Álbum* são ufanistas, pelo próprio tipo da publicação. Além de destacar a parte comercial, com seus anúncios de promotores e autoridades consulares, aparecem dominantes as instituições assistenciais e culturais dos centros urbanos das colônias portuguesas, revelando o cuidado de suas lideranças com o destino e o amparo dos menos favorecidos economicamente e mais necessitados de auxílio para a sobrevivência daqueles que vêm ao Brasil em busca de melhorias de condições de vida, mas com os olhos voltados para a pátria querida. É possível, pois, vislumbrar o outro lado da população menos abonada, sobretudo pelas referências a essas associações lusas.

A colônia portuguesa destaca-se não só pela presença dos ricos comerciantes, mas também pelo trabalho de outros estratos da população. O Brasil foi uma das regiões mais procuradas, pela identidade de língua, costumes e tradição. Uma constante no *Ál-*

bum e, portanto, principalmente por parte daqueles que constituem a elite econômica, consular ou intelectual, é a consideração do Brasil como a segunda pátria.

A partir da segunda metade do século XIX, devido ao desenvolvimento da produção comercial do café, o que permite canalizar a riqueza para a modernização dos portos, o Brasil atrai atividades ligadas ao comércio (transporte, ensacamento, transações de trocas) e para o desenvolvimento das atividades de equipamento urbano (obras de saneamento, eletricidade, locomoção). Em decorrência, também oferece melhores condições de salário do que Portugal, tanto que a poupança leva à crescente melhoria de vida – embora em níveis sociais diferentes –, bem como permite o envio de pecúlio aos familiares em Portugal ou grandes doações à localidade de origem dos mais abonados, muitos deles, os denominados *brasileiros*. Devido às grandes epidemias e à falta de estrutura urbanística, os portugueses tiveram que batalhar, lutar, economizar – heróis anônimos em uma pátria que entrava na era do progresso, nos moldes do capitalismo mundial.

Nota-se no *Álbum* o destaque para o espírito de patriotismo da colônia, entendido como manifestação de amor filial à pátria mãe:

Nasceu este Álbum de sentimento profundamente patriótico. Ao concebê-lo, não tivemos outro objetivo que não fosse o de apresentar uma obra que concretizasse em síntese clara e luminosa o que tem sido de intenso labor, de admirável iniciativa, de insigne benemerência à vida social dos portugueses no Brasil (Carinhas, 1939, p. I).

Nas suas páginas, insinua-se o ressuscitar do sentimento de regresso aos tempos áureos dos descobrimentos marítimos, quando Portugal tinha certa liderança nos negócios do mundo atlântico. O sonho de grandeza de Portugal aparece na lembrança das conquistas e feitos valorosos dos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral, que fizeram a primeira e heroica travessia aérea do Atlântico Sul, após 79 dias, terminada em 17 de junho de 1922, no Rio de Janeiro, “acontecimento mais ruidoso naquela atualidade”. Procura-se, no *Álbum*, mostrar que Portugal está presente tanto na civilização antiga como na civilização moderna.

Paulo Menano, membro do Centro Republicano Português de Santos, manifesta-se com o mesmo sentimento: “O *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, constituindo uma prova irrefutável da acção laboriosa dos portugueses nesta terra hospitaleira, dará ao Mundo inteiro a dignificante certeza de que Portugal mantém bem alto os seus títulos de glória e que os seus filhos procuram honrar a pátria estremecida” (Carinhas, 1929, p. 381).

Os imigrantes que chegam

De todas as partes de Portugal vêm os emigrantes, mas as regiões do norte e nordeste são mais significativas no período que estudamos. Os imigrantes distribuem-se pelas várias regiões do Brasil. Em 1929, localizavam-se, em maior número, nos seguintes estados:

Portugueses em territórios brasileiros segundo dados oficiais (1929)

	DF (Rio de Janeiro)	São Paulo	Minas Gerais	Pará
Total	279.338	280.418	20.050	15.631
Homens	201.429	201.428	14.753	12.382
Mulheres	70.909	79.990	5.297	3.249
Total de estrangeiros	349.129	988.740	42.943	22.083

Fonte: Carinhas, 1929, p. 234.

Verificando vinte anos de imigração em território brasileiro (1908-1927), os grupos mais numerosos, em um total de 1.631.005, foram os lusos (592.113); espanhóis (287.727); italianos (255.684); alemães (110.180 – 6,85 %).

Portugueses	36,30%
Espanhóis	17,65%
Italianos	15,75%

Fonte: Carinhas, 1929, p. 234.

Os portugueses que vieram para o Brasil a partir de meados do século XIX (até o final da Primeira República) podem ser classificados em cinco grupos: “Os que vêm trabalhar a terra” – são as experiências no meio rural, espalhadas nas propriedades ou em colônias. Scott enumera 12 colônias de portugueses em terras paulistas, em Limeira, Campinas, Rio Claro, Pirassununga, destacando-se o núcleo mais numeroso: Senador Vergueiro, de Limeira. A autora destaca, em outro texto, a Colônia Nova Lousã, na região de Espírito Santo do Pinhal, todas no oeste paulista (Scott, 2001, p. 11).

O segundo grupo são os caixeiros, no comércio dos centros urbanos. É o grupo mais conhecido, grande parte deles comerciantes de vários níveis de fortuna, até os mais abastados. A sua presença pode ser notada desde a metade do século XIX no comércio a varejo e a atacado, em firmas de importação, restaurantes, botequins, quitandas, padarias e um sem número de negócios.

Em terceiro lugar, estão os *artistas mecânicos*: pedreiros, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros. O *Álbum* mostra também a presença dos outros artistas (do teatro, da música), através das suas instituições, como a Sociedade Beneficente dos Artistas Portugueses, fundada no Rio de Janeiro em 1863, e as Sociedades Musicais (de bandas e orfeão, como a União Portuguesa de Santos).

O quarto grupo é o de imigrantes indiferenciados: serviçais, aguadeiros, carreteiros, criadagem em serviços domésticos ou em hospitais (lavanderia, limpeza, jardinagem), como em Santos. Encontram-se também carregadores de café, estivadores, carroceiros, catadeiras de café.¹ Em seção intitulada “Costumes portugueses no Rio de Janeiro”, o *Álbum* apresenta imagens desses lusitanos menos afortunados que, chegando ao Brasil, “começam o lento, o áspero calvário da luta pela vida, apegados às mais rudes profissões”: pescadores, distribuidores de pão, sorvete e refrescos nos dias quentes, vendedores de ovos, frangos, galinhas e perus gordos, de frutas, de plantas, de cestos, vassouras e espanadores, sacos de carvão, compradores de garrafas (Carinhas, 1929, pp. 85-6). Carregando nas mãos ou na cabeça ou em seus carretos ou carroças, andam pelas ruas da cidade ganhando a vida. Como grupo, os carregadores do cais pertencem à paisagem carioca e dos grandes portos brasileiros.

O último grupo é o de imigrantes desempregados, errantes pelas ruas das grandes cidades (vadios e crianças). Algumas instituições de socorros mútuos fazem menção explícita a eles. Veja-se, por exemplo, o estatuto do Centro Beirão do Rio de Janeiro:

Diligenciar a regeneração dos vadios, dos que, por leviandade, tiveram cometido qualquer falha, sem reincidência, acompanhando os seus processos, quando, por fatalidade, venham a ser presos e pugnando pela sua liberdade, quando pareça haver injustiça no seu julgamento e condenação (Carinhas, 1929, p. 120).

A colônia portuguesa em Santos

Essa composição dos cinco grupos de portugueses, anteriormente enumerados, observa-se em Santos, grande centro urbano do comércio exportador do café.

Até a última década do século XIX, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, com seu hospital, foi praticamente a única instituição lusa de assistência. A Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1543 pelo português Brás Cubas, atendia a todos – “Casa de Deus para os homens, porta aberta ao mar”. Excetuando-se a Beneficência, que construiu o seu hospital, as entidades só tinham condições de encaminhar o auxílio aos seus associados em doença ou viagem.

¹ Ver, entre outros, Frutuoso (1990, 1995), Pereira e Frutuoso (2009) e Matos (1995).

A cidade de Santos, com seu ancoradouro, que evoluiu durante o século XIX, começa a sua modernização em 1880. Durante a primeira metade do século XIX, abrigava pequenas casas importadoras e exportadoras de açúcar e aguardente para o interior do país ou para a região do Prata. Não tinha expressão portuária, pois a província paulista, economicamente, ainda estava engatinhando. Portanto, anualmente, poucos navios aportavam, e os produtos saíam ou chegavam via porto do Rio de Janeiro, em lombo de burro. Torna-se o principal porto exportador de café, superando o do Rio de Janeiro, somente quando a produção cafeeira de São Paulo supera a do Vale do Paraíba fluminense e paulista, pelos anos de 1883, e novas ferrovias passam a ligar Minas Gerais, outro grande centro produtor do café, ao porto santista.

Santos começa a crescer em vertiginosa agitação e movimentação, impulsionadas pela demanda cafeeira por parte do comércio europeu e incrementadas pela inauguração da estrada de ferro São Paulo Railway – inglesa –, que, desde 1867, trazia a grande produção da *hinterland*. O porto começa sua modernização a partir de 1880, atraindo homens para a sua construção e os serviços de comercialização do café (transporte, reensaque etc.). A Grande Imigração, a partir da década de 1880, traz estrangeiros de várias nacionalidades, tornando Santos uma *cidade portuguesa*, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. Em 1913, os estrangeiros formam quase 50% da população, e os lusos são os mais numerosos, seguidos pelos espanhóis, italianos, sírios e japoneses.

Em uma população de 88.697 habitantes, o número de portugueses em Santos em 1914 é de 23 mil (Frutuoso, 1995, p. 43) e, no recenseamento geral de 1920:

Nações	Número de estrangeiros		
	H	M	Total
Portugal	14.986	8.069	23.055
Espanha	4.828	3.515	8.343
Itália	2.066	1.488	3.554
Turquia	602	309	911
Japão	364	287	651

Fonte: Frutuoso, 1995, p. 43.

No Censo de 1913, realizado pela Prefeitura Municipal de Santos, a composição dos portugueses na população da cidade era a seguinte:

Recenseamento da população de Santos (1913)

H	M	Total
49.482	39.485	88.967

Fonte: Brasil/São Paulo. Prefeitura Municipal de Santos. Recenseamento 1913.

Os dados do Consulado Português de Santos acusam, em 1928, a inscrição de 45.720 portugueses, sendo 10.016 mulheres e 35.704 homens (Guerreiro e Carvalho, 1971, p. 25).

Associações de auxílio mútuo e de sociabilidade em Santos (séc. XIX)

Instituição	Ano
Sociedade Portuguesa da Beneficência	1857
Real Centro Português	1895
Centro Espanhol	1897
Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução	1900
Sociedade de Beneficienza Italiana	1897
Clube Germanico	1866
Deutscher Schulverein	1883
Sociedade Beneficente Síria	1890

Fonte: Elaboração da autora.

A relação com o Rio de Janeiro era intensa por ser ela a capital do país, pelos negócios, principalmente, mas também pelas uniões familiares. Um exemplo dessa ligação estreita pode ser visualizado na notícia no Rio de Janeiro: “Clube de Regatas Vasco da Gama: inauguração do seu *stadium* monumental”, com a peleja contra os jogadores do Santos F.C., com a assistência de uma multidão (*Revista Portugal*, 1927, pp. 80-1). Em 1921, duas instituições com o mesmo nome – Escola Portuguesa – são organizadas: uma em Santos e outra, independente, no Rio de Janeiro, sob a direção do Centro D. Nun’Alvares Pereira. A revista *Portugal*, editada no Rio de Janeiro em 1927, traz várias reportagens sobre Santos – locais e paisagens da cidade – e sobre Calixto, pintor brasileiro radicado em Santos.

Grupos de portugueses na cidade são os mesmos que se observam no Rio de Janeiro e na capital paulista, em número de variedade menor, principalmente quando comparado com a metrópole carioca. Enquanto Santos permanecerá uma cidade portuária e

comercial, o Rio de Janeiro terá o advento da economia industrial na passagem do século. Em território paulista, entretanto, seu parceiro industrial será a capital do estado.

Os lusos em Santos mostram o mesmo espírito patriótico. O sentimento de amor à pátria era marcante, capaz de superar, ainda que momentaneamente, divergências políticas ou regionais – fato observado na visita do navio de guerra *Adamastor* ao porto de Santos em dezembro de 1898. As discussões acirradas nas assembleias da Sociedade de Beneficência Portuguesa são interrompidas e, durante três dias, recepciona-se a fragata *Adamastor* com grandes festejos populares e elitistas. Nas ruas ou nas instituições lusitanas estão os patrícios, com a presença da banda musical Colonial Portuguesa em todas as solenidades (Franco, 1951, pp. 205-11).

São as seguintes instituições lusas em Santos referidas no *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*: Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em agosto de 1859; Real Centro Português, fundado em dezembro de 1895; Centro Republicano Português, fundado em 1909; Sociedade União Portuguesa, fundada em 1913 (dissidência da Sociedade Musical Colonial); Clube de Regatas Vasco da Gama, fundado em fevereiro de 1911; Associação Atlética Portuguesa Santista, fundada em 1917; Escola Portuguesa, fundada em 1921.

As instituições de socorros mútuos em Santos se desenvolvem a partir da segunda metade do século XIX. As agremiações portuguesas em Santos, durante o Oitocentos, são ligadas sobretudo à assistência social, à sobrevivência, pois, nas ondas emigratórias, vêm muitos pobres, e a cidade passa por terríveis epidemias que matam a gente mais pobre. Há falta de habitações condignas, ausência de rede de esgoto e água encanada.

A Sociedade de Beneficência Portuguesa será a única agremiação, até o fim do século, a reunir e auxiliar os imigrantes portugueses, principalmente com seu hospital, inaugurado em 1878 (Frutuoso, 1990). Com o progresso da cidade e da instituição, mantida com a colaboração de seus inúmeros sócios, a Sociedade Portuguesa vai construir um belo hospital em terreno nas dimensões de um quarteirão, em estilo colonial, situado em um bairro que se urbanizava, a Vila Belmiro, em frente ao canal dois, onde se mantém até hoje. Em 1º de dezembro de 1926 era inaugurado, com obra do “arquiteto” português Ricardo Severo, o novo hospital, bem aparelhado, cujas dependências mereceram destaque no *Álbum* (Carinhas, 1929, pp. 393-6).

Essa instituição era tão importante que recebeu a visita de Gago Coutinho e Sacadura Cabral em outubro de 1922 (Guerreiro e Carvalho, 1971, p. 84). A 16 de julho de 1923, o escritor português Julio Dantas, depois de um amplo programa na cidade, visitou, além da União Portuguesa, do Centro Português e da Santa Casa, a sede da Sociedade Portuguesa de Beneficência, ainda no Paquetá. Após ver as plantas do novo hospital e o trabalho dos seus dirigentes, deixou grafado no livro de visitas o

seguinte termo: “é quando, longe da Pátria, visito instituições como esta, que eu sinto mais íntima e mais profundamente o orgulho de ser português” (Franco, 1951, p. 397).

Excetuando-se a Sociedade Portuguesa de Beneficência, o Real Centro Português é a mais antiga instituição dos portugueses em Santos. Fundada em 1º de dezembro de 1895, com a finalidade de comemorar feitos brilhantes da história, estimular o patriotismo e prestar socorro e amparo aos que careçam, já em 1908 estava em belo edifício, em estilo manuelino, recordando as grandes conquistas portuguesas. A arquitetura e as pinturas de seu salão nobre refletem um dos seus objetivos: comemorar *feitos* históricos.

O Centro Português desenvolveu, para os seus associados, atividades das artes cênicas que se tornaram tradição na cidade. Para vencer o analfabetismo, instituíram a Escola João de Deus, com aulas no horário noturno gratuitas aos sócios e filhos.

A biblioteca atendia aos interesses de cultura intelectual; pretendia-se transformá-la em um magnífico gabinete de leitura, mas, realmente, ficou só na pretensão, se olharmos para o Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro.

A instituição incentivou as artes literárias. Santos era uma cidade que valorizava a literatura, com inúmeros saraus e concursos nas primeiras décadas do século XX; cidade de poetas como Vicente de Carvalho, Martins Fontes, Valdomiro Silveira.

O Centro Português viveu com muita intensidade o tempo em que a poesia premiava os salões e enriquecia a vida social. Grandes poetas santistas que contribuíram com sua arte para a história da poesia no Brasil tinham presença constante nos famosos saraus literários realizados no Salão Camoniano (Alves et al., 1995, p. 97).

Além desses aspectos culturais, as tradições carnavalescas eram vivenciadas, entre elas, o Bloco dos Convencidos, na década de 1920. O Grêmio das Camélias, de março de 1913 a 1915, reuniu o elemento feminino do Centro Português para bailes dançantes, chás, saraus literários e concertos.

Agitações advindas das rivalidades partidárias entre monarquistas e republicanos também agitaram o Centro Português, principalmente na década de 1910.

Evidenciando a preocupação com a instrução dos menos favorecidos, um grupo de lusos – com significativa presença na vida da cidade – fundou a Escola Portuguesa, em 24 de julho de 1921, acompanhando a iniciativa do conceituado professor Antonio Maria Guerreiro, que atuava na capital paulista como diretor do Colégio Anglo-Brasileiro.

O governo português vinha encetando a luta para reduzir a porcentagem de analfabetos, em uma batalha de mais de vinte anos. Entre os recenseados no continente luso, o analfabetismo de pessoas com mais de sete anos decrescia: 1900 – 60%; 1911 – 56%; 1920 – 54% (Revista Portugal, 1927, p. XXVII). No Rio de Janeiro, o Liceu

Literário Português, já desde 1868, preocupava-se com os imigrantes, oferecendo ensino básico técnico, e a alfabetização em cursos noturnos estava em seu auge na década de 1930 (Triches, 2011, p. 63). O *Álbum da Colônia Portuguesa* dedica uma página ao assunto, com o título “Liga propulsora da instrução em Portugal”. Á época, cuja primeira finalidade era “cooperar, em nome do princípio da igualdade, para pôr, ao alcance de todos, a instrução primária em Portugal” (Carinhas, 1929, p. 341), o Brasil também encetava suas campanhas contra o analfabetismo.

Respeitando o programa de ensino oficial brasileiro, a Escola Portuguesa de Santos pretendia atacar o analfabetismo por meio do ensino das crianças, do ensino da história e da geografia de Portugal, buscando firmar a união das famílias lusitanas. A Escola procurava alinhar-se à pedagogia da época, utilizando ações mais modernas (como aulas ao ar livre). Em 1929, tinha 120 alunos – número significativo em uma cidade que tinha muitas instituições públicas –, com oportunidade de matrícula dos menos favorecidos.

Figura 2 – O *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*



Figura 2 – O *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil* (1929, p. 397). Imagens elucidativas da importância que a Escola Portuguesa de Santos tinha para a comunidade portuguesa.

Dentre as associações de apoio aos lusos, tanto na conservação de tradições da pátria de origem e culturais como as sociedades de socorros mútuos, destacam-se em Santos também as instituições de lazer: as esportivas, com o cultivo do esporte das regatas e de futebol, e as sociedades musicais.

O Clube de Regatas Vasco da Gama é em Santos uma agremiação esportiva diferente da do Rio de Janeiro. Nascido da dissidência de grupos de dois outros clubes de regatas, fundado em 12 de fevereiro de 1911, dedicou-se inicialmente ao remo, esporte muito desenvolvido em Santos, como em São Paulo. Em 1926, muda-se para Ponta da Praia, onde vão se localizar as outras agremiações santistas de regatas, construindo sua sede social e seu campo esportivo. Anos mais tarde, vai se destacar, principalmente na natação, com muitas vitórias no cenário local e nacional. Uma agremiação, portanto, diferente da que hoje caracteriza o Vasco da Gama do Rio de Janeiro, com sua sede monumental em São Januário. Os dois, porém, podem se vangloriar por serem realizações da colônia empreendedora.

A outra agremiação esportiva é a Associação Atlética Portuguesa, que surge em 20 de novembro de 1917, dedicada ao futebol. Não é a primeira dessa modalidade, mas é a que vinga no tempo até hoje. Fundada por um grupo de operários canteiros da Companhia Docas, teve no início o apoio dessa empresa portuária, com a cessão de terreno para a prática do esporte. Somente em 5 de dezembro de 1920 inaugura o seu estádio e, em 1928, a primeira arquibancada de concreto coberta da América Latina. Seu estádio, entretanto, não se compara ao do Vasco da Gama do Rio de Janeiro, nem em suas dimensões. A Portuguesa Santista (Briosa), o Hespânia Atlético Clube (Jabaquara) e o Santos F.C. (1913), fundados na mesma década e que se equiparavam em atuação na década de 1920, existem ainda hoje, mas somente o Santos F.C. tem prestígio no meio futebolístico.

As sociedades musicais, com suas bandas e grupos vocais, foram muito presentes na colônia portuguesa e, em especial, em Santos. Destacam-se em 1929 duas organizações musicais: a Sociedade Musical União Portuguesa e o Grupo Musical do Centro Republicano Português (Carinhas, 1929, p. 401). O Centro Republicano Português foi fundado em 1909 e sua vida caracterizou-se por integrar elementos de destaque na vida da cidade.

A União Portuguesa – que vai ter uma vida mais longa – surge, primeiro, como grupo musical. Em 1929, vinha superando uma crise econômica, já com seu campo de ação social ampliado, razão de sua sobrevivência.

Por fim, o *Album* – que privilegiou a história do passado colonial santista – destaca a “vida comercial de Santos”, dedicando uma seção à cultura do café e à cultura da banana – que era o maior produto da região e do litoral, dando algumas informações ilustradas.

Apesar de mostrar locais e falar da existência de grandes bananicultores, não cita seus nomes, talvez por não terem contribuído com a parte financeira da publicação.

Na vida econômica, aparecem informações sobre casas de comerciantes portugueses de Santos, alguns anúncios, mas muito aquém do movimento da cidade. O *Álbum* publica, como no caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, uma longa relação dessas firmas. Tem-se que ter presente, porém, que o *Álbum* não é um anuário comercial, de anúncios de compra e venda, mas pretende mostrar para a Europa a pujança de uma colônia empreendedora.

A título de exemplo, o anúncio abaixo ilustra uma importante empresa comercial de Santos, cujo proprietário, Aristides Cabrera Correa da Cunha, era um dos mais influentes homens da comunidade e das instituições lusas de Santos.

Figura 3 – Ao Preço Fixo



Figura 3 – Ao Preço Fixo, em Santos (Carinhas, 1929, p. 417).

O *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, editado pelo jornalista português Teófilo Carinhas, é, assim, uma fonte inesgotável, aberta a todos que se dedicam ao estudo da imigração lusa no Brasil. Como toda fonte histórica, deve ser consultada com espírito crítico, mas, sem dúvida, contribui para a historiografia da e/imigração portuguesa no Brasil.

Referências

- ALVES, Maria de Fátima Ferreira et al. *Centro Português de Santos e seu centenário*. Santos: CPS, 1995.
- CARINHAS, Teófilo (org.). *Álbun da Colônia Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Oficinas Graficas do “Numero” de Carinhas, 1929.
- FRANCO, Jaime. *A Beneficência: memória histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e contribuição para a história de Santos*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *Imigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)* (dissertação). USP, 1990.
- . “O café e a imigração em Santos”. In PEREIRA, Maria Aparecida Franco (org.). *Santos, café & história*. Santos: Leopoldianum, 1995.
- GUERREIRO, Jorge e CARVALHO, M. Regina G. *Presença portuguesa no Brasil: litoral sul – Bandeirante*. Santos: Notícias de Portugal, 1971.
- LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. “História, memória e cotidiano privado. O feminino e masculino no porto do café (1890-1930)”. In PEREIRA, Maria Aparecida Franco (org.). *Santos, café & história*. Santos: Leopoldianum, 1995.
- PAULO, Heloisa. “Os exilados republicanos, os grandes esquecidos”. In PEIXINHO, Ana Teresa e SANTOS, Clara Almeida (orgs.). *Comunicação e educação republicanas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco e FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. “Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos, no final do séc. XIX”. In SOUSA, F. et al. (org.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- REVISTA PORTUGAL. Rio de Janeiro, ano 4, n. 90 e 93, 31 mar. 28 abr. 1927.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. “As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)”. Congresso de Historia Económica de Zaragoza, 2001.
- TRICHES, Roberta Pedroso. *Os sentidos do Atlântico: a revista Lusitania e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro* (dissertação). UFF, 2011.

Associativismo e cultura – as práticas de sociabilidade dos imigrantes europeus em Tucumán, Argentina, ao longo dos séculos XIX e XX¹

*Marcela Vignoli
Daniel Campi*

No fim do século XIX, na densamente povoada província de Tucumán, no norte argentino e na fronteira com os Andes, produziu-se uma notável expansão econômica baseada na produção de açúcar de cana, que atraiu milhares de imigrantes das províncias vizinhas, capitais extrarregionais, tecnologia, técnicos e mão de obra europeia qualificada. Esse processo, por sua vez, inseriu-se no notável crescimento econômico e demográfico experimentado à época pela Argentina.

¹ Tradução livre do espanhol por Lená Medeiros de Menezes.

A conexão ferroviária com a região pampeana, ocorrida em 1876, e um esquema de proteção tarifária contra a concorrência dos açúcares estrangeiros são dois fatores importantes que explicam o êxito dos produtores tucumanos, que, na primeira metade da década de 1890, monopolizaram o mercado nacional de açúcar. Não menos importante foi a forte presença dos políticos locais no processo de modernização e consolidação do Estado central, que teve nos presidentes de origem tucumana Nicolás Avellaneda (1874-1880) e Julio A. Roca (1880-1886 e 1898-1904) duas das figuras mais destacadas desse processo (Guy, 1981; Bravo e Campi, 2000).

O crescimento urbano e uma maior complexidade social foram consequência inevitável da expansão econômica que converteu a capital tucumana no centro político e cultural mais importante de uma vasta região. Nesse contexto, acompanhando uma tendência nacional a partir da segunda metade do século XIX, a província de Tucumán testemunhou um aumento de experiências associativas de ajuda mútua protagonizadas especialmente por europeus – fenômeno que se expressou, na província, na formação de oito associações, somente na cidade capital, nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século que se seguiu.²

A bibliografia sobre o tema coincide com relação a alguns desses espaços, em particular aqueles que representavam as colônias mais numerosas – espanholas e italianas –, que cumpriam de forma eficaz as funções de proteção a seus associados em uma terra estranha, senão, hostil. Desse modo, algumas das necessidades mais prementes em matéria de saúde, educação, trabalho e ajuda econômica ficaram contidas, de algum modo, nesses espaços de sociabilidade. Assim mesmo, atividades vinculadas à exaltação dos sentimentos patrióticos nacionais também estavam contempladas por essas associações, que organizavam atos comemorativos definidos pelas efemérides e pela liturgia patriótica dos países de origem.

Sem dúvida, a importância de que se reveste o interesse manifesto de alguns no sentido de fazer parte também das associações que surgiam nas sociedades locais, e que não estavam definidas pela variável étnica, não tem sido um tópico abordado pela historiografia referente ao tema. O propósito principal deste trabalho é, portanto, estudar uma das vias de interação dos imigrantes europeus com a sociedade de recepção, particularmente nos âmbitos da sociabilidade cultural que se constituiu em finais do século XIX e início do século XX na cidade de Tucumán.

Como mencionado anteriormente, as associações de estrangeiros em Tucumán começaram a se organizar a partir de fins da década de 1860. Essas criações se deram

² As entidades moldadas por imigrantes com objetivo de ajuda mútua foram: Sociedad Extranjera de Socorros Mutuos y Beneficencia (1868); Sociedad Italiana de Unión, Socorros Mutuos y Beneficencia (1878); Asociación Española de Socorros Mutuos y Beneficencia (1878); Sociedad Francesa Industrial de Socorros Mutuos (1879); Círculo y Sociedad Filarmónica Italiana de Beneficencia (1888); Centro Uruguayo (1911); e Centro Catalán de Cultura de Tucumán (1914) (Vignoli, 2010).

no contexto de uma série de medidas tomadas pelos governos nacional e local, que buscavam atrair imigrantes e assegurar sua equitativa distribuição nas diferentes províncias. Poderíamos identificar a década de 1870 como o momento no qual o Estado argentino assumiu, de forma muito ativa, o fomento da imigração, com legislação e políticas específicas, em consonância com a centralidade que ela havia adquirido no imaginário nacional como condição necessária do *progreso* e da expansão da *civilização*.³

Um decreto de abril de 1875, por exemplo, mandava criar em cada província argentina uma Comissão de Imigração e, um ano depois, era sancionada a Lei de Imigração e Colonização, que contemplava a criação de um Departamento Geral de Imigração, organismo que tinha a seu cargo tarefas de promoção e propaganda, incluindo a recepção dos imigrantes, seu alojamento e sua manutenção por um período de dez dias, e seu deslocamento para localidades do interior do país. Por sua parte, as comissões provinciais ocupavam-se de assegurar a rápida contratação dos imigrantes, além de tomar medidas para promover o fluxo migratório, entre elas, a construção de hotéis destinados a alojar os recém-chegados.⁴

Os imigrantes, por outro lado, não se instalavam como uma massa inerte ou como simples força de trabalho. Para além de criar entidades de socorro mútuo e beneficência, protagonizaram as primeiras experiências de organização dos trabalhadores em defesa de seus interesses de classe e tomaram parte nas atividades culturais, sociais e até políticas. O quadro 1 sintetiza o movimento de fundação de entidades de imigrantes estrangeiros na cidade de Tucumán entre 1868 e 1924.

Quadro 1: Associações de imigrantes estrangeiros na cidade de Tucumán (1868-1924)

Associação	Ano de fundação
Sociedad Extranjera de Socorros Mutuos y Beneficencia	1868
Sociedad Italiana de Unión, Socorros Mutuos y Beneficencia	1878
Asociación Española de Socorros Mutuos y Beneficencia	1878
Sociedad Francesa Industrial de Socorros Mutuos	1879

³ É inevitável remeter, neste ponto, aos ensaios fundacionais de Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento, e ao próprio texto da Constituição Nacional de 1853.

⁴ Em novembro de 1887 foi promulgada a Lei Nacional n. 2.205, autorizando o Poder Executivo nacional a destinar fundos públicos para a construção de 13 hotéis de imigrantes. Em Tucumán, a ideia de construir um hotel começou a tomar forma mediante a Lei Provincial n. 555, de 1887. Em 1894, a construção estava inconclusa e o local foi solicitado pela Sociedade de Beneficência, com o fim de fundar uma Escola de Artes e Ofícios. Até 1900, utilizou-se o estabelecimento para isolamento de enfermos. Não há registros de que esse edifício tenha cumprido, alguma vez, a função de hotel de imigrantes (Barazzutti et al., 2012).

Círculo y Sociedad Filarmónica Italiana de Beneficencia	1888
Sociedad Alemana de Socorros Mutuos	1895
Centro Uruguayo de Socorros Mutuos	1911
Centro Catalán de Cultura de Tucuman	1914
Centro Asturiano	1924

Fonte: Argentina. Archivo Histórico de Tucumán, Sección Administrativa, 1855-1915; Diálogo *El Orden*, Tucumán (1883-1924). Elaboração da tabela pelos autores.

As discussões sobre o impacto cultural e social da imigração de massa do fim do século XIX e início do século XX têm uma longa presença na historiografia argentina, sendo Gino Germani o indiscutível precursor desse tipo de investigação. Preocupado com as problemáticas da assimilação cultural dos contingentes migratórios e pela transição de uma sociedade *tradicional* para uma sociedade *moderna*, o sociólogo de origem italiana conclui, em primeiro lugar, que o resultado do *aluvião* imigratório foi a emergência de uma nova cultura, uma síntese, na qual coexistiam elementos nativos entrelaçados com aportes de diversas origens. Em segundo lugar, o autor destaca o aporte positivo da migração como elemento promotor do desenvolvimento econômico e da mudança da estrutura social em um sentido modernizante (Germani, 1964).

As teses de Germani deixaram marcas indelévels na historiografia argentina, constituindo-se em pontos de referência inevitável das contribuições da disciplina renovada que emergiu com força nas décadas de 1980 e 1990. Das numerosas revisões críticas e reformulações que se realizaram em uma literatura abundante, sobressai a incorporação do conceito de *pluralismo cultural*, que substitui ou matiza, segundo os autores, a ideia de *fusão* cultural da interpretação germaniana.⁵

Os estudos sobre a imigração europeia na Argentina não podiam deixar de dirigir sua atenção às experiências associativas, em grande parte, de natureza mutualista, que floresceram no fim do século XIX e começo do século XX, sobretudo na área de maior implantação dos migrantes: a cidade de Buenos Aires e outros centros urbanos da região pampeana.⁶ Sobre a questão, José C. Moya, que examina a adaptação cultural dos imigrantes ao novo solo e sua relação com a sociedade argentina, definindo-a como *dual*, afirma:

⁵ Conferir, na abundante bibliografia sobre a questão, Armus (1986), Devoto (1992), Devoto (2003), Devoto e Otero (2003) e Marquiegui (2006).

⁶ Conferir, por exemplo, Baily (1982, pp. 485-514) e Devoto (1985).

Os imigrantes espanhóis na Argentina, como os portugueses no Brasil, os franceses em Québec, ou os britânicos na Austrália, possuíam uma personalidade coletiva dual. Eram filhos da mãe pátria e estrangeiros, familiares e forasteiros, transmissores da cultura original e imigrantes incultos, primos e estrangeiros. Essa personalidade dual, evidentemente, representava uma construção cultural, e não uma essência primitiva, e, como tal, estava condicionada historicamente, em vez de ser temporalmente estática, isto é, a acentuação de tal ou qual conjunto de atributos dependia das condições históricas e com elas mudava (2004, p. 349).⁷

As interpretações sobre o papel que desempenharam as associações de caráter étnico nesse processo oscilam entre aquelas que argumentam que elas promoveram a integração dos migrantes à sociedade local e, com o tempo, sua *americanização*, e as que assinalam que tais associações preservavam os costumes e as mentalidades do Velho Mundo e, também, o sentimento de que os estrangeiros constituíam um grupo separado no país anfitrião. Sobre esse ponto, Moya defende que essas duas interpretações são válidas com respeito aos espanhóis localizados em Buenos Aires, mas a segunda poderia ser mais consistente. Segundo essa perspectiva, ainda que não haja dúvidas de que as associações facilitavam a adaptação dos imigrantes no país receptor, sua estrutura institucional e os serviços que ofereciam possibilitaram que muitas coletividades tivessem uma existência relativamente autossuficiente no que se refere aos âmbitos da sociabilidade, da recreação e dos benefícios sociais.

Em meados da década de 1880 e no contexto do projeto do Hotel de Imigrantes e das leis e decretos que fomentavam a imigração, aos quais já se fez referência, as duas principais associações de estrangeiros da província – a Sociedad Española e a Sociedad Italiana – modificaram seus estatutos. A razão dessa mudança foi obter a personalidade jurídica, tal qual exigia o artigo 45 do Código Civil. No caso da Sociedad Española, ela argumentava, na solicitação correspondente, que “nada representava para seu futuro desenvolvimento constituir uma sociedade beneficente se esta tivesse circunscritos os limites de seu desenvolvimento pela impossibilidade de adquirir, por meios legais, patrimônio que consolidasse sua existência” (Argentina, 1886, pp. 379-91). De sua parte, a Sociedad Italiana, ao solicitar a personalidade jurídica para obter “todos os privilégios e prerrogativas que sanciona o mesmo código”, declarou que a entidade já

⁷ Tradução livre. No original: “Los inmigrantes españoles en la Argentina, como los portugueses en Brasil, los franceses en Québec o los británicos en Australia, poseían una personalidad colectiva dual. Eran hijos de la madre patria y extranjeros, parientes y forasteros, transmisores de la cultura original e inmigrantes incultos, primos y extraños. Esta personalidad dual, evidentemente, representaba una construcción cultural y no una esencia prístina, y, como tal, estaba condicionada históricamente en vez de ser temporalmente estática. Esto es, la acentuación de tal o cual conjunto de atributos dependía de las condiciones históricas y cambiaba con ellas”.

tinha “bens próprios e que só se propunha o bem moral e material de todos os italianos que a formam, dentro dos limites sancionados em seus estatutos e que lhe permitam as leis” (Argentina, 1886, pp. 289-301).

Ainda que os requisitos para obter personalidade jurídica existissem desde 1869, quando se sancionou o Código Civil, em 1886, essas associações – assim como outras que, junto às mencionadas, tinham existência prévia na província – decidiram dirigir-se aos poderes públicos para solicitar o novo *status*. Provavelmente, isso se vinculava às possibilidades de obter créditos para construir sedes próprias, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo processo de modernização financeira que teve lugar no país durante a década de 1880, a partir da unificação monetária e do desenvolvimento de estruturas bancárias. A instalação em Tucumán de três casas bancárias tornava possível, nesse momento, esse tipo de empreendimento, muito difícil de ser resolvido com o apelo dirigido às redes de crédito informal, devido às altas taxas de juros que elas ofereciam.⁸ O último desses bancos instalado na província, em 1887, foi uma sucursal do Banco Hipotecario Nacional, que oferecia possibilidade de acesso a empréstimos de longo prazo às associações para a construção de suas sedes.⁹

O certo é que a adequação das associações aos dispositivos do Código Civil faz supor que esses espaços de imigrantes necessitavam incorporar-se a toda a trama legal da sociedade receptora. Enquanto essa adequação era, de algum modo, inevitável para aqueles que quisessem obter diversos tipos de auxílio por parte do Estado, as associações estrangeiras também se viram obrigadas a construir vínculos de outro tipo com a sociedade local. Na virulenta epidemia de cólera que assolou a província no verão de 1886-1887, por exemplo, residentes italianos e espanhóis se incorporaram às equipes que, coordenadas pelo governo provincial, percorriam e inspecionavam vivendas urbanas e rurais e assistiam aos infectados em hospitais improvisados.

Após a epidemia, o presidente do Cuerpo de Enfermeros Voluntarios Italianos, que integrava a Sociedad Italiana de Unión, Socorros Mutuos y Beneficencia, poria à disposição 25 camas existentes na sede da sociedade, em caso de qualquer emergência epidêmica, além de três ambulâncias para o transporte de enfermos e dois carros para cadáveres, destacando que o governo podia convocar os “vinte e cinco que formavam o corpo de inscritos” para “ocupá-los como enfermeiros em qualquer lugar onde fosse necessária sua presença” (Argentina, 1887, p. 318).

⁸ Sobre esse proceso, conferir Sánchez Román (2005).

⁹ Ainda que não constitua tema deste trabalho, podemos remeter, neste contexto, ao audaz projeto de construção de edifício próprio levado adiante pelos sócios da recém-constituída Sociedad Sarmiento, promovido pelo estabelecimento do sistema bancário formal na província. A crise de 1890 sepultaria o projeto por vários anos.

Junto a esse tipo de oferta, os estrangeiros começaram a aderir aos festejos e comemorações pautados pela liturgia patriótica nacional e americana. Um dos primeiros eventos nos quais os estrangeiros se preocuparam em tomar parte foi o festejo do IV Centenário do Descobrimento da América, em outubro de 1892. Nessa oportunidade, uma comissão *ad hoc*, nomeada pela Assembleia Geral das Colônias Estrangeiras Residentes na Província, dirigiu-se ao governador, afirmando

seus propósitos de contribuir com todas as suas forças e por todos os meios que estavam a seu alcance para a maior solenidade e pompa das citadas festas, ocasião propícia para que o ilustre povo tucumano se mostrasse digno de seus beneméritos antecedentes com relação a manifestações de patriotismo e relativas à cultura.

Os assinantes também aproveitaram a ocasião para pedir ao primeiro mandatário provincial “proteção e ajuda de tão excepcional importância para o cumprimento correto de nossa missão” (Argentina, 1892, p. 231). Na nota, em um contexto no qual as tensões entre o americano e o europeu, herdadas do processo independentista, que ainda não tinha terminado de se diluir, a reivindicação do papel da Europa para a existência do *Nuevo Mundo* não era inocente.

Os espaços associativos que, sem lugar para dúvidas, enriqueciam e complexizavam a sociedade civil, adquiriam especial visibilidade quando se organizavam eventos de caridade, de evocação patriótica ou religiosa. É por esse motivo que as datas pautadas pelas liturgias patrióticas e religiosas se convertiam em instâncias privilegiadas e também em campo de disputa entre as associações, que buscavam participar do festejo e, por meio deles, lograr notoriedade. No que se refere às datas pátrias argentinas, particularmente os dias 9 de julho e 24 de setembro,¹⁰ que davam relevância ao papel de Tucumán na independência americana, constituíam excelentes ocasiões para que as associações de imigrantes residentes na província interagissem no espaço público.

Constituiu-se em um caso eloquente o 9 de Julho de 1898, quando se festejava o 82º aniversário da Declaração da Independência. A cargo da Sociedad Sarmiento,¹¹ os festejos desse ano envolveram diferentes associações, que tiveram uma participação

¹⁰ Em 9 de julho de 1816, um congresso reunido em San Miguel de Tucumán declarou a “independência das Províncias Unidas na Sudamérica”, data que foi instituída como da Independência Argentina. Em 24 de setembro de 1812, por sua vez, o exército patriota, sob o comando do general Belgrano, derrotou, nas portas da mesma cidade, o exército realista, sob as ordens de Pío Tristán, freando uma série de derrotas que ameaçavam seriamente o destino da revolução no rio da Prata.

¹¹ A Sociedad Sarmiento havia sido criada em 1882 por alunos e egressos da Escola Normal e do Colégio Nacional de Tucumán. Constituíu o principal centro intelectual da província e da região, tinha uma importante biblioteca pública e realizava noites literárias e científicas com regularidade. Durante a década de 1890, publicou sua segunda revista, *El Tucumán Literario*.

ativa em sua preparação.¹² Um dos sócios da Sarmiento, o galego Paulino Rodríguez Marquina, encarregado de redigir um manifesto que exortava os vizinhos a embandeirar a cidade para o evento, refletia na ocasião: “Esperamos, pois, que, sozinho ou entre as diferentes nações cujos filhos compartilham a tarefa de nosso engrandecimento, vai flutuar nesse dia em toda Tucumán a bandeira azul e branca, testemunho mudo de nossas glórias” (*El Orden*, Tucumán, 5 jul. 1898).

Respondendo ao convite emitido pela comissão organizadora, somaram-se oficialmente ao festejo pátrio, entre outras instituições, as Sociedades Italiana, Francesa, Espanhola, Suíça e Argentina de Socorros Mútuos, o Comité Italiano de Beneficencia, a Sociedad Fratellanza Militare, o Orfeón Español e Argentino e o Centro Cosmopolita de Obreros.

A particularidade dos atos de 1898 esteve dada pelo ingresso da bandeira espanhola, pela primeira vez, no edifício onde ocorreu a sessão do Congresso que declarou a independência das Províncias Unidas na Sudamérica da Coroa espanhola. A relevância do ato foi destacada pela imprensa local nos seguintes termos: “Esse ato será um novo vínculo entre os filhos da mãe pátria e o povo argentino, que é hoje um dos mais sinceros amigos da Espanha” (*El Orden*, 6 jul. 1898). No evento, Paulino Rodríguez Marquina pronunciou um discurso representando os imigrantes peninsulares radicados em Tucumán e o coro da Sociedad Española entoou as estrofes do hino nacional argentino. Um maior compromisso com a liturgia patriótica local é impossível de imaginar. A exaltação de um dos ritos fundantes da nação argentina para o imaginário público era, sem dúvida, um expressivo e contundente modo de dar a conhecer a adoção, por parte de uma comunidade de residentes estrangeiros, de sentimentos e valores determinantes do ponto de vista identitário da sociedade de acolhida. Se o compromisso com a pátria argentina, entretanto, trazia implícito o reconhecimento de deveres, também implicava uma demanda de direitos, entre eles, o de ocupar posições proeminentes nas instituições da sociedade civil.

¹² Em 1898, a Sociedad Sarmiento tinha 704 sócios, dos quais 502 eram sócios ativos, 178 eram contribuintes, 22 eram correspondentes e dois eram sócios honorários. Do total de sócios, 194 eram estrangeiros, distribuídos por nacionalidade da seguinte maneira: 47 espanhóis, 42 italianos, 35 franceses, vinte alemães, oito uruguaios e ingleses, sete suíços, seis dinamarqueses, quatro suecos, três austríacos e peruanos, dois belgas e dois chilenos. Completavam a filiação um grego, um português, um brasileiro, um venezuelano, um colombiano, um luxemburguês e um norueguês. Durante esse ano, a associação realizou sete conferências, uma assembleia de sócios e 12 sessões da comissão diretiva. As diferentes comissões se reuniram sete vezes ao longo do ano. Um dos projetos mais importantes da associação era a organização e o desenvolvimento de uma biblioteca pública, que contava, no ano mencionado, com 3.488 títulos, em 5.634 volumes. Segundo os dados do movimento da biblioteca, nesse ano assistiram ao salão 9.274 leitores e se retiraram 5.085 livros para consultas a domicílio. Cabe esclarecer que, para essa época, a única associação de estrangeiros que contava com biblioteca era a Sociedade Italiana (cf. Marquina, 1899, pp. 93-4).

Essa questão havia desencadeado uma crise que derivou de uma clivagem da primeira entidade cultural de Tucumán, a já mencionada Sociedad Sarmiento. De fato, em junho de 1903 e antes das eleições para renovação das autoridades, deram-se a conhecer no principal periódico da província, *El Orden*, uma série de denúncias cruzadas com relação a supostas irregularidades que estariam sendo cometidas nos comícios nos quais se apresentavam duas listas de candidatos. Uma delas, que *El Orden* denominava “independente”, estava encabeçada pelo ex-governador Próspero Mena (1898-1901), a que se opunha outra (denominada “oficialista”), que apontava Gaspar Taboada, outro político, como candidato, que respondia ao então governador Lucas Córdoba. Como era evidente, as lutas políticas inraidentitárias se haviam introduzido no seio da sociedade, em cuja direção participavam, desde começos da década de 1890, futuros governadores, deputados, ministros, advogados membros da Corte Suprema de Justiça etc., de modo que, se bem se tratava de um aspecto de sociabilidade cultural, não deixava de estar integrado na trama de relações que caracterizavam a cultura política local.

Tensões não resolvidas entre nativos e imigrantes eclodiram em meio a essa disputa. Poucos dias antes das eleições, Damián P. Garat, da lista *independente*, respondia a uma denúncia sobre discriminação dos sócios estrangeiros no seio da associação:

Se nos acusa, com o propósito de nos indispor com o elemento estrangeiro, a fim de atrair sufrágios que não podem ser obtidos por outros meios mais lícitos, que temos feito exclusões inqualificáveis e que alimentamos ódios atávicos. [...] Na Sarmiento não há distinções nem há nacionais nem estrangeiros. Instituição puramente intelectual e de biblioteca, ali todos *somos uno* – cidadãos da república universal das ideias. [...] O que escreve estas linhas tem sido durante todo o tempo um dos mais decididos e entusiastas fomentadores da confraternidade dos nativos com os orientais, com os espanhóis, com os italianos, com os franceses, com os suíços, com os peruanos, com todos os estrangeiros que levantaram suas tendas ao amparo de nossas leis absolutamente livres, [...] os generosos operários que, de todas as partes do universo, vieram à Argentina trazendo-nos as artes, as indústrias, o comércio. [...] Ademais, para destruir a peregrina invenção, [...] basta fazer constar que na lista que temos figuram dois estrangeiros: o Sr. Ricardo Jaimes Freyre [...] e o senhor Juan M. Maresio, advogado italiano (*El Orden*, 17 jun. 1903).

Não há maneira de provar a veracidade da acusação, porém o simples fato de haver sido formulada induz a supor que, na sociedade tucumana, certo tipo de discriminação contra os estrangeiros estava dentro das possibilidades ou remetia a algum odioso antecedente.

O ato eleitoral transcorreu, segundo a crônica periodista, com normalidade, salvo algum incidente menor, com o triunfo da lista *independente*, que obteve 141 votos

contra os 89 que colheu a lista *oficialista* (*El Orden*, 18 jun. 1903). Tal como havia sido vaticinado pelo *El Orden*, o grupo perdedor decidiu separar-se e fundar outra sociedade, que se denominaria Biblioteca Alberdi. Logicamente, a criação desse novo espaço cultural adquiriu rapidamente um verniz político, devido ao decisivo apoio com que a brindou o governo provincial em detrimento da Sociedad Sarmiento: a Biblioteca Alberdi obteve com rapidez sua personalidade jurídica e também subsídios para a compra de livros (*El Orden*, 29 jul. 1903).

A crise da Sarmiento não foi senão um epifenômeno de uma crise política maior, a qual afetava a força política hegemônica em Tucumán e em todo o país: o Partido Autonomista Nacional, ou “roquismo” a secas.¹³ Não é o propósito deste trabalho analisar a articulação de ambas, mas chamar a atenção sobre a emergência, nesse contexto, de aspirações de integração e de protagonismo não concretizados por parte de um grupo de imigrantes europeus na mais prestigiada das instituições da sociedade civil tucumana. O presidente provisório da Biblioteca Alberdi, Gaspar Taboada, declarava que a entidade se constituía por “motivos por todos conhecidos” para responder às “verdadeiras aspirações e tendências da juventude desta província” (Argentina, 1903). E o regulamento da nova sociedade mencionava que nela não se aceitariam “privilégios de sexos, de nacionalidades, nem de religiões. A Alberdi abre suas portas a toda pessoa instruída e que deseje instruir-se” (Libro de Actas de la Biblioteca Alberdi).

Pergunta obrigatória é se foi somente um mandato político do governador Lucas Córdoba o que levou muitos sócios históricos da Sarmiento a criarem um espaço alternativo de sociabilidade cultural, tal como afirmava *El Orden*. Sem dúvida, a política se converteu em fator de peso, que dividia profundamente a sociedade tucumana, na qual a Sociedad Sarmiento se percebia como um espaço de formação de opinião e construção de poder. Sem dúvida, mesmo que a nova parceria surgisse patrocinada pelo governo provincial para contrabalançar o espaço perdido na Sarmiento e para construir apoios em meio a uma grave crise política, a análise não pode ser reduzida a esse único fator.

A ênfase, colocada na declaração de princípios, de que se tratava de uma entidade aberta a “todas as pessoas que desajassem se instruir” tinha algum sentido – expressava a ambição da entidade de tomar parte em um projeto cultural e educativo que se havia desnaturalizado na Sociedad Sarmiento: o da integração efetiva nos setores médios emergentes que eram alimentados pelas contribuições imigratórias. Abonaria essa hipó-

¹³ Na historiografia argentina se conhece como *roquismo* uma coalizão de forças políticas que, sob a direção de Julio Argentino Roca, enfrentaram e venceram em, 1880, um levante armado da província de Buenos Aires que se negava a aceitar o cerceamento de alguns dos privilégios que impediam a organização definitiva do Estado argentino. A coalizão, organizada sob o nome do Partido Autonomista Nacional, tinha grande tradição nas províncias do interior e foi a força hegemônica na política argentina por três décadas.

tese o fato de que, em seus primeiros anos de vida, as reuniões da Biblioteca Alberdi se desenvolveram na Sociedad Española de Socorros Mutuos, espaço cedido por seu presidente, o já mencionado Paulino Rodríguez Marquina, também ex-sócio da Sociedade Sarmiento e um dos fundadores da nova entidade. Não se deve deixar de considerar que, entre 1904 e 1914, os percentuais de sócios de origem estrangeira da Alberdi eram duas vezes maiores que os existentes na Sarmiento, embora o número de sócios não nativos desta última superasse a primeira. É evidente, ainda, que, embora com menor importância relativa, considerando o número de sócios e sem alcançar o prestígio da Sarmiento, a Biblioteca Alberdi era um espaço no qual os residentes estrangeiros alcançariam, em alguns anos, quase a paridade numérica com os argentinos nativos, o que, talvez, tenha implicado maiores possibilidades de influenciar a direção da instituição para os primeiros, pelo menos em maior medida do que na outra sociedade.

Quadro 2: Evolução do conjunto de sócios estrangeiros na Sociedade Sarmiento e na Biblioteca Alberdi, 1904-1914

Períodos	Sociedade Sarmiento	Biblioteca Alberdi
1904-1907	188 (24,8%)	117 (36,9%)
1908-1911	154 (20,4%)	174 (45,8%)
1911-1914	165 (20,0%)	116 (34,2%)

Fonte: Elaboração do autor sobre a base do *Anuario de Estadística de la Provincia de Tucumán*, 1904-1914.

A respeito disso, a quase nula representação dos estrangeiros nos órgãos diretivos da Sociedad Sarmiento constitui um dado inquestionável, excetuando-se o poeta e historiador boliviano Ricardo Jaimes Freyre, que se havia integrado plenamente na elite social e intelectual tucumana da época. Por outro lado, no regulamento da Biblioteca Alberdi era garantida a participação de representantes das coletividades estrangeiras mais numerosas. Como consta no livro de atas da instituição:

Aceitou-se, em princípio, dar representação às sociedades estrangeiras, por serem essas instituições compostas por elementos sérios que colaboravam de uma maneira eficaz para o progresso do país. Art. 11: A comissão diretiva será composta por um presidente, um vice, um secretário, um tesoureiro, um diretor de biblioteca e três outros membros e, no mesmo sentido, pelos presidentes das três sociedades estrangeiras de socorros mútuos com personalidade jurídica que tenham maior número de sócios e que manifestem sua vontade de aceitar o cargo. Permanecerão no cargo por dois anos, podendo todos ser reeleitos, menos o presidente, que deve deixar passar um período (Argentina, 1903).

Essa cláusula, que assegurava uma representação permanente na Comissão Diretiva das três comunidades mais importantes de estrangeiros da província, é de grande importância, pois não os impedia de participar de cargos de grande importância simbólica em associações que aspiravam não apenas encontrar uma via de progresso econômico ou de realização profissional, mas também obter um reconhecimento social em pé de igualdade com os argentinos nativos.

Por outro lado, as tarefas que a nova associação se dispunha a desenvolver, expressas em sua carta fundacional, não diferiam substancialmente das que haviam caracterizado a Sociedad Sarmiento, incluindo as que davavam ênfase à exaltação dos sentimentos patrióticos argentinos:

Celebrar os aniversários pátrios e honrar a memória dos grandes homens argentinos e estrangeiros. Incentivar a edificação nesta cidade da estátua do eminente estadista e pensador Juan B. Alberdi, pela propaganda ativa e contínua na Província e em toda a República (Argentina, 1903).

Pese, contudo, o empenho inicial de seus fundadores, a Biblioteca Alberdi não pode alcançar a dinâmica da Sociedade Sarmiento nem equipará-la em oferta de matéria cultural, salvo nos serviços prestados pela sua biblioteca.¹⁴ Embora, em 1904, as diretorias de ambas as associações se tenham reunido o mesmo número de vezes, a Sarmiento organizou 24 conferências públicas no ano, enquanto a Alberdi só convocou cinco, o que revela, de algum modo as diferenças em potencial de intervenção no espaço público de que dispunham seus respectivos dirigentes. Por outro lado, a complexidade das atividades da Sarmiento não podia ser replicada com facilidade. Elas contemplavam reuniões de “sessões temáticas” (em sociologia, filosofia e “belas letras”, direito e ciências afins, belas artes, geografia e ciências históricas, ciências naturais e matemáticas, ciências médicas e pedagogia), iniciadas em 1902; e, a partir de 1906, iniciaram-se os “cursos livres”, antecedentes diretos da Universidade de Tucumán, cujo projeto foi elaborado e apresentado na Legislatura provincial em 1909 por um de seus ex-presidentes, Juan B. Terán – sem dúvida, uma das figuras intelectuais mais relevantes da chamada *generación del centenario* –, sendo aprovado em 1912.

Por que a Alberdi não pôde ocupar uma posição similar no espaço público tucumano? Vários fatores o explicariam. Em primeiro lugar, devido à relevância intelectual da equipe dirigente da Sarmiento, que reunia os elementos mais destacados, na província, no campo das humanidades, no das ciências naturais e no das ciências exatas. Em

¹⁴ Caso sejam considerados os serviços de biblioteca oferecidos por uma ou outra associação em 1905, as consultas bibliográficas na Alberdi quase duplicaram com relação às da Sarmiento, possivelmente resultado dos generosos subsídios que tornaram a primeira mais atrativa nessa área para o grande público.

segundo lugar, porque a entidade não pode apropriar-se da tradição de promover atividades científicas e culturais, que seguiu sendo patrimônio exclusivo da Sarmiento. Em terceiro lugar, porque a situação política sofreu uma mudança significativa em 1906, quando Luis F. Nougués, importante industrial açucareiro com quem a direção da Sarmiento guardava estreitos laços de amizade, vínculos familiares e afinidade política, assumiu o governo. A conjugação desses elementos marcou a diferença que, de algum modo – pode-se aventurar a dizer –, era a de uma entidade dirigida por personalidades que simbolizavam o predomínio e o prestígio social e político da elite açucareira ante a outra – a Alberdi –, mais popular e, se quisermos, mais democrática no conjunto de seus membros e em sua direção, um segmento das classes médias, ávidas por cultura e com aspirações de ascensão social, no qual os imigrantes espanhóis haviam adquirido um peso importante. Uma investigação rigorosa sobre as características sociais dos filiados e das comissões diretoras de ambas as entidades nos trará certezas menos provisórias sobre essa questão.

Conclusões

A historiografia tem ressaltado, entre as atividades desenvolvidas pelos imigrantes europeus radicados maciçamente na Argentina no fim do século XIX e começo do século XX, a criação de numerosas instituições de socorros mútuos e beneficência, examinando o papel que elas haviam cumprido no processo de adaptação e integração na sociedade local. Neste trabalho, colocou-se ênfase em outro tipo de iniciativa: a ativa participação dos ditos migrantes em associações culturais, estudando o caso das duas entidades tucumanas mais relevantes desse tipo: a Sociedad Sarmiento e a Biblioteca Alberdi.

A partir dessas, mas também de instituições do tipo étnico (como as sociedades de socorros mútuos e beneficência), os imigrantes aderiam às celebrações determinadas pela liturgia patriótica argentina, ocasiões muito propícias para cobrar relevância no espaço público e manifestar a adoção de valores e sentimentos caros à nação de acolhida. Naturalmente, se o compromisso com a *pátria argentina* implicava o reconhecimento de deveres, também supunha reconhecimento de direitos.

Embora não haja dúvidas de que a sociedade local tenha sido muito receptiva com relação às contribuições e atuação pública dos migrantes, tensões não resolvidas entre argentinos nativos e residentes estrangeiros no seio da Sociedad Sarmiento parecem ter se manifestado por ocasião de um conflito desencadeado na esteira do processo de renovação em 1903.

Ainda que o conflito acima mencionado tenha sido a expressão, nessa entidade, da grave divisão ocasionada pelo *roquismo* tucumano, denúncias sobre discriminação

de estrangeiros foram sentidas no marco das acusações cruzadas que os campos em conflito tornaram públicas na imprensa.

A crise se resolveu com uma divisão e com a criação, encorajada pelo governador Lucas Córdoba, de uma nova entidade: a Biblioteca Alberdi. Embora não se possa discutir a proeminência do fator político nesses acontecimentos, um grupo importante de imigrantes espanhóis, encabeçados pelo presidente da Asociación Española de Socorros Mutuos y Beneficencia, participou de maneira efetiva da organização e apoio à nova instituição, com suas próprias ideias e interesses.

Por outro lado, o projeto cultural da Biblioteca Alberdi não diferia, por seus compromissos com os valores patrióticos argentinos, dos da Sociedad Sarmiento.

Com relação à participação de sócios de nacionalidade estrangeira na nova entidade, não deixa de ser significativa a disposição estatutária que garantia na comissão diretora a presença dos presidentes “das três sociedades estrangeiras de socorros mútuos com personalidade jurídica que tivessem maior número de sócios”. Nem o maior percentual – em relação à Sarmiento – de imigrantes filiados, especialmente de nacionalidade espanhola que, em algum ano, equiparou-se ao de argentinos nativos.

Apesar dos esforços dos fundadores, a Biblioteca Alberdi não pôde equiparar-se à Sociedad Sarmiento, nem no prestígio de que esta gozava, nem na importância que suas atividades tiveram nos planos da cultura e da educação públicas. Fatores de diversos tipos, entre eles a relação plena dos gestores da Sarmiento com os governos que se sucederam na província de Tucumán a partir de 1906, explicariam os limites desse caminho particular.

Referências

- ARGENTINA. Archivo Histórico de Tucumán (en lo sucesivo AHT), Sección Administrativa, T. II, III e IV, v. 170, 171, 176 e 196, ago.-out. de 1886; out. 1887 e jul. 1892.
- . Libro de Actas de la Biblioteca Alberdi. Discurso de Gaspar Taboada. Primera Sesión Preparatoria, 26 jun. 1903.
- . Libro de Actas de la Biblioteca Alberdi, 30 jun. 1903.
- . “Reglamento de la Biblioteca Alberdi”, Título I, Libro de Actas de la Biblioteca Alberdi.
- ARMUS, Diego. “Diez años de historiografía sobre la inmigración masiva”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 2, n. 4, 1986.
- BAILY, Samuel. “Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires”. *Desarrollo Económico*, v. 21, n. 84, 1982.
- BARAZZUTTI et al. “La Historia de los primeros años del Hotel de Inmigrantes en Tucumán. Avances preliminares”. *V Jornadas de Jóvenes Investigadores de la UNT*. Tucumán: EDUNT, 2012.
- BRAVO, María Celia e CAMPI, Daniel. “Élite y poder en Tucumán, Argentina, segunda mitad del siglo XIX. Problemas y propuestas”. *Secuencia*, México D.F., n. 47, 2000.

- DEVOTO, Fernando. “Las sociedades de ayuda mutua en Buenos Aires y Santa Fe. Ideas y problemas”.
— e ROSOLI, Gianfausto (orgs.). *La inmigración italiana a la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 1985.
- . “Del crisol al pluralismo: treinta años de historiografía sobre las migraciones europeas a la Argentina”.
—. *Movimientos migratorios: historiografía y problemas*. Buenos Aires: CEAL, 1992.
- . *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- e OTERO, Hernán. “Veinte años después. Una lectura sobre el Crisol de Razas, el pluralismo cultural y la historia nacional en la historiografía argentina”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 17, n. 50, 2003.
- EL ORDEN. Tucumán, 5 jul. 1898; 6 jul. 1898; 17 jun. 1903; 18 jun. 1903; 29 jul. 1903.
- GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época en transición*. Buenos Aires: Paidós, 1964.
- GUY, Donna. *Política azucarera argentina: Tucumán y la generación del ochenta*. Tucumán: EDUNT, 1981.
- MARQUIEGUI, Dedier Norberto. “Pluralismo social y cultural, crisol de razas y multiculturalismo en el estudio de las migraciones masivas en la Argentina: una mirada retrospectiva”. *Astrolabio*, Córdoba, n. 4, 2006.
- MARQUINA, Paulino Rodríguez (org.). *Anuario de Estadística de la Provincia de Tucumán – 1898*. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1899.
- MOYA, José. *Primos y extranjeros: la inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930*. Buenos Aires: Emecé, 2004.
- SÁNCHEZ ROMÁN, José. *La dulce crisis: Estado, empresarios e industria azucarera en Tucumán, Argentina (1853-1914)*. Sevilla: Universidad de Sevilla / Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Diputación de Sevilla, 2005.
- VIGNOLI, Marcela. “Asociacionismo, cultura y política en tiempos de crisis, la Sociedad Sarmiento de Tucumán, 1900-1909”. *Travesía*, Tucumán, n. 12, 2010.

[Faint, illegible text block]

[Faint section header]

[Faint, illegible text block]

Comunidade portuguesa em São Paulo: associativismo e identidade

*Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
Maria Christina Siqueira de Souza Campos*

A peculiaridade da imigração portuguesa no Brasil é por todos conhecida. Um país descoberto, colonizado e governado por Portugal até 1822, quando se tornou independente e inaugurou o Primeiro Império. Um país de mesma língua. Os portugueses que aqui viviam passaram a ser considerados estrangeiros, da mesma forma que aqueles de outras etnias que chegavam eram imigrantes.

A imigração portuguesa para o Brasil se fez em ciclos mais ou menos numerosos, dependendo das condições políticas e econômicas de ambos os países e também por razões pessoais e familiares. Os portugueses vieram atraídos inicialmente pelo trabalho na lavoura, mas também para as cidades. Há comunidades portuguesas nos mais diferentes estados, sendo mais numerosas no Rio de Janeiro e em São Paulo, tanto na capital como em Santos – porto por onde entrava a maioria dos imigrantes – e em algumas cidades do interior.

A primeira Constituição republicana, em 1891, ofereceu a todos os estrangeiros presentes no País a nacionalidade brasileira, desde que não se manifestassem em contrário. Portugueses continuaram a chegar como imigrantes.

Objetivo – referencial teórico – procedimentos metodológicos

O objetivo deste texto é analisar as instituições fundadas por imigrantes portugueses em São Paulo, procurando mostrar como elas evidenciam os traços mais marcantes da cultura de origem da comunidade luso-brasileira, especialmente no que se refere à identidade e ao associativismo, bem como à religiosidade e à integração social. Assim, as reflexões aqui apresentadas abordam a questão do *associativismo* e da *identidade*, sendo questões que remetem à *estratificação* da comunidade portuguesa de São Paulo no momento atual.

A perspectiva é sociológica, focalizando grupos e relações e sociais. O estudo foi norteado pelos conceitos de *migração*, *associativismo* e *identidade*. A integração é vista como um *continuum* que tem em um dos extremos a integração total na sociedade de acolhimento e, no outro, a permanência do sentimento de pertença ao país de origem. São consideradas tanto a *identidade* coletiva como a pessoal, vistas como um processo.

Neste estudo, parte-se da consideração do conceito de *migração* como o deslocamento de pessoas no espaço físico e cultural para permanência definitiva ou por longo tempo. Tratando-se do movimento migratório para outro país, distinguimos a emigração e a imigração, correspondendo a primeira à saída do país de origem e a segunda, ao período que se segue à entrada no país de acolhimento (Sayad, 1998). É um processo que se desenvolve segundo várias fases: a decisão de partir e os preparativos no país de origem; a viagem, vista como um marco de passagem; a inserção no país de acolhimento, destacando os primeiros tempos; e o momento da decisão de permanecer ou regressar. No primeiro caso, há inserção definitiva; no caso de regresso e reinserção no país de origem, fecha-se o percurso migratório (Rocha-Trindade, 1995).

O *associativismo*, considerado numa perspectiva da linguagem corrente, é a tendência que os indivíduos têm de se agruparem para atingirem objetivos comuns e resolverem problemas, o que seria mais difícil de alcançar individualmente. Há diversos fatores intervenientes quando se parte da concepção de associativismo como fonte de capital social (Bourdieu, 1979). O associativismo é uma forma de adquirir capital social, que, por sua vez, pode se constituir em oportunidades de mobilidade social. Há claramente uma vantagem para os imigrantes em se associarem a seus conterrâneos, funcionando as organizações por eles fundadas como redes sociais de auxílio mútuo que extravasam a estrutura familiar. Esse apoio mútuo acaba por favorecer o sucesso pessoal e possibilitar a ascensão social, na medida em que permite aos indivíduos melhorar suas condições de vida e elevar seu status social (Albuquerque, 2008).

A socióloga portuguesa Maria Beatriz Rocha-Trindade chama a atenção para o crescente interesse, nos tempos atuais, pelos estudos sobre *identidade*, devido à consciência atual do direito à diferenciação e à afirmação cultural de grupos e comunidades

minoritárias. Como Rocha-Trindade salienta, na base de tal consciência estão dois conceitos em oposição – identidade e alteridade, isto é, o sentimento de cada um de que pertence a um determinado grupo e seu reconhecimento de que existem outros grupos, diferentes dele. Assim, são frequentes os grupos multiétnicos, multiculturais e ideologicamente distintos, em virtude dos deslocamentos humanos, que podem ser por um tempo determinado ou de natureza mais permanente, como os movimentos migratórios. O passar do tempo leva certamente os imigrantes à adoção de muitos elementos da cultura do país em que estão residindo, dando origem ao que Rocha-Trindade denomina de “recriação da identidade” (2006, p. 90). Crescer e ser educado num país diferente daquele de seus pais leva, sem dúvida, à incorporação, de forma bem evidente, de traços da cultura do país de adoção, mas ainda se pode verificar a situação de alguém que está com o pé em duas canoas, sendo, nesse caso, bem presente o sentimento de pertença a duas culturas distintas.

Hall trata de um conceito ligado às migrações, “a identidade étnica”, que é visto por ele como sendo um processo identitário, e não como algo constituído ou naturalizado (1997). Lévi-Strauss chegou a afirmar que o conceito de identidade não deveria ser construído sobre uma fundamentação empírica, mas simbólica e cultural (1987). Hall define etnia como as “características culturais – língua, religião, costumes, tradição, sentimento de lugar – que são partilhados por um povo” (1997, p. 67). Prossequindo em suas considerações, ele diz que a identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico, não havendo possibilidade de entendê-la como algo dado, definido definitivamente desde o começo da história de um povo. A projeção dos membros de um grupo nas identidades culturais, ao mesmo tempo que são internalizados seus significados e valores, tornando-os parte de cada um, tem como consequência vincular os próprios sentimentos subjetivos aos lugares objetivos que ocupam no mundo social e cultural.

Para o estudo do movimento migratório, propõe o sociólogo português Paulo Filipe Monteiro que o pesquisador “viaje com o imigrante” para bem compreendê-lo (1994). A história oral possibilita conhecer essa experiência pela voz dos próprios imigrantes. Trabalhamos com a história oral, recorrendo a outras fontes de forma complementar: *fontes escritas*, como dados censitários, imprensa e publicações da comunidade; *imagens e outras fontes orais*, como programas radiofônicos.

A história oral trabalha com documentos construídos por meio da voz de pessoas que viveram a situação em estudo ou que podem falar dela – entrevistas gravadas, transcritas e editadas. Trata-se de um diálogo, conduzido, a princípio, pelo pesquisador, segundo os objetivos da pesquisa. Contudo, pode levar a caminhos não previstos, levantar novos problemas, dar a conhecer outras situações. Pode levar à inclusão de questões e, até mesmo, à reformulação do projeto. Cabe ao pesquisador saber ouvir.

Pelo caráter dialógico, a entrevista de história oral modifica o pesquisado, que organiza sua memória, relembra fatos, revive e avalia sua história, e também o pesquisador, que não é o mesmo na primeira entrevista e nas demais, aprofundando-se no tema estudado e conhecendo pessoas e vivências de especial interesse. Trata-se de uma valiosa experiência e muito aprendizado.

Uma questão que se coloca é *quem* entrevistar. A resposta foi buscada no objetivo do projeto: delinear a comunidade portuguesa de São Paulo no século atual, conhecer as principais instituições hoje existentes e apreender a identidade e a trajetória dos membros dessa comunidade. A opção foi tomar como referência as instituições portuguesas de diferentes setores hoje existentes e entrevistar pessoas que participam de sua direção.

O associativismo

Tendo por base o pensamento teórico sobre associativismo exposto anteriormente, neste trabalho serão abordadas as instituições mais amplas da comunidade portuguesa em São Paulo, entre as quais aquelas voltadas para a saúde (Beneficência Portuguesa, Centro Trasmontano e Sociedade Beneficente Vasco da Gama), o esporte (Associação Portuguesa de Desportos), a economia (Câmara Portuguesa), a vida religiosa (igrejas) e as de caráter mais geral, como a Casa de Portugal e o Conselho da Comunidade Luso-Brasileira. As associações regionais serão expostas de forma mais sucinta, dando-se maior destaque à análise dos traços mais importantes que as distinguem.

No século XIX, a cidade de São Paulo tinha menos de 30 mil habitantes. Os doentes pobres, brasileiros ou imigrantes, eram tratados nas Santas Casas de Misericórdia, que não tinham possibilidade de atender a todos os que as procuravam. Essas instituições existiam desde os primeiros tempos da colonização. Seguiam a tradição de filantropia que existia em Portugal desde o tempo de D. Afonso Henrique (1110-1185). Foi essa a semente trazida ao Brasil, tendo sido criada em Santos a primeira Santa Casa, em 1542. Outras se seguiram. A de São Paulo foi criada por volta de 1560, obra da Irmandade de Misericórdia, já existente em São Paulo. A trajetória dessa irmandade é longa e ampla e está, desde o início de suas atividades, atrelada ao crescimento da cidade de São Paulo.¹

O associativismo da comunidade portuguesa tornou-se manifesto na cidade de São Paulo desde o século XIX, quando três caixeiros portugueses (hoje diríamos ven-

¹ A Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro é anterior à de São Paulo. O projeto, que visava a dar atendimento aos imigrantes portugueses desamparados, data de 1840, quando foi aprovada uma proposta no Gabinete Português de Leitura. O Hospital São João de Deus foi inaugurado em 1858. Cabe observar a originalidade da proposta, dado que as sociedades de ajuda mútua datam do final de século XIX.

dedores de lojas) decidiram reunir outros portugueses para fundar uma casa de saúde e, em 1859, criaram a Beneficência Portuguesa, hoje um hospital de referência. Ao início, foi uma sociedade modesta, criada para auxiliar portugueses de origem humilde. Esses caixeiros viajantes trabalhavam em uma tradicional casa de venda de tecidos, a Casa Paiva. A ideia ganhou adeptos, iniciando-se uma lista de adesão. A fundação da sociedade, que se chamou Beneficência Portuguesa, foi a 2 de outubro de 1859, assinando a ata 149 homens e 19 mulheres, quando foi eleita a primeira diretoria, tendo por presidente Joaquim Lopes Lebre, Conde de São Joaquim.

O estatuto previa amplo atendimento, tendo como objetivos:

procurar emprego e trabalho; prestar alimentos e socorros àqueles que estiverem impossibilitados de obterem subsistência por meio de seu trabalho; ministrar aos enfermos o auxílio necessário; dar sepultura aos que falecerem sem recursos; auxiliar os sócios que tiverem de sair da província ou do país (Caldeira, s. d., p. 39).

Era uma sociedade beneficente cujos recursos provinham da mensalidade dos associados. Médicos e advogados ofereciam gratuitamente seus serviços, não apenas em questões de saúde, mas também para repatriação, colocação de trabalho e fornecimento de remédios e alimentos. A assistência médica passou a ser prioritária e, em 1864, os 290 associados conseguiram comprar um terreno na avenida São João para a construção de um hospital. Depois, o terreno foi trocado por um maior, na rua Alegre, atual Brigadeiro Tobias, 343.

Com a contribuição dos associados, contudo, foi iniciada a construção do Hospital São Joaquim, sendo ainda presidente, e continuando por várias gestões, o Conde de São Joaquim. A inauguração do hospital foi no dia 20 de agosto de 1876, dia de São Joaquim. O hospital teve participação importante no tratamento de atingidos pela epidemia de febre amarela. Em 1886, recebeu a visita do imperador D. Pedro II. O rei de Portugal, D. Carlos I, concedeu à Beneficência o título de “Real e Benemerita” em 1901. Em 1918, quando a cidade de São Paulo foi atingida pela gripe espanhola, a Beneficência destacou-se no tratamento dos doentes. A cidade crescia, bem como a procura pelo hospital. Uma ampliação se fazia necessária. Em 1936, foi comprado o terreno da rua Maestro Cardim, no bairro Paraíso, mas as obras do novo hospital só tiveram início em 1945.

Os presidentes da Beneficência eram todos portugueses até 1951, quando foi eleito um brasileiro: José Ermírio de Moraes (1951-1963), genro do Comendador Antônio Pereira Inácio, um dos próceres da comunidade portuguesa. Ele foi sucedido por Abílio Brenha da Fontoura (1963-1971), seguindo-se a gestão de Antônio Ermírio de Moraes (1971-2009) e, a seguir, a de seu filho, Rubens Ermírio de Moraes, a partir de 2009.

A obra de construção do novo hospital teve início na gestão de José Ermírio de Moraes. O grande esforço para a construção contou com o empenho de abnegados portugueses, que percorriam o comércio com um livro de ouro, conseguindo doações para a construção do primeiro pavilhão do hospital atual da rua Maestro Cardim. A Beneficência Portuguesa continuou a crescer, tanto em termos de instalações como no desenvolvimento de tecnologia de ponta. Assim, em 2009, foi adicionada ao conjunto hospitalar mais uma unidade, o Hospital São José, que conta hoje com quase dois mil leitos, sendo um dos maiores e mais modernos complexos hospitalares da América Latina. Possui cinco blocos na Unidade Hospital São Joaquim, na rua Maestro Cardim, além da Unidade Hospital São José.

A Real e Benemerita Sociedade Beneficente de São Paulo é, certamente, uma enorme contribuição da comunidade portuguesa para São Paulo e para o Brasil. Também em outras cidades do interior do estado de São Paulo, Beneficências foram criadas por portugueses: Amparo, Campinas, Ribeirão Preto, Santo André, São Caetano do Sul e São José do Rio Preto.

A Sociedade Beneficente Vasco da Gama, atualmente com dois hospitais – Montemagno e Bosque da Saúde – foi fundada a 20 de maio de 1898 por um grupo de imigrantes portugueses como uma associação beneficente de ajuda mútua.

Naquela época, de grandes e constantes fluxos migratórios internacionais da Europa para a América, contingentes de várias nacionalidades chegavam ao Brasil e, em particular, a São Paulo. No bairro do Brás predominavam as famílias de portugueses, italianos e espanhóis. As condições de trabalho eram difíceis e não havia legislação que protegesse os trabalhadores. Assim, a organização de uma entidade como a associação de ajuda mútua foi muito significativa para os imigrantes oriundos de Portugal que viviam em São Paulo.

Comemoravam-se, nessa ocasião, os quatrocentos anos da chegada do navegador português Vasco da Gama à Índia. Como forma de homenagem ao navegador e à pátria, essa associação recebeu o nome de Associação Portuguesa Beneficente Vasco da Gama. A primeira sede própria só se tornou realidade no ano de 1903, à rua Dona Antônia de Queiroz. Durante 79 anos essa sede concentrou todas as atividades da instituição.

Foi em 1918 que a grande solidariedade do povo português se fez sentir na cidade de São Paulo, assolada pela epidemia de gripe espanhola, que, então, ceifava muitas vidas. A Associação Portuguesa Beneficente Vasco da Gama abriu suas portas à população em geral, colocando suas instalações e seus recursos à disposição dos enfermos e contribuindo assim para salvar muitas vidas. Foi por isso que as autoridades municipais, a título de homenagem, deram o nome de Vasco da Gama à rua onde se situava a sede da Associação. Em maio de 1982, a Associação instalou-se no atual prédio da rua Cesário Alvim, no bairro do Belenzinho, onde até hoje atende a seus associados.

Juntamente com outras associações regionais que não sobreviveram, na década de 1930, foi fundado, em 28 de maio de 1932, o Centro Trasmontano, que se transformou em um bem-sucedido plano de saúde que possui hoje um grande hospital, o IGESP,² mantendo ainda algumas atividades sociais para os trasmontanos.

A iniciativa da fundação desse centro foi de um grupo de imigrantes portugueses da região de Trás-os-Montes, no norte de Portugal, acima do rio Douro. Esses portugueses vieram para o Brasil no período posterior à II Grande Guerra, deixando um país empobrecido e buscando novas oportunidades. A associação criada era uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, para garantir tratamento de saúde aos imigrantes portugueses, tratamento estendido posteriormente a não portugueses e desenvolvendo-se como um plano de saúde. A sede da entidade, até 1938, era na rua Tabatinguera, 294. Apenas em 1986 foi permitido o ingresso de não portugueses nos seus quadros.

O livro *Trasmontano: uma história de bravura*, de Edna Fátima Pereira da Silva (2011), conta os desafios que foram vencidos até que o centro chegasse à situação atual, quando é reconhecido como um plano de saúde de expressão, contando, além do Hospital IGESP, com quatro pontos de atendimento ambulatorial. Desenvolve programas especiais dentro da ideia de medicina preventiva, como o Projeto Saúde Integral, para proporcionar melhor qualidade de vida, oferecendo lazer e entretenimento à terceira idade, que inclui aulas de pintura, organização de viagens, passeios a museus e lugares próximos à capital, bem como tardes de jogos de mesa, e fazendo regularmente o monitoramento de doenças crônicas. Alguns dados estatísticos permitem ter uma ideia da abrangência do Centro Trasmontano: cem mil associados, dos quais dez mil frequentam suas atividades pelo menos de vez em quando, e cinco mil o fazem constantemente. São quinhentos os funcionários, incluindo o setor operacional e o corpo médico. É possível perceber uma participação muito ativa do Centro Trasmontano de São Paulo, ao promover campanhas para levantamento de fundos e eventos sociais animados por fadistas e pelo Grupo Folclórico.

Além do setor de saúde, os portugueses criaram instituições voltadas a outros objetivos, que permanecem ativas até hoje. No início do século XX, fundaram a Câmara Portuguesa de Comércio, o Clube Português e a Portuguesa de Desportos.

A Câmara Portuguesa nasceu em 23 de novembro de 1912, alojada nas salas do Consulado de Portugal em São Paulo, então na rua de São Bento, 21. Documento datado de 12 de novembro de 1913 traz o nome de Thomaz Saraiva como presidente da diretoria eleita, sendo, portanto, o primeiro nome constante nos registros da presidência da entidade. Seus estatutos foram aprovados pelo governo português em 21 de

² O hospital IGESP originalmente era chamado Instituto de Gastreenterologia de São Paulo, de onde vem a sigla IGESP, mas, aos poucos, foi ampliado seu alcance e, atualmente, atende a todas as especialidades.

fevereiro de 1914. Em janeiro de 1916 já saía a primeira edição do *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio, Indústria e Arte de São Paulo*, com trinta páginas. A publicação, de distribuição gratuita, existe até hoje, agora com o nome de *Câmara Portuguesa em Revista*. Nesse mesmo ano, a Câmara Portuguesa inaugurou sua nova sede, no mês de abril, também na rua São Bento, n. 29-B.

Em 1921, a Câmara Portuguesa mudou mais uma vez seu endereço, deixando a rua São Bento para se instalar no Largo de São Francisco, n. 5. Foi para lá que também se mudou o Consulado de Portugal, pouco depois, em janeiro de 1922. Em 1934, foram reconhecidos pelo governo português e publicados no Diário do Governo, em 12 de março, os novos estatutos da Câmara Portuguesa, mas que somente mais tarde foram reconhecidos pela entidade. Isso evidencia a estreita relação que a Câmara Portuguesa – na ocasião denominada Câmara Portuguesa de Comércio – mantinha com Portugal.

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu ditatorialmente o governo brasileiro, tomando várias medidas de caráter autoritário. Em 1938, a publicação do Decreto-Lei n. 383, lei federal que proibia as publicações associativas de inserirem anúncios, levou à suspensão da edição do *Boletim da Câmara Portuguesa*. No ano de 1952, uma comissão especial apresentou à Assembleia Geral Extraordinária a reforma dos estatutos da Câmara, que datavam já de 1934, tendo sido aprovada. Por essa época notava-se uma decadência das atividades da Câmara, que só conseguiu se reerguer com a gestão de Valentim Diniz (1967-1980).

No intuito de dar maior impulso a suas atividades e conquistar maior adesão dos empresários, em agosto de 1969, a Câmara organizou a primeira Missão Econômica Paulista, que visitou diversas cidades de Moçambique e de Angola, assim como Lisboa, para divulgar as oportunidades econômicas que a capital paulista oferecia. Com essa mesma intenção de ampliar suas atividades, a partir de 1984, a Câmara Portuguesa passou a promover almoços bianuais com palestras de impacto e a participação mais ativa nos programas ou eventos luso-brasileiros. Nesse mesmo ano, também voltou a publicar o Boletim informativo. Atualmente, sua atuação é no sentido de Portugal no Brasil, dando destaque às pequenas e médias empresas. Promove regularmente encontros informais num bar do Itaim, procurando dar apoio aos profissionais portugueses que chegaram a partir de 2008. A Câmara está também atuando na divulgação, entre os profissionais portugueses que aqui estão chegando para procurar um lugar qualificado de trabalho, de uma visão real do Brasil e das diferentes regiões, de modo que esses acadêmicos não fiquem concentrados somente em São Paulo.

Diversos canais de comunicação têm sido utilizados pela Câmara para entrar em contato com seus associados: revista *Naus*, redes sociais, *site* sempre atualizado e o *Boletim Informativo*, de periodicidade semanal.

No aniversário de 87 anos da Câmara Portuguesa, em 1999, foi instituído o título de Personalidade do Ano, atribuído ao então presidente da Telesp Celular, José Manuel Romão. Em 30 de novembro desse ano foi lançado o primeiro *Anuário da Câmara Portuguesa*. No dia 19 de julho de 2000, a Câmara Portuguesa assumiu a presidência da Eurocâmaras. Grande evento em 2003 reuniu na Câmara mais de mil pessoas por ocasião do seu 91º aniversário, cujo convidado de honra foi o então presidente da República de Portugal, Jorge Sampaio.

Em 2007, a cerimônia de aniversário da entidade teve como convidado de honra o ministro português Mario Lino e, em setembro de 2009, organizou-se a Rodada de Negócios Copa 2014, evento pioneiro sobre a Copa de 2014 que marcou as atividades da instituição pela sua abrangência na mídia e por sua relevância e magnitude. Logo no ano seguinte, em 2010, a Câmara Portuguesa realizou uma reforma total de suas instalações, lançando, em junho, seu Centro de Mediação e Arbitragem.

Várias homenagens foram prestadas nessa ocasião a personalidades de destaque, tanto do governo brasileiro como do português. Em 2012, ano de seu centenário, ansiando por caminhar de acordo com o ritmo de desenvolvimento da economia moderna, a Câmara Portuguesa, no empenho de se modernizar, relançou sua imagem associada ao conceito “POR+”. Redesenhou-se e incorporou à sua marca a insígnia “POR+”. *POR*, de Portugal, que, associado ao símbolo +, representa o conjunto de objetivos pelos quais a Câmara Portuguesa trabalha: por mais negócios, por mais contatos, por mais visibilidade, por mais eventos, por mais convívio, por mais internacionalização e, por fim, por mais Brasil e Portugal. Como a própria instituição centenária proclama, a Câmara Portuguesa é, portanto, POR+.

O acompanhamento da história da Câmara Portuguesa evidencia claramente como foi crescendo e se modernizando para se adequar às condições da economia globalizada vigentes no mundo atual.

É interessante assinalar que foi em sua sede, em reunião realizada no dia 14 de agosto de 1920, que se decidiu pela criação da Associação Portuguesa de Desportos, tendo a sede da Portuguesa se localizado, durante algum tempo, na sede da Câmara.

A Associação Portuguesa de Desportos surgiu de forma diferente de outras agremiações esportivas, pois é originária da fusão de cinco clubes já existentes, todos relacionados à comunidade portuguesa paulistana da época. Esses clubes eram: Luzíadas Futebol Club; Associação Cinco de Outubro; Esporte Club Lusitano; Associação Atlética Marquês de Pombal; e Portugal Marinhense. O pedido de filiação da Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) foi deferido no dia 2 de setembro, mas, como não havia tempo para inscrição no campeonato daquele ano, a Portuguesa fundiu-se ao Mackenzie, já inscrito, tendo participado juntos do campeonato de 1920. A Associação Atlética Mackenzie foi o primeiro clube de futebol brasileiro, fundado em 1898

por estudantes do Mackenzie College, e só tinha a participação dos estudantes dessa instituição educacional. Essa junção, que disputava os torneios da APEA, funcionou por dois anos, até 1922. Em 1923, a Portuguesa desligou-se do Mackenzie e passou a disputar jogos com sua própria denominação.

Em 1922, ela comprou as instalações da Praça de Esportes União Artística Recreativa Cambuci, inauguradas em 1925, mas só passando a efetivamente ser utilizadas para jogos a partir de 1926. Nesse último ano, foi realizada a primeira festa junina, seguindo a tradição portuguesa; festa essa que, nessa época, se chamava festa joanina, por acontecer sempre na noite de São João (dia 24 de junho). Mais tarde, passou a se denominar festa junina, com a celebração festiva também de Santo Antônio (dia 13 de junho) e São Pedro (dia 29 de junho).

Nem tudo, porém, foram rosas na história da Portuguesa. Em 1927, a associação viveu uma grande crise, convocando uma assembleia geral para discutir a situação, inclusive a possibilidade de encerramento de suas atividades. O português Carlos de Castro, após ouvir todos os presentes, tomou uma decisão firme, proclamando que se a Portuguesa tivesse de ser fechada, que o fosse pelas mãos de um português. Mas ele lutou bravamente, conseguindo reerguer o clube.

Presidentes de grande projeção, de origem tanto portuguesa como brasileira, chefiaram a entidade esportiva. Entre os esportes mais praticados no clube, além do futebol, citam-se o hóquei sobre patins, o pingue-pongue, o boxe e o basquete. Este, mais no início das atividades do clube.

Para melhorar suas instalações, no nono aniversário do Clube, em 1929, foi adquirido um terreno no bairro do Ipiranga, na avenida Tereza Cristina. A seguir, a sede passou para o Largo de São Bento, bem no centro de São Paulo, numa época de grandes conquistas esportivas. Foi em 1940 que recebeu sua denominação mais conhecida, Associação Portuguesa de Desportos, com sede à rua Cesário Ramalho. A repercussão de suas vitórias nessa época resultou, em 7 de setembro de 1954, ter recebido o título de Dama da Ordem Militar de Cristo, da parte do governo português. Em 1956, a Portuguesa adquiriu o atual espaço do Canindé. Assim, a partir de 1957, as festas juninas passaram a ser realizadas no Estádio do Canindé.³ Em termos de resultados efetivos de seu time de futebol, a Lusa teve momentos de altos e baixos. Foi, entretanto, sempre capaz de lutar para se reerguer e, na disputa do Campeonato Brasileiro, na Série B, de 2011, a Portuguesa jogou um futebol tão destacado e de toque de bola tão refinado e ofensivo que ganhou o apelido de Barcelusa, numa comparação com o Futbol Club

³ Atualmente, a Portuguesa de Desportos está vivenciando outra crise, pois foi rebaixada para a série B novamente no Campeonato Brasileiro de 2013, por ter escalado irregularmente um jogador numa partida do final desse torneio.

Barcelona, time que tem mostrado nas partidas disputadas essas características de jogo. A comparação feita entre a Portuguesa e o Barcelona foi tão grande que as notícias se espalharam pelo mundo e fizeram com que repercutissem notícias da Portuguesa em grandes jornais da Espanha, comparando o estilo de jogo da Lusa com o do Barça.

A Casa de Portugal de São Paulo foi fundada no dia 15 de julho de 1935, sendo definida como instituição cultural e de assistência. A recessão mundial que se iniciou com a queda da bolsa de Nova York em 1929 trouxe uma crise sem precedentes em todo o mundo e um alto índice de desemprego. Muitos eram os imigrantes portugueses que passavam grandes necessidades, havendo nesses anos a iniciativa de fundação de associações cuja finalidade seria ampará-los. Assim, na década de 1930, algumas associações regionais foram fundadas na capital paulista.

A iniciativa para a criação da Casa de Portugal partiu de um grupo de portugueses que representavam cinco associações – União Transmontana, Centro do Minho, União Portuguesa, Centro Beirão e Centro do Douro – que se reuniram no dia 9 de julho de 1935. Foi enviada uma carta-convite a todas as associações portuguesas e a elementos de destaque na colônia para uma reunião no dia 13 seguinte, quando então se oficializou a fundação da Casa de Portugal. Como uma *casa mater*, a Casa de Portugal deveria incorporar e fundir todas as associações luso-brasileiras da capital, prover assistência aos imigrantes portugueses em todos os níveis, defender e promover a cultura e o idioma português.

As atividades da Casa de Portugal tiveram início na Casa do Minho, passando para sedes alugadas, até chegar à sede própria. O terreno da rua da Liberdade, n. 641, foi comprado em 2 de julho de 1943, com empréstimo bancário e por meio de angariação de fundos junto a associados para fazer face à dívida assumida. Nessa ocasião, foi também adquirido o imóvel contíguo, de número 602.

Em 1944, a Casa de Portugal instituiu a Ordem do Mérito Infante D. Henrique para demonstrar reconhecimento a cidadãos que desenvolveram ações eficientes no relacionamento luso-brasileiro, assim como aos que contribuíram para a construção da sede própria. Campanhas financeiras foram realizadas, a sede, construída e, finalmente, inaugurada em 27 de dezembro de 1955.

A Casa de Portugal correspondia ao sonho do arquiteto Ricardo Severo, que, em 1918, assim a imaginava: “casa em estilo português e com uma porta tão ampla que por ela caibam quantos portugueses haja na colônia” (Verdasca, 1935, p. 133).

Hoje ela abriga em suas dependências a Câmara Portuguesa, o Conselho da Comunidade Luso-Brasileira e as instituições de auxílio aos imigrantes carentes, ASEC e ASIC, organizadas pelo Consulado de Portugal.

O Conselho da Comunidade Luso-Brasileira (CCLB) foi fundado só na década de 1980, por iniciativa de Valentim Diniz. É muitas vezes confundido com

o Conselho das Comunidades Portuguesas, o CCP, que é um órgão de consulta do governo português com sede em Lisboa. Foi o CCP que deu inspiração a que, em São Paulo, se criasse o Conselho da Comunidade Portuguesa, do mesmo modo que no Rio de Janeiro e no Paraná. Estes dois últimos órgãos não persistiram, mas, em São Paulo, foi transformado numa entidade aglutinadora de associações. Existe até hoje, mantendo colaboração com o CCP de Portugal. A mudança de nome para Conselho da Comunidade Luso-Brasileira, em 1994, foi devido ao fato de a comunidade luso-brasileira de São Paulo, hoje, existir efetivamente, sendo forte e abrangendo as culturas do Brasil e de Portugal, com base na amizade presente tanto entre os dois países como entre as populações. Entre os muitos objetivos elencados em seu estatuto, citam-se os mais importantes: congregar a ação das associações portuguesas e luso-brasileiras de todo o estado de São Paulo e fomentar as iniciativas que visem a valorizar o desenvolvimento e a melhoria dos portugueses e seus descendentes; defender, preservar e representar o movimento associativo luso-brasileiro em todas as atividades socioculturais, científicas e empresariais vinculadas a esse movimento; representar e defender os interesses da comunidade luso-brasileira do estado de São Paulo junto às autoridades portuguesas e brasileiras; defender, difundir e conservar os valores históricos, artísticos e culturais do Brasil e de Portugal; promover eventos culturais de interesse da comunidade luso-brasileira; promover o estudo de problemas de interação relacionados com a comunidade luso-brasileira, ao apresentar propostas, sugestões e atividades, objetivando estimular fraternal convívio entre os governos dos dois países; e estimular, apoiar e ajudar todas as iniciativas, para tal fim, das associações filiadas. Estão filiadas à CCLB as associações fundadas pelos portugueses em São Paulo, assim como os grupos folclóricos a elas ligados.

Uma instituição criada pela comunidade portuguesa de São Paulo para dar apoio a imigrantes portugueses carentes é o Lar da Provedoria, que está situado na rua Sezefredo Fagundes, n. 6.170, no Jardim Tremembé, em um terreno de 23 mil metros quadrados. Entra-se por um portão de ferro alto e bonito e uma alameda arborizada leva à casa principal. É uma ampla construção térrea, que dá uma impressão muito agradável ao visitante. Há uma sala na entrada com várias portas – uma é da enfermaria – e, a seguir, está o consultório médico. Outras portas dão entrada às alas. Nessa parte central há uma ampla cozinha, a sala de refeições e a sala de TV. Há uma sala menor, com outra TV, mesas e uma pequena estante com livros. Há também uma enfermaria com três leitos. Há três alas ligadas à principal. Em cada ala, um pátio interno ajardinado, rodeado por corredores, onde estão as portas dos quartos.

O Lar da Provedoria foi idealizado por um grupo de portugueses, em reunião realizada em 12 de fevereiro de 1968, a pedido do Consulado de Portugal, para dar abrigo aos portugueses carentes que vieram para o Brasil e não conseguiram realizar o seu

sonho ou desafio de conseguir amealhar certo montante de recursos que lhes permitisse viver em condições dignas. Vários trabalharam sem registro na carteira profissional e, ao fim da vida profissional, se viram sem aposentadoria ou outras fontes de bens. O terreno foi doado por um membro da comunidade portuguesa de São Paulo. A obra começou em 1974 e, em 1978, foi inaugurada uma ala do Lar da Provedoria que abrigava em torno de trinta a quarenta pessoas. Em 10 de junho de 2004, com apoio do governo português, conseguiu-se finalizar a obra, dobrando sua capacidade para 98 idosos. Essa obra é fruto de um subsídio do governo português, por intermédio do Consulado de Portugal, por iniciativa do embaixador Luís Manuel Barreira de Sousa.

O Lar somente recebe idosos que estejam em estado físico e mental satisfatório, possibilitando independência. Em 2011, quando foi feita a visita, 57 idosos residiam no Lar, sendo cuidados por vinte funcionários. Além do gerente-administrador, há uma enfermeira-padrão e um corpo de enfermagem e de apoio. Um médico geriatra dá consultas uma vez por semana.

Alguns moradores que têm condição financeira um pouco melhor ou dispõem de benefícios (aposentadoria, por exemplo) contribuem. A Provedoria tem-se mantido com a ajuda financeira e material de sócios contribuintes, de simpatizantes, de colaboradores, com o resultado de eventos beneficentes, como jantares, chás, bingos, além do apoio de empresas comprometidas com o social. Há contribuintes, inclusive, que fornecem gêneros alimentícios, com exceção de poucos que são adquiridos com recursos da instituição. O perfil do Lar é o de uma casa de repouso, moradia para idosos carentes.

Paralelamente ao Lar da Provedoria, existem duas instituições que funcionam nas dependências da Casa de Portugal e com seu apoio, bem como do Consulado Português de São Paulo: Apoio Social a Portugueses Carenciados (ASIC) e Apoio Social a Emigrantes Carenciados (ASEC). Todos que procuram auxílio são atendidos, não importando a idade nem o motivo da procura. Depois de montado um processo, embasado por vários documentos, é tomada a decisão sobre a necessidade ou não de auxílio ao imigrante. Trata-se, em geral, de idosos que, por não terem sido registrados quando trabalharam mais jovens, hoje não dispõem de aposentadoria. Nunca foram orientados a tirarem carteira profissional quando iniciaram a atividade de trabalho. Ao completarem 65 anos, muitos procuraram o INSS, mas só nesse momento foram informados de que, sendo estrangeiros, não tinham direito à aposentadoria oficial. Esse fato leva a maioria a procurar o apoio social do Consulado Português, que procura verificar a situação particular de cada um, visitando-os em sua moradia, registrando as condições de vida e, sempre que o caso mostrar grande necessidade, sem possibilidade de auxílio por parte de parentes, é encaminhado um relato social ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do governo em Portugal, pedindo apoio à pessoa necessitada. Geralmente demora um ano até chegar a resposta e, se for aprovado o processo, ele passa a receber 171 euros a cada três meses, o que perfazia uma quantia

em torno de R\$ 396,00, conforme estava o valor do euro na época (\$ 2,315).⁴ Em caso de imigrantes abaixo dos 65 anos, homem ou mulher, que estão em situação de extrema carência, necessitando de algo específico: uma prótese, uma órtese, um aparelho auditivo, óculos, tratamento de câncer ou, então, hanseníase, medicamentos que o Estado não fornece para o atendimento a necessidades especiais, também nesses casos a pessoa procura o serviço de apoio no Consulado, que faz um relato social sobre ela, por meio do ASEC – relato esse que também é enviado para Portugal.⁵

O associativismo regional

A grave crise financeira de 1929 e a consequente recessão mundial geraram turbulências de âmbito mundial. Muitos eram os imigrantes portugueses que passavam grandes necessidades, sendo desses anos a iniciativa de fundação de associações com a finalidade de ampará-los. Assim, nos anos 1930, portugueses oriundos de uma mesma região passaram a se reunir pelo desejo de lembrar a terra de origem e, paralelamente, auxiliar aqueles que viviam em dificuldades. Eram provenientes da região do Minho, do Douro, das Beiras e de Trás-os-Montes. A maioria dessas entidades não alcançou os dias atuais, com exceção do Centro Trasmontano, que, por ter evoluído para um plano de saúde, teve bastante sucesso, expandindo-se.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, nenhuma associação regional foi criada, apesar de ter sido grande o fluxo de imigrantes portugueses para o Brasil, de 1950 a 1963. Pode-se supor que os imigrantes esperam se encontrar em situação mais estável para poderem se associar. O início das associações regionais costuma ser semelhante. O encontro de imigrantes procedentes da mesma região para bater papo, trocar informações sobre a aldeia de origem e transmitir notícias trazidas por pessoas recém-chegadas leva à discussão da possibilidade de se criar uma associação que possa congrega os oriundos do mesmo lugar e lhes dar apoio. Assim surgiram diversas entidades, como a Casa da Ilha da Madeira (1969), o Arouca São Paulo Clube (1979), a Casa dos Açores (1980),

⁴ Disponível em: <http://www.yahii.com.br/eurodiario11.html>.

⁵ Por ocasião da visita a esses dois órgãos do Consulado português, as pesquisadoras efetuaram um levantamento de todas as fichas de imigrantes carenciados que tinham sido registrados no ano de 2010, constando um total de 33 pessoas, sendo 14 do sexo masculino e 19 do sexo feminino. O maior número era nascido na década de 1940, originário principalmente dos distritos de Bragança, Funchal, Guarda e Viseu. A maioria veio para o Brasil na década de 1960, sem instrução ou com nível educacional bem baixo. O trabalho que haviam desempenhado no Brasil era muito variado, geralmente no comércio, para os homens, e nos serviços domésticos, para as mulheres. Um terço veio jovem e sozinho, mas um pouco mais, com parentes. Todos sofrem de algum mal físico ou até de vários problemas de saúde, sendo auxiliados muitas vezes por amigos, vizinhos ou parentes.

a Associação dos Poveiros de São Paulo (1991), a Casa de Brunhosinho (1991), a Sociedade Gebelinense (1992) e a Casa Cultural Império do Minho (2003).

A Casa da Ilha da Madeira dispõe de um grupo folclórico de renome, que não só atua nos eventos promovidos por essa associação, como também se apresenta, a convite, nas festas e comemorações de outras entidades e até na Casa de Portugal. Costuma festejar, em São Paulo, São Martinho, protetor dos que bebem vinho. O Arouca é a que tem instalações mais espaçosas, funcionando como um clube de campo, com quadras esportivas e piscinas. Realizam periodicamente almoços muito concorridos, em que se serve um bacalhau feito pelas esposas dos diretores muito apreciado por todos os presentes. A Casa dos Açores tem por foco a comemoração da festa do Divino Espírito Santo, seguindo a tradição da Ilha Terceira, do arquipélago dos Açores. Essa festa conta com a participação de um grande número de pessoas de diversas origens que residem na região em que está instalada a associação. A comemoração tem tanto um caráter religioso como social, servindo para unir todos os envolvidos, que trabalham ativamente durante um bom período de tempo para que tudo saia a contento, e a comunidade circundante. A Associação dos Poveiros distingue-se pela fachada enfeitada com azulejos com motivos azuis – que lembram imediatamente a pátria de origem de seus frequentadores – e pelos almoços mensais que organiza, em que estão presentes diversos pratos da culinária portuguesa. A Casa de Brunhosinho, embora não disponha de sede própria, ocupa o espaço que lhe é cedido para ensaiar constantemente seu rancho folclórico, ocasião em que se percebe a importância dada pelos participantes ao encontro semanal que reúne todas as famílias. A Sociedade Gebelinense, embora tenha sido fundada pelos originários de uma aldeia portuguesa de diminutas dimensões, consegue reunir em suas dependências na capital paulistana um grande número de apreciadores de seus almoços, especialmente na festa comemorativa de seu padroeiro, São Bernardino de Sena. A Casa Cultural Império do Minho surgiu tardiamente para ocupar o espaço deixado por sua antecessora, a Casa do Minho, que fechou suas portas há vários anos. Prioriza o folclore, incluindo um rancho folclórico e a culinária portuguesa, servida em suas reuniões periódicas.

Igrejas

Um dos traços marcantes do povo português é a religiosidade. A santa de maior devoção dos portugueses é, sem dúvida, Nossa Senhora de Fátima que, em 1917, apareceu a três pastorezinhos na Cova da Íria (Portugal). Em São Paulo, em 1948, foi inaugurado o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, no bairro Sumaré, ponto de reunião de portugueses. Em todo dia 13 há reuniões festivas nas dependências dessa igreja, situada à avenida Dr. Arnaldo, a festa mais importante ocorrendo no dia 13 de maio, data da primeira aparição

de Nossa Senhora aos pastorezinhos. A festa inclui, primordialmente, a celebração de missas durante o dia inteiro, o que atrai, especialmente, os imigrantes portugueses e seus descendentes, mas também brasileiros de diversas origens. No pátio interno contíguo à igreja, são montadas barracas com quitutes próprios da tradição lusitana, como pastel de Santa Clara, bolinhos de bacalhau, alheiras, linguiças, caldo verde, entre outros. Além de rezar para a padroeira de Portugal e de consumir os quitutes da culinária do país de origem, a comunidade luso-brasileira de São Paulo aproveita a ocasião para confraternizar com os conterrâneos e se distrair, jogando bingo. Numerosas barracas, dentro e fora das dependências do santuário, vendem flores, velas e artigos religiosos que são benzidos continuamente pelos sacerdotes presentes, a pedido dos devotos. Uma pequena capela nesse pátio abriga imagens e as velas acesas pelos visitantes.

Outras igrejas em São Paulo contaram com a contribuição de portugueses para sua construção. É o caso da Igreja de N. Senhora do Caminho, padroeira de Mogadouro. A Igreja de São Domingos Sávio, no Parque São Domingos, era apenas um barraco quando um grupo de portugueses decidiu construí-la, organizando atividades variadas para conseguir os recursos necessários para tornar a obra viável, e a Igreja ficou pronta.

A Igreja N. Sra. Aparecida, na Vila Beatriz, é ainda hoje conhecida como “a igreja dos portugueses”. Está situada em um dos três bairros formados com a subdivisão da chácara de um português, tendo recebido cada um o nome de uma de suas filhas: Vila Ida, Vila Beatriz e Vila Madalena.

A Igreja do Divino Espírito Santo, em Cerqueira César, foi também construída no terreno de uma chácara que pertencera a um açoriano. Teve sua origem na vontade de uma fervorosa devota do Espírito Santo que queria pagar uma promessa feita. Essa reunião de devotos do Espírito Santo teve por base o testemunho de fé de Francisca Cândida Borges Paim, portuguesa dos Açores (Ilha Terceira), casada com José Paim, ambos moradores do Rio de Janeiro. Em certa ocasião, Francisca foi para Portugal, levando as duas filhas meninas, de 9 e 7 anos, e deixando o marido junto com outros parentes no Rio de Janeiro. Nessa ocasião estava grassando nas terras cariocas uma epidemia de febre amarela e também de peste bubônica. Por esse motivo, Francisca estava bastante receosa de deixar seus familiares à mercê de um risco tão sério para sua saúde. Assim, confiou a saúde daqueles que estava deixando ao Divino Espírito Santo, prometendo-lhe fazer uma novena se, ao retornar, encontrasse todos tão bem como os havia deixado. Ao regressar, verificou que, efetivamente, em decorrência de uma graça especial do Espírito Santo, nada de ruim havia se passado com os seus e se declarou devedora da prometida novena de ação de graças a seu poderoso protetor.

Aproximadamente em 1880, a família Paim transferiu-se para São Paulo, tendo se instalado no bairro Bela Cintra, à rua Frei Caneca, numa casa própria, quase fron-

teira à rua São Miguel. José Paim foi o primeiro morador da rua Frei Caneca, que, no passado, tinha o seu nome, como expressão de agradecimento dos moradores a seu espírito empreendedor e aos benefícios prestados por ele ao bairro.

No dia 4 de agosto de 1881, finalmente, Francisca, com a colaboração de seu marido, pôde cumprir o voto prometido, convidando à sua casa os moradores da redondeza, em sua maioria açorianos, já devotos do Divino Espírito Santo. Foi grande a afluência de participantes na novena, o que provocou grande alegria entre os presentes não só pela oportunidade de rezarem e agradecerem em conjunto, mas também pela possibilidade de se verem reunidos tantos patrícios e amigos. Esse fato despertou nos presentes a vontade de repetir a novena todos os anos, o que passou efetivamente a ser feito com grande projeção e concorrência. A casa dos Paim já não podia mais abrigar tantos participantes, o que levou a se cogitar da construção de capela. Um dos presentes era Mariano Antônio Vieira, genro do casal Paim, que doou o terreno onde se encontra hoje a Igreja do Divino Espírito Santo. Essa capela foi inaugurada no dia 26 de agosto de 1887, com a bênção do cônego Eugênio Leite, então vigário da Igreja da Consolação.

Com o falecimento do benfeitor Mariano Vieira, em 1901, sua viúva Maria Isabel, filha do casal Paim, doou a escritura do terreno, o que ratificava a doação do marido, e a Irmandade do Divino Espírito Santo pôde ser legalmente constituída a 6 de novembro de 1903. Como, com o tempo, também a capela se tornou pequena para o grande número de frequentadores da novena, foi lançada a pedra fundamental para a construção de uma igreja no dia 19 de fevereiro de 1905. Ainda hoje é lá comemorada a festa do Espírito Santo, devoção dos açorianos, quando é formada uma comissão para organizar os festejos litúrgicos e sociais, constituída por um juiz e uma juíza, pelos mordomos da Coroa e da Bandeira, sempre escolhidos em decorrência do exemplo de sua vida, de méritos pessoais e de dedicação à irmandade. Essa festa é uma recriação da festa original que ocorre todos os anos nos Açores e lembra bastante a festa da Casa dos Açores, mas não chega a mobilizar tanta gente da comunidade circundante como nesta última, na Vila Carrão. Segundo seus organizadores, há uma troca com a associação portuguesa e uma parte das massas confeccionadas nesta é vendida para o pessoal da Igreja do Divino Espírito Santo para ser consumida em sua festividade.

A estratificação social da comunidade

Como se pode perceber pela análise das principais instituições criadas pelos imigrantes portugueses na cidade de São Paulo, o resultado da imigração foi diverso. Os membros da comunidade luso-brasileira que moram na capital paulista encontram-se hoje em

situação econômica variada: há os bem-sucedidos, que conseguiram construir grandes empresas; há muitos em situação mediana, em que a maioria é proprietária de pequenas empresas comerciais (açougues, padarias, armarinhos etc.). Mas há ainda outros que vivem em situação difícil, até mesmo de penúria, sendo atendidos pelo ASEC e ASIC, bem como aqueles sem condições de sobrevivência por si sós e que são abrigados pelo Lar da Provedoria.

Os portugueses que alcançaram grande mobilidade social frequentam hoje a Casa de Portugal, participam dos almoços das quintas-feiras, visitam as exposições organizadas nesse local e fazem festas beneficentes para apoiar as organizações que auxiliam os mais necessitados; aqueles que se situam em posição intermediária são os que frequentam as festas das associações regionais; e os mais carentes ficam à margem das atividades organizadas pela comunidade, bem como das próprias associações, que, entre seus objetivos, tinham a finalidade de ajudá-los.

O associativismo e seus frutos

Duas orientações foram observadas em relação às instituições criadas pelos imigrantes portugueses. Instituições ligadas à *saúde* e ao *comércio* mostram uma maior adequação ao momento atual, mesmo porque, se não o fizerem, não terão condições de sucesso no mundo globalizado atual. Os hospitais de origem portuguesa cresceram e se atualizaram, acompanhando o desenvolvimento dos congêneres. A Beneficência Portuguesa é um hospital de ponta, reconhecido no Brasil e na América Latina. Também cresceram os da Vasco da Gama e o do grupo trasmontano. A Câmara de Comércio Portuguesa mudou o nome, o logotipo e a programação. Buscaram atrair para a Câmara os imigrantes que aqui estão chegando mais recentemente – a partir de 2008 –, reunindo-os e os auxiliando em sua inserção no mercado de trabalho.

De forma diversa agem as associações regionais. Seu objetivo é a união dos conterrâneos e a preservação das raízes. A programação tradicional inclui o culto ao santo padroeiro, festas que destacam a culinária, as músicas e o folclore regionais. Organizam ranchos folclóricos, também com o intuito de atrair a nova geração e transmitir o amor a Portugal. Na programação das diferentes associações há ênfases diversas, como a *religião*, na Casa dos Açores, o *folclore* e a *culinária*, na Casa do Minho, o *relacionamento social*, na Casa de Brunhozinho, o desejo de transmitir às novas gerações o “amor e o conhecimento sobre a terra de origem” dos pais. Mas, de modo geral, têm tido muita dificuldade para manterem as novas gerações interessadas em dar prosseguimento a tudo o que foi criado por seus pais e avós.

As histórias das instituições tratadas neste texto revelam de modo nítido a grande capacidade de trabalho dos imigrantes portugueses que aportaram no Brasil nas décadas passadas. Destaca-se todo o esforço que esses imigrantes foram capazes de fazer para amealhar recursos e alcançar o sucesso que almejavam quando saíram de sua terra natal. Embora nem todos tenham conseguido atingir esse objetivo, isso não invalida o empenho demonstrado nas atividades desenvolvidas e também para congregar os imigrantes, assim como seus descendentes, em torno das tradições e raízes lusitanas. Além disso, os mais afortunados deram contribuição para o bem-estar dos conterrâneos menos afortunados.

Identidade

A identidade dos imigrantes portugueses manifesta-se tanto em si próprios como nas gerações subsequentes, sendo um sentimento vivenciado de formas diversas nas diferentes camadas sociais em que se estratifica a comunidade.

Imigrantes da *elite* da comunidade enfatizam o Portugal heroico, o Portugal das descobertas, a coragem do povo português, que enfrentava os mares com suas caravelas, fazendo um paralelo com a coragem do imigrante que deixa sua terra buscando um futuro melhor. Em várias empresas, a caravela é utilizada como símbolo para marcar a origem portuguesa. Outras camadas, aquelas que frequentam as associações regionais e apreciam os cantos, as danças folclóricas e a culinária de origem lusitana, colocam em destaque – tanto em sua casa como na sede das entidades regionais – objetos que trazem à lembrança a origem portuguesa e cultivam a devoção ao santo padroeiro de sua aldeia, manifestando assim, por meio desses traços, sua identidade. Buscam, com todo o empenho, transmitir às novas gerações o culto às raízes. Mas essa programação não parece ter mais apelo para os mais jovens. A identidade étnica portuguesa torna-se bem visível no apoio dado pelas empresas fundadas por imigrantes – por exemplo, Banif, Numatur, Real, Sindicato Sampapão, Euroville – às instituições da comunidade.

Cabe lembrar que, ao lado da valorização dos aspectos positivos, os imigrantes portugueses têm de enfrentar preconceitos na sociedade em que se inserem, expressos muitas vezes em estereótipos que teriam tido origem na pouca instrução daqueles que chegaram no passado. Contudo, ainda nos dias de hoje, anedotas circulam na internet. Poderiam ser vistas como um ressentimento do colonizado para com o colonizador, como apontou o cônsul de Portugal em São Paulo:

No fundo, eu não vejo a piada sobre português como uma piada totalmente maligna. Eu acho que o brasileiro ri de si próprio. Quer dizer, quando fala uma piada sobre por-

tugueses, está fazendo piada sobre si próprio. Porque a presença, o substrato deste país, é português também. E, portanto, eu acho que é um mecanismo de autodefesa. [...] Como se costuma dizer, nós só brincamos com as pessoas de quem gostamos!⁶

Um objetivo dos imigrantes era dar estudo aos filhos, conseguir que se formassem. Quase todos os entrevistados atingiram esse objetivo. O estudo, a convivência com colegas e o passar do tempo levam a uma maior integração na sociedade envolvente, mas também, por outro lado, a um maior distanciamento das raízes. As novas gerações relutam em participar da programação das associações regionais, que, para elas, nascidas no Brasil, não têm o mesmo significado que para seus pais. Portugal não é sua terra, não são suas as lembranças, é a terra e são as lembranças dos pais e avós. O interesse das gerações posteriores pelo sucesso e continuidade das entidades fundadas por seus antepassados só parece ter-se mantido no caso de instituições de sucesso, como a Beneficência Portuguesa, o Centro Trasmontano, a Sociedade Vasco da Gama, a Câmara Portuguesa e a Casa de Portugal.

Os que chegaram mais recentemente (a partir de 2008, quando a situação de Portugal piorou com a crise europeia do euro) também não se integram ou se adaptam nas associações regionais. Sua perspectiva é outra. Eles têm outra relação com Portugal. Não procedem de aldeias, vieram em geral de centros maiores, com outra bagagem cultural, e veem um futuro por construir, da mesma forma como sonhavam aqueles que chegaram anteriormente e que já cumpriram sua trajetória.

Os portugueses que estão em São Paulo sentem-se portugueses, mas amam o país de acolhimento e não pretendem voltar, a não ser para visita, o que fazem sempre que possível. Vivem a ambiguidade de *ser português* no Brasil, essa é a marca de sua identidade.

Continua, mais do que nunca, importante considerar e divulgar a contribuição dos portugueses para a cidade de São Paulo e para o Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE, R. L. S. *Associativismo, capital social e mobilidade* (tese). Universidade Aberta de Lisboa, 1997-2008.
- CALDEIRA, J. *Beneficência Portuguesa de São Paulo*. São Paulo: Editora, s. d.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. *Irmandade do Divino Espírito Santo*. São Paulo, 2002.

⁶ Depoimento do cônsul português em São Paulo, em entrevista concedida às autoras em 6 de novembro de 2012.

- REAL E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE SÃO PAULO.
Hospital Beneficência Portuguesa, 150 anos – 1859-2009. [S.l.: s.n.].
- ROCHA-TRINDADE, M. B. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- . “Recriação de identidades em contextos de migração”. In LUCENA, C. R. T. e GUSMÃO, N. M. M. (orgs.). *Discutindo identidades*. São Paulo: Humanitas / CERU, 2006, pp. 75-90.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- VERDASCA, J. dos S. *A Casa de Portugal e a comunidade*. São Paulo: Edição do Autor, 1935.

Trajetórias identitárias da Casa de Portugal de São Paulo expressas nos eventos culturais (1990-2010)

Leandro Rodrigues Gonzalez Fernandez

É sob a perspectiva da história cultural que se enquadra o texto a seguir, com foco no estudo da trajetória da Casa de Portugal de São Paulo, um espaço de encontros sociais propícios à manutenção das identidades portuguesas entre os imigrantes e seus descendentes. A análise se pauta em reportagens sobre os eventos culturais que ocorreram no local e foram retratados na revista *Naus*.¹

Como prática associativa,² a Casa de Portugal é fundada em 1935, sendo seu edifício sede inaugurado apenas em 1955, com o intuito de agremiar as demais

¹ Revista especializada na divulgação de fatos ocorridos nas diversas associações luso-brasileiras presentes na cidade e no interior do estado de São Paulo, bem como dos principais acontecimentos de Portugal. Editada em São Paulo desde 1994, mensalmente, seu público leitor é composto por assinantes e frequentadores dessas associações.

² Adota-se como concepção de associativismo a compartilhada por Fonseca, ou seja, “um grupo formado por pessoas que se associam com base em um interesse comum, coligadas entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados” (Fonseca, 2008 apud Matos, 2008).

associações em uma casa central, visto que a emigração portuguesa não era amparada pelo governo oficial português e ocorria de forma individual e espalhada pelo território brasileiro. Surgiu com o propósito de ajuda mútua, mas também com o intuito de agremiar forças políticas.³

Ressaltam-se as características da instituição, formada por um caráter oficial e de viés nacionalista, que se intitula de *casa mater* dos portugueses, espalhados por diversas associações. O Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Estado de São Paulo lista a existência de, pelo menos, 59 associações ligadas à nacionalidade.

A análise das reportagens sobre os eventos culturais partiu de um levantamento baseado na leitura da revista *Naus*, desde sua primeira edição, em 1995, até o último número, do ano de 2010, correspondente ao mês de dezembro.

Foi identificado um total de 82 reportagens noticiando eventos ocorridos nas dependências da Casa de Portugal. O levantamento permitiu agrupar os eventos mais noticiados em dez categorias distintas: festas populares ligadas ao culto da terra (ruralidade); exposições no Salão de Artes; homenagens e honrarias concedidas a personalidades de interesse para a instituição; ceia de Natal; aniversário da Casa de Portugal; aniversário do Grupo Folclórico da Casa de Portugal; comemorações relacionadas ao dia 10 de junho, considerado o Dia de Portugal, Dia de Camões e Dia da Comunidade Luso-Brasileira; eventos políticos; eventos relacionados a comemorações do Dia do Descobrimento, geralmente em 22 de abril; e, por fim, eventos relacionados a jogos de futebol.

A frequência de notícias relacionadas aos eventos evidencia o que é mais valorizado em termos de conteúdo cultural na Casa de Portugal, conforme se verifica com a elucidação do quadro abaixo:

Evento	Ano de ocorrência e frequência	Total
Eventos populares e folclóricos	1999 e 2000 – GF*; 2005 e 2008 – GF de Portugal; 2007 e 2009 – Vindima; 2009 – Desfolhada do Milho	7
22 de Abril	1998 e 1999	2
10 de Junho	1999, 2002, 2005, 2007 (2)	5
Exposições de arte	1995, 1999 (5), 2000 (2), 2003, 2004 (3), 2005	13

³ Teve como um de seus principais idealizadores o dr. Ricardo Severo, personalidade de destaque entre os emigrados, casado com uma irmã de Santos Dumont, engenheiro civil que trabalhou no escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo. Para mais informações a respeito do surgimento da associação, recomenda-se a leitura do memorialista Verdasca (1993).

Homenagens e honrarias	1998, 2000, 2002 (2), 2003 (5), 2004 (2), 2005, 2006, 2007 (2), 2008, 2009 (3), 2010 (3)	22
Aniversário do Grupo Folclórico	2007 e 2010	2
Aniversário da Casa	1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010	10
Eventos políticos	2000, 2002, 2005, 2006 (2), 2008 e 2009 (3)	9
Ceia de Natal	2000 a 2004; 2007 a 2010	9
Futebol	2006, 2008, 2010	3

Fonte: Elaboração própria.

*GF – Grupo Folclórico

Pela ocorrência, destaca-se a realização de homenagens e honrarias – foram cerca de 22 durante o período estudado. Embora não exista um perfil para os homenageados, todos estão relacionados com o propósito da existência da Casa, a exaltação da pátria portuguesa em solo brasileiro. Trata-se da homenagem a políticos portugueses em visita ao país, políticos brasileiros que frequentam as associações portuguesas em São Paulo, artistas e repórteres que, por diferentes motivos, acabam por divulgar informações sobre Portugal ou seus costumes e, até mesmo, artistas portugueses que se destacam na mídia televisiva brasileira. As homenagens envolvem objetos simbólicos, como selos, placas ou títulos designados de comendas.

Em seguida, ocorrem em maior número as exposições de arte, todas realizadas no espaço específico destinado a elas, a Galeria de Artes, que ocupa o mezanino do salão principal. Em sua maioria, expõem artes plásticas de portugueses e lusos descendentes e fotografias de artistas com as mesmas características.

Os eventos classificados como políticos estão muito associados às homenagens e honrarias, e envolvendo a presença e a recepção de ministros, presidentes, deputados, prefeitos e gestores públicos de hierarquias semelhantes, tanto brasileiros como portugueses, e a inauguração de placas estampadas no saguão principal da edificação.⁴

A classificação de eventos populares e folclóricos abarca apresentações extraordinárias do Grupo Folclórico da Casa de Portugal, sozinho ou em conjunto com grupos folclóricos de outras associações portuguesas do Brasil ou de Portugal. Abarca também os eventos ligados ao culto da terra, que representa as origens da maior parte dos imigrantes portugueses, que saíram de suas aldeias, como forma de resgate de suas

⁴ Situada à avenida da Liberdade, n. 602, na região central da cidade de São Paulo.

memórias. Os exemplos mais frequentes desses eventos se materializam na Vindima, mas também surgem eventualmente como a Desfolhada do Milho⁵ ou Magusto.⁶

A Festa da Vindima é realizada na Casa de Portugal há vários anos. Na biblioteca da Casa encontra-se o registro dessa festa desde 2008, ano no qual ela foi filmada e gravada em DVD. No entanto, segundo informações obtidas com funcionários do local, a festa realiza-se desde 1989.

Foi possível averiguar que, de 2008 a 2013, a Festa da Vindima realizou-se no salão nobre da Casa de Portugal, variando entre o fim de fevereiro e, no máximo, início de abril. A única exceção encontrada foi referente ao ano de 2012, ocasião em que a festa foi realizada no mês de setembro, equivalente ao período da vindima realizada ainda hoje em algumas regiões de Portugal. Em todas as edições das reportagens analisadas, a descrição do cerimonial realizado nas festas é semelhante.⁷ Basicamente, remete-se a um costume agrícola ligado à colheita das uvas, com a finalidade da produção artesanal do vinho, bebida muito tradicional e valorizada pelos portugueses.

O cerimonial da festa realiza-se no salão nobre da Casa de Portugal de São Paulo. O salão é arrumado de forma que mesas e cadeiras sejam compostas para melhor acomodação de famílias e pequenos grupos. As mais bem localizadas são reservadas para membros associados e diretores, bem como para convidados especiais. Na frente do palco é montada uma réplica de uma parreira, centralizada estrategicamente com o intuito de ser vista de qualquer parte do salão. O mestre de cerimônias é sempre algum diretor da Casa ou membro do Grupo Folclórico. Após as boas-vindas, ele anuncia uma série de recados, agradecimentos e eventos que devem ocorrer em breve. Após sua apresentação, o Grupo Folclórico entra pela parte de trás do salão e passa por um corredor deixado como local de passagem, dirigindo-se ao palco. Após a apresentação de danças e de algumas músicas⁸ já conhecidas por vários dos presentes, integrantes

⁵ Encenações folclóricas que remetem ao passado rural, constituem-se na verdade em trabalho duro e pesado. Tradicionalmente, a área de maior cultivo do milho ocorre nas regiões do Minho e Beira, ao norte de Portugal. A desfolhada ou descamisada reúne muitas pessoas, que separam os grãos da palha e espiga. Encontram-se também muitas referências sobre o milho rei, podendo-se até mesmo encontrar o termo “Festa do Milho Rei”. O milho rei é a espiga vermelha, que, segundo as tradições aldeãs, quando achada em meio a tantas outras durante a desfolhada, dá direito do felizardo a dar um abraço em todos os presentes. Daí a celebração da ocasião, que se tornava oportunidade de aproximação entre namorados em uma época em que a vigilância dos pais era mais acirrada sobre os filhos em relação aos namoros.

⁶ Festa realizada em Portugal, normalmente no mês de novembro, associada à queima das castanhas, tradicionalmente mais ligada à região de Trás-os-Montes, ao norte. Consome-se nessas ocasiões o vinho mais jovem obtido da vindima em setembro, denominado de água pé.

⁷ Mesmo na Desfolhada do Milho ou no Magusto, o papel do Grupo Folclórico em encenar o trabalho rural, a colheita e a festa envolvida nela apresenta um mesmo ritual de culto da terra, reservadas as diferenças das culturas agrícolas.

⁸ As músicas sempre são instrumentais, executadas pela tocata do Grupo Folclórico, composta por concertina (instrumento que se assemelha ao acordeão), cavaquinhos e violão, além de instrumentos de percussão, tais como reque-reque, ferrinhos (nosso triângulo) e bombo.

do Grupo Folclórico encostam uma escada de madeira junto à parreira e iniciam a colheita das uvas em grandes cestos de vime. Em cima do palco, ao centro, na mesma direção em que a parreira foi colocada no chão do salão, deixa-se uma dorna onde as uvas são depositadas. Ao som da música folclórica, alguns homens do grupo se colocam descalços, entram na dorna e procedem à tradicional pisa das uvas, simbolizando como ocorria em Portugal. Algumas moças do Grupo estendem no chão do palco uma toalha. Chega o momento do chamado farnel. Uma ceia é montada em cima do palco, com pães, linguiças, tremoços, azeitonas e vinho. A esses dois últimos momentos descritos, somam-se os convidados, que participam ativamente da encenação, subindo ao palco e servindo-se do farnel, bem como aproximando-se das parreiras. Eles tiram fotos, dançam e até pisam as uvas junto com o Grupo Folclórico.

Em relação aos eventos realizados em datas comemorativas, aparecem nas reportagens analisadas os festejos do dia 10 de junho e do dia 22 de abril. E, dentre eles, se destaca o 10 de Junho, com cinco menções. Trata-se de uma data comemorativa em Portugal, quando é decretado feriado nacional, que assinala a comemoração da morte do poeta Luís Vaz de Camões.⁹ Antes da Revolução dos Cravos, durante o regime ditatorial de Salazar, a data era associada ao dia da raça portuguesa. Após o 25 de abril, que marcou o fim do regime, a celebração do dia passou a prestar homenagem a Portugal, Camões e às comunidades portuguesas.

Já a data comemorativa de 22 de abril foi celebrada apenas em duas ocasiões, em 1998 e 1999, talvez pela aproximação dos eventos programados por ocasião da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Essa data é tradicionalmente comemorada pelo Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Estado de São Paulo,¹⁰ cuja missão principal visa a preconizar a difusão dos valores históricos e culturais que unem Brasil e Portugal. Tal comemoração, habitualmente, inclui uma solenidade especial da entidade junto à Câmara dos Vereadores do município de São Paulo, estendendo-se a uma apresentação de um grupo folclórico em frente ao monumento a Pedro Álvares Cabral,¹¹ situado entre a Câmara Municipal e o Parque do Ibirapuera.

⁹ Poeta autor da epopeia *Os Lusíadas*, que, por meio de seus versos, narra a trajetória das viagens ultramarinas realizadas por portugueses no período do descobrimento.

¹⁰ Entidade que congrega as diversas associações portuguesas no estado de São Paulo, divulgando o calendário de eventos realizado por várias delas, e assume a função de representação dos interesses políticos e sociais da comunidade portuguesa, atuando junto à representação diplomática, conforme os interesses de seus associados, e buscando influenciar a legislação no que concerne aos luso-brasileiros.

¹¹ O monumento foi projetado pelo arquiteto Agostinho Vidal da Rocha, tendo em seu corpo uma escultura em bronze em homenagem a Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil. A escultura é do artista Luiz Morrone. A inauguração do monumento aconteceu no dia 10 de junho de 1988 e representou o início das comemorações, no Brasil, dos quinhentos anos do descobrimento.

O evento realizado em 1998 nas dependências da Casa de Portugal, entretanto, contou com uma solenidade seguida por uma apresentação da Orquestra da Câmara Filarmônica de São Paulo, sob a regência do maestro Keniichi Yamakawa. Conforme reportagem da revista *Naus*, em 1999, apresentaram-se Ivan Lins e Paulo de Carvalho, em comemoração à data e aos 499 anos do descobrimento do Brasil.

Chama a atenção a existência de eventos ligados a partidas de futebol e realizados na Casa. Em verdade, trata-se de exibições de partidas futebolísticas, em sua maior parte, associadas a campeonatos de destaque, tais como Copa do Mundo de Futebol ou Olimpíadas, para unir a torcida pela seleção portuguesa, e finais da Eurocopa, com times portugueses em destaque.

Para melhor entender como a programação cultural da Casa é determinada, recorreu-se aos registros dos presidentes em exercício e, com esse intuito, objetivou-se levantar o histórico de todos os presidentes e suas preferências culturais.

Entre 1935 e 1941, passaram seis diferentes presidentes pela Casa de Portugal, um período em que a associação ainda não se encontrava estabelecida nem tinha sede própria. Mas, a partir de então, com a administração do Comendador Pedro Monteiro de Pereira Queiroz, que presidiu a instituição por 14 mandatos consecutivos, sendo até hoje o presidente com maior permanência no cargo, a situação mudou.

Silva discorre sobre os ideais que fundaram a Casa de Portugal e como o Comendador Pereira Queiroz os distorce:

A Casa de Portugal, fundada em 1935, surgiu como fruto da acirrada competição entre dois projetos, um liberal e um salazarista. O projeto liberal tinha como principal interesse congregar as diversas associações regionais de imigrantes espalhadas por São Paulo e unir forças em prol de atividades comunitárias, educacionais, culturais e assistenciais para os imigrantes. Foi proposto por Ricardo Severo, uma figura republicana chamada de patriarca da comunidade que havia migrado para o Brasil por motivos políticos e fundado o Centro Republicano de São Paulo, mantendo-se como opositor do governo de Salazar à época da fundação da Casa de Portugal. O projeto salazarista já fundara Casas de Portugal em Paris e Londres e tinha por interesse promover o associativismo para fazer propaganda do governo entre os emigrantes. De início, pode-se dizer que o projeto prevalecente foi o de Ricardo Severo, que deu forma aos estatutos da associação; no entanto, a partir de 1941, com a presidência, que se estendeu por 28 anos, de Pedro Monteiro Pereira Queiroz, um imigrante industrial condecorado com diversas comendas e títulos pelo governo salazarista (Verdasca, 1993), a Casa de Portugal passou a manter uma maior intimidade com Salazar, alterando sensivelmente seu perfil (Silva, 2003, pp. 61-2).

Pereira Queiroz, no entanto, é lembrado como importante benemérito para a construção da atual sede da Casa de Portugal. Essas e outras informações foram sintetizadas no quadro a seguir, com base no estudo de um memorialista, dispostas com o intuito de aprofundar a análise aqui envolvida.

Nome	Período	Característica
Pedro Monteiro Pereira Queiroz	1941-1969	Estreitamento com Salazar, conforme Silva (2003).
Com. Frederico Maria Cabral de Sampaio	1969-1973	Foi vice-presidente de Pedro Queiroz, a quem sempre auxiliou; benemérito da Casa.
Affonso Alberto Salgado	1973-1977	Entre 1974 e 1975, ajudou portugueses fugidos da metrópole e alguns milhares de retornados portugueses e angolanos fugidos de Angola.
Com. Hermenegildo Lopes Antunes	1977-1985	Implanta um busto no salão nobre em homenagem a Pedro Monteiro P. Queiroz, grande incentivador dos eventos populares (Festa da Vindima, Festa da Cereja e Magusto).
Com. Antonio dos Ramos	1985-2007	Foi o responsável por diversas reformas e ampliações no espaço físico, além de transformar a programação social, voltada para eventos de cunho popular, para shows de grandes músicos portugueses contemporâneos.
Júlio Rodrigues	2007-2013	Economista de trajetória bem-sucedida, deu novo foco aos eventos populares.

Fonte: Verdasca, 1993. Adaptado pelo autor

O período em que Pereira Queiroz permanece como presidente da Casa de Portugal é, em grande parte, equivalente à ditadura de Salazar,¹² o que sugere de fato um estreitamento político entre as partes, visto que havia um projeto do político em relação à divulgação da imagem de Portugal no exterior por meio das casas de Portugal espalhadas pelo mundo.¹³ Além disso, as comendas eram distribuídas diretamente pelo governo português a colaboradores de suas ideias.

¹² O Estado Novo, conhecido como salazarismo, teve como fundador a figura de Antonio de Oliveira Salazar, conhecido como ditador das finanças, e vigorou em Portugal por 48 anos – Ditadura Nacional (1926-1933) e Estado Novo (1933-1974).

¹³ Para saber mais sobre as identidades portuguesas e a imagem do país como forma de propaganda política no exterior, recomenda-se a leitura de Paulo (2000).

Dos seis presidentes da instituição destacados no quadro anterior, ao menos quatro (Pedro Monteiro Pereira Queiroz, Frederico Maria Cabral de Sampaio, Hermenegildo Lopes Antunes e Antonio dos Ramos) ganharam comendas concedidas por autoridades portuguesas.

A divulgação de Portugal como um país ligado às tradições agrícolas do passado fazia parte da propaganda salazarista, que tinha como intuito estabelecer um elo entre sua personalidade e a dos emigrados, que constituíam contingentes significativos. Nesse sentido, o culto da terra e os eventos que celebram as músicas e danças folclóricas tradicionais correspondem à estratégia de comunicação de Salazar com os emigrados.

Em relação à política cultural e aos eventos realizados na Casa, encontra-se menção apenas a partir do mandato do Comendador Hermenegildo Lopes Antunes, entre 1977 e 1985, identificado como grande incentivador dos eventos populares, registrando, entre eles, edições da Vindima, do Magusto e da Festa da Cereja.¹⁴

Entre 1985 e 2007, sob a presidência de Antonio dos Ramos (A.R.), houve uma transformação na programação social, voltada antes para eventos de cunho popular e para shows de músicos portugueses contemporâneos. Já a partir de 2007, até abril de 2013, sob a liderança de Julio Rodrigues (J.R.), foi dado novo foco aos eventos populares.

É justamente esse enfoque dos eventos populares e seu abandono que se busca evidenciar na análise da distribuição de suas edições ao longo dos anos, mas também de outros eventos, comparando sua frequência no período entre 1990 e 2010. Esse mesmo período de estudo equivale ao surgimento da principal fonte de pesquisa levantada, a revista *Naus*, editada desde 1995.

Evento	Ano de ocorrência	Total	Ocorrência em A.R.	Ocorrência em J.R.
Eventos populares e folclóricos	1999 e 2000 – GF; 2005 e 2008 – GF de Portugal; 2007 e 2009 – Vindima; 2009 – Desfolhada	7	3	4
22 de Abril	1998 e 1999	2	2	-
10 de Junho	1999, 2002, 2005, 2007 (2)	5	3	2
Exposições de arte	1995, 1999 (5), 2000 (2), 2003, 2004 (3), 2005	13	13	-
Homenagens e honrarias	1998, 2000, 2002 (2), 2003 (5), 2004 (2), 2005, 2006, 2007 (2), 2008, 2009 (3), 2010 (3)	22	13	9

¹⁴ A Festa da Cereja é citada em depoimentos como uma das mais bonitas. O presidente A.R. revela em entrevista a dificuldade de importação das cerejas como principal motivo para o abandono da prática.

Aniversário do Grupo Folclórico	2007 e 2010	2	-	2
Aniversário da Casa	1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010	10	7	3
Eventos políticos	2000, 2002, 2005, 2006 (2), 2008 e 2009 (3)	9	5	4
Ceia de Natal	2000 a 2004; 2007 a 2010	9	5	4
Futebol	2006, 2008, 2010	3	-	3

Fonte: Biblioteca da Casa de Portugal. Revista *Naus*. Quadro organizado pelo autor.

Levando em conta que no período estudado o senhor A.R. passou 17 anos como presidente e o senhor J.R., apenas quatro, não surpreende os números de todos os eventos serem maiores sob a liderança de A.R.

Mesmo assim, faz-se importante mencionar alguns dados. As exposições de arte registradas nas reportagens, por exemplo, ocorreram todas durante a liderança de A.R., o que reforça sua intenção de privilegiar um conteúdo cultural ligado à imagem do Portugal contemporâneo.

Os eventos populares e folclóricos aparecem nas duas gestões, no entanto, de forma desproporcional: em três ocasiões, nos 17 anos de gestão de A.R., em contraposição a quatro, durante os quatro anos de gestão de J.R.

O senhor A.R. reconhece o folclore como parte importante da cultura portuguesa, mas não como principal. Já para J.R., essa seria a principal vertente das características identitárias de Portugal.

Em pesquisas nos arquivos da biblioteca da Casa de Portugal, foi levantada uma nota de jornal que ilustra a predileção de J.R. pelos eventos populares: “Caros amigos, parece que os bons tempos vão voltar à Casa de Portugal. Segundo informações, vamos ter em breve boas e grandes festas populares. Vem aí a festa da cereja, da uva, da castanha e muito mais”.¹⁵

Um elemento que reforça essa análise é, na gestão de J.R., a realização por duas vezes do Aniversário do Grupo Folclórico, em 2007 e em 2010, momentos que revelam que o Grupo Folclórico ganha destaque na programação cultural da Casa. Não é à toa que a gravação de apresentações do grupo em DVD foi realizada durante sua gestão, em 2008, período também em que o grupo realiza uma incursão a Portugal para divulgação de seu trabalho.¹⁶

¹⁵ Nota publicada no jornal *Portugal em Foco*, em 27 de junho de 2007.

¹⁶ Nas pastas de *clippings* de notícias da Casa de Portugal há notícias que revelam a disposição de J.R., então presidente de um banco de capital português, o Banif, de colaborar para o patrocínio da viagem de incursão a Portugal realizada pelo Grupo Folclórico.

A partir da observação do quadro, nota-se também a realização de eventos ligados a partidas de futebol, todas creditadas ao período de gestão de J.R. Nota-se que uma data de realização desse tipo de evento foi no ano de 2006, ainda sob a liderança de A.R. No entanto, analisando os diversos *clippings* de notícias, soube-se do afastamento do senhor A.R. no final de sua gestão por questões pessoais, tendo J.R., como seu auxiliar, substituído este, imprimindo já um aspecto bem pessoal na programação dos eventos.

O futebol constitui-se em oportunidade de unir pessoas ao redor de símbolos nacionalistas em momentos de celebração, o que ajuda a apagar as diferenças regionais e reconhecer a unidade da nação portuguesa. Uma partida de futebol transforma uma prática esportiva em verdadeiro momento de culto à pátria e seus símbolos, que são exibidos com orgulho constantemente. Nesse sentido, constitui-se em uma exaltação nacionalista e que colabora para a identificação da Casa de Portugal como um território português.¹⁷

Dois eventos que compõem o calendário fixo da Casa, ou seja, ocorrem anualmente, são o Aniversário da Casa de Portugal e a Ceia de Natal. Com o intuito de aprofundar mais a análise das diferentes propostas culturais existentes entre os dois presidentes empossados no período estudado, expõe-se nos quadros a seguir a análise dos artistas que se apresentaram no local, bem como a classificação do caráter musical que apresentam.

Ano	Apresentação cultural	Presidente em exercício	Caráter musical
2000	Carlos do Carmo, com Ivan e Claudio Lins	A.R.	Fadista e grande nome da MPB
2001	Grupo musical português Brigada Víctor Jara, composto por nove músicos	A.R.	Música folclórica
2002	Coral do Estado de São Paulo (maestro José Ferraz de Toledo Neto)	A.R.	Música clássica
2003	Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra (quarenta componentes)	A.R.	Música clássica
2004	Coral do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim e Grupo Musical Garcia	A.R.	Música clássica e grupo musical para baile

¹⁷ Sobre a relação do futebol com o nacionalismo e a invenção de tradições, ver Hobsbawm e Ranger (1997).

2007	Banda Garcia	J.R.	Grupo musical para baile
2008	Roberto Leal	J.R.	Música popular
2009	Carlos do Carmo e Conjunto Garcia	J.R.	Fadista e grupo musical para baile
2010	Roberto Leal e Conjunto Garcia	J.R.	Música popular e grupo musical para baile

Fonte: Biblioteca da Casa de Portugal. Revista *Naus*. Quadro organizado pelo autor.

Das cinco edições encontradas sobre as Ceias de Natal na Casa de Portugal, na administração do presidente A.R., em quatro delas ocorreu a exibição de músicas clássicas (em três dessas ocasiões houve a apresentação de coral), sendo que, em uma delas, além da música clássica, houve a apresentação de um grupo musical para baile. E, em apenas uma delas, no ano de 2000, houve a apresentação de Carlos do Carmo, grande nome do fado português, em conjunto com Ivan Lins, cantor muito admirado e respeitado no circuito da música popular brasileira.

Fica evidente a predileção da utilização da música clássica pelo presidente A.R. durante as Ceias de Natal. Já nas quatro ocasiões retratadas em reportagem que noticiava o evento sob a liderança do presidente J.R., o grupo musical para baile aparece em três ocasiões, mas não como única atração, pois, em 2009, apresentou-se também o fadista português Carlos do Carmo e, em 2010, o cantor popular português radicado no Brasil, Roberto Leal.

Em 2008, a única atração musical é o próprio Roberto Leal.¹⁸ Tais escolhas em relação aos gêneros musicais demonstram a predileção de J.R. por um repertório mais popular, se comparado às escolhas de A.R. Mesmo quando A.R., em 2001, escolhe o grupo musical português Brigada Víctor Jara,¹⁹ com repertório inspirado em canções folclóricas, traz este com o intuito de demonstrar a faceta da música portuguesa contemporânea.

Em depoimento coletado com um dos membros diretores da administração de A.R., é revelada essa intenção de trazer nomes da música contemporânea portuguesa que são desconhecidos fora de Portugal:

¹⁸ Cantor de origem portuguesa que emigrou com a família para o Brasil em 1962. Passou a fazer sucesso em 1970 após apresentar-se no programa de televisão do Chacrinha, na TV Globo, momento a partir do qual se dedica a cantar ritmos e canções populares portuguesas no Brasil e em Portugal.

¹⁹ Banda composta por nove músicos, em atividade desde 1975, que toca um repertório urbano inspirado na música tradicional portuguesa. Fez shows por diversos países europeus e apresentou-se na Casa de Portugal de São Paulo em 1999 e em 2001.

Nós sabemos que Portugal não é só o tradicional fado, a tradicional guitarrada ou as músicas mais populares e também popularescas e também o folclore. Há hoje em Portugal uma nova massa de produtores e criadores musicais que o Brasil desconhece, que, aliás, o mundo desconhece, mas são profissionais de muito valor e são reconhecidos no mundo inteiro, e nós gostaríamos também que o brasileiro tivesse essa visão sobre a música portuguesa. Por isso, eu acho que a Casa de Portugal tem muito essa missão de mostrar ao brasileiro a nova tendência da música portuguesa, mostrar a nova vertente da música portuguesa.²⁰

No trecho destacado acima, o vice-presidente da gestão de A.R. afirma que uma das missões da Casa de Portugal está relacionada com a valorização da cultura portuguesa contemporânea no Brasil, mas revela suas verdadeiras intenções e propósitos no trecho desenvolvido a seguir:

Até pouco tempo atrás, era conhecido como um país muito tradicional, muito ligado ao seu passado, às suas tradições, à sua história. Sem dúvida nenhuma, ainda continua assim, mas Portugal, hoje, é visto, principalmente pelos brasileiros que visitaram o país, como um país moderno, um país atualizado. [...] Enfim, num país como o Brasil, onde, até pouco tempo atrás, Portugal tinha uma defasagem de imagem, a nossa função e a nossa missão, não só enquanto associação Casa de Portugal, mas também enquanto Turismo de Portugal, é mostrar que o nosso país é um país que se modernizou e é um país de futuro.²¹

Nesse trecho da entrevista, o senhor P.M. revela que entende bem a imagem que o brasileiro tem de Portugal, inclusive faz menções a pesquisas realizadas com turistas brasileiros que estiveram no país, e conclui que essa imagem deve ser conservada não somente pela Casa de Portugal, mas também revela ser a missão da instituição que representa.

Fica clara a utilização da Casa de Portugal de São Paulo como uma vitrine para a imagem de Portugal no Brasil e, sobretudo, em São Paulo, um dos maiores polos emissores de turistas para diversas regiões do Brasil e do planeta, mas também com

²⁰ P.M. foi o vice-presidente da Casa de Portugal de São Paulo em vários anos da gestão de A.R. Além de ocupar cargos de direção por diversas ocasiões, foi, por mais de vinte anos, diretor no Brasil da Turismo de Portugal, órgão português ligado ao desenvolvimento e à propaganda turística. Tal entrevista foi concedida em 2 de abril de 2013, no referido órgão, que possui a sigla Aicep e se situa junto às instalações do Consulado Português em São Paulo.

²¹ Depoimento prestado por A. R., em entrevista concedida ao autor em 2 de abril de 2013.

certa importância para o país com o qual, por questões históricas, mantém uma relação muito próxima, além de ter sido um importante destino de emigrantes portugueses.

Em um trecho mais adiante da entrevista é revelado como outras instituições influenciam no conteúdo da programação cultural selecionado pela Casa de Portugal:

A Casa de Portugal é hoje uma comunidade *mater* da comunidade luso-brasileira. Existem mais de setenta associações luso-brasileiras no estado de São Paulo e a missão da Casa de Portugal, seu objetivo e sua estratégia são se fincar enquanto uma instituição cultural, uma instituição que representa a comunidade portuguesa e que representa essa nova imagem que Portugal consegue a partir de agora construir no mercado brasileiro. Ela tem uma programação cultural bastante vasta. Nós recebemos pedidos da Secretaria de Estado da Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura, do Instituto Camões, e temos uma boa parceria com diversos organismos brasileiros e portugueses para construir, cada vez de forma mais dinâmica, esse calendário cultural da Casa de Portugal.²²

Para P.M., a Casa de Portugal é uma instituição cultural que representa a comunidade portuguesa e os interesses do país,²³ recebendo pedidos de programação de diversos órgãos políticos brasileiros e portugueses.

Voltando aos eventos culturais realizados no local, os gêneros musicais das apresentações realizadas durante os aniversários da Casa de Portugal reforçam a mesma percepção das Ceias de Natal em relação às diferentes predileções dos presidentes. Das sete edições do evento em que foram identificadas reportagens sobre essas ocasiões em que o senhor A.R. era presidente, apenas em uma ocorre apresentação do grupo musical folclórico português Brigada Victor Jara, em 1999, enquanto em todas as demais são convidados artistas portugueses da cena musical contemporânea, que mesclam em seu repertório o fado com outras influências.

Já as edições dos aniversários da Casa de Portugal sob a administração de J.R. no período de estudo, foram registradas por reportagens nos anos de 2007, 2009 e 2010. Na reportagem de 2007 não houve registros de apresentações culturais; já nos anos de 2009 e 2010, conforme quadro a seguir, o caráter musical eleito é composto por intérpretes²⁴ da música popular brasileira e um grupo musical para baile.

²² Depoimento prestado por A. R., anteriormente referido.

²³ O Instituto Camões, um dos organismos citados pelo entrevistado, segundo informações constantes em seu sítio na internet, é integrado na administração indireta do Estado, que tem como uma de suas finalidades propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro (<http://www.instituto-camoes.pt>).

²⁴ Cabe destacar que, no ano de 2010, essa intérprete foi Fafá de Belém, única cantora popular brasileira considerada por alguns críticos como fadista, por revelar sua afeição em público às suas origens e influências portuguesas.

Ano	Apresentação cultural	Presidente em exercício	Caráter musical
1999	Brigada Víctor Jara	A.R.	Música folclórica
2000	Camané (fadista)	A.R.	Fado
2001	Ana Sofia Varela (fadista)	A.R.	Fado
2002	Rão Kyao (mescla de música portuguesa com oriental)	A.R.	Fado contemporâneo
2003	Pedro Barroso (fadista)	A.R.	Fado
2005	Antonio Chainho, Rão Kyao e Isabel Noronha	A.R.	Fado
2006	Vitorino	A.R.	Fado
2007	-	J.R.	-
2009	Banda Las Vegas, Vanusa e Aretha Marcos	J.R.	Grupo musical para baile e música popular
2010	Fafá de Belém	J.R.	Fado e MPB

Fonte: Biblioteca da Casa de Portugal. Revista *Naus*. Quadro organizado pelo autor.

Nota-se que, nessa modalidade de evento, J.R. não utiliza artistas portugueses, nem ao menos do folclore, mas suas escolhas refletem um perfil diferente do de A.R. quanto à escolha da programação cultural.

A análise do perfil dos eventos culturais da Casa de Portugal demonstra que a programação reflete o entendimento e o gosto de cada presidente em exercício, ora privilegiando o tradicional, ora o moderno.

A herança do período salazarista se faz presente nessa programação, mais como resquício de uma identidade criada e que influencia até hoje a todos, faça vista à importância dada ao Grupo Folclórico da Casa de Portugal, do que como viés político ou ideológico. No entanto, não se deve ignorar a influência que a política externa de Portugal exerce sobre o local, como demonstrado por meio dos depoimentos obtidos nas entrevistas.

A diversidade de eventos identificada não permite afirmar que o folclore é dominante em um ou outro mandato presidencial, apenas que é valorizado com maior ou menor ênfase, dependendo da gestão. Pelo exposto, porém, é possível afirmar que a programação cultural da Casa de Portugal reflete os ideais identitários daquele país, sofrendo influências do poder político vigente.

O folclore é elemento presente e comum na Casa de Portugal. O fado também é muito valorizado, sobretudo em sua versão contemporânea. Artistas portugueses radi-

cados no Brasil e lusodescendentes são valorizados como forma de reforçar as origens, a força da identidade, a memória e a presença portuguesa em São Paulo.

A análise dos eventos culturais aqui realizada destaca o quanto seu estudo colabora, sob a ótica da história cultural, com o estudo das identidades portuguesas.

Referências

- FONSECA, Vitor Manoel M. “Imigração: identidade e integração, 1903-1916”. In MATOS, Maria Izilda et al. (orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru: EDUSC, 2008.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PAULO, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.
- SILVA, Eduardo Caetano da. *Visões da diáspora portuguesa: dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre os portugueses e luso-descendentes de São Paulo* (dissertação). Unicamp, 2003.
- VERDASCA, José. *A Casa de Portugal e a comunidade*. São Paulo: 1500 Comunicação e Marketing, 1993.

Polifonias da cidade: imigração e medicina na Real e Benemerita Beneficência Portuguesa – São Paulo (1859-1944)

Yvone Dias Avelino

O presente artigo pretende trazer contribuições para a historiografia sobre a cidade de São Paulo e sobre a saúde no espaço urbano, fazendo conexões com a imigração portuguesa para a Pauliceia, que necessitou sempre de cuidados médicos em suas diversas fases de (re)construção.

Muitos arquivos e bibliotecas foram consultados: Arquivo do Hospital São Joaquim, da Beneficência Portuguesa de São Paulo; Arquivo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo; Arquivo Municipal de São Paulo Washington Luís; Arquivo do Estado de São Paulo; Arquivo do Museu Paulista; Arquivo do Museu da Saúde Pública Emilio Ribas; Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Biblioteca Municipal Mário de Andrade; Biblioteca Nadir Gouvea Kfoury, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Biblioteca da Casa de Portugal em São Paulo; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Biblioteca da Faculdade de Medicina da Uni-

versidade de São Paulo; Biblioteca de Saúde Pública da Cidade de São Paulo; e Museu da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Nossa investigação encontrou cinco nomes de médicos emigrados de Portugal para o Brasil que fizeram parte do corpo clínico do Hospital São Joaquim, da Beneficência Portuguesa de São Paulo, entre os anos de 1859 e 1944. Segundo as fontes analisadas, a baixa presença de médicos de origem lusa nessa instituição deve-se, entre outras questões, ao avanço do saber médico em outros centros europeus, como Inglaterra, França e Alemanha, e à facilidade de entrada no Brasil encontrada por médicos italianos, por meio dos acordos legislativos de imigração/emigração entre os governos italiano e brasileiro.

Mesmo com a baixa frequência de médicos portugueses no corpo de funcionários do Hospital São Joaquim em relação aos italianos, brasileiros e de outras nacionalidades, é importante salientar que as origens da medicina brasileira estão nas Faculdades lusas, entre elas, a Universidade de Coimbra, principalmente.

Apesar da íntima relação entre imigração e trabalho urbano, são poucos os estudos referentes aos profissionais liberais imigrantes, tais como médicos, engenheiros, arquitetos, advogados, professores, jornalistas, entre outros. Parte das pesquisas existentes sobre essas profissões focaliza figuras importantes, que tiveram destaque na sociedade, como os de nacionalidade francesa. É o caso de Victor Dubugras, arquiteto que trabalhou entre os anos de 1894 e 1897 no Departamento de Obras Públicas de São Paulo e que desenvolveu projetos particulares, residenciais e comerciais, em bairros nobres da cidade de São Paulo, entre eles, o bairro de Higienópolis. Em 1916, fundou o Instituto de Engenharia, tendo sido também docente na Escola Politécnica de São Paulo. Outro francês de destaque foi Jules Martin, cartógrafo, desenhista e construtor. Foi responsável pelo projeto do Viaduto do Chá, na região central da capital, inaugurado em 1892. Alguns comerciantes de renome também são destacados, como o português Souza Bastos, proprietário do Café Java, inaugurado em 1878. Também apresentam, bastante visibilidade nas fontes documentais os trabalhadores imigrantes que se dirigiram aos afazeres no espaço da urbe, entre eles os carroceiros, os leiteiros, os carpinteiros, os pedreiros, os vendedores ambulantes, os comerciantes, os caixeiros viajantes, os condutores de charretes e bondes, os ferroviários, os jardineiros, os alfaiates, as costureiras, as doceiras, os padeiros, os confeiteiros, os operários, entre outras profissões.¹

Os Almanques Administrativos da Indústria e do Comércio da cidade de São Paulo e os jornais, em especial o jornal *O Correio Paulistano*, entre fins do século XIX

¹ Levantamento de dados realizado no Memorial do Imigrante, no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e no Arquivo do Estado, todos localizados na cidade de São Paulo.

e início do século XX, apresentam nomes e sobrenomes estrangeiros que ofereciam os seus serviços como profissionais, em especial na área do comércio e de prestação de serviços variados. Nesses periódicos, encontramos também a presença dos profissionais liberais, entre eles, os médicos, eleitos para este estudo. A atuação desses profissionais no período foi de extrema importância, porque as pessoas em geral apresentavam diversos problemas de saúde.

O ideal de progresso e o de beleza evocados pela Belle Époque não se faziam presentes integralmente na cidade de São Paulo, que ainda guardava nas décadas de 1860 e 1870, aspectos e hábitos coloniais, como animais circulando pelas ruas, falta de iluminação, de sistema de canalização de águas e de serviços de esgoto, além de saneamento básico, calçamento regular, coleta de lixo e assistência médico-hospitalar. Havia toda uma problemática nas questões que envolviam a higiene e a saúde (cf. Bruno, 1984, p. 15).

Os imigrantes que em São Paulo se instalaram encontraram uma cidade fétida, suja, mal iluminada e perigosa, em contraste com o ideal europeu que se pretendia alcançar. As condições de higiene, pavimentação das ruas, salubridade no interior e nos quintais residenciais geravam graves problemas de saúde pública. Um dos vetores de doenças foram as águas. O fator geográfico, na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo, deve ser levado em conta, principalmente no que se refere aos rios. São Paulo tinha à sua disposição as águas do rio Anhangabaú e do rio Tamanduateí, que davam acesso às águas do rio Tietê, e ainda podia contar com as águas de seus afluentes. Os cuidados com a canalização e a distribuição das águas na cidade eram em geral insuficientes e desiguais (cf. Sant'Anna, 2002). Esses, entre outros fatores, geraram complicações de difícil solução por parte da administração pública da província paulistana no que se referia à higiene e à saúde.

Práticas como enterrar ou jogar animais domésticos mortos nas margens dos rios, despejar lixo e excrementos das casas ou lojas comerciais ou restos dos matadouros nos rios, realizar rituais de umbanda e candomblé dentro dos rios, entre outros fatores, fizeram com que suas águas se tornassem inapropriadas ao consumo. Passaram a ser disputadas as águas dos chafarizes, das fontes, das caixas e barris-pipas, que não enfrentavam as práticas anteriormente citadas.

Além desses problemas, as moradias da população em geral eram péssimas, devido aos defeitos das construções, como, por exemplo, nos alicerces das casas, o que gerava umidade e a proliferação de fungos e bactérias, e também nas instalações sanitárias. Esses problemas também eram encontrados nas casas daqueles que tinham melhores condições financeiras (Bruno, 1984, p. 19).

As doenças mais comuns naquele período eram a malária, também chamada de impaludismo; a varíola, também conhecida como epidemia de bexigas, porque os porta-

dores ficavam cheios de bolhas pelo corpo; a febre tifoide; a lepra, também chamada de morfeia, ou mal de Lázaro; o tifo; a difteria; a escarlatina; a meningite; a tuberculose; entre tantas outras, assim como as doenças mentais, psíquicas e sexualmente transmissíveis, que preocupavam tanto os médicos como a população em geral (Bruno, 1984, p. 19).

Muitos imigrantes traziam consigo, além das malas com os seus pertences, vírus, bactérias, parasitas e muitas outras enfermidades. Desembarcavam no Brasil com muitos males de saúde, o que gerava mais um agravante diante de tantas dificuldades que precisavam enfrentar. Muitas dessas enfermidades eram adquiridas nos navios, devido às péssimas condições de higiene, à alimentação precária, ao cansaço dos longos dias da viagem, que deixavam o organismo de homens, mulheres, jovens, velhos e crianças debilitado.

Miriam Halpern Pereira (1981) destaca que a imigração portuguesa para o Brasil passou a ser conhecida como “corrente de suicídios”, devido ao elevado número de portugueses mortos nesse percurso, desde o embarque até sua fixação, em razão de todas as mazelas descritas acima. Os seus estudos denunciam as enfermidades incuráveis, como também a mutilação de membros do corpo humano, devido aos problemas de moradia e higiene, tanto no que se refere ao espaço urbano como nos limites rurais. Por esse motivo, muitos dos imigrantes portugueses que vinham para o Brasil como trabalhadores rurais e eram dirigidos para o trabalho no campo, passados alguns anos, realizavam o êxodo rural e migravam para as cidades em busca de trabalho. Alguns já possuíam até mesmo reclassificação profissional registrada no passaporte. Muitos homens vieram sozinhos e muitas mulheres desembarcavam viúvas e com os filhos. Ainda havia os jovens e crianças que ficaram órfãos. Todos esses foram solidários uns com os outros.

Um dado interessante constatado foi que, durante o século XIX, a medicina ainda não era uma profissão de status e privilégios como é vista hoje. Também o trabalho médico estava ligado, no período, às atividades braçais, militares e clericais. Esse é um dos fatores de relevância que vai ao encontro do que diz a documentação burilada sobre a condição socioeconômica de um de nossos personagens, que, apesar de ser médico cirurgião e expressar solidariedade aos doentes, também se colocava como imigrante pobre e necessitado, como veremos mais adiante. A busca pelos médicos portugueses presentes na Beneficência Portuguesa nos levou a investigar a formação dos médicos nas escolas e faculdades de farmácia e medicina, para esclarecer o motivo da escassez de imigrantes portugueses no quadro clínico do Hospital São Joaquim. Um dado encontrado nessa pesquisa foi que o ensino médico brasileiro teve suas origens nas escolas portuguesas, conforme descrevem os estudos atuais sobre o tema:

Antes da criação das escolas médicas brasileiras, os interessados em estudar medicina complementavam os seus estudos na Universidade de Coimbra, em Portugal. Com a

chegada da Família Real Imperial ao Brasil, deu-se início ao ciclo universitário, quando foram fundadas as primeiras escolas médicas brasileiras (Bettencourt, 2005).

Os médicos brasileiros, portanto, formavam-se em Portugal, em especial na Faculdade de Coimbra. A primeira Faculdade de Medicina no Brasil foi criada na Bahia em 18 de fevereiro de 1808 e, em novembro do mesmo ano, foi criada a segunda Faculdade no Rio de Janeiro, chamada Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. As dependências dessa instituição localizavam-se em vários endereços na cidade do Rio de Janeiro à época. O ensino e a prática médica no Brasil no início do Império tinham muitas diferenças em relação à atualidade. Para matricular-se em uma escola médica, era necessário apenas saber ler e escrever, ter no mínimo 18 anos e pagar uma taxa de inscrição. Para seguir ao segundo ano, o aluno era avaliado em francês. As aulas teóricas e práticas eram realizadas em enfermarias próprias para esse fim. O exercício da medicina antes da criação das escolas médicas no Brasil era permitido somente aos físicos e cirurgiões portadores de habilitação e licenciados pelo cirurgião-mor do Reino. A atuação dos médicos estava basicamente limitada às atividades de sangria, aplicação de ventosas e cuidado de feridas e fraturas. A medicalização dos pacientes era permitida somente aos médicos formados em Coimbra.

A intervenção no corpo humano nas primeiras décadas do século XIX estava também nas mãos de outros sujeitos históricos, como os cirurgiões-barbeiros, os curandeiros e os boticários.² Estes, em suas boticas, responsabilizavam-se pelo diagnóstico, receituário, preparo e venda do remédio para uma diversidade de males do corpo e também da alma, como eram chamadas as doenças conhecidas hoje como psíquicas e neurológicas. Apesar de algumas semelhanças com o período colonial, as boticas e os boticários, após a independência do Brasil, passaram por algumas modificações, pois, no Império, a profissão de boticário começou a se organizar e, por isso, já em 1839, foram criados cursos oficiais de Farmácia, com duração de três anos, em que os diplomados recebiam o título de farmacêuticos.³ Somente na década de 1990 do século XIX foi criada a Escola Livre de Farmácia de São Paulo. A partir

² Ofício derivado dos apotecários árabes, que mantinham lojas para venderem e administrarem drogas medicamentosas, por volta do ano de 754. Na Europa, as boticas se instalaram no século XII. Vale ressaltar que, no período colonial brasileiro, botica era o nome dado ao local onde se dispensavam as drogas com finalidades medicamentosas. As boticas podiam ser de ordem militar, comercial, hospitalar e religiosa. O padre José de Anchieta foi considerado o primeiro boticário em atividade em terras paulistas. Os curandeiros ambulantes também carregavam consigo uma caixa de madeira chamada botica, contendo ervas, unguentos, raízes, óleos, sementes, grãos, entre outros elementos que, somados aos seus conhecimentos, derivados do âmbito sagrado, propunham atenuar as dores, os males, e realizar curas. Sobre esse assunto, cf. Araújo (2012).

³ Em 4 de abril de 1839, o governo de Minas Gerais fundou em Ouro Preto uma escola para ensino exclusivo de práticas farmacêuticas (cf. Farias Sobrinho, 1973).

do fim do século XIX, houve maior rigor científico em relação à instalação dos cursos de nível superior e suas especialidades. Devido aos avanços dos estudos anatômicos, a medicina foi cada vez mais se separando de outras práticas de intervenção no corpo humano. Assim, foram criadas, ao longo das décadas, na cidade de São Paulo, a Escola Livre de Farmácia de São Paulo, em 1898, a Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, em 1911, a Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, em 1934, a Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de São Paulo, em 1962, e a Faculdade de Odontologia, no mesmo ano.

Em relação à arte de curar, é certo que a botânica ainda não era uma área de conhecimento autônoma, logo se estudavam as plantas com o intuito medicinal: as plantas deveriam ser utilizadas como remédios. Somente em 1814 é que foi estabelecida a disciplina de Botânica na Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, fundada em 1808. O século XIX foi uma época caracterizada pela instituição da medicina em algumas regiões da América portuguesa. No entanto, o que predominava era uma pluralidade de modos de cura e de maneiras de intervir sobre o corpo doente que eram questionados pelos médicos diplomados. [...] A convivência estranha entre os elementos da tradição cultural colonial com as atividades trazidas pelo discurso científico levou a questionamentos sobre assuntos ligados à saúde, como a restrição imposta pelos acadêmicos àqueles que falavam sobre doenças e curas. Somente em fins da primeira metade do século XIX que a medicina se fixou como ciência na sociedade [...] e ocorreu a fundação das faculdades (Didone, 2007, p. 65).

O ensino de medicina e a prática médica sofreram várias mudanças. Em 1812, ocorreu a primeira reforma do ensino médico no Brasil – foi quando o curso passou de quatro para cinco anos. Em março do mesmo ano, a junta de direção médico-cirúrgica e administrativa do Hospital Real e Militar, onde funcionava a Escola Anatômica e Cirúrgica do Rio de Janeiro, inspecionava as aulas ministradas pelos estatutos escolares da Escola de Medicina de Coimbra. Somente no ano de 1828 foi promulgada uma lei deferindo que somente médicos diplomados podiam clinicar. Essa lei aboliu as cartas de licenciamento. Em 1832, o curso de medicina passou a ter seis anos de duração. Com isso, podemos afirmar que muitos brasileiros se formaram em Medicina em meados do século XIX, o que nos leva a retomar o objeto de nosso artigo: os médicos portugueses imigrantes e residentes na Beneficência Portuguesa de São Paulo.

Na busca pelos médicos de nacionalidade portuguesa, a pesquisa encontrou 158 pessoas do sexo masculino com o título de “doutor” antes do nome: cem eram de nacionalidade brasileira, e, no caso de 22 deles, não consta a profissão; 16 eram italianos, dos quais em apenas um caso não consta a profissão; 11 eram portugueses,

e, no caso de quatro deles, não consta profissão. Do total de pessoas, sobre a nacionalidade de sete delas nada consta; um brasileiro era professor; um português era engenheiro; um brasileiro era juiz de direito; um português era advogado; dois brasileiros eram banqueiros; um brasileiro era secretário da Fazenda; dois brasileiros eram advogados; e um outro era político. Havia também um holandês, um inglês, um austríaco e um alemão como médicos. No primeiro momento, a pesquisa se deparou com a dificuldade de encontrar a profissão de cada nacionalidade, porque, além dos profissionais de medicina, as profissões de engenheiro, advogado, delegado, juiz de paz, dentista, professor, arquiteto, entre outras, possuíam e ainda possuem o referido título antes do nome. Foi detectada uma vasta presença de médicos italianos e brasileiros, além das nacionalidades inglesa, holandesa, austríaca e alemã.

Nessa investigação, encontramos cinco nomes de médicos emigrados de Portugal para o Brasil que fizeram parte do corpo clínico do Hospital São Joaquim, da Beneficência Portuguesa, entre os anos de 1859 e 1944: no período imperial, Antonio Manoel da Silva, Joaquim Pires de Albuquerque Jordão e Antonio Maria Bittencourt Rodrigues; e, no período republicano, Alfredo de Almeida Rego e João Areosa de Oliveira Mendonça Cortez. Após encontrar alguns dados sobre os médicos de nacionalidade portuguesa que estiveram presentes no quadro dos funcionários desse hospital, o desafio seguinte foi a escassez de fontes para a reconstrução histórica da contribuição desses imigrantes para o mundo do trabalho como profissionais da saúde. Essas fontes trazem informações sobre os referidos médicos, que executaram os seus trabalhos em diferentes contextos históricos, mas não as apresentam de forma completa em todos os casos. Como descrito acima, três deles no período imperial e dois no período republicano. Apontamos que esses períodos possuem especificidades históricas tanto do ponto de vista médico como também dos pontos de vista político, econômico e social da história do Brasil e da cidade de São Paulo.

Pinçamos agora um pequeno histórico sobre cada um desses personagens, na medida em que as fontes permitiram, preenchendo, por meio da documentação encontrada no Hospital São Joaquim, algumas lacunas.

Antonio Manoel da Silva

Em várias edições do jornal *Correio Paulistano* constam notas sobre o médico Antonio Manoel da Silva. Sua chegada ao Brasil e o desembarque no porto de Santos, com sua esposa e seus três filhos, foram registrados na edição datada de 5 de maio de 1862. O seu endereço residencial também esteve notificado em uma outra edição. O doutor Antonio Manoel da Silva, em anúncios jornalísticos, ofereceu seus serviços como médico, em atendimento gratuito aos pobres, cuidados e remédios àqueles que estiveram nos

campos de batalha da Guerra do Paraguai, e por isso recebeu nota de agradecimento no referido jornal.

Sua atuação como médico no Hospital São Joaquim ficou registrada em uma solicitação que ele fez, oferecendo não somente os seus cuidados como médico, mas também os de sua família, que passaram a cuidar das roupas utilizadas no ambiente hospitalar:

Nessa altura, o cirurgião Antonio Manoel da Silva, súdito português residente nesta cidade de Manoel da Nóbrega, solicita a sua nomeação não só de médico interno e efetivo do vosso hospital, como também empregado de todo o expediente e administração interna da casa, pois tendo adquirido uma prática de seis anos dentro do grande hospital civil do Funchal, durante os meus estudos médicos-cirúrgicos sobre o movimento interno dessas casas de caridade, acho-me habilitado a desempenhar trabalho de tal natureza e bem assim a minha família poderá também encarregar-se das costuras da roupa do hospital, engomados, evitando assim mais empregados que só acarretaria maiores despesas á Sociedade. [...] Declaro-vos que como médico interno e efetivo do vosso hospital prestarei os meus serviços de boa vontade gratuitamente á Sociedade, enquanto Deus me emprestar a vida e assim me remunerar-me-ei pelos outros serviços a meu cargo, como entenderdes e estiver em vossas forças a fim de ter um meio de subsistência para mim e minha família, cumprindo vós ao mesmo tempo também um ato de caridade digno de vossa instituição para com o vosso patrício pobre e pai de família.

A documentação acima citada trata da condição socioeconômica de Antonio Manoel da Silva, que, apesar de ser médico cirurgião e expressar solidariedade aos doentes, também se colocava como imigrante pobre e necessitado, algo muito interessante para nossa pesquisa, pois demonstra que a imigração trazia sujeitos de variadas situações socioeconômicas, mas que se entendiam todos como necessitados.

Joaquim Pires de Albuquerque Jordão

O doutor Joaquim Pires de Albuquerque Jordão estabeleceu residência em São Paulo com sua esposa Tersile Ferreira de Albuquerque. Os jornais pesquisados trazem dados sobre o batizado de seu filho Aníbal, nascido em 8 de março de 1865, e o nascimento de sua filha Eliza, no dia 27 de março de 1867. Também informam sobre sua atuação como médico que doou dinheiro para Cabo Verde, Portugal, que foi associado da Caixa de Socorros do Rio de Janeiro e que esteve na vice-presidência do Hospital São Joaquim, da Sociedade Portuguesa de Beneficência, no ano de 1865.

Seu nome aparece em uma nota de agradecimento por parte do presidente da Sociedade Portuguesa, o senhor José Alves de Sá Rocha, no ano de 1870, anos antes

da inauguração do Hospital São Joaquim, na rua Brigadeiro Tobias, n. 343, que, na ocasião do evento, chamava-se rua Alegre:

Cresce o número de médicos a serviço gratuito da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Além dos drs. Luiz Lopes Batista dos Anjos, Guilherme Ellis e Frederico Borghoff, mais dois novos apóstolos da Ciência este ano nos ofertaram seus valiosos e filantrópico auxílios: os drs. Alfredo Ellis e Joaquim Pires de Albuquerque Jordão. A todos os colaboradores dessa grande obra de benemerência recomenda o presidente José Alves de Sá Rocha: Gravem-se com traços indelévelis na história desta Sociedade os nomes destes verdadeiros patronos da Caridade.

As fontes históricas informam a respeito do doutor Joaquim Pires de Albuquerque Jordão e trazem dados sobre sua atuação e formação como farmacêutico e como médico. Trazem ainda a discussão sobre o conhecimento teórico e científico que os discursos hegemônicos diziam pertencer aos farmacêuticos e aos médicos formados por escolas e faculdades, em oposição ao conhecimento dos antigos boticários, sem formação acadêmica. Naquele período, havia uma íntima relação entre a farmacologia e a medicina, uma especificidade histórica de importante relevância, que foi observada durante a investigação de dados sobre a atuação dos médicos na cidade de São Paulo. As boticas, que aos poucos passaram a ser chamadas de farmácias, denominação que dependia da formação daquele que manipulava, receitava ou vendia os remédios, já faziam parte do cenário cotidiano da província de São Paulo. Numa era conturbada e conflituosa, os boticários, posteriormente chamados de farmacêuticos, estavam entre as várias personagens que se propunham a realizar o ofício da cura e ou do alívio dos males. Alguns deles ganharam fama na segunda metade do século XIX, como Julio Lehmann, cujo estabelecimento se localizava no Largo do Palácio; Manoel Rodrigues da Fonseca Rosa, localizado na rua do Ouvidor; Luiz Maria da Paixão, que atendia no Hospital de Misericórdia; Antonio José de Oliveira, que estava localizado na rua Direita; Gustavo Schaumann, estabelecido na rua São Bento; e Joaquim Pires de Albuquerque Jordão, na rua do Comércio.

Um exemplar do jornal *Correio Paulistano* trouxe uma nota a respeito do regresso do doutor Joaquim Pires de Albuquerque Jordão à cidade de São Paulo. Esse dado explicita que sua formação e especialização como médico estavam vinculadas à cidade de Bruxelas, na Bélgica, e que também era um profissional renomado e experiente na área da saúde.

Antonio Maria Bittencourt Rodrigues

Enquanto a cidade de São Paulo se remodelava, o Hospital São Joaquim também passava por mudanças. Os documentos registram que as modificações foram desde a melhoria dos salários dos médicos e enfermeiros à incorporação de profissionais renomados ao corpo clínico do hospital, como o doutor Antonio Caetano de Campos. Além de acompanhar muito bem o ritmo das transformações da cidade, passou a ser o pioneiro na área da saúde em relação às outras organizações de imigrantes no ramo. Apesar da grande presença de médicos italianos na cidade, foi somente no final do período imperial que houve a constituição da Sociedade Italiana de Beneficência, e, apenas em 1º de janeiro de 1905 essa sociedade pôde inaugurar o seu hospital, chamado Umberto I.

Esse estudo faz interlocuções com a saúde pública na cidade de São Paulo. Isso permitiu reflexões a respeito do ato e do discurso médico vigente. Encontra-se nos discursos médicos da época uma grande preocupação com a higiene e a saúde. Assim, as especialidades médicas higienistas/sanitaristas, além da medicina alienista, tomavam corpo nos estudos da medicina. A Pauliceia medicalizada tornava-se cada vez mais importante. Antes da criação da Faculdade de Medicina na cidade, médicos paulistas partiam para o Rio de Janeiro, para desenvolverem suas teses de doutorado, e voltavam para São Paulo, para exercerem suas atividades. Isso também explica a grande presença de médicos brasileiros no corpo clínico do Hospital São Joaquim.

A área da saúde, no fim do século XIX e início do século XX, esteve marcada pelo discurso da cientificidade. O exercício da medicina devia ser feito com muito rigor, e houve investimento na moralidade da profissão como algo racional. Para essa finalidade, entre outras, foi criada a Inspeção de Fiscalização de Medicina e Farmácia e Verificação de Óbitos, órgão que funcionou com o apoio e a supervisão da Faculdade de Medicina e Cirurgia. A lei que inaugurou a Academia de Medicina e Cirurgia e Farmácia na cidade de São Paulo data de 24 de novembro de 1891. O saber médico passou a normatizar todas as questões ligadas à saúde do corpo humano. As parteiras, os curadores, os ervateiros, os raizeiros, os boticários, os médicos estrangeiros espíritas, os naturalistas e outras categorias denominadas de “curandeiros” passavam a ser enquadrados em legislações policiais sob a denominação de “charlatões”.

O renomado médico Antonio Maria Bittencourt Rodrigues estava antenado ao momento de mudanças, normatizações e cientificismo. O doutor Bittencourt Rodrigues, como era conhecido, participou da fundação da Polyclínica na cidade de São Paulo, inaugurada em 7 de maio de 1896. Já no primeiro ano de funcionamento, a Polyclínica atendeu aproximadamente dois mil pacientes. Com o seu interesse voltado ao desenvolvimento das ciências biomédicas e da saúde pública, o doutor Bittencourt Rodrigues também ofereceu suas contribuições para a criação do Instituto Pasteur.

Inclusive, os estudos dos primeiros casos de hidrofobia (raiva) humana atendidos no início dos trabalhos do Instituto Pasteur foram feitos no consultório do doutor Bittencourt, que esteve ao lado do doutor Ulysses Paranhos em uma campanha para criar uma instituição de combate à raiva.

A atuação do doutor Bittencourt Rodrigues no Hospital São Joaquim aparece no *Esboço histórico da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência em São Paulo*. É possível avaliar, pelos documentos históricos, que os administradores do hospital se preocupavam com o desempenho do trabalho do corpo clínico e das especialidades médicas, que foram cada vez mais diversificadas no campo da cirurgia, da infectologia, da oftalmologia, da ginecologia, entre outras, e procuravam inserir no quadro de funcionários pessoas responsáveis, experientes e dedicadas, como o caso do referido médico. Desde a inauguração, sempre prezaram pelo respeito mútuo entre os colegas de trabalho de todas as áreas dentro do recinto hospitalar, como também pela ética médica entre os profissionais da saúde e pelo cuidado com os seus pacientes.

Alfredo de Almeida Rego

Um acontecimento registrado nas fontes históricas chamou nossa atenção em relação ao mau procedimento do médico português Alfredo de Almeida Rego, que ocasionou a sua demissão no ano de 1911. O médico, que inclusive morava no hospital, foi acusado de deixar suas atividades de lado, passando a ter um comportamento duvidoso, assediando moral e fisicamente enfermeiras, trazendo para dentro do hospital uma amante, dizendo ser ela sua secretária, e uma paciente de seu consultório particular, tendo sido apanhado aos beijos com ela. Nas edições do jornal *Correio Paulistano* podem ser encontradas notícias sobre o médico após a data do ocorrido nas dependências hospitalares.

Residente em São Paulo, na à avenida Rangel Pestana, n. 20, foi sócio colaborador da União Internacional e, apesar do incidente dentro do Hospital São Joaquim, o jornal *Correio Paulistano* trouxe duas notas de agradecimento feitas por Adelino de Oliveira, em que este agradece ao doutor Alfredo de Almeida Rego por seus cuidados. O médico esteve presente em alguns eventos na cidade de São Paulo, como notificado nas edições 17.886, de 9 de maio de 1913, e 18.093, de 2 de dezembro de 1913.

Casou-se em 15 de abril de 1914 com Elisa Leal Fernandes. A cerimônia foi realizada na residência dos pais da noiva, na rua Visconde do Rio Branco, n. 89. O periódico relata sobre os convidados, o cardápio servido e também a viagem de lua de mel, na edição 18.225, de 16 de abril de 1914. Apesar de ter sido demitido do Hospital São Joaquim em 1911, o médico continuou atuante e respeitado na cidade de São Paulo.

João Areosa de Oliveira Mendonça Cortez

A estrutura urbana da cidade de São Paulo foi moldada pela combinação entre a expansão horizontal e a verticalização, para que houvesse acomodação geográfica. Houve intervenções de projetos urbanísticos nas áreas viárias, com a criação de avenidas que abriram espaços para a formação de novos bairros na sequência dessas avenidas e imediações. Nesse sentido, obras públicas continuavam a ser empreendidas, como foi o caso do Plano de Avenidas da gestão de Francisco Prestes Maia (1938-1945).

Nesse contexto, trabalhou como chefe clínico do Hospital São Joaquim o doutor João Areosa de Oliveira Mendonça Cortez, natural de Portugal, filho de João Gomes de Oliveira Mendonça Cortez e de Sarah Areosa Mendonça Cortez. Defendeu sua tese de doutorado, com o título *Contribuição ao estudo de urecemias*, em 1924, dedicando-a aos seus pais e à sua noiva. Teve uma vasta publicação de livros e artigos científicos, tornando-se um médico muito respeitado. O doutor Tharcillo Toledo Filho, médico do Hospital Beneficência Portuguesa, em entrevista concedida para essa pesquisa,⁴ disse que o conheceu pessoalmente e afirmou que o doutor Mendonça Cortez “foi um grande clínico, uma alma muito boa, excepcional”, e que, antes de ser médico, tinha feito Faculdade de Farmácia em Portugal.

O trabalho de pesquisa histórica apresenta a cada nova busca desafios a serem vencidos pelo historiador. Nesta pesquisa, em especial, alguns desafios tiveram a necessidade de ser superados.

O primeiro deles trata da dificuldade de localização de documentos sobre os médicos portugueses devido aos seguintes fatores: muitos médicos foram conhecidos e chamados somente pelo sobrenome, como o caso do doutor Bittencourt Rodrigues, cujo nome completo era Antonio Maria Bittencourt Rodrigues; a grafia dos nomes era escrita de várias formas: doutor Bittencourt, ou doutor Betencour(t); também há o caso dos sobrenomes de origem tipicamente portuguesa – encontramos, por exemplo, dois médicos, o doutor João Barbosa de Barros e o doutor José Barbosa de Barros, ambos brasileiros. Sobrenomes homônimos, entre outros, exigem do pesquisador exímio cuidado no entendimento das fontes e na escrita dos resultados desses cruzamentos na pesquisa.

⁴ Entrevista concedida pelo doutor Tharcillo Toledo Filho, em seu consultório na cidade de São Paulo, em 7 de agosto de 2013, à professora doutora Marcia Barros Valdívia, pesquisadora integrante do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC) da PUC-SP, por nós coordenado.

Referências

- ARAÚJO, Tarso. *Almanaque das drogas*. São Paulo: Leya, 2012.
- BETTENCOURT, Daniela Almeida de et al. *Gazeta Médica da Bahia e o ensino médico no Brasil*. Salvador: UFBA, 2005.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo, v. I e II: Arraial de sertanistas (1554-1828) e Burgo dos estudantes (1828-1972)*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 17.886, 9 maio 1913; n. 18.093, 2 dez. 1913; n. 18.225, 16 abr. 1914.
- CORTEZ, João Areosa Oliveira de Mendonça. *Contribuição ao estudo de uricemias: tese de doutorado defendida na Faculdade de Medicina de São Paulo, Cadeira de Higiene*. São Paulo: Typografia Souza e Braga, 1924.
- DIDONE, Daniela Machado Gonzaga Ferreira. *Saúde, alimentação e medicamentos na província de São Paulo: o olhar de Spix, Martins e August de Saint-Hilaire no início do século XIX* (dissertação). USP, 2007.
- FARIAS SOBRINHO, José Ribeiro. *140 anos do ensino farmacêutico no Brasil – 1832-1972*. João Pessoa: ESZF, 1973.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração – 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo, 1981.

John Brown, Jefferson Davis, Frederick Douglass

100-101

A further volume of essays in the series, *The American South: A History*, edited by Robert Taft, is published by the University of North Carolina Press. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series. It is published in paperback and hardcover, and is available in both English and Spanish. The volume is a collection of essays by leading historians of the South, and is a valuable addition to the series.

Parte V

Cultura e trajetórias em terra estrangeira

produção intelectual de João Assunção
(1950-1970)

Parte V
Cultura e trajetórias em terra estrangeira

1. Introdução

2. O contexto histórico e social

3. A cultura e a identidade

4. A trajetória e a adaptação

5. Conclusão

A experiência libertária de um português na Primeira República: uma análise da trajetória política e intelectual de Mota Assunção (1899-1910)

Angela Maria Roberti Martins

Apresentação

Este texto é parte de uma investigação sobre a experiência libertária de portugueses no Rio de Janeiro entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Militantes estrangeiros, com destaque para os portugueses fixados na cidade, marcaram presença privilegiada tanto nas ações políticas quanto nas atividades socioculturais implementadas pelo conjunto dos libertários, como foi o caso de J. Mota Assunção.

Sua militância entre os anarquistas, apesar de breve, foi densa e polêmica, e sua obra, relativamente vigorosa. O presente texto destina-se a perscrutar a contribuição desse imigrante português para os movimentos de luta política e as mobilizações socioculturais que os libertários entreteceram no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro e, para tanto, toma por base alguns de seus textos, como artigos, livros, poemas,

peças de teatro social, contos e folhetins, de forma a compreender as dimensões de sua militância no momento mesmo de constituição e organização dos movimentos operário e anarquista no Rio de Janeiro.

A experiência libertária do português Mota Assunção pode ser tomada como referência significativa da presença portuguesa no movimento anarquista da cidade. Ela aponta que a contribuição dos imigrantes portugueses para o movimento anarquista no Rio de Janeiro teve grande densidade e seguiu um longo percurso, sendo, por isso mesmo, uma história ainda por escrever.

Dimensões da militância

J. Mota Assunção nasceu em Portugal e emigrou para o Brasil na companhia do pai e de dois irmãos, em 1887, período de crescimento da emigração lusa para o país. Nessa época, levas e levas de imigrantes originários das áreas agrícolas da Europa mediterrânica, que enfrentavam a desagregação da tradicional ordem socioeconômica com o avanço das relações capitalistas no campo, chegavam à América, em geral, e ao Brasil, em particular, fugindo do pauperismo e das ameaças de proletarização (Pereira, 2002, pp. 16-8; Lobo, 2001, pp. 18-9).

O afluxo contínuo de indivíduos pobres provenientes das áreas rurais de Portugal, da Espanha e da Itália tinha relações não só com as transformações ocorridas nas zonas de origem, mas também com as mudanças que se encontravam em curso na zona de destino, sobretudo no mercado de trabalho, projetando a imigração como um feixe de possibilidades (Pereira, 2002, pp. 16-8; Lobo, 2001, pp. 18-9).

As mudanças que se operavam no Brasil com o fim da escravidão e a implantação da República ampliavam a demanda por mão de obra no campo, em substituição ao trabalho escravo, e também nas cidades, onde o trabalho livre crescia, na esteira da expansão dos ofícios urbanos.

O crescimento do mundo urbano e industrial no Rio de Janeiro e em São Paulo logo transformou as duas cidades em centro responsável pela maior parte da produção industrial do país nos primeiros tempos republicanos, e polo de concentração da classe operária em formação, coincidindo com o “processo de imigração em massa que caracterizou a conjuntura 1890-1920” (Menezes, 1998, p. 323).

Mudanças em ambas as margens do Atlântico estimularam o pai de Mota Assunção, o sr. Antonio Mendes de Assunção, a emigrar para o Brasil a fim de fundar uma colônia agrícola no oeste de São Paulo. Embora não fosse agricultor, conseguiu convencer um grupo de patrícios vizinhos a emigrar com ele e seus três filhos homens por meio do processo subvencionado pelo Estado. A mãe de Mota Assunção permaneceu em Portugal, junto com a única filha do casal (Barros, 1917, p. 16). No Brasil, o pai, os

filhos e os vizinhos estabeleceram-se inicialmente no interior de São Paulo, onde Mota Assunção viveu dos 8 aos 15 anos.

Como a maioria dos libertários dessa época, Mota Assunção, ou simplesmente Mota, como a ele se referiam os mais íntimos, como Neno Vasco, também português e libertário, não deixou registros especificamente biográficos. São escassas as referências sobre sua trajetória de vida, mas relativamente densas sua obra e sua experiência libertária.

No Brasil, como ele mesmo afirmou, “vi[u] fazer a abolição e vi[u] fazer a república”; estudou em escolas brasileiras, casou-se com uma brasileira e teve filhos brasileiros, mas nunca se esqueceu de que nasceu em Portugal. Na capital do país, começou a vida exercendo a atividade profissional de condutor de bonde, ocupação em que a presença portuguesa era expressiva, tornando-se posteriormente operário tipográfico e, na sequência, linotipista, ficando ligado à composição mecânica de jornais.

Foi no Brasil, portanto, que Mota Assunção se tornou homem, trabalhador gráfico e militante anarquista. Desde jovem, já no Rio de Janeiro, envolveu-se com os movimentos operário e anarquista, que se afirmavam naquele contexto de expansão das relações capitalistas no Brasil. Ainda que fosse lento, esse processo de expansão permitiu a formação e a ascensão de uma burguesia e o aumento quantitativo do proletariado, definindo, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, os contornos da chamada *questão social*. Gradativamente, o estabelecimento desse campo de forças sinalizou a necessidade de organização de formas de ação das classes trabalhadoras. Tornou-se inevitável a aproximação entre esses grupos e o ideário anarquista, reforçado no país pela presença cada vez mais significativa de imigrantes, muitos dos quais inseridos nas atividades comerciais, no setor de serviços e em oficinas, engrossando as fileiras de um proletariado emergente e miserável.¹

Eram péssimas as condições de trabalho na época, marcadas por longas jornadas, salários baixíssimos, riscos permanentes de acidente, superexploração, padrões de disciplina e de vigilância rígidos e sistemáticos, ausência de garantias e de formas de proteção, forte exploração da mão de obra feminina e uso intenso da força de trabalho infantil. A precariedade que caracterizava o mundo do trabalho mantinha correspondência direta com o cotidiano do trabalhador nacional ou estrangeiro fora do espaço da produção (Hardman e Leonardi, 1991, p. 136).

Os níveis salariais baixos contrastavam com o aumento do custo de vida, em especial, com a alta constante dos gêneros alimentícios e dos aluguéis. O precário poder de consumo refletia-se no deficiente padrão alimentar e na insalubridade da maior

¹ A oposição fundamental que existe entre a burguesia e o proletariado ainda não se explicitava de maneira formal no Brasil no início do século XX, havendo, isto sim, uma grande projeção econômica e política dos proprietários rurais no poder da República. Burguesia e proletariado estavam no seu *vir a ser*, num processo de formação resultante dos próprios conflitos vivenciados.

parte das moradias. As deficitárias condições de saúde e higiene, assim como o difícil acesso à educação e até mesmo ao lazer, selavam o drama da existência operária no período de sua constituição social e cultural.

Limites bem definidos circunscreviam as possibilidades de sobrevivência das classes trabalhadoras que, de alguma maneira, se inseriam no mercado de trabalho. Mas, para além dos empregos relativamente estáveis, achavam-se outras expressões de precarização das relações de trabalho: os subempregos, os biscates, o trabalho doméstico. Havia ainda os que se encontravam desempregados, recorrendo à mendicância e a outras estratégias de sobrevivência, como as atividades ilegais (Menezes, 1996, p. 51).

Esse contexto de dificuldades agitava a capital federal, embalava o movimento operário em geral e fermentava a militância anarquista, em particular. Por intermédio da “organização de grupos, publicação de jornais, boletins, panfletos e livros, [...] conferências, comícios, agitações populares [e] ativa participação no movimento operário” (Leuenroth, s. d., p. 105), o anarquismo, nas suas diversas orientações, expandiu-se no país, tornando-se, nas duas primeiras décadas do século XX, a corrente de maior penetração no interior do movimento operário (Côrtes, 2006, p. 50; Addor, 2009, p. 13). Muito cedo, portanto, passou a incomodar os poderes estabelecidos, atraindo, por conseguinte, a atenção policial.

O anarquismo, nas suas ideias e ações, não podia ser tomado como um corpo único e invariável, uma vez que se projetava no tempo e no espaço de maneira bastante diversificada. As várias correntes anarquistas surgidas ao longo do século XIX apresentavam diferenças quanto a alguns preceitos teóricos e a determinadas estratégias de ação, mas tinham como ponto em comum a defesa incondicional da liberdade e a negação do princípio da autoridade, com destaque para o Estado, maior inimigo dos libertários. Da mesma forma, criticavam ardentemente o poder em todas as suas instâncias, indo além da relação entre Estado e indivíduos e tentando atingir os poderes pequenos que se manifestavam nas relações cotidianas entre homens e mulheres, professores e alunos, pais e filhos, médicos e pacientes (Biajoli e Vieira, 2008, p. 200).

No movimento anarquista, é possível perceber a presença de Mota Assunção desde a última década do século XIX. Ao lado de outros companheiros, figurou entre os primeiros militantes no país. Em sua “Página de saudade”, Everardo Dias, na obra *História das lutas sociais no Brasil*, apresenta uma relação dos “primeiros propagadores, organizadores e militantes socialistas e sindicalistas no Brasil”; nela se encontra o nome do operário gráfico Mota Assunção por sua atuação nas lutas travadas (Dias, 1977, pp. 317-8).

Ao longo dos dez anos em que militou no movimento anarquista, Mota Assunção colaborou intensamente em quase todos os periódicos editados no eixo geográfico Rio de Janeiro–São Paulo, nas décadas finais do século XIX e anos iniciais do século XX. *O Despertar*, considerado o primeiro jornal anarquista a circular no Rio de Janeiro, assim

como *O Protesto* e, depois, *A Greve*, contaram com sua participação ativa e decisiva. *O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*, lançados em São Paulo, também são exemplos não só da sua prática libertária, posto que colaborava com essas folhas, mas da crença que compartilhava com os companheiros em exercer a crítica social, propagar as ideias libertárias e lutar pelo ideal anarquista.

Mota Assunção estava com 20 anos quando, em 1899, fundou o periódico *O Protesto*, tornando-se um dos seus principais redatores. Inicialmente, a folha definia-se como “periódico comunista livre”, transformando-se, a partir do sétimo número, em “periódico anarquista”. Da mesma forma, nos dois últimos números, seu nome não aparecia explicitamente como diretor, mas como gerente da folha, sob um dos seus pseudônimos: J. Suvarine.

Na primeira edição de *O Protesto*, lançado a 16 de outubro de 1899, em uma espécie de editorial intitulado “Nossa conduta”, a Redação informava:

Quando os trabalhadores se encontram a braços com a miséria, atravessando uma existência de angústias e privações, oprimidos e amesquinados por uma ordem social que há quase vinte séculos os tem transformado num instrumento servil e desprezível, sem direito de gozar nem viver, enfim, numa máquina de carne, de fácil reprodução; para assegurar a uma diminutíssima classe de privilegiados todos os gozos e regalias de bem-estar e conforto, [...] o protesto e a rebeldia contra esta sociedade corrupta, perversa e iníqua, que consiste em o trabalhador sucumbir de fome, ao lado do parasita que arreventa de indigestão, é mais do que dever, é uma necessidade.

Na sequência do artigo, que incitava à revolta e à rebeldia, a folha informava ainda que se batiam “por um ideal muito mais generoso e muito mais perfeito, pelo ideal que há de redimir a humanidade da escravidão econômica, que é o sustentáculo de todas as outras escravaturas: pelo ideal libertário, pelo ideal anarquista” (*O Protesto*, 1899, p. 1).

Na experiência do jornalismo, Mota Assunção participou, ainda, dos periódicos anarquistas *Asgarda*, pequena revista internacional dedicada às ciências e às artes, que lançou uma única edição, em 1902; *O Trabalhador*, quinzenário que circulou na capital federal em 1903; e *Emancipação*, órgão da Liga das Artes Gráficas e do Proletariado em Geral lançado em 1904 no Rio de Janeiro (Sodré, 1999, p. 310).

Ao lado de Elysio de Carvalho, que Mota Assunção considerava seu *primeiro discípulo*, foi um dos iniciadores da *Kultur*, “revista libertária de propaganda” editada em 1904, e, ainda, de *Novo Rumo*, em sua primeira fase (1906-1907), editado pelo grupo anarquista de mesmo nome (Rodrigues, 1997, p. 63).

Mota Assunção colaborou, ainda, na folha *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, criado por resolução do Primeiro Congresso Operário

Brasileiro, realizado no Centro Galego do Rio de Janeiro, em abril de 1906. Essa folha, que só foi lançada em 1908, adotou o sindicalismo revolucionário, apostando na ação direta. E dela publicaram-se 21 números, que circularam no Rio de Janeiro entre 1º de julho de 1908 e 9 de dezembro de 1909.

Assunção foi ainda redator do periódico antimilitarista *Não Matarás*, órgão da Liga Antimilitarista Brasileira, criada em 1908. Essa folha foi lançada no contexto em que o governo Afonso Pena (1906-1909) estabeleceu a lei do sorteio militar, espécie de alistamento obrigatório, por iniciativa do então ministro da Guerra, Hermes da Fonseca. A folha teve existência efêmera, sendo fechada pelas autoridades, e todos os seus redatores foram presos por ação da polícia.

Nesse momento, Mota Assunção destacava-se não apenas como um dos organizadores da campanha antimilitarista que envolveu a cidade, mas também como o redator do programa da Liga Antimilitarista Brasileira, texto que ocupou as páginas de vários periódicos, incluindo “órgãos conservadores e militaristas, como o *Pais* e o *Jornal do Brasil*” (Assunção, 1923, p. 99). Colocando-se contra o serviço militar obrigatório, o Estado militarizado e a guerra, Assunção argumentava que o sorteio militar “perturbava as famílias operárias” e que a militarização era contrária aos princípios pacíficos, bem como trazia consequências nefastas para a humanidade, embrutecendo os homens e exigindo vítimas em massa, a maioria formada por jovens. As *bases da Liga* foram baseadas nos princípios “ordeiro e de resistência passiva”, de Tolstói, e se tornaram célebres, assim como Mota Assunção, que recebeu “de toda parte cartas e telegramas de aplauso e com oferecimento de recursos para a campanha” (Assunção, 1923, p. 99).

Em sua ânsia de saber, desde cedo Mota Assunção dedicou-se a estudar o pensamento libertário e acabou aderindo – como ele mesmo afirmou – ao chamado *individualismo anarquista*, ligado às ideias de Max Stirner. Com facilidade, escrevia seus artigos para jornais e revistas anarquistas e redigia livros, contos, poemas e peças para o teatro social, deixando sua marca também nas atividades culturais implementadas pelo conjunto dos libertários (Rodrigues, 1997, pp. 116-8). Assinava seus trabalhos não apenas com o próprio nome, mas também com os pseudônimos de Souvarine, Carrard Auban e Cesar Mendes.

Sobre sua passagem pelo movimento anarquista, Mota Assunção escreveu explicitando um pouco das tensões entre as diferentes orientações libertárias:

É-me indispensável oferecer alguns esclarecimentos acerca da minha obscura pessoa. [...] Dos 20 aos 30, ou seja, de 1899 a 1909, colaborei em publicações anarquistas e socialistas, tendo mesmo dirigido algumas. Mas cada uma dessas designações partidárias envolve uma série de cambiantes teóricas que se hostilizam e combatem com ardor fraternal. [...] A cambiante que obtive os meus sufrágios chamava-se individualismo anarquista, ou

aristocrático, presa às teorias de Nietzsche, Max Stirner, Ibsen e Tolstói e que combatia encarniçadamente o anarquismo comunista, ou revolucionário e democrático, de Kropotkine, Bacunine, Malatesta etc. (Assunção, 1923, p. 94).

Mota oferece um importante testemunho da dinâmica social que envolvia os libertários naqueles tempos do nascedouro da vida militante, quando as correntes político-ideológicas ainda não eram precisas, e os militantes se empenhavam ardorosamente nas discussões e debates das diversas teorias socialistas existentes (Assunção, 1923, p. 94; Dias, 1977, pp. 7-8).

O conhecimento que possuía do pensamento libertário, associado a sua aproximação com o movimento dos trabalhadores, levou-o a ser convidado para integrar a Comissão Redatora do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, no Rio de Janeiro, ao qual compareceu representando, junto com o companheiro Luiz Magrassi, a Liga das Artes Gráficas (Assunção, 1923, p. 96).

No seu livro *Os sicários do jornalismo*, na parte em que se dedica a um “parêntese sobre a minha ação no movimento operário e subversivo”, afirma:

Ao efetuar-se o 1º congresso operário, em 1906, fui um dos delegados e só então, por força das circunstâncias, me enfronhei propriamente na questão operária, que pelo dito congresso foi sistematizada à moda francesa. Assim, pelos acordos tomados, as associações ou sindicatos seriam neutros em matéria política e religiosa, isto é, neutros sobretudo ante as diversas seitas em que se achavam distribuídos os operários e militantes, a fim de que nas greves e constituição dos blocos corporativos essas divergências não fossem motivo de desunião e insolidariedade. Achei tão justo e assimilei tão bem esse método que, ao fim da conferência, apesar dos meus fracos dotes oratórios, fui designado para, na sessão de encerramento, que se fez no teatro Lucinda, expor ao público os resultados do congresso (Assunção, 1923, p. 96).

Ao que parece, Mota fazia uma diferença entre o movimento social e o movimento operário, referindo-se a este último como *subversivo*, provavelmente pela presença atuante dos “partidários do anarquismo insurrecional”, cujo “finalismo e métodos [ele] condenava”. O fato é que seu envolvimento com os temas debatidos nesse congresso, sua *opinião moderada e conciliadora*, levaram-no a certa proeminência, que teria outras oportunidades de experimentar (Assunção, 1923, p. 97).

Interessado em literatura, Mota Assunção escreveu alguns livros, dentre os quais se destacaram *O sorteio militar*, *Os sicários do jornalismo* e *Origens e ortografia da língua portuguesa*. Este último mereceu elogios de críticos como João Ribeiro, que o considerou “bem pensado e bem escrito; um subsídio precioso para fixar, definir e resolver o

problema”. Na mesma perspectiva, Monteiro Lobato apresentou uma crítica positiva, afirmando que o livro “representava o bom senso na importante questão”. E, ainda, Fábio Luz, que também militava entre os anarquistas, considerou o livro “um magnífico estudo” (Rodrigues, 1997, pp. 116-8).

Assinando com o pseudônimo Suvarine, publicou em *O Protesto*, na edição de maio de 1900, um poema em que cantava em versos a anarquia como *salvação*; o princípio de um mundo outro, mais justo, mais livre e, por isso mesmo, mais feliz, segundo os libertários:

Rimando

Entre brumas tenebrosas,
Com ímpetos de ansiedade,
Despontam gloriosas
As flechas da Liberdade!
Alerta! Alerta, operários,
A redenção, a alegria,
Encontraremos em breve
Nos braços da Anarquia! (Brasil, 1900, p. 4).

No elenco de atividades exercidas por Mota Assunção no âmbito da militância libertária, encontra-se, ainda, sua inserção no teatro social. Como admirador do dramaturgo norueguês Henrik Ibsen, traduziu sua peça *Um inimigo do povo*, a qual dirigiu e levou à cena.² Inspirado na obra de Ibsen e sua contribuição para renovar a escrita teatral, escreveu a peça *O infanticídio*, drama social em cinco atos que encenou com o Grupo Dramático Teatro Social, do Rio de Janeiro, em 1906 (Lemos, s. d., p. 22).

Tornando-se diretor e editor desse grupo teatral, passou a trabalhar junto com o teatrólogo Mariano Ferrer, em 1907, levando à cena no ano seguinte o drama social em três atos, de sua autoria, *O exemplo*, peça “que foi exibida no Rio, em Santos e provavelmente noutras partes, pois dela se tiraram algumas cópias” (Assunção, 1923, p. 81). Tempos depois, essa peça teve seu título mudado pelo autor, passando a se chamar *A desforra dos vencidos* (Assunção, 1923, p. 82).

A *Voz do Trabalhador*, na sua edição de 15 de agosto de 1908, apresentou um comentário sobre uma festa realizada no Centro dos Sindicatos, cuja programação estabelecia uma conferência de Carlos Dias sobre o *teatro revolucionário*, seguida “da

² Henrik Ibsen (1828-1906) renovou o teatro moderno na medida em que rejeitou a encenação de um mundo idealizado, preferindo os dramas íntimos comuns à maioria das pessoas.

estreia do drama em três atos do camarada Mota Assunção – *O exemplo*”. Sobre o texto representado, o jornal trouxe o seguinte comentário:

O enredo da peça está inspirado no movimento grevista de tecelões que aqui teve lugar em 1903. A obra, em conjunto, é muito interessante e bem elaborada, tem cenas cheias de vida e realidade. [...] O 1º ato tem diálogos que resultam um pouco pesados e o final parece-nos um tanto ilógico (Lemos, s. d., p. 22).

Para criar esse texto dramático, Mota inspirou-se na greve de vinte dias ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1903, da qual participaram milhares de trabalhadores da indústria têxtil. Nessa greve dos tecelões, o próprio Mota Assunção foi preso “sem causa definida”, “acusado de ser anarquista”. Trabalhava então como compositor das oficinas do jornal *Correio da Manhã*, mas declarou ter sido preso por tentar “organizar uma sociedade de empregados no tráfego de bondes”, denunciando o tenente Linhares “como responsável pelo equívoco de sua prisão” (Azevedo, 2005, p. 149). Na sequência desse movimento grevista, houve também uma grande greve geral convocada pela Federação dos Trabalhadores em Tecido. Por sua repercussão, ambos os movimentos foram considerados inéditos no país até então (Dulles, 1977, p. 26).

Inspirado nesses conflitos, o drama *O exemplo* trata da atitude do que Mota chama de *jornalismo pirata* diante das greves, a partir do movimento de personagens que “agem e pensam estritamente de acordo com a psicologia e a ética normal das classes a que pertencem” (Assunção, 1923, p. 82).

O drama conta a história dos operários de uma fábrica de tecidos que se declaram em greve. O patrão está inclinado a ceder às reivindicações, uma vez que sua filha Laura, que é “doutora, escritora e simpática ao socialismo, sendo colaboradora do *Diário do Povo*, que defende calorosamente os grevistas”, apoia os operários em greve, colocando-se a favor do movimento. O padre Nicolau, porém, que é irmão do proprietário, alerta-o sobre o “mau exemplo que dará com tal procedimento” e o incentiva “a entender-se com o diretor do referido jornal a fim de fazer cessar a greve pela derrota dos operários, embora satisfaça depois, aos poucos, as suas reclamações”. Apesar dos protestos e das críticas de Laura ao tio padre pela ideia, o industrial e o jornalista entendem-se, e o jornal volta-se contra os operários, inventando que “quatro ou cinco famigerados anarquistas expulsos da Argentina e da Europa [...] estão, com essa greve, procurando arruinar um dos mais florescentes ramos da indústria nacional” (Assunção, 1923, pp. 82-4).

Nesse enredo, Mota Assunção teve a oportunidade de tocar em temas tantas vezes explicitados e discutidos pelos libertários. Indiretamente, tratava da aliança entre capital e igreja, manifestando seu anticlericalismo. Da mesma forma, tocava na questão

da emancipação da mulher, ao associar Laura à racionalidade e à independência, projetando a personagem, possivelmente, como exemplo a ser seguido pelo conjunto dos trabalhadores, em geral, e pelas mulheres, em particular. Diretamente, acusava a imprensa de manipular a informação, afirmando como verdade “a mentira mais impudente e inverossímil”, e de contribuir para a construção do estereótipo do “anarquista estrangeiro e perigoso” a ameaçar o país (Assunção, 1923, pp. 84-5).

Muito crítico e preocupado com a qualidade do teatro social, Mota Assunção alertava os companheiros e se levantava contra a monotonia do repertório, solicitando a criação de obras novas, mais adequadas às mudanças do tempo, ao dizer: “Vocês não sabem sair desse carrancismo. [...] Vocês estão ainda dominados pela velha concepção cênica de Deus e do Diabo, e não compreendem nada fora desses dois tipos opostos” (Vasco, 1907, p. I).

Mota criticava, na verdade, o que chamava de “romantismo revolucionário e operário, que faz do burguês um vampiro de sangue humano e do grevista, um abnegado mártir da família e do ideal”, dentro de uma concepção maniqueísta e a partir da luta permanente do Bem contra o Mal; dos explorados contra os exploradores.

Outro texto dramático escrito por Mota Assunção, em 1907, foi *O infanticídio*, um drama social em cinco atos, cuja ação se passa no Rio de Janeiro. Inspirado na literatura realista, o enredo trata corajosamente de um tema que mobilizava “de maneira especial a atenção dos médicos na primeira metade do século XX”, bem como provocava “diversos debates jurídicos”, sendo “descrito pelos agentes da lei como o mais perverso comportamento possível para uma mulher” (Rohden, 2003, pp. 47 e 155).

O drama escrito por Mota pode ter sido inspirado em situações concretas, das quais a cidade sabia e as quais a imprensa noticiava, a exemplo do caso de Delmira Maria da Conceição, uma moça de 18 anos, solteira, que foi denunciada pela patroa (Rohden, 2003, pp. 47 e 155).

Usando de toda “a sua ironia tremenda, satânica e voltaireana” (*A Vanguarda*, 1911, p. 1), Mota chama a atenção, no texto, para o fato de que a punição do infanticídio era a mais revoltante das injustiças, sendo a mulher que o praticava uma vítima da sociedade. Pedia a compreensão dessa ação humana no contexto de uma sociedade autoritária, excludente e hipócrita, que era a verdadeira responsável por crimes dessa natureza. Essa peça teve grande repercussão, sendo inclusive traduzida para o italiano.

Ainda em 1908, Mota Assunção lançou *Vozes do céu*, uma comédia em dois atos que contemplava a perspectiva anticlerical, colocando em questão a confissão e o celibato. O enredo da comédia denunciava o dispositivo da confissão como meio de o padre obter informações sobre os fiéis, a fim de utilizá-las em proveito próprio (Oliveira, 2008, pp. 68-9). Baseando-se na imagem emblemática do vigário devasso

que seduzia mulheres, entre elas, as viúvas, o autor sugeria que a sexualidade era uma matéria privilegiada da confissão.

Além disso, em tom profano, o autor colocava em dúvida a abstinência sexual de figuras bíblicas, como Maria, a mãe de Jesus, e o próprio Jesus, confrontando os ensinamentos da igreja católica, que pregavam a castidade dos santos (Oliveira, 2008, pp. 68-9). Recorrendo ao uso da sátira como eixo privilegiado de argumentação na luta anticlerical e antirreligiosa, Mota Assunção parecia empenhado em dessacralizar e degradar o clero, no intuito de minar o poder clerical, o sistema católico e a tradição religiosa (Martins, 2012, p. 89). Entre dezembro de 1909 e janeiro de 1910, a comédia *Vozes do céu* foi publicada como folhetim na “folha anticlerical de combate” *A Lanterna*.

Da mesma forma como se imiscuiu no teatral social como dramaturgo, diretor e crítico, Mota Assunção dedicou-se a escrever contos, dentre os quais se destacou “Na morgue”, publicado na revista *Kultur*, em março de 1904. Trata-se de um registro da miséria urbana por meio de um texto de cunho social que explicita “o trágico e desgraçado fim de dois indivíduos”: uma pobre prostituta e um desventurado solitário, ambos *amigos* do narrador (Prado e Hardman, 1985, pp. 93-7).

Na narrativa concisa, porém repleta de dramaticidade, de “Na morgue”, Mota Assunção centrava a atenção em um único ponto de interesse: a sorte dos condenados que a sociedade rejeitava, vítimas de uma existência dolorosa. Em um fragmento do conto, publicado pelo jornal *A Vanguarda*, pode-se ler: “Luís havia sido encontrado morto no quarto em que morava sozinho, não se sabendo ao certo que gênero de morte o vitimara. E a Clélia, esfaqueada, fora retirada do seu leito mercenário, onde algum desgraçado a assassinara para roubá-la”.

Sensibilizado, pôs-se o narrador a caminho da morgue, verdadeiro “depósito mortuário”, onde se encontravam jogados os cadáveres de seus amigos, enquanto refletia acerca da miséria urbana e dos preconceitos que sufocavam os “abandonados e enjeitados pela sociedade”, “condenados de antemão a uma existência errante e dolorosa” (1911, p. 1).

Adepto da leitura e demonstrando considerável erudição, Mota Assunção também se dedicou a realizar algumas traduções de livros e folhetos que eram constantemente oferecidos aos leitores das folhas operárias de tendência libertária. Entre essas traduções, a que fez do romance *Os anarquistas*, do pensador, escritor e poeta anarco-individualista John Henry Mackay, foi decisiva para o seu rompimento com os libertários.

Corria então o ano de 1908 e a greve do gás não era o único evento a agitar os trabalhadores e os meios libertários. O aparecimento da tradução que Mota Assunção fez do livro de J. Mackay foi bombástico entre os militantes, opondo, mais uma vez, o militante português e os companheiros mais radicais, por ele chamados “os comunistas”. A obra era uma espécie de *romance de costumes revolucionários* ambientado no

fim do século XIX, “com a descrição dramatizada dos bairros operários de Londres e da execução dos Mártires de Chicago”. Além disso, colocava “em foco e confronto as diversas escolas socialistas e anarquistas” (*A Vanguarda*, 1911, p. 5). A obra, portanto, era “uma crítica cerrada ao comunismo anarquista”, mostrando-o como um martírio “tão triste e tão inútil como fora o dos primeiros cristãos” (Assunção, 1923, p. 103).

O mal-estar provocado pelo aparecimento dessa tradução de *Os anarquistas* selou de vez o afastamento de Mota Assunção dos círculos libertários. A partir de então, direcionou sua militância para o grupo dos socialistas, chamados reformistas por sua estratégia gradualista, que “privilegiava o campo da política institucional” (Addor, 2009, p. 22). Mesmo atuando em outras frentes, Mota Assunção não se desligou das questões propriamente sociais que marcavam o mundo do trabalho nesse período e mobilizavam sua potencialidade.

Considerações finais

A experiência libertária de Mota Assunção foi variada, intensa e agitada. Na vida militante, lançou mão da *propaganda pela palavra* como estratégia privilegiada de combate social e luta pelo ideal libertário. Por meio de artigos, livros, contos, poemas, peças de teatro social, contribuiu para integrar os amplos circuitos – escritos, orais e visuais – que os anarquistas utilizaram como forma de melhor atingirem as camadas exploradas e oprimidas.

Enquanto atuou, Mota Assunção foi um exemplo da vida militante no seu nascedouro, manifestando propostas de resistência, vontade de solucionar problemas sociais e desejo de inaugurar um novo tempo, apesar de ser declaradamente “contra a violência e a insurreição” (Assunção, 1923, p. 101). Teve uma trajetória agitada, como tantos outros companheiros estrangeiros e brasileiros. Por sua prática libertária, algumas vezes foi preso, sempre acusado de ser “anarquista, estrangeiro, perigoso”. Mesmo quando se afastou do movimento por divergir da radicalização das ações, continuou a ser visto com desconfiança em seus encontros e desencontros com o elemento nacional. E, como escreveu o companheiro socialista Ulysses Martins, “Mota soube fazer de sua pena a espada acerada no combate à sociedade” (*A Vanguarda*, 1911, p. 1).

Referências

- ADDOR, Carlos Augusto. “Anarquismo e movimento perário nas três primeiras décadas da República”. In — e DEMINICIS, Rafael (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, v. 2.

- ASSUNÇÃO, Mota. *Os sicários do jornalismo (criminologia – defesa pessoal – sociologia)*. São Paulo: Offic. Graph. Monteiro Lobato & Comp., 1923.
- AZEVEDO, Francisca Lucia Nogueira de. *Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
- A VANGUARDA. Rio de Janeiro, 1911.
- BARROS, Augusto de. *O caso do Correio Português*. São Paulo: [s. n.], 1917.
- BIAJOLI, Maria Clara e VIEIRA, Priscila Piazzentini. “Em busca da beleza no viver: diálogos possíveis entre a Antiguidade e o anarquismo contemporâneo”. In RAGO, Margareth e FUNARI, Pedro Paulo (orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.
- CÔRTEZ, Alex Sandro Barcelos. “Raízes do anarquismo no Brasil”. In DEMINICIS, Rafael Borges e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2006, v. 1.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil – 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEMONS, Regina Célia Souza de. *Cultura operária: o teatro como instrumento de conscientização operária – resultados preliminares de pesquisa no Rio de Janeiro (1870-1920)*. UFF, s. d. (mimeo.).
- LEUENROTH, Edgard. *Anarquismo: roteiro da libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s. d.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MARTINS, Angela Maria Roberti. “O riso e o grito em *A Lanterna*: anarquismo e anticlericalismo (1909-1916)”. In ROSITO, Valeria (org.). *Cidade fundida: tal centro, qual periferia?* Seropédica: Editora da UFRRJ, 2012.
- MENEZES, Lená Medeiros de. “Portugueses sob vigilância: imigração, pobreza e expulsão (Rio de Janeiro – 1890-1930)”. *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, v. 13, jan. 1998.
- . *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- OLIVEIRA, Walter da Silva. *Narrativas à luz d'A Lanterna: anticlericalismo, anarquismo e representações* (dissertação). PUC-SP, 2008.
- O PROTESTO. Rio de Janeiro, 1899.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC / Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PRADO, Antonio Arnoni e HARDMAN, Francisco Foot. *Contos anarquistas: antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros*. Florianópolis: Insular, 1997, v. 3.
- ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VASCO, Neno. “Uma espécie de explicação”. In ASSUNÇÃO, J. Mota. *O infanticídio*. São Paulo: Terra Livre, 1907.

As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res)significação da cultura

Elis Regina Barbosa Angelo

A formação das festas do Divino Espírito Santo: os elos com o passado

Ao longo da história dos açorianos, a festa¹ tornou-se algo significativo em seu cotidiano como forma de sociabilidade, comensalidade e também como uma tradição religiosa, perpetuada até a atualidade na cidade de São Paulo, escolha de muitos dos emigrados dos Açores. Dessas festividades, percebe-se na trajetória bíblica o seu sentido, a partir do surgimento e da manifestação do Espírito Santo, e sua construção simbólica, por meio das passagens que constam no Evangelho. O nascimento de Jesus Cristo e o de João Batista são considerados os primeiros atos que demonstram o surgimento do Espírito Santo, ou suas primeiras manifestações. A vinda do Espírito Santo, a partir

¹ “Expressão teatral de uma organização social, a festa é também fato político, religioso ou simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm, simultaneamente, importante função social” (Del Priore, 2000, p. 10).

da aparição do anjo para Maria, na trajetória de concepção de Jesus Cristo é, para os católicos, o início dos seguimentos religiosos e da crença no Divino.

A partir dessa concepção do nascimento do filho de Deus, inicia-se a construção dos ensinamentos bíblicos e das manifestações do Espírito, que, condicionadas aos ensinamentos católicos, acabam traçando os movimentos pelos quais as representações culturais religiosas vão, ao longo de sua história, sendo elaboradas e reelaboradas.

Sobre a (res)significação das festas religiosas nos Açores e, posteriormente, no Brasil, onde elas encontraram terreno fértil por conta da imigração açoriana e portuguesa, pode-se pensar na sua dinâmica a partir da fé e da transmissão dos atos e sentidos de geração em geração. Dessa forma, procura-se desconstruir os contextos articulados na história dos açorianos da Vila Carrão, que vão da construção da festa nos Açores até a reconstrução do território tradicional nesse bairro e na Casa dos Açores de São Paulo, como uma identificação entre os membros do grupo que, advindos das ilhas, promovem certas continuidades e reorganizações das festividades tradicionais.

A identificação das primeiras construções da Festa do Divino Espírito Santo nos Açores focaliza a compreensão do seu elo social e religioso, ainda vivos nos mais variados espaços reconstruídos historicamente pelo fenômeno imigratório, formando a busca pela gênese dessa manifestação religiosa e cultural a partir de suas mais variadas articulações.

Assim, os estudos feitos sobre essa temática mencionam, em sua maioria, a história da rainha Isabel e de D. Dinis como precedente das intenções contidas na coroação de pessoas durante a festa, fazendo referência à partilha de bens materiais com os pobres. Há também algumas abordagens que relacionam o início das festividades com as celebrações da Idade Média realizadas em agradecimento à terra e à colheita, elementos que, de certa forma, influenciam suas mais variadas reformulações ao redor do mundo, independentemente do sentido ora recriado. Para essa reflexão, parte-se da hipótese de que “a periodicidade da produção agrícola induziu o homem, em determinadas épocas de semeadura e colheita, a congregar a comunidade para celebrar, agradecer ou pedir proteção” (Del Priore, 2000, p. 13).

Essa ideia expressa a formação das comemorações anteriores ao cristianismo, incluindo as festas profanas de culto a divindades protetoras das plantações. “Com o advento do cristianismo, tais solenidades receberam nova roupagem: a Igreja determinou dias que fossem dedicados ao culto divino, considerando-os dias de festa, os quais formaram em seu conjunto o ano eclesiástico” (Del Priore, 2000, p. 13).

Considerando-se a versão que envolve a rainha Isabel, conforme apontado em diversas obras sobre a Festa do Divino, tem-se a sua criação concebida como um benefício aos pobres. Foi instituída pela rainha Isabel, casada com o rei D. Dinis, o lavrador, na cidade de Alenquer, onde foi construída uma igreja em homenagem ao

Divino Espírito Santo, no início do século XIV. Conta a lenda que a rainha gostava de distribuir esmolas para os pobres, especialmente comida. O rei, sovina, passou a proibir à esposa essa prática. Certa vez, quando levava pão aos famintos na rua, ela foi surpreendida de repente pelo rei, que lhe perguntou o que trazia. Temendo a reação do marido, ela respondeu que trazia rosas. Ao verificar, espantado, o rei viu lindas flores. Desse milagre parece ter nascido a tradição de se distribuir comida para todos os participantes nas comemorações do Divino. A devoção se espalhou rapidamente em Portugal e se tornou festa coletiva de grande interesse popular (Bernardes, 2008).

Embora essa iniciativa da rainha Santa Isabel de Portugal, no século XIV, seja indicada como ponto de partida das festividades, “muito antes houve uma confraria em Benaventes, no século XIII, anterior a 1227 e, portanto, a D. Dinis, a cargo da qual estava um budo aos pobres por dia do Espírito Santo” (Etzel, 1995, p. 55).

Há estudos a respeito das festividades que apontam que o início dos bodos² aos pobres se deu entre 936 e 1218, na dinastia dos Ottons, como uma forma de fazer uma genealogia das Festas do Divino:

A festividade do Divino Espírito Santo é oriunda dos Estados alemães, onde, inicialmente, foram praticadas durante a dinastia dos Ottons, e destinava-se a lançar fundamentos de uma instituição que, à maneira de um banco formado de esmolas, acudisse aos pobres nos anos de penúria. E, como os invocantes eram reis, os festejos conservaram aspectos de realeza, o que evidencia que na Idade Média a atenção com os necessitados foi, em determinadas épocas, objeto de cuidados dos governantes e monarcas europeus (Piazza, 1953, p. 34).

Poucos autores destoam dessa linha de pensamento, segundo a qual as festas do Divino teriam se iniciado a partir da coroação de um pobre pela rainha e desconstroem a gênese das manifestações festivas na Europa, criando um panorama da temática na Antiguidade. Ao se considerar a fome como um problema de todas as civilizações e o alimento como a principal questão de construção de rituais, há outra visibilidade dos princípios organizadores da Festa do Divino. Fomes apertadas nos Estados alemães determinaram um dos imperadores da dinastia, Othon, a lançar os fundamentos dessa instituição como banco formado de esmolas para acudir a pobres nos anos de penúria. Da divindade que invocaram, do imperante que tomaria a iniciativa, nasceram os festejos religiosos que a confraria imperial votava ao culto do Espírito Santo nessa quadra do ano, devoção e costume que de lá se propagou pelos Estados da Europa cristã (Várzea, 1985, p. 69).

² “Vodos ou bodos são entendidos como tradicional distribuição de comida aos pobres” (Abreu, 1999, p. 39).

Assim como a questão da fome, que permeia a organização de comemorações dos ciclos agrícolas, era a busca pelo alimento o princípio dos festivais na Antiguidade. Partia-se da sequência das estações do ano para fomentar os festivais, que foram, no curso da história, sendo modificados, com a incorporação de outros elementos e intenções. O cerne dos festejos, contudo, é sempre o mesmo: a comida e a fartura do alimento.

Entre os festivais judaicos, um dos principais era o da colheita que se realizava cinquenta dias depois da Páscoa judaica, correspondendo ao nosso Pentecostes. Enquanto na religião cristã comemora-se a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, os hebreus comemoram a colheita no dia santo que a tradição atribuía ser o dia da chegada dos Dez Mandamentos (Etzel, 1995, pp. 29-30).

Além desses festejos, os romanos e germanos tinham as *maias*³ e *janeiras*, festivais que sobreviveram em Portugal. Esses acontecimentos fazem parte de uma cadeia que mostra que “a organização social portuguesa é toda romana, o que explica essa reminiscência de antigos ritos” (Etzel, 1995, p. 30).

No cristianismo, as mesmas festas recebem outras conotações, seguindo em alguns lugares os mesmos princípios, e em outros, características adaptadas da religião. O chamado “mês de Maria” procurava substituir as festas de Afrodite, nas quais os portugueses penduravam “giestas à porta” para comemorar a fartura e o culto do reflorescimento da terra. As festas do *Divino*, propositadamente comemoradas em maio, tentavam, desde D. João I, em 1385, evitar o paganismo das *maias*, cantadas e dançadas pelas ruas (Del Priori, 2000, p. 13).

Há, no decorrer da história dos festivais em louvor à colheita e à fartura de alimentos, uma influência dos romanos, pois eles “acreditavam em muitos deuses, cada um com sua própria personalidade e características, representando aspectos particulares da vida” (Hill, 2008, p. 45).

A adoração aos deuses fazia parte do universo cotidiano dos romanos, que tinham nas festas o intuito de agradecer às mais variadas graças cotidianas. As *janeiras*, por exemplo, eram festas romanas que Portugal acabou adotando até o cristianismo. Durante a comemoração, os indivíduos iam de casa em casa e cantavam frases de culto ao ano que se iniciava. Ao terminarem a canção numa casa, esperavam que os donos trouxessem as *janeiras*, que eram comidas como castanhas, nozes, maçã, chouriço, morcela, entre outros alimentos. Essa festa acabou sendo chamada de “bom princípio do

³ “As *maias* eram cantigas que a infância festejava na chegada do mês de maio; são recordações festivas com que o povo se congratulava com seus protetores, pondo-lhes giestas às portas e de todo este restos de tão inveterado paganismo. Talvez os costumes tenham persistido de alguma forma, contando-lhes debaixo das janelas. A tradição popular atribuiu esses costumes de lançarem-se giestas pelas portas à memória do que se praticou com a Virgem Maria, marcando-se o caminho da fuga para o Egito com flores e ramos para que se não perdesse” (Etzel, 1995, p. 30).

ano novo” e, em algumas freguesias, os moradores ofereciam aos festeiros chocolates e dinheiro, embora não fosse essa a tradição.⁴

Os festivais trazem a mesma tônica em todas as civilizações, mudando certas características segundo os costumes de cada lugar. O alimento, no entanto, encontra-se no cerne das festas de todos os povos como elemento folclorizado e das tradições profanas. Dizer o mesmo em relação à Festa do Divino, acreditando ser esta uma reconstrução das remotas festividades das colheitas com nova roupagem, é partir do pressuposto de que ela também foi transformada pelo cristianismo. Essa conotação reformula o seu objetivo maior, que é dividir o alimento como ato de fé, bondade, pois a festa em que uma figura imperial coroa um pobre revela alguns traços que, de certo modo, colocam o reinado junto com o povo. A comunhão das festas era uma forma de agrupar elite e povo até o século XVI (Burke, 1989).

Nos Açores, as festas em homenagem ao Divino ainda trazem em seu bojo os elementos da religião, o momento da coroação e a procissão até os impérios,⁵ mostrando algumas articulações com as freguesias nas quais ocorrem. O lado religioso da festa é tido pelos seguidores como único. Eles não veem em momento algum o profano da festividade. “A Festa do Divino tem quatro elementos básicos, o Teatro, a Folia, a Comilança e o Objetivo: Espírito Santo, e, apesar da iniciativa da rainha Isabel, os elementos advêm de antigos costumes”.⁶

A continuidade das Festas do Divino não foi apenas a continuação de uma tradição, mas seu caráter lúdico, intimamente relacionado com o trabalho no campo,

⁴ Na evolução dos costumes, a fim de que o povo abandonasse os festejos das janeiras e maias, instituíram-se procissões que os distraíssem daqueles ritos gentílicos e, todavia, ainda hoje (1873), em algumas de nossas províncias, se não extinguíram contando-lhes debaixo das janelas.

⁵ “Os impérios são construções de um só compartimento, de planta aproximadamente quadrangular, elevadas sobre fundações que as colocam num plano superior ao das outras construções do aglomerado, abrindo-se na fachada através de porta e janela que as ladeiam, por vezes com peitoris de ferro fundido e frontal triangular encimado por um dos símbolos do Espírito Santo – a pomba ou a coroa-pintado, assim como as barras, estas de cores fortes. Têm acesso por escada exterior, nalguns casos de madeira e removível, e o tecto é de duas águas. O interior é ocupado por uma ou mais mesas, alguns bancos ou cadeiras, nichos e altar na parede do fundo” (Duarte e Raach, 2002, p. 3).

⁶ Para compreensão dos elementos apontados, pode-se dizer que “o teatro religioso é prática comum a partir do século XII, ampliando-se nos séculos XIV e XV e sendo retomada com grande interesse catequético pelos jesuítas, ordem que se formou no século XVI (1536). Assim, o teatro introduzido na Festa do Divino era uma prática comum na época da rainha Isabel”. “A folia, já sabemos ter vindo de longe, das andanças boêmias e ciganas da Idade Média, com o elemento lúdico em comum que possivelmente manteve a preferência dos povos pelos séculos afora” “[...] comilança que era também um hábito comum, tanto que, desde o rei D. Manuel (1469-1521), o livro V, Tit. 5, das Ordenações do Reino de Portugal, proibia comesainas dadas aos pobres em benefício dos mortos. [...] A Ordem do Espírito Santo foi fundada em Mompilher nos fins do século XII e, dali a pouco, com bênção de Inocêncio III (papa entre 1198 e 1216), levando por toda cristandade hospitais e albergues para o exercício das misericórdias em os pobres e doentes. Assim, também o culto ao Espírito Santo era corrente na época da rainha Isabel” (Ertzel, 1995, pp. 47-59).

almejava a todo tempo abundância, fartura e novos campos de cultivo. “Estava tudo interligado, abundância no campo e nas festas. A comilança, abundância e alegria foi o clima de expectativa do homem em sua existência durante toda a sua história” (Etzel, 1995, p. 59).

A comilança, uma das características intrínsecas às festas do Divino, mostra-se também atrelada à distribuição de esmolos; é um momento para se fazer todo tipo de caridade, bem como pedidos direcionados para a abundância de qualquer natureza. “Em Portugal continental, a tentativa de incorporar a festa à ortodoxia, despindo-a de seus traços heréticos, data da segunda metade do século XV e prosseguiu com êxito daí por diante” (Cortesão, 1966, p. 200).

Conforme apontado no Arquivo dos Açores em textos sobre as origens da Festa do Divino, “as folias ao Espírito Santo, conquanto pareçam ter tido uma origem *pagã* no druidismo,⁷ ou na superstição grega, todavia elas foram introduzidas em Portugal e nas ilhas dos Açores com maior devoção e piedade” (Portugal, 2010, p. 183). Os druidas,⁸ em que pese a ausência de descrição, são apenas mencionados na mitologia sobre os gauleses, mas alguns documentos atestam essa possibilidade de introdução da festa nas ilhas.

Sobre as primeiras inserções das festividades em Portugal, há também apontamentos que se referem a acontecimentos dessa natureza na França: “Antes de estabelecidos entre nós os Impérios do Espírito Santo, tínhamos as folias denominadas do Bispo Innocente; as quaes também foram solemnizadas em França, e eram anualmente com esplendor festejadas em S. Martinho de Tours” (Langer, 2006, p. 183).

Alguns textos ainda mencionam a lenda da rainha Isabel como principal motivação das continuidades festivas nas ilhas. Segundo alguns pesquisadores, os pioneiros da colonização das ilhas introduziram tanto a fé católica como religião quanto as festas em louvor ao Divino.

Das festividades em homenagem ao Divino Espírito Santo nas ilhas açorianas, tem-se a informação de que foram introduzidas com a colonização e, segundo “um dos primeiros capitães donatários da Ilha de Santa Maria, Pedro Soares de Souza, já ali se

⁷ Respeito à natureza e à crença da imortalidade.

⁸ Segundo Langer, “tudo o que conhecemos a respeito dos druidas vem de alguns textos romanos – sobretudo do *De bello gallico*, de Júlio César – referentes à Gália; sabe-se que houve druidas nas ilhas britânicas, mas os textos que falam deles são muito tardios (Idade Média avançada) ou poucos e curtos; nem a história da igreja de Beda, nem as crônicas dos saxões citam os druidas. Do restante mundo céltico – Europa mitologia sobre os gauleses, mas alguns documentos atestam essa possibilidade de introdução da festa nas ilhas. Sobre as primeiras inserções das festividades em Portugal, há também apontamentos que se referem a acontecimentos dessa natureza na França: “Antes de estabelecidos entre nós os Impérios do Espírito Santo, tínhamos as folias denominadas do Bispo Innocente; as quaes também foram solemnizadas em França, e eram anualmente com esplendor festejadas em S. Martinho de Tours” (2006, p. 13).

faziam estas festividades, contribuindo elle não pouco para o bodo aos pobres; e mais tarde edificaram uma Ermida ao Espirito Santo, que hoje é Parochia” (Portugal, 2010, p. 183).

No que diz respeito à história do Espirito Santo na Europa, cabe observar:

A devoção dos povos pelo Espirito Santo não fôra só em Portugal que levára a sua solemnidade ao mor esplendor. Se uma Santa rainha estebelecêra entre portuguezes os Impérios do Espirito Santo, e as folias; um Rei christianíssimo criára em França uma ordem e milícia do Espirito Santo. Em 31 de dezembro de 1578 Henrique III instituía em França a ordem e milícia denominada do Espirito Santo, para memorar três grandes acontecimentos no dia do Pentecostes a que elle não podia ser indifferente: o seu nascimento; a sua posse da coroa da Polônia; e a sua elevação ao throno da França. A ordem era composta de cem cavalleiros, que usavam de uma cruz de ouro, lançada ao pescoço, e pendente de uma fita azul celeste (Portugal, 2010, p. 183).

Na Ilha Terceira, as primeiras festas partiram da configuração espacial da Vila e se deram aproximadamente no ano de 1492, conforme indica documento acessado no Arquivo dos Açores:

Sabemos que em Angra (sendo ainda Villa) já pelos annos de 1492 se fazia um esplendido Imperio, então denominado dos nobres, tendo uma Ermidínha com a invocação do Espirito Santo, e á porta d’esta davam o bôdo, superintendendo depois nesta festividade a Santa Casa de Misericórdia. Sabemos por documento do anno de 1523 que muitos annos antes deste havia Imperios na Villa da Praia da ilha Terceira com grande bôdo, sahindo o Imperdaor da Casa da Misericordia da dita Villa (Portugal, 2010, pp. 183-9).

Em São Miguel, encontram-se referências sobre as festividades e sobre a construção do Império no ano de 1665, quando em Ponta Delgada foi erigido o Império dos Nobres. Assim:

Em os quinze dias do mez de novembro deste presente anno de 1665, em o Consistório da Santa Casa de Misericórdia, estando em mesa redonda o licenciado Antonio Pacheco Ozório, Provedor, e Conselheiros se propoz pelos votos do Espirito Santo, a devoção que tinham de que houvesse Irmandade em esta cidade, como em todas as ilhas há, e em o Reino, elegendo Imperador, e mordomos e mais pessoas para o tal ministério: e que pediam ao Senhor Provedor, e Conselheiros lhes concedessem licença para na Igreja desta Cauta Casa se fizesse: O que ouvido pelo Provedor, e Conselheiros deram a licença pedida; em fé de que fiz este assento, que assignaram comigo Escrivão João Álvares

Lordelo, o Provedor, Ozório Duarte Neumão Sanches, Manoel Pacheco de Mello, Francisco Rodrigues Carrasco (Portugal, 2010, p. 183).⁹

Alguns pesquisadores mencionam que as comemorações vêm sempre dos antepassados, num processo de constantes transformações, e descrevem-nas como fundamentais para os usos e costumes, existindo sempre a colaboração desconhecida que vem do passado e das origens. As festas dos Açores estão sempre ligadas às motivações sociorreligiosas, em qual se observa um grande conjunto de expressões originárias da linguagem, da música, da dança, do teatro, do artesanato, da culinária, do traje e de outras formas que possam significar os motivos das festas, dos cultos, dos rituais e das práticas devocionais. Assim, os ciclos das festas acontecem para cumprir os seus motivos em honra de santos, datas ou acontecimentos de alto significado social, das razões principais geradoras da consciência do indivíduo como homem (Martins, 1992, p. 1).

Quando fala da configuração da festa nos Açores, o supracitado autor relaciona as festividades aos rituais estabelecidos a partir dos significados pertencentes à religião e à sociedade, nos quais se fazem presentes a devoção, a tradição e os costumes, que advêm dos antepassados, a fim de garantir o respeito aos santos, mas se mantêm diante das relações sociais dos membros da comunidade.

As festas não necessariamente se atêm a fundamentos da Igreja, mas, como sempre foi nas ilhas, estão ligadas ao cotidiano e às dificuldades enfrentadas durante toda a sua história. Percebe-se que, a partir das tradições e de sua trajetória na história dos Açores, as discussões sobre os ciclos¹⁰ do ano nas festividades se entremeiam às formas de participação efetiva dos membros das Irmandades do Divino no cotidiano dos açorianos, bem como suas participações em cada ato de significação da festa.

⁹ Segundo consta no Arquivo dos Açores, esse texto foi extraído de um livro antigo intitulado *Livro dos assentos que se fazem n'esta Santa Casa de Misericórdia para melhor serviço della*, na forma do compromisso feito no ano de 1663, sendo provedor o Exm^o. Sr. Conde da Villa da Ribeira Grande e D. Manuel da Camara. Está o dito documento à f. 18 (Portugal, 2010).

¹⁰ Conforme apontamentos sobre os ciclos das festividades, nos Açores eles se dividem em dois grandes grupos: Ciclos do Espírito Santo e do Touro – que começam em maio, que é o mês das flores e verduras, da alegria, da primavera e da fecundidade da terra, acabando esses ciclos no fim do ano litúrgico católico – e Ciclos do Homem e de Deus – com a sua origem longínqua em Portugal continental, vai com a nossa emigração até os Estados Unidos e ao Brasil. É o tempo de pagamento das promessas e da caridade. Quanto aos significados dos ciclos, o Espírito Santo representa o Espírito; o Touro, os bens materiais; e o Homem e Deus, a união de ambos pela fé. Das manifestações nas diversas ilhas, “o Espírito Santo, em Santa Maria, Terceira e Pico, tem características especiais e momentos muito altos, sendo muito diferentes e variando de ilha para ilha” (ibid.).

Construindo os sentidos e significados da festa nas temporalidades: Brasil e Açores e a herança cultural

Embora as invenções tradicionais sejam algo específico de cada grupo social, algumas modificações acabam sendo feitas ao longo do tempo. As festas do Divino tinham uma dimensão ampla no que se refere à formação dos espaços de alimentação e às quantidades de pães que se faziam nos bodos, o que hoje nem sempre se verifica. Quando se olha para as imagens das festas nas ilhas, a comida sempre se faz presente, principalmente nos bodos. A função se distingue do bodo, que é a representação da dádiva do partilhar entre os pobres, o alimento em fartura.

As procissões eram formadas pelas pessoas comuns que apoiavam as festas. Também eram elas que confeccionavam os pães para o bodo. Todos repartiam o que tinham para participar dos bodos nas freguesias. Em algumas freguesias, a simplicidade deu lugar ao luxo nas festas, que vão se reorganizando ao longo do tempo. As alterações dizem respeito à forma como as festas vêm sendo realizadas em algumas freguesias, e não necessariamente aos seus objetivos. As festividades incorporam elementos oriundos da própria dinâmica cultural.

Na cidade de São Paulo, como forma de reorganização social e cultural, na qual as identidades se fundem, os rituais se transformam e mantêm traços dos antepassados por meio da religião, visualizada no cotidiano dos imigrantes. As festas religiosas, especialmente aquelas realizadas pelos moradores da Vila Carrão, ainda são fundamentadas nos preceitos advindos dos Açores, observados na construção da Casa dos Açores, nos seus espaços, na coroa vinda da Ilha de São Miguel, nos pratos típicos e demais traços culturais visualizados na expressão e significação das festas conhecidas como *dos açorianos*.

Quando recriam as festas em louvor aos santos e, especialmente, em louvor ao Divino Espírito Santo, fomentam, além de suas próprias histórias, a memória de seus antepassados, como forma de garantir que ela viva, mesmo que com todas as incorporações estabelecidas no novo país que os acolheu. A saudade da terra natal é uma experiência situada entre as memórias do passado e os anseios futuros, na qual as memórias estão intrinsecamente associadas ao tempo e ao espaço construídos. Parece haver uma reinvenção dessas memórias como reforço das identidades regionais, que eventualmente se contrapõem até mesmo à identidade nacional (Feldman-Bianco, 1992, p. 35).

Nesse caso, a questão de pertencimento que os identifica é mediada pelo sentido de lugar estabelecido para a casa regional de origem portuguesa, que acaba por participar intensamente da vida dos indivíduos e dos grupos de portugueses que a frequentam. O lugar constrói e influencia, tanto subjetivamente como objetivamente, ligações culturais e sociais, como forma de garantir o elo identitário, o vínculo com o passado, as formas de viver o cotidiano em outras esferas temporais e espaciais. A Casa foi criada

com esse intuito e também como forma de legitimação da nacionalidade, pois, além desse olhar, há a necessidade de vincular-se aos Açores como forma política de manter a instituição.

A criação das associações parte da questão da identificação dos açorianos, pois revela uma construção ou (re)construção da cultura, uma vez que trazem traços de algum lugar, têm histórias, mas também sofrem transformações constantes. Longe de estarem eternamente fixadas num passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo *jogo* da história, da cultura e do poder.

Apesar de os discursos sobre a construção das Casas partirem, na sua maioria, de uma forma de interação e identificação individual e coletiva, algumas questões podem ser levantadas para se repensar essa premissa, como as possíveis causas que transformam a vida cotidiana e tomam certas dificuldades como elos: “O indivíduo forma a sua identidade não a partir da reprodução da socialização familiar, do grupo de amigos etc., mas sim a partir do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização” (Mendes, 1994, p. 155).

Pensando na legitimação das identidades e na criação de espaços para diminuir possíveis conflitos, a Casa dos Açores de São Paulo, um ícone territorial dos açorianos, é/foi uma forma de sociabilidade que coopera/cooperou para a multiplicidade, de forma a integrar e diferenciar seu grupo dos demais. A ideia de ser açoriano e *irmão* realiza-se em vários planos. Na verdade, cada um desses códigos tem um papel hierarquicamente distinto da composição da pessoa açoriana. Ora ela aparece definida a partir de suas relações com o Espírito Santo e de suas relações de parentesco e vizinhança; ora ela aparece como parte de uma *comunidade étnica* coletivamente individualizada, ao lado de outras comunidades étnicas, no contexto nacional brasileiro. Em seu cotidiano, os açorianos transitam entre esses dois códigos, embora não o façam de modo inteiramente livre, acionando um ou outro de acordo com seus interesses e objetivos.

A proposta de legitimação de forças do grupo também desempenha relevante papel nas ações políticas com o país de origem, seja por meio de apoios financeiros, visitas ao país, cursos efetivados nas ilhas como processos de interculturalidade, entre muitos outros que garantem, de certo modo, um elo institucionalizado. A propósito, o discurso da açorianidade passou por diversas fases, desde a retórica de confronto com o espaço nacional português até a fase global, na qual se inserem todos os grupos que saíram das ilhas em movimentos migratórios distintos (Lacerda, 2003, pp. 57-8).

A açorianidade passa, portanto, a ser um discurso englobante da identidade açoriana, e é nesse período que se pode visar ao crescimento das políticas e programas dos governos regionais voltados para o apoio mais direto às *comunidades de imigrantes*

e descendentes. De toda a construção da cultura açoriana¹¹ e a legitimação das identificações, a festa, sem dúvida, é um dos mais expressivos traços que ligam esses grupos pelo mundo. O trabalho do tempo de festas na Casa dos Açores é um trabalho coletivo, advindo da fé e sociabilidade criadas pelos pares, que se encontraram com um interesse em comum: montar as festas religiosas. Esse, por sinal, é um tempo de fé, alegria e agradecimento à fartura.

Sobre a reconstrução da festa pela comunidade desse espaço, os atos efetivados no ritual e as respectivas modificações, permanências e adaptações ocorridas desde as primeiras celebrações são de fundamental relevância para a compreensão da reformulação no local. Esse elo com o passado faz com que a festa seja analisada como uma representação do grupo, que se constitui na vida política, social e cultural dessa comunidade. “Essa reinvenção da festa caracteriza um importante elemento da pós-modernidade, porque incorpora um aspecto essencial da experiência religiosa – o retorno ao sagrado” (Harvey, 1996, p. 263).

As alterações observadas em decorrência dos processos da imigração luso-açoriana e dos entrelaçamentos inseridos por outros imigrantes demonstram a redefinição das representações culturais ao longo das gerações.

Se um sentido de identidade se perdeu, precisamos de outro. Isso faz com que tornemo-nos cientes de que identidades não são nunca completas, finalizadas. Ao contrário, estão em permanente processo de constituição. São narrativas, discursos contados a partir do ponto de vista do outro (Escosteguy, 1999, p. 196).

Diante desse ponto de vista, os hábitos, os costumes e as tradições construídas e reconstruídas também mantêm um elo com o passado das representações culturais e religiosas por meio da festa, pois permaneceram especialmente por conta das experiências dos sujeitos nas suas práticas.

Nessas representações culturais – nas quais se faz relevante a perspectiva do território demarcado pela comunidade lusa – estão englobados também os açorianos e seus descendentes que vivem nos bairros XV de Novembro e Vila Progresso (extremo leste) da cidade de São Paulo, que participam ativamente da promoção da festa como associados e também dos eventos patrocinados, com a finalidade de arrecadar fundos, promovidos ao longo do ano. Nesse espaço são oferecidos alguns eventos gastronômicos e religiosos, como Bacalhoda, Massa Sovada, Terços do Divino Espírito Santo, Festa

¹¹ A cultura, para os imigrantes, é uma forma de se garantir no mundo. Assim Rocha-Trindade refere-se ao processo de interação como análogo à assimilação, considerando que, nas sociedades modernas, a aventura da emigração é o único caminho para garantir a sobrevivência. O sujeito que entra na nova sociedade toma o processo de assimilação uma necessidade crucial (Rocha-Trindade e Caeiro, 1995).

do Divino, Quermesse da Festa, Cordeiro Assado, Coquetel dos Colaboradores, Aniversário dos Açores, Cozido Açoriano, Revelando São Paulo, Semana Cultural Açoriana, apresentação dos grupos folclóricos, Massa Sovada de Natal, entre outros.

Pode-se afirmar que ocorreram mudanças, permanências, incorporações, adaptações e transformações que, de alguma forma, preservaram alguns dos seus traços mais resistentes ao tempo e ao espaço e também às transformações advindas de cada época. Esses traços, tanto nos objetos materiais como no imaginário e nos elementos imateriais, foram de algum modo preservados, com algumas mudanças que, dentro da própria perspectiva de permanência, podem ser entendidas como qualquer alteração na cultura, sejam traços, complexos, padrões ou toda uma cultura, o que é mais raro. Pode ocorrer com maior ou menor facilidade, dependendo da resistência ou aceitação (Marconi e Presotto, 2001, p. 61).

No que diz respeito às transformações ocasionadas na festa, percebe-se que alguns elementos foram recriados dentro do espaço sagrado: a Igreja, no momento do ritual de coroação e na missa propriamente dita em louvor ao Divino. Nessas incorporações, foram sendo trazidos elementos como o fogo, a água, o ar e o alimento, fazendo menção, de certa forma, ao louvor à fartura, remetendo aos objetivos dos tempos da criação das festas na Europa. O que parece ter se mantido é o sentido que a festa traz aos seus adeptos, significando e ressignificando, em distintos momentos da vida, de forma circular, a essência da fé e da união do grupo. Assim, o sentido da festa não deve ser pensado como uma quebra ou saída do cotidiano, mas como uma forma de agrupá-los e também de fomentar dons e dádivas.

A festa sintetiza a totalidade da vida de cada comunidade, a sua organização econômica e suas estruturas culturais, as suas relações políticas e as propostas de mudanças. Num sentido fenomênico, é verdade que a festa apresenta certa descontinuidade e excepcionalidade. [...] Mas não pensamos que a soma desses fatos seja determinante para situarmos a festa num tempo e lugar opostos ao cotidiano (Canclini, 1983, p. 54).

Na reflexão sobre o sentido e os significados da festa, verifica-se que, em sua essência, há elementos populares que desempenham uma função social na medida em que se apresenta também como um elo entre o passado e o presente, ao transmitir valores e códigos sociais. Nesse caráter popular, há explicitamente o elo com o passado, composto por símbolos e representações, mitos e ritos que formam o ritual como um todo. Além deste, incluem-se outras formas de relações, tidas como pontos fortes para as inserções e transformações.

Essa relação com outros povos, os fluxos populacionais, as migrações, os contatos interétnicos, as inovações tecnológicas, catástrofes, depressões econômicas e mu-

danças governamentais, entre outros fenômenos de intenso significado que exercem influências sociais, podem levar a alterações significativas na cultura de uma sociedade, incluindo a própria formação, ou recriação, da festa.

Os relatos das pessoas envolvidas nessa recriação do grupo e da festa na cidade traçam, além dos contextos de partida, os de adoção, fundamentais para a compreensão das experiências por elas vividas. A cultura material e seu sentido imaterial se adaptam às configurações temporais e espaciais, não sendo, assim, algo estático, mas algo em constante adaptação e remodelação que, pensando sob a perspectiva das diferenças, ora exclui, ora incorpora elementos em seu bojo, recriando sempre possibilidades de repensar os sentidos e significados aos grupos.

A comunidade descendente de açorianos passou a reconhecer seus traços como diferenciais e necessários para a sobrevivência de suas tradições. Assim, esses sujeitos se diferenciaram pelos seus atos, traços, hábitos e costumes, que fizeram com que os grupos étnicos fossem aos poucos percebendo suas diferenças, passando a valorizá-las na medida em que os outros ressaltaram seus respectivos diferenciais.

A festa, o espaço, os atores sociais envolvidos e a representação cultural pertencente a esse grupo fizeram com que os traços da cultura açoriana, modificados e transformados, mantivessem reminiscências que culminaram com a criação da Casa dos Açores, fundada com o objetivo de reunir o grupo luso-açoriano e lusodescendente.

Pensar na cultura como uma arena de aspectos conflitivos é tentar imergir nos significados do cotidiano desse grupo social, verificando a experiência vivida por cada sujeito, ou pelo menos tentando compreendê-la, sem esquecer a expressão vinculada às suas memórias, na linguagem, nas festas, na religiosidade e na maneira de viver dessa comunidade. Aprender cultura em movimento é uma tarefa complexa e subjetiva, pois tentar visualizá-la e recuperá-la de alguma forma perpassa questões de invisibilidade que tangenciam questionamentos que buscam recuperar algo que não é estático, que não tem contornos definidos e que não tem um fim ou acabamento. “A cultura sem a sua essência apriorística é um processo dinâmico, incessante, de construção e reconstrução de invenção e reinvenção” (Flores, 2000, p. 13).

Nessa abordagem, a própria continuidade dos processos tradicionais pode ter passado por diversas reconstruções, imersas em um movimento dinâmico, repleto de invenção e reinvenção, para chegar ao que se apresenta na atualidade. Especialmente a geração dos descendentes de açorianos que nasceu na década de 1980 parece estar inserida em uma nova estrutura familiar, que não possui os mesmos padrões de educação familiar, religiosa e escolar observados antes entre os imigrantes. Existe, nesse sentido, a preocupação de apreender no tempo e no espaço os significados que as tradições modelaram e que, de certa forma, condensam o indivíduo, o meio e o tempo, que “não flui

uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa” (Bosi, 2003, p. 53).

Nesses padrões e temporalidades, a vida social era entremeada de festas de cunho religioso, nas quais foram se estabelecendo ordens e parâmetros de convivência que, apesar de transformados, recriam de forma circular fenômenos anteriormente definidos. Assim:

A religião era o núcleo firme da convivência, foi ela que impregnou todas as manifestações da vida social. As festas e manifestações religiosas constituíam uma forma de reunião social, sobretudo nas regiões rurais, dos engenhos e fazendas isoladas. O sagrado e profano andavam unidos e juntos. As procissões e as festas religiosas quebravam a monotonia e a rotina diária, sendo, na maior parte das vezes, uma das poucas oportunidades para o povo se distrair e se divertir.

Observando-se as tradições dentro desse contexto, é possível perceber que há um movimento intergeracional que revela um conflito entre a manutenção e o abandono das tradições. Nesse conflito, busca-se interpretar “a transformação, a mudança, o movimento, o interesse em saber como e por que as coisas acontecem, principalmente para descobrir o significado e a direção da mudança” (Wernet, 1987, pp. 24-5).

Assim, percebe-se que, no campo religioso, a festa, tanto no sagrado quanto no profano, é um momento no qual todas as coisas se reconciliam, no qual as sintonias se entrelaçam e as pessoas se reencontram com os outros e os seus. Esse movimento da festa e seus direcionamentos pode ser apreendido como celebração da vida, rompimento do ritmo comum do cotidiano, em que o homem experimenta o tempo mítico da eternidade e da manifestação divina, permitindo-lhe a reconciliação de tudo e com todos.

Nesse sentido, as festas revelam a essência que fundamenta a fé e a fraternidade comunal que alimentam as manifestações religiosas e perpetuam as tradições. Dessa forma, verifica-se que as tradições são plásticas e aceitam inovações trazidas pelo sentido da modernidade.

Referências

- ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- BERNARDES, Juliano. *O divino e o profano: a inserção de novos discursos na Festa do Divino Espírito Santo em Barra Velha (SC)*. Disponível em http://www.larc.ufsc.br/arquivos/divino_e_profano.pdf. Acesso em 12 fev. 2008.

- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. Trad. Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CORTESÃO, Jaime. “O sentido da cultura em Portugal no século XV”. *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugalia, 1966.
- DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- DUARTE; HAACH 2002
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Cartografias dos estudos culturais: Stuart Hall, Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini* (tese). USP-SP, 1999.
- ETZEL, Eduardo. *O Divino: simbolismo no folclore e na arte popular*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1995.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. “Saudade, imigração e construção de uma nação desterritorializada”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 9, n. 1, artigo 35, 1992.
- FLORES, Maria Bernadete. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- HILL, Jonathan. *História do cristianismo*. São Paulo: Rosari, 2008.
- LACERDA, Eugênio Pascele. *O Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade* (tese). UFSC, 2003.
- LANGER, Johnni. “Mitologia e literatura medieval: entrevistas com Hilário Franco Júnior, José Rivair Macedo e João Lupi”. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura, ano 3, v. 3, n. 1, jan.-fev.-mar. 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. *Festas populares dos Açores*. Lisboa: Região Autónoma dos Açores / Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- MENDES, José Manuel de Oliveira. “As identidades sociais como políticas e como estratégias: o caso dos Açores”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Universidade de Coimbra, n. 40, out. 1994.
- PIAZZA, Walter F. *Aspectos folclóricos catarinenses*. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1953.
- PORTUGAL. Arquivo dos Açores. *Antiguidades açorianas: impérios do Espírito Santo*, s. d., v. 1. Disponível em <http://www.arquivodosacores.com/index.php?volume=1&de=&a=&ano=&indice=0&tags=Imp%E9rios%20do%20Esp%EDrito%20Santo&pagina=182>. Acesso em 20 jul. 2010.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz e CAEIRO, Domingos. *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- VÁRZEA, V. *Santa Catarina: a ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- WERNET, A. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851- 1861)*. São Paulo: Ática, 1987.

Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in several paragraphs and appears to be a formal document or report.

Um imigrante português no Brasil: Francisco Manoel Rebelo

Francisco Manoel Rebelo
Sênia Regina Bastos

A trajetória migratória da família de Francisco Manoel Rebelo se inicia na antiga colônia portuguesa na Índia. Nascido em Goa, em 21 de julho de 1890, na cidade de Margão, concelho de Salcete, pertencia à família proprietária do jornal *O Ultramar*. A morte precoce de seu pai e, posteriormente, do avô materno, resultou no retorno para Portugal, em 1911. As dificuldades ali enfrentadas motivaram a divisão do núcleo familiar e a emigração dos jovens rapazes para Angola, Brasil e Moçambique.¹

Esse fluxo migratório se inscreve no contexto de desequilíbrio da economia dos países periféricos a partir da introdução do capitalismo, que “associadas a problemas

¹ Revela também a existência do fluxo dos portugueses estabelecidos nas colônias em direção à Portugal, como se pode identificar na trajetória do fundador do jornal *O Ultramar* (1859), Bernardo Francisco da Costa, que, em razão de sua eleição às Cortes de Lisboa, transferiu ao irmão, o jornalista Antonio Anastácio Bruto da Costa, a direção do jornal, função em que se manteve até o seu falecimento, em 1911, de acordo com Barros (2004).

internos de longa duração ou a crises ocasionais, agudizaram a necessidade da partida” de muitos portugueses (Menezes, 2009, p. 239).

Em épocas diferentes, os irmãos Caetano e Francisco emigraram para o Brasil, por ser considerado, à época, um destino próspero, que oferecia grandes oportunidades aos imigrantes, onde um irmão de sua mãe, Roque Bruto da Costa, já residia.² Embora ambos finalizem suas trajetórias em Recife, Caetano encaminhou-se inicialmente para Belém do Pará, estabelecendo-se com um escritório de representação, e Francisco, com pouco mais de 20 anos, fixou-se no Rio de Janeiro, registrando-se no Consulado Geral de Portugal no Brasil, no dia 18 de junho de 1912.

Jovem e solteiro, o percurso de Francisco Manoel Rebelo se assemelha ao de milhares de portugueses que emigraram para a antiga colônia portuguesa em busca de oportunidades, mantendo fluxos constantes de ingresso no Brasil. Em 1912, 43% dos imigrantes que entram legalmente no país são portugueses (Bastos e Matos, 2009, p. 271) e, no que se refere ao Rio de Janeiro, Menezes (2009, p. 239) aponta um movimento ascendente de ingresso: 1907 – 31.156; 1908 – 46.216; 1909 – 42.763; 1910 – 37.393; 1911 – 72.970; e 1912 – 83.053 entradas.

No que se refere à imigração portuguesa, ressalte-se o caráter espontâneo que caracteriza esse fluxo desde os primeiros anos da colonização brasileira. Até os anos 1950 o Brasil constitui o principal destino dos portugueses e, a partir da década seguinte, em virtude do crescimento sustentado dos países do Norte europeu, passam a se dirigir, sobretudo, para a França, Alemanha e Suíça (Bastos, 2011, p. 455).

Bastos aponta as dificuldades de estudo dos portugueses, pois, em virtude da existência de mecanismos próprios de inserção no Brasil, eles não ingressavam nas hospedarias oficiais. O domínio do idioma e a presença de redes informais de acolhimento lhes conferia certa autonomia para se engajar no mercado de trabalho.³ Acompanhar a trajetória de Rebelo, portanto, fornece pistas sobre a trajetória desses imigrantes no Brasil.

² Apesar de trabalhar no *O Ultramar*, a família aponta as dificuldades de colocação profissional em Goa, o fator motivador da emigração de Francisco Manoel Rebelo. Destacam-se as trajetórias de José Rebelo, que residiu em Lourenço Marques, atual Maputo, em Moçambique, e faleceu em Lisboa em 1979; de Antonio Rebelo, que estudou em Coimbra, morou em Moçambique, trabalhou como juiz em Salcete, transferiu-se para Lisboa, onde foi juiz conselheiro do Supremo Tribunal e onde faleceu em 1966; e de Frederico Rebelo, que foi médico sanitário em Luanda, Angola, e faleceu em Lisboa em 1973. Infere-se que a presença em Lisboa no final da vida resulte das dificuldades de permanência dos portugueses nas antigas possessões africanas, em virtude do movimento de descolonização da África. No caso da Índia, Goa foi integrada à força à União Indiana em 1961, o que também colocou em risco a segurança individual e a permanência dos portugueses no local.

³ No que se refere a São Paulo, as principais fontes dos estudos imigratórios foram produzidas e custodiadas pela Hospedaria de Imigração (Bastos, 2011).

Nessa época, a capital carioca concentrava o maior contingente de portugueses do país e constituía uma referência para a comunidade, atraindo o jovem imigrante, que tinha no comércio sua fonte de rendimentos.

Rebelo transfere-se para a capital pernambucana, onde já viviam alguns membros da família materna, os Bruto da Costa, e, nesse sentido, sua biografia também é emblemática. Para atualizar suas referências de Goa, recebia os jornais *O Ultramar* e o *Herald*.⁴

Rocha-Trindade aponta a ligação afetiva e material que une a comunidade portuguesa, quer com a de destino – materializada pelo envio de remessas, troca de correspondência e leitura de jornais –, quer com a de acolhimento, visto que procuram se fixar na proximidade de parentes ou de patrícios oriundos da mesma aldeia (Rocha-Trindade, 1976; Bastos, 2011). A documentação pessoal de Rebelo evidencia tais ligações (Rebelo, 2011).

Rebelo registra-se no Consulado Português em Pernambuco, em 1º de maio de, 1916, e, transcorridos dois anos, ao emitir um novo documento, informa residir na Avenida Marquês de Olinda, em Recife. É nessa cidade que completa sua formação como contador e, nos anos 1920, casa-se com uma pernambucana de família tradicional.

Rebelo adotou a cidade cortada por rios e conhecida como Veneza brasileira como sua, dedicando-se ao comércio – era proprietário de uma empresa de importação e venda por atacado de insumos provenientes da Europa, especialmente da França, da Inglaterra e de Portugal.

Habitualmente, Rebelo recebia pessoas em sua casa e tinha ótimo relacionamento com a sociedade tradicional pernambucana, assim como com os estrangeiros que ali estavam de passagem ou os que chegavam como imigrantes, oferecendo-lhes o suporte necessário para melhor instalação em terras brasileiras.

A relação de Rebelo com a cidade do Recife e o orgulho de pertencer a esse meio é demonstrado quando se associa, sob o número 174, ao Clube Português, que preserva até os dias de hoje apenas duzentos sócios proprietários. Da mesma forma, destaca-se a sua associação ao Hospital Português, uma demonstração de gratidão pela hospitalidade recebida no Brasil.

Em 1922, o Consulado Português em Pernambuco emitiu o passaporte n. 985, válido por um ano, para que Rebelo pudesse regressar ao Brasil. Desconhece-se o motivo da emissão do passaporte, sequer que ele tenha partido e retornado.

⁴ Publicado em 1900, inicialmente em língua portuguesa, com a denominação *O Herald*, apresentava tiragem diária. Extinto em 1908 com esse nome, amplia suas dimensões, altera a denominação para *Herald* e passa a ser editado em inglês (Barros, 2004).

Os registros fotográficos de Francisco Manoel Rebelo

Rebelo integrava o circuito social da fotografia do período e possuía um grupo de amigos que tinham as câmeras como preferência, tais como Arnaldo de Almeida Alves Brito, Henrique Schoenemberg (alemão dono da Casa Fidanza), Juventino Gomes (Juju) e Luís Guimarães, todos, na sua maioria, feitos no mundo fotográfico, segundo a família.

Criado em 1949, o Foto Cine Clube do Recife organizou diversos salões nacionais de fotografia. Segundo Silva, essas exposições foram indicativas da existência de um circuito social da fotografia no Recife, mesmo que esses fotógrafos tivessem caráter amador:

Esses fotógrafos faziam parte de uma mesma experiência, compartilhada em todo o território nacional, um “movimento nacional das artes fotográficas”, melhor dizendo, de um circuito social da fotografia que não está circunscrito apenas à esfera das grandes cidades, muito embora ele diga de cada cidade específica onde a fotografia foi praticada e tais imagens produzidas: o fotógrafo do Recife nessa época possuía um perfil de profissional autônomo, de funcionário público, de comerciante (Silva, 2007, p. 2).

Em um comunicado publicado no *Jornal do Commercio*, Rebelo é reconhecido como antigo fotógrafo do Recife pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, que também pontua o aspecto documental de suas fotografias, a preocupação com o registro e a qualidade gráfica das imagens; todavia não lhe confere *sentido interpretativo*, como se segue:

O caráter do Recife só agora começa a surgir através da fotografia. Através dos fotógrafos que, ao contrário daqueles de antigamente, preocupados com a fidelidade do motivo e com o equilíbrio gráfico da composição, procuram sentir a poesia dos quadros e das paisagens, a emoção e o romance das cenas vulgares da cidade. Rebelo, Oscar Maia, Lula Cardoso, Ulisses Freire, Jujú, são alguns desses fotógrafos *camera consciouis* que começaram a ver a cidade com o recurso da objetiva de uma máquina. Benício W. Dias e Alexandre Berzin, o primeiro amador e o outro profissional, [...] têm produzido a mais larga documentação da cidade. Documentação sem a forma rígida da reprodução, mas com um profundo sentido interpretativo. O céu da cidade, a linha tortuosa dos arrecifes, as barcaças e lanchas, as massas luxúrias das mangueiras do arrabalde, bem como a vivacidade e a inteligência dos tipos populares, certo mistério de velhas ruas do bairro de São José, tudo isso aparece nas fotografias desses artistas com o seu verdadeiro sentido, com um destaque em certas linhas, em certos preto e branco, de modo a revelar um significado mais real, mais íntimo, que é o próprio caráter do motivo, quer se trate de uma

paisagem ou de um tipo. [...] Dando-nos céus com tôda a riqueza das suas nuvens, [...] que são mesmo do Recife, o céu que a gente conhece, nos arrecifes que são na verdade a paisagem fotográfica, dos versos inflamados do poeta: ‘Recife imenso de pedra, rasga o peito do mar’ (Silva, 2007, p. 3).

O comunicado não apreende a totalidade da produção de Rebelo. Como se verá adiante, o fotógrafo dedicou-se ao registro de paisagens, explorou sua objetiva ao ar livre, quer na área central, quer nos arrabaldes, eternizou os tipos populares e a arquitetura das velhas ruas do Recife, importou-se com a cultura cotidiana e com os acontecimentos não cotidianos da cidade. Desconhece-se, todavia, o exato momento em que Rebelo começou a fotografar; segundo os familiares, “sempre foi um *hobby* e em nenhum momento teve fins lucrativos”.

Ao longo de sua vida, Rebelo reuniu diversos equipamentos e montou um espaço por ele denominado *quarto escuro*, onde manipulava os produtos químicos, o revelador e o fixador dos filmes e dos papéis. Todo o material utilizado era por ele manipulado, tendo buscado informações em livros e com amigos, usando o que havia de mais moderno, segundo os familiares.

Autodidata, atualizava seu conhecimento nas reuniões com amigos fotógrafos e por meio de revistas especializadas, principalmente aquelas que recebia de Portugal e da Inglaterra. Em seu acervo encontram-se exemplares de livros sobre fotografia, os periódicos internacionais *Amateur Photographer* e *Life*, bem como os nacionais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Revista da Cidade*, *Revista P’ra Vocês* e *O Cruzeiro*.

Parte dos registros fotográficos de Rebelo foi realizada nas décadas de 1920/40, época em que os periódicos possuíam fotografias ilustrativas das matérias assinadas por autores consagrados, além de seções de contos, novelas e poesias. A revista *O Cruzeiro* exibia ilustrações ou fotos de monumentos arquitetônicos, atrizes, lugares pitorescos etc., e valorizava a fotografia artística.

No que diz respeito às fotografias, registram basicamente acontecimentos sociais, jogos de futebol, vistas de cidades, recantos desconhecidos do país, atrizes de cinema e misses. A maioria apresentava uma péssima qualidade técnica: pouco nítidas, eram registros inexpressivos que funcionavam como ilustração dos textos ou como testemunho de eventos sociais quaisquer (Costa, 1991, p. 275).

Rebelo participou dos concursos de fotografia realizados, como, por exemplo, o concurso nacional realizado pela revista *O Cruzeiro*, em 21 de fevereiro de 1929. O resultado do concurso, que teve por tema “Fotografias ‘Típicas Nacionaes’”, foi revelado

na edição de 9 de março de 1929, com a publicação de duas fotografias finalistas de sua autoria que concorriam: *Rapadura e queijo* e *Volta da feira*.

Ambas (figuras 1 e 2) revelam a predileção de Rebelo por tipos populares e ações corriqueiras do dia a dia. Nesse caso, o próprio fotógrafo conferiu-lhes uma denominação, o que não se verifica para todas as suas imagens, ao que se infere sua inserção amadora no universo da fotografia.

Figura 1 – *Volta da feira*



Fotografia de Francisco Manoel Rebelo, 1929.

Com o pseudônimo Cachico, a fotografia *Rapadura e queijo* totalizou 85 pontos: “40 de interesse técnico e estético; 30 de interesse jornalístico; 15 de originalidade”, obtendo o primeiro lugar (*O Cruzeiro*, 1929, p. 25).

Figura 2 – *Rapadura e queijo*



Fotografia de Francisco Manoel Rebelo, 1929.

Vale ressaltar que a revista *O Cruzeiro* é historicamente relevante no cenário da comunicação brasileira, por ter sido a primeira revista semanal de circulação nacional:

O Cruzeiro, lançada em novembro de 1928, era uma revista semanal ilustrada. Desde o começo tentou se colocar como um periódico moderno, ‘a revista dos arranha-céus’. Anunciava ser impressa em rotogravura e divulgava orgulhosamente o número de exemplares de cada edição. Contava com muitos anunciantes, tendo sido a primeira revista brasileira de circulação nacional (Costa, 1991, p. 274).

O prêmio na revista lhe rendeu uma matéria de Monteiro de Mello, no *Jornal do Recife*, intitulada “Quadros nossos”:

Francisco Rebelo, um artista pernambucano, da objectiva, vem de alcançar, de uma revista carioca, o primeiro premio n’um concurso em que de todo o Paiz foram tiradas vistas dos costumes locais. *Rapadura e queijo* foi o quadro do premio, sobressaindo outro, *Volta da feira* (1929).

A reportagem acima aponta que a foto premiada tratava de *costumes locais* e, a esse respeito, pode-se adiantar que os costumes tradicionais de Pernambuco figuravam entre as predileções fotográficas de Francisco Rebelo, temática que ocupa parte considerável de seu acervo, entre outras temáticas, como a arquitetura e o trabalho.

Estrangeiro, a arquitetura de Recife despertou sua admiração. Além de contemplá-la, procurou registrá-la em suas incursões, realizadas principalmente aos domingos, em diferentes regiões da cidade: na área central, nos bairros distantes e nos seus arredores, explorando detalhes, realizando estudos, compondo conjuntos com luz e sombra.

Nesse sentido, infere-se que, ao acompanhar as matérias veiculadas nos periódicos de Recife, Rebelo despertava seu olhar para a cultura pernambucana, visto que as temáticas de suas fotografias apresentava estreita afinidade com as questões que pautaram a imprensa nesse período. Época em que o êxodo rural advindo da alteração do tradicional engenho da cana-de-açúcar pela usina provocara o fluxo de trabalhadores rurais para as cidades pernambucanas, resultando no incremento da oferta de serviços e de comércio de gêneros alimentícios em pontos fixos ou pelas ruas da cidade (Silva, 2009).

A intensificação dessa oferta desencadeou uma campanha da imprensa nas décadas de 1930/1940 contra a presença dos vendedores de alimentos nas ruas: crustáceos, moluscos, tapioca, cuscuz etc. (Correia, 2009). A presença desses trabalhadores despertou a atenção de Rebelo e sua sensibilidade para o registro desses profissionais rendeu-lhe a premiação da fotografia *Rapadura e queijo* pela revista *O Cruzeiro*.

Ele fotografou também cenas de trabalho na lida com a cana-de-açúcar nos engenhos e as edificações do complexo, o preparo e o consumo de iguarias nas ruas (tapioca,

mugunzá, milho assado, caldo de cana, cocada, peixe frito etc.), o trabalho informal dos vendedores ambulantes (produtos alimentícios – caju, abacaxi, melão, feijão, berinjela, alho, batata doce, vendedor de leite que se faz acompanhar pelo animal; animais – peru, caranguejo; flores, gravatas, fumo, fitas, bonecas de pano e artefatos cerâmicos e de couro), as profissões (carregadores de piano, rendeiras, lavadeiras, jornaleiros, barbeiro de rua, lavador de tripas, catador de lixo, amolador, pescador, tirador de coco, fazedor de tijolo etc.) e as paisagens naturais.

O carnaval também constituía pauta da imprensa no período e, no quarto volume da revista *Contraponto*, editada por Valdemar de Oliveira, em 1947, é veiculada uma matéria sobre o carnaval de Pernambuco, ocasião em que Rebelo publica duas fotografias: *Passista* e *Passo pernambucano I*.

Figura 3 – *Passista*; Figura 4 – *Passo Pernambucano I*.



Fotografias de Francisco Manoel Rebelo, 1947.

Desconhece-se o exato momento em que Rebelo começou a fotografar e a conservar os seus registros, realizados com equipamentos importados, o que lhe era facilitado pelo trabalho como importador de produtos europeus. O acervo preservado pela família compreende 1.014 imagens de sua autoria e 21 fotografias em que foi registrado, sozinho ou com amigos. Durante as últimas décadas, as fotos ficaram sob custódia da família, em princípio de sua esposa, Maria Jose Mariz Rebelo, e, posteriormente, de sua filha, Ligia Rebelo.

À caricatura de Francisco Rebelo, criada por Euclides e publicada em Recife⁵ em 1930, soma-se um pequeno comentário que destaca sua sensibilidade como fotógrafo, sua predileção pela cidade de Recife e o hábito de publicá-las, de modo que se coloca na legenda:

F. Rebelo não sabe tirar uma photographia com o auxilio exclusivo da sua objectiva. O papel principal é desempenhado pela sua sensibilidade finíssima. Assim elle faz aquellas maravilhas que todo o Recife está habituado a admirar (*Pr'a Vocês*, 1930).

A influência familiar é notada no registro de ocorrências de caráter jornalístico. Nesse sentido, fotografou a chegada de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral, quando realizaram a primeira viagem aérea entre o continente europeu e a América do Sul. Nessa ocasião, Rebelo ateu-se não apenas aos personagens principais do evento e seu, até então, inusitado meio de transporte, mas também contemplou os acontecimentos gerados em razão desse evento, suas lentes fotografaram a multidão que os aguardava, bem como as autoridades presentes para tão especial evento.

A chegada do avião de Gago Coutinho e Sacadura Cabral a Recife foi digna do deslocamento de um sem número de pessoas para apreciar o acontecimento. Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a bordo de um hidroavião, chegaram a Recife no dia 5 de junho de 1922. O avião, curioso meio de transporte para a época, foi registrado em detalhes, assim como suas manobras no ar e a aterrissagem no porto municipal. Confirmando a notoriedade do evento posteriormente à efeméride, Rebelo fotografou o obelisco construído em homenagem ao acontecimento.

Esse conjunto, composto por 22 registros assinados, sintetiza o caráter jornalístico que caracteriza suas imagens, exhibe sua habilidade na composição de conjuntos sequenciais, numa tentativa de registrar todos os detalhes, e situa cronologicamente a produção de imagens de Rebelo nos primeiros anos de 1920.

Rebelo legou importantes imagens do patrimônio cultural imaterial de Recife, dentre as quais, os ofícios de rua se destacam. Trata-se de uma modalidade de trabalho

⁵ A família preservou o recorte do jornal, mas a página da publicação não se conservou.

que, desde os tempos mais remotos do desenvolvimento da sociedade brasileira, se efetiva nas calçadas e ruas das diversas cidades. Para Correia, essas atividades lembram a dos antigos mascates de porta em porta, ou camelôs: “ofereciam nos seus balaios frutas tropicais, crustáceos, moluscos, camarões, sururu, siri, tapioca, cuscuz... Esses trabalhadores da gula representavam o atraso e a miséria, portanto deveriam ser expulsos do centro do Recife” (2009), que se modernizava segundo os princípios europeus.

Exemplos desses ofícios de rua são os amoladores de facas/alicates, barbeiros, jornaleiros, catadores de lixo, varredores de rua, vendedores, cozinheiras de diversos tipos de comida, muitas consideradas típicas. Cozinheiras de “muitos sabores”, como, por exemplo, o ofício das baianas de acarajé em Salvador, registrado como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em, 2005.

No que se refere ao contexto em que se inscrevem as fotografias de Rebelo, havia uma campanha veiculada pela imprensa que permite associar o programa urbanístico de eliminação das áreas de alagados, de onde os moradores retiravam o seu sustento, ao projeto de eliminação dos vendedores de alimentos das ruas do Recife. De acordo com Correia, parte desses alimentos comercializados provinham dos alagados:

Eram peixes, mariscos, caranguejos e ostras que eram comercializadas nas ruas do centro. Esses vendedores perderam em princípio o seu produto, sua matéria-prima, e aos que resistiram no comércio de produtos alimentícios coube uma covarde campanha do periódico de Magalhães contra esses vendedores das iguarias tão recifenses (Correia, 2009, pp. 112-3).

A feira representa mais que um espaço para o comércio de alimentos, bebidas e afins, representa um espaço de sociabilidade, onde era hábito, segundo Ligia Mariz Rebelo, filha do fotógrafo, uma vez por semana, o encontro para conversar, contar histórias, relatar os acontecimentos da semana, confraternizar, comer algo preparado lá mesmo, a céu aberto: “A feira era uma festa para os que dela participavam, todos aguardavam por esse dia, considerado por muitos o ‘acontecimento’ da semana”.

Para Correia, a modernização de Recife implicou o fim do comércio de alimentos realizado pelas ruas. Objetivava-se “acabar com o *footing* diário do vendedor de caranguejo, do mercador de melancia e do peixeiro exibindo a sua cavala e o cesto de cioba”. Além disso, destaca-se um movimento de desvalorização da cozinha negra, representada como uma cozinha suja, diabólica, cheia de feitiços e de catimbó, ao passo que se valorizavam os produtos importados e a cozinha internacional (Correia, 2009, p. 114).

Gradativamente, esses vendedores de alimentos foram sendo segregados da área central, das esquinas, das proximidades das igrejas e das ruas. Rebelo registrou esses vendedores, ao que se atribui um caráter documental de sua objetiva, resultante de sua inserção familiar e da influência que os periódicos locais exerciam sobre ele.

Cotejadas com as imagens legadas pela Missão de Pesquisas Folclóricas e com os artigos veiculados na imprensa pela Sociedade de Etnografia e Folclore⁶ (1936-1939), da Subdivisão de Documentação Social e Estatística, ambos ligados ao Departamento de Cultura e de Recreação de São Paulo (1935), identifica-se a correspondência dos temas fotografados por Rebelo: ofícios de rua, arquitetura, festas populares etc. Nesse sentido, postula-se a existência de um modelo cultural de registro das ruas, compartilhado pelos fotógrafos do período.

Dreyfus aponta a importância dos estudos etnográficos em seu artigo publicado em 1936, conclamando a realização de estudos no território nacional:

Evidentemente, no Brasil precisa-se, antes de tudo, de um trabalho perseverante de estudos etnográficos propriamente ditos. Tanto nas regiões longínquas do interior, como nos bairros das cidades, ou nas menores aldeias, toda uma série de pesquisas etnográficas pode e deve ser empreendida: estudo da cerâmica, da tecelagem local, do estilo das casas e das características de cada um de seus elementos: teto, janelas etc.; estudo das profissões, dos ofícios... Seria impossível enumerar todos os assuntos de monografias que estão à espera de pesquisador.⁷

Sob a orientação do Departamento de Cultura, várias pesquisas foram realizadas nos estados do sudeste, centro-oeste, norte e nordeste brasileiros.

Na Chefia do Departamento de Cultura, Mário de Andrade colocou o Município como amparo do folclore e da música, artes que para ele possuíam uma força socializante especial, pois não pensava a cultura elitizante, mas as manifestações que estavam em vias de extinção e na disseminação da cultura popular (Azevedo, 2000, p. 11).

Do acervo legado pela Missão de Pesquisas Folclóricas às viagens realizadas ao nordeste, em julho de 1938, de especial interesse para esse estudo são as imagens que foram registradas em Recife, que legaram fotografias do frevo, dos carregadores de

⁶ Dentre os objetivos de sua atuação, destacam-se “o de manter intercâmbio com outras instituições, realizar reuniões, conferências, cursos, excursões de estudos e divulgar os estudos folclóricos” (Azevedo, 2000).

⁷ Trata-se de Dina Dreyfus Lévi-Strauss, na época casada com Claude Lévi-Strauss (Dreyfus, 1936 apud Valentini, 2011, p. 586).

piano, do grupo de Xangô da Guida, dos mocambos (detalhes arquitetônicos) e de objetos da cultura popular: cerâmica, tambores etc.

Os lugares de trabalho selecionados são indicativos da realização de atividades econômicas em espaços públicos, da integração das pessoas. A lavagem de roupas na margem do rio e o comércio de rua, ao mesmo tempo que garantem a sobrevivência, oportunizam a sociabilidade. Ocorre a apropriação do espaço e a convivência com outros trabalhadores, ou mesmo com os clientes, fundadas na reciprocidade e na solidariedade. O carnaval constitui um ambiente propício para a sociabilidade, visto que as relações sociais são estimuladas, formam-se e ampliam-se os relacionamentos interpessoais.

Rebello registrou a sequência do passista do frevo, conjunto revelador das múltiplas possibilidades interpretativas que suas fotografias potencializam. Cada imagem evidencia, no primeiro plano, o dançarino e sua sombra no piso pavimentado da rua e, em segundo plano, outros apreciadores do carnaval e o casario ao fundo, o que indica tratar-se de uma rua. Enquanto os demais foliões se distanciam, o dançarino se exhibe para o fotógrafo, que registra os principais passos dessa composição artística.

Silva aponta a potencialidade da análise da sombra:

Podemos exercitar nosso olhar, refletindo sobre o que são as sombras em uma fotografia. É nessa parte, onde há menor intensidade luminosa, que o visível, o iluminado (aquilo que normalmente nos interessa numa fotografia, o que o observador, na maioria das vezes, procura) é tocado pelo invisível. É como se a sombra nos mostrasse que somos também nossos fantasmas, que nos contagiam inclusive no passo rasgado, na alegria do frevo, onde podemos nos recordar de outros carnavais (Silva, 2009, p. 2).

Previamente organizada, a festa conta com a ação solidária de muitos participantes para que se realize com eficiência. Brincar o carnaval requer a manutenção dos valores de urbanidade e de solidariedade, cuja ausência implica, muitas vezes, desordem, conflito e rompimento dos vínculos sociais – questão central das representações literárias e dos artigos veiculados na imprensa pernambucana, que procuram valorizar o carnaval de Recife como o melhor carnaval do Brasil e símbolo da identidade nacional (Silva, 2009).

Considerações finais

Excelente laboratorista, as fotografias selecionadas evidenciam o caráter documental das imagens de Rebello, falecido em 1965. Ele preocupou-se com a fidelidade do motivo e com o equilíbrio da composição, acentando o que pretendia mostrar. Registrou

edificações relativas à histórica atividade econômica do estado de Pernambuco desde o início da colonização, evidenciando seus elementos constitutivos: os saberes reunidos na sua produção, a organização da paisagem, os trabalhadores e a arquitetura da unidade produtiva. Dedicou-se sistematicamente à composição de vistas panorâmicas, a detalhar a arquitetura e as pontes de Recife, além de fotografar as manifestações culturais de caráter popular, de acordo com o imaginário presente nos anos 1920 a 1940.

Evidenciou os espaços de convívio e de lazer, potencializou a paisagem, explorou as luzes e as sombras, as verticalidades e a geometria da arquitetura. Explorou a velocidade e captou o movimento fugidivo dos passistas de carnaval, bem como os eventos que não se repetem, como a chegada de Cabral e Coutinho e do Zepelim.

Apreendeu a beleza da paisagem natural, o trabalho do povo, procurou o incomum e recortou essas imagens no seu quarto escuro, realçou os detalhes flagrados. Sintetizou em seus registros pequenas experiências de vida, como a das vendedoras de alimentos, as lavadeiras, o retorno da feira, as pagadoras de promessa. A tais registros confere-se caráter etnográfico no processo de coleta de imagens. Rebelo encontra-se incluído em um sentimento de universalidade do fazer fotográfico.

Referências

- AZEVEDO, José Eduardo. “Apresentação”. *Acervo de pesquisas folclóricas de Mário de Andrade: 1935 – 1938*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2000.
- BARROS, Eduardo Judas. *A imprensa portuguesa em Goa, na Índia*. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, 2004.
- BASTOS, Sênia. “Imigração qualificada no pós-Segunda Guerra Mundial: portugueses e italianos em São Paulo”. In SOUSA, Fernando et al. *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESSE / Fronteira do Caos, 2011.
- e MATOS, Maria Izilda Santos de. “Portugueses em São Paulo. Registros e ingressos (1912) – Hospedaria do Imigrante, listas de bordo e livros de registro”. In SOUSA, Fernando et al. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- CORREIA, Bruno Celso Vilela. *Mais que uma oferenda: representações e resistências afro na cozinha brasileira. Recife 1926-1945* (dissertação). UFRPE, 2009.
- COSTA, Helouise. “Pictorialismo e imprensa. O caso da revista *O Cruzeiro* (1928-1932)”. In FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 3 out. 1941.
- MENEZES, Lená Medeiros de. “A ‘onda’ emigratória de 1912: dos números às trajetórias”. In SOUSA, Fernando et al. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.
- MONTEIRO DE MELLO. *Jornal do Recife*, ano 72, n. 105, 8 mai. 1929.
- O CRUZEIRO. “Fotografias típicas nacionais”, 9 mar. 1929.
- REBELO, Francisco Manoel. *Hospitalidade e patrimônio cultural: o olhar de Francisco Rebelo sobre Recife (1920 a 1940)* (dissertação). Universidade Anhembi Morumbi, 2011.

- ROCHA-TRINDADE, M. B. “Comunidades migrantes em situação dipolar”. *Análise Social*, v. 12, n. 48, 1976.
- SILVA, Fabiana Bruce. “Fotografia, história e cultura nas imagens do Foto Cine Clube do Recife, em 1950”. *I Encontro Regional em História Social e Cultural*. Anais Eletrônicos. Recife: Editora da UFRPE, 2007.
- . “No contorno do frevo”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1º ago. 2009.
- SILVA, Lucas Victor. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940* (tese). UFPE, 2009.
- VALENTINI, Luísa. “Um laboratório antropológico em movimento: as pesquisas da Sociedade de Etnografia e Folclore na cidade de São Paulo e nos seus ‘arredores’”. In LANNA, Ana Lúcia Duarte et al. *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

Comparando trajetórias de famílias portuguesas em suas múltiplas travessias

Zeila de Brito Fabri Demartini

Os movimentos políticos e as guerras nas colônias portuguesas da África na década de 1970 foram importantes na determinação de fluxos migratórios de portugueses e descendentes que lá residiam para São Paulo. Procuramos compreender esses novos fluxos migratórios e suas interferências nas vivências familiares, recorrendo a relatos orais de imigrantes e de seus familiares, em complementaridade a outras fontes. As narrativas permitem apreender as complexas dinâmicas familiares nos deslocamentos, as condições de chegada dos portugueses às regiões africanas, as vivências das gerações e a imigração para o Brasil, que se concretiza pelas possibilidades existentes no momento.

Famílias e imigração: a pesquisa

Se o *ser imigrante*, conforme expressão de Sayad (2000) traz homogeneidades dadas pelo processo de saída e de chegada e pela ilusão da *provisoriedade da condição* em que vivem, podemos também afirmar que os contextos em que se inserem trazem elementos diferenciadores. Assim, estudar as vivências de famílias que, vindas de Portugal, se

instalaram nas antigas colônias portuguesas da África e depois se mudaram para o Brasil (São Paulo) coloca para os pesquisadores possibilidades de melhor compreender os deslocamentos de populações no mundo atual e como as famílias os visualizam a partir das experiências que empreenderam.

As reflexões que são aqui formuladas estão pautadas nas observações obtidas em trabalho de pesquisa de natureza exploratória e qualitativa. Como já observamos em outros escritos (Demartini et al., 2005), os dados sobre os deslocamentos de regiões africanas para o Brasil no período considerado não estão disponibilizados pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro, e tais fluxos foram ainda muito pouco estudados. Nosso interesse por eles ocorreu, de um lado, por termos acompanhando de perto a chegada de algumas pessoas vindas da África a São Paulo, fato que despertou interesse pelo problema; de outro lado, porque já havíamos estudado a imigração de portugueses para São Paulo durante a Primeira República, quando chegaram em grande número, superando a entrada de imigrantes italianos. Esse estudo (Demartini, 2003) foi a ponte para que propuséssemos a pesquisa do período mais recente, quando outros personagens, também de origem portuguesa, começaram a chegar a São Paulo, mas trazendo experiências diferentes das levas migratórias anteriores.

O estudo compreendeu dois grandes fluxos ocorridos no mesmo período, mas com origens distintas: os que vieram de Portugal, país em que sempre viveram, e os que vieram das antigas colônias portuguesas da África, onde suas famílias residiam. Procuramos conhecer as motivações envolvidas nesses fluxos migratórios, assim como as trajetórias e vivências dos sujeitos e suas famílias no novo contexto de adoção. Neste texto, focalizamos o segundo fluxo migratório.

No nosso caso, instigavam-nos as questões: quem seriam esses *novos* personagens que chegavam a São Paulo? Seriam os fluxos migratórios semelhantes aos anteriores, em que muitos portugueses vieram para procurar uma vida melhor, a “árvore das patacas”, como diziam? Nossos convívios anteriores e as informações prévias que obtivemos nos indicavam que não, que se tratava de imigrantes diferenciados, de famílias com trajetórias muito distintas – seria importante, portanto, conhecê-las.

Como a disponibilização de dados quantitativos e sua obtenção mostraram-se inviáveis, a opção pela abordagem qualitativa pautada no que hoje se denomina história oral, mas sob o enfoque sociológico, isto é, a investigação de questões/problemas com base em fontes orais em complementaridade aos dados de outras naturezas, impôs-se como condição para a realização do estudo (Lang et al., 1998). Também como já discutimos em outros momentos (Demartini, 2005), as fontes orais têm – se mostrado fundamentais para o conhecimento da história da África. Alguns estudos mais recentes (Mateus, 2006) têm confirmado sua importância.

As dificuldades que se apresentavam, entretanto, não eram poucas – além da pequena quantidade de literatura e informações disponíveis, seria necessário encontrar as pessoas – onde? Relacionavam-se com as famílias que já haviam chegado a São Paulo muito antes? A procura foi, assim, sendo feita das mais diferentes maneiras, a partir de consultas a instituições ligadas aos imigrantes portugueses, mas também por meio de informações obtidas com pessoas próximas e até por consultas a *sites*.

Focalizamos neste texto um grupo de imigrantes que veio da África para o Brasil na mesma época, mas que não constituíam um grupo social que mantinha relações entre si, antes ou depois da chegada. Alguns eram pessoas de destaque, conhecidas por sua atuação em São Paulo. Outros haviam se tornado também *invisíveis*, não sendo geralmente reconhecidos pela população local como pessoas que vieram da África, mas simplesmente como portugueses (dada a origem, a língua e a cor branca).

Os deslocamentos para a África, as vivências familiares nas ex-colônias portuguesas e a vinda para o Brasil

De modo geral, o conjunto de entrevistas obtidas e o contato com os entrevistados e sua família nos permitem compreender melhor as diferentes dimensões das trajetórias familiares em seus deslocamentos entre os continentes europeu, africano e americano. Também é possível observar que os deslocamentos das famílias de Portugal para as então colônias africanas, e dessas regiões para o Brasil, não são representados como processos que se assemelham – enquanto a ida para a África foi geralmente vista com naturalidade, isto é, como o deslocamento em um mesmo território nacional, dentro do que era considerado a “nação portuguesa ampliada”, o deslocamento para o Brasil foi sentido e é representado pelos indivíduos como uma *expulsão*, uma saída forçada de um território que era considerado seu.

Uma análise das trajetórias das famílias dos entrevistados evidencia que foram muitos os períodos e os motivos do deslocamento das famílias para os domínios portugueses na África. Por outro lado, houve uma motivação comum (as fortes pressões e ameaças dos movimentos revolucionários) para suas saídas das ex-colônias – ocorridas no mesmo período, no ano de 1975.

É interessante observar, portanto, como ocorreram e foram representadas as relações e (re)construções familiares, considerando esses dois grandes fluxos de famílias de origem portuguesa: de Portugal para as colônias da África; e das ex-colônias para o Brasil.

Os relatos dos entrevistados indicam que variavam os motivos e os períodos em que eles próprios ou suas famílias chegaram aos territórios africanos de Angola e Moçambique. Algumas famílias chegaram há quatro gerações, portanto em um momento em que havia relativamente poucos colonos, que se localizaram geralmente

em algumas regiões específicas, não por todo o território de Angola e Moçambique. Nesse período, segundo alguns autores, até a convivência entre os colonos e vários grupos que habitavam tais regiões parecia ser mais *pacífica* (Cosme, 1978). Alguns falaram sobre a chegada de seus bisavós maternos e/ou paternos nessas terras africanas, portanto muito antes da colonização mais dirigida e forte das décadas de 1950 e 1960.

O que se consegue constatar é que muitas famílias vieram procurando escapar das condições de vida difíceis em Portugal, que levava os homens, principalmente, a procurarem melhores empregos e remuneração em terras africanas (algumas regiões da África também eram vistas como o *fazer a América* dos imigrantes portugueses que vieram para o Brasil). Mas outros motivos levaram à África alguns portugueses pertencentes a famílias mais bem situadas socialmente: solução de problemas familiares e amorosos. Havia também os que estavam ligados a grandes empreendimentos particulares ou ao Estado português. Em alguns casos, as famílias que saíram de Portugal não permaneceram no mesmo lugar de chegada, mas se deslocaram entre as colônias portuguesas na África.

Outros entrevistados relataram a chegada de suas famílias no período em que Portugal estimulou a ida de colonos portugueses para *suas* terras na África, como parte de um projeto estatal de ocupação política e econômica de seus territórios coloniais (Pimenta, 2005; Graça, 2005; Fernando, 2005).

Tomamos dois casos para exemplificar tais situações, evidenciando como durante tais processos de deslocamento para a África e, depois, para o Brasil ocorreram separações e novos encontros que permitiram a constituição de famílias com composições e convivências diferentes em cada contexto. Em virtude do espaço disponível, focalizamos famílias que foram para Angola em épocas diversas e, de lá, vieram para São Paulo, na década de 1970.

A. O caso da família que chegou a Angola ainda na primeira metade do século XX

Alguns entrevistados lembram as trajetórias familiares e como seus parentes foram se inserindo no contexto africano e lá concretizando seus projetos de ascensão social, como o entrevistado A1.

O entrevistado A1 conta que sua família havia chegado ao continente africano há várias décadas:

O meu pai e a minha mãe já são angolanos. Os meus avós, tanto paternos quanto maternos é que eram portugueses, de Portugal, nascidos lá na Europa. [...] O que a gente sabe, que eles foram para lá, foi da seguinte forma: Portugal na época, tinha, começou,

Angola precisava colonizar, então o que aconteceu? Escolheram algumas pessoas que iam para lá, né, outras, chegou um determinado momento que, para ir para lá, para ir para Angola, só ia para lá quando o governo determinava que ia para lá para prestar serviços ou para morar mesmo lá, ou então quando já tinha alguém mesmo lá que, por exemplo, parentes que chamavam e alguém se responsabilizava pela pessoa lá em Angola. [...] A minha família, a maior parte estava toda em Angola. Em Portugal, praticamente tinha tios e tias, mas assim, sabe, bem, tipo assim, de segundo grau. De vez em quando, eles iam visitar e, quando nós íamos para lá, normalmente eles faziam questão que a gente ficasse na casa deles. Tinha de Lisboa e tinha tios que ficavam lá nas aldeias mesmo.

A ida dos avós para terras consideradas portuguesas em Angola permitiu que as gerações seguintes levassem uma vida que consideravam boa, com bons empregos, que continuassem a ter contatos até frequentes com Portugal:

Meu pai trabalhava na Companhia de Aviação lá de Angola, que chamava, no início, DTA, que era Direção Transportes Aéreos de Angola, que pertencia ao governo. Em Angola, todas as pessoas que serviam o governo, de quatro em quatro anos, tinham o direito a passar, não sei se eram cinco ou seis meses de férias, lá e com os salários pagos para... curtir Portugal mesmo, não é? [...] Quando o meu pai tinha direito a esse prêmio, que o pessoal chamava de licença, ia para lá e normalmente levava a família inteira. Ou ia de avião ou ia de barco. No início ia de barco e depois começou a ir de avião.

O que é interessante no caso da família de A1 é que, quando seus avós foram para Angola, uma irmã da avó escolheu outro destino e veio para o Brasil. A situação política e a saída forçada da África permitiram o reencontro das irmãs meio século depois:

Sou angolano, viemos para o Brasil em maio de 1975, por causa da guerra que estava existindo lá em Angola e, no caso, veio a família inteira: eu, meu pai, minha irmã. Por que nós resolvemos vir aqui para o Brasil? Nós resolvemos vir para o Brasil porque antes a gente tinha vindo passar férias aqui, e nós gostamos daqui. O meu pai foi visitar as oficinas da VASP, na época prometeram emprego para ele e tudo. A situação lá estava começando a ficar ruim, muita guerra, muita briga, e guerra civil começando a se desenhar, então nós resolvemos vir para o Brasil. O contato que nós tínhamos era assim: tinha uma tia que era irmã da minha avó, a minha tia veio para o Brasil e a minha avó foi para Angola. Existia o movimento de imigração, a saída dos portugueses para várias partes do mundo, muita gente vinha para o Brasil; no caso dessa tia minha, ela veio para o Brasil. Fazia cinquenta anos que as irmãs não se viam, então nós viemos por causa dela.

Ao mesmo tempo, separaram-se de outro lado da família, dos parentes por parte de pai:

Nós somos um dos primeiros da nossa família a vir embora, e depois teve o restante do pessoal que: 'não, nós vamos ficar mais um pouquinho, vamos ver como fica, como não fica...'. Aí o pessoal chegou à conclusão de que realmente não tinha condição. E o que aconteceu? A maior parte, por parte da minha mãe, como a gente já estava aqui, acabou vindo para o Brasil. Agora, os parentes do meu pai foram todos para Portugal.

O entrevistado cita também parentes que teriam permanecido em Angola – tinham uma grande fábrica de calçados e ficavam indo e vindo de Portugal.

Todos os que vieram para São Paulo ficaram morando na casa dessa tia, por um bom tempo. Os relatos indicam que, apesar dos cinquenta anos que os separavam, os familiares deram todo o apoio aos vários casais que vieram de Angola:

Quando todo mundo chegou ao Brasil, foi morar na casa dessa tia minha, só que chegou um ponto que essa casa dessa tia minha, estava todo mundo lá e não comportava, e outra, já fazia tempo que o pessoal estava lá e, quando o pessoal começou a se ajustar, nós falamos, nós vamos ter a nossa vida e deixar eles em paz, que eles já nos acolheram, e estava começando a ter algumas briguinhas, algumas coisas que é normal em família. Aí foi quando nós começamos a vida, e aí nós fomos morar nessa casa, tipo de uma república. Morava todo mundo, e depois o pessoal alugou as suas casas. Cada um já tinha se estabilizado no emprego, tudo, já tinha as suas economias. Nós fomos morar no Brooklin, perto do Shopping Morumbi; teve um outro, outros tios meus foram morar em uma travessa perto da Nove de Julho, e teve outros que foram morar também, ali próximo do Shopping Morumbi, e outros estavam morando onde a gente já morava, umas duas, três ruas para cima. Acharam uma casinha boa lá e acabou morando lá. A princípio, todo mundo de aluguel e, depois, aos poucos, cada um foi comprando as casinhas. Por último, quem estava assim um pouco mais resistente a comprar a casa foi o meu pai, porque a família dele estava lá em Portugal; no fundo, no fundo, o meu pai, acho que queria voltar para Portugal. Eles falavam várias vezes em voltar para Portugal, só não voltavam para Portugal por quê? Porque nós tínhamos gostado daqui, do Brasil, e toda a família da minha mãe estava aqui.

Mesmo tendo familiares em Portugal, o entrevistado ainda não tinha ido visitá-los, nem os demais de sua família – só o pai, enquanto estava vivo, em razão de sua aposentadoria.

B. O caso da família que foi no pós-Segunda Guerra Mundial, período de colonização mais dirigida do Estado português

O entrevistado A2 conta como sua família procurou a África, no pós-Segunda Guerra Mundial, como forma de melhorar de vida. Angola era considerada por eles como parte da nação portuguesa. A ida foi, portanto, resultado de um projeto familiar que envolveu a chegada a Angola, primeiro do pai e, só depois, da mãe e dos filhos – o entrevistado nasceu logo após chegada da família:

Os pais são do norte de Portugal, perto do Porto, uma cidade chamada Edvaldo Câmara, perto de [...] e esse tio meu, ele tinha estado na tropa, no Exército, em Angola, nos anos 1940, final da Guerra, depois da Guerra, por aí. Então, ele conhecia Angola, e quando voltou para Portugal, Portugal estava no pós-guerra, não era uma situação boa. A maioria dos portugueses, jovens naquela ocasião, se lançou para a imigração, porque a questão era ‘como sobreviver’, então ele criou na cabeça do meu pai essa coisa pela África. Só que ele veio para o Brasil e meu pai foi para Angola, primeiro. Eu fui gerado em Portugal e fui nascer lá. Minha mãe foi para lá grávida e, quando ela chegou lá, passados uns meses, eu nasci. Tinham parentes, pessoas da mesma aldeia de Portugal que estavam lá, que naquela época havia muita imigração portuguesa. Embora lá fosse proibido e pusessem entaves grandes para que as pessoas não imigrassem, eles faziam todo esforço para saírem do país. [...] Portugal não entrou na Segunda Guerra, mas ficou pior do que os que entraram na guerra, então eles resolveram arriscar tudo.

De algum modo, a família estabeleceu-se bem em terras de Angola, econômica e socialmente. Por ocasião da independência, em 1975 os filhos já tinham chegado ao nível universitário. A família nunca havia pensado em sair de Angola para viver em outros lugares.

Foram as pressões sentidas durante o processo revolucionário que os impeliram a pensar em novos destinos. Mesmo assim, não havia unanimidade de posições, e as resistências, principalmente dos membros familiares mais novos, que haviam crescido em Angola, foram muito grandes. Como relata o entrevistado:

Angola era um país novo, tudo por construir. As pessoas não estavam preocupadas com a vida do Zé, do João, do Francisco. As pessoas queriam é cuidar da sua vida e desbravar terrenos, fazer tudo que fosse preciso fazer. Então eu me via, eu nunca me vi, nunca me lembro de ter pensado em migrar, tanto que eu resisti até a última hora. Então, quando, em 1975, eu estava em Luanda, na capital, com meu irmão mais velho, estudando, e começou a guerra civil, então nós ficamos uma semana sem contato com a família, que

estava em Luanda. E meu pai ficou, começou a ficar preocupado com essa situação, o que ia acontecer, o que não ia acontecer, e mandou uma carta, que acabou chegando na república onde eu morava na época e foi com essa carta que ele pedia que a gente voltasse para casa porque tinha que discutir o que a gente ia fazer. Por acaso, era próximo das férias de junho e julho, aí nós voltamos e, entretanto, o país já estava numa guerra civil só. E um dia nós estávamos discutindo o que faríamos, o que não faríamos. Eu e meu irmão éramos contra sair de lá, a gente queria ficar.

Para manter o grupo familiar coeso, vieram não só pai, mãe e filhos, mas também a futura mulher do irmão do entrevistado, e até um amigo dela, cujos pais já haviam ido para Portugal:

Vimos todos juntos. Pai, mãe, irmãos, todo mundo. Nós somos quatro. Veio também um, na época, ia ser meu futuro cunhado, hoje é meu cunhado, era namorado da minha irmã, ele veio junto. E um amigo que hoje está em Portugal. Na época, os pais dele já não estavam em Angola, ele resolveu vir com a gente para o Brasil e ficou aqui, vários anos. Depois acabou voltando. Hoje está em Portugal. Na época, os pais dele já não estavam em Angola, e ele resolveu vir com a gente para o Brasil.

A trajetória da família de A2 permite verificar como os componentes da família podem, durante processos migratórios, acionar parentes que estavam de certa forma afastados para ajudarem a resolver os problemas que a saída forçada impôs. No caso, recorreram a um tio do entrevistado, que residia em Santos, cidade portuária próxima a São Paulo:

Nós chegamos com 180 dólares no bolso, cada um. Você imagina o que é você chegar ao Brasil, nos anos 1970, fim do milagre econômico... Já não era aquela pujança que o Brasil tinha. E chegamos. Tivemos que... lá tinha assim, um tio meu aqui, irmão do meu pai, que morava em Santos, que deu aquela força inicial para a gente começar. E aí nós começamos o trabalho; comecei a trabalhar de garçom no bar dele lá no Porto de Santos, na Avenida Rodrigues Alves, e olhando o que poderia fazer. Aí, com mais ou menos uns seis meses, um ano, eu comecei a ver saídas. Acabou dando uma força para ele. Foi o que fez com que a gente segurasse nessa fase inicial. Logo depois, meu pai pediu um empréstimo a esse irmão e a um outro primo aqui de São Paulo para comprar um negócio lá em Santos, e foi aí que começou. Montou um negócio lá, um bar, um barzinho. E começou [...] a vender, foi por conta disso. E com isso a gente ia pagando nossas faculdades, que nenhum de nós conseguiu entrar em escola pública.

Observa-se, entretanto, que a trajetória do grupo familiar não se estabilizou com a vinda para o Brasil – voltaram para Portugal os pais, um irmão com a mulher e a irmã, na década de 1990. O entrevistado, que se casou aqui com uma filha de portugueses que vieram para o Brasil no pós-guerra, reside com a família em cidade próxima a São Paulo (a mulher, as filhas e a sogra da sua irmã, que não quis voltar para Portugal), em um arranjo familiar diferenciado.

Como se vê, os arranjos familiares foram se modificando em cada continente. O entrevistado sintetizou a situação atual: “a família hoje está dividida”.

Algumas observações

Do ponto de vista do campo familiar, observamos, portanto, as frequentes e inesperadas separações no processo migratório e a constituição de famílias com “convivências” diferentes em Portugal, na África e no Brasil. Em cada descolamento, há rompimentos com parentes que permanecem no contexto anterior ou se dirigem para outros (sem levar em conta os que, do Brasil, estão retornando ou indo para Portugal). A análise dessa dimensão (familiar) permite pensar que, para além dos deslocamentos de mão de obra em tempos de globalização, os frequentes deslocamentos ocorridos em decorrência de movimentos de independência dos países africanos em direção ao Brasil implicaram a constituição de famílias *intercontinentais* e mutantes, constituídas em cada contexto por diferentes participantes (avós/pais/filhos; pais e filhos; sozinhos; etc.). Há quase que um tom de *normalidade* nos relatos dos imigrantes quanto às referências às ausências familiares, aos encontros e desencontros, ao convívio a longa distância.

Os deslocamentos ocorridos na década de 1970, relacionados aos movimentos políticos, não finalizaram para grande parte das famílias contatadas e entrevistadas. Quase todas citam o retorno de familiares para Portugal, no caso dos que de lá vieram, e também para os que anteriormente residiam em países africanos e, mais recentemente, resolveram se mudar para a antiga metrópole. Raramente há indicações de retorno de familiares dos que vieram da África para esse continente. O que se consegue apreender, principalmente por meio das entrevistas, é que há um movimento de fluxo constante/contínuo (ainda não definitivo ou claramente resolvido) entre Portugal, países dos PALOP (Angola e Moçambique) e Brasil. Permeando esses fluxos, estão geralmente razões econômicas, políticas, sentimentais, que foram aproximando/afastando pessoas originárias de diferentes contextos.

Essas são questões que merecem ser aprofundadas.

Referências

- COSME, L. *Cultura e revolução em Angola*. Porto: Afrontamento, 1978.
- DEMARTINI, Z. B. F. “Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas”. In ROCHA-TRINDADE, M. B. e CAMPOS, M. C. S. S. (orgs.). *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro, 2003.
- . “Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração”. In ——— e TRUZZI, O. (orgs.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Paulo: EduFSCar, 2005.
- et al. “Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo”. *Cadernos CERU*, série 2, n. 2, 2005.
- FERNANDO, E. *O último adeus português*. Portugal: Oficina do Livro, 2005.
- GRAÇA, P. B. *A construção da nação em África*. Coimbra: Almedina, 2005.
- LANG, A. B. S. G. et al. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. São Paulo: Humanitas / CERU, 1998.
- MATEUS, D. C. *Memórias do colonialismo e da guerra*. Porto: ASA, 2006. (Arquivos Históricos).
- PIMENTA, M. F. T. *Branco de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2005. (Minerva – História, 24).
- SAYAD, Abdelmalek. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 13, n. especial, 2000.

Humberto Delgado, entre Brasil e Portugal

Alfredo Moreno Leitão

O mundo do pós-guerra

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a derrota do nazi-fascismo, as décadas que se seguiram foram um período de reerguer a Europa destruída. Esse processo foi encabeçado pelas duas novas potências em ascensão: os Estados Unidos, do lado ocidental, defendendo a bandeira do capitalismo e o combate ao comunismo; e a União Soviética, do lado oriental, defendendo o comunismo e criticando as mazelas do capitalismo. Temos aqui o início da chamada Guerra Fria e a divisão do mundo entre comunistas e capitalistas.

Assim como outras nações, Portugal não passou incólume a esse processo, mesmo não tendo participado efetivamente com o envio de tropas para o conflito, nem tendo o seu território invadido. O governo português soube tirar proveito do conflito, melhorando sua economia, que ampliou as exportações de matéria-prima para ambos os lados beligerantes (Schiavon, 2007, p. 47). A derrota das ditaduras de direita na Alemanha e na Itália – com as quais o governo de Salazar mantinha bons

relacionamentos –, porém, abalou os alicerces do governo e deu um novo ânimo aos opositores da ditadura em Portugal.

Logo a seguir ao fim da Guerra, motivados pelos movimentos democráticos que se espalharam por toda a Europa, grupos de oposição foram organizados, manifestando-se contrários à permanência de Salazar e de seu governo.

Nas eleições presidenciais de 1949, vários segmentos de oposição apoiaram a candidatura do general Norton de Matos, oriundo de um grupo de militares dissidente do governo, que concorreu com o Marechal Oscar Carmona,¹ que disputava a reeleição.

Rapidamente, a União Nacional, partido do governo, promoveu uma campanha agressiva, explorando a imagem de subversivo, denunciando o apoio dos comunistas a Norton de Matos e sua ligação com a maçonaria e com grupos anticlericais. Essas denúncias abriram brechas na frente oposicionista e, conseqüentemente, levaram à desistência eleitoral. Tal situação acabou por esmorecer a oposição, até as eleições presidenciais de 1958 (Rosas, 1994, pp. 407-8).

A partir da década de 1950, a oposição assim se apresentava: o Partido Comunista Português acreditava que, diante do isolamento da ditadura, era possível, por meio de uma unidade antissalazarista formada por todos os descontentes com Salazar, derrubar o governo de maneira pacífica, pela via das urnas (Rosas, 1994, p. 522). Essa postura foi adotada pelo Comitê Central do partido, que procurava angariar apoio da oposição burguesa. Tais objetivos, entretanto, não foram atingidos, pois alguns setores da oposição não estavam dispostos a colaborar com os comunistas (Raby, 1982-3, p. 870).

Em colocação divergente, a oposição não comunista, agrupada no Diretório Democrático-Social (DDS), encabeçado por António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão, reunia, de forma geral, a oposição conservadora e liberal: membros do velho Partido Republicano Português, intelectuais socialistas, monarquistas, setores das forças armadas e grupos católicos. Definiam-se “basicamente pela sua adesão às democracias de tipo ocidental, pelo seu repúdio do comunismo e pela preocupação de estabelecer uma alternativa credível ao regime, capaz de ajudar a preparar uma evolução pacífica para o pós-salazarismo e assumir nele um papel decisivo” (Rosas, 1994, p. 519). Em um primeiro momento, o Diretório tentou uma aproximação com o PCP, mas essa parceria representaria uma dificuldade de acordo com os dissidentes do regime. Nas eleições presidenciais de 1958, os liberais não sinalizaram qualquer possibilidade de surgimento de um candidato único da oposição.

¹ O marechal Carmona foi reeleito presidente em 1949, porém morreu em 1951, antes do fim de seu mandato. Para substituí-lo, foi eleito o General Craveiro Lopes.

A campanha eleitoral de 1958

Dentro do governo, havia uma discussão em torno da escolha do candidato da União Nacional à presidência da República. De um lado, o grupo liderado pelo ministro Marcello Caetano apoiava a candidatura à reeleição do presidente Craveiro Lopes. Essa candidatura não era de agrado de Salazar, que sabia das pretensões políticas de Caetano. A permanência de Craveiro Lopes na presidência poderia pôr em risco seu cargo, já que era o presidente que nomeava e destituía o primeiro-ministro. De outro lado, Salazar, reunido com seus aliados, optou pelo Almirante Américo Tomás, um homem sem relevo, fiel, para poder vir a causar problemas.

Na oposição, já que não foi possível o lançamento de um candidato único, o Partido Comunista escolheu o advogado Arlindo Vicente. A direita da oposição procurava se aproximar dos dissidentes e descontentes do regime; o candidato deveria vir desse meio.

O capitão Henrique Galvão,² um desses dissidentes, sugeriu a António Sérgio o nome do general Humberto Delgado: 52 anos, um jovem general, adido militar em Washington e chefe da missão de Portugal junto à OTAN entre 1952 e 1957. António Sérgio já pensava em propor a um militar dissidente a candidatura à presidência. Em janeiro de 1958, o DDS convidou Delgado a ser seu candidato (Raby, 1982-3, p. 877).

Humberto da Silva Delgado nasceu em São Simão de Brogueira, Torres Novas, em 15 de maio de 1906. Cursou o Colégio Militar e a Escola do Exército, seguindo a carreira aeronáutica. Apoiou o movimento de 28 de Maio de 1926, desempenhando cargo na Legião Portuguesa, e fez parte do Conselho Técnico da Mocidade Portuguesa. Durante a Segunda Grande Guerra, desempenhou papel importantíssimo nas negociações para a instalação das Bases Aliadas nos Açores. Influenciado pelo modelo norte-americano de democracia, torna-se paulatinamente um ferrenho crítico do salazarismo.

Essa mudança de posição, de aliado a opositor do regime, se explica pela “transformação da dureza do provisório em definitiva, que não constou do programa”. A ditadura “aceita-se como um termocautério para tratar um abscesso, ação intensa mas de curta duração”.³

Segundo Ploncard d’Assac, em seu livro *Salazar: a vida e a obra*, biografia que procura exaltar a imagem do ditador português, Humberto Delgado é tido como:

um general ambicioso que, depois de ter sido um dos mais fanáticos defensores do regime, virou a casaca por considerar que lhe não tinham sido suficientemente bem pagos os

² O capitão Henrique Malta Galvão, um importante opositor do salazarismo, foi um dos protagonistas do caso do sequestro infrutífero do paquete *Santa Maria*, ocorrido em 23 de janeiro de 1961, que objetivava derrubar o governo de Portugal.

³ Disponível em: www.vidaslusofonas.pt/humberto_delgado.htm. Acesso em: 13 set. 2013.

seus altos serviços. Instável e violento, fascinava as multidões pela sua própria agitação. Cansadas de um chefe que raciocinava friamente, a massa olhou apenas para o agitador que se desbordava em paixão e irracionalidade e para o demagogo que prometia a bela vida para todos sem o menor esforço. No final de contas, o povo miúdo deixou-se cair na tentação clássica da novidade insensata (1989, p. 235).

Dentro da oposição burguesa, setores novos defendiam um maior contato com o povo, estimular mobilizações populares. Adotar se necessário uma postura populista, [...] se o populismo fosse o instrumento mais eficaz para produzir uma alteração fundamental na sociedade fechada e imobilizada do Portugal salazarista; e o general Humberto da Silva Delgado veio a ser o candidato ideal para desempenhar o papel de herói populista (Raby, 1982-1983, p. 873).

Rapidamente, a candidatura de Delgado ganhou vulto, ao ponto de Arlindo Vicente renunciar a sua candidatura, oito dias antes das eleições. Anteriormente, o Partido Comunista via com desconfiança a candidatura de Delgado, considerando que, em vez da atração de dissidentes do regime e do enfraquecimento da situação, poderia ocorrer o oposto.⁴

A campanha do general Delgado se iniciou em 10 de maio de 1958, tendo como plano de campanha:

[...] 'pátria livre, antitotalitária, cristã, alicerçada na família', alinhada com o Ocidente; reforma da 'política ultramarina', no respeito pela 'unidade de aquém e além-mar'; denúncia dos 'desmandos oligárquicos'; medidas para assegurar a realização de eleições livres, talvez com maior e mais claro relevo para as reivindicações democráticas (restauração das liberdades, libertação dos presos políticos, extinção dos tribunais plenários, organização de partidos políticos) (Rosas, 1994, p. 527).

Estava posta a ideia de uma revolução defendida por Humberto Delgado a partir da presidência que, apoiada pelos militares, garantiria um progressivo restabelecimento das liberdades.

Rapidamente, sua campanha ganhou o apoio popular, caracterizando-se pelo contato direto com o eleitorado, nas vilas e cidades, nas ruas, nos palanques; marcado pelo seu carisma e entusiasmo. Ao contrário do que recomendavam seus aliados civis, ele promoveu uma oposição aberta e direta, atacando publicamente o regime e dando a

⁴ Tal preocupação não se limitava ao PCR, outros segmentos de oposição também tinham esse temor (Raby, 1982-1983, pp. 874-5).

sua campanha um caráter original (Raby, 1982-1983, pp. 878-9), o que surpreendia e preocupava o regime, porque não se acreditava, a princípio, em seu potencial.

Deve-se, porém, ressaltar que o caminho tomado pela campanha eleitoral não se deveu somente ao potencial de Delgado. Havia, aqui e ali, manifestações populares de desagravo ao regime.

O governo, estupefato com a popularidade do general Delgado, resolve tomar atitudes drásticas para impedir as *alterações da ordem*: coloca a polícia na rua, que repressende as manifestações com violência e manda recolher os jornais que noticiam a desenvolvimento da campanha delgadista. Essas atitudes levaram a reações tenazes. Estava criado um ambiente pré-insurrecional (Rosas, 1994, p. 528).

Nas regiões mais distantes de Portugal, nas colônias e nas ilhas, porém, a campanha eleitoral teria pouca importância. Detentora da máquina eleitoral, a ditadura se utilizara de práticas fraudulentas para atingir seus objetivos (Delgado e Figueiredo, 1991, p. 91). Ocorridas as eleições em 8 de junho, tais suspeitas se confirmaram. Apuradas as urnas, 76% dos votos foram dados a Américo Tomás e 24% a Humberto Delgado.

Mesmo tendo vencido, Oliveira Salazar sabia que o regime estava abalado. Seria necessário eliminar a eleição do presidente da república por sufrágio direto na revisão constitucional prevista para o ano seguinte, impedido assim a possibilidade da eleição de alguém que, por ventura, pusesse em risco o regime (e o próprio presidente do Conselho de Ministros).

A oposição e os opositores, e principalmente Delgado, não se apaziguaram diante da derrota nas urnas. Meses depois, Humberto Delgado toma atitudes de afrontamento com os salazaristas, com o objetivo claro de não deixar esmaecer a luta iniciada ainda na campanha eleitoral. Como ainda era militar da ativa, negou-se a obedecer a ordens superiores, denunciou prisões de aliados, concedeu entrevistas a jornais estrangeiros, distribuiu panfletos, escreveu cartas de repulsa a altos funcionários do governo. Criou, enfim, o Movimento Nacional Independente (MNI) para reunir os grupos que tinham participado da campanha eleitoral (Delgado, 1995, p. 24).

Diante da balbúrdia provocada pelo General Humberto Delgado, o que fazer? Eis a dúvida que se instalou no governo.

Para o Estado Novo – como oficial da ativa que ainda era – Delgado cometera crime de lesa-pátria ao passar para a oposição; como seus atos, porém, ganharam repercussão internacional, qualquer atitude mais severa poderia fazer dele um mártir.

Em termos da busca de apoio internacional, Humberto de Carvalho, junto com Antonio Sérgio, Jaime Cortesão e outros, convidaram o político do Partido Trabalhista Inglês Aneurin Bevan, cujas ideias antissalazaristas eram conhecidas, para participar de conferências em Portugal. Em outro momento, Delgado foi convidado a visitar o

Centro Republicano Português em São Paulo. Nas duas situações existia a proibição do governo. A respeito de Aneurin Bevan, inclusive, havia uma discussão entre ele e o governo português; no caso do Centro Republicano, o governo negou o visto de saída a Delgado.

Em 8 de janeiro de 1959, Delgado perdeu sua imunidade como oficial das Forças Armadas, por meio de nota oficiosa emitida pelo governo. Essa atitude facilitou as atividades da PIDE, que programara operação visando a matar Delgado, segundo consta de uma informação datada de 15 de janeiro:

Por ordem do governo, trinta agentes da PIDE, armados, cercaram a casa do general Delgado para o prenderem e também prepararam, por sua iniciativa, uma manifestação de simpatia por ele, com cerca de mil pessoas, nas quais se contavam alguns estudantes, para se estabelecer uma confusão naquele momento e para, depois, terem de intervir a tiro, aproveitando assim a oportunidade para liquidarem o general Delgado. Mas este, graças a um amigo seu que o preveniu a tempo, conseguiu escapar-se indo procurar asilo na Embaixada brasileira (Delgado, 1995, p. 29).

As atividades da PIDE não se concentraram somente no General Delgado. Entre 1958 e 1960, houve uma investida contra o Partido Comunista Português, com prisões, torturas e mortes. Nesse decênio, aproximadamente 1.200 pessoas foram presas (Rosas, 1994, p. 531).

O asilo

Temeroso de uma nova investida da PIDE, dessa vez com sucesso, e preocupado que algo de mal pudesse ocorrer com seus familiares, Delgado pediu asilo político à Embaixada do Brasil em 12 de janeiro de 1959. O embaixador brasileiro Álvaro Lins, que se encontrava fora da embaixada, em almoço com o embaixador do Brasil em Londres, Assis Chateaubriand, foi avisado por telefone do ocorrido, tomando de pronto a atitude de permitir a permanência de Delgado na Embaixada, antes mesmo de pedir orientações ao governo brasileiro.

Ao retornar à Embaixada, Lins se encontrou com Humberto Delgado. Era a primeira vez que ambos se viam pessoalmente. Nesse momento, o general descreveu o que estava passando: perigo de vida, processos e impossibilidade de deixar o país. Não vendo outra saída, vinha pedir o auxílio da Embaixada do Brasil.

No mesmo dia, Álvaro Lins pediu uma audiência com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Matias, que o recebeu no final da tarde. O embaixador expôs a situação e se ofereceu para acompanhar o general Delgado ao aeroporto, embarcando-o

com destino ao Rio de Janeiro, de maneira discreta e sem alarde, o que evitou assim a exposição pública, bastando apenas a concordância e a autorização do ministro. Propunha-se, assim, *um acordo de cavalheiros*. Marcelo Matias, no entanto, negou qualquer existência de perigo, perseguição ou ordem de prisão contra Delgado,⁵ não aceitando, portanto, a ideia de asilo. O diálogo entre ambos se tornou um pouco tenso e, diante da postura irreduzível de Matias, Lins retirou-se, concedendo, a partir daquele momento, asilo na Embaixada do Brasil a Humberto Delgado. Ao chegar à Embaixada, fez um comunicado ao governo brasileiro, informando-o de sua atitude e esperando a homologação ou a desaprovação do presidente Juscelino (Lins, 1960, pp. 28-51).

Álvaro Lins fora nomeado embaixador do Brasil em Portugal em 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Jornalista e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, ele era um defensor da democracia e, por isso, um crítico da ditadura de António de Oliveira Salazar. Mesmo discordando da política portuguesa, mantivera, como representante diplomático do Brasil, uma relação cordial com o Estado português até o dia 12 de janeiro de 1959.

Considerando-se a política externa do Brasil, a atitude do embaixador Lins era tida como *natural*, já que a concessão de asilo político fazia parte da tradição do país (Lins, 1960, pp. 28-51). Além do mais, tratando-se do general Humberto Delgado, alguém que estava sendo perseguido por defender a democracia, a concessão de asilo tornava-se mais certa.

Em nota oficial, o governo de Salazar informou no dia seguinte o pedido de asilo do general Humberto Delgado à Embaixada do Brasil, eximindo-se, porém, de qualquer responsabilidade sobre o fato.

Continuando a dispor o Sr. General Humberto Delgado de toda a liberdade de movimentos, só um propósito espetacular de se atribuir a si mesmo a condição de perseguido político, com a invocação de perigos e ameaças inexistentes, [...] as autoridades portuguesas não têm de intervir no assunto e não lhe darão qualquer colaboração (Lins, 1960, p. 56).

Para o governo português, a ideia de asilo político não era bem clara. Portugal não concordava com as convenções do direito de asilo seguidas por outros países. No

⁵ O ministro Matias estava mentindo, pois havia um processo contra Delgado, e sua prisão poderia se efetivar, como constava em nota oficial expedida pelo governo português em 7 de janeiro de 1959. A esse respeito, salientou Álvaro Lins: “Se um militar, um oficial-general, depois de condenado em processo disciplinar na sua corporação, ainda continua sob o peso de responsabilidades *criminais*, o Estado ou o governo [...] tem não apenas o *direito*, mas até o *dever* de processá-lo no foro civil. Por consequência, o de prendê-lo a qualquer momento, em conformidade, neste caso, com a legislação do país sobre os chamados crimes contra a segurança nacional” (Lins, 1960, p. 57).

caso de Delgado, ele queria crer – ou acreditava – que tudo não passava de um exagero, tanto da parte do general como do embaixador Lins.

Inicialmente, o governo de Salazar negava-se a conceder salvo-conduto, já que afirmava não haver perigo algum para Delgado; nada mais sendo do que especulação essa suposição. Passado o momento inicial, porém, o governo de Portugal decidiu emitir um passaporte a Delgado somente quando ele saísse da Embaixada, no intuito de demonstrar que tudo não passava de um plano político. Essa proposta, porém, não se mostrou confiável aos olhos do general, que preferiu permanecer instalado na Embaixada, embora o clima estivesse ficando preocupante, como relata Álvaro Lins, em suas memórias de 15 de fevereiro:

A partir do asilo do general Delgado, e somente desde então, a sede da Embaixada [...] e a Chancelaria [...] passaram a ser fortemente vigiadas, dia e noite, por elementos da polícia. [...] Haverá de acrescentar-se a circunstância de que não se trata de polícia regular fardada, normalmente de guarda às portas das missões diplomáticas, mas sim da fiscalização exercida por agentes à paisana da PIDE (Lins, 1960, pp. 249-50).

A postura do governo português causou um impasse com o governo brasileiro; um mal-estar que perdurou por três meses. Por um lado, pela intransigência do governo de Portugal; de outro, pela relutância de uma atitude mais firme do lado brasileiro, que procurava manter intactas as relações de amizade com aquele país.

As relações entre os dois Estados pautavam-se, principalmente, por questões culturais, que uniam a história desses dois povos irmãos, ou, mais do que isso, uma relação de pai e filho, em que Portugal se orgulhava de ter *criado* o Brasil, sempre grato e respeitoso com aquele *pai*.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) houvera, inclusive, uma maior aproximação entre os dois países. Foi durante seu governo, por exemplo, que foi regulamentado o Tratado de Amizade e Consulta, que tinha como objetivo principal tratar de questões ligadas às condições dos emigrados portugueses no Brasil, bem como, implicitamente, garantir o apoio brasileiro à causa de Portugal junto à Índia. A garantia do controle das colônias (as chamadas de *províncias ultramarinas*) era essencial, política e economicamente, para Portugal.

O Brasil foi o principal aliado, ou talvez o único, a defender a política colonialista de Portugal. O que nos parece contraditório, haja vista que o Brasil, ex-colônia de Portugal, fez sua independência por não concordar com a política de exploração metropolitana. A defesa veemente por parte de alguns grupos brasileiros pode ser exemplificada com um acontecimento ocorrido em 1957, nas Nações Unidas, quando o representante português foi inquirido sobre as medidas tomadas a respeito do processo de indepen-

dência das colônias. Em sua defesa, o representante brasileiro, Donatello Grieco, proclamou: “a missão colonizadora de Portugal na América, tal como na Ásia, tal como na África, fora colocada, sempre, acima dos meros fatores materiais daquilo a que se chama colonialismo” (*Diário de Lisboa*, 31 jan. 1957 apud Gonçalves, 1997, p. 29).

A aproximação entre as duas nações sempre foi mais vantajosa para Portugal do que para o Brasil. Para os objetivos brasileiros, que almejavam um desenvolvimento econômico que diminuísse as distâncias entre ele e os países industrializados, segundo o plano do presidente Kubitschek, Portugal pouco poderia oferecer (Gonçalves, 1997, p. 29).

Esse contexto, porém, alterou-se com o advento do caso Delgado, principalmente porque houve pressão por parte de setores da sociedade e da imprensa brasileira a favor de Delgado e contra o salazarismo. Jornalistas, intelectuais, políticos de esquerda e de direita, o público em geral, manifestaram-se a favor da concessão de asilo e de apoio à atitude do embaixador Álvaro Lins.

A imprensa brasileira não deu trégua: ora pressionava por uma atitude do governo brasileiro, ora atacava e denunciava as arbitrariedades do governo de Salazar. Já os jornais salazaristas rebatiam, afirmando haver exageros: que o general Delgado não queria somente promover-se, mas provocar desordem e divisão, interna e externamente, que tal situação provocaria a discórdia dentro da colônia portuguesa no Brasil – fato que realmente estava ocorrendo.

Crítico ferrenho de Juscelino, Carlos Lacerda, líder da oposição, com toda a eloquência que lhe era patente, defendera a posição de Álvaro Lins, propondo que o passaporte de Delgado fosse entregue na casa dele, donde ele sairia acompanhado pelo embaixador. Essa postura, de certo, desagradara a Salazar, que esperava apoio da oposição brasileira.

Havia, nos meios políticos e diplomáticos brasileiros, entretanto, quem defendesse a postura e o governo português. O próprio ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Negrão de Lima, querendo de alguma maneira acalmar os ânimos por parte dos portugueses, fez crer ao exasperado embaixador português no Rio de Janeiro, Manuel Rocheta, que a responsabilidade por todo o transtorno que estava ocorrendo era de Álvaro Lins (Delgado, 1995, p. 38). Mesmo a demora do governo brasileiro em conceder asilo tinha a interferência de Negrão de Lima, defensor do salazarismo, que ambicionava a Embaixada do Brasil em Lisboa (Delgado, 1995, p. 38; Delgado e Figueiredo, 1991, pp. 167-8) – cargo que realmente alcançou com a saída de Lins, em 1959.⁶

⁶ Sobre a nomeação de Negrão de Lima para o cargo de embaixador do Brasil em Lisboa, é interessante ressaltar um incidente, a esse respeito, envolvendo o general Delgado. Em 18 de novembro de 1959, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil promoveu um banquete em homenagem ao embaixador

Mas o verdadeiro *paladino do salazarismo* (Delgado, 1995, p. 42) era o então embaixador do Brasil em Londres, o jornalista e empresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, conhecido como Assis Chateaubriand ou, simplesmente, Chatô. Dono do maior império jornalístico da América Latina, os Diários Associados, que englobava jornais, revistas, rádios e a TV Tupy, a primeira emissora de televisão do Brasil, criada em 1950.

Figura polêmica, excêntrica e contraditória, Chateaubriand era famoso por suas atitudes explosivas e uma língua ferina que não poupava ninguém: de políticos e pessoas da alta sociedade a parentes e amigos.

Simpatizante dos governos de direita – e salazarista confesso –, ele foi figura de destaque dentro da epopeia em que se transformou o caso do asilo político de Humberto Delgado. Por um acaso do destino, estava Chatô, já como embaixador em Londres, almoçando com o embaixador Álvaro Lins, em Lisboa, quando este recebeu uma ligação da embaixada, informando que o general Delgado ali se encontrava pedindo proteção. Testemunha ocular, foi a primeira pessoa que soube, pelo próprio Álvaro Lins, o que se passava na embaixada e a atitude positiva deste em relação ao pedido de Delgado (Lins, 1960, p. 31).

Assis Chateaubriand moveu *céus e terras* para tirar proveito da situação. Diante do impasse sobre o destino de Delgado, Chatô abandonou a embaixada em Londres e desembarcou em Lisboa, passando, por iniciativa própria, a fazer tratativas com as autoridades portuguesas no sentido de pressionar Lins a expulsar Humberto Delgado da embaixada. Ao mesmo tempo, passou a fazer viagens constantes entre Lisboa e o Rio de Janeiro, tentando convencer o presidente Kubitschek a desautorizar o embaixador Lins e suspender a concessão de asilo (Lins, 1960, p. 31).

Lins chegou a repreender Chatô, como relatado em 13 de fevereiro:

Frisei bem que sempre o tinha recebido aqui, e continuaria a fazê-lo, com o maior prazer, mas que o seu regresso a Portugal para esse fim (Delgado), seria interpretado pelos que não conhecem as nossas antigas e amistosas relações como uma intervenção quase oficial do embaixador em Londres num assunto que diz respeito exclusivamente à Embaixada do Brasil em Lisboa (Lins, 1960, p. 31).

A interferência de Chateaubriand atingiu proporções constrangedoras que, segundo um relatório confidencial da Embaixada da América em Lisboa, especulava-se que o diplomata brasileiro fora aliciado pelo governo português (Lins, 1960, p. 31).

Negrão de Lima. Delgado compareceu ao evento, mas sua entrada foi barrada, pois acreditavam que sua presença tinha um caráter “político” (Paulo, 2000, p. 556; Delgado e Figueiredo, 1991, pp. 167-8).

As autoridades portuguesas, por sua vez, procuravam de todas as maneiras desvincular as idas e vindas de Chatô de interesses mútuos, mesmo dando, por meio da imprensa portuguesa, grande ênfase à presença deste em seu país (Lins, 1960, p. 31).

Artigos publicados nos Diários Associados, assinados por Assis Chateaubriand, atacavam frontalmente Álvaro Lins, o governo brasileiro e o próprio Juscelino Kubitschek. Defendendo de maneira franca, por outro lado, a atitude de Salazar, que permitia, sem reservas, a difusão dessas reportagens em Portugal.⁷

Os reais interesses de Chateaubriand nunca ficaram bem claros. Segundo uma vertente explicativa, os ataques a Álvaro Lins teriam tido sua origem numa proposta feita por Chatô, que se ofereceu para buscar Humberto Delgado na Embaixada e levá-lo pessoalmente para o Brasil. Essa atitude lhe garantiria bônus junto à opinião pública brasileira em geral, que se manifestava a favor do caso Delgado. Mas tal proposta foi negada veementemente por Lins, que via a intromissão de Chatô como excessiva. Outros afirmavam que Assis Chateaubriand desejava o posto de Embaixador em Lisboa (Delgado, 1995, p. 43).

Por fim, pressionado, Chateaubriand fez uma retratação pública, mostrando-se inábil para exercer as funções de um diplomata.

Em meados de abril, chegou a Lisboa o secretário-geral do Itamaraty, Mendes Viana, acompanhado do jornalista João Ribeiro Dantas. Os dois haviam viajado para pôr um fim ao impasse do caso Delgado. Dantas assumiu com o ministro dos Negócios Estrangeiros português a responsabilidade de levar o general Delgado ao aeroporto e embarcá-lo com destino ao Brasil, fato que ocorreu em 20 de abril de 1959, tendo Delgado desembarcado no Rio de Janeiro no dia seguinte.

Delgado no Brasil

A chegada de Humberto Delgado ao Brasil foi tratada pela imprensa brasileira com grande entusiasmo. Ao desembarcar, o general foi recebido por um grupo de portugueses que o saudaram com vivas e proferindo frases contra a ditadura portuguesa. Essa recepção lhe causou surpresa, já que a notícia de sua chegada saiu com pouca antecedência.

A oposição antissalazarista que aqui no Brasil se concentrava estava organizada em alguns grupos de tendências diversas, localizados principalmente entre São Paulo e Rio de Janeiro, que viam em Delgado um elemento catalisador das forças de oposição.

⁷ Além dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, o jornal *O Globo*, de propriedade do jornalista Roberto Marinho, também defendia a política de Salazar (Paulo, 2000, p. 544).

Na visão de Delgado, a oposição tinha aqui pouca visibilidade e força, principalmente pela dificuldade de enfrentar, interna e externamente, o poder econômico dos salazaristas, além da visão positiva que grande parte da colônia portuguesa tinha de Salazar (Delgado e Figueiredo, 1991, p. 166), imagem essa difundida e fomentada pelos consulados e por algumas associações portuguesas espalhados por todo o país.

Além da imigração portuguesa tradicional, que se iniciara ainda em meados do século XIX e fora motivada principalmente pela busca de melhorias econômicas, o Brasil recebeu uma leva de imigrantes políticos. Essa imigração política não se iniciou apenas com o advento do salazarismo, pois, ainda no século XIX, o Brasil recebeu opositores da monarquia portuguesa e esse fluxo foi se mantendo à medida que se sucediam os acontecimentos políticos em Portugal. Quando da proclamação da República, foi a vez dos monarquistas procurarem refúgio no Brasil; quando da instituição do Estado Novo, foi a vez dos antissalazaristas.

Os imigrantes, de maneira geral, procuraram organizar instituições culturais e de auxílio, que atendiam às necessidades de seus membros. Com os imigrantes políticos – portugueses em particular – isso não foi diferente: eles se organizaram em instituições criadas para a discussão e defesa de seus ideais, como, por exemplo, o Centro Republicano Português de São Paulo, fundado em 1908, com grande atuação nos anos de 1930, que teve sua sede fechada em 1944, por determinação do governo brasileiro. O Centro Republicano só reabriu suas portas em 1958, onde foi se instalar a redação do jornal *Portugal Democrático*, periódico antissalazarista (Silva, 2000, pp. 46 e 48) e o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, fundado em 1932, no Rio de Janeiro. A sua luta era dividida em duas frentes: uma direcionada diretamente contra o regime português, e outra, contra uma parte do corpo dirigente da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, que defendia a política de Salazar (Paulo, 2000, pp. 523-4). Essas associações políticas procuravam denunciar a miséria e as perseguições vivenciadas em Portugal.

Para difundir suas ideias, os antissalazaristas criaram vários veículos de comunicação, entre eles, os jornais *Portugal Republicano*, *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, e o *Boletim do Centro Republicano Dr. Afonso Costa* (Paulo, 2000, pp. 527-34 e 553).

Os primeiros opositores da ditadura portuguesa chegaram logo após o golpe militar, no final dos anos de 1920, sendo um dos primeiros, João Sarmento Pimentel, ex-militar e escritor, que presidiu, no Brasil, a União Democrática Portuguesa.⁸ A ele seguiram-se muitos outros, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

⁸ A União Democrática Portuguesa tinha a seguinte comissão executiva: João Sarmento Pimentel – presidente –; Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro – vices –; Manoel Alfredo Tito de Moraes, Augusto Aragão e Manuel Sertório – secretários –; Carlos Cruz e Joaquim Duarte Batista – tesoureiros –; Antonio Rico Gonçalves, Fernando Lemos, Manuel Mise Dores, Henrique Pereira Santos

Esses emigrados tiveram pouco ou nenhum apoio da *colônia portuguesa* no Brasil, que vivia em constante vigilância pelos consulados e instituições ligadas ao governo português (Schiavon, 2007, pp. 216-22). Salazar sabia da importância de manter firmes os laços que uniam os portugueses residentes no Brasil e os que ficaram em Portugal. Esse interesse tinha principalmente razões econômicas, pois o envio de dinheiro dos emigrados auxiliava na economia portuguesa.

O combate às forças de oposição dava-se com uma maciça propaganda patrocinada pelo governo português e seus aliados, cabendo a difusão aos consulados e casas de cultura (Silva, 2000, p. 48), além da correspondência diplomática de Portugal, pedindo a interferência do governo brasileiro para coibir as manifestações contrárias ao salazarismo entre os imigrantes portugueses. As possibilidades de derrotar os salazaristas no Brasil, porém, foram remotas (Paulo, 2000, p. 519).

Paralelamente, foram proibidas no Brasil, durante a ditadura de Vargas, a criação e a permanência de associações de cunho político. Assim como era proibido, segundo determinava o Decreto-Lei n. 383, de 18 de abril de 1938, qualquer atividade política no país, ou a aderência a qualquer programa político do país de origem ou, ainda, publicar artigos, proferir conferências, palestras, discursos etc. (Schiavon, 2007, pp. 185-6).

Os anos de 1950 e 1960 marcaram o aumento do fluxo de imigrantes que se autodenominavam *imigrantes políticos*, que foram engrossar as fileiras da resistência antissalazarista. Esse fluxo sofreu um declínio quando do golpe militar no Brasil, em 1964.

O perfil desses emigrados era composto principalmente por políticos, intelectuais e artistas, que iam de monarquistas a republicanos, de liberais a comunistas. Engrossavam as fileiras dos antissalazaristas outros imigrantes, que haviam chegado muito antes da ditadura, mas que se identificavam com a causa, grande parte deles pertencentes à intelectualidade brasileira, como Caio Prado, Florestan Fernandes, Rubem Braga, entre outros.

O hiato entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da ditadura militar no Brasil foi um momento propício para os antissalazaristas; foi quando foi reaberto o Centro Republicano Português e se formou o Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão.

O desenrolar das eleições presidenciais portuguesas de 1958, com a derrota de Humberto Delgado e o sequestro do paquete *Santa Maria*, em 1961, que tiveram ampla cobertura da imprensa brasileira, trouxeram à baila discussões a respeito dos mandos e desmandos do governo de Salazar (Silva, 2000, p. 71). Um exemplo da força

e João Manuel Tito de Morais – vogais (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS-SP, Documento 41-E-5 – 5).

e da liberdade da oposição foram as manifestações de desagravo à visita oficial do presidente português Craveiro Lopes ao Brasil, em 1957, com apoio de parte da imprensa nacional (Paulo, 2000, pp. 541-2).

A chegada de Delgado nesse momento era mais do que propícia. Acreditava-se que ele daria um ânimo novo ao movimento. A força de sua imagem era tão significativa entre grande parte da oposição no Brasil que foi criada, em 5 de outubro de 1958, no Rio de Janeiro, a Associação General Humberto Delgado, com o objetivo de fazer frente à imagem de Salazar, *patrono* de associações partidárias do regime (Paulo, 2000, p. 551).

Humberto Delgado procurou angariar apoio junto à colônia portuguesa no Brasil, mas, como já foi dito, o espectro de Salazar pairava onipotente sobre parte dos imigrantes que aqui viviam. Isso foi motivo de críticas por parte de Delgado, como descreve em artigo de uma série de artigos publicados entre 7 de julho e 4 de agosto de 1959, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro:

Compatriotas, em geral condecorados, vivendo há longos anos no Brasil, possivelmente até excelentes pessoas, honestos angariadores de fortunas e frementes de amor à pátria-mãe, adoptam, porém, raciocínio primitivo em política, ao confundir patriotismo com salazarismo. O tempo passa, repassa e trespasa a história com os eflúvios mutatórios – mas os nossos condecorados ficam firme como quartzo, sem vislumbrarem o que, além-Atlântico, o país inteiro já viu, e Camões, se ressuscitasse, assim descreveria no seu português de quinhentos: ‘Cada vez em pior te vai mudando’ (Delgado, 1995, p. 53).

Paralelamente a sua militância, Delgado precisou cuidar da sua sobrevivência no Brasil. As dificuldades eram muitas, os salazaristas aqui não lhe davam oportunidades e seus aliados não se encontravam em condições de auxiliá-lo. Por fim, conseguiu trabalho como diretor de relações públicas de uma fábrica de alimentos.

Apesar de ter sido aceito como asilado político sem nenhuma restrição, Humberto Delgado teve, durante sua estada no país, uma constante vigilância pelos órgãos competentes em São Paulo: o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), a polícia política, que, a despeito da democracia então existente, continuava funcionando como um órgão de vigilância, mais do que de repressão. É o que demonstra relatório do delegado da Ordem Política, Ítalo Ferrigni, ao diretor do DEOPS, datado de 28 de julho de 1960:

Senhor Diretor, esta autoridade da Ordem Política, realmente, vem acompanhando as atividades do cidadão português Humberto da Silva Delgado, desde que o mesmo chegou ao nosso país, tendo sido ele alvo – e notadamente em nosso estado – de todas as ga-

rantias policiais e políticas, muito embora, veladamente, desenvolva atividades políticas [...] em companhia de outros súditos, espanhóis e portugueses, contrários aos regimes em vigor em seus respectivos países.⁹

As atividades do general Delgado começaram a causar preocupação nas autoridades brasileiras. Há uma troca de correspondências entre o diretor do DEOPS-SP; o governador do estado, Carlos Alberto de Carvalho Pinto; o ministro da Justiça, Arnaldo Falcão; e o chefe do Gabinete do Conselho de Segurança Nacional, o Coronel Humberto de Souza Mello, sobre a conferência que se realizaria nos dias 22, 23 e 24 de janeiro de 1960, que preocupava as autoridades “face aos seus intuitos marcadamente comunistas e atentatórios à segurança do País”.¹⁰

Mas não eram somente as autoridades brasileiras que procuravam vigiar Delgado. Havia um agente da PIDE infiltrado entre os opositores do regime português no Brasil. Tudo leva a crer que se tratava de Gusmão Calheiros, ex-membro do Partido Comunista Português – expulso por traição –, que, se dizendo professor, ganhou projeção dentro da União Nacional dos Estudantes, no Brasil (Delgado, 1995, p. 226).

Durante sua permanência no Brasil, Delgado fez vários contatos internos e externos. Viajou à Inglaterra, Holanda, Venezuela, entrando em contato com opositores do governo português que se encontravam vivendo nesses países. Em 1962, conseguiu entrar de maneira clandestina em Portugal e lá permanecer por 15 dias, sem levantar suspeitas. Aproximou-se, também, de alguns líderes dos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas. Foi a partir dessas movimentações que se vislumbrou uma nova fase na luta de Delgado: a etapa revolucionária (Delgado, 1995, p. 48).

Apesar do que esperava a oposição, Humberto Delgado era, antes de tudo, um militar. Queria organizar uma *luta armada* como única via de derrubar o Estado Novo. Já a oposição tradicional no Brasil, por seu lado, defendia o combate ideológico ao regime salazarista, com a elaboração de uma contrapropaganda, tendo Delgado como seu principal baluarte (Paulo, 2000, p. 555).

Quando retornou ao Brasil, Delgado deparou-se com uma enxurrada de críticas, ora dos opositoristas – que discordavam do seu discurso beligerante como único meio de derrubar o salazarismo –, ora das autoridades brasileiras – que o acusavam de usar o Brasil simplesmente como uma base de apoio para operações contra Portugal, violando assim o estatuto de asilo. Diante dessas e de outras questões, Delgado partiu do Brasil em dezembro de 1963.¹¹

⁹ Documento 41-E-5 – 1. Brasil. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Fundo DEOPS-SP.

¹⁰ Documento 41-E-5 – 1. Brasil. APESP. Fundo DEOPS-SP.

¹¹ O general Humberto da Silva Delgado foi assassinado em Badajoz, na Espanha, em 13 de fevereiro de 1965, por agentes da PIDE, quando ia se encontrar com alguns aliados.

Referências

- BRASIL. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS-SP, Documento 41-E-5 – 1 e 41-E-5 – 5.
- D'ASSAC, J. Ploncard. *Salazar: a vida e a obra*. Lisboa: Verbo, 1989.
- DELGADO, Humberto. *A tirania portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- DELGADO, Iva e FIGUEIREDO, António de (orgs.). *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- GONÇALVES, Williams. “Brasil e Portugal nos anos 50: interesses e fraternidade”. *Revista da Cátedra Jaime Cortesão*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados / USP, v. 1, n. 1, jul. 1997.
- LINS, Álvaro. *Missão em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, v. 1.
- PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.
- RABY, David L. “O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958”. *Análise Social*, Lisboa, v. 18, n. 72-73-74, série 3-4-5, 1982-1983.
- ROSAS, Fernando. “O Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994, v. 7.
- SCHIAVON, Carmen G. Burgert. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)* (tese). PUC-RS, 2007.
- SILVA, Douglas Mansur. *A ética da resistência: os exilados antissalazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975)* (dissertação). Unicamp, 2000.

Relações luso-brasileiras: a circularidade cultural, o pensamento político de Plínio Salgado e o conservadorismo português

Leandro Pereira Gonçalves

“Deus dirige os destinos dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade” (Salgado, 1932, p. 2). Com um apelo salvacionista de cunho nacionalista, Plínio Salgado lançou em 7 de outubro de 1932, na cidade de São Paulo, a Ação Integralista Brasileira (AIB), estabelecendo-se como um grupo político que tinha como propósito a formação de um grande movimento nacional. A partir de então, obteve intenso e rápido crescimento, até a decretação do Estado Novo brasileiro, em novembro de 1937.

Por meio desse movimento político, ficou conhecido Plínio Salgado, líder do movimento, que possuía um forte discurso. Com uma sólida base cristã, canalizava para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político.

A AIB pode ser considerada como o “mais bem-sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos” (Pinto, 1994, p. 143). Não há dúvidas de que o momento

auge do integralismo e de Plínio Salgado na política brasileira foi o período relativo à legalidade da AIB, no contexto de fascitização que viveu o Brasil nos anos 1930 (Dutra, 1997, p. 16). Por meio do movimento, consolidou-se como líder e intelectual com pretensões ambiciosas na sociedade brasileira do período entre Guerras.

Um dos pontos centrais das reflexões promovidas tem como propósito verificar e definir determinados pontos que influenciaram o pensamento de Plínio Salgado, que tinha preocupação em legitimar a originalidade do movimento integralista. No entanto ao verificar as bases de formação, não é possível enxergar qualquer processo de vanguarda, mas sim de mimetismo e inspirações de determinadas doutrinas.

Como qualquer outro movimento fascista, a AIB pretendeu construir um programa original, principalmente no seu nacionalismo, mas o Estado Integral dos ideólogos aproximava-se bastante do Estado Nacional Sindicalista. No projeto político da AIB, a influência mais importante do Integralismo Lusitano (IL) e do Nacional Sindicalismo (N/S) foi, sem dúvida, no corporativismo. Salgado, particularmente, sintetizou alguma influência italiana com a literatura corporativista de António Sardinha. Alguns pontos do programa, como da autonomia municipal, tema caro aos teóricos do IL, foram diretamente adaptados à realidade brasileira (Pinto, 1994, p. 144).

A investigação verifica a existência de diálogos ocultos entre o autor e os congêneres europeus na elaboração e formação do movimento pliniano, elementos que deixaram de ser ocultos em momentos posteriores. Em 1945, ele escreveu uma correspondência ao integralista lusitano Hipólito Raposo com a intenção de agradecer-lhe a oferta da coleção bibliográfica *Integralismo lusitano*, explicitando a relação existente entre os movimentos, contradizendo pensamentos anteriores cujo propósito estava na defesa da originalidade.

A Hipólito Raposo, meu presadíssimo amigo. Agradeço, de todo o coração, a oferta que me fez da coleção completa (por mim desde há meses tão procurada) do *Integralismo lusitano*. Posso, agora, reler aqueles artigos que tanto entusiasmo despertaram num pequeno grupo de brasileiros de S. Paulo, à altura também inflamados por um pensamento idêntico ao que inspirava e dirigia as atividades da esplêndida revista. Por este valioso presente, expressivo pela significação da fraternidade que nos une, receba, meu caro amigo, o abraço do seu admirador. Plínio Salgado (Salgado, 1945).

Verifica-se, na década de 1930, uma tentativa de tentar ocultar qualquer componente de inspiração ou influência. A visão de vanguarda exigia um pensamento modernista e inovador perante a sociedade brasileira e defendia ser uma espécie de

marco zero, caracterização que os movimentos conservadores de cunho radical também adotavam para a aceitação da intelectualidade. Foi assim, em Portugal, com o IL; e, no Brasil, com a AIB.

Pretende-se identificar elementos da trajetória de Plínio Salgado para a formação e o desenvolvimento do integralismo brasileiro em suas mais variadas fases, buscando as múltiplas matrizes discursivas e a circularidade cultural no campo das apropriações no trato com os componentes lusitanos. Com matrizes múltiplas, tinha como propósito a construção de uma doutrina política original. No entanto, a circularidade de ideias do período fez com que o Chefe sofresse influências consideráveis para a formação de seu pensamento, tendo, em Portugal, o exemplo doutrinário, o Integralismo Lusitano: um movimento de cunho nacionalista da direita radical que teve visível formação embasada na precursora do conservadorismo, a Action Française, que, assim como todos os grupos políticos do princípio do século XX, estabeleceram uma resposta prática à teoria proferida pelo Papa Leão XIII, em 1891, por meio da *Rerum Novarum*. Vê-se a existência de uma espécie de “e/imigrações das ideias conservadoras” no início do século como elemento fundamental para a compreensão do sentido político contemporâneo no Brasil e em Portugal (Gonçalves, 2014).

Através de referências textuais e documentais, tem-se como foco uma introdução em torno da relação comparativa, teórica e prática entre o integralismo português e o brasileiro na concepção de orientação doutrinária de Plínio Salgado em torno de um discurso político baseado na visão cristã espiritualista. A análise tratada tem como fundamentação níveis políticos em torno do discurso luso-brasileiro.

Os integralismos não têm a mesma significação, e tampouco podem ser colocados como similares de forma totalizante. No entanto, é visível que o movimento lusitano serviu de abertura para o pensamento do congênere brasileiro. O conservadorismo português estava inserido em uma série de circularidades de ideias e práticas que promoveu a sua inspiração política. Através de uma associação entre as matrizes vindas da infância, da juventude e da interlocução com os modernistas, o autor iniciou uma série de apropriações de ideias que estavam disponíveis no seu tempo. Havia uma circularidade cultural em que o conservadorismo português e o brasileiro estavam inseridos. Com essa relação, vê-se a constituição da trajetória histórica do sujeito político que foi Plínio Salgado.

Antes da Primeira Grande Guerra Mundial, um grupo de jovens monarquistas fundou um clube político denominado Integralismo Lusitano (IL), que, em pouco tempo, após a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, foi transformado de clube literário em ação política organizada, com o intuito de realizar revoltas em prol da monarquia portuguesa (Pinto, 1994, p. 24). A monarquia proposta buscava o “estabelecimento do regime corporativo para as profissões e misteres” (Monsaraz, 1920, p. 25).

Alberto Monsaraz, na *Cartilha monárquica*, em 1920, definiu que o objetivo do IL não pode ser confundido “com as repúblicas monárquicas do século XIX, vulgarmente chamadas *monarquias liberais*” (Monsaraz, 1920, p. 5). O principal suporte político da direita radical portuguesa encontrou baliza no IL:

A sua proposta era de ruptura total com o sistema liberal, apontando para a construção de um Estado Nacionalista baseado no corporativismo integral. Os traços de fascização desse setor eram crescentes desde o pós-guerra, visíveis nas tentativas de criação de um partido de massas aproveitando a nova conjuntura da Ditadura Militar e na opção de modelos mais carismáticos de legitimidade (Pinto, 2004, p. 30).

Em torno dessa categorização, verifica-se que alguns membros do IL tiveram contato com a *Action Française*, que serviu de base inspiratória para a idealização do grupo fundado em 1916. Esse grupo tinha como principal teórico o católico António Sardinha, além de Rolão Preto, que se destacou por ser o mais jovem do grupo e por fazer parte de um núcleo marcado pela influência cultural do principal movimento da direita radical francesa (Pinto, 1994, pp. 24-5).

O integralismo deixou uma profunda marca intelectual na cultura política portuguesa do século XX, sendo dividido em três grandes fases. A primeira, da fundação até a ditadura sidonista de 1917-1918; a segunda, até 1922, quando tentou organizar um movimento político; a terceira, um momento de maior proliferação descentralizadora dos núcleos até a dissolução, em 1932 (Pinto, 1994, pp. 25-31).

A análise do integralismo é fundamental para a compreensão da política do século XX em Portugal: “sem o integralismo, não seria possível compreender a história das ideias e dos fatos em Portugal do nosso tempo – o *Integralismo Lusitano* explicava-o e explicava-nos” (Quintas, 2004, p. 13). Sem o IL, não é possível compreender de fato o integralismo brasileiro, em especial, o pensamento político de Plínio Salgado, uma vez que há identificação de elementos de proximidade entre os grupos conservadores radicais do Brasil e de Portugal:

A Ação Integralista Brasileira possuía todos os elementos de caracterização externa do fascismo, como a camisa-uniforme, nascida da *camiccia nera* de Mussolini, que nele era verde (como nos congêneres romeno e húngaro), tendo sido parda no nazismo, preta nos fascistas tchecos e ingleses, azul nos irlandeses e nos portugueses de Rolão Preto; e até dourada num agrupamento mexicano aparentado. Ou, ainda, o signo de conotação meio mística: *fascio littorio*, suástica, cruz de flechas, tocha e, no Brasil, o sigma somatório. Ou, também, a saudação romana, comum a todas as modalidades e que entre nós passou por um processo revelador de assimilação, identificando-se à saudação indígena de paz com o

brado “Anauê”. Resultou uma saudação nacional, peculiar, reveladora do indianismo que sempre reponta em nossos diferentes nacionalismos como busca do timbre diferenciador; mas que nem por isso deixa de ser manifestação do sistema simbólico do fascismo, em geral (Candido, 1999, p. 19).

O objetivo não é limitar a relação do IL com a AIB simplesmente em simbologias ou rituais, mas também verificar relações, influências e afinidades, além de trocas das matrizes em torno dos componentes políticos. Os integralistas lusitanos não aceitavam o rótulo de miméticos ou plagiadores do pensamento encontrado na *Action Française*, pois haveria, assim, uma perda da imagem de algo novo para a sociedade. Essa preocupação também foi demonstrada por Plínio Salgado e demais grupos conservadores radicais do início do século XX, que tinham a necessidade básica de afirmar a originalidade perante a sociedade e não afirmavam diretamente quais eram suas matrizes culturais, muito menos de suas apropriações. Um dos idealizadores do pensamento lusitano, Hipólito Raposo, afirmou em torno dessa necessidade:

O equívoco de uns e a má-fé de muitos cercaram o Integralismo Lusitano de um rumor de suspeição que o acompanhou desde os primeiros passos. E ainda agora, após tantas justificações, este movimento de renovação nacional é considerado por muita gente como simples artigo de importação francesa, sem fundamento tradicional, sem razão de vida própria, enfim, como um caso de moda intelectual ou de pedantismo culto (Raposo, 1929, p. 12).

O objetivo está na promoção de uma história comparada entre os integralismos, a fim de verificar a circularidade de ideias e práticas contidas nos movimentos conservadores de cunho radical. A discussão em torno de uma possível originalidade não é alvo de investigação, até porque:

Surgirá em 1964 o primeiro trabalho sobre o tema, da autoria de Carlos Ferrão. Obra que se pretende exaustiva, na qual este não esconde o seu objetivo: provar que o IL é uma cópia aportuguesada da *Action Française*, no fundo, mero fenômeno de importação com máscara nacionalista (Pinto, 1983, p. 1.410).

Diversas vertentes historiográficas teceram análises e reflexões sobre o movimento lusitano e percebe-se a importância da utilização do termo geração para caracterizar com propriedade os integralistas lusitanos, pois, como foi afirmado, o movimento faz parte de um momento de emergência de uma juventude intelectualizada de Portugal, mais especificamente da Universidade de Coimbra, que tinha como propósito criar uma

nova organização dentro da república: “Nascidos nos anos 89-91 do século passado, é na Universidade de Coimbra que, nos anos que medeiam 1907-11, irão adquirir o fundamental da sua personalidade intelectual” (Pinto, 1983, p. 1.411).

Plínio Salgado nasceu em 1895, ou seja, do outro lado do Atlântico, alguns anos antes, mas, contextualizado na mesma geração dos lusitanos, existia o congêneres brasileiro. Mas, ao citar essa relevância, não se pode deixar de comentar uma diferença entre o brasileiro e os lusitanos que viriam a ser companheiros políticos nas décadas seguintes: ele não tinha uma formação acadêmica como os demais. Em um primeiro momento, essa afirmação pode parecer pedante, mas é necessária para identificar determinadas análises que o líder brasileiro teceu.

O integralismo brasileiro muito se assemelha ao IL, uma vez que a base do nacionalismo, anticomunismo e a presença de intelectuais tradicionais católicos esteve presente no movimento brasileiro, assim como no português. O IL surgiu em Portugal, no século XX, em um contexto de reações às doutrinas emergentes, e representava uma reação conservadora aos avanços de modernização pelos quais o mundo passava naquele momento. O movimento integralista lusitano era o espaço de representação do que havia de mais conservador na sociedade portuguesa no contexto político. O início do movimento ocorreu oficialmente em 1913, quando a expressão IL foi usada pela primeira vez na revista *Alma Portuguesa*, por Luís de Almeida Braga, um dos “mestres”¹ do movimento.

O IL nunca se transformou em uma agremiação política totalmente organizada em uma concepção partidária ou regimental. O movimento, por ser um celeiro de intelectuais, agia principalmente no campo das ideias, tendo as letras como principal arma de desenvolvimento político. “O Integralismo Lusitano foi um movimento político que, acima de tudo, sempre se caracterizou por um grande elitismo social e cultural” (Martins, 2004, p. 271). O movimento mãe, *Action Française*, tinha uma força organizativa, o que deu sustentação aos grupos. Contudo, “o Integralismo Lusitano nunca se transformou numa liga política com uma solidez organizativa equiparável à *Action Française*” (Pinto, 1994, p. 31).

A ausência de uma força organizativa do IL não tem ligações únicas com sua caracterização, mas também com o momento que o país vivia, uma vez que a organização republicana não criou um mecanismo democrático que propiciasse a incorporação de novos atores políticos (Pinto, 1994, pp. 102-3). Os monárquicos integrais enxergavam uma associação entre partidos políticos contra o mal democrático que precisa ser combatido. Segundo cartilha do movimento: “Para a Democracia, a Nação não existe

¹ Termo utilizado por José Manuel Quintas ao mencionar os fundadores (1ª geração) de integralistas lusitanos (cf. Quintas, 2004, p. 22).

organicamente; só há partidos políticos, agrupamentos numéricos de indivíduos-eleitores, lutando em nome do interesse público para utilidade dos associados” (Monsaraz, 1920, p. 14). A falta de uma força burocrática, em caráter partidário, gerou obstáculos no sentido do crescimento político, o que criou a ramificação do grupo.

Excetuando-se o período relacionado a essa nova organização política nascedoura no interior do IL, o Nacional-Sindicalismo (N/S), as bases políticas sempre foram mantidas e foram justamente elas as responsáveis por circular no Brasil ideias que mereceram atenção na Ação Imperial Patrionovista Brasileira, grupo neomonárquico, que é caracterizado como uma das bases organizacionais da AIB. Os integralistas lusitanos

afirmaram-se como nacionalistas e corporativistas, monárquicos e reacionários, tradicionalistas e organicistas, antiparlamentaristas, positivistas de direita (como Barrès e os teóricos da Action Française, Maurras, Daudet e Bainville), cientificistas (o caso mais notável é Pequito Rebelo embrenhado na leitura de Gustave Le Bon), profetas da sociedade antiburguesa (como Geroge Sorel e George Valois agremiados no Cercle Proudhon) e antimaterialistas, progressivamente neotomistas (sobretudo António Sardinha, na esteira de Jacques Maritain e de Maulnier) (Carvalho, 1995, p. 87).

O brasileiro utilizou ideias pautadas na leitura de Le Bon e de outros teóricos, ainda que seu pensamento fosse marcado pela ambiguidade, pois adotou uma teoria que era criticada por ele próprio (Gonçalves, 2012, pp. 65-70). A sua apropriação, incorporação e conhecimento são marcados por relações semelhantes aos companheiros integralistas de Portugal, uma vez que o campo de partida do IL foi o da intelectualidade, antes de enveredar para a organização política (Pinto, 1983, p. 1.410).

A consolidação do pensamento literário em torno do discurso reformista, conservador e radical pautou a década de 1920, no Brasil, por meio do movimento verdeamarelismo, sendo o caminho feito da mesma forma que os lusitanos, pouco antes. A literatura sempre teve um papel fundamental para a construção do movimento brasileiro e, como já afirmado, no caso lusitano, a importância é ainda maior no sentido de congregar, pois não havia consenso entre os *mestres*.

O N/S foi criado após uma ramificação que ocorreu no IL, tendo em Rolão Preto a liderança central. Conhecidos como camisas azuis, representou “um processo de fascização do Integralismo Lusitano” (Pinto, 1994, p. 102). A organização política cresceu rapidamente e representou uma espécie de radicalização do IL. Rolão Preto pode ser caracterizado como “o primeiro fascista entre os fundadores do IL” (Pinto, 1994, p. 103).

Os fascistas portugueses (N/S) usavam as camisas azuis, representando os trabalhadores, e a cruz de Cristo, simbolizando a tradição portuguesa. Rolão Preto estabelece que o nascimento do movimento ocorreu, assim como os movimentos europeus congêneres, fascismo e nazismo, sem um programa rigorosamente definido. O nacionalismo era o ponto central do movimento e era identificado como uma herança vinda dos propósitos idealizados pelo IL (Pinto, 1994, p. 108).

O N/S, por apresentar um discurso visivelmente opositor ao governo Salazar, não conseguiu permanecer na legalidade por muito tempo. Em 1934, o Estado Novo português iniciou uma repressão sistemática contra qualquer ação do movimento. Apesar da proibição, manteve-se ativo até o final da Segunda Guerra Mundial. A vida clandestina do N/S divide-se em dois períodos: entre 1934-1936, o movimento ainda consegue manter alguma atividade; e a partir de 1936 até o final da Guerra, ele não passa de uma rede de amigos políticos (Pinto, 1994, pp. 293-5).

Verifica-se que a radicalização conservadora propagada pelos N/S enxergou em Plínio Salgado uma possibilidade de ascensão nas relações luso-brasileiras.

Muito Ilustre Camarada do Além-Mar: Em meu nome pessoal, em nome do Nacional Sindicalismo, movimento político similar ao do Integralismo Brasileiro, de que é Chefe a figura prestigiosa de Rolão Preto, uma das maiores cabeças da intelectualidade lusitana e pessoa de formoso caráter, apresento a V. Ex^a, de começo, as melhores saudações. Dizer-lhe como seguimos de perto, com o melhor do coração e o melhor dos entendimentos, a marcha do integralismo brasileiro, quanto admiramos Plínio Salgado, seu Chefe prestigiosíssimo e figura de singularíssimo talento na vida intelectual brasileira, julgo-o desnecessário. Tomo a liberdade de lhe escrever, meu Ilustre Camarada, para lhe enviar a brochura anexa, de Eugênio de Belonor, pseudônimo de um sacerdote católico, o Pe. Antonio Rezende, um dos mais entusiastas dos mentores N.S. Brevemente lhe enviarei o livro do Dr. Rolão Preto (um dos primeiros definidores do Nacionalismo Português e companheiro de António Sardinha), que acaba de sair, sobre os acontecimentos de Espanha e que tanto êxito obteve. Espero que em troca V. Ex^a terá a bondade de me distinguir com a oferta dos seus excelentes livros, não só de doutrinação puramente política, mas os seus romances de intenção também verdadeiramente integralista. Tenho lido com verdadeira paixão todos os livros que tenho podido de sua autoria, mas são infelizmente poucos. Apesar de perseguido pelo Estado, o Nacional Sindicalismo é um movimento em permanente vibração. Todo ele segue com verdadeiro interesse as lutas dos seus irmãos brasileiros e deseja o triunfo da candidatura de Plínio Salgado à suprema magistratura do Brasil. Muito me interessava receber os jornais e revistas *integralistas* brasileiras. Estabelecer-se-ia assim um mais estreito intercâmbio cultural, sempre

de grandes vantagens. Desejando as maiores venturas ao Integralismo e ao seu Chefe prestigioso, afirmo-me com a maior das estimas e apreço (Guimarães, 1936, p.).

A correspondência apresenta uma riqueza documental na análise, uma vez que é possível perceber que há uma relação de trocas entre os movimentos, principalmente em torno da semelhança e proximidade política. Entende-se porque Plínio Salgado procurou Rolão Preto logo na primeira semana de exílio, em 1939. Um intercâmbio político e informativo entre Brasil e Portugal representaria, para aquele momento, uma excelente estratégia de expansão dos ideais corporativos, uma vez que os regimes em vigor – salazarismo e varguismo – alteraram as estruturas organizativas dos respectivos países.

O N/S é entendido como um período do IL no sentido da radicalização fascista, mas com determinados aspectos mais delimitados em relação ao combate político, encarando a ameaça comunista e socialista como papel central na defesa nacionalista. A pretensão da investigação no que tange ao IL e ao N/S é promover a identificação dos elementos comparativos entre os grupos portugueses com o brasileiro. Dessa forma, no interior do objeto analítico, pode-se afirmar que a política fomentada na Universidade de Coimbra, oriunda de uma cultura francesa com dogmas clericais e inspirada na euforia italiana, fez com que ocorresse no Brasil a consolidação do discurso nacionalista conservador radical de Plínio Salgado.

Os processos políticos dos integralismos foram criados com um aspecto de busca da verdade em consonância com um necessário convencimento. Em conferência na Faculdade de Direito de Recife, em 1933, ele afirmou que: “a mobilização de pensadores, estudiosos, intelectuais, é condição fundamental do êxito desta campanha. São eles que devem transmitir ao povo o conceito sereno da verdade” (Salgado, 1995, p. 57). Ou seja, a verdade integral era colocada como a defesa da sociedade, e a busca pela doutrinação das massas era um elemento central do movimento, tanto é que, no mesmo ano da afirmação anterior, disse, ao lançar mais uma obra literária de catequização: “O povo compreendeu-o. A ideia nova, que palpita nele, iluminou as consciências. Centenas de milhares de brasileiros vestiram a camisa-verde, após a leitura dessas páginas” (Salgado, 1937a, p. 10). A prática da cultura política nacionalista “preconiza a criação de um Estado autoritário, eventualmente monárquico, que assentaria nas comunidades naturais, a cultura política católica procura as vias da realização do cristianismo na cidade através de organizações políticas diversas e por vezes opostas” (Berstein, 1998, p. 354).

Tais concepções culturais estiveram presentes não só no integralismo brasileiro, como também no movimento similar português, em que os integralistas se definiam como doutrinadores, ou seja, aqueles que possuem uma verdade a ser levada para a sociedade. Anos antes das palavras de Plínio, um dos *mestres* do movimento lusitano,

Pequito Rebelo, em 1921, disse: “O integralismo, verdadeira ressurreição do espírito nacional, é ao mesmo tempo uma doutrina de princípios, um sistema de instituições e uma disciplina de combate” (Rebelo, 1921, p. 5). Os princípios podem ser caracterizados como elementos políticos de dominação, por isso a preocupação dos movimentos em criar mecanismos de entendimento popular. Pequito Rebelo argumentou: “é conveniente que o integralismo seja traduzido na simples e forte linguagem do lavrador, que tem uma fala e um pensamento, aprendidos na escola da Terra” (Rebelo, 1921, p. 5). A dominação e a catequização seriam mais plausíveis, ponto de vista compartilhado também por Plínio Salgado.

Uma das formas de expansão dos movimentos conservadores era através da educação. Dessa forma, os portugueses criaram juntas escolares com o objetivo de desenvolver, com mais propriedade, o movimento. Em 1931, na cidade de Coimbra, a Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano lançou um comunicado que dizia:

O esforço doutrinário do Integralismo Lusitano, em menos de duas décadas, bastou para varrer da melhor parte da mentalidade portuguesa a nuvem fantasmagórica e mitos que de há muito a vinham degradando. Dia a dia, os fatos de cá e de fora vêm dando luz mais viva às nossas diretrizes políticas, sociais e econômicas. [...] É nosso propósito promover a publicação duma série de estudos políticos, econômicos e sociais, de instante oportunidade, subscritos por alguns dos melhores valores do nacionalismo português. Só com grandes sacrifícios, que voluntariamente aceitamos, poderemos vencer as enormíssimas dificuldades materiais com que inevitavelmente vamos defrontar-nos. Conosco trazemos apenas aquela fé inabalável que multiplica as forças, e o entusiasmo, sem mancha da nossa mocidade (Portugal, 1931).

A chamada doutrinação era elemento central dos movimentos radicais do século XX. A AIB possuía diversos periódicos² com o objetivo de divulgar os preceitos integralistas: “No período de existência legal do movimento integralista foram editados 138 jornais oficialmente ligados ao movimento, sendo dois de circulação nacional, trinta de circulação regional e 106 de circulação local ou nuclear” (Oliveira, 2011-2012, p. 25). Sobre a imprensa, afirmava que:

A grande missão que o país tem o direito de exigir da imprensa nestes dias [...] é, acima de tudo, doutrinar. Doutrinar a boa doutrina, que é aquela que se origina da consideração superior dos acontecimentos [...] num rumo de superior finalidade política. [...] A imprensa falhará a sua finalidade, se se alistar [...] como orientador

² Partes dos periódicos foram analisadas em Gonçalves e Simões (2011-2012).

de grupos ou de classes, de interesses pessoais e de conchaves de ambições, [...] não prestará nenhum serviço a nacionalidade. Agirá como uma deseducadora das massas (Salgado, 1935a, pp. 157-61).

O incentivo educacional era elemento central do seu discurso, que tinha como preceito a dominação. A necessidade de doutrinar e mostrar à sociedade caminhos a serem seguidos era um dos pontos centrais do pensamento pliniano: “A alma de um povo só se desperta com coragem, com fé, com energia, numa arregimentação contínua, em permanente doutrinação” (Salgado, 1935a, p. 198).

Um dos alvos da sua ação pedagógica eram as crianças, vistas por ele como elemento maior a ser atingido, o que pode ser constatado em artigo publicado em *A Offensiva*, em 26 de janeiro de 1937:

Essa obra, que temos realizado, de educação constante, não mais perecerá. Temos ensinado às criancinhas a lição da bondade e do amor de Deus e da Pátria; temos ensinado aos moços a lição da virtude, da castidade, da severidade, da saúde do corpo e do espírito, a higiene física e moral, a bravura, a fé, a esperança, a alegria; temos ensinado aos tristes, aos melancólicos, aos displicentes, aos cétricos, a lição dos júbilos interiores que provem das energias da consciência e das forças imortais do coração; temos ensinado aos que envelhecem a arte de envelhecer com dignidade, impondo-se ao respeito; temos ensinado aos fracos a lição da fortaleza, aos revoltados, a lição do otimismo criador (Salgado, 1937b, pp. 181-2).

O sentido da valorização nacionalista foi outra convergência entre os integralismos na ótica da doutrinação, baliza central dos movimentos conservadores radicais do século XX. A ideia de nação passou a ser outro ponto de reflexão para ele e para os lusitanos. Para os portugueses, além do mal causado pela implantação da república, em 1910, promotora da destruição da nação, esta deveria ser recuperada da destruição causada pela monarquia absolutista, mas com uma particularidade: para os integralistas lusitanos, a visão sobre o absolutismo não correspondia à visão tradicionalista que identificava o poder pessoal como monarquia absoluta.

O objetivo dos integralistas lusitanos não era simplesmente promover a restauração nacional da época monárquica, e sim criar um elemento que pudesse justificar a necessidade de retomar o Portugal dos chamados *tempos áureos*, no processo caracterizado como medieval. António Sardinha afirmou que “é de uso corrente reputar-se à Idade Média como um eclipse duradouro da inteligência humana, só ressuscitada do seu sono longuíssimo pelos clarões vitoriosos da Renascença. A calúnia da Idade Média é a calúnia contra a Igreja (Sardinha, 1975, p. 20). Ou seja, os valores medievais de de-

fesa nacionalista estavam associados a uma prática cristã. Tal modo de pensar levou-o a afirmar que “construir uma Pátria é muito difícil [...] porque uma Nação pode ser uma obra política, mas uma Pátria é uma arquitetura moral e espiritual” (Salgado, 1936b, pp. 15-8). Pensar o nacionalismo com a prática religiosa era o caminho difundido por ele, que discursava aos militantes defendendo a relação entre o sentimento nacional e o pensamento cristão.

O renascimento espiritual foi um movimento que se manifestou sob a influência francesa, com o objetivo de restaurar valores espiritualistas na poesia, na prosa e na filosofia. “Esse movimento de espiritualização dos intelectuais é marcado, como o da França, no início do século, por um espírito antimoderno, antiburguês pela nostalgia da Idade Média” (Trindade, 1979, p. 30).

A prática em relação à defesa espiritual era um artifício, além da crença, que conseguia mobilizar a sociedade em torno do ideal integralista: “espiritualismo sem o nacionalismo é um erro que atenta contra a natureza humana”, dizia Plínio Salgado, que se apresentava como portador da única forma de conter os anticristãos (Salgado, 1936a, p. 22).

Nesse mesmo processo, os lusitanos, no início do século XX, caminhavam no sentido de buscar uma solução para os problemas portugueses e, como afirmado, a ideia dos integralistas era retroceder, não com o objetivo de demonstrar atraso, até porque o grupo acreditava estar na modernidade: “O fato de o Integralismo Lusitano defender a monarquia, o catolicismo, a divisão social em ordens, e, em alguns casos, a Inquisição, não nos deve fazer esquecer que os integralistas se sentiam fundamentalmente revolucionários, radicalmente modernos” (Ferreira, 2009, p. 247).

No início do século XX, os integralistas mostravam certa preocupação com o rumo do que definiam por *Lusitanidade*, ou seja, o nacionalismo português como glorificação das raízes no espaço da antiga Lusitânia. Para os integralistas, o caminho de retomar a origem mais pura de Portugal no contexto de grandeza do país era o real objetivo de luta.³ Em 1923, o discurso do movimento tramitava na seguinte concepção, segundo Fernão da Vide:⁴

Precisamos, pois, de restaurar Portugal na pureza das instituições que fizeram a sua glória e que provieram em linha reta do seu gênio social e político. Se a sua vida se desnacionalizou, se deixou de ser bem português em algumas das mais belas manifestações do seu

³ A busca da lusitanidade ocorreria após o estabelecimento da monarquia corporativista: “a Monarquia é o sistema de governo mais natural e lógico e o único que pode realizar a unidade nacional e garantir os benefícios da paz, da ordem pública e da justiça pelo prestígio da autoridade” (Monsaraz, 1920, p. 47).

⁴ Pseudônimo do integralista lusitano Francisco Maria Beliz (1890-1959).

espírito, nas suas atuais maneiras e tendências, e se muito particularmente o deixou de ser no bom governo da sua casa, urge que nós o nacionalizemos, o reaportuguesemos, o reconduzamos à claridade primeira do caminho por onde outrora seguiam seus passos, na firmeza tranquila de quem não conhece tortuosidades ou desvios. Façamos que Portugal se ponha de acordo consigo mesmo, que regresse à linha de evolução naturalmente marcada pelo íntimo sentido do seu melhor passado (1923, p. 60).

Por isso era preciso a retomada dos valores medievais. Em 1924, António Sardinha afirmou que “a constituição histórica da Europa, apoiada na propriedade e na família, é estruturalmente medieval e católica” (Sardinha, 1975, p. 33). Para o grupo, era preciso reconstruir o passado digno de Portugal, incidindo o passado medieval de glórias em um ambiente católico: “Segundo esta visão, de um Portugal tranquilo, pacatamente próspero e tradicional, a Idade Média terá sido o ponto alto da história portuguesa, [...] toda ela tem o caráter duma saudade de embelezamento do passado” (Cardoso, 1982, p. 1.402).

Em uma concepção teórica, o regresso à monarquia poderia parecer uma involução: mas, na concepção integralista, com a retomada política, o respeito pelos costumes, mediante um rei legítimo e autoritário, Portugal renasceria, pois, entendendo o IL como um movimento tradicionalista, conservador e contrarrevolucionário, a monarquia era vista como a única saída para as dificuldades de Portugal (Ferreira, 2005, pp. 250-1).

Dessa forma, o caminho liberal adotado por Portugal no início do século XX seria excluído e a grandeza restabelecida com a “restauração de uma tradicional concepção do Estado-Nação, contra a concepção liberal do Estado, fundada no individualismo político e expressa pelo sufrágio universal na democracia parlamentar” (Cruz, 1982, p. 154). Assim, nessa associação de política e religião, a visão nacionalista poderia ser mais bem percebida, uma vez que o pensamento baseado na concepção cristã tem a exaltação máxima no discurso dos membros do movimento.

Na mesma tônica, ele defendia a reconstrução do Brasil. Enquanto para os integralistas de Portugal era preciso retomar a *lusitanidade*, para os brasileiros era preciso a busca da *brasilidade*.⁵ O próprio líder brasileiro afirmava que as relações entre Europa e Brasil eram próximas, pois os males existentes eram os mesmos.

Teoricamente, a *brasilidade* deveria estar na raiz indígena existente no Brasil. Os valores dados ao tupi-guarani, como a saudação “Anauê”, são um exemplo claro da imagem que tentava transmitir. No entanto, é preciso notar que a busca da brasilidade não ocorreu unicamente e necessariamente nos indígenas. A exaltação do “gentil” era

⁵ Para a Action Française, a história da França parece traduzir-se numa oscilação de coerência, num movimento persistente pelo decurso de mil anos, para readquirir os limites naturais da velha Gália que os romanos conquistaram para o seu Império (cf. Raposo, 1929, p. 56).

recorrente na literatura e, com seu oportunismo peculiar, não poderia estar fora da vitrine midiática da cultura. No entanto, ao analisar com propriedade o pensamento do líder integralista, verifica-se que o propósito do movimento era a valorização total do período colonial. Ou seja, o único período da história do Brasil em que não havia independência é visto por ele como o mais benéfico e engrandecedor, justamente por ter a presença lusitana. Em 1933, o autor publicou o livro *Psicologia da Revolução*, uma obra destinada aos intelectuais, e nele afirmou que:

O Brasil só fora realmente brasileiro, realmente nacionalista, dentro da Colônia. Parece um contrassenso, mas é exato. Pois Portugal estava tão longe de nós e nos excluía de tal forma de sua vida política e social, que tratávamos de viver uma vida em separado. Uma vida espontânea, bárbara e selvagem. Sobrevivendo à Independência e ao contato mais amiúde com as nações da Europa, começamos a copiar, operação que nunca deixaríamos mais de praticar através de toda a Monarquia e através de quarenta anos de República. Essa ânsia de liberdade avassalava os povos. Toda a América palpitava no grande sonho do século. Em Portugal, mesmo, e na Espanha, acentuavam-se os movimentos liberais (Salgado, 1935b, p. 128).

Plínio Salgado mostrava atenção com os acontecimentos portugueses. Em 1932, antes da fundação da AIB, dizia: “ali mesmo na península ibérica, Portugal assume uma atitude nacionalista que objetiva principalmente a restauração do prestígio do governo” (Salgado, 1934, p. 138). O autor transportou para o período colonial a ideia medievalista do lusitano. Como no Brasil não houve Idade Média, dentro da contextualização historiográfica europeia, ele buscou uma raiz da originalidade brasileira, mas que não pode ser somente o índio. Dessa forma, enxergou a colônia como o medievalismo, defendido no português, em busca da chamada pureza brasileira, ou seja, a brasilidade.

Retomando o período áureo brasileiro, o nacionalismo e a força do Brasil poderiam ser restituídos de forma intensa e com grandeza. A apropriação era contínua no pensamento pliniano, principalmente no tocante à relação política entre os integralismos lusitano e brasileiro e, contraditoriamente, após essa análise sobre a existência de uma relação clara de influência, o autor afirma que “nada temos que aprender, porque somos infinitamente superiores” (Salgado, 1935a, p. 126). A base do pensamento nacionalista foi o motor do pensamento pliniano e, na visão radical de cunho conservador, ele convidava os membros da AIB: “Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista” (Salgado, 1932, pp. 3-4).

A forma de alcançar a mais pura nacionalidade era uma discussão fundamental para os lusitanos e brasileiros. O IL, perseverante em procurar na história de Portugal

elementos de legitimação, buscou em elementos lusitanos aspectos para comprovar a prática nacionalista autoritária.

Visíveis são as convergências entre os dois movimentos políticos, entre os vários elementos: o nacionalismo autoritário, o conservadorismo radical, o anticomunismo, o antiliberalismo, a antioligarquia e a defesa do espiritualismo. De fácil percepção também são as divergências, como a oposição monarquia *versus* república e a defesa de um movimento político mobilizador da massa social, como o luso, mais elitizado. Por meio de uma análise comparativa, buscou-se sistematizar algumas semelhanças introdutórias, mais do que diferenças, entre os movimentos integralistas. As semelhanças e diferenças fazem parte de diálogos ocultos, apresentando nesse diálogo a base de sistematização política organizativa do pensamento pliniano.

A política integralista de Plínio Salgado obteve certo sucesso, uma vez que conseguiu arrematar milhões de militantes. No entanto, nunca alcançou o poder central, assim como os lusitanos; mas, com o crescimento interrompido pelo decreto do Estado Novo, tanto no Brasil quanto em Portugal. Getúlio Vargas e António Salazar passavam a ser elementos de incômodo para a prática integralista. A ilegalidade da AIB abriu espaço para um novo momento da relação luso-brasileira de Plínio Salgado, o exílio em Portugal.

Referências

- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2 ed. Belo Horizonte: Uma, 1999.
- CARDOSO, Miguel Esteves. “Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano”. *Análise Social*, Lisboa, n. 72-73-74, 1982.
- CARVALHO, Paulo Archer de. “De Sardenha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranoia”. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 17, 1995.
- CRUZ, Manuel Braga da. “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”. *Análise Social*, Lisboa, n. 70, 1982.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG / UFRJ, 1997.
- FERREIRA, Nuno Simão. “Alberto de Monsaraz e o integralismo lusitano: pensamento a acção”. *Lusitana: História*, Lisboa, n. 2, 2005.
- . “A I República e os integralistas: a visão de Alberto de Monsaraz”. *Lusitana: História*, Lisboa, n. 5-6, 2009.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português* (tese). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- . “The integralism of Plínio Salgado: luso-brazilian relations”. *Portuguese Studies*, v. 30, 2014.

- e SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, v. 1 e 2, 2011-2012.
- MARTINS, Fernando. “Integralismo Lusitano e política nacional: as metamorfoses e os desafios da década de 1920”. In BAIÔA, Manuel (org.). *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Colibri / CIDEHUS-EU, 2004.
- MONSARAZ, Alberto de (org.). *Cartilha monárquica*. 3 ed. Lisboa: Soares & Guedes, 1920.
- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. “A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira e SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Sob Medida, v. 1, 2011-2012.
- PINTO, António Costa. “A formação do integralismo lusitano (1907-1917)”. *Análise Social*, Lisboa, n. 70, 1983.
- . *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Estampa, 1994.
- . “Portugal contemporâneo: uma introdução”. In — (org.). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- PORTUGAL. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, 1931.
- QUINTAS, José Manuel. *Filhos de Ramires: as origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Nova Ática, 2004.
- RAPOSO, Hipólito. *Dois nacionalismos: l'Action Française e o Integralismo Lusitano*. Lisboa: Ferin, 1929.
- REBELO, José Pequito. *Cartilha do lavrador*. Lisboa: Ferin, 1921.
- SALGADO, Plínio. *Manifesto de outubro de 1932*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.
- . *O sofrimento universal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- . *Despertemos a Nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935a.
- . *Psycologia da Revolução*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935b.
- . *Homenagem a Caxias e ao Exército do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1936a.
- . *Palavra nova dos tempos novos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936b.
- . *O que é o integralismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937a.
- . *Páginas de combate*. Rio de Janeiro: Antunes, 1937b.
- . *A quarta humanidade*. 5 ed. São Paulo: GRD, 1995.
- SARDINHA, António. *A teoria das cortes gerais*. 2 ed. Lisboa: QR, 1975.
- TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2 ed. Porto Alegre: Difel / UFRGS, 1979.
- VIDE, Fernão da. *O pensamento integralista: seus fundamentos históricos-científicos – determinação & oportunidade do seu objectivo social & político*. Lisboa: Propriedade da Junta Provincial da Estrema, 1923.

Sobre os autores

Alfredo Moreno Leitão

Possui mestrado em História Social pela PUC-SP. Estuda a imigração portuguesa e sua participação nos movimentos sociais e políticos no Brasil. É autor dos artigos “Os imigrantes no DEOPS-SP: o caso dos portugueses” (2009); “Portugueses em São Paulo: trabalho e ação política” (2011), em coautoria com Maria Izilda Santos de Matos; e “Portugueses de ideias, estrangeiros perigosos” (2013).

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

Possui doutorado e mestrado em Sociologia e graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recebeu o Prêmio Nelson Palma Travassos em concurso sobre a história de São Paulo. É pesquisadora e membro da diretoria do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de História Oral e membro da comissão editorial da revista *Cadernos CERU*. Dentre suas publicações, destacam-se: *História oral, sociologia e pesquisa: a abordagem do CERU* – coautoria (2010, v. 1); “Doença e dor nas tramas do cotidiano” (*História Oral*, v. 9, 2006); “Comunidade portuguesa em São Paulo – Anos 2010” – coautoria (*Cadernos CERU*, v. 23, n. 2, 2012); “História oral e migração: a questão do regresso” (*Oralidades*, USP, v. 2, 2007); “Uma entrevista em análise: olhares” – coautoria (*Pesquisa Qualitativa*, v. 2, n. 1, 2006).

Ana Silvia Volpi Scott

Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Possui doutorado em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (em Florença), mestrado em História Social e graduação em História pela Universidade de São Paulo. Foi secretária-geral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) – gestão 2012-2014. Foi coordenadora adjunta do Comitê Assessor da Área de Ciências Humanas e Sociais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Foi contemplada com o Prêmio de História Alberto Sampaio (Portugal), em 2009, por sua tese de doutorado. É professora do departamento de Demografia e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É secretária geral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais e integra o *Panel on Historical Demography* (2014-2017) da *International Union for the Scientific Study of Population* (IUSSP). Foi professora convidada na Universidade do Minho e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS). Tem publicações no Brasil e no Exterior sobre história da família e da população, demografia histórica e imigração portuguesa. É integrante do grupo de pesquisa CNPq *Demografia e História*, da RED Historia de la Familia e RED de Demografía Histórica (ambas da ALAP). Pesquisadora 1D do CNPq, é membro da ABEP, ANPUH, ALAP, ADEH, ESHD e IUSSP. Dentre suas publicações, destacam-se: “Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1930” (*Oceanos*, Lisboa, v. 44, 2000, pp. 126-42); *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português, séc. XVIII e XIX* (2012); *Os portugueses* (2010); *Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950* – coautoria (2008).

Angela Maria Roberti Martins

Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade do Grande Rio (Unigranrio). Possui doutorado em História Social pela PUC-SP e mestrado e licenciatura em História pela UERJ. Dentre suas publicações, destacam-se: *O anarquismo no Brasil: produção multimídia para a docência do ensino básico público* – org. com outros (2012); “A poética libertária de Lirio de Rezende: arte e rebeldia” – coautoria (2013); “Mulher, liberta-te! O anarquismo e as mulheres” (2013); “O riso e o grito em *A Lanterna*: anarquismo e anticlericalismo” – coautoria (2012); “Imprensa libertária: palavras e imagens que fazem sonhar” (2005).

Daniel Campi

Professor do Instituto Superior de Estudios Sociales da Universidade Nacional de Tucumán. Investigador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas. Membro do Conselho Científico do Centro de Estudos de História do Atlântico (CHEA). Dentre suas publicações, destacam-se: *Universidad Nacional de Tucuman: 50 anos de la Facultad de Ciencias Economicas, 1947-1997* (1998); *Real City Barcelona* – coautoria (2007).

Dolores Martin Rodriguez Corner

Professora do Instituto Cervantes de São Paulo. Possui doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Turismo Ambiental e Cultural, Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero-Americano e mestrado em História pela PUC-SP. Dentre suas publicações, destacam-se: “São Paulo destino de imigrantes galegos, no pós-guerra Civil Espanhola: a cozinha dos imigrantes galegos” (2013); “Dialogando com as memórias emigrantes: um destino chamado Brasil” (2011); “A cozinha do imigrante espanhol galego e andaluz em São Paulo: hábitos, memória – identidade” (2013); “Gastronomia e patrimônio cultural” (*Turismo & Hospitalidade*, on-line, v. 1, 2003).

Elis Regina Barbosa Angelo

Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui doutorado e mestrado em História, graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado em Turismo Ambiental e Cultural, Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero-Americano. É pesquisadora das áreas de História, Sociedade e Turismo e professora de Licenciatura em Turismo no Consórcio Cederj/EaD. Dentre suas publicações, destacam-se: “Memórias e identidades dos açorianos: a Festa do Divino Espírito Santo na Vila Carrão, em São Paulo” (*Oralidades*, v. 5, 2009); “Açores: condições, possibilidades e divergências que levaram ao processo de emigração” (2013, v. 1); “Dialogando com as memórias emigrantes: um destino chamado Brasil” (2011); “Imigrantes açorianos em São Paulo: tempos, tradições e transformações” (2008).

Érica Sarmiento

Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora titular do Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Possui doutorado em História pela Universidade de Santiago de Compostela e pós-doutorado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ), pesquisadora Jovem Cientista do Nosso Estado, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Desenvolve pesquisas e tem trabalhos publicados, principalmente, sobre estudos migratórios, com ênfase na imigração ibérica e associativismo, com estudos comparados Rio de Janeiro-Buenos Aires. Dentre suas publicações, destacam-se: *O outro Río: a emigración Galega a Río de Xaneiro* (2006); *Imigraciones ibero-americanas. Las migraciones España-Brasil* – org. com outros (2013); “Convívio e conflito nos trópicos: portugueses e galegos no Rio de Janeiro” (2013); “O estudo de um concelho pontevedrês: a imigração de Cotobade ao Brasil” (2001).

Fernando de Sousa

Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto. Presidente da direção do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE). Dentre suas publicações, destacam-se: “A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa, 1876-1974” (2011); *A Real Companhia Velha* (2007); *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu, 1840* (2009).

Francisco Manoel Rebelo

Professor do Centro de Gastronomia da Universidade Anhembi Morumbi. Possui mestrado em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM).

Ismênia de Lima Martins

Professora emérita e docente do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, com participação no programa de pós-doutorado Capes/Cofecub, na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH Nacional) e coordenadora de Editoração e Acervo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj). É integrante da Comissão de Altos Estudos do Programa Memórias Reveladas da Casa Civil da Presidência da República, coordenadora do NEMIC - Núcleo de Estudos Imigração, Identidade e Cidadania da UFF e do GT Imigração, Identidade e Cidadania da Associação Nacional de História (ANPUH) e do projeto Entrada de Imigrantes - Arquivo Nacional/BNDES. Dentre suas publicações mais recentes destacam-se trabalhos sobre imigração mediterrânea para o Brasil: “Anotações sobre a história do trabalho no Brasil” (*Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, 1995); *Cidade múltipla – temas de história de Niterói* – coautoria (1997); *Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis, 1950-1930* (1983); *Emigração portuguesa para o Brasil* – org. com outros (2007); *Elimigações: histórias, culturas, trajetórias* – org. com outros (2010).

José Jobson de Andrade Arruda

Professor sênior do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo e professor titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp. Pesquisador da cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/USP/Instituto Camões. Dentre suas publicações, destacam-se: *São Paulo nos séculos XVI e XVII* (2011); *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros, 1800-1808* (2008); *O Brasil no comércio colonial* (1980); *A Revolução Inglesa* (1984); *Brasil-Portugal, agenda para o milênio* (org.) (2001); *Historiografia luso-brasileira contemporânea* (org.) (1999); *De colonos a imigrantes* – org. com outros (2013).

Leandro Pereira Gonçalves

Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF). Possui doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio (*Junior Visiting Fellow*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), e pós-doutorado pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). É investigador estrangeiro associado do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR/UCP), colaborador do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI/UERJ), Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Portugal e Brasil no Mundo Contemporâneo: identidade e memória e coordenador da rede de investigação, Direitas, História e Memória. As pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas à compreensão do conservadorismo do século XX, o estudo da direita, cristianismo e autoritarismo, fascismo, integralismo, ações imigrantistas e nos aspectos teorizados através da cultura política, tendo como foco os elementos transnacionais existentes entre a Península Ibérica e a América Latina. Dentre suas publicações, destacam-se: “Trajectory and thought of Plínio Salgado and the influence of Portuguese conservatism” (2013); “Os integralismos como uma forma de conhecimento da relação luso-brasileira no ambiente do conservadorismo” (*Locus*, UFJF, v. 18, 2012); “Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana” (*Lusitânia Sacra*, v. 26, 2012).

Leandro Rodrigues Gonzalez Fernandez

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Possui doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado em Turismo pelo Centro Universitario Ibero-Americano (2003) e em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi (2009). Dentre suas publicações, destacam-se trabalhos sobre história, cultura e hospitalidade.

Leila Medeiros de Menezes

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui mestrado em História pela UERJ e licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Imigração urbana e diásporas contemporâneas” (CNPq-UERJ). É coordenadora UAB/UERJ da Capes. Implantou o Clube de Leitura no Instituto de Aplicação da UERJ. Dentre suas publicações, destacam-se: “Tijuca: um lugar de memória na música popular brasileira” (2005); “Na cadência do samba” (*ContraCultura*, v. 1, 2008); “Trajetórias em enunciação e discurso: práticas de formação docente – org. com outros (2009); *Todas as cores na educação* – org. com outros (2008); “Os bares da vida: espaços de sociabilidade e de construção poética (*Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 15, 2007); “Lembrando lembranças: Rio Comprido, um lugar de memória” (2005).

Lená Medeiros de Menezes

Professora titular (aposentada) de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisadora visitante do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais e docente do Programa de Pós-graduação em História da UERJ. Possui doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutorado pela PUC-SP, mestrado pela Universidade Federal Fluminense e graduação pela UERJ. É bolsista do CNPq, cientista do Nosso Estado da FAPERJ, líder do GR-Pesq. “Diáspora Portuguesa e Mundo Lusófono”, coordenadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI-UERJ) e editora da *Navegar* - revista de Estudos de Imigração. Tem trabalhos publicados em Portugal, Espanha e França, sobre os temas principais da imigração, anarquismo, revoluções do século XX, crime na Primeira República brasileira, prostituição e tráfico de mulheres. Presidiu o núcleo da Associação Nacional de História (ANPUH) e é associada de várias associações internacionais. Dentre suas publicações, destacam-se: *Os indesejáveis* (1996); *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (Rio de Janeiro, 1890/1930)* (1992); “Discursos em disputa e adoção de políticas seletivas” (2011); “Facettes marginales du rêve de civilisation: immigration française et prostitution au Brésil, 1816-1930” (2011).

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Professor associado da Universidade Federal do Amazonas. Possui doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas. Coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas e o Grupo de Pesquisa em História Social da Amazônia (UFAM/CNPq). Dentre suas publicações, destacam-se: “Na contramão da história: mundos do trabalho na Cidade da Borracha, Manaus, 1920-1945” (*Canoa do Tempo*, UFAM, v. 1, 2007); *Imprensa operária no Amazonas* – org. com outro (2004); *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia* (2001); “Cabanagem: percursos históricos e historiográficos” (2011, v. 1).

Marcela Vignoli

Professora do Instituto Superior de Estudios Sociales da Universidade Nacional de Tucumán, onde se doutorou em 1911. Investigadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas (CONICET). Dentre suas publicações, destacam-se: “La emergencia de la cuestión social en Tucumán. *El Porvenir y El Tucumán Literario*, 1882-1896”, em coautoria com Daniel Campi (2012); “El lugar de las mujeres en las publicaciones culturales de la Sociedad Sarmiento de Tucumán, 1882-1896” (2009); “La Unión Universitaria de Buenos Aires y Córdoba en las peregrinaciones patrióticas a la Casa Histórica de Tucumán. Dramatización del pasado y sacralización de la Nación a fines del siglo XIX” (*Revista sobre Enseñanza del Derecho*, Buenos Aires, ano 9, n. 17, 2011).

Marcos António de Carvalho

Professor formador I na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) como bolsista pela Capes. Possui doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, licenciatura em História pela Universidade do Estado de Goiás (UEG) e especialização em Formação Socioeconômica do Brasil pela Universidade Salgado Oliveira (UNIVERSO) e Educação Ambiental pela FACINTER (PR). É investigador associado do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE-Porto), com autoria de publicações sobre a temática da imigração lusa na Amazônia. É professor efetivo do Ensino Médio da rede pública do estado do Pará. Dentre suas publicações, destaca-se: “Associativismo luso nas terras das mangueiras: o Grêmio Literário Português e a Tuna Luso Caixeiral” (2013).

Maria Aparecida Franco Pereira

Professora da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) na graduação e no mestrado. Possui doutorado em História Social e mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo e graduação em Pedagogia e em História pela UNISANTOS. Coordena o Grupo de Pesquisa “Memória das instituições escolares” (LIAME). Dentre suas publicações, destacam-se: “Casamentos de portugueses no arquivo da Paróquia Coração de Maria em Santos, no bairro de Vila Mathias, 1915-1920” (2013); “Enfrentamentos e lutas pela vida: portugueses em Santos no final do século XIX, 1880-1900” (2011); “Portugueses na vida econômica da cidade de Santos na segunda metade o século XIX” – coautoria (2010).

Maria Cecília Velasco e Cruz

Professora associada da Universidade Federal da Bahia. Possui doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1998) e pós-doutorado em História pela University of Calgary, Canadá (2004). Atuou como pesquisadora independente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Dentre suas publicações, destacam-se trabalhos sobre escravidão e abolição, trabalhadores em trapiche e café, política e instituições na Bahia.

Maria Christina Siqueira de Souza Campos

Professora titular da PUC-SP, com título obtido em 1987, e professora efetiva da Universidade de São Paulo. Possui doutorado em Sozialwissenschaften (Ciências Sociais) pela Universidade de Duisburg e graduação em Ciências Políticas e Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Tem experiência na área de sociologia, com ênfase em “outras sociologias específicas”, atuando principalmente nos temas família, trabalho, mulher, São Paulo e relatos orais. Dentre suas publicações, destacam-se: “A comunidade portuguesa em São Paulo: anos 2010” – coautoria (*Cadernos CERU*, v. 23, 2012); *História, memória e imagens nas migrações* – coautoria (2005); *Olhares lusos e brasileiros* – coautoria (2003).

Maria de Nazaré dos Santos Sarges

Professora associada IV da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Possui doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado na Universitat de Barcelona e mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Dentre suas publicações, destacam-se: “Antonio Lemos: uma ligação vivida no presente eterno” (2014, v. 1); “Antonio Lemos: os biógrafos e o mito” (2014, v. 1); “Ao fim de uma bela época: migração ibérica, trabalho e redes sociais em Belém no limiar do século XX” – coautoria (2013).

Maria Izilda Santos de Matos

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui doutorado em História pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Université Lumière Lyon II. É pesquisadora 1A do CNPq, desenvolve suas pesquisas priorizando as temáticas da imigração, cotidiano, gênero, história cultural e das sensibilidades. Tem mais de cem trabalhos finalizados sob sua orientação (mestrados e doutorados). Dentre suas publicações, destacam-se: *Trama e poder* (2003); *Melodia e sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues* (1999); *Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50* (2003); *Por uma história das mulheres* (2003); *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade* (2003); *Cotidiano e cultura* (2002); *O corpo feminino em debate* (2003); *Âncora de emoções* (2005); *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo de Adoniran Barbosa* (2008); *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo nos séculos XIX e XX* (2013).

Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Professora associada da Universidade Federal do Amazonas, atuando na graduação em História e no curso de pós-graduação em História. Possui doutorado e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas. Desde 2005 coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Dentre suas publicações, destaca-se: “Portugueses no universo do trabalho manauara, 1880-1920” (2013).

Maria Suzel Gil Frutuoso

Professora da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Desenvolve atividades no Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação (LIAME). Possui mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo e licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos. Dentre suas publicações, destacam-se: “A presença portuguesa no comércio de Santos” (2008); “Negociantes portugueses e comércio em Santos no período de 186 a 1892” (2013).

Nelly de Freitas

Possui doutorado em História pela Université Paris-Sorbonne (2013). Trabalha sobre os fluxos migratórios da Madeira para São Paulo (séculos XIX e XX). Atualmente é pós-doutoranda em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com uma bolsa de pós-doutorado PNPd-Capes-PROSUP (2014). Dentre suas publicações, destacam-se: “Partir sem ser visto: a emigração clandestina no arquipélago da Madeira no final do século” (*Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n. 5, Funchal, 2013); “Immigration subventionnée au Pará en 1886: le cas des Madériens oubliés” (no prelo); e “Entre as vinhas e os cafezais: o perfil dos madeirenses que navegaram rumo a São Paulo entre 1888 e 1899” (no prelo).

Oswaldo Mario Serra Truzzi

Professor associado da Universidade Federal de São Carlos, onde atua nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Engenharia de Produção. Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade de Chicago. É pesquisador do CNPq. Dentre suas publicações, destacam-se: “Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo, 1880-1930” (*Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, 2012); “Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo” – coautoria (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, 2012); “Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito” (*Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, 2012); “Redes em processos migratórios” (*Tempo Social*, v. 20, 2008); *Atlas da imigração internacional em São Paulo, 1850-1950* – coautoria (2008); “‘Gente nostra’ – práticas endogâmicas entre italianos no interior paulista (1880-1914)” (2013).

Paulo Cesar Gonçalves

Professor de História Contemporânea e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (Unesp) (*campus* de Assis). Possui doutorado e mestrado em História Econômica pela USP, tendo realizado estágio de pós-doutorado junto à Cátedra Jaime Cortesão (FFLCH/USP). Dentre suas publicações, destacam-se: “Sangria aberta ou artéria do progresso: a emigração ibérica oitocentista nos debates sobre a colonização do além-mar” (*Confluenze: Rivista di Studi Iberoamericani*, v. 5, n. 2, 2013); *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo* (2012); “Um imperialismo possível: fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914)”, (*História*, São Paulo, v. 30, n. 2, 2011); *Migração e mão-de-obra: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901)* (2006).

Ricardo Rocha

Investigador do Centro de População, Economia e Sociedade (CEPESE). É doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Possui licenciatura em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto. Dentre suas publicações, destacam-se: *Bragança contemporânea (1820-2012)* – coautoria (2013); *A Rússia de Catarina, a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)* – coautoria (2012); *Os paços do concelho do Porto* – coautoria (2012); “A emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)” (2011); *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real: história e património* – coautoria (2011); “José Nunes da Ponte e Augusto Baeta das Neves Barreto” (2011); “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas” (2010).

Sênia Regina Bastos

Professora do mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. Possui doutorado em História e mestrado e bacharelado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É investigadora do Observatório da Emigração e editora da revista *Hospitalidade*. É diretora científica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANP-TUR). Dentre suas publicações voltadas para o tema da e-imigração, destacam-se: “Imigração e territorialidade italiana na cidade de São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial” (2013); “Os bairros imigrantes da cidade de São Paulo na década de 1930” (2013); “Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados em São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial” – coautoria (2013).

Susana Serpa Silva

Professora da Universidade dos Açores e doutora em História, no exercício do cargo de diretora do curso de Serviço Social. Investigadora integrada do Centro de História do Além-Mar (CHAM) e do Centro de Estudos Gaspar Frutuoso (CEGF). Membro da comissão diretiva da revista *Arquipélago – História*. Membro da equipe de investigadores dos projetos “Vida Cultural nas Cidades de Província (1841 a 1926)” e “História da Imprensa nos Açores nos Séculos XIX e XX, Escravos e Libertos nos Açores, Séculos XV-XIX, História e Poder Local”. Dentre suas publicações, destacam-se: *Roteiros republicanos: Ponta Delgada, Matosinhos, Quidnovi – Comissão Nacional para as Celebrações do Centenário da República* (2010); *Margarida de Chaves, a benemérita. Notas sobre a sua vida e o seu legado* (2009); *A história da imprensa e a imprensa na história: o contributo dos Açores – org. com outros* (2009); *Criminalidade e justiça na Comarca de Ponta Delgada: uma abordagem com base nos processos penais, 1830-1841* (2003); “Sonhos e ideais de vida” (2011, v. 3).

Yvone Dias Avelino

Professora titular do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela PUC-SP, mestrado e graduação em História pela USP. Coordena o Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC) da PUC-SP, existente há mais de vinte anos. É editora da *Cordis – Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. Dentre suas publicações, destacam-se: *O Instituto de Naturalização na Espanha dos Austrias – São Paulo* (1972); “Imigração portuguesa e saúde: a fundação da Beneficência Portuguesa em São Paulo” (2013); “A criação da Associação das Classes Laboriosas no Processo da Imigração Portuguesa em São Paulo” (2012); *História, cotidiano e linguagens* – org. com outros (2012); “A São Paulo dos imigrantes: padeiros e saqueiros no cotidiano comercial (1920-1950)” (2011).

Zeila de Brito Fabri Demartini

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo e diretora de Pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU). Possui doutorado em Ciências Humanas (Sociologia), pós-graduação em Sociologia e graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora 1C e consultora *ad hoc* do CNPq, tem experiência com pesquisa histórico-sociológica, atuando principalmente nos temas: histórias de vida, imigração japonesa, portuguesa e africana, educação escolar e não escolar, infância, estado de São Paulo. Dentre suas publicações, destacam-se: “Trajetórias e identidades múltiplas dos portugueses e luso-africanos em São Paulo após 1974” (*Portuguese Studies Review*, v. 14-2, 2009); *Education and culture: Brazil and Japan* – coautoria (2012. v. 1.); *História oral, sociologia e pesquisa: a abordagem do CERU* – coautoria (2010); *Cem anos de imigração japonesa: marcas na educação* – coautoria (2009).

[Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.]

Formato 18 x 24

Tipologia: Garamond (texto) ITC Korinna (titulos)

Papel: Avena 80g/m² (miolo)

Supremo 250 g/m² (capa)

CTP, impressão e acabamento: Gráfica Millennium

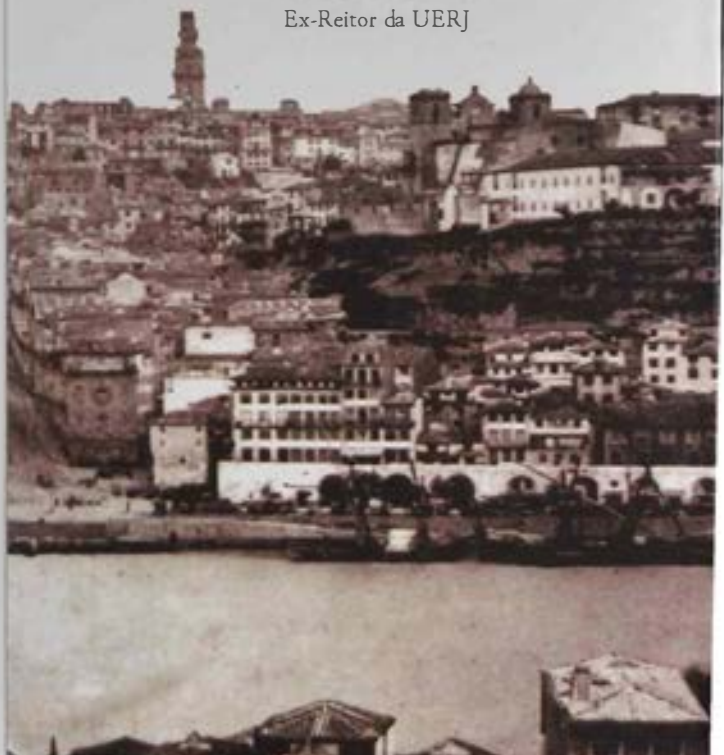


imigratórias, dos processos de aculturação e/ou de reconstrução identitária no estrangeiro, pela formação de redes de ajuda e solidariedade e tantos outros aspectos, a obra amplia possibilidades e olhares sobre a temática das migrações. A abertura para trabalhos comparativos, por outro lado, se dá a partir da escolha de textos que se voltam para a emigração de outros povos da Europa para o Sul do Brasil e para outros países da Sulamérica.

Pela composição e qualidade da coletânea, esta reúne as condições necessárias para se tornar obra de referência no campo dos estudos migratórios e um clássico entre as obras publicadas pela editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A organização dos textos por Lená Medeiros de Menezes, Professora Titular da UERJ, e Fernando de Sousa, Diretor do CEPESE, é garantia de qualidade e de boa leitura.

Ricardo Vieiralves

Ex-Reitor da UERJ

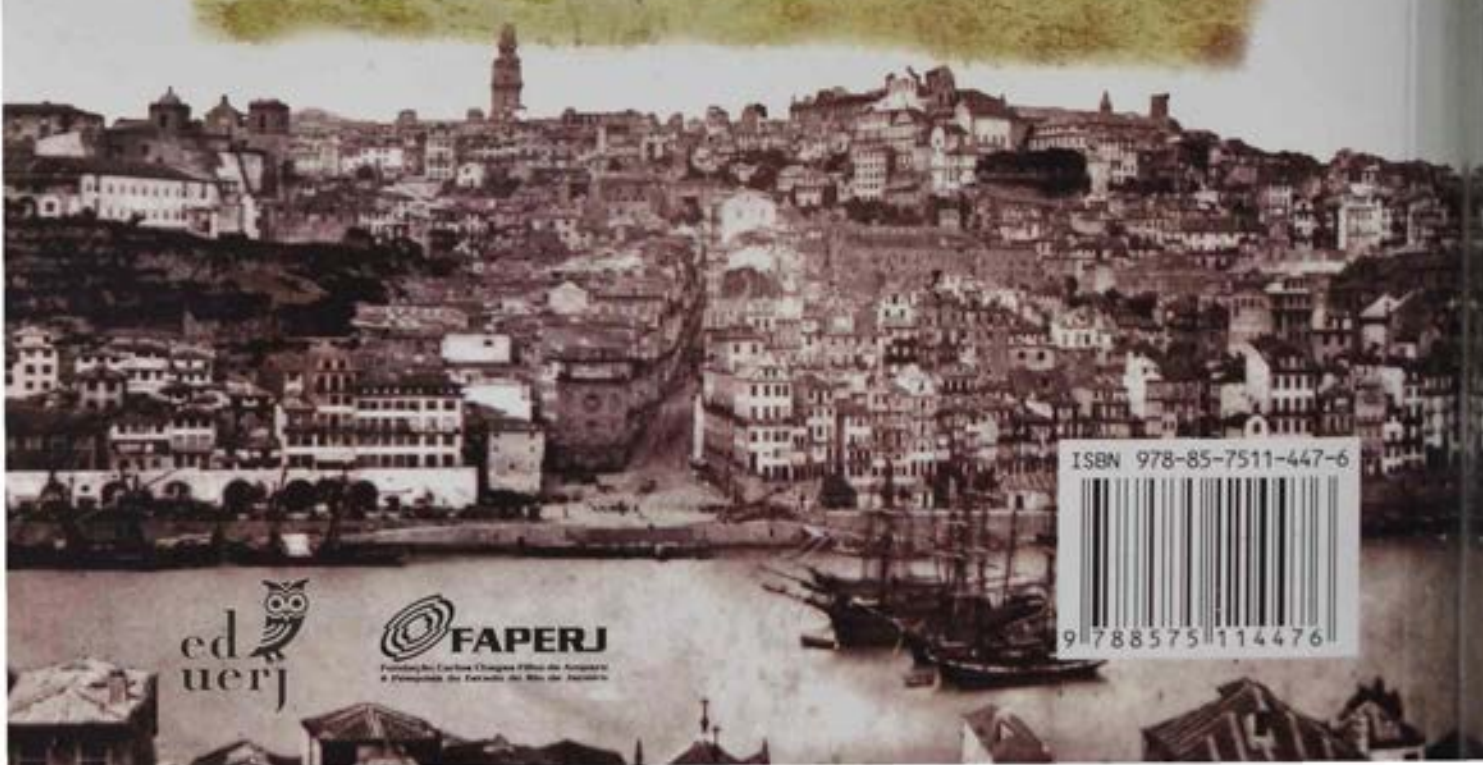




Desde 2006, pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e investigadores portugueses integrados ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto – desenvolvem um frutífero diálogo sobre as relações luso-brasileiras, no campo da *e*/imigração. Dessas reflexões originou-se uma profícua produção historiográfica registrada em sete livros, à qual vem se juntar este *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico – múltiplos olhares sobre a e/imigração*, organizado por Lená Medeiros de Menezes e Fernando de Sousa.

Em *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico* podem ser apreciadas novas abordagens sobre a presença portuguesa no Brasil, que destacam questões identitárias, a diversidade de sua atuação econômica, os conflitos do mundo do trabalho e as questões de gênero. Do mesmo modo são contempladas as formas de associativismo, o problema das remessas, as representações do *e*/imigrante português na sociedade brasileira e na terra de origem, além das relações culturais entre os dois países.

Prof.^a Ismênia de Lima Martins - UFF



ISBN 978-85-7511-447-6



ed
uerj

FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
e Fundação de Amparo à Pesquisa do Município de Rio de Janeiro